



IX Congresso da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos

*Fundamentos e Construções Contemporâneas
dos Métodos Projetivos*



25
Anos

03 a 06 de julho de 2018
PUC Goiás - Goiânia - GO

Fundamentos e Construções Contemporâneas dos Métodos Projetivos

Organizadores

Paulo Francisco de Castro
Erika Tiemi Kato Okino
Ana Cristina Resende
Fabiana Rego Freitas
Lucila Moraes Cardoso
Rosangela Kátia Sanches Mazzorana Ribeiro
Sonia Regina Pasian
Anna Elisa Villemor-Amaral



REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:



APOIO:



Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos
(ASBRo)

*Fundamentos e Construções Contemporâneas dos
Métodos Projetivos*

2018

Organizadores

Paulo Francisco de Castro

Erika Tiemi Kato Okino

Ana Cristina Resende

Fabiana Rego Freitas

Lucila Moraes Cardoso

Rosangela Kátia Sanches Mazzorana Ribeiro

Sonia Regina Pasian

Anna Elisa Villemor-Amaral

*Fundamentos e Construções Contemporâneas dos
Métodos Projetivos*

ASBRo

2018

O conteúdo dos textos, bem como posicionamentos teóricos, metodológicos e ideológicos contidos neste livro são de inteira responsabilidade dos respectivos autores.

Congresso da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (9.: 2018 : Goiânia, GO).

Fundamentos e construções contemporâneas dos métodos projetivos, Goiânia, Goiás, Brasil, 03 a 06 de julho de 2018 / organizado por Paulo Francisco de Castro ... [et al.]. – Ribeirão Preto, São Paulo: ASBRo, 2018.

CD-ROM (549 p.).

ISBN: 978-85-62020-06-3

1. Psicologia. 2. Avaliação psicológica. I. Castro, Paulo Francisco de. II. Pontifícia Universidade Católica - Goiás. III. Título. IV. Título: Fundamentos e construções contemporâneas dos métodos projetivos.

CDU 159.9

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-62020-06-3



COMISSÃO EDITORIAL

Ana Cristina Resende

Anna Elisa Villemor-Amaral

Erika Tiemi Kato Okino

Fabiana Rego Freitas

Lucila Moraes Cardoso

Paulo Francisco de Castro

Rosangela Kátia Sanches Mazzorana Ribeiro

Sonia Regina Pasian

PREFÁCIO

Ao completar 25 anos de atividades, a Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo) oferece esse generoso presente aos profissionais e aos estudantes de Psicologia interessados no campo da Avaliação Psicológica. O livro organizado pela ASBRo contempla 43 capítulos de diversificados temas, trabalhados por pesquisadores do Brasil na riqueza das muitas realidades do país. Abordam, como diz seu título, fundamentos teóricos e construções empíricas contemporâneas a respeito de instrumentos de avaliação psicológica, em especial dos métodos projetivos. A ASBRo, portanto, ao comemorar seu jubileu de prata, atesta o pleno atendimento de seus objetivos enquanto Associação Científica nacional, favorecendo o aprimoramento teórico e técnico de seus associados e dos interessados nessa temática que perpassa o trabalho profissional do psicólogo.

A responsabilidade de introduzi-los nessa leitura é grande, na medida em que almejamos motivar o estudo e o pleno aproveitamento dessa rica produção. Com base nesse desejo, arriscamos introduzi-los brevemente em cada seção e capítulo do livro.

O conteúdo foi organizado em seções, de modo a facilitar a identificação dos temas tratados. A primeira parte do livro aborda os estudos realizados com crianças e adolescentes, tanto empíricos quanto de revisão de literatura científica. Assim, o primeiro capítulo oferece-nos mapeamento sobre pesquisas realizadas com essa faixa etária a partir de métodos projetivos gráficos. Os desenhos infantis são abordados no segundo capítulo de modo a evidenciar possíveis impactos nos vínculos afetivos vivenciados na escola de tempo integral. Outra temática premente no cotidiano na contemporaneidade, a questão do divórcio, é tema no terceiro capítulo a partir das possibilidades informativas do Teste de Pfister. Também a partir desse método projetivo, o quarto capítulo discorre sobre possíveis efeitos do câncer nas vivências afetivas de crianças e de adolescentes. A seguir, no quinto capítulo, são mapeadas e analisadas características afetivas de adolescentes agressores sexuais. No capítulo seguinte são examinadas narrativas de crianças em processo de luto, com enfoque interventivo. O sétimo capítulo traz um estudo de caso ilustrativo do uso do Procedimento de Desenhos-Estória com criança em tratamento oncológico. O oitavo capítulo descreve o funcionamento psíquico de adolescentes a partir do Rorschach (sistema Aníbal Silveira), contrapondo-o ao de adultos. A Seção 1 deste livro encerra-se com uma revisão sistemática da literatura científica a respeito do atendimento psicológico a pré-escolares e escolares em situação de vulnerabilidade social. Tem-se, portanto, nove capítulos que suportam e ilustram vertentes e usos de diferentes métodos projetivos de avaliação psicológica com crianças e adolescentes no Brasil.

A segunda seção do livro está voltada aos estudos empíricos com adultos e idosos, envolvendo variados instrumentos avaliativos. O primeiro capítulo desta seção traz dados relativos

ao funcionamento afetivo de idosos a partir do Teste de Pfister, abordando a estabilidade temporal de evidências normativas. O segundo capítulo, por sua vez, aborda características socioafetivas de cardiopatas também a partir do Teste de Pfister. A personalidade de agentes de segurança é tema do terceiro capítulo, destacando a relevância do adequado preparo profissional para o exercício desse trabalho. A afetividade (positiva e negativa) em jovens adultos compõe o quarto capítulo desta seção do livro, a partir da escala de autorrelato PANAS. O Procedimento de Desenhos-Estória com Tema está contemplado no quinto capítulo, retratando a resiliência em jovens intercambistas. O sexto capítulo focaliza possíveis especificidades da regulação emocional de jovens adultos em função do sexo, examinada por instrumento de autorrelato. A seguir, o sétimo capítulo apresenta trabalho de revisão da literatura científica sobre a inteligência emocional, articulando o conhecimento acumulado a respeito. Por fim, essa seção se encerra com o oitavo capítulo reportando um estudo de caso voltado ao tema da transexualidade.

A temática da Psicopatologia é o conteúdo central da terceira seção deste livro. São abordados dados empíricos relativos à depressão materna, violência intrafamiliar, transtorno somatoforme, obesidade mórbida e cirurgia bariátrica, agressão sexual, envolvendo escalas e métodos projetivos de avaliação psicológica, com destaque para entrevistas, Rorschach e Zulliger. Por fim, essa terceira parte do livro é concluída com estudo de revisão da literatura científica sobre uso de métodos projetivos para avaliar transtornos mentais. Envolvem, portanto, temas clássicos e demandas contemporâneas da ação profissional do psicólogo, trabalhados por pesquisadores de diferentes regiões do Brasil.

Questões metodológicas e relativas ao ensino da avaliação psicológica e dos métodos projetivos compõem a quarta seção do atual livro da ASBRo, constituída por nove capítulos. São abordados temas relativos ao Rorschach e seus sistemas avaliativos, Teste de Pfister, Zulliger, Questionário Desiderativo, Procedimento de Desenhos-Estória com Tema, Teste PMK e hora lúdica terapêutica. Os autores focalizam possibilidades e vantagens relativas à aprendizagem e ao uso desses diferentes métodos de avaliação psicológica na prática profissional, bem como examinam questões relativas ao ensino desse conteúdo, com seus desafios cotidianos nas muitas realidades existentes no nosso país. Encerra-se essa seção com uma reflexão crítica sobre a produção científica relativa a métodos projetivos. Muito provavelmente os argumentos abordados nesse conjunto de capítulos ilustram e problematizam preocupações e conteúdos vivenciados por docentes e por profissionais da área de Psicologia, o que poderá contribuir para a reflexão sobre essa ampla temática.

A seguir, na quinta seção do livro, são tratados estudos empíricos e teóricos no campo da Psicologia Jurídica. Os conteúdos abordam as contribuições das técnicas gráficas na prática profissional do psicólogo nessa área, bem como do método de Rorschach, sobretudo na perícia

criminal. Também são tratados estudos relativos ao processo de adoção, focalizando necessidades socioafetivas de crianças em situação de acolhimento institucional e avaliação de pretendentes à adoção (mulheres e casais de mesmo sexo). A seguir há estudo de revisão da literatura científica sobre o tema da guarda compartilhada de filhos no Brasil, mapeando o conhecimento produzido a partir da avaliação psicológica nesse relevante tema no contexto nacional. Encerra-se essa quinta seção do livro com o oitavo capítulo, voltado à temática de características de personalidade de mães e pais envolvidos em situações de alienação parental.

A sexta seção desse livro ASBRo focaliza os estudos com interface na Orientação Profissional e de Carreira. O primeiro capítulo aborda os instrumentos de autorrelato e os métodos projetivos de avaliação psicológica em suas contribuições para a transição entre a graduação universitária e o mundo do trabalho. No segundo capítulo a temática é a escolha de carreira de vestibulandos de escolas públicas e particulares, tão discutida no cotidiano. O terceiro capítulo, por sua vez, aborda as inclinações motivacionais de estudantes do ensino médio da região norte e sudeste do Brasil, contrapondo questões socioculturais e a formação dos interesses profissionais. Por fim, esta última seção é concluída com estudo de revisão da literatura científica a respeito dos instrumentos de avaliação psicológica trabalhados no processo de escolha da carreira em adolescentes.

Alongar essa introdução para além desse momento é adiar o acompanhamento das riquezas e da multiplicidade das abordagens dos métodos de avaliação psicológica, sobretudo dos métodos projetivos, aplicados na realidade do Brasil, tendo em vista suas múltiplas facetas socioculturais. As vertentes técnicas, teóricas e instrumentais estão, portanto, retratadas nesse amplo conjunto de 43 capítulos, articulados pelos organizadores de modo a compor um todo que ultrapassa a “soma das partes”, pois agregam reflexões pessoais por eles estimuladas. Resta-nos, portanto, parabenizar os autores e convidar a todos ao detalhado exame do atual conteúdo dessa obra que, como dito inicialmente, pode ser compreendido como presente para brindar os 25 anos de atividades da ASBRo!

Bons estudos, na esperança de novos encontros!

Sonia Regina Pasian

Livre-Docente do Departamento de Psicologia
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

SEÇÃO 1 - Crianças / Adolescentes	10
O Teste do Desenho da Figura Humana na clínica infantil.....	11
A pré-escola de tempo integral e os vínculos afetivos nos desenhos das crianças.....	18
Indicadores emocionais de filhos/filhas de pais em processo de divórcio avaliados pelo Teste Pirâmides Coloridas de Pfister.....	30
Todas as cores do mundo repercussões afetivas do cuidado oncológico na infância e adolescência.....	41
Expressão e regulação afetivo-emocional em adolescentes agressores sexuais.....	53
Narração oral: uma intervenção com crianças enlutadas.....	63
Avaliação de vivências afetivas de uma criança em tratamento de câncer por meio do Procedimento de Desenhos-Estória.....	78
Estudo comparativo do tipo de trabalho mental entre 24 protocolos de Rorschach de adolescentes normais com a população de referência de adultos utilizada pela Escola de Silveira.....	94
Vulnerabilidade social e atendimento psicológico a pré-escolares e escolares: indicadores e instrumentos de avaliação em uma revisão sistemática da literatura	105
SEÇÃO 2 – Adultos / Idosos	118
Estabilidade temporal de referenciais normativos do Teste de Pfister em idosos.....	119
Funcionamento psíquico de cardiopatas em contexto de emergência: resultados preliminares	132
A Avaliação da Personalidade em Agentes da Segurança Pública do Ceará	143
Evidências de precisão e validade da escala de afetos positivos e negativos (PANAS) em adultos jovens	155
Estudo sobre o processo de resiliência de jovens intercambistas por meio do Procedimento de Desenho-estória com Tema	168
Regulação emocional em jovens adultos: existem diferenças em função do sexo?.....	183
Métodos de investigação sobre Inteligência Emocional: uma revisão da literatura.....	194
Psicodiagnóstico e Transexualidade: um estudo de caso	208
SEÇÃO 3 – Psicopatologia	218
Depressão materna: associações com crenças negativas e resiliência, avaliadas por entrevista semiestruturada	219

Violência intrafamiliar e suas consequências no desenvolvimento psicológico	232
Indicadores de saúde mental em mulheres com obesidade mórbida candidatas à cirurgia bariátrica	250
A personalidade de um agressor sexual incestuoso avaliada por meio do Rorschach Sistema Compreensivo	263
Testes projetivos na avaliação psicológica de pacientes com transtornos mentais: uma revisão da literatura	278
SEÇÃO 4 - Questões metodológicas / Ensino	292
Teste de Rorschach: mudanças do Sistema Compreensivo para o Rorschach Performance Assessment System.....	293
Análise estrutural dos determinantes no Teste de Rorschach.....	305
Coincidências, divergências e sensibilidade diagnóstica na comparação dos resultados de bateria de testes projetivos: Pirâmides Coloridas de Pfister, Questionário Desiderativo e Z-teste	317
O uso de testes projetivos na prática profissional de psicólogos.....	329
Representações do psicólogo clínico observadas por meio do Desenho-Estória com Tema	339
A influência do aluno monitor no aprendizado do teste PMK na graduação	352
A hora lúdica terapêutica como técnica projetiva e o aprender com a experiência: um estudo de caso.....	366
Técnicas e testes projetivos em debate: os desafios na área da docência.....	375
Análise da produção científica sobre métodos projetivos	385
SEÇÃO 5 - Psicologia Jurídica / Forense.....	394
A contribuição dos desenhos na avaliação psicológica forense	395
Contribuições do Rorschach-SC na avaliação de características da personalidade de um sentenciado por crime de duplo homicídio: um estudo de caso	404
Perícia Psicológica na Justiça do Trabalho: o dano psíquico e o índice de conteúdo traumático	419
Da institucionalização à adoção: escuta ativa de necessidades e desejos de crianças em situação de acolhimento.....	429
Questionário Desiderativo no contexto da avaliação psicológica de mulheres pretendentes à adoção	443
Casais do mesmo sexo: identificação projetiva/introjetiva na avaliação psicossocial de postulantes à adoção	458

Retratos da guarda compartilhada no Brasil: mapeamento de estudos científicos no campo da avaliação psicológica	470
Características da personalidade de pais e mães envolvidos em casos de alienação parental avaliados pelo Método de Rorschach (Sistema Compreensivo)	483
SEÇÃO 6 - Orientação Profissional / Carreira	496
Avaliação psicológica no processo de transição Universidade-trabalho: métodos objetivos ou projetivos?	497
Critérios para a escolha de carreira em vestibulandos de escolas públicas e privadas.....	510
Inclinações motivacionais de estudantes do ensino médio de Manaus e Ribeirão Preto: comparações a partir do BBT-Br.....	523
Escolha de carreira na adolescência: mapeamento de métodos utilizados em investigações	536

SEÇÃO 1 - Crianças / Adolescentes

O Teste do Desenho da Figura Humana na clínica infantil

Luis Sérgio Sardinha

Universidade do Grande ABC - UniABC e Universidade Braz Cubas – UBC

Marlene da Silva

Orient Consultoria Ltda. e Associação Bahiana de Clínicas de Trânsito - ABCTRAN

Helena Rinaldi Rosa

Universidade de São Paulo

Juliana Lozano Jacia

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho

Resumo: O Desenho da Figura Humana – DFH é um dos instrumentos mais utilizados mundialmente, tanto pelo baixo custo e boa aceitação, quanto pela grande aceitabilidade por parte das crianças. Há diversas formas de avaliá-lo, sendo uma delas a apresentada por Koppitz em 1968, com critérios de correção e tabelas normativas. Este trabalho apresenta o estudo de um caso em que foi realizada avaliação psicológica da criança, um menino de 10 anos e sete meses, encaminhado ao serviço de Psicologia por dificuldades escolares. Filho único de pais separados, recebe a visita do pai em sua cidade a cada quinze dias, trazendo muitos conflitos com a mãe. Empregou-se uma bateria de testes usual nesse tipo de avaliação, incluindo o teste do DFH (WISC-IV, Bender SPG, testes de atenção, teste das Pirâmides Coloridas de Pfister desenhos do homem e da mulher e desenho da família). Os resultados indicaram um bom nível intelectual e de desenvolvimento, inclusive acima da média esperada para sua idade, confirmando, entretanto, dificuldades emocionais observadas nos atendimentos. Ressaltando que os resultados de testes devem ser considerados numa compreensão globalística de cada situação, e que outros aspectos também puderam ser observados na relação familiar, o DFH mostrou-se sensível no rastreamento das habilidades e das dificuldades da criança, confirmando sua validade clínica.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Desenhos; Psicologia Infantil.

Apoio: FAPESP

Introdução

A avaliação psicológica infantil é ferramenta indispensável nas diversas áreas de atuação do psicólogo. A dificuldade para se expressar verbalmente e o impacto que a criança exerce no ambiente em que vive têm incentivado, cada vez mais, o desenvolvimento de instrumentos de avaliação psicológica não verbais e, conseqüentemente, ampla demanda por estudos que investigam a validade e a eficácia de tais instrumentos. Pelo baixo custo e grande aceitabilidade, o teste do Desenho da Figura Humana tem sido um dos instrumentos mais utilizados mundialmente.

Temos estudado o Desenho da Figura Humana sob o enfoque de desenvolvimento – para avaliar a maturidade da criança, a partir da ideia de que há uma relação entre o desenvolvimento gráfico e o cognitivo, que poderia ser estudado pelo desenho. E também a avaliação das dificuldades emocionais da criança.

Objetivo

O objetivo da pesquisa foi investigar a validade dos itens propostos por Koppitz para avaliação desenvolvimental e de dificuldades emocionais, por meio de um estudo de caso clínico em que o DFH foi aplicado, juntamente com uma bateria usual de testes, no psicodiagnóstico, para a compreensão do que estava ocorrendo e os encaminhamentos necessários.

Método

Trata-se de estudo de caso de uma criança do sexo masculino, com 10 anos de idade (10 anos e sete meses por ocasião do psicodiagnóstico), com queixa de dificuldades de aprendizagem. Neste trabalho foi identificado por G. Além do Desenho da Figura Humana; foram aplicados também os seguintes instrumentos: WISC-IV; Teste de Bender; Teste de Atenção; Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister e Desenho da Família. Foram realizadas a anamnese com ambos os pais, entrevistas com a criança e com a coordenação da escola, bem como orientações mensais com os pais para mudança de postura, diante do relato de falta de rotina e de imposição de limites. Diante das dúvidas sobre potencial da criança, foi realizado o psicodiagnóstico, em contexto clínico.

Resultados

G. foi encaminhado à Psicologia com 10 anos e sete meses. É filho único de pais que se separaram quando ele tinha quatro anos, permanecendo com a mãe na cidade natal, distante cerca de 400 quilômetros da capital, para onde o pai mudou-se. Ele se casou novamente, e vem a cada quinzena visitar o filho, ficando com ele cerca de cinco dias.

A queixa de dificuldades de aprendizagem foi apontada pela escola, com o que a mãe não concordou, culpabilizando a escola inicialmente e depois, considerando um déficit de atenção da criança, buscando uma medicação que resolvesse tal queixa. A coordenação da escola, por sua vez, colocou que G. não participava das aulas e ficava o tempo todo conversando com os colegas. Os relatos foram de dificuldade em aceitar limites, bem como falta de rotina (hábitos de sono, alimentação e estudo) para a criança.

Na observação do comportamento de G. junto à psicóloga, mostrou-se uma criança muito infantilizada para a idade; não respeitava ou seguia regras; realizava a todo o momento brincadeiras incoerentes e “sem graça”: contava mentiras e dava ênfase nos detalhes de suas histórias para que estas se tornassem mais interessantes, desta forma obtendo atenção dos demais. A criança não possuía rotina sendo que nunca sabia onde passaria o dia e dormiria, a

cada dia dormia num local diferente, em casa, na avó materna, avó paterna, na tia, etc. diante disso não havia uma estruturação de horários a serem seguidos. Assim também não sabia o que era esperado dele e se “acomodava”.

Apresentou os seguintes resultados nas técnicas aplicadas:

- WISC-IV: QIT 120; IVP 123; IMO 115; IOP106; ICV 119. Resultados estes que o classificam como acima da média esperada para sua idade respectivamente, percentis 91, 94, 84, 66 e 90.

- Teste de Bender (SPG): Quartil 25 (correspondendo ao limite entre a Média e a Média Superior para a sua idade).

- Bateria de Provas de Atenção: Média Superior para Atenção Concentrada e Dividida, e Superior para Atenção Alternada – colocando-o acima da Média esperada no Total.

- Teste de Pfister: apresentou predomínio das cores preto, branco e cinza, elevando a síndrome incolor, com pirâmides em camadas, sugerindo certa dificuldade em lidar com as emoções, mesmo em se tratando de uma criança, que buscaria assim controlar e reprimir os impulsos.

- No Teste do Desenho da Figura Humana, em que foram solicitados o desenho de um homem e o de uma mulher, visando investigar também se haveriam diferenças entre os dois desenhos, R. obteve os seguintes resultados:

Homem: 19 pontos nos Indicadores Maturacionais de Koppitz, classificando-se entre os percentis 10 e 20 (Média Inferior), segundo tabela brasileira (Rosa, 2006); numa avaliação por sistema brasileiro (Wechsler, 2003), o resultado coloca a criança no percentil 39, médio inferior. Houve a presença de um Indicador Emocional (omissão de nariz).

Mulher: 20 pontos nos Indicadores Maturacionais de Koppitz, classificando-se também entre os percentis 10 e 20 (Média Inferior), segundo tabela brasileira (Rosa, 2006); numa avaliação por sistema brasileiro (Wechsler, 2003), seu resultado coloca a criança no percentil 45, dentro da média esperada para sua idade. Somando-se os dois desenhos, esta classificação se mantém. Entretanto, houve a presença de dois Indicadores Emocionais (omissão de nariz e presença de dentes) – que, segundo a autora estudada, já é relevante para sugerir dificuldades emocionais.

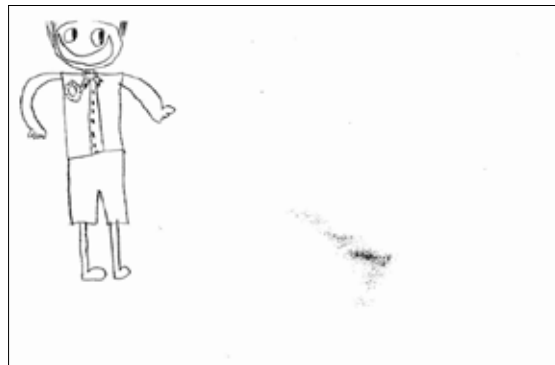


Figura 2 - Desenho de um homem



Figura 3 - Desenho de uma mulher

Observa-se que os resultados nos instrumentos utilizados vão de encontro às observações da psicóloga que o atendeu. Não há indicação de problemas de transtorno de déficit de atenção. Porém há indicação de dificuldades emocionais, que se revelam em seu comportamento de falta de limites, e também na busca pela atenção da psicóloga e dos pais.

O WISC-IV mostrou uma capacidade intelectual acima da média, e a hipótese de déficit de atenção e problemas neurológicos foi descartada pela Bateria de Testes de Atenção e pelo teste de Bender, que indica coordenação motora adequada. A elaboração das Pirâmides também sugere desenvolvimento adequado, embora o pouco uso de cores indique as dificuldades afetivas reveladas também no desenho da figura humana, especialmente no desenho da mulher.

Pode-se entender que o DFH foi importante por esclarecer ainda mais tais dificuldades. Sendo o desenho mais suscetível aos problemas relacionais e afetivos, entende-se seu resultado, do ponto de vista cognitivo, inferior aos apresentados no WISC-IV. Considerando a história de vida da criança, essas dificuldades parecem ter origem numa relação com uma mãe e um pai permissivos, provavelmente com as mesmas dificuldades de aceitar limites e por esse motivo, de impô-los ao filho.

Quando os resultados da avaliação psicológica mostraram à mãe que G. não apresentava problemas cognitivos e sim emocionais, ela optou por mudá-lo para outra escola, na qual ele poderia enfrentar menor dificuldade. Assim que a criança obteve melhoras no ambiente escolar, os pais mudaram-no para outra escola. Nesta, desde o início não enfrentou dificuldades. Apresentou bom rendimento, dedicação e postura adequada.

Após perceberem o real potencial da criança, houve maior conscientização dos pais que se tratava apenas de uma questão emocional. Passaram a impor regras ao mesmo, com

estabelecimento de uma rotina até que G. se mostrou capaz de compreender o que é esperado dele, suas obrigações e regras a cumprir.

O pai apresentou as mesmas dificuldades que o filho na infância. Não se importava com nada e pouco obedecia. Antes do início das orientações, corrigia o filho de forma rígida (aos gritos), porém não era consistente, cobrava, mas não lhe ensinava como deveria ser feito, o que gerava na criança o pensamento de que poderia cometer erros e que logo a raiva do pai passaria e ficaria tudo bem novamente. Atualmente o pai consegue perceber a necessidade de agir de forma consistente, “punindo” a criança quando necessário, mas também oferecendo apoio e auxílio nos estudos.

A mãe atribui todas as responsabilidades ao pai, tanto financeira quanto educacional. Ela diz que “não dá conta” de lidar com as dificuldades do filho e se isenta de responsabilidade. Por exemplo, houve um episódio na escola no qual o filho roubou cartinhas de um outro colega. A mãe ficou tão “triste” com a situação que negou o fato dele ter agido desta forma, não falou com G. sobre o assunto e mandou-o dormir na casa da avó por três dias para não precisar falar sobre o assunto. Não havia na residência horários estabelecidos para realização de estudos ou alimentação. A criança mostrava-se super resistente quanto à alimentação com a mãe, comendo poucos alimentos. A mãe mentiu em diversos momentos na sessão, visando mostrar como o pai é ruim.

Certamente a situação vivida pela criança traz a ela mais dificuldades no enfrentamento da realidade, e pode-se inferir que chegam a interferir em seu desempenho. Os resultados apresentados no psicodiagnóstico e em especial no desenho da figura humana indicam isso. O que aponta que os IMs são afetados pelos IEs, o que está de acordo com os resultados de Wechsler, Prado, Oliveira e Mazzarino (2011), em que a pontuação emocional também se correlacionou negativamente com a cognitiva, o que sugere que as dificuldades emocionais (pontos atribuídos à presença de Indicadores Emocionais) podem trazer prejuízos no desempenho das crianças ou, ainda, dificuldades cognitivas podem trazer comprometimentos emocionais.

Correlação entre desempenho e indicadores emocionais também foi apontada por Souza e Hoffmann (2011), confirmando dados da literatura, que apontam que as dificuldades de aprendizagem quase sempre estão associadas a comprometimentos emocionais. Tais resultados confirmam também aqueles que estamos encontrando em nossos resultados preliminares.

O DFH foi reaplicado após 9 meses de psicoterapia, quando G. tinha então 11 anos e quatro meses. As Figuras 4 e 5 mostram seus desenhos.



Figura 4 – Desenho de um homem



Figura 5 – Desenho de uma Mulher

Sua pontuação nos indicadores maturacionais de Koppitz aumentou (nos dois desenhos), porém ele se manteve na classificação anterior segundo as tabelas brasileiras (Rosa, 2006). Já no sistema de avaliação de Wechsler (2003), o aumento de pontos levou a melhora na classificação desenvolvimental (percentis 53 e 68 para os desenhos do homem e da mulher, respectivamente). Somente um indicador emocional (omissão do nariz) se manteve, sugerindo que houve uma melhora no que se a suas questões emocionais. Isso pode ter contribuído para a melhora desenvolvimental, referendando os dados de pesquisa apontados, acerca da interferência dos aspectos emocionais nos intelectuais.

Considerações Finais

Os resultados indicaram que G. apresenta bom nível intelectual e de desenvolvimento, confirmando, entretanto, dificuldades emocionais observadas nos atendimentos. Ressaltando que os resultados de testes devem ser considerados numa compreensão globalística de cada situação, e que outros aspectos também puderam ser observados na relação familiar, o DFH

mostrou-se sensível no rastreamento das habilidades e das dificuldades da criança, confirmando sua validade clínica. São necessários estudos com amostras mais amplas e mais diversificadas para se fazer maiores generalizações.

Referências

- Kobayashi, C. (2015). *Os Indicadores Emocionais de Koppitz no Desenho da Figura Humana de crianças de São Paulo*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Koppitz, E.L. (1973). *El dibujo de la figura humana en los niños*. Buenos Aires: Editorial Guadalupe. (original publicado em 1968).
- Rosa, H.R. (2006). *Teste Goodenough-Harris e Indicadores Maturacionais de Koppitz para o Desenho da Figura Humana: Estudo Normativo para crianças de São Paulo*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Souza, J. & Hoffmann, M.S. (2013). Desenho da Figura Humana: avaliação cognitiva e indicadores de problemas emocionais em crianças. *Revista Caminhos: Humanidades (online)*, 4 (6), 149-168.
- Vélez van Meerbeke, A., Sandoval-Garcia, C., Ibáñez, M.; Talero-Gutiérrez, C., Fiallo, D. y Halliday, K. (2011). Validation Study of Human Figure Drawing Test in a Colombian School Children Population. *The Spanish Journal of Psychology*, 14 (1), 464-477.
- Wechsler, S.M. (2003). *O Desenho da Figura Humana: avaliação do desenvolvimento cognitivo de crianças brasileiras*. Campinas: Lamp/PUC-Campinas.
- Wechsler, S.M., Prado, C.M., Oliveira, K.S. y Mazzarino, B.G. (2011). Desenho da Figura Humana: análise da prevalência de indicadores para avaliação emocional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24 (3), 411-418.

A pré-escola de tempo integral e os vínculos afetivos nos desenhos das crianças

Sonia Grubits

Universidade Católica Dom Bosco

Camila Bellini Colussi Macedo

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Resumo. Atualmente, o estímulo ao acesso à Educação Infantil de tempo integral é uma das estratégias previstas no Plano Nacional de Educação, considerando-se jornadas iguais ou superiores a sete horas diárias e carga horária máxima de dez horas. Ao mesmo tempo, recomenda-se que a jornada excessiva pode proporcionar o risco de não ter atendidas as necessidades da criança de recolhimento, intimidade e convivência familiar. Autores psicanalíticos reforçam essas necessidades, apontando para a importância da relação afetiva com a mãe como imprescindível a saúde mental da criança, até mesmo em crianças mais velhas. Desta forma, pode-se refletir sobre as relações afetivas que se estabelecem entre a criança e os demais personagens na Educação Infantil em tempo integral, tendo em vista que as crianças que permanecem nestas instituições por longos períodos do dia e que necessitam das funções desempenhadas originalmente pela mãe, irão depender, por exemplo, das professoras, para que estas realizem tais funções. Incorre-se ainda sobre os riscos que podem estar presentes no desenvolvimento das crianças caso estas funções não sejam desempenhadas adequadamente. Desta forma, objetivou-se analisar os vínculos afetivos estabelecidos pelas crianças que estudam em pré-escola de tempo integral. Participaram da pesquisa 10 crianças com idade entre 4 e 5 anos, estudantes do Jardim II. Para este estudo, foram selecionados os desenhos produzidos pelas crianças sobre a escola. O estudo foi realizado em um Centro de Educação Infantil na cidade de Paranaíba/MS. O tema mais frequente nos desenhos das crianças foram os espaços da escola, tais como o refeitório, a sala de aula e o parque. Observou-se que 40% dos desenhos não apresentavam a figura humana, e, nos demais, apenas um reproduziu a professora. Os relatos verbais das crianças durante a realização da pesquisa mostram-se em conformidade com os desenhos, uma vez que demonstravam certa dificuldade em verbalizar sobre as educadoras na creche. Além disso, alguns desenhos indicaram sentimentos de inadequação, tendência a se afastar do ambiente ou até mesmo rejeição do tema proposto. Desta forma, de acordo com os relatos verbais das crianças durante a realização da pesquisa, observa-se que a figura do cuidador na escola não ocupa espaço predominante em seu discurso sobre sua rotina na escola, o que pode acarretar em prejuízo emocional. Considerando-se as condições reais em que se dá a Educação Infantil em tempo integral, receia-se que as necessidades afetivas das crianças possam não estar sendo atendidas a contento, sendo que tais aspectos são evidenciados nos desenhos produzidos.

Palavras-chave: Desenho; Pré-escola de tempo integral; Vínculos afetivos.

Apoio Financeiro: CAPES

Introdução

Os aspectos primitivos da infância são considerados imprescindíveis para a formação psíquica (Freud, 1905/1972, Klein, 1932/1991, Winnicott, 2005). A relação afetiva com a mãe, e posteriormente com o pai, acarreta em espécies de marcas impressas no psiquismo, que irão caracterizar a formação da personalidade de cada indivíduo, apontando então para a importância do ambiente na formação psíquica, em um momento inicial do desenvolvimento.

Para Bowlby (1995) é de suma importância para a saúde mental da criança que ela possa vivenciar uma relação contínua e de proximidade com a mãe, e observa que tal relação pode

ainda ser vivenciada com uma mãe substituta, desde que esta apresente as mesmas características de constância, intimidade e calor, e que esta relação seja prazerosa para ambos. Quando a criança não experimenta tal experiência, esta situação é denominada de ‘privação da mãe’, e acarreta em efeitos danosos para o desenvolvimento infantil, tais como desenvolvimento do sentimento de angústia, exagerada necessidade de amor, sentimentos de vingança, culpa e depressão. A privação pode ainda não ocorrer de modo total, mas pode se apresentar como ‘privação parcial’ ou ‘privação quase total’, acarretando, da mesma forma, prejuízos para a saúde mental da criança (Bowlby, 1995).

Bowlby (1990, 1998) faz observações a respeito do fato de que quando a criança desenvolve o comportamento de apego dirigido para uma pessoa (geralmente a mãe), ela passa a preferir esta pessoa, e esta preferência permanece mesmo quando ocorre a separação. O comportamento de apego é descrito a partir de observações inferidas na criança e que produzem como resultado a proximidade da mãe, tais como chorar, sorrir, balbuciar, erguer os braços, chamar a atenção, aproximar-se e seguir a mãe, e a sucção. Mas nota-se também comportamentos na mãe que promovem o apego, tais como a dispensa de cuidados maternos e a manutenção do bebê em sua proximidade. Desta forma, o apego é dirigido, de modo geral para uma pessoa (e não para várias, como pode ocorrer no ambiente escolar, onde estão presentes mais de uma cuidadora) e a separação desta pessoa pode causar reações tais como angústia, choro, gritos, entre outros.

O período crítico para separação é descrito por Bowlby como a idade a partir de 12 meses, mas o próprio autor aponta para a existência de experiências traumáticas na infância tardia que poderia contribuir para a formação de personalidade antissocial (Gomes & Melchiori, 2012), reforçando a ideia de que a carência de cuidados maternos está diretamente relacionada a dificuldades nas relações afetivas posteriores (Bowlby, 1995).

Posteriormente, criticado pelas teorias feministas, Bowlby reforça a necessidade da criança por uma mãe amorosa, que promova segurança e proteção, mas aponta que esta pode inclusive ser uma mãe substituta (Gomes & Melchiori, 2012). Esta afirmação nos remete ao tema em foco neste estudo.

No Brasil, o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) tem como uma de suas estratégias estimular o acesso à educação de tempo integral, descrita como aquela ofertada em jornada igual ou superior a sete horas diárias. O parecer n. 17 do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2012) já apontava para o fato de que “é preciso levar em conta que a criança não deve permanecer em ambiente institucional e coletivo por jornada excessiva, sob o risco de

não ter atendidas suas necessidades de recolhimento, intimidade e de convivência familiar”.
(p.9)

Nota-se que o texto apresenta uma tentativa de conciliar os direitos à convivência familiar e o direito à educação, que são dois direitos fundamentais da criança, porém pode-se questionar se esta conciliação é possível quando se trata da escola de tempo integral. Se por um lado o referido Estatuto prevê o direito ao convívio familiar, por outro lado, cresce o número de matrículas nas escolas de tempo integral, e as crianças passam menos tempo em contato com a família.

Estas crianças, que permanecem em instituições de Educação Infantil em tempo integral, necessitam que as funções desempenhadas originalmente pela mãe sejam realizadas, por exemplo, pelas professoras. Desta forma, incorre-se sobre os riscos que podem estar presentes no desenvolvimento das crianças caso estas funções não sejam desempenhadas adequadamente.

A partir destas considerações, surge a proposta deste estudo, que teve como objetivo geral analisar os vínculos afetivos estabelecidos pelas crianças que estudam na pré-escola de tempo integral.

Método

O método utilizado foi o método qualitativo (Sampieri, Collado & Lucio, 2013), observando-se os aspectos éticos previstos, com participação voluntária e condicionada a autorização por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Participaram da pesquisa 10 crianças com idade entre 4 e 5 anos, sendo que a idade média foi de 4 anos e 9 meses. Todas eram estudantes matriculadas no Jardim II (pré-escola). Foi adotado o critério de inclusão da permanência da criança na escola em período de tempo integral, sendo que as demais (que permanecem apenas um período) não foram convidadas a participar. O número de participantes está relacionado ao número de aceites para participação. Também foram convidados os pais e/ou responsáveis e as educadoras (professoras, monitoras e coordenadora pedagógica), porém, neste estudo, serão tratados apenas os dados referentes as entrevistas das crianças.

O estudo ocorreu nas dependências de um Centro de Educação Infantil – Ceinf, na cidade de Paranaíba-MS, pertencente a rede de ensino pública municipal, com aproximadamente 300 alunos matriculados na creche e pré-escola. A escolha da instituição foi feita por conveniência (Sampieri *et al.*, 2013).

Para a coleta de dados com as crianças, realizou-se uma entrevista individual na qual foram produzidos desenhos com temas sugeridos pela pesquisadora e relacionados a questão da

pré-escola em tempo integral. Três desenhos foram solicitados: um desenho da escola, um desenho da família da criança e um desenho onde a criança poderia representar quem era importante para ela. Paralelamente a confecção do desenho, era realizada a entrevista semi-dirigida. Neste estudo, serão abordados apenas os desenhos produzidos sobre a escola.

Os dados coletados foram analisados a partir do referencial teórico psicanalítico apresentado, utilizando-se também de princípios da análise hermenêutica (Weller, 2007, Calil, 2001). As respostas foram categorizadas para melhor visualização e análise.

Resultados e Discussão

As crianças mostraram-se bastante colaborativas e interessadas na atividade proposta. Da mesma forma, as monitoras, com as quais as crianças estavam no momento em que eram chamadas para a entrevista, também mostraram-se cooperadoras. Foram produzidos 10 desenhos sobre a escola. Os temas apresentados foram categorizados da seguinte forma: os espaços da escola (5 desenhos), a escola em si (2 desenhos), os objetos (2 desenhos) e as crianças (1 desenho).

Inicialmente, pode-se observar que os temas mais frequentes remetem a espaços físicos, sendo que a presença de uma figura humana aparece em apenas um desenho (desenho das crianças - Desenho 7, exposto abaixo). Também podemos considerar que a figura humana aparece de forma secundária, na descrição feita pelas crianças a respeito de seus desenhos. Nesse caso, observou-se que 40% dos desenhos não apresentavam a figura humana. Nos desenhos onde há representação gráfica de pessoas, estas são descritas como os/as colegas da escola, a mãe e a professora. Nota-se que apenas um reproduziu a professora.

A figura humana remete a um maior número de associações que outros desenhos (Buck, 2003), de modo que alguns indivíduos podem se recusar a fazer tais desenhos. No entanto, neste caso, consideramos que a figura humana (e principalmente a figura da professora e/ou cuidadora) poderia ter lugar de destaque, considerando o fato de que estas poderiam desempenhar, na escola, a função de cuidadoras e para as quais as crianças dirigiriam os aspectos afetivos relacionados ao apego, conforme descrito por Bowlby (1990, 1998). No entanto, isto não ocorreu. As figuras humanas mais frequentes foram as demais crianças que constituem os pares e com as quais as crianças dividem sua rotina.

Quanto às categorias de respostas, a mais frequente estava relacionada aos espaços da escola, sendo que este tema apareceu em 50% dos desenhos. Os espaços físicos referidos foram: o refeitório, a sala de aula e o parque. Vale ressaltar que a maior parte dos desenhos foi realizado no refeitório, uma vez que este era o melhor lugar disponível para realização das entrevistas,

considerando-se a disponibilidade de mobiliário (mesa e cadeiras) e o fato de estar desocupado no momento da entrevista (outros espaços estavam ocupados), de modo que constituía um lugar silencioso, arejado e bem iluminado.

Considera-se, desta forma, que o local de realização da entrevista pode ter influenciado na escolha dos temas apresentados no desenho. No entanto, as orientações verbais fornecidas para a criança foram bem claras (solicitou-se que fizessem um desenho sobre a escola) e estas tiveram total liberdade para desenharem o que quisessem.

Abaixo seguem alguns desenhos produzidos com temas referentes aos espaços da escola.

Desenho 1



O desenho número 1 foi produzido por um menino de 4 anos e 8 meses. Este optou por desenhar um espaço físico da escola, sendo ele o refeitório. Descreveu seu desenho como sendo objetos daquele lugar, tais como a lâmpada (em amarelo), a lixeira (em preto), a janela (em vermelho), um copo para tomar água (em azul) e o ventilador (em verde).

Desenho 2



O desenho número 2 foi produzido por uma menina de 4 anos e 8 meses. Esta desenhou o parque da escola. Fez um brinquedo grande que fica no parque, com casinha e escorregador. Em azul, em cima, são as nuvens, e fez também duas coleguinhas, sendo uma à esquerda e outra na janela do brinquedo.

Desenho 3



O desenho 3 também apresentou como tema um espaço físico da escola, neste caso, a sala de aula. Foi produzido por um menino de 5 anos e 2 meses. Os traços coloridos são as cadeiras da sala de aula. Após fazer as cadeiras, desenha algumas pessoas que, segundo ele, são

seus colegas de sala de aula. Relata que não sabe quem são, sendo que nomeia apenas uma coleguinha.

Neste desenho, pode-se observar o fato de que as crianças muitas vezes não sabem nomear as pessoas que compõem o ambiente escolar. Em algumas entrevistas, elas souberam dizer o nome de sua professora, porém, não sabiam nomear as monitoras, que permanecem com elas no período vespertino, fora da sala de aula. Da mesma forma, durante os primeiros contatos da pesquisadora com o local onde se realizou a pesquisa, ao falar com as monitoras sobre as crianças que estavam no parque, estas não sabiam o nome de algumas crianças. Este aspecto aponta para o fato de que o número de cuidadoras pode ainda ser bastante reduzido em relação ao número de crianças, e principalmente se considerarmos a necessidade de um atendimento de qualidade que possa permitir a preservação do aspecto afetivo destas crianças. Sabe-se que há previsão legal para o número de profissionais por criança, porém, questiona-se se tal determinação leva em consideração a necessidade de se prover o investimento afetivo para tais crianças. Além disso, quanto a contratação de monitoras, não há previsão legal para a exigência de formação específica para desempenhar tal função [estas exigências são previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 2017), porém, são, em geral, voltadas para os docentes, e não para monitoras].

O segundo tema mais frequente nos desenhos das crianças foi a escola em si e alguns objetos desta, tais como o caderno e um desenho produzido na escola. Alguns desenhos são apresentados abaixo.

Desenho 4



O desenho número 4 foi produzido por um menino de 4 anos e 8 meses, que desenhou a escola. Em amarelo, desenhou duas mesas e duas cadeiras; em azul, desenhou as torneiras e os copos do bebedouro; em preto, desenhou a professora e, em vermelho, a porta da escola. Verifica-se a questão do tamanho do desenho em relação a folha de papel, que será retomada abaixo.

Desenho 5



O desenho 5 foi produzido por um menino de 5 anos. Trata-se de uma folha de papel com um desenho, que ele costuma fazer na escola. A produção de desenhos é uma atividade corriqueira na escola, segundo a criança. Neste caso, ele desenhou uma casa. Aqui, nota-se novamente a questão do tamanho do desenho em relação a folha de papel. O mesmo aspecto quanto ao tamanho reduzido aparece no desenho seguinte.

Desenho 6



O desenho 6 foi feito por uma menina de 4 anos e 8 meses. Ela desenhou seu caderno, que utiliza na escola. Também fez um coração no caderno e outro à direita. Por fim, o último tema presente nos desenhos foram as crianças da escola, como reproduzido no Desenho 7.

Desenho 7



O último desenho foi feito por uma menina de 4 anos e 10 meses. Trata-se das crianças da escola. Estas estão brincando e fazendo balé. Disse ainda que a criança ao meio era uma sereia. Observa-se que apenas este reproduziu como tema principal figuras humanas. Em outros desenhos, estas aparecem de forma secundária. Este aspecto foi discutido acima.

Quanto ao aspecto geral dos desenhos, alguns indicaram sentimentos de inadequação, tendência a se afastar do ambiente ou até mesmo rejeição do tema proposto (Buck, 2003). Podemos verificar que em alguns deles (Desenhos 4, 5 e 6), o tamanho reduzido das figuras sugere reação às exigências do ambiente com sentimentos de inferioridade e inadequação (Hammer, 1991).

Além disso, algumas crianças demonstraram dificuldades para iniciar o desenho, com tempo de reação exacerbado ou até mesmo com a fuga do tema proposto, sendo necessário retomar o tema posteriormente. Neste caso, pode-se supor a presença de conflitos em relação ao tema proposto (Buck, 2003).

Quanto ao uso das cores, este parece adequado, principalmente ao considerarmos o uso de mais cores pelas crianças do que pelos adultos (Buck, 2003).

Considerações Finais

A permanência da criança em pré-escola de tempo integral está diretamente relacionada a inserção da mulher no mercado de trabalho e as mudanças ocorridas na estrutura familiar (Didonet, 2001). Desta forma, surge a preocupação sobre como a criança terá suas necessidades supridas, uma vez que permanecerá longe da mãe.

De acordo com Bowlby (1995), a mãe pode ser substituída por outro cuidador, desde que este apresente características de constância, intimidade e calor, e que esta relação seja prazerosa para ambos, como apresentado anteriormente. Desta forma, observa-se que a Educação Infantil cumpre um papel pedagógico, previsto na LDB (2017), mas para além disso, quando se trata de crianças que permanecem nas instituições durante o período de tempo integral, não apenas os aspectos pedagógicos são relevantes mas também os psicológicos, considerando o distanciamento da família.

Neste estudo, observou-se que a estrutura educacional atual, ao se tratar de escola de tempo integral, não é compatível com as necessidades afetivas das crianças, conforme os dados obtidos apontaram. Estes aspectos foram notados não apenas nos desenhos, mas também nas falas das crianças. Além disso, vale apontar o fato de que em entrevistas realizadas com profissionais da instituição, muitas crianças permanecem no Ceinf por até 10 horas diárias, o que foi também observado pela pesquisadora. Trata-se, portanto, de carga horária excessiva,

que pode interferir no direito a convivência familiar, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990).

É fundamental a atuação das professoras e monitoras junto as estas crianças, pois estas pessoas desempenharão não apenas os papéis pedagógicos previstos, mas também ocuparão o lugar de destino do investimento afetivo destas crianças, uma vez que estas permanecem na escola por um longo período do dia.

Verifica-se a necessidade de formação adequada para todos os profissionais atuantes nas instituições de Educação Infantil, considerando, portanto, não apenas as docentes, mas as monitoras que permanecem com estas crianças no período em que não estão em sala de aula. Além disso, pode-se questionar sobre as condições de trabalho oferecidas às mulheres, uma vez que permanecem longe de seus filhos por um número elevado de horas. A permanência das crianças em creches e escolas de tempo integral poderia ser menos prejudicial caso as mães tivessem, por exemplo, acesso a instituições próximas ao seu trabalho e com horário de almoço ampliado, permitindo-lhes estar com seus filhos em atividades rotineiras, tais como o horário da alimentação e banho, e podendo deslocar-se rapidamente até seus filhos de forma rápida e ampliada, mesmo durante a jornada de trabalho.

Referências

- Bowlby, J. (1990). *Apego: a natureza do vínculo*. (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1995). *Cuidados maternos e saúde mental*. (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1998). *Separação: angústia e raiva*. (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Brasil (2017). *LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.
- Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília/DF.
- Brasil. (2012). *Conselho Nacional de Educação*. Parecer n.17. Brasília/DF.
- Brasil. (2014). *Lei 13.005*, de 25 de junho de 2014. Brasília/DF.
- Buck, J. N. (2003). *H-T-P: casa-árvore-pessoa, técnica projetiva de desenho: manual e guia de interpretação*. São Paulo: Vetor.
- Calil, R. C. C. (2001). *Psicoterapia de grupo de criança: aspectos clínicos de um estudo de caso*. Originalmente apresentada como tese de doutorado. UNICAMP: Campinas.
- Didonet, V. (2001). Creche: a que veio... para onde vai... *Em aberto*, 18 (73), 11-27.
- Freud, S. (1905/1912). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In Freud, S. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago. v. VII. pp. 135-250.

- Gomes, A. A., & Melchiori, L. E. (2012). *A teoria do apego no contexto da produção científica contemporânea*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Hammer, E. F. (1991). *Aplicações clínicas dos desenhos projetivos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Klein, M. (1932/1991). A psicanálise de crianças. In Klein, M. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago. v. II, pp. 36-54.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2013) *Metodologia de pesquisa*. 5 ed. Porto Alegre: Penso.
- Weller, W. J. (2007). *A hermenêutica como método empírico de investigação*. In 30ª Reunião da ANPED. Acessado de: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT17-3288--Int.pdf>>.
- Winnicott, D. (2005). *A família e o desenvolvimento individual*. (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Indicadores emocionais de filhos/filhas de pais em processo de divórcio avaliados pelo Teste Pirâmides Coloridas de Pfister

Fernanda Monteiro Böer

Universidade Federal de Mato Grosso e Tribunal de Justiça do estado de Mato Grosso

Rosângela Kátia Sanches Mazzorana Ribeiro

Universidade Federal de Mato Grosso

Resumo: O divórcio parental vem se tornando cada vez mais frequente em nossa sociedade e pode acarretar mudanças significativas na família, principalmente, na vida dos/das filhos/as. Neste sentido, o objetivo da presente pesquisa é realizar estudo comparativo dos indicadores emocionais de crianças cujos pais estão envolvidos em processo judicial de divórcio consensual (Grupo 01) e litigioso (Grupo 02), em tramitação em duas Comarcas do interior do estado de Mato Grosso. Para tanto, foi realizado um estudo de abordagem quantitativa e de método descritivo e para a coleta de dados foi utilizado o Teste Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC). A amostra total foi constituída por 27 crianças, de ambos os sexos (F=16 e M=11) e com idades que variaram entre sete e 11 anos (M=8,96 e DP=1,40). Os resultados apontam prevalência no modo de colocação descendente direta e execução do trabalho caracterizada como relaxada no Grupo 01 (N=12). Já o Grupo 02 (N=15), apresentou predomínio no modo de colocação ascendente direta e execuções ordenadas. Quanto à incidência das cores, o Grupo 01 revelou características compatíveis com a amostra normativa do teste, enquanto o Grupo 02 apresentou aumento no emprego da cor vermelha, que indica elevados níveis de agressividade, voracidade e impulsividade, bem como rebaixamento na cor laranja, que denota baixa produtividade, inibição e passividade. No que diz respeito ao agrupamento das cores, foram constatadas alterações quanto à frequência das Síndromes Cromáticas de Estímulo, Fria e Incolor em ambos os grupos. No entanto, o Grupo 02 revelou maior aumento na Síndrome de Estímulo, que reflete tendência ao egocentrismo. Concluiu-se que os grupos apresentaram significativas diferenças nas variáveis do TPC, sugerindo que este instrumento pode ser válido na avaliação de crianças neste contexto.

Palavras-chave: Crianças; Divórcio; Conflito interparental; Pirâmides Coloridas de Pfister.

Apoio: CAPES.

Introdução

Nas últimas décadas, a instituição familiar tem passado por diversas transformações sociais, o que propiciou o surgimento de novos modelos e arranjos familiares. Costa e Dias (2012) apontam algumas mudanças ocorridas na sociedade ocidental que contribuíram para novas configurações de família, tais como: a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a liberdade sexual, as mudanças nos papéis de gênero e parentais e o número de divórcios e separações. No que diz respeito aos rompimentos conjugais, Toloí (2006) aponta que, durante as décadas de 1960 e 1970, houve um aumento significativo nos casos de divórcio nos países ocidentais. Somente no Brasil, dados apresentados em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014) revelaram que o número de divórcios cresceu mais de 160% entre os anos de 2004 e 2014.

O crescente índice nos casos de divórcio tem contribuído para uma nova concepção da instituição familiar e para a formação de novos modelos familiares, entre eles: famílias monoparentais, compostas por pais ou mães solteiros que criam os seus filhos (Castro, 2017);

famílias dissolvidas, cujos pais romperam o vínculo conjugal; e, famílias reconstruídas ou recasadas, nas quais um ou ambos os parceiros contraíram um novo casamento (Costa & Dias, 2012). O rompimento conjugal acarreta alterações em diversas áreas da vida da família – emocionais, sociais, ambientais e econômicas – e torna-se ainda mais complexo quando envolve a presença de filhos (Stallman & Ohan, 2016). A partir dessa perspectiva, considera-se o divórcio como um evento estressor que, muitas vezes, perdura por meses, até anos e pode ocasionar: declínio no padrão de vida da família em decorrência da divisão de bens entre o ex-casal, mudança de casa, alteração da rotina e dos hábitos familiares, perda do contato diário com um dos pais, relacionamento conflituoso estabelecido entre os pais e divergências no exercício da parentalidade (Amato, 2014).

Há que se considerar que, em estudo realizado por Bonoto (2013), identificou-se que o relacionamento conflituoso é o principal padrão de interação estabelecido entre ex-casais. Além disso, os divórcios realizados no âmbito do judiciário tendem a apresentar conflitos e questões emocionais não resolvidas pelos ex-cônjuges. Isto porque, o processo de ruptura conjugal, muitas vezes, vem acompanhado de sentimento de tristeza, mágoa, raiva, ressentimento ou, até mesmo, vingança. Assim sendo, muitos ex-cônjuges tentam punir-se mutuamente e, para isso, acabam utilizando os filhos como instrumentos de vazão às suas frustrações e dificuldades (Lago, 2008).

Partindo-se desta premissa, Negrão e Giacomozzi (2015) apontam que o litígio conjugal pode suscitar prejuízos emocionais à criança, tais como: agressividade, depressão, ansiedade, uso de mentiras para se comunicar, rejeição do genitor não guardião e até mesmo a incorporação das falas do genitor como se fossem próprias. Neste sentido, considerando que o divórcio pode ser consensual, quando da possibilidade de acordo entre o casal, e litigioso, quando da impossibilidade de estabelecer acordo entre os ex-cônjuges (Oliveira, 2009), a presente pesquisa teve como proposta comparar os indicadores emocionais de crianças que vivenciam o divórcio dos pais, avaliando-se assim se o litígio acarreta (ou não) prejuízos aos filhos.

Objetivo

O presente estudo teve como objetivo realizar estudo comparativo quanto aos indicadores emocionais de crianças cujos pais estão envolvidos em processo judicial de divórcio consensual (Grupo 01) e divórcio litigioso (Grupo 02), em tramitação em duas Comarcas do interior do estado de Mato Grosso.

Método

Delineamento do estudo

Trata-se de um estudo de abordagem quantitativa e de método descritivo, que teve como finalidade a descrição das características de determinada população ou fenômeno (Gil, 2009). Quanto aos procedimentos técnicos, o presente estudo foi realizado por meio de pesquisa de levantamento e, posteriormente, foi realizada análise quantitativa e descritiva das informações coletadas.

Amostra

A amostra total desta pesquisa foi constituída por 27 crianças, de ambos os sexos (F=16 e M=11) e com idades que variaram entre sete e 11 anos (M=8,96 e DP=1,40). Os participantes foram divididos em dois grupos, considerando a classificação do tipo de ação judicial dos pais (divórcio consensual e litigioso). Para tanto, o Grupo 01 (consensual) foi composto por 12 crianças, enquanto o Grupo 02 (litigioso), por 15 participantes. Na Tabela 1 há a distribuição dos grupos segundo o sexo e a idade.

Tabela 1. Distribuição dos grupos segundo o sexo e a idade

	Grupo 01		Grupo 02	
	N	%	N	%
Sexo				
Feminino	07	58,3	09	60,0
Masculino	05	41,7	06	40,0
Idade				
07 anos	02	16,7	02	13,3
08 anos	04	33,3	04	26,7
09 anos	02	16,7	04	26,7
10 anos	01	08,3	02	13,3
11 anos	03	25,0	03	20,0
Idade	M: 8,91	DP: 1,50	M: 09,0	DP: 1,36

Legenda: M: Média e DP: Desvio Padrão

Os dados expostos na Tabela 1 mostram que os grupos se apresentaram semelhantes quanto às características de seus componentes. Ambos os grupos foram compostos por mais meninas que meninos e a média de idade dos grupos foi de 8,91 anos para o Grupo 01 e 9 anos para o Grupo 02.

Procedimentos

O projeto desta pesquisa foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Área das Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato

Grosso (CEP/Humanidade/UFMT), sob o CAAE nº 77949317.6.0000.5690. A partir da aprovação do projeto, foi realizado o levantamento dos processos judiciais de divórcio (consensual e litigioso) em duas comarcas do interior do estado de Mato Grosso. Foram considerados como critérios de inclusão: processos em tramitação nas duas comarcas, iniciados nos meses de janeiro de 2016 a dezembro de 2017, que abordavam a temática divórcio (consensual e litigioso) e cujos filhos apresentassem faixa etária entre sete e 12 anos de idade incompletos. Foram excluídos da amostra os processos que não abordavam a temática a ser estudada, processos arquivados, processos em que a pesquisadora responsável por este estudo tenha atuado como perita, e processos em que as partes não tinham filhos em comum ou cujos filhos não apresentavam a idade estabelecida como critério de inclusão (faixa etária de sete a 12 anos de idade incompletos).

Desse modo, extraiu-se dos autos judiciais selecionados informações relativas ao contato telefônico das partes. Com isso, os pais e/ou responsáveis pela criança foram contatados e convidados a participar da pesquisa. A partir do aceite para participar da pesquisa, foi realizado o agendamento para a coleta de dados, conforme a disponibilidade dos pais/responsáveis e da criança.

Primeiramente, foi solicitado o consentimento dos pais/responsáveis por meio do Consentimento Livre e Esclarecido (CLE), bem como a concordância da criança em participar da pesquisa pelo Assentimento Livre e Esclarecido, respeitando-se assim a legislação vigente quanto aos cuidados éticos da pesquisa com seres humanos preconizados pelas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Para a coleta de dados, foi utilizado o Teste Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC), caracterizado como um instrumento expressivo, de caráter lúdico e não-verbal, que fornece informações sobre o modo como a criança é estimulada pela carga emocional das situações e sobre a maneira que expressa suas emoções (Villemor-Amaral, 2014). O instrumento foi administrado individualmente, em apenas um encontro com a criança.

Para a análise dos dados, foi realizada a estatística descritiva quanto à frequência e porcentagem das variáveis “modo de colocação”, “processo de execução”, “aspecto formal”, “sinais especiais”, “frequência das cores” e “síndromes cromáticas” do TPC. Para realizar o estudo comparativo, os participantes foram subdivididos em grupos, conforme a classificação do processo judicial dos pais: Grupo 01 (divórcio consensual) e Grupo 02 (divórcio litigioso).

Resultados e Discussão

Para atingir o objetivo proposto, foi realizada a estatística descritiva dos grupos. Com base nos resultados apresentados no TPC, foram elaboradas tabelas acerca da frequência das variáveis modo de colocação, processo de execução, aspecto formal, sinais especiais e síndromes cromáticas. Na Tabela 2 é apresentada a distribuição dos grupos segundo o modo de colocação nas três pirâmides do TPC.

Tabela 2. Distribuição dos grupos segundo o modo de colocação nas três pirâmides do TPC

		Grupo 01		Grupo 02	
		N	%	N	%
Descendente	Direta	15	41,7	07	15,6
	Inversa	02	05,5	06	13,4
	Simétrica	02	05,5	-	-
	Em manto	-	-	01	02,2
	Espacial	02	05,5	02	04,4
Ascendente	Direta	07	19,4	22	48,9
	Inversa	04	11,2	03	06,7
	Ziguezague	-	-	01	02,2
	Simétrica	03	08,4	01	02,2
	Em manto	-	-	01	02,2
	Espacial	01	02,8	01	02,2

A partir da Tabela 2, observou-se predomínio no modo de colocação descendente direta no Grupo 01 (41,7%) e ascendente direta no Grupo 02 (48,9%). Isto significa que as crianças cujos pais apresentaram processo de divórcio litigioso revelaram maior amadurecimento e equilíbrio emocional que os participantes do Grupo 01, em que os pais estavam envolvidos em processo de divórcio consensual (Villemor-Amaral, 2014). No entanto, deve-se considerar que a imaturidade emocional é uma característica comumente observada em crianças, conforme descrito por Chagas (2015).

No que diz respeito à maneira como a criança executa as três pirâmides, na Tabela 3 é apresentada a distribuição dos grupos quanto ao processo de execução no TPC.

Tabela 3. Distribuição dos grupos quanto ao processo de execução no TPC

	G1		G2	
	N	%	N	%
Metódica e Sistemática	04	33,3	03	20,0
Ordenada	02	16,7	08	53,3
Desordenada	06	50,0	04	26,7
Total	12	100	15	100

Na Tabela 3, observa-se o predomínio (50%) de execuções desordenadas no Grupo 01, que reflete uma atitude displicente na execução do trabalho, enquanto o Grupo 02 revelou maior

incidência (53,3%) de execuções ordenadas, sugerindo sinais de comportamento constante e flexível (Villemor-Amaral, 2014). Não foram identificadas execuções classificadas como relaxada, caracterizadas por um modo exageradamente desordenado de executar a tarefa (Villemor-Amaral, 2015).

Quanto à configuração final das pirâmides, considerando a sua aparência e a sua forma, na Tabela 4 evidencia-se a frequência do aspecto formal no total das três pirâmides do TPC apresentada pelos grupos.

Tabela 4. Frequência do aspecto formal no total das três pirâmides apresentada pelos grupos.

Aspecto formal		G1		G2	
		f	%	f	%
Tapete	Puro	09	25,0	05	11,1
	Desequilibrado	01	02,8	01	02,2
	Furado	14	38,9	16	35,6
	Início de ordem	01	02,8	04	08,9
Formação	Camada monotonal	01	02,8	03	06,7
	Camada multicromática	07	19,4	10	22,2
	Simétrica	03	08,3	00	00,0
Estrutura	Simétrica	00	00,0	04	08,9
	Manto	00	00,0	02	04,4
Total		36	100	45	100

Por meio dos dados expostos na Tabela 4 é possível observar a prevalência de tapetes no formato furado ou rasgado em ambos os grupos, que indica a presença de perturbação afetiva (Barroso, 2013). No entanto, estudos recentes têm revelado o predomínio de tapetes furados ou rasgados em crianças (Chagas, 2015; Farah, 2010; Farah, Cardoso & Villemor-Amaral, 2014). Além disso, Villemor-Amaral (2014) ressalta que, por muito tempo, os tapetes furados foram considerados motivos de preocupação por indicar sinais de possível dissociação da personalidade, dado esse, não evidenciado em pesquisas recentes, que retratam a incidência relativamente alta de tapetes furados em adultos não pacientes e em crianças. De forma geral, nota-se que, nos dois grupos, houve uma maior prevalência de tapetes quanto ao aspecto formal das pirâmides executadas, que sugere desorganização emocional e afetiva, resultados compatíveis com o que é esperado em crianças nesse período da infância (Farah, Cardoso & Villemor-Amaral, 2014).

No tocante aos sinais especiais, tratam-se de fenômenos raros que podem aparecer associado ao aspecto formal e são nomeados como corte ou mutilação e divisão. Neste sentido,

a Tabela 5 (abaixo) apresenta a distribuição dos grupos quanto à presença de sinais especiais nas três pirâmides do TPC.

Tabela 5. Distribuição dos grupos quanto à presença de sinais especiais nas três pirâmides do TPC

	G1		G2	
	N	%	N	%
Nenhum	30	83,3	39	86,7
Corte / Mutilação	05	13,9	06	13,3
Divisão	1	02,8	00	00,0
Total	36	100	45	100

Os dados apresentados na Tabela 5 demonstram que, em ambos os grupos, houve predomínio de pirâmides sem a presença de sinais especiais, indicando resultados compatíveis com os dados normativos do teste nos dois grupos (Villemor-Amaral, 2014). A classificação da frequência das cores (diminuído, médio e aumentado) foi feita com base na tabela normativa do teste, levando-se em conta a idade da criança (Villemor- Amaral, 2014). Neste sentido, a Tabela 6, a seguir, apresenta a frequência quanto à classificação no emprego das cores apresentadas pelos grupos.

Tabela 6. Frequência quanto à classificação no emprego das cores apresentada pelos grupos.

		Az	Vm	Vd	Vi	La	Am	Ma	Pr	Br	Ci
		f	f	f	f	f	f	f	f	f	f
G1	Diminuído	2	3	3	5	2	3	0	2	0	0
	Médio	7	7	7	6	7	6	10	7	9	11
	Aumentado	3	2	2	1	3	3	2	3	3	1
G2	Diminuído	1	3	5	4	6	2	5	3	5	4
	Médio	10	5	9	6	5	8	10	12	8	7
	Aumentado	4	7	1	5	4	5	0	0	2	4

Com base nos dados descritos na Tabela 6, constatou-se que, em se tratando do Grupo 01, os resultados obtidos, quanto ao emprego das cores, foram predominantemente compatíveis com a amostra normativa do teste (Villemor-Amaral, 2014). Isto porque, neste grupo, a maior distribuição de todas as cores se deu nas classificações médias. Em contrapartida, o Grupo 02 revelou alterações no emprego das cores vermelha e laranja.

No que diz respeito à cor vermelha, as crianças cujos pais apresentavam processo judicial de divórcio litigioso revelaram aumento no emprego da cor vermelha, com dominância da tonalidade Vm2, que está associado a um maior nível de impulsividade, voracidade e agressividade (Villemor-Amaral, 2014). Além disso, neste mesmo grupo, foi constatado o rebaixamento no emprego da cor laranja. Isto significa que crianças cujos pais apresentaram

processo judicial de divórcio litigioso podem revelar menor energia e disposição, inibição e passividade (Villemor-Amaral, 2014), além da contenção quanto à expressão da criatividade (Villemor-Amaral et al., 2014). Estes dados estão em consonância com outros achados da literatura que apontam que o litígio e os altos níveis de conflitos parentais podem ocasionar alterações emocionais e afetar o bom desenvolvimento psicológico dos filhos (Amato, 2014; Casimiro, 2014; Negrão & Giacomozzi, 2015). Quanto às Síndromes Cromáticas, a frequência das quatro principais Síndromes Cromáticas do TPC nos três grupos pode ser visualizada na Tabela 7 abaixo.

Tabela 7. Frequência das quatro principais Síndromes Cromáticas do TPC nos três grupos

		G1		G2	
		f	%	f	%
SCN	Diminuído	03	25,0	03	20,0
	Médio	06	50,0	08	53,3
	Aumentado	03	25,0	04	26,7
SCE	Diminuído	00	00,0	00	00,0
	Médio	06	50,0	07	46,7
	Aumentado	06	50,0	08	53,3
SCF	Diminuído	06	50,0	07	46,7
	Médio	06	50,0	06	40,0
	Aumentado	00	00,0	02	13,3
SCI	Diminuído	04	33,3	06	40,0
	Médio	03	25,0	03	20,0
	Aumentado	05	41,7	06	40,0

Legenda: SCN (Síndrome Cromática de Normalidade), SCE (Síndrome Cromática de Estímulo), SCF (Síndrome Cromática Fria) e SCI (Síndrome Cromática Incolor)

Nota-se, a partir da Tabela 7, que os grupos apresentaram resultados médios no que se refere à Síndrome de normalidade, que sugere boa capacidade de manter uma conduta normal e adaptada (Villemor-Amaral, 2014). No entanto, foram constatadas alterações quanto à frequência das Síndromes Cromáticas de Estímulo, Fria e Incolor em ambos os grupos. No que diz respeito à Síndrome de Estímulo, identificou-se que os grupos revelaram resultados médios e aumentados. O aumento desta síndrome reflete tendência ao egocentrismo e à desadaptação (Villemor-Amaral, 2014). Em se tratando da Síndrome fria, o Grupo 02 revelou maior prevalência (46,7%) do rebaixamento desta síndrome na comparação com o Grupo 01. Segundo Villemor-Amaral (2014), as três cores (azul, verde e violeta) pertencentes ao grupo das cores frias, geralmente, refletem comportamento antagônico ao das cores quentes, e por isso, podem ser rebaixadas em decorrência do aumento das cores quentes (síndrome de estímulo).

Por último, verificou-se considerável aumento da síndrome incolor, que sugere fuga de situações afetivas ou muito estimulantes como tentativa de manter um equilíbrio bastante frágil (Villemor-Amaral, 2014). Essas características de fuga e evitação também foram evidenciados no estudo de Tolo (2006) com filhos de pais divorciados. Para a autora, essas reações emocionais são formas de evitar o sofrimento e de minimizar ou neutralizar o estresse causado pelos conflitos entre os pais. Por fim, deve-se considerar que um número representativo (40%) de participantes do Grupo 02 apresentou o rebaixamento desta síndrome, que, segundo Villemor-Amaral (2014), pode estar relacionado à falta de elementos estabilizadores.

Considerações Finais

O divórcio vem se tornando cada vez mais frequente em nossa sociedade e acarreta mudanças significativas na família, principalmente, na vida das crianças. Os resultados obtidos neste estudo indicam características comuns entre os grupos, tais como, boa capacidade de manter uma conduta normal e adaptada, desorganização emocional e afetiva e fuga de situações afetivas ou muito estimulantes. Em contrapartida, na comparação entre os grupos, constatou-se que as crianças cujos pais apresentavam processo de divórcio consensual revelaram níveis adequados de extroversão, irritabilidade, impulsividade, agressividade e produtividade, porém, imaturidade emocional e atitude displicente. Já os participantes cujos pais apresentaram processo de divórcio litigioso, embora tenham demonstrado comportamento organizado, flexível e maior amadurecimento emocional, revelaram maior tendência ao egocentrismo e à desadaptação, baixa produtividade e níveis aumentados de extroversão, irritabilidade, impulsividade e agressividade.

Os dados apontam que o litígio conjugal pode acarretar prejuízos aos aspectos emocionais de crianças que vivenciam o divórcio dos pais. As diferenças apresentadas pelos grupos demonstram que o TPC pode ser um instrumento válido na avaliação de crianças neste contexto. Diante da relevância do tema, outros estudos são necessários para uma melhor compreensão acerca do impacto do comportamento dos pais, em situação de separação conjugal, na vida dos filhos.

Referências

- Amato, P. R. (2014). The consequences of divorce for adults and children: Na Update. *Društvena istraživanja-Časopis za opća društvena pitanja* (Social Research), 23 (1), 5-24.

- Barroso, J. B. (2013). O teste das Pirâmides Coloridas de Pfister: estudo normativo com adolescentes de 12 a 14 anos. (Dissertação de Mestrado), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-08102013-155848/pt-br.php>
- Bonoto, A. C. P. (2013). *Fatores de risco e proteção no processo de adaptação de criança à separação/divórcio dos pais em litígio judicial: um estudo de laudos psicológicos*. (Dissertação de mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/107237/319567.pdf?sequence=1>
- Casimiro, E. A. S. (2014). *O conflito interparental e a criança: percepção e ajustamento*. (Dissertação de mestrado), Universidade de Coimbra, Portugal. Recuperado de <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/25680/3/tese%20-%20Edgar%20Casimiro.pdf>
- Castro, V. M. C. (2017). La función de la abuela en la familia monoparental femenina. Estudio de caso. *Ajayu*, 15 (2), 153-171 . Recuperado de http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2077-21612017000200003&lang=pt
- Chagas, L. E. (2015). *Normatização e Validação das Pirâmides Coloridas de Pfister para crianças e adolescentes*. (Dissertação de mestrado), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás. Recuperado de <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/1885/1/Larissa%20Escher%20Chagas.pdf>
- Conselho Nacional de Saúde (2012). *Resolução nº 466/12: Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Recuperado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Conselho Nacional de Saúde (2016). *Resolução nº 510/2016: Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana*. Recuperado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Costa, J. M., & Dias, C. M. de S. B. (2012). Famílias recasadas: mudanças, desafios e pontencialidades. *Psicologia, teoria e prática*, 14 (3), 72-87. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872012000300006

- Farah, F. H. Z. (2010). *Evidências de validade e precisão no Teste de Pfister para crianças de 6 a 10 anos*. (Tese de Doutorado), Universidade de São Francisco, Itatiba. Recuperado de <https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/427/607850096293169.pdf>
- Farah, F. H. Z., Cardoso, L. M., & Villemor-Amaral, A. E. (2014). Precisão e validade do Pfister para avaliação de crianças. *Avaliação Psicológica*, 13 (2), 187-194. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712014000200006
- Gil, A. C. (2009). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 4ª ed.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014). *Pesquisas estatísticas do registro civil*. Recuperado de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2013/default_xls.shtm
- Lago, V. M. (2008). *As práticas em avaliação psicológica nos casos de disputa de guardas de filhos no Brasil*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Recuperado de <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/12595/000622268.pdf>
- Negrão, N. T., & Giacomozzi, A.I. (2015). A separação e disputa de guarda conflitiva e os prejuízos para os filhos. *Liberabit*, 21 (1), 103-114. Recuperado de http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S1729-48272015000100010&script=sci_arttext
- Oliveira, N. H. D. (2009). *Recomeçar: família, filhos e desafios*. São Paulo: Editora UNESP. Recuperado de <http://books.scielo.org/id/965tk/pdf/oliveira-9788579830365.pdf>
- Stallman, H. M., & Ohan, J. (2016). Parenting Style, Parental Adjustment, and Co-Parental Conflict: Differential Predictors of Child Psychosocial Adjustment Following Divorce. *Behaviour Change*, 33 (2), 112-126.
- Toloi, M. D. C. (2006). *Filhos do divórcio: como compreendem e enfrentam os conflitos conjugais no casamento e na separação*. (Tese de Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP. Recuperado de <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/15540/1/PCL%20-%20Maria%20Dolores%20Cunha%20Toloi.pdf>
- Villemor-Amaral, A. E. (2014). *As pirâmides coloridas de Pfister versão para crianças e adolescentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Villemor-Amaral, A. E. (2015). *As pirâmides coloridas de Pfister*. (3ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Todas as cores do mundo repercussões afetivas do cuidado oncológico na infância e adolescência

Nichollas Martins Areco

Sonia Regina Pasian

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo

Resumo: O diagnóstico oncológico na infância e adolescência gera modificações na percepção de si e vivência do corpo, na dinâmica familiar, vida escolar, interações sociais, cotidiano, projetos de vida e de futuro. O diagnóstico e processo de cuidado do câncer em ambiente hospitalar expõem o paciente pediátrico a experiência permeada por fatores e mecanismos de risco de natureza multifatorial, podendo provocar alterações no curso do desenvolvimento. Nesse contexto, este estudo objetivou avaliar longitudinalmente possíveis repercussões da experiência de adoecimento oncológico na dinâmica psíquica da criança e adolescente com câncer, com especial atenção a vivências afetivas, examinadas por método projetivo de avaliação psicológica. Foram individualmente avaliados 30 voluntários de sete a 17 anos, com diagnóstico oncológico há pelo menos um mês (tempo médio de tratamento igual a nove meses), em cuidado especializado num hospital-escola de referência no interior do Estado de São Paulo. Responderam a bateria de instrumentos de avaliação psicológica, aplicados e avaliados conforme seus respectivos padrões técnicos, incluindo o Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC), foco desta comunicação científica. Após intervalo de seis meses do primeiro exame psicológico, os participantes responderam novamente aos instrumentos de avaliação psicológica. Foram realizadas análises estatísticas descritivas e inferenciais sobre os dados, focalizando as variáveis “escolhas cromáticas” e “síndromes cromáticas” do TPC, comparando-se as duas etapas avaliativas (Teste de *Wilcoxon*, $p \leq 0,05$). Na primeira avaliação, o grupo de crianças concentrou suas escolhas nas cores azul, vermelho e verde, compondo a Síndrome Normal, acompanhando proporções esperadas para a faixa etária, indicando aparente equilíbrio nas vivências afetivas. No segundo momento, houve tendência de manutenção dos resultados iniciais, acompanhando concordância com padrões normativos do instrumento. No entanto, foram identificadas diferenças estatisticamente significativas entre os dois momentos avaliativos no tocante à média das cores Preto e Branco (elevadas na reavaliação) e Síndrome Incolor (aumentada na segunda aplicação). Estes achados podem ser compreendidos como reflexo da utilização dos mecanismos defensivos de caráter repressivo e inibitório dos afetos, com tendência à negação das vivências afetivas com o passar do tempo de vida. As variações nos dados do Pfister obtidos nos dois momentos avaliativos forneceram, portanto, evidências empíricas relativas às estratégias defensivas utilizadas pelas crianças e adolescentes ao longo de seu cuidado oncológico, colocando em uso recursos estabilizadores internos, além de sugerir o aproveitamento de sua riqueza afetiva e seu adequado funcionamento socioafetivo.

Palavras-chave: Câncer; Criança; Adolescente; Métodos Projetivos; Teste de Pfister.

Introdução

O adoecimento e o tratamento oncológico representam complexa situação, envolvendo recursos terapêuticos e tecnológicos refinados da Medicina contemporânea, mas também a compreensão que o câncer incide sobre os componentes sociais e psicológicos do paciente. Ao passar pelo cuidado oncológico, a criança e o adolescente experimentam as mais diversas situações vulnerabilizantes, implicando em: realização de procedimentos invasivos em exames laboratoriais ou administração de medicação via endovenosa ou em intervenções cirúrgicas; rupturas no cotidiano (que passa a ter maior foco no ambiente hospitalar); modificação das relações familiares e sociais; alteração no brincar e convivência com a escola; modificação da

autoimagem; efeitos adversos gerados pelo tratamento, além de momentos agudos de angústia e temor da morte (Mitchell, Clarke & Sloper, 2006; SIOP, 2009).

Ao adoecer, o paciente de oncologia pediátrica sofre pressões no processo de desenvolvimento normal, uma vez que é exposto a extensa gama de riscos biológicos, sociais e psíquicos. Conforme esclarecem Kurtz e Abrams (2011), as reações aos fatores de risco e aos impactos sobre o processo evolutivo irão variar conforme o tipo de câncer que acometeu a pessoa, bem como faixa etária do paciente pediátrico, com prevalência das características próprias das conquistas do desenvolvimento até então adquiridas pela criança (em idade pré-escolar, idade escolar ou na adolescência).

Dentro da diversidade de variáveis envolvidas no modo dos indivíduos enfrentarem o câncer, as características de personalidade também exercem reconhecida influência (Diehl & Hay, 2013; Peres & Santos, 2009). Quando se focaliza a etapa da infância e da adolescência, onde as bases estruturais da personalidade estão em formação, também se pode reconhecer variáveis relevantes para a compreensão dos mecanismos adaptativos dos indivíduos diante do quadro oncológico.

Ao tentar compreender a relação entre características de personalidade e qualidade de vida e saúde, Husson, Zebrack, Block, Embry, Aguilar, Hayes-Lattin e Cole (2017) realizaram estudo multicêntrico e longitudinal com 165 adolescentes e jovens adultos em várias etapas após o diagnóstico oncológico. Este grupo foi avaliado por escalas relativas a qualidade de vida, estresse, condições psicossociais, e avaliação da personalidade. Este processo de investigação apontou que o único traço de personalidade que estaria mais fortemente associado a prejuízos na qualidade de vida seria o neuroticismo. Essa característica de personalidade, de acordo com o estudo, favoreceria propensão à vivência de angústia e ansiedade, sofrimento psíquico que, por sua vez, poderia negativamente influenciar as condições de saúde mental dos pacientes em seu curso de tratamento do câncer.

Trentacosta, Harper, Albrecht, Taub, Phipps e Penner (2016) exploraram a influência da personalidade e temperamento de crianças com o diagnóstico de neoplasia diante de procedimentos invasivos. Participaram desta pesquisa 147 crianças vivenciando processo de assistência em saúde devido à doença neoplásica, bem como seus pais. Eles foram avaliados por escalas e inventários de temperamento e personalidade logo após a entrada no serviço hospitalar e após a realização de exames clínicos caracterizados como invasivos. Como achados principais os autores apontaram que a habilidade de direcionar o foco da atenção mostrou-se positivamente associada a maior resistência egóica. Comentaram que este mecanismo inibitório de autorregulação (controle do foco atencional) propiciaria menos sofrimento diante de

procedimentos dolorosos, bem como poderia, em longo prazo, amenizar experiências de ansiedade.

Em acréscimo a estes achados, Miller et al. (2009) problematizam a influência das características da personalidade no processo de elaboração da resiliência e na utilização particular dos fatores de proteção para lidar com os mecanismos de risco vividos por crianças e adolescentes com câncer. Argumentam que, além do modelo adaptativo repressivo frente ao processo de vulnerabilização pelo quadro oncológico, estariam também em jogo estratégias de enfrentamento utilizadas em complexos contextos de vida. Nesse sentido, variáveis internas dos indivíduos exerceriam importante influência no processo adaptativo, destacando como facilitadores a capacidade de entusiasmo e de engajamento com seu ambiente, a possibilidade do indivíduo vivenciar sensações angustiantes e conflituosas, as tentativas de controle de reações diante do mundo e as sensações vividas em seu íntimo. Por fim, esclarecem que estes recursos estariam sedimentados no conjunto das potencialidades cognitivas, emocionais, comportamentais e fisiológicas presentes na pessoa, sugerindo claro efeito da personalidade nesse processo de enfrentamento do câncer.

A partir desta breve exposição de alguns trabalhos identificados em levantamento da literatura científica sobre o tema, torna-se possível detectar lacuna no tocante ao estudo de influências de características da personalidade em crianças e adolescentes com câncer sobre a vivência de elementos de risco e possíveis fatores de proteção presentes em suas experiências. Nesse processo são escassos os estudos na área com base em métodos projetivos de avaliação psicológica, recurso sacramentado na literatura internacional para a compreensão da personalidade.

Frente ao exposto, esse trabalho objetivou avaliar longitudinalmente possíveis repercussões da experiência de adoecimento oncológico na dinâmica psíquica da criança e adolescente com câncer. A ênfase central voltou-se ao tema das vivências afetivas, examinadas por método projetivo de avaliação psicológica.

Método

O presente trabalho configura-se como um estudo longitudinal, de natureza quantitativa, descritivo-comparativo e interpretativo, a partir de instrumentos de avaliação psicológica. Os achados constituem parte do estudo de Doutorado do primeiro autor deste capítulo, devidamente examinado e autorizado por um Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos.

Participantes

A investigação envolveu grupo de crianças e de adolescentes, entre sete e 17 anos, com diagnóstico de câncer há pelo menos um mês e em cuidado hospitalar em centro de referência nessa área médica. Para esse trabalho foram, então, avaliados 30 crianças e adolescentes com diagnóstico oncológico e em tratamento no Serviço de Oncologia e Hematologia Pediátrica do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (HC-FMRP/USP), voluntários devidamente autorizados por seus pais/responsáveis. Adotou-se como critério de inclusão neste grupo o tempo mínimo de um mês de definição diagnóstica de neoplasia nos pacientes do referido serviço. Este período (um mês) é relevante para que se estabeleça o processo de adaptação ao câncer e a seu processo de cuidado, foco do presente trabalho.

Foram excluídas crianças e adolescentes que receberam diagnóstico de Leucemia Mieloide Crônica, uma vez que após o diagnóstico deste tipo de neoplasia o tratamento assume característica crônica, sem necessitar de internações ou retornos ambulatoriais constantes, com manutenção do cotidiano de vida do paciente e de seus familiares. De forma semelhante, foram desconsiderados potenciais voluntários com diagnóstico de doença neoplásica que comprometa a percepção ou que afete a capacidade cognitiva da criança ou adolescente. Assim, foram excluídos da composição da amostra aqueles em situação de impossibilidade de cura com prejuízo na qualidade de vida e cuidados de fim de vida, durante/após transplante de medula óssea, uma vez que estas vivências podem ser caracterizadas como situações agudas e de excessiva vulnerabilidade para suportarem também o processo de investigação científica.

O grupo clínico avaliado ficou constituído de 30 pacientes com idade média de 12,0 anos ($\pm 2,8$) na primeira fase do estudo, e 12,6 anos ($\pm 2,8$) na segunda fase. Com relação à procedência, 93,3% eram provenientes da região nordeste do estado de São Paulo, e 6,6% de outras regiões do Brasil. No conjunto de participantes, 11 apresentavam neoplasia no Sistema Linfohematopoiético, ou seja, Leucemias e Linfomas (36,6%), sete foram diagnosticados com tumores ósseos (23,3%), cinco com neoplasias de Sistema Nervoso Central (16,6%), três com Carcinomas (10,0%), dois portavam Tumor de Células Germinativas em Ovário (6,6%), e dois apresentavam outros tipos de diagnóstico oncológico (6,6%).

Ao examinarmos o tempo de diagnóstico de neoplasia entre os participantes do estudo na primeira avaliação (Fase 1), tinham média de 9,3 meses ($\pm 9,1$) de tempo de detecção da doença. Com relação ao tempo de diagnóstico no período da segunda avaliação (Fase 2), o grupo clínico possuía média de 15,4 meses ($\pm 8,9$) de determinação da doença neoplásica.

Embora constituída por conveniência, a amostra alcançada oferece condições para exame dos propósitos pleiteados neste trabalho.

Materiais

Além da consulta aos prontuários médicos dos voluntários desse trabalho, recorreu-se ao Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister como base para avaliação das vivências afetivas dos participantes. Esse instrumento de natureza projetiva avalia características da personalidade, a partir de atividade não verbal (construção de pirâmides com quadrículos coloridos). Fornece indicadores relativos a manifestações simbólicas dos sentimentos e da organização afetiva, envolvendo autopercepção, contatos interpessoais, dinâmica afetiva, funções estruturais e cognitivas (Villemor-Amaral & Franco, 2011). A compreensão e análise dos dados são realizadas levando em consideração o modo pelo qual é executada a tarefa, como se coloca os quadrículos e os tipos de arranjos feitos com os mesmos, além da utilização e combinação das cores.

É importante ressaltar que estudos recentes no Brasil evidenciam adequados indicadores psicométricos para o Teste de Pfister (Villemor-Amaral, 2016). Destaca-se ainda que foram considerados os referenciais normativos específicos de cada faixa etária avaliada, utilizando-se como norma para crianças os dados da faixa etária de sete a 11 anos (Villemor-Amaral, 2014) e, como padrão normativo de adolescentes, os achados da faixa etária de 12 a 17 anos (Pasian, Barroso & Theodózio, 2014).

Procedimentos

A fim de identificar possíveis participantes para esse trabalho, foi realizada busca ativa com a equipe de saúde do Serviço de Oncologia e Hematologia Pediátrica do HC/FMRP-USP. No caso de pacientes atenderem aos parâmetros estabelecidos pela proposta de pesquisa, foi estabelecido contato com a família responsável pelo usuário de serviço, de modo a explicar os objetivos e a proposta do trabalho, apresentando o convite a sua participação e a de seu(ua) filho(a). A partir do consentimento prévio dos pais ou responsáveis, o primeiro autor desse trabalho procurou a criança ou o adolescente com intuito de explicar o estudo e solicitar sua participação. Obtidos o aceite da família e do paciente para o estudo, foram definidos datas, local e horários para aplicação dos instrumentos.

As atividades pertinentes à avaliação psicológica das crianças e adolescentes foram realizadas em uma única sessão individual, previamente agendada com os voluntários, em sala apropriada, no ambulatório ou enfermaria da Oncologia Pediátrica do HCFMRP/USP. Em caso

de preferência dos participantes por outro ambiente que não o de tratamento, a avaliação ocorreu no domicílio familiar. Após o devido *rapport*, a criança/adolescente foi submetido a conjunto de instrumentos de avaliação psicológica previsto no estudo de Doutorado do primeiro autor, incluindo o Teste de Pfister, foco desse trabalho (fase 1).

Transcorrido o tempo de pelo menos seis meses da primeira participação na pesquisa, familiares e pacientes foram procurados a fim de que pudessem colaborar novamente com o estudo (fase 2 do estudo). É importante esclarecer que ao ser apresentada a proposta de participação, foi esclarecido e acordado que o paciente pediátrico e seus familiares seriam convidados a cooperar em um segundo momento, sem nenhuma oposição a tal proposta. A colaboração com a segunda fase do estudo foi realizada em um intervalo de seis a oito meses da primeira avaliação, replicando-se os procedimentos iniciais.

Os dados do Teste de Pfister foram sistematizados de acordo com as diretrizes disponíveis em Villemor-Amaral (2014). Após a elaboração do banco de dados computacional, foram realizadas análises descritivas e comparativas dos dois momentos avaliativos do grupo clínico (teste de *Wilcoxon* para amostras pareadas), utilizando-se nível de significância de 5%, calculando-se ainda o tamanho do efeito (*d* de *Cohen*) de possíveis diferenças estatísticas.

Resultados e Discussão

As informações derivadas do Teste de Pfister permitem caracterizar variáveis relacionadas ao funcionamento lógico e afetivo de indivíduos, bem como sobre sua organização racional. Nesse trabalho foram utilizados os indicadores relativos às escolhas cromáticas e às síndromes cromáticas, complementando com a comparação destes resultados aos padrões normativos disponíveis no Brasil para essa faixa etária.

Os achados empíricos referentes às escolhas cromáticas na avaliação e reavaliação do grupo clínico avaliado podem ser visualizados na Tabela 1. Nela consta ainda a comparação estatística dos resultados médios desses dois momentos avaliativos (fase 1 e fase 2).

Tabela 1. Resultados médios e comparação estatística das duas avaliações do grupo clínico ($n=30$) em função das cores no Teste de Pfister.

Cor Pfister	Fase	Análise Descritiva				Análise Comparativa		
		Média	DP	Mínimo	Máximo	z	p	d de Cohen
Azul	Fase 1	17,4	7,3	4,4	37,8	-0,239	0,811	0,041
	Fase 2	17,0	7,7	0	33,3			
Vermelho	Fase 1	15,7	9,5	0	40,0	-0,108	0,914	0,021
	Fase 2	15,9	8,3	0	33,3			
Verde	Fase 1	16,2	9,2	0	42,2	-0,928	0,353	0,133
	Fase 2	14,5	9,4	0	42,2			
Violeta	Fase 1	13,1	7,7	0	33,3	-0,932	0,352	0,078
	Fase 2	11,7	8,6	0	33,3			
Laranja	Fase 1	7,6	7,0	0	33,3	-0,662	0,508	-0,073
	Fase 2	8,4	6,2	0	33,3			
Amarelo	Fase 1	10,0	10,5	0	48,9	-0,395	0,693	0,194
	Fase 2	7,9	5,9	0	24,4			
Marrom	Fase 1	6,6	6,6	0	33,3	-0,243	0,808	0,027
	Fase 2	6,5	6,8	0	33,3			
Preto	Fase 1	4,0	6,2	0	31,1	-2,108	0,035	-0,234
	Fase 2	5,6	4,9	0	17,8			
Branco	Fase 1	6,1	5,8	0	31,1	-1,806	0,071	-0,364
	Fase 2	8,4	8,4	0	31,1			
Cinza	Fase 1	3,2	3,0	0	8,9	-1,090	0,276	-0,249
	Fase 2	4,1	3,8	0	13,3			

Nota-se apenas uma diferença estatisticamente significativa (na cor preta) e outra tendência (na cor branca) entre as escolhas cromáticas nos dois momentos avaliativos. As crianças e adolescentes apresentaram maior frequência média destas cores na reavaliação, após seis meses da primeira aplicação do Teste de Pfister, ainda que com tamanho do efeito médio nessa diferenciação entre as fases.

Ao considerar as ponderações de Capitão, Lopes, Silva e Adib (2012) e Villemor-Amaral (2014), estes achados (elevação do branco e do preto) podem significar tentativas de negação das emoções, sugerindo vivências de dificuldade em lidar com as repercussões afetivas das experiências de vida. Pode-se pensar, portanto, que ao longo do tempo as crianças e os

adolescentes em tratamento oncológico tenderam a recorrer mais a estratégias defensivas baseadas em mecanismos de negação, favorecendo-lhes adaptação ao contexto de vida.

Em complemento às escolhas das cores, tem-se a comparação dos achados relativos às síndromes cromáticas do Teste de Pfister nos dois momentos avaliativos. Esses dados compõem a Tabela 2.

Tabela 2. Resultados médios e comparação estatística das duas avaliações do grupo clínico ($n=30$) em função das síndromes cromáticas no Teste de Pfister.

Síndromes Pfister	Fase	Análise Descritiva				Análise Comparativa		
		Média	DP	Mínimo	Máximo	z	p	d de Cohen
Normal	Fase 1	49,33	11,35	17,80	68,90	-1,093	0,274	0,158
	Fase 2	47,40	10,34	28,90	75,60			
Estímulo	Fase 1	33,33	12,87	0,00	64,40	-0,547	0,584	0,095
	Fase 2	32,14	11,42	13,30	66,70			
Fria	Fase 1	46,74	9,79	22,20	66,70	-0,606	0,509	0,149
	Fase 2	43,18	14,04	0,00	75,60			
Incolor	Fase 1	13,32	8,29	0,00	33,30	-2,531	0,011	-0,446
	Fase 2	18,15	10,74	0,00	44,40			

Observa-se diferença estatisticamente significativa nos dados obtidos na primeira e na segunda avaliação do Teste de Pfister na variável relativa à Síndrome Incolor, embora com reduzido efeito. A porcentagem média dessa síndrome elevou-se de modo significativo na reavaliação, fortalecendo os achados específicos da elevação do branco e do preto, anteriormente apontada. Em outras palavras, tem-se novo indício de aumento dos mecanismos repressivos e inibitórios dos afetos, com tendência à negação das vivências afetivas com o passar do tempo de vida dessas crianças e adolescentes em tratamento oncológico.

Cabe a ressalva, no entanto, que os valores encontrados para todas as síndromes cromáticas do Teste de Pfister acompanharam os padrões normativos pautados por Villemor-Amaral (2014). Desse modo, os participantes apontaram que conseguem se adequar ao padrão de funcionamento socioafetivo existente em grupos de referência, sugerindo preservação do processo adaptativo.

Essas variações nos dados do Pfister obtidos nos dois momentos avaliativos forneceram, portanto, evidências empíricas relativas às estratégias defensivas utilizadas pelas crianças e adolescentes ao longo de seu tratamento oncológico, colocando em uso recursos estabilizadores

internos. Esses achados sugerem desenvolvimento de recursos defensivos e aproveitamento da riqueza afetiva em uma direção saudável, abrindo caminho para a adaptação ao universo do tratamento oncológico.

Verifica-se que o intervalo de pelo menos seis meses entre as avaliações aparentemente não produziu repercussões significativas na distribuição dos casos no conjunto de variáveis em foco. Não houve diferenças estatisticamente significativas entre as duas aplicações do Teste de Pfister nas crianças e nos adolescentes avaliados, mantendo suas frequências de escolhas das cores e das síndromes cromáticas ao longo do tempo. Em outras palavras, pode-se comentar que sinalizaram manutenção de seu funcionamento afetivo e lógico, marcado pela reduzida proporção do uso do amarelo, do violeta, do preto, do branco e do cinza, mas com elevação do uso do marrom e da Síndrome Incolor. Apesar dos múltiplos procedimentos de cuidado oncológico, preservaram recursos adaptativos, como mostram as síndromes Normal, Estímulo e Fria na média, elevando a frequência dos casos com Síndrome Incolor aumentada na segunda avaliação.

Esses achados parecem acompanhar as observações de Patenaude e Kupst (2005), Phipps (2007) e Wechsler e Sánchez-Iglesias (2013), os quais apontaram que pacientes oncológicos pediátricos não demonstram diferenças robustas com relação aos recursos psíquicos e às estratégias adaptativas utilizadas, quando comparados a pessoas saudáveis de sua faixa etária. Os autores também sinalizaram que indicadores de ansiedade, depressão ou estresse pós-traumático em crianças e adolescentes em tratamento oncológico mantêm o mesmo perfil epidemiológico de seu grupo de referência etário. Apontaram ainda que indicadores relativos à qualidade de vida em pacientes oncológicos pediátricos muitas vezes superam aqueles obtidos por crianças e adolescentes nunca expostos a tratamentos médicos intensivos.

Essa linha interpretativa acompanha achados de estudos conduzidos por Willians, Allen e Phipps (2011), e Trentacosta, Harper, Albrecht, Taub, Phipps e Penner (2016), ao asseverar que, a fim de conseguirem lidar com os desafios e adversidades da experiência de adoecimento, crianças e adolescentes com câncer utilizam um estilo adaptativo repressivo e evitativo. McWillians (2014) esclarece que estes processos defensivos são adotados por crianças que já apresentam integração madura de seus recursos ideofetivos na personalidade. Seriam usados em resposta a impulsos e afetos ameaçadores de forma de mantê-los distantes da consciência, preservando boa relação com a realidade. Existiria complementaridade entre mecanismos de intelectualização e de racionalização como estratégias para lidar com a sobrecarga emocional produzida por estressores presentes em seu meio.

Neste sentido, Noll e Kupst (2012) argumentaram que as estratégias adaptativas empregadas por crianças e adolescentes em tratamento oncológico desencadeariam desfechos desenvolvimentais positivos. Deste modo, esses indivíduos com câncer, ao se engajarem na experiência dolorosa e ao tentarem se ajustar às grandes transformações e sofrimentos inerentes ao tratamento oncológico, acabariam por desenvolver respostas positivas de superação da vivência de crise, mostrando-se bem-sucedidos no aproveitamento da experiência em prol do desenvolvimento.

As considerações precedentes podem ser articuladas, de algum modo, com a concepção de Harper et al. (2014) ao relatar evidências sobre o funcionamento psíquico do paciente oncológico pediátrico. Segundo esses pesquisadores, este paciente tende a utilizar seu funcionamento executivo para desfocar a atenção de estímulos desagradáveis, bem como para inibir ou ativar comportamentos, passando assim a modular racionalmente suas emoções em decorrência de temores e frustrações. Ao lançar mão desta estratégia defensiva, consegue controlar suas reações afetivas negativas, obtendo maior adaptação a eventos estressantes e angustiantes, de modo a preservar sua qualidade de vida. Embora com alguma interligação, essas interpretações dos achados devem ser ponderadas em suas especificidades técnico-teóricas, visto que advêm de diferentes tipos de instrumentos de avaliação psicológica utilizados nos estudos.

Considerações Finais

Foi possível identificar, pelos achados atuais, que crianças e adolescentes com câncer preferencialmente lançam mão de recursos de racionalização para lidar com as repercussões emocionais de sua realidade, tendendo a inibir expressões socioafetivas. Deste modo, sinalizaram um estilo adaptativo repressivo como forma recorrente de busca de equilíbrio diante das tensões internas e vivências externas ameaçadoras, associadas ao câncer e seus cuidados.

Apesar da hipótese inicial deste trabalho considerar a existência de alterações significativas na dinâmica e na formação de características de personalidade de crianças e adolescentes que convivem com o cuidado oncológico, isso não foi aqui confirmado. Assim, ao examinar os achados derivados de avaliações realizadas em dois momentos distintos, percebeu-se prioritariamente indicadores de adequação dos esforços adaptativos de crianças e adolescentes que convivem com o câncer. Foi possível apontar para a efetividade das estratégias psíquicas adotadas, favorecedoras de positivo percurso em seu desenvolvimento.

Referências

- Dejong, M. & Fobonne, E. (2006). Depression in pediatric cancer: an overview. *Psycho-Oncology*, 15 (7), 553–566.
- Diehl, M & Hay, E. L. (2013). Personality-related risk and resilience factors in coping with daily stress among adult cancer patients. *Research in Human Development*, 10 (1), 47-69.
- Eiser, C.; Eiser, J. R.; & Stride, C. B. (2005). Quality of life in children newly diagnosed with cancer and their mothers. *Health and Quality of Life Outcomes*, 3 (29).
- Harper, F.W.K.; Penner, L.A.; Peterson, A.; Albrecht, T.L. & Taub, J. (2012). Children's positive dispositional attributes, parents' empathic responses, and children's responses to painful pediatric oncology treatment procedures. *Journal of Psychosocial Oncology*, 30 (5), 593-613.
- Kurtz, B.P. & Abrams A.N. (2011) Psychiatric aspects of pediatric cancer. *Pediatric Clinics of North America*, 58 (4), 1003-1023.
- Landolt, M.A.; Vollrath, M.; Niggli, F.K.; Gnehm, H. E.; & Sennhauser, F.H. (2006). Health-related quality of life in children with newly diagnosed cancer: a one year follow-up study. *Health and Quality of Life Outcomes*, 3 (29).
- McWilliams, N. (2014). *Diagnóstico Psicanalítico*. Porto Alegre: Artmed.
- Mitchell, W.; Clarke, S.; & Sloper, P. (2006). Care and support needs of children and young people with cancer and their parents. *Psycho-Oncology*, 15 (9), 805–816.
- Noll, R. B. & Kupst, M. J. (2007). Commentary: The Psychological Impact of Pediatric Cancer Hardiness, the Exception or the Rule? *Journal of Pediatric Psychology*, 32 (9), 1089-1098.
- Pasian, S. R., Barroso, J. B., & Theodozio, D. R. (2014). O Teste de Pfister na adolescência. In A. E. Villemor-Amaral (2014). *As Pirâmides de Pfister com Crianças e Adolescentes* (pp. 107-126). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Patenaude, A. F. & Kupst, M. J. (2005). Psychosocial functioning in pediatric cancer. *Journal of Pediatric Psychology*, 30 (1), 9-27.
- Peres, R. S. & Santos, M. A. (2009). Personalidade e câncer de mama: produção científica em Psico-Oncologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25 (4), 611-620.
- Phipps, S. (2007). Adaptive style in children with cancer: implications for a positive psychology approach. *Journal of Pediatric Psychology*, 32 (9), 1055–1066.
- Sociedade Internacional de Oncologia Pediátrica – SIOP (2009). *Orientações Sobre Aspectos Psicossociais em Oncologia Pediátrica*. Françoso, L.P.C. & Valle, E.R.M. (Trad.). São Paulo: Mastered.
- Torres, W. C. (1999). *A criança diante da morte: desafios*. São Paulo: Casa do Psicólogo

- Trentacosta, C. J.; Harper, F. W. K.; Albrecht, T. L.; Taub, J. W.; Phipps, S. & Penner, I. (2016). Pediatric cancer patients' treatment-related distress and longer-term anxiety: an individual differences perspective. *Journal of Developmental & Behavioral Pediatrics*, 37 (9), 753-7561.
- Valle, E. R M. (1997). *Câncer infantil: Compreender e agir*. Campinas, SP: Editora Psy.
- Villemor-Amaral, A.E. & Franco, R.R.C. (2011). Novas contribuições para o Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister. In: A.E. Villemor-Amaral & B.S.S. Werlang (orgs.). *Atualizações em métodos projetivos para avaliação psicológica* (pp. 413-421). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Villemor-Amaral, A.E. (2014). *As Pirâmides de Pfister com Crianças e Adolescentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Villemor-Amaral, A.E. (2016). *As Pirâmides Coloridas de Pfister*. 4ª. edição. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Wechsler, A.M. & Sánchez-Iglesias, I. (2013). Psychological adjustment of children with cancer as compared with healthy children: a meta-analysis. *European Journal of Cancer Care*, 22, 314–325.
- Williams, A. N.; Allen, M. T. & Phipps, S. (2011). Adaptive style and physiological reactivity during a laboratory stress paradigm in children with cancer and healthy controls. *Journal of Behavioral Medicine*, 34 (5), 372–380.

Expressão e Regulação Afetiva-Emocional em Adolescentes Agressores Sexuais

Flavia A. Chammas

Danielle F. Leme

Renata M. F. Campos

Sociedade Rorschach de São Paulo

Resumo: Introdução: A agressão sexual pode ser definida como o uso da força física e do terror na tentativa de estupro ou outros atos libidinosos. Pode-se considerar o comportamento sexual desviante decorrente de traços de personalidade. A esfera afetiva é considerada o setor básico da personalidade e reúne funções subjetivas – instintos e sentimentos – que influenciam o pensamento, a tomada de decisão, as relações sociais, e a saúde física e mental dos indivíduos. Objetivo: Investigar a expressão e regulação afetivo-emocional em um grupo de adolescentes agressores sexuais, que cumprem medidas socioeducativas. Método: A amostra estudada compreendeu um grupo de 38 jovens entre 15 e 20 anos que praticaram agressões sexuais. O instrumento utilizado para pesquisa o método de Rorschach (Sistema Silveira). Os dados obtidos foram tratados estatisticamente através do Mann-Whitney test e F-teste para duas variáveis e comparados com um grupo controle composto por 24 adolescentes sem histórico de violência. Resultados: Foi possível constatar no grupo de agressores em relação ao grupo controle, o predomínio de expressão afetiva imatura com necessidade de satisfação imediata dos afetos e mecanismos de controle insuficientes. Estes jovens são facilmente mobilizados pelos estímulos afetivos do ambiente, porém tem dificuldade em aprender e utilizar experiências passadas para uma ação mais assertiva. Conclusão: Os resultados obtidos indicaram aspectos disfuncionais em relação a dimensão afetiva da personalidade, portanto pode-se inferir que tais aspectos interferem significativamente na expressão e regulação afetivo-emocional comprometendo a adaptação destes jovens ao meio em que vivem, sendo necessárias medidas intervenção visando o melhor manejo das emoções.

Palavras-chave: Adolescentes; Agressão sexual; Expressão afetiva-emocional; Método de Rorschach

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 1995) considera a adolescência o período que compreende os 10 e 19 anos de idade. A palavra adolescência tem origem latina *ad* (para) e *olesceer* (crescer), significando literalmente “crescer para”, o que permite pensar em um indivíduo em processo de crescimento. Considerada como uma fase intermediária entre a infância e a idade adulta, esta etapa da vida é marcada por mudanças físicas e comportamentais, e portanto, um período de ajustamento e vulnerabilidade (Steinberg, 2005).

Na adolescência, também a personalidade está em fase final de estruturação e a sexualidade aparece dentro desta conjuntura, como um elemento organizador da identidade (Osório, 1992). Neste sentido, pode-se considerar o comportamento sexual desviante decorrente de alguns traços de personalidade que interferem na formação da identidade social.

A agressão sexual é definida como o uso da força física e do terror na tentativa de estupro ou outros atos libidinosos, caracterizando-se como um fenômeno universal, que pode envolver qualquer idade, nível social e econômico, religião ou cultura (Pfeiffer & Salvagni, 2005).

Apesar de escassos, os estudos que abordam as características de personalidade de agressores sexuais apontam a dificuldade em controlar os impulsos e os desejos (Chagnon, 2014; Glowacz & Born, 2013; Pasqualini-Casado, Vagostello, Villemor-Amaral, & Nascimento, 2008; Young, Justice, & Edberg, 2010). Tais estudos no entanto, referem-se à população adulta e definem os agressores sexuais como indivíduos que agem de forma impulsiva e descontrolada, desconsiderando as regras sociais em benefício da satisfação pessoal (Costa & Mello, 2012).

Por serem de difícil compreensão, os crimes de natureza sexual cometidos por adolescentes, não admitem uma explicação elementar. Como tal, muitas teorias foram propostas para explicar por que alguns jovens abusam sexualmente de outras pessoas.

Na adolescência sabe-se que é bastante comum padrões cognitivos e de comportamento caracterizados pela impulsividade e deficiência de controle inibitório por falta de julgamento crítico. O controle de impulsos está relacionado com o córtex pré-frontal, a última área cerebral a se desenvolver, sendo que sua maturação se completa após o período da adolescência (Mesulam, 2000; Galvan et al., 2007).

Neste sentido, vários estudos que abordam o tema da violência sexual, fazem referência a problemas relacionados à disfunções executivas, tais como dificuldade de controlar impulsos (Craig et al., 2004; Kelly et al., 2002; Stinson et al., 2005; White et al., 1994); dificuldade de regular e avaliar as emoções (Hoaken et al., 2007; Stinson et al., 2005); dificuldade de interpretar corretamente as pistas sociais (Hoaken et al. al., 2007; Kelly et al., 2002; White et al., 1994) e incapacidade de processar informações com rapidez suficiente para eliciar uma resposta comportamental e emocional apropriada (Kelly et al., 2002). Obviamente, nem todos os jovens com tais dificuldades cometem atos infracionais, podendo outros fatores influenciar tal comportamento, como por exemplo, traços de personalidade.

De acordo com a investigação sistemática proposta por Silveira (1985), e sobre os quais estão pautados os princípios da Escola Brasileira de Rorschach, a personalidade se estrutura através de um modelo sistêmico em que afetividade e cognição são considerados como sistemas funcionais adaptativos que interagem entre si. Ambos os sistemas processam informações oriundas do ambiente externo e interno, selecionam os dados pertinentes, fornecendo uma resposta apropriada à manutenção da existência física e social, e ao mesmo tempo integram essas experiências na memória.

A esfera afetiva é básica com relação à personalidade e reúne processos funcionais relacionados aos impulsos instintivos e aos sentimentos mais diferenciados que participam do pensamento, da tomada de decisão e das relações interpessoais, bem como a saúde física e

mental dos indivíduos. Quando processamento destas funções ocorre de maneira excessivamente intensa ou compulsiva, ou ainda de modo desviante dos padrões aceitos socialmente, implica em conseqüentes dificuldades de ajustamento.

Os dinamismos psicológicos ligados à afetividade podem ser estudados com a Prova de Rorschach por meio da análise das respostas das séries de cor e de luminosidade. As primeiras envolvem a percepção da cor, e referem-se à reações afetivas intrínsecas; e as segundas, envolvem a percepção das gradações tonais dos estímulos, e representam o impacto gerado pelo entendimento de um estímulo afetivo, estando portanto, relacionadas às reações emocionais.

Nesta perspectiva, o estudo da expressão afetiva-emocional pode contribuir para melhor compreensão da dinâmica patogênica do comportamento sexual, favorecendo a definição de programas de intervenção psicológica. Assim sendo, o objetivo deste estudo foi investigar por meio da Prova de Rorschach, a expressão e regulação afetivo-emocional em um grupo de adolescentes agressores sexuais, que cumprem medidas socioeducativas.

Método

Trata-se de um estudo observacional e comparativo, com abordagem quantitativa, do qual participaram uma amostra de 38 jovens do sexo masculino, entre 15 e 20 anos que praticaram agressões sexuais, e encontram-se privados de liberdade cumprindo medidas socioeducativas. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado uma entrevista semiestruturada elaborada pelos pesquisadores, e realizada com os próprios adolescentes a fim de averiguar dados de história pessoal, sócio-demográficos, histórico escolar e laboral, dados referentes à vida familiar, relacionamentos interpessoais, abuso substâncias, e sobre o ato infracional.

Como instrumento de avaliação foi utilizado o Método de Rorschach avaliado segundo o Sistema Aníbal Silveira. Trata-se de um instrumento de avaliação de personalidade composto de dez pranchas com manchas de tinta, nas quais o examinando deve falar com o que se parecem. A tarefa consiste em organizar, articular e atribuir um significado a estímulos ambíguos e pouco estruturados. Para tanto, são solicitados processos cerebrais relativos à percepção, atenção, memória, pensamento, emoção e linguagem. A análise desses processos permite a distinção de reações afetivas, elaborações cognitivas e comportamento explícito, que interagem entre si e caracterizam os dinamismos psicológicos individuais.

Todos os adolescentes foram entrevistados e avaliados em uma única sessão realizada na sede da Sociedade Rorschach de São Paulo (SRSP). Este estudo foi autorizado pelo

Departamento da Infância e Juventude do Estado de São Paulo e pelo Comitê de Ética da SRSP, sendo parte integrante do núcleo jurídico do Laboratório de Pesquisas e Avaliação Psicológica (LAPAP), desta Sociedade.

Os dados coletados foram agrupados em planilhas do Excel -2007 e analisados pelo setor de estatística do LAPAP a partir de frequências absolutas e relativas, das medidas descritivas, médias, medianas e desvio padrão, e pelo teste binomial. Por se tratar de amostras independentes, o Mann-Whitney Teste foi utilizado para comparar as diferenças entre as médias obtidas entre os grupos de adolescentes agressores sexuais e não agressores.

Resultados

Os dados sociodemográficos obtidos com as entrevistas revelaram que a idade média dos adolescentes que compõem a amostra é 17,68. A maioria tem ensino fundamental completo totalizando 60,53% da amostra. Apenas 10,53% do total são casados, porém 86,84% deles, possuem filhos. O nível socioeconômico predominante é baixo compreendendo 78,95%, sendo que mais da metade do total da amostra, 63,16% desenvolvia algum tipo de atividade laboral na época em que ocorreu o ato infracional. Dos trinta e oito jovens entrevistados, 52,63% negaram o uso de drogas ilícitas, mesmo que esporadicamente.

Quanto aos dados referentes à vida familiar, chama atenção que apenas 18,42% tinham histórico de violência intrafamiliar, bem como 60,53% tiveram um contato escasso com a figura paterna.

No que se refere ao delito, 84,21% cometeram estupro e 15,79% atentado violento ao pudor.

Os dados referentes ao perfil sociodemográfico foram reunidos e demonstrados na tabela 1.

Tabela 1: Perfil sociodemográfico referente à amostra de adolescentes agressores sexuais (n=38)

Variável	n	%
Idade		
15	3	7,89
16	6	15,79
17	5	13,16
18	14	36,84
19	6	15,79
20	4	10,53
Escolaridade		
Ensino fundamental	23	60,53
Ensino fundamental incompleto	14	36,84
Ensino Médio	1	2,63
Estado Civil		
Casado	4	10,53
Solteiro	34	89,47
Filhos		
Sim	33	86,84
Não	5	13,16
Atividade laboral		
Sim	24	63,16
Não	14	36,84
Nível Socioeconômico		
Baixo	30	78,95
Médio	6	15,79
Médio Alto	1	2,63
Médio Baixo	1	2,63
Delito		
Atentado violento ao pudor	6	15,79
Estupro	32	84,21
Abuso de Drogas		
Sim	18	47,37
Não	20	52,63
Violência Intrafamiliar		
Não	27	71,05
Sim	7	18,42
Sem informação	4	10,53
Ausência do pai		
Não	23	60,53
Sim	15	39,47

Em função as diversas variáveis obtidas com a Prova de Rorschach, optou-se aqui pela descrição apenas daquelas associadas aos aspectos afetivos emocionais, analisados segundo os pressupostos teóricos adotados Coelho (2007), a saber: índice de afetividade (Af), índice de

Impulsividade (Imp), respostas de cor (FC:CF+C), respostas de luminosidade (L+C': 1 + 1'), sendo estes últimos referentes aos aspectos emocionais.

Para Hermann Rorschach, o conjunto destes índices fornece uma medida em relação à habilidade do indivíduo para vivenciar e expressar seus afetos e emoções.

A Tabela 2, mostra os resultados das médias obtidas referentes aos indicadores do Rorschach acima citados, nos dois grupos, adolescentes com desenvolvimento típico e adolescentes agressores sexuais.

Tabela 2: Resultados da Prova de Rorschach – esfera afetiva

Índice	Adolescente normal Média	Adolescente agressor sexual Média
Af - Índice de afetividade: que exprime a susceptibilidade aos estímulos afetivos.	1,25	1,48*
Imp - Índice de Impulsividade.	0,61	0,54
FC - Resposta baseada na forma e secundariamente na cor.	3,61	2,50
CF - Resposta provocada pela cor e secundariamente pela forma.	1,52	1,34
C - Resposta determinada pela cor, sem participação da forma.	0,26	0,13
L - Forma bem delimitada, determinada pela luminosidade, isto é, pela reação subjetiva aos tons claro-escuros.	0,70	0,55
C' Tons acromáticos - branco, preto, sombreado - usados como cor na resposta, porém - na nossa acepção - com a forma implícita na associação.	1,61	0,89*
l - Sensação de relevo, ou de textura, determinada pela diferença de tonalidade.	0,09	0,16
l' - Contraste entre luz e sombra, ou efeito de transparência, ou ausência de forma, ou ainda sensação tátil.	0,13	0,03

*valores significativos $p < .05$

O índice de afetividade, medido através da soma de respostas obtidas nas pranchas coloridas, dividida pela soma de respostas obtidas nas pranchas monocromáticas, indica a reatividade aos estímulos afetivos do ambiente, tanto aos sentimentos quanto aos impulsos mais primários ligados aos instintos de sobrevivência e manutenção da espécie. A diferença obtida entre os dois grupos em relação ao referido índice foi significativa, indicando que os adolescentes agressores sexuais demonstram maior reatividade às solicitações afetivas do ambiente ($Af=1,48\uparrow$), quando comparados com os adolescentes do grupo controle. ($Af=1,25$).

O índice de impulsividade (Imp), é calculado pela soma das respostas obtidas nas pranchas II e III, dividido pela soma das respostas das pranchas VIII, IX e X. Não foram encontradas diferenças significativas entre os dois grupos. Em ambos os casos as disposições afetivas tendem a obedecer aos impulsos mais aceitáveis socialmente.

Ambos os grupos apresentaram a prevalência de FC sobre CF + C ($FC > CF + C$) o que indica a capacidade de reagir de maneira mais adequada, com maior subordinação dos afetos às exigências da realidade. No entanto, os adolescentes que não cometeram ato infracional, apresentaram maior capacidade de controle dos impulsos ($FC=3,6$; $CF+C=1,76$) quando comparados com os adolescentes agressores ($FC=2,5$; $CF+C=1,43$). Tal fato indica que apesar de não serem totalmente desvinculadas das exigências externas, as reações afetivas deste segundo grupo tendem a ser mais espontâneas, imaturas e autocentradas.

A análise dos dinamismos emocionais indicou que o grupo de adolescentes agressores apresenta com uma frequência significativamente menor respostas referentes à adaptação emocional concreta e indutiva (C'). Tal fato sugere que este grupo demonstra maior dificuldade em aprender com experiências passadas, e utilizá-las para ações mais assertivas. Indicando carência de prudência em suas reações.

Embora sem significância estatística, chama atenção que o grupo dos adolescentes agressores apresenta tendência elevada para ocorrência do determinante 1 , o que indica um modo imaturo, ainda muito primário e egocêntrico no que se refere ao manejo das emoções. Além disso, estes jovens apresentam rebaixamento do determinante 1', quando comparados ao grupo controle, sugerindo ausência de ansiedade.

Discussão

De modo geral foi possível constatar no grupo de adolescentes agressores, o predomínio de expressão afetiva mais imatura com necessidade de satisfação imediata dos afetos e mecanismos de controle insuficientes. Estes jovens são facilmente mobilizados pelos estímulos afetivos do ambiente, porém tem dificuldade em aprender e utilizar experiências passadas na busca de melhores formas de atuar. Além disso, tendem a não apresentar sinais de ansiedade, mesmo que em nível mínimo, e as experiências emocionais ocorrem de modo ainda muito imaturo.

Há que se considerar ainda, as questões de caráter socioambiental, como baixa escolaridade, baixo nível socioeconômico, abuso de substâncias psicoativas e características familiares que influenciam diretamente na formação do indivíduo, e presentes na amostra. No entanto, a descrição mais detalhada dos fatores socioambientais deste grupo de jovens, é tema

desenvolvido em outro estudo.

Steinberg (2005) estabelece uma relação entre os estágios de maturação biológica da puberdade e o processamento de informações sociais. Segundo o autor, vários estudos tem sugerido que a excitação e motivação estão relacionadas às mudanças fisiológicas que ocorrem nos diferentes estágios da puberdade, antes que a maturação dos lobos frontais esteja completa. Assim, esta condição contribui para formação um período de maior vulnerabilidade a problemas na regulação do afeto e do comportamento, o que de algum modo explicaria o aumento do potencial na adolescência para assumir riscos, imprudência e o surgimento de problemas emocionais e comportamentais.

Há consenso de que além das características individuais, fatores socioambientais exercem um papel importante no risco aumentado para prática de atos infracionais. Isto posto, considera-se que a agressão sexual é resultado de uma combinação de variáveis biopsicossociais, que incluem peculiaridades do indivíduo, histórico de desvios de comportamento de ordem não-sexual, variáveis familiares e socioambientais, como isolamento social e comportamento antissocial. (Becker & Kaplan, 1988)

No caso de adolescentes que cometeram agressões sexuais aqui estudados, ficou evidente a elevada reatividade aos estímulos afetivos do ambiente, menor subordinação dos afetos à realidade externa e carência da prudência em suas ações, quando comparados ao grupo de adolescentes sem histórico de prática de atos infracionais. Ao conjunto destas circunstâncias soma-se o histórico de vida destes jovens que integra em grande parte, famílias disfuncionais e variáveis ambientais desfavoráveis.

Conclusão

Os dados obtidos com a amostra indicaram aspectos disfuncionais no que tange a dimensão afetiva da personalidade, portanto pode-se inferir que tais aspectos interferem significativamente na expressão e regulação afetivo-emocional comprometendo a adaptação destes jovens ao meio em que vivem, sendo necessárias medidas intervenção mais eficazes visando o melhor manejo das emoções.

De acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (2013), na maioria dos casos, os adolescentes praticam atos infracionais em função de uma conjuntura de fatores e problemas que podem ser transformados e superados.

Portanto, partindo deste princípio, considera-se que a compreensão de tais aspectos de personalidade deste grupo de jovens que cometeram agressões sexuais, oferece não apenas

relevância teórica, mas também podem ser úteis para identificação do prognóstico e intervenção específica para estes adolescentes, e conseqüentemente promover uma inserção social saudável.

Cumprе ressaltar que limitações deste estudo, como reduzido tamanho da amostra pode interferir na validade dos resultados, o que exige cautela na generalização das conclusões para toda população de adolescentes que cometem agressões sexuais.

Referências

- Becker, J. V., & Kaplan, M. S. (1988). The assessment of adolescent sexual offenders. In R. J. Prinz (Ed.), *Advances in behavioral assessment of children and families: A research annual* (pp. 97-118). US: Elsevier Science/JAI Press.
- Chagnon, J. Y. (2014). Agressões sexuais e dependências à adolescência. *Ágora: Estudos em teorias psicanalíticas*, 17(spe), 85-98.
- Coelho, L.M.S. org. (2007). *Rorschach Clínico - Manual Básico*. (3ª ed. rev. ampl.). São Paulo: Ed. Terceira Margem.
- Coelho, L.M.S. & Falcão, M.M.I. (2006). *Prova de Rorschach: diretrizes gerais na interpretação dos resultados*. São Paulo: Terceira Margem.
- Coelho, L.M.S. (2005). Escola Brasileira de Rorschach. *Boletim Revista da Sociedade Rorschach de São Paulo*, 15 (1), 9-15.
- Coelho, L.M.S. (1995). Imagens da Memória: na Obra de Rorschach e na obra de Proust – *Revista Imaginário* n.º 02, NIME/USP. São Paulo.
- Costa, C. S., & Mello, M. F. (2012). Indicadores comportamentais de propensão ao homicídio em agressores sexuais. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 60 (1), 33-38. doi: 10.1590/S0047-2085201200100007
- Craig, L. A., Browne, K. D., Beech, A., & Stringer, I. (2004). Personality characteristics associated with reconviction in sexual and violent offenders. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 15, 532-551. doi:10.1080/14789940412331270726
- Galvan, A., Hare, T., Voss, H., Glover, G., & Casey, B. J. (2007). Risk-taking and the adolescent brain: Who is at risk? *Developmental Science*, 10(2), F8-F14. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-7687.2006.00579.x>
- Glowacz, F., & Born, M. (2013). Do adolescents child abusers, peer abusers, and non-sex offenders have different personality profiles? *European Child & Adolescent Psychiatry*, 22(2), 117 -125
- Hoaken, P. N. S., Allaby, D. B., & Earle, J. (2007). Executive cognitive functioning and the recognition of facial expressions of emotion in incarcerated violent offenders, non-violent

- offenders, and controls. *Aggressive Behavior*, 33, 412-421. doi:10.1002/ab.20194
- Kelly, T., Richardson, G., Hunter, R., & Knapp, M. (2002). Attention and executive function deficits in adolescent sex offenders. *Child Neuropsychology*, 8, 138-143. doi:10.1076/chin.8.2.138.8722
- Mesulam M. (2000). *Principles of behavioral and cognitive neurology*. Oxford: Oxford University Press.
- Osório, L.C. (1992). *Adolescente hoje*. (2ª ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pasqualini-Casado, L., Vagostello, L., Villemor-Amaral, A. E., & Nascimento, R. G. (2008). Característica de personalidade de pais incestuosos por meio do Rorschach, conforme o sistema compreensivo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 293-301. doi: 10.1590/S0102-79722008000200015
- Pfeiffer, L., & Salvagni, E. P. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*, 81(5), 197-204. doi: 10.1590/S0021-75572005000700010
- Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (2013). *Diretrizes e eixos operativos para o SINASE*. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR
- Silveira, A. (1985). *Prova de Rorschach. Elaboração do Psicograma*. São Paulo: Ed. Brasileira Ltda.
- Steinberg, L. (2005). Cognitive and affective development in adolescence. *Trends Cogn Sci*, 9(2), 69-74.
- Stinson, J. D., Becker, J. V., & Tromp, S. (2005). A preliminary study on findings of psychopathy and affective disorders in adult sex offenders. *International Journal of Law and Psychiatry*, 28, 637-649. doi:10.1016/j.ijlp.2004.10.001
- White, J. L., Moffit, T. E., Caspi, A., Bartusch, D. J., Needles, D. J., & Stouthamer-Loeber, M. (1994). Measuring impulsivity and examining its relationship to delinquency. *Journal of Abnormal Psychology*, 103, 192-205. doi:10.1037/0021-843X.103.2.192
- Young, M. H., Justice, J. V., & Edberg, P. (2010). Sexual offenders in prison psychiatric treatment. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 54(1), 92-112.
- World Health Organization. *Physical status: use and interpretation of anthropometry*. Geneva: WHO; 1995.

Narração oral: uma intervenção com crianças enlutadas

Livia Paula Carneiro Leão Ponciano

Martha Franco Diniz Hueb

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Resumo: A morte de um ente querido leva a processos de luto dolorosos e, no caso de crianças que perdem uma figura parental, esse sofrimento pode se agravar pelo fato de serem ainda dependentes física e emocionalmente de seus familiares. A maneira como a criança elabora esse processo, afeta o desenvolvimento infantil e pode até mesmo influenciar na capacidade de socialização, no autoconceito, na forma de viver emoções e afetos, bem como no estabelecimento de vínculos futuros. Objetiva-se compreender a psicodinâmica usada pela criança enlutada, focalizando suas angústias e mecanismos de defesas por meio da intervenção com histórias infantis de forma a facilitar a elaboração do luto infantil. Especificamente, objetiva-se averiguar os efeitos da contação de tais histórias na elaboração das angústias das crianças enlutadas; identificar os recursos utilizados pela criança para a elaboração do luto e entender a dinâmica familiar frente ao processo de luto. Trata-se de uma pesquisa intervenção de natureza qualitativa, realizada em oito encontros individuais com quatro crianças de seis a onze anos, em um ambulatório de saúde mental infantil. Para tanto, utiliza-se como instrumentos cinco livros de histórias com personagens infantis que abarcam o tema da morte e luto. Os resultados apontaram a relevância da utilização das histórias no atendimento à criança enlutada, auxiliando no processo de compreensão da morte e elaboração da perda. Verificou-se através das falas e produções artísticas, que as crianças são capazes de se identificar com os personagens, expressarem experiências traumatizantes, sentimentos, dores, angústias e fracassos além das necessidades infantis. Constatou-se que a contação de histórias contextualizadas, podem ser úteis para a pesquisa e qualificação das ações de psicologia, oferecendo novas ferramentas e instrumentos de acesso ao inconsciente dos pacientes, podendo ajudá-los a conseguir integrar aspectos do *self*, e ajuda-los a responsabilizar por seus atos com menor uso de mecanismos projetivos. O conhecimento sobre o luto infantil é essencial para se entender as implicações da morte de entes significativos para a criança, bem como para orientar famílias e instituições na busca por terapias e fontes de apoio efetivas para as crianças afetadas por tais perdas. Palavras-chave: Criança; Morte; Psicanálise; Luto Infantil.

Introdução

Atualmente, em nossa sociedade há muita dificuldade em se falar sobre a morte, pois é um assunto que causa angústia para a maior parte das pessoas. Os sentimentos despertados pelo falecimento de um ente querido tendem a ser evitados ou negados, prejudicando o desenvolvimento do processo de luto. Diante disso, para que o enlutado possa sentir-se a vontade para falar da perda, é necessário que o ambiente esteja disposto a escutá-lo, a oferecer suporte emocional e ajuda (Andrade, 2013; Pincus, 1989). O processo de luto pode ser considerado normal quando o enlutado consegue apresentar um funcionamento integrado com a realidade, ainda que continue sentindo tristeza, dor, raiva e culpa, podendo dar continuidade a própria vida sem o ente querido (Cohen, Mannarino, Greenberg, Padlo, & Shipley, 2002). Entretanto, quando não é possível manter uma relação saudável com a realidade, o processo de luto pode se desenvolver de modo complicado, estendendo a duração e intensidade dos sintomas de forma a prejudicar a vida do enlutado (Howarth, 2011). Essas pessoas apresentam, portanto, dificuldade em vivenciar emoções, relacionar-se e reinvestir no próprio mundo, fazendo com

que os sentimentos derivados do luto durem muito mais do que seria necessário (Jerga, Shaver, & Wilkinson, 2011). A forma com que a morte ocorre acaba influenciando diretamente o enlutado, seja na intensidade, ou duração dos sintomas. O termo luto deriva do latim *Luctus*, que significa morte, perda, dor e mágoa (Pereira, 2008) e pode ser definido como:

O processo de sentir ou expressar tristeza após a morte de um ente querido, ou o período durante o qual isto ocorre. Envolve tipicamente sentimentos de apatia e abatimento, perda de interesse no mundo exterior, e diminuição na atividade e iniciativa. Essas reações são semelhantes à depressão, mas são menos persistentes e não são consideradas patológicas” (APA, 2010, p. 568).

É, assim, que se dá o processo pelo qual uma pessoa passa até se adaptar à perda de alguém significativo, decorrendo normalmente com avanços e recuos (Zisook & Shear, 2009). Entretanto, quando a pessoa não possui recursos internos ou esses recursos são escassos, pode levar ao processo de luto complicado. O nomeado luto complicado é aquele manifestado por sintomas físicos e mentais que fortemente propiciam a negação e a repressão da dor pela perda, levando as pessoas a se sentirem solitárias, frágeis e depressivas (Basso & Wainer, 2011).

Em geral a pessoa em processo de enlutamento costuma vivenciar quatro fases. A primeira delas, a de torpor ou aturdimento, geralmente tem a duração de algumas horas ou semanas, podendo vir acompanhada de manifestações de desespero ou raiva. A segunda, denominada saudade e busca da figura perdida, pode durar meses ou anos, e caracteriza-se pelo impulso de buscar e recuperar o ente querido, sendo que a raiva pode mostrar-se presente, quando o indivíduo percebe realmente de fato a perda. Na terceira fase, a de desorganização e desespero, é frequente o choro, a raiva, acusações envolvendo pessoas próximas e uma profunda tristeza, em virtude da constatação do caráter definitivo da perda. Nesta fase, podem surgir sentimentos mais depressivos, com sensação de que nada mais tem valor. Na quarta fase, a de organização, ocorre a aceitação da perda e a constatação de que uma nova vida precisa ser iniciada (Bowlby, 1973/1998). Destaca-se que a saudade, a necessidade do outro e a tristeza podem retornar em qualquer fase, já que o processo de luto nunca está concluído. Em situações de perda repentina, segundo Bowlby (1973/1998), a fase de protesto e busca da figura perdida (Fase 2) tende a ser vivida com mais intensidade, sendo que o indivíduo enlutado se empenha, na realidade ou em pensamento, em recuperar a pessoa perdida, recriminando-a pelo seu desaparecimento. Nesta fase, surgem sentimentos ambivalentes, incluindo raiva, esperança e desespero. Para que haja a elaboração da perda, é necessário que o indivíduo possa expressar e lidar com os mais diferentes sentimentos suscitados pela morte. Dessa forma, Bowlby

(1979/2001) afirma que a incapacidade para expressar abertamente esses impulsos pode levar ao desenvolvimento de um luto patológico, com dificuldade de elaboração da perda.

Levando em consideração esses aspectos, sabe-se que o luto acontece de maneiras diferentes na criança e no adulto, pois vários são os fatores que influenciam no processo de aceitação da perda por parte da criança. Isso se deve ao fato da criança ainda não ter uma compreensão clara sobre a perda, pois ainda estão se desenvolvendo cognitivamente e emocionalmente (Lima & Kovács, 2011). Além disso, vários outros fatores influenciam o luto das crianças, dentre eles o conhecimento que têm sobre a perda, os padrões de relacionamento familiar anteriores e subsequentes à morte, e, especialmente, as oportunidades que lhes são dadas para compartilhar seus sentimentos e emoções (Bowlby, 1973/1998). Freud em seu ensaio *'O luto e a melancolia'* lançou as linhas mestras das semelhanças e diferenças entre a melancolia e o processo de luto, tornando clássico em psicanálise o destino possível de uma perda amorosa ou de um ideal: a elaboração do trabalho de luto (a recuperação da libido volta ao interesse no mundo externo), ou o fracasso dessa elaboração e a queda na melancolia (Mendlowicz, 2000).

Tanto o luto quanto a melancolia são caracterizados por um profundo desânimo, perda do interesse pelo mundo externo, inibição da atividade em geral, incapacidade de amar, diminuição da autoestima. Contudo, o processo de luto, diferentemente da melancolia, se realiza através do teste de realidade, que ao evidenciar reiteradamente que o objeto não mais existe, exige que a libido se desprenda do objeto perdido, embora seja uma exigência difícil de ser cumprida (Mendlowicz, 2000). Assim, pensar a questão da morte na teoria psicanalítica deve partir da possibilidade de representação, ou seja, a possibilidade de significação da morte no psiquismo e, mais propriamente, no inconsciente (Campos, 2013).

O luto, portanto, é um processo natural, lento e doloroso instalado para a elaboração da perda, que pode ser superado após algum tempo e, por mais que tenha um caráter patológico, não é considerado doença. E, pois, sabido que durante o desenvolvimento, o indivíduo passa por constantes experiências de perdas que se constituem em modelos de estados psíquicos que são incorporados na mente e poderão ser vividos em situações semelhantes ulteriores (Cavalcanti, Samczuk & Bonfim, 2013).

O conceito de morte não é unitário, por isso deve ser abordado de maneira multidimensional a partir da irreversibilidade, não funcionalidade e universalidade, a fim de que se tenha a percepção acerca da compreensão das crianças nas diferentes fases do desenvolvimento, fato que aponta a necessidade da definição das dimensões principais do conceito (Salvagni et al., 2013). A morte de um ente significativo representa para a criança uma

experiência impactante, podendo afetar o desenvolvimento infantil tanto a curto quanto a longo prazo (Bowlby, 1979/2001), já que o rompimento de um vínculo por morte exige uma reorganização emocional por parte da criança e da família (Franco & Mazorra, 2007). Diante da ausência irreversível de um vínculo provedor de sustentação, a criança se depara com profundos sentimentos de desamparo e impotência. Nesse sentido, Gauderer (1987) acredita que sonegar informações às crianças tem por base o senso comum, segundo o qual elas não teriam capacidade de sentir e compreender a perda e de que as expor a tal informação poderia traumatizá-las.

Aberastury (1984) e Bowlby (1973/1998) consideram que a dificuldade em lidar com a morte e com o sofrimento infantil, não é propriamente das crianças, mas pertence a esfera dos adultos. Segundo os autores, a criança assimila a perda e se mobiliza com esta realidade, de modo que dizer a verdade à criança é importante para que ela possa realizar o processo de luto de uma forma saudável. Para Torres (1996), o diálogo com a criança sobre a morte, deve levar em conta sua capacidade compreensiva, de acordo com o período de desenvolvimento. Segundo a autora, dependendo da fase de desenvolvimento, a criança não compreende da mesma forma que o adulto os componentes fundamentais para a definição da morte, a saber, a irreversibilidade, universalidade e não funcionalidade da morte. No entanto, isso não significa que não tenha nenhuma compreensão sobre o evento. A criança possui uma capacidade de perceber o que acontece à sua volta e por isso as reações de luto na criança não são contínuas e elas podem expressá-las de maneiras bem diferentes. No geral, as reações são manifestadas por sintomas psicossomáticos, dificuldades na escola e de comportamento, problemas alimentares, entre outros (Lima & Kovács, 2011). O modo como a criança elabora a perda está relacionado a fatores intrapsíquicos e fatores externos (relação com a pessoa perdida; relação com o sobrevivente; circunstâncias em que a perda ocorreu; informação recebida pela criança; possibilidade de comunicação sobre o que aconteceu e sobre a pessoa perdida; dinâmica familiar; tipo de morte; rituais; estressores e mudanças no cotidiano da criança) e está em estreita relação com a possibilidade de elaboração do restante da família (Franco & Mazorra, 2007). Assim, Bowlby (1970/2006) afirma que a perda de uma figura de vínculo é percebida pela criança como desamparo. Dentre os efeitos mais intensos e perturbadores provocados pela perda do genitor encontram-se o medo de ser abandonada, a saudade da figura perdida e a raiva por não poder reencontrá-la. Assim, quando alguém tão significativo morre, o sujeito é remetido a sensações básicas experimentadas similares a quando o bebê é afastado da mãe, pairando uma ameaça sobre a própria sobrevivência do enlutado (Nascimento & Coelho, 2006). Tudo isso

pode aumentar a ansiedade de separação da criança, que se encontra em processo de luto (Bowlby, 1970/2006).

A forma como a morte ocorre é considerado um determinante na elaboração do luto, pois se acredita que influencia quer a intensidade, quer a duração dos sintomas. A morte súbita é conceituada como uma morte que ocorre sem aviso, antecipação ou preparação e provoca um ritmo acelerado de mudanças no ambiente (Hauser, 1987). Inclui suicídios, morte acidental, homicídios e mortes naturais não antecipadas. Quando se refere a morte súbita, está implícito no termo o fato de ser inesperada (Reed, 1998). Se a morte é inesperada e violenta (normalmente associada a acidente, suicídio ou homicídio) pode constituir uma experiência ainda mais devastadora (Kristensen, Weisæth & Heir, 2012). Da mesma forma, pode surgir culpa, por impulsos agressivos, que a criança acredita terem se tornado realidade, através da morte (Anton & Favero, 2011).

Aprender a sofrer cedo por uma perda pode parecer um contrassenso na vida de uma criança, entretanto o sofrimento e a dor fazem parte da vida humana e é necessário vivenciá-la. Assim, para ajudar as crianças nesse processo o ideal para se fazer é conversar com a criança e usar da melhor forma possível às experiências pessoais, aliadas ao amor e confiança (Neletto & Oliveira, 2001). Na literatura tem sido defendido que a morte súbita e as circunstâncias traumáticas associadas à morte violenta têm um impacto mais duradouro e devastador, pois o processo de adaptação à perda pode demorar mais tempo (Dyregrov et al., 2003, Hunt & Greeff, 2011; Murphy et al., 2003). As circunstâncias podem dificultar a compreensão da realidade da perda e intensificar reações de luto (choque e negação). O alívio do choque e da negação pode ser mais difícil para quem assistiu ao acidente, ou tenha sido o primeiro a encontrar o corpo (Reed, 1998).

Portanto, diante a perda, as crianças sentem a tensão e a tristeza do ambiente e procuram respostas de acordo com seus recursos internos, por isso, perder um ente querido é uma experiência difícil para a criança. A partir do momento em que os adultos silenciam e não dão espaço para que as crianças expressem seus sentimentos, a compreensão da morte e dos sentimentos derivados da perda, fica prejudicada (Winnicott, 1958/2012). Assim, é muito importante o papel da família para que a elaboração do luto se torne possível por meio da compreensão do que está acontecendo ao seu redor (Lima & Kovács, 2011). Integrar a perda de um ente querido na sua narrativa de vida, dar sentido e encontrar novos significados a esse acontecimento tão devastador, representa um desafio para a criança e a família (Christ et al., 2003; Rubin & Shechory-Stahl, 2013). No entanto, acredita-se que os indivíduos e as famílias possuem capacidades e estratégias que lhes permitem confrontar as perdas de alguém

significativo e emergir dessa experiência, mudados, mas não destruídos (Christ et al., 2003; Rubin & Shechory-Stahl, 2013).

Objetiva-se com esse estudo, compreender a psicodinâmica usada pela criança enlutada, focalizando as suas angustias e mecanismos de defesas, intervindo com histórias infantis de forma a facilitar a elaboração do luto infantil.

Método

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), sob o parecer de número 1.981.242, o presente estudo constitui numa pesquisa-intervenção, a qual busca investigar a vida dos indivíduos na sua diversidade qualitativa valorizando a autonomia dos envolvidos, onde pesquisadores e participantes compartilham experiências, através de métodos interventivos na tentativa de compreender e transformar a realidade vivenciada (Palombini et al., 2013).

Para participar da pesquisa tomaram-se como critérios de inclusão, ser criança na faixa etária de no mínimo seis anos e no máximo doze anos incompletos; ter perdido alguém de referência há no máximo um ano; não estar em atendimento psicoterápico além de o responsável concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e a criança assentir em participar. Inicialmente realizou-se no Centro de Estudos e Pesquisa em Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (CEPPA-UFTM) uma busca ativa de fichas de inscrição com demanda de luto recente, a fim de selecionar crianças que se adequassem aos critérios de inclusão delimitados. Após a identificação das demandas, as crianças e seus cuidadores foram convidados a colaborar com a pesquisa sendo informados acerca dos objetivos do estudo, assim como sobre os procedimentos a que seriam submetidos. Identificou-se 11 fichas de inscrição de crianças aguardando pelo atendimento em psicoterapia, das quais seis já estavam em acompanhamento psicoterápico em outro serviço de psicologia e duas não estavam mais residindo no município. Dessa forma, apenas quatro crianças participaram da pesquisa. Então, assim que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi compreendido e posteriormente assinado pelos responsáveis, o dia, horário e local para a realização de uma entrevista individual semiestruturada foi agendado. As crianças também foram informadas sobre os encontros e o assunto a ser abordado e assentiram verbalmente em participar.

Com os responsáveis pela criança, utilizou-se de entrevistas semiestruturadas, e com as quatro crianças utilizou-se da sessão lúdica e da narração de histórias infantis com personagens em situação de perda, morte e luto. O estudo foi dividido em três fases. Na primeira delas

entrevistaram-se os responsáveis com o propósito de investigar sobre a história de vida das crianças e de como estavam vivenciando o processo de elaboração do luto. A segunda fase do projeto consistiu em seis encontros individuais com as crianças participantes, em que se utilizou da sessão lúdica e posteriormente do procedimento de narração de histórias de cinco livros infantis com a temática do luto.

Após a narração, foi discutido com as crianças o entendimento das histórias por parte destas e foi-lhes solicitado que expressassem por meios de desenhos esta compreensão, de forma a recontar a história com suas próprias palavras, a fim de compreender como as narrativas orais das histórias infantis atuaram na elaboração do luto por parte delas. Destaca-se que a utilização desta metodologia, permite a reflexão entre os envolvidos, possibilitando que tanto as crianças que as ouviram, quanto os pesquisadores que contaram as histórias, as compreenderam. Na terceira e última fase fez-se uma nova entrevista semiestruturada com os pais, com intuito de verificar os efeitos da intervenção.

Importante informar que as entrevistas com os pais, a sessão lúdica e a contação de histórias com as crianças foram gravadas e transcritas na íntegra de modo a ser o mais fiel possível, ao ocorrido, assim como para proceder a uma leitura vertical e horizontal do material (Minayo, 2007; Turato, 2003). Portanto, as entrevistas, a sessão lúdica e as sessões de contação de histórias seguidas da expressão gráfica, constituíram o *corpus* deste estudo. Para a interpretação dos dados utilizou-se da análise de conteúdo temática, a qual possibilita uma descrição objetiva dos discursos para que seja realizada a investigação, ou seja, o desmembramento do texto em categorias, segundo reagrupamentos analógicos (Minayo, 1994). As entrevistas semiestruturadas e a narração de histórias infantis foram analisadas segundo o Processo Compreensivo que consiste em reconhecer o que é relevante e significativo na personalidade do sujeito, oferecendo um sentido para as informações colhidas durante o processo (Trinca, 1984), enquanto que os desenhos produzidos durante as sessões também foram compreendidos pela livre inspeção do material ancorado no referencial psicanalítico. Tal referencial proporciona, a partir do desenho e da história a ele relacionada, o conhecimento de aspectos da personalidade que nem sempre são detectados nos moldes tradicionais, como nas entrevistas. Após, analisados os dados, esses foram agrupados em quatro grandes categorias: 1) atitude da criança frente à perda de algum ente querido 2) recursos utilizados pela criança para a elaboração do luto; 3) dinâmica familiar frente ao processo de luto; 4) efeitos da contação de história na elaboração de angústias das crianças enlutadas;

Resultados e Discussão

As quatro crianças participantes do estudo perderam entes queridos de forma inesperada, o que lhes causou grande sofrimento, uma vez que as perdas repentinas e violentas podem ser consideradas as mais difíceis de serem elaboradas por afetar o sentimento de onipotência infantil (Anton; Favero, 2011), fato que pode vir a complicar o vivenciar desse processo. A fim de preservar a identidade dos participantes, decidiu-se pro nomeá-los pelos nomes fictícios de João, Lucas, Mariana e Julia conforme se observa na Tabela 1 apresentada a seguir:

Tabela 1- identificação dos participantes

Nome	Idade	Ente querido perdido	Causa da morte
João	11 anos	avô	pneumonia
Lucas	6 anos	pai	assassinato
Mariana	12 anos	irmã	assassinato
Julia	9 anos	irmã	assassinato

João, de 11 anos foi criado pelo avô desde o nascimento, e que veio a falecer durante uma internação para tratar de pneumonia; Lucas, 6 anos, presenciou o assassinato do pai em frente sua casa, quando este foi buscá-lo para passarem o final de semana juntos, enquanto que Mariana, 12 anos e Julia 9 anos, tiveram a irmã de 16 anos assassinada pelo namorado da tia, quando tentava defender o primo de dois anos, que se encontrava sob sua responsabilidade como Babá. O *corpus* analisado resultou em quatro categorizações como apresentado a seguir:

Atitude da criança frente a perda de algum ente querido

Esta categoria abrange os sintomas, alterações no funcionamento psicológico e reações atuais, consequentes à morte do ente querido. Como aponta a literatura, nas primeiras duas fases do processo de enlutamento, a criança pode apresentar torpor ou aturdimento, seguida de manifestações de desespero ou raiva e tentativa de recuperar o ente querido. Foi o que as mães de João, Lucas, Mariana e Júlia relataram durante a entrevista inicial.

Aí ele deu uma enlouquecida sabe, dizendo: não joga esta terra em cima dele não!

Que ele não vai respirar! Falou gritando mesmo, aí meu marido teve que pegar ele e dizer, vamos ali, vamos ali. (João).

Depois de uns dias após o sepultamento, João solicitou à mãe que o levasse ao cemitério, onde manifestou além da raiva a tentativa de recuperar o ente querido:

Eu levei ele lá (no cemitério) ele falou assim para o avô dele: “por que você me abandonou?...volta, volta para mim...só um pouquinho para eu te abraçar. Vovô por que você foi embora? Por que você me abandonou? Porque você fez isso comigo? Por

que você não volta... eu sinto muito sua falta. Disse que doía tanto que parecia que tinha um buraco no peito (João)

De acordo com Winnicott (1939/2012) a agressividade não tem apenas um sentido negativo pois pode contribuir na manifestação do verdadeiro *self*.

Do mesmo modo que a mãe de João, as mães de Lucas e Mariana apontaram a passagem pelas duas fases iniciais do luto, onde apresentaram desespero e muita raiva como se verifica nos recortes apresentados:

Aí o pai dele tava morto no caixão e ele tentando acordar o pai dele, " pai, acorda brinca comigo! Zepito, acorda, acorda. "Aí ele ficou olhando o pai dele dentro do caixão, aí ele foi abaixando, abaixando, e ficou chorando, chorando o tempo todo. Aí eu peguei, dei água, e ele falou; o Zepito morreu mãe! Ele fala assim: mãe eu vou crescer, comprar um revólver e matar esses bandidos tudo. Vou comprar revólver e fazer puff nele, igual ele fez com meu pai. Desse jeito. (Lucas)

Eu fiquei muito triste, muito revoltadaeu achei que nunca mais ia vê minha irmã.... As vezes fico com raiva, fico triste. Eu senti raiva mas eu não consegui ficar lá dentro, ver ela toda inchada e não parecia ela (Mariana)

A mãe de Lucas continuou relatando, que na hora que iam enterrar o pai, tiveram que segurá-lo, pois do contrário Lucas, que passou a agredir o coveiro pularia dentro da cova, assim como a mãe de Julia, que sinalizou que ela entristeceu de tal forma que desejou morrer:

Na hora de enterrá, ele deu um chute na canela do homem, no coveiro, e falava: larga o meu pai, larga o meu pai! E ele ficava chorando...chorando...chorando...aquele choro triste sabe, triste, triste mesmo....chorando, chorando e ele não tava comendo de jeito nenhum...só pensando no Zepito, Zepito,... ele falava: " mãe, meu pai morreu"(Lucas)

Eu queria ir junto como ela, morrer! (Júlia)

O processo de simbolizar e elaborar a perda leva tempo e envolve muito pesar. Nesse percurso a criança redimensiona as fantasias conscientes e inconscientes e defesas do psiquismo em busca de forças e equilíbrio para reencontrar uma nova significação para um conjunto de afetos inconscientes. Como relatado por João ao perguntar sobre seus sonhos.

Eu queria muito ser um carro bem forte para eu nunca precisar morrer. Aí eu ia colocar vários pneus vários ferros em volta de mim para eu não precisar morrer. (João)

No processo de elaboração do luto a criança pode reavivar impulsos de defesa e agressividade, assim como sentimentos mais depressivos, tais como se observa nos trechos recortados a seguir:

Ai tipo assim (depois que o avô morreu) ...aí começou a comer, comer, comer. diz que quando ele começa comer ele esquece... ele só chora escondido...chora escondido... (mãe de João)

Após a morte do avô, tem que ficar verificando tudo o que faz.... se eu não confiro as coisas dá um nó na minha cabeça, como se uma coisa ruim fosse acontecer, não sei explicar” (mãe de João).

Eu vou lá pro meu quarto e fico lá sozinha, e quando eu tô na escola, eu vou lá pro banheiro (contando que chora escondido) (Julia)

Eu não sou de me abrir, não sou de contar minhas coisas pras pessoas..... eu tento sabe, da até vontade de falar, mas eu não sei, eu não consigo...tem hora que eu fico triste...eu choro...mas ninguém vê. (Mariana)

Recursos utilizados pela criança para a elaboração do luto

Esta categoria diz respeito ao modo como os participantes descrevem as estratégias para lidar com a experiência de perda, incluindo os fatores identificados pelos participantes como protetores e apoiadores, que contribuíram para vivência do luto.

Tal estratégia foi observada no momento em Lucas e a pesquisadora brincavam com bonecos terapêuticos e ele nomeou um deles com o nome do pai falecido. Em sequência colocou o boneco dentro de um estojó transparente, pegou terra do vaso de flores que ficava na janela da sala e solicitou para fazer o enterro do boneco que então representava o pai. Em seguida, começou a rezar, despediu-se do boneco e disse: *Agora o Zepito está bem....vamo deixa ele descansar em paz ”(Lucas).*

Essa experiência nos permite observar a importância de um espaço de escuta onde a criança pode expressar livremente suas angústias e medo. Observamos o movimento de Lucas em reconstruir a cena de enterro, ou seja, o momento em que se perde o pai definitivamente. Este momento em que a criança recria a cena permite a ela reconhecer e tomar contato com o sentimento de tristeza pela perda, imaginar o que seria ter o pai novamente e como gostaria de ter se despedido dele, cedendo espaço para uma construção e apropriação de sua história.

As crianças também utilizam a memória, objetos, crenças e lembranças como recursos para elaboração do luto. João e Júlia demonstram em suas falas como as lembranças são um caminho necessário a ser percorrido para aliviar a dor da perda.

Eu tenho uma caixa de brinquedos com tudo que ele me deu. E eu guardo tudo até hoje..., eu gosto de brincar de futebol porque meu avô brincava comigo. (João)

Ele dorme até com o travesseiro do avô ...e se eu falar que vou lavar ele briga...porque vai perder o cheiro. (mãe de João)

Eu gosto de lembrar que ela falava para minha mãe que ia sair....e quando ela voltava ela dormia com a gente . Gosto de lembrar de quando ela arrumava nosso cabelo (Julia)

Diante as falas de Mariana e João vemos a espiritualidade como uma das estratégias utilizadas para elaboração do luto, minimizando o sentimento de impotência e de ausência de controle frente à realidade. A literatura aponta que a crença de que a pessoa que morreu está em paz e a crença na vida depois da morte podem ser fatores protetores no processo de luto (Becker, Xander & Blum,2007).

Eu acho que a gente morre e é enterrado, depois a gente vai pro céu e depois volta de novo para terra de um jeito melhor do que era. E a gente vai para um lugar melhor. Deus te transforma em outra pessoa em outra coisa você gostaria de transformar. (João)(...) Acredito que a pessoa que morre está com Deus e que a vida não acaba, mas nascemos de novo. (João)

Então a gente tem a nossa fé, que vamos para o céu, aprender lá, evoluir e depois voltar para a terra. E se a pessoa foi boa vira anjo e fica lá ajudando as outras pessoas (Mariana).

Minha mãe me falou que a gente vai pro céu e continua aprendendo. Que a nossa vida não termina. Imagino que ela deve estar Feliz lá no céu.... cheio de estrelas perto dela. (Júlia)

Dinâmica familiar frente ao processo de luto

Essa categoria descreve o funcionamento da família diante a morte. Assim como ocorre com a criança, os familiares podem passar por diferentes estados de enfrentamento diante da morte do ente querido. Observa-se que as crianças ao perceberem seus familiares deprimidos e sofrendo sentem-se impotentes e ainda mais desamparados frente à perda. É o que percebemos diante a fala de Mariana, Júlia e João quando questionados sobre o modo que expressam ou conversam sobre a morte do ente querido com os familiares.

(...) eu guardo pra mim...porque eu sei que minha mãe também tá sofrendo, aí prefiro não falar (Mariana)

*A gente ficou tipo um tabu sabe...não conversamos sobre a morte do avô (mãe de João)
Porque toda vez que eu tento conversar isso com ela (com a mãe) ela começa chorar.... ela fica falando que não pode chorar porque senão elas vão ficar triste também (Júlia)*

A comunicação intrafamiliar é essencial no curso do processo de luto infantil, uma vez

que a elaboração do luto pela criança é fortemente influenciada pelo o que e como os responsáveis conversam com ela, e pela maneira como lidam com suas expressões emocionais e em como o genitor sobrevivente reage e espera que a criança reaja.

Acho que eles querem que eu siga os mesmos exemplos da minha irmã. Fala, tipo assim...você tem que ser igual sua irmã (falecida)... parece que eles querem que eu seja igual a ela. Então fica muito difícil... Eu falo: mãe, eu não sou igual a ela. Eu vou ser outra coisa (Mariana).

Efeitos da contação de história na elaboração de angústias das crianças enlutadas

Esta categoria diz respeito às respostas dos participantes à questão sobre o valor terapêutico da contação de histórias, como um instrumento de acesso ao inconsciente capaz de ajudá-los a conseguir integrar aspectos do *self*, minimizando angústias e sofrimentos.

Através do feedback de algumas mães e das crianças, pode-se perceber que o uso de histórias infantis que abarcam o tema permite que a criança se identifique com os personagens consiga expressar seus sentimentos, angústias e medos.

Toda vez ele sai daqui eufórico, vai conversando o caminho inteiro até chegar em casa... teve uma vez que ele falou que o livro que você leu tava contando a história dele, ele falou: é igualzinho mãe, é igualzinho! (...) Depois que ele começou a conversar com você ele diminuiu na comida, ele já perdeu dois quilos desde quando ele começou..... Assim... eu acho que ele evoluiu bastante, porque ele conversa mais, expressa mais, participa mais das coisas (Mãe de João)

Nossa! Ele modificou bastante, porque antes de trazer ele aqui ele chorava bastante, chorava toda hora, ficava falando umas coisas que tinha vontade de morrer, aquelas coisas sabe? Ixi..ele melhorou bastante...(mãe de Lucas)

Gostei do livro do menino com o avô, parece com minha história, me ajudou muito. - Estou livrando de um peso nas minhas costas, não estou ficando mais triste. (Mariana)

Considerações Finais

Refletindo sobre os resultados encontrados, percebemos que para a criança a perda de um ente significativo envolve angústia e sofrimento intensos. Sendo uma experiência dolorosa e difícil de ultrapassar. Para melhor compreender o processo de luto nestas situações, é fundamental ouvir as narrativas dos indivíduos que passam por essa experiência. Assim, confirma-se que o recurso à metodologia de investigação qualitativa permite uma abordagem mais diferenciada e aprofundada deste tema (Rubin & Shechory-Stahl, 2013). Mesmo sabendo

que essa experiência é única para cada sujeito, é importante que o psicólogo reflita sobre o seu papel em situações como essa. Sendo um facilitador da comunicação entre os familiares e desenvolvendo estratégias de intervenção que levam em conta as particularidades de cada situação de luto, sobretudo tratando-se de situações de morte inesperada. É fundamental que o enlutado tenha um espaço que o permita vivenciar o luto, expressar suas emoções de modo que sua dor possa existir e assim tenham tempo para se adaptar à perda.

Referências

- Aberastury, A. (1984). A percepção da morte nas crianças. In: A. Aberastury & colaboradores, *A percepção da morte na criança e outros escritos* (MN Folberg, trad., pp. 128-139). Porto Alegre: Artes Médicas.
- American Psychological Association (2010). *Dicionário de Psicologia*. Porto Alegre, Brasil: Artmed.
- Andrade, M. L. D. (2013). *Depois do temporal: Um estudo psicodinâmico sobre a criança enlutada e seus pais* (Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo).
- Anton, M. C., Favero, E. (2011). Morte repentina de genitores e luto infantil: uma revisão da literatura em periódicos científicos brasileiros. *Interação em Psicologia*, 15 (1), 101-110.
- Basso, L. A., & Wainer, R. (2011). Luto e perdas repentinas: contribuições da Terapia Cognitivo-Comportamental. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 7 (1), 35-43.
- Becker, G., Xander, C. J., Blum, H. E., Lutterbach, J., Momm, F., Gysels, M., & Higginson, I. J. (2007). Do religious or spiritual beliefs influence bereavement? A systematic review. *Palliative Medicine*, 21, 207-217.
- Bowlby, J. (1998). Apego e perda. In: J. Bowlby, *Separação: Angústia e raiva* (L. Hegenberg, O. Motta & M. Hegenberg, trads., v2) São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1973).
- Bowlby, J. (2001). *Formação e rompimento dos laços afetivos* (A. Cabral, trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1979)
- Campos, E. B. V. (2013). Considerações sobre a morte e o luto na psicanálise. *Revista de Psicologia da UNESP*, 12 (1), 13-24.
- Cavalcanti, A., Samzuk, M., & Bonfim, T. (2013). O conceito psicanalítico do luto: uma perspectiva a partir de Freud e Klein. *Psicol inf*
- Cohen, J. A., Mannarino, A. P., Greenberg, T., Padlo, S., & Shipley, C. (2002). Childhood traumatic grief: Concepts and controversies. *Trauma, Violence, & Abuse*, 3 (4), 307-327.

- Dyregrov, K., Nordanger, D., & Dyregrov, A. (2003). Predictors of psychosocial distress after suicide, sids and accidents. *Death Studies*, 27 (2), 143.
- Freud, S. (1996). Luto e melancolia. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., v. 14, pp. 254-263). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917)
- Franco, M. H. P., & Mazorra, L. (2007). Criança e luto: Vivências fantasmáticas diante da morte do genitor. *Estudos de Psicologia*, 24 (4) 503-511.
- Gauderer, E. C. (1987). A criança, a morte e o luto. *Jornal de Pediatria*, 62 (3), 82-85.
- Hauser, J. (2011). Navigation and palliative care. *Cancer*, 1, 3585-3591.
- Howarth, R. A. (2011). Concepts and Controversies in Grief and Loss. *Journal of Mental Health Counseling*, 33 (1), 4-10.
- Jerga, A. M., Shaver, P. R., & Wilinon R. B. (2011). Attachment insecurities and indetification of at-risk following the death of a loved one. *Journal of Social and Personal Relationships*, 28 (7), 891-914.
- Kristensen, P., Weisæth, L., & Heir, T. (2012). Bereavement and Mental Health after Sudden and Violent Losses: A Review. *Psychiatry: Interpersonal & Biological Processes*, 75, 76-97.
- Lima, V. R., & Kovács, M. J. (2011). Morte na família: um estudo exploratório acerca da comunicação à criança. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31 (2), 390-405.
- Mendlowicz, E. (2000). O luto e seus destinos. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 3 (2), 87-96.
- Minayo, M. C. S. (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 19ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Naletto, A. L., & Oliveira, L. F. A. (2001). *A criança diante do sentido da vida e da morte*. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- Nascimento, C. C., Coelho, M. R. M., Jesus, M. R. P. D., & Martins, W. V. (2006). Apego e perda ambígua: apontamentos para uma discussão. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 6 (2), 426-449.
- Palombini, A. D. L., Onocko-Campos, R. T., Silveira, M., Gonçalves, L. L. M., Zanchet, L., Xavier, M. A. Z., & Marques, C. D. C. (2013). Relações entre pesquisa e clínica em estudos em cogestão com usuários de saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18, 2899-2908.
- Pereira, M. A. (2008). *Comunicação de más notícias e gestão do luto*. Formasau: Coimbra.
- Pincus, L. (1989). *A família e a morte: como enfrentar o luto* (F. Murad, trad.). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

- Reed, M. D. (1998). Predicting grief symptomatology among the suddenly bereaved. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, 28 (3), 285-301.
- Salvagni, A., Savegnago, S. D. O., Gonçalves, J., Quintana, A. M., & Beck, C. L. C. (2013). Reflexões acerca da abordagem da morte com crianças. *Mudanças-Psicologia da Saúde*, 21 (2), 48-55.
- Turato, E. R. (2003). *Tratando Metodologia da pesquisa clínico-qualitativa :construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Rubin, S. S., & Shechory-Stahl, M. (2013). The continuing bonds of bereaved parents: A ten-year follow-up study with the two-track model of bereavement. *OMEGA-Journal of Death and Dying*, 66 (4), 365-384.
- Torres, W. D. C. (1996). *A criança diante da morte*. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. (Rio J. 1979), 48 (1), 31-42.
- Trinca W. (1984). *Diagnóstico Psicológico*. São Paulo: EPU.
- Turato, E. R. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Winnicott, D. W (2012). Agressão e suas raízes. In: D. W. Winnicott, *Privação e delinquência* (A. Cabral, trad., pp. 93-110). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1939).
- Winnicott, D. W (2012). A Psicologia da separação. In: D. W. Winnicott, *Privação e delinquência* (A. Cabral, trad., pp. 149-152). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1958).
- Zisook, S. & Shear, K. (2009). Grief and bereavement: what psychiatrists need to know. *World Psychiatry*, 8, 67-74.

Avaliação de vivências afetivas de uma criança em tratamento de câncer por meio do Procedimento de Desenhos-Estória

Livia Perussi Cortez

Sonia Regina Pasian

Nichollas Martins Areco

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo

Resumo: O desenvolvimento infantil, quando acometido por doenças, é impactado de modo variado, envolvendo características próprias do indivíduo, seu ambiente sociocultural e cuidados profissionais necessários. No caso de cuidados oncológicos essa situação se agrava por procedimentos, no geral, de natureza invasiva, aversiva e impactante, podendo dificultar o desenvolvimento psíquico, motor e/ou intelectual da criança, segundo a literatura científica da área. Nesse contexto, compreender variáveis relacionadas ao funcionamento psíquico infantil durante cuidados oncológicos pode favorecer adequado aproveitamento dos investimentos pessoais e dos cuidadores para a positiva resolução dos casos. Esse trabalho tem por finalidade caracterizar e interpretar indicadores cognitivos, perceptomotores e vivências afetivas de uma criança sob cuidados oncológicos em serviço especializado, recorrendo-se a estratégias de avaliação psicológica. Trata-se de estudo de caso, realizado com menina de oito anos de idade, diagnosticada com meduloblastoma, sob cuidados oncológicos há 18 meses em serviço de referência de hospital-escola universitário do interior paulista. Após devida autorização formal, criança e pais responderam a bateria de instrumentos de avaliação psicológica, incluindo entrevista, Questionário de Dificuldades e Capacidades (SDQ), Desenho da Figura Humana (DFH), Teste Gestáltico de Bender e Procedimento de Desenhos-Estória (D-E), foco especial desta comunicação científica. Os instrumentos foram aplicados e avaliados conforme respectivos manuais técnicos, em duas sessões individuais com média de 60 minutos. Os dados no Bender sinalizaram superficial preservação visomotora e funcionamento cognitivo compatível com o esperado para sua idade (DFH). Conseguiu realizar as cinco produções previstas pelo Procedimento D-E, evidenciando fortes demandas afetivas e necessidades do auxílio externo, almejando autoafirmação e desejo de reconhecimento social, enfatizando qualidades pessoais nas figuras desenhadas. Pareceu projetar, por meio de suas produções, o contexto de profundas necessidades de amparo para continuar a sobreviver, recorrendo a defesas do tipo racional e dramaticidade, acompanhadas de idealização e negação, buscando mostrar a intensidade de seus afetos por meio de expressões repletas de advérbios e adjetivos, retratando, com clareza, riqueza em seu mundo interno. Sinalizou, desse modo, preservar funcionalidade global nas habilidades esperadas para sua faixa etária, porém com grande ênfase em demandas emocionais de cuidado, compatíveis ao contexto vivenciado. Os instrumentos de avaliação psicológica utilizados neste estudo de caso mostraram-se sensíveis e adequados para alcançar informações relevantes para a compreensão do funcionamento psíquico infantil diante do câncer. Desse modo, seria possível planejar ações profissionais voltadas ao amparo e suporte da criança compatíveis com sua gritante necessidade emocional, o que poderia tranquilizá-la nos vários cuidados oncológicos, ainda que invasivos, necessários ao caso.

Palavras-chave: Câncer Infantil; Avaliação Psicológica; Desenhos-estória; Afetividade.

Introdução

Câncer Infantil

Segundo a Organização Mundial de Saúde (WHO) (2017) o câncer é hoje responsável por uma em cada seis mortes em todo o mundo e, no Brasil, é a doença que mais leva crianças à óbito (INCA, 2018). Apesar disso, estima-se que 80% dos casos podem ser curados se forem precocemente diagnosticados e tratados. Porém, por terem seus sintomas confundidos

com doenças comuns como febre, dores de cabeça, vômito e tosse, muitas crianças e adolescentes chegam ao médico especialista quando o câncer já está em estágio avançado, dificultando o tratamento (Galli, Silva & Dalnei, 2014).

O tratamento oncológico é complexo e muito exigente para o paciente e seus cuidadores, pois é formado por internações frequentes, intenso acompanhamento médico e exposição a procedimentos extremamente invasivos como a quimioterapia, radioterapia e/ou a dissecação dos tumores por meio de cirurgia. Esses tratamentos acabam desencadeando diversos efeitos colaterais aversivos para o paciente como: náuseas e vômitos, perda de cabelos, cansaço e podem levar também a sequelas neurológicas (Areco, 2016; Guimarães, 2016). Assim, os métodos de tratamento, somados à vivência da doença, podem influenciar negativamente no desenvolvimento sócio-cognitivo da criança e do adolescente, merecendo atenção especial dos profissionais.

É na infância que a criança constrói sua relação com seu próprio corpo e com o mundo externo, adquirindo a estrutura de personalidade que será base para sua adaptação e satisfação em experiências futuras. Nesse sentido, o câncer aparece como elemento inesperado nessa construção, pois pode causar além de sequelas físicas, sequelas psíquicas que serão marcantes no desenvolvimento pessoal e cognitivo da criança (Cardoso, 2007).

Neste sentido, a Psicologia se posiciona enquanto Ciência para compreender a vivência do câncer e suas possíveis consequências no desenvolvimento. Fazem-se relevantes estudos que busquem compreender o complexo contexto do câncer infantil em suas múltiplas facetas, de forma a desenvolver estratégias interventivas eficientes para favorecer o pleno desenvolvimento. Nesse contexto, os recursos da avaliação psicológica se tornam promissores, como abordado a seguir.

Avaliação psicológica no contexto do câncer infantil

Para caracterizar, do ponto de vista psicológico, a experiência do tratamento de câncer, é possível recorrer a processos de avaliação psicológica. Por diferentes instrumentos e técnicas padronizados torna-se viável identificar recursos individuais e indicadores de eventuais dificuldades comportamentais e psicológicas em pacientes inseridos nesse contexto, de modo a fortalecer a equipe e a família a oferecerem tratamento pautado nas necessidades individuais e na diminuição do sofrimento (Capitão, Scortegagna & Baptista, 2005).

A avaliação psicológica nos possibilita rica investigação de características e formas de funcionamento dos indivíduos em diferentes contextos. Essa avaliação é feita a partir de instrumentos psicometricamente adequados (válidos e precisos) e com referenciais normativos

para embasar sua interpretação (Urbina, 2007). Dentre as técnicas de avaliação psicológica, destacam-se os métodos projetivos, que oferecem acesso às vivências internas, ao mundo dos sentidos, significados e sentimentos pouco acessíveis a partir de outras estratégias de investigação (Pinto, 2014).

Dentre os métodos projetivos, destaca-se o Procedimento de Desenhos-Estórias, proposto por Walter Trinca (1972). Baseando-se no pressuposto de comunicação inconsciente, constitui-se em uma técnica para obtenção de informações a respeito da personalidade, ampliando o conhecimento da dinâmica psíquica do sujeito. A técnica tem por base processos de livre associação, iniciada por produção gráfica (desenho livre) que se aglutina com a produção verbal a respeito desse desenho (estória). São solicitadas cinco unidades de produção (desenho livre e sua estória), sequencialmente colhidas em contextos adequados de avaliação psicológica. Por intermédio dos desenhos, há uma comunicação indireta que o indivíduo faz sobre si mesmo, usando sua linguagem própria para representar seu mundo interno. Desse modo, de acordo com Trinca (2013), as fantasias inconscientes encontram uma linguagem apropriada para emergirem em seu conteúdo, mesmo que indiretamente. Assim, se o mundo interno vivencia, por exemplo, experiência de crítica, culpa e condenação, essas características certamente irão aparecer nos D-E.

A literatura científica em Psicologia tem evidenciado a riqueza das possibilidades informativas do Procedimento de D-E em diferentes campos clínicos. Uma ilustração dessa possibilidade é o trabalho realizado por Gomes, Amador e Collet (2012), voltado à investigação do papel do acompanhante da criança no momento da quimioterapia. O estudo foi conduzido com sete crianças de seis a 12 anos, na cidade do Rio de Janeiro. Os autores fizeram uma adaptação da técnica dos Desenhos-Estória de Walter Trinca. Para isso, utilizaram a técnica dos D-E com Tema, solicitando apenas duas Unidades de Produção ao invés das cinco originalmente previstas por esse procedimento clínico. O primeiro desenho foi livre, mas o segundo foi guiado pela pesquisadora com o pedido de que o desenho fosse sobre uma criança em quimioterapia naquele exato momento. Os resultados evidenciaram a importância da presença de um ente querido nesse momento do tratamento médico, de modo a oferecer suporte ao paciente e favorecer sua recuperação. No entanto, os pesquisadores também argumentaram sobre a necessidade de atenção da equipe profissional à família e ao rodízio de acompanhantes para que o cuidador principal não fique sobrecarregado e exista, efetivamente, suporte afetivo-social aos envolvidos no processo.

Diante do exposto, depreende-se que as evidências científicas na área de interface entre o câncer e o desenvolvimento infanto-juvenil apontam o risco de consequências negativas do

tratamento oncológico em diversos aspectos da vida da criança e do adolescente, exigindo cuidados profissionais atentos e fundamentados (Areco, 2016; Cardoso, 2007; Guimarães, 2016; Perina, Mastellaro & Nucci, 2008; Valle e Ramalho, 2008). Nota-se, no entanto, que os estudos tendem a focalizar variáveis associadas ao relacionamento dos cuidadores com os pacientes, bem como seus eventuais prejuízos cognitivos, como argumentaram Areco (2016) e Guimarães, (2016).

Pouca produção científica sistematizada, no campo da Psicologia, pareceu disponível no tocante a possíveis impactos no desenvolvimento socioafetivo de crianças e adolescentes acometidos por câncer, foco do atual estudo. Nesse contexto, compreender variáveis relacionadas ao funcionamento psíquico infantil durante cuidados oncológicos pode favorecer adequado aproveitamento dos investimentos pessoais e dos cuidadores para a positiva resolução dos casos. Desse modo, esse trabalho tem por finalidade caracterizar e interpretar indicadores cognitivos, perceptomotores e vivências afetivas de uma criança sob cuidados oncológicos em serviço especializado, recorrendo-se a estratégias de avaliação psicológica.

Método

O atual trabalho configura-se como estudo de caso, pautado numa abordagem teórica de base psicodinâmica, a partir de instrumentos de avaliação psicológica para descrever e caracterizar recursos e vivências afetivas infantis diante do câncer e seu tratamento. Esta análise de caso faz parte de estudo maior desenvolvido como Iniciação Científica da primeira autora deste capítulo, onde são avaliadas várias crianças de sete a 12 anos de idade sob cuidados oncológicos.

Participante

A participante, do sexo feminino, possuía oito anos e estava no terceiro ano do ensino fundamental no momento da coleta de dados. Seus pais autorizaram sua participação na pesquisa, bem como ela concordou com a proposta.

Recebeu o diagnóstico de meduloblastoma (câncer na região do cerebelo) há 16 meses e logo começou o tratamento em serviço de referência de hospital-escola universitário no interior do Estado de São Paulo. Durante o tratamento, ela foi submetida a cirurgia e a várias sessões de quimioterapia e radioterapia, reagindo positivamente a essas intervenções especializadas.

Materiais

Frente aos objetivos deste estudo de caso, voltados ao exame de aspectos cognitivos, perceptomotores e afetivos da participante, foram utilizados os seguintes instrumentos de avaliação psicológica:

1) *Desenho de Figura Humana (DFH)*: utilizado com o objetivo de avaliar o desenvolvimento cognitivo a partir do sistema avaliativo desenvolvido e empiricamente validado por Wechsler (2003) no Brasil. Nessa referida publicação constam as diretrizes normativas para análise e classificação dos resultados no DFH. Para a realização dessa técnica foi utilizado lápis grafite nº 2, borracha e folhas de papel em branco, lembrando que, nessa padronização utilizada, são solicitados dois desenhos de figura humana, um de cada sexo, na ordem em que o respondente quiser.

2) *Teste Gestáltico Visomotor de Bender*: avalia a maturação perceptomotora de crianças por meio da análise da reprodução dos desenhos (nove figuras geométricas) copiados em uma folha branca. Segundo Koppitz (1989), a reprodução dessas figuras é determinada por princípios biológicos e de ação senso-motriz, podendo variar de acordo com o desenvolvimento e o nível maturacional de cada indivíduo, razão para seu uso nesse trabalho (sistema Koppitz, 1989). Em outras palavras, serviu como indicador do desenvolvimento perceptomotor da criança. Os materiais utilizados para o procedimento foram: folhas de papéis em branco, lápis grafite no. 2 e borracha, além dos cartões com as figuras modelo.

3) *Procedimento de Desenhos-Estória (D-E)*: trata-se de procedimento clínico onde há solicitação de desenho livre associado com a produção de uma estória sobre o mesmo, constituindo Unidades de Produção (UP). Possibilita a associação livre de processos expressivo-motores e processos aperceptivos-dinâmicos (Trinca, 1997). Foram solicitadas cinco unidades de produção, como originalmente previsto pelo procedimento, sendo que cada uma delas foi composta por um desenho livre, seguida de sua estória e respostas a questões do examinador por meio de associações dirigidas, finalizando com um título. Essa técnica implicou no uso de lápis coloridos, lápis grafite no. 2 e folhas de papel em branco. O procedimento D-E foi criado e padronizado por Trinca (1972), com sistema avaliativo dos indicadores proposto por Tardivo (1985), aprovado para uso no Brasil por possuir adequados indicadores psicométricos. Em complemento, considerou-se enriquecedor avaliar o material a partir do sistema Morval de avaliação de produções temáticas (originalmente utilizado com o Teste de Apercepção Temática), como exposto em Jacquemin, Barbieri e Okino (2003), de modo a destacar a identificação das necessidades e seus desfechos.

Procedimentos

Cabe inicialmente lembrar que este estudo de caso integra o projeto de Iniciação Científica da primeira autora deste trabalho, o qual foi avaliado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. O trabalho segue integralmente as diretrizes técnicas e éticas necessárias em pesquisa com seres humanos.

Para seleção de possíveis participantes ao estudo foram consultados prontuários das crianças com idade entre sete e 12 anos que estivessem em tratamento em Serviço de Oncologia Pediátrica de hospital-escola universitário, considerado referência nacional na área. Com o aceite dos responsáveis, a pesquisadora procurou a criança para explicar os objetivos e convidá-la para participar do estudo, a qual assentiu com o mesmo.

A coleta de dados foi realizada com a criança e a primeira autora deste trabalho, em duas sessões de aproximadamente 50 minutos cada. Na primeira sessão foi realizado o devido rapport, nova explicação dos objetivos da pesquisa para a criança e, a seguir, foram aplicados o DFH, o Teste Gestáltico de Bender e duas unidades de produção do D-E. Após essas atividades, a participante relatou cansaço e pediu para continuar as atividades em outro dia, o que foi aceito. Desse modo, a segunda sessão com a criança envolveu, além do rapport, a coleta das últimas três unidades de produção do Procedimento de D-E.

Os resultados obtidos foram sistematizados conforme diretrizes técnicas existentes em Wechsler (2003) no caso dos DFH e o sistema Koppitz (1989) no caso do Teste de Bender. No tocante ao Procedimento de D-E recorreu-se ao sistema analítico de Tardivo (1985) e também o de Morval, apresentado em Jacquemin, Barbieri e Okino (2003). Esses achados clínicos foram organizados para permitir adequada interpretação dos indicadores cognitivos, perceptomotores e afetivos da criança avaliada.

Resultados e Discussão

Por se tratar de um estudo de caso de natureza clínica, considerou-se adequado explorar detalhadamente o material produzido pela criança. Desse modo, parte de suas produções gráficas serão apresentadas de modo a fundamentar e a exemplificar as análises interpretativas, tendo por base os objetivos propostos.

Desse modo, nas Figuras 1 e 2 tem-se a produção realizada pela criança diante da proposta do DFH (Wechsler, 2003). Cabe lembrar que cada DFH é avaliado em seus pontos brutos e depois esse resultado é transformado em nota percentil, permitindo classificação do nível cognitivo da criança.

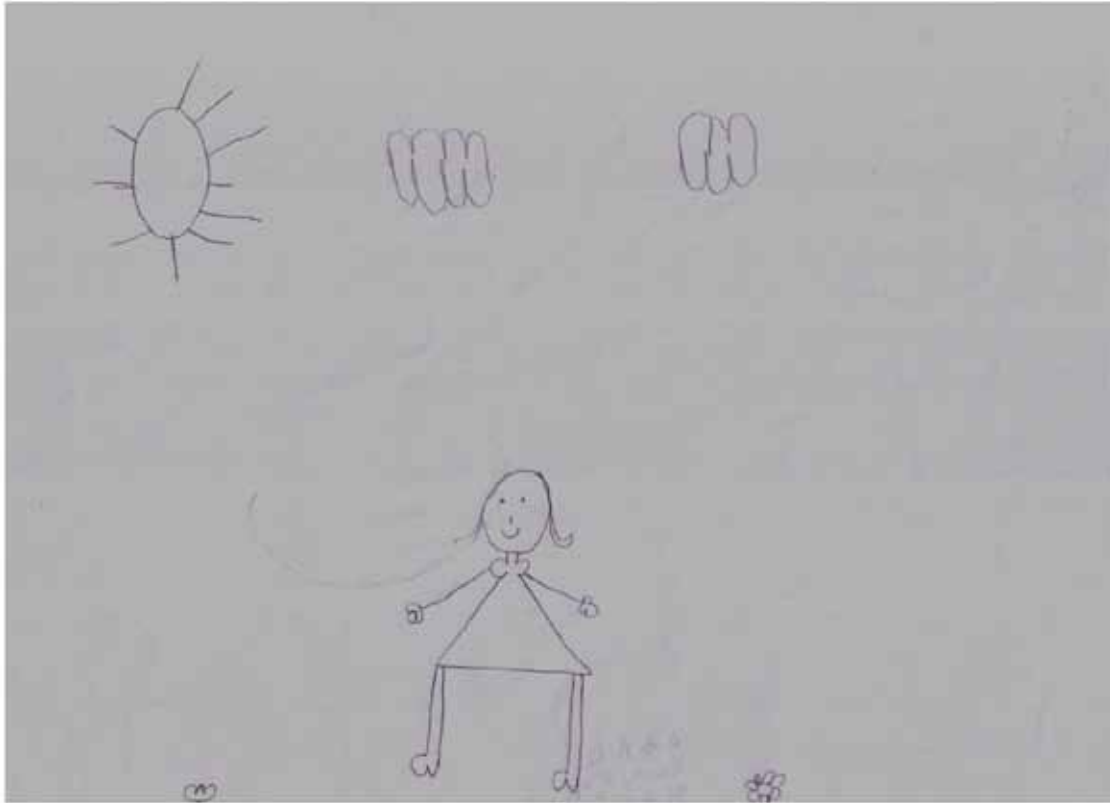


Figura 1. *Primeira produção no Teste do Desenho da Figura Humana.*

A participante trabalhou de forma colaboradora e rápida (cinco minutos de trabalho nessa primeira figura), desenhando primeiramente uma mulher. Quando questionada pela aplicadora, contou que a figura desenhada possui oito anos e é uma amiga da escola. A participante obteve pontuação bruta igual a 32 pontos e padronizada igual a 104 pontos.

Diante da orientação para realizar um segundo DFH, conforme instrução padronizada de Wechsler (2003), a criança rapidamente elaborou a Figura 2 (em três minutos). De acordo com seu relato, desenhou um homem de 18 anos, identificando-o como seu irmão. Assim como na primeira figura, a pontuação bruta da participante corresponde a 32 pontos e a pontuação padronizada corresponde a 104 pontos.

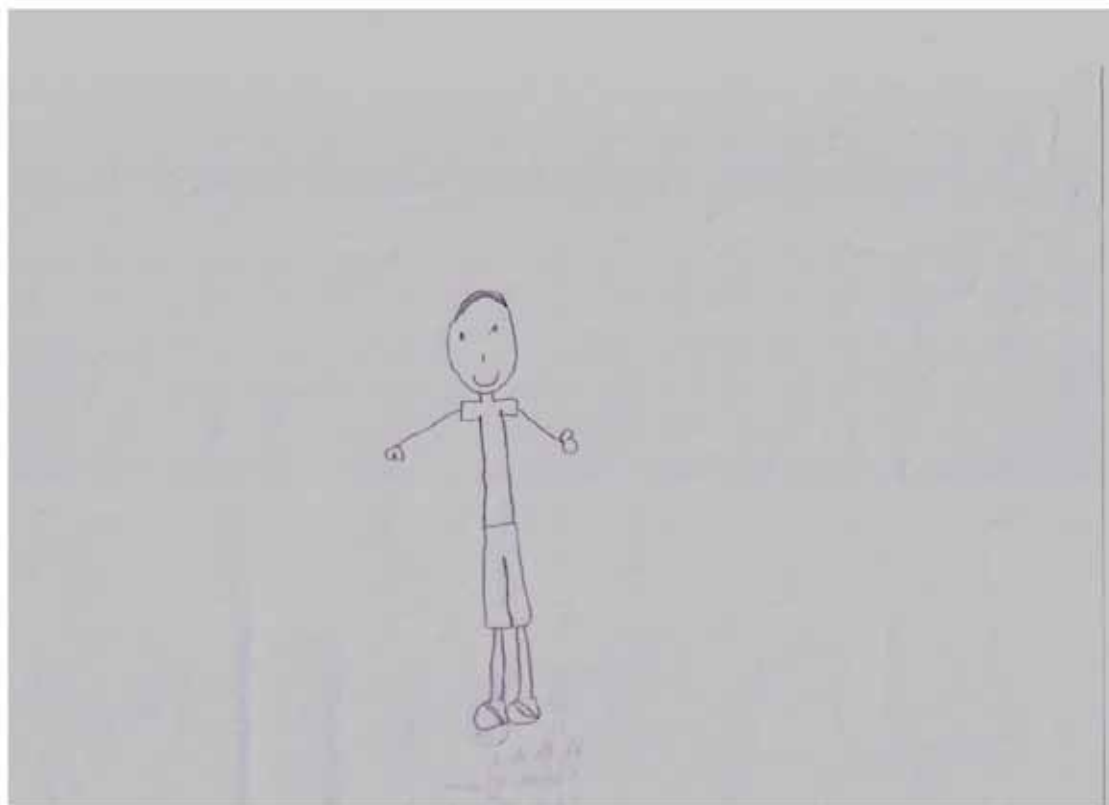


Figura 2. *Segunda produção no Teste do Desenho da Figura Humana.*

É possível observar que, nas duas produções do DFH, a criança inverteu a folha de aplicação e utilizou borracha. Com base no manual de Weschler (2003), a participante alcançou na primeira figura e na segunda figura um escore de 32 pontos brutos. Desse modo, somou um total de 64 pontos brutos no DFH, correspondendo a 104 pontos padronizados, compatível com classificação intelectual média em relação a seu grupo de referência. Em outras palavras, indicou preservação superficial do funcionamento cognitivo, mesmo após os vários invasivos tratamentos de saúde.

A cópia dos nove modelos gráficos do Teste de Bender constitui a Figura 3. Pelo sistema avaliativo de Koppitz (1989) são contados os erros de reprodução das figuras, comparando-os em relação a crianças de mesma idade.

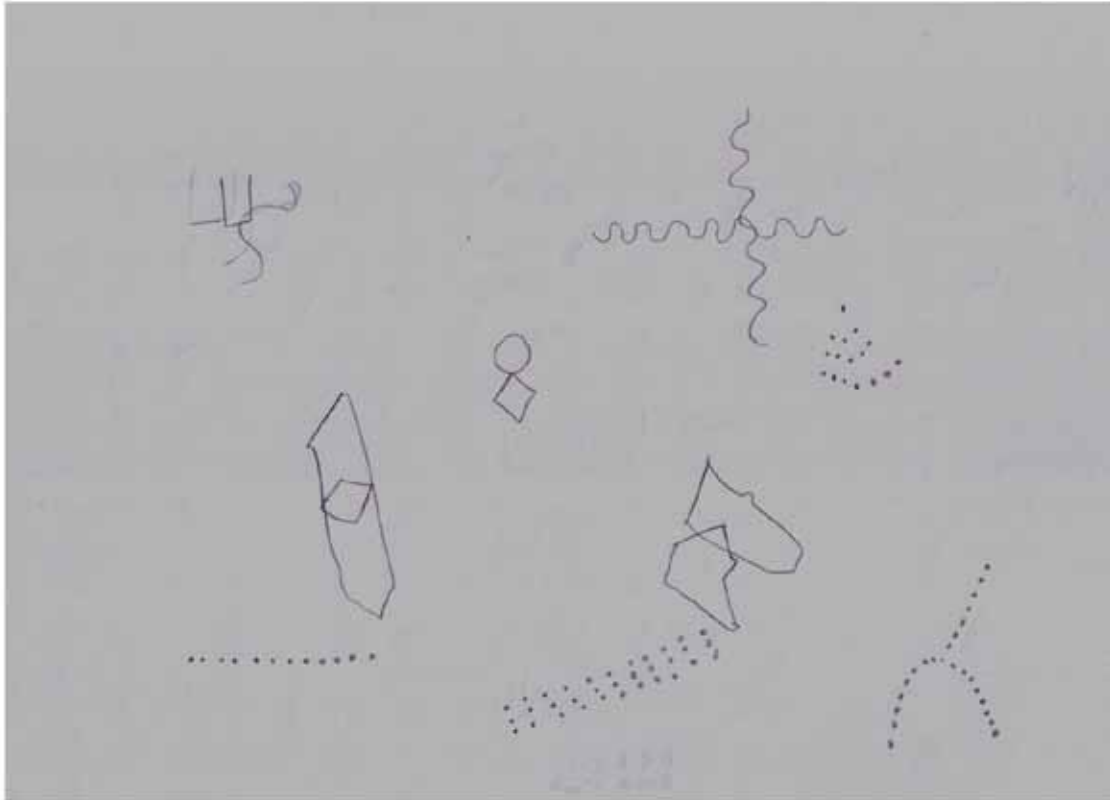


Figura 3. *Produção da criança diante do Teste de Bender.*

No Bender, a participante rotacionou os cartões, teve maneira desordenada de desenhá-los, utilizou borracha e levou 10 minutos para cumprir a atividade. Alcançou um total de quatro erros que, segundo seu grupo de referência (Koppitz, 1989), representa elevado número de falhas nas cópias das figuras. Ou seja, possuiu mais erros do que o esperado para sua idade, mostrando superficial preservação do desenvolvimento neuropsicomotor.

Em relação ao Procedimento de D-E considerou-se adequado ilustrar uma Unidade de Produção e sua respectiva análise sistemática realizada neste estudo de caso. Selecionou-se a terceira Unidade de Produção da criança para ilustrar esse processo de levantamento de informações sobre a afetividade infantil.

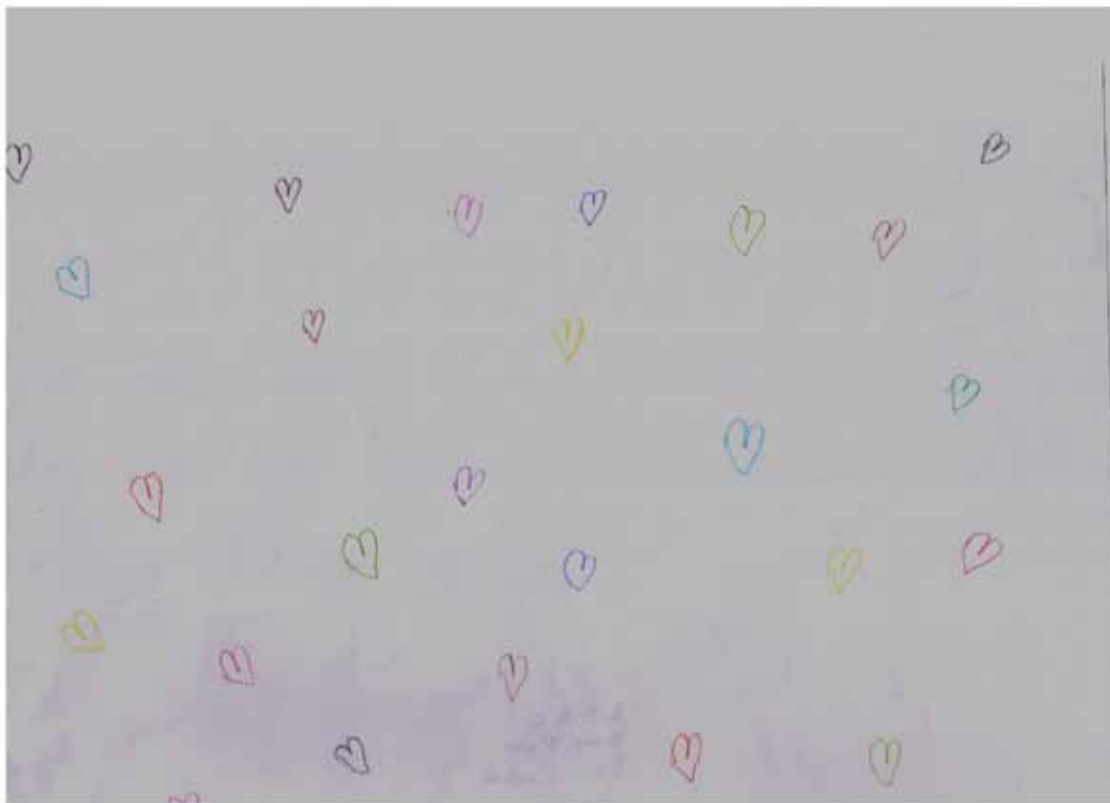


Figura 4. *Terceira Unidade de Produção no Procedimento de Desenhos-Estória.*

Estória: “Era uma vez, uma menina muito, muito, muito bonita. Ela tava com bolinha de sabão, aí ela soprava e saía um monte de coração colorido. E aí ela chamou todos os amigos pra ver e eles foram e gostaram muito. Ela chamou também o pai, a mãe, o tio, a tia, a avó, todo mundo!! Eles gostaram muito e acharam muito bonito. Ela ficou muito feliz!”

Título da estória: “A menina do coração”

A sistematização dos indicadores dessa unidade de produção do D-E pelo método de Tardivo (1985) permitiu a elaboração da Tabela 1. Nela constam as categorias avaliativas desse sistema de análise e como ficou a classificação dessa terceira produção infantil em foco.

Tabela 1. *Categorias avaliativas de Tardivo (1985) e classificação da terceira Unidade de Produção dos D-E da criança avaliada.*

Categoria avaliativa	Item avaliativo	Classificação D-E
Atitudes básicas	Aceitação ou negação dos fatos	Aceitação
	Relação com o mundo	Positiva
	Relação com ela mesma	Positiva
Figuras significativas (forma de se relacionar)	Materna	Positiva
	Paterna	Positiva
	Outra	Positiva
Sentimentos	Construtividade	X Construtividade
	Destrutividade	
	Base	Amor
	Ambivalência, conflitos	Busca de autoafirmação
Faltas ou carências básicas	Faltas ou carências	Necessidade de afeto e contato
	Tendências	Construtivas
Impulsos	Amorosos X Destrutivos	Amorosos
Ansiedade e Angústia	Depressiva X Persecutória	Depressiva – busca de contato
Mecanismos de defesa	Com base na repressão	Repressão, dramaticidade, sedução
	Com base na negação	Idealização, negação

Foi possível depreender, da análise dessa terceira Unidade Produção do D-E, positiva visão do mundo, de si mesma e das figuras significativas (materna, paterna e outras). Seus sentimentos têm como base o amor e tendências construtivas. Evidenciou busca de autoafirmação e forte necessidade de afeto e contato. A participante sinalizou ansiedade de natureza depressiva quando explicita seus anseios pelo outro e a falta vivenciada diante deles, levando-a a buscá-los e a preencher suas demandas afetivas. Sinalizou recorrer a mecanismos de defesa com base na repressão (como a própria repressão, dramaticidade e sedução), mas também com base na negação, pela forte idealização presente na estória, provavelmente para evitar o contato com a real experiência de fragilidade e temor de morte advinda de sua realidade concreta no tratamento oncológico.

Buscou-se também identificar sinais de sua funcionalidade psíquica a partir da análise dos D-E pelo sistema avaliativo de Morval. A sistematização dos indicadores desta terceira Unidade de Produção compõe a Tabela 2.

Tabela 2. *Categorias avaliativas de Morval e classificação da terceira Unidade de Produção dos D-E da criança avaliada.*

Categoria avaliativa		Classificação da Terceira Unidade de Produção D-E
Título		“A menina do coração”
Tema		Menina feliz com família e amigos
Herói		Menina
Atributos do herói		Muito, muito, muito, muito bonita; muito feliz
Necessidade		Afiliação associativa focal
Conduta do herói	Nível evolutivo Performance Estilo	Aprendizagem social Consumativa, afetiva Iniciativa, coordenação
Conjunto	Físico Social	Bolhas de sabão Amigos, pai, mãe, tio, tia, avó
Ações do conjunto	Físico Social	Facilita Facilitam
Desfecho		Sucesso Total Voluntário
Observações		Forte intensidade afetiva; necessidade de chamar atenção para suas qualidades; busca de autoafirmação.

A partir do sistema de Morval, foi possível identificar de maneira bastante clara os recursos presentes nessa terceira estória da participante. Utilizou atributos intensos e repetitivos para caracterizar a personagem principal, destacando fortemente sua necessidade de estar com seus entes queridos da família e amigos (afiliação associativa focal). É possível observar sinais de que reconhece receber suporte social, visto que refere que as personagens da produção atendem prontamente a sua necessidade de contato. No entanto, permanece a idealizar esse contato, sugerindo intensidade afetiva positiva que ultrapassa o plausível para seu contexto de vida, caracterizando sinais de negação da realidade como estratégia defensiva.

Numa tentativa de síntese dos principais achados relativos ao Procedimento de D-E dessa menina, sistematizou-se os indicadores de Tardivo (1985) na Tabela 3. Nela constam as categorias avaliativas e os dados identificados nas cinco Unidades de Produção obtidas com essa criança.

Tabela 3. Classificação dos D-E da criança avaliada nas categorias avaliativas de Tardivo (1985).

Categoria avaliativa	Item avaliativo	Classificação D-E				
		1ª UP	2ª UP	3ª UP	4ª UP	5ª UP
Atitudes básicas	Aceitação X	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva
	Negação					
	Com o mundo	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva
	Com ela mesma	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva
Figura significativa	Materna	-	-	Positiva	Positiva	-
	Paterna	-	-	-	Positiva	Positiva
	Outra	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva	Positiva
Sentimentos	Construtividade, Destrutividade	Construtivo	Construtivo	Construtivo	Construtivo	Construtivo
	Base	Amor	Amor	Amor	Amor	Amor
	Conflitos	-	-	Autoafirmação	Edípico	-
Faltas ou carências	Faltas ou carências	Crescimento	Necessidade de contato interpessoal	Necessidade de afeto, autoafirmação	Falta de contato com o pai	Necessidade de cuidado
	Tendências	Construtivas	Construtivas	Construtivas	Construtivas	Construtivas
Impulsos	Amorosos X Destrutivos	Amorosos	Amorosos	Amorosos	Amorosos	Amorosos
Ansiedade	Natureza	Depressiva	Depressiva	Depressiva	Depressiva	Depressiva
Mecanismos de defesa	Com base na repressão	Repressão, Sedução	Repressão, dramaticidade de, sedução	Repressão, dramaticidade, sedução	Repressão, sedução	Repressão, dramaticidade, sedução
	Com base na negação		Idealização	Idealização, negação		Idealização

Foi possível notar, com base nessa estratégia de organização dos achados, diversas características repetitivas nas cinco Unidades de Produção do D-E, ao que chamamos de validação cruzada dos indicadores, fortalecendo seu significado no caso (Tardivo, 1985; Trinca, 2013). Depreende-se forte intensidade afetiva e necessidade de contato pessoal, com sinais de dependência e busca do outro para mostrar suas capacidades, sugerindo anseios de autoafirmação. Sinalizou sentir o contato com as pessoas de forma positiva, como também pareceu perceber a si e o próprio ambiente, caracterizando preservação da autoestima e internalização positiva das figuras de identificação.

A intensidade de apresentação de suas demandas afetivas, permeadas por dramaticidade, denunciam a presença de estratégias defensivas de base repressiva. No entanto, também recorre à idealização dos contatos, numa busca tranquilizadora para as rupturas do cotidiano e as interdições geradas pelo tratamento (como não poder ir à escola e nem brincar com liberdade, cuidados em excesso), derivadas da experiência real diante do câncer, sugerindo estratégias de

negação da realidade. No entanto, esses mecanismos mesclaram-se nas estórias, com domínio de mecanismos de repressão, sedução e dramaticidade, permeados pela idealização.

O conjunto de sinais relativos ao funcionamento cognitivo, psicomotor e afetivo da criança avaliada faz pensar que a mesma possui preservados recursos internos. Sua forte vivacidade psíquica, permeada por fortes impulsos e necessidades de amparo, ilustram caminhos interativos promissores para seus cuidadores durante as intervenções necessárias no processo de tratamento do câncer. Essa criança, quando psiquicamente amparada, evidenciava suportar e reagir positivamente os procedimentos médicos, ainda que invasivos, exemplificando a força interna diante das adversidades da vida. Desse modo, o forte apego emocional, nesse caso, funcionava como estratégia protetora a seu desenvolvimento, ainda que permeado por idealizações.

Considerações Finais

Pode-se argumentar, frente aos achados, que os instrumentos de avaliação psicológica utilizados neste caso mostraram-se sensíveis e adequados para a compreensão do funcionamento psíquico infantil diante do adoecimento e do tratamento oncológico. A partir desse estudo de caso foi possível evidenciar, empiricamente, a riqueza da identificação das necessidades psíquicas para reconhecer os recursos que a criança tem para enfrentamento da doença e de outros eventuais obstáculos em seu desenvolvimento. Sendo assim, os processos de avaliação psicológica, incluindo análise de variáveis do psicodinamismo a partir de método projetivo, constituem caminho promissor para embasar planejamento de ações profissionais voltadas a reais demandas internas da criança, tranquilizando-a para reagir positivamente aos desafios de seu tratamento oncológico.

Referências

- Areco, N. M. (2016). *Fatores de risco e proteção no desenvolvimento da personalidade de crianças e adolescentes com câncer*. Qualificação de Doutorado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.
- Brasil. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer & Instituto Ronald McDonald (2009). *Diagnóstico precoce do câncer na criança e no adolescente*. Rio de Janeiro: INCA.
- Brasil. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer (2018). *Estimativa 2018 – Incidência do câncer no Brasil*. Recuperado em 07 de maio de 2018, de: <http://www.inca.gov.br/estimativa/2018/sintese-de-resultados-comentarios.asp>

- Cagnin, E. R. G., Liston, N. M., & Dupas, G. (2004). Representação social da criança sobre o câncer. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 38(1), 51-60.
- Capitão, C. G., Scortegagna, S. A., & Baptista, M. N. (2005). A importância da avaliação psicológica na saúde. *Avaliação Psicológica*, 4(1), 75-82
- Cardoso, F. T. (2007). Câncer infantil: aspectos emocionais e atuação do psicólogo. *Revista da SBPH*, 10(1), 25-52.
- Galli, A. K., da Silva, A. N., & Dalnei, D. M. (2014). A Neoplasia na Infância: Aspectos Emocionais e Cuidados Humanizados no Âmbito Hospitalar. Caderno de Graduação-Ciências Biológicas e da Saúde. *UNIT-ALAGOAS*, 2(1), 109-132.
- Gomes, I. P., Amador, D. D. & Collet, N. (2012). A presença de familiares na sala de quimioterapia pediátrica. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 65(5), 803-808.
- Guimarães, A. L. (2016). *Características de personalidade e recursos adaptativos de crianças e adolescentes com câncer*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.
- Jacquemin, A., Barbieri, V., Okino, E. T. K. (2003) *Manual Prático do Teste de Apercepção Temática (T.A.T)*. Apostila não publicada.
- Koppitz, E. M. (1989). *O teste Gestáltico de Bender para Crianças*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Perina, E., Mastellaro, M. J., & Nucci, N. A. G. (2008). Efeitos tardios do tratamento do câncer na infância e adolescência. Em V. A. Carvalho e cols. (Orgs). *Temas em Psico-Oncologia* (pp. 496-504). São Paulo: Summus.
- Pinto, E. R. (2014). Conceitos fundamentais dos métodos projetivos. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 17(1), 135-153.
- Tardivo, L. S. P. C (2013) *O Procedimento de Desenhos-Estórias na expressão e na compreensão de vivências emocionais. Formas compreensivas de investigação psicológica* (pp. 145-168). São Paulo: Vetor.
- Tardivo, L. S. P. C. (1985). *Normas para avaliação do Procedimento de Desenhos-Estórias numa amostra de crianças paulistanas de 5 a 8 anos de idade*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Instituto de Psicologia, USP.
- Trinca, W. (1972). *O desenho livre como estímulo de apercepção temática*. Tese de doutorado. São Paulo: São Paulo: Instituto de Psicologia, USP.
- Trinca, W. (1997). *Apresentação e Aplicação. Formas de investigação clínica em Psicologia*. São Paulo: Vetor, pp. 11-34.

- Trinca, W. (2013). *Apresentação do procedimento de Desenho-Estória. Formas compreensivas de investigação psicológica* (pp. 11-30). São Paulo: Vetor.
- Urbina, S. (2007). *Fundamentos da testagem psicológica*. Porto Alegre: Artmed.
- Valle, E. R. M., & Ramalho, M. A. N. (2008). O câncer na criança: a difícil trajetória. In V. A. Carvalho et al., (Orgs.), *Temas em Psico-Oncologia* (pp. 505-516). São Paulo: Summus Editorial.
- Wechsler, S. M. (2003). *DFH III: O Desenho da Figura Humano- Avaliação do Desenvolvimento Cognitivo de Crianças Brasileiras*. 3ed. Campinas (SP): Lamp/PUC-Campinas.
- World Health Organization – WHO (2017). Early cancer diagnosis saves lives, cuts treatment costs. Recuperado em 10 de maio de 2017, de <http://www.who.int/mediacentre/news/releases/2017/early-cancer-costs/en/>

Estudo comparativo do tipo de trabalho mental entre 24 protocolos de Rorschach de adolescentes normais com a população de referência de adultos utilizada pela Escola de Silveira

Renata M. F. Campos
Associação de Rorschach de São Paulo

Resumo: Introdução: Segundo o Estatuto da criança e adolescente (ECA) Adolescência é o período compreendido entre as idades de 12 e 18 anos. O conceito de adolescência engloba transformações físicas, e todo o processo de mudança e adaptação psicológica a essas transformações. Por esse motivo torna-se imperativo o entendimento da maneira como esses jovens observam, significam e se adaptam a realidade. A Prova de Rorschach apresenta-se como instrumento apropriado para este fim. Objetivos: Verificar a partir dos dados obtidos na Prova de Rorschach, as características do trabalho mental de adolescentes considerados normais, e identificar os fatores que se diferenciam quando comparados com outras fases do desenvolvimento humano. Metodologia: O estudo examinou 24 jovens entre 12 e 18 de ambos os sexos sem histórico de transtornos psíquicos, comportamentais, funcionais ou lesionais do sistema nervoso, por meio da Prova de Rorschach, segundo a Teoria de Aníbal Silveira. Os dados obtidos foram tratados estatisticamente através do Mann-Whitney teste e F-teste para duas variáveis e posteriormente comparados com a população de referência de Adultos Normais. Resultados: Os resultados do estudo apontam para dificuldade do adolescente em observar as implicações mais abrangentes dos fatos, a produção associativa e a consideração ao meio externo é a mesma do adulto mas elabora de modo mais concreto e imaturo suas experiências. Em relação ao processo de adaptação do adolescente às exigências da realidade é menor, e mais imatura, pois a capacidade de manter atenção para julgamento de realidade e a integração aos padrões de pensamento e valores convencionais de conduta são inferiores aos do adulto, sendo que a ligação emocional é imatura. Conclusão: De modo geral, este estudo revela que a produção mental do adolescente quantitativamente não apresenta diferença em relação ao do adulto, no entanto, observa-se nível de amadurecimento inferior, o que pode caracterizar um tipo de raciocínio e de adaptação as situações dessa faixa etária. Portanto, sugere-se um estudo mais amplo de modo a estabelecer um perfil do tipo de trabalho mental desta faixa etária. Palavras-chave: Adolescentes; Trabalho mental; Método de Rorschach.

Introdução

No Brasil, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), “adolescente” é aquele que está na faixa de idade entre doze e dezoito anos, que se encontra em situação peculiar por estar em desenvolvimento.

O período denominado adolescência tem sido estudado sob diversos enfoques e, de modo geral é definido como período de transição entre a infância e a vida adulta, permeado pelo imenso desafio de integrar em uma identidade definitiva as alterações internas e as solicitações de algo mais vasto e indefinido do que o meio infantil, a “sociedade” (Erickson, 1968).

Os estudos de forma geral se utilizam de termos como “conflitos”, “crise”, “renascimento”, “período crítico”, “angústia”, “transformação”, “desprendimento”, “dor mental” ao se referirem a essa fase do desenvolvimento (Nascimento, Resende & Ribeiro, 2017)

Essa fase da vida sofre uma influência maciça de aspectos sócio culturais, se desenrolando de uma forma dinâmica e complexa, na qual interagem fatores biológicos, psicológicos e culturais, como demonstraram ao voltarem para a história da adolescência (Nascimento *et al*, 2017).

Um ponto de vista diverso é de Weiner (1990) pois considera as mudanças, ocorridas nesse período, gradativas e defende que as variações não são necessariamente disruptivas, como qualquer pessoa, adolescentes apresentam variações durante a vida.

Serebrinsky (1948) já alertara que ao invés de se constituir uma época uniforme, é pelo contrário, de uma extrema diversidade, seja pela idade, sexo, condição social e meio cultural, portanto o ambiente social e o período histórico não deve ser excluído de qualquer tentativa de compreensão da manifestação da adolescência.

A avaliação psicológica nesta fase da vida pode ser de grande valia. Neste contexto, o método de Rorschach vem sendo largamente utilizada em diversas áreas e aplicado a Psicologia no Desenvolvimento (Steiner, 1984).

O vasto trabalho de Adrados (1973) com crianças e adolescentes reforça o aspecto da Prova de ser extremamente simples, não diretiva, que facilita e estimula a espontaneidade e o trabalho de criação. Por sua estrutura, torna difícil seu manejo, conseguindo dessa maneira, aferir a dinâmicos peculiares a cada indivíduo, revelando sua maneira habitual de apreciar e elaborar os dados do ambiente externo ao mesmo tempo que permite a comparação entre a produção do indivíduo com a da população média.

A utilização do Sistema Silveira de interpretação da Prova de Rorschach deve-se ao fato de adotar uma Teoria da Personalidade que “considera o homem como ser social, portanto, na interação dinâmica com o ambiente, e permite ao mesmo tempo a correlação entre os fenômenos psíquicos e o seu substrato anatômico(...) apresentando dois aspectos: um psíquico, que é subjetivo e um somático referido ao encéfalo” (Coelho, 1980).

Em razão da complexidade, profundidade e amplitude que a teoria apresenta, não nos deteremos em explicá-la, apenas apontaremos pontos relevantes para elucidar os dados da pesquisa. Ela estabelece a ligação entre o objetivo e o subjetivo, entre o estrutural e o dinâmico da personalidade.

O aspecto dinâmico refere-se ao fato do indivíduo ser uma unidade complexa resultante do conjunto de funções psíquicas _ que se exteriorizam de modo peculiar a cada um, e que resultam da estrutura da personalidade _ e das funções somáticas. Enquanto aspecto estrutural é definido como o conjunto de funções subjetivas, agrupadas fundamentalmente em três setores: afetividade, conação e inteligência que resultam do funcionamento cerebral, sendo peculiares a

espécie humana e continuamente regem em harmonia as disposições do indivíduo e as suas relações com os ambientes físicos e social (Coelho, 1980).

O foco desse estudo é o setor da inteligência, visto que a ligação direta do indivíduo com a realidade se dá por seu intermédio e em duas direções, a aferente e a eferente, sendo indiretamente estimulada e estimulando a afetividade.

A esfera intelectual é constituída pelo conjunto de funções que proporcionam tanto a observação do meio, a elaboração de significados pessoais das experiências e da apreensão motora – assimilação dos eventos externos; quanto a comunicação das ideias e do estado subjetivo, e a atividade explícita possibilitando a subordinação do trabalho mental criador as exigências da realidade externa.

A Prova de Rorschach, de acordo com Coelho (1980) “é o instrumento mais estável e objetivo para sondar a personalidade humana em seus diversos níveis. Nenhuma outra prova consegue objetivar todas as particularidades das funções intelectuais, de capacidade conativa e de relações afetivo-emocionais, em nível manifesto e profundo”.

Adrados (1984) reitera que o Rorschach permite avaliar as potencialidades intelectuais (visto que é um aspecto de sua personalidade), demonstrando a correlação entre os diferentes elementos da inteligência do indivíduo, a forma em podem ser expressos, seus recursos intelectivos atuais e também aqueles de que dispõem, e não mobiliza devido a bloqueios de origem emocional.

A Prova se constitui por dez manchas, cinco monocromáticas (preto e cinza) e cinco coloridas. O conjunto das manchas monocromáticas representam situações solicitadoras de decisão e iniciativa, e as diferentes tonalidades de manchas escuras mobilizam suas reações emocionais. Por outro lado, os estímulos coloridos provocam reações afetivas mais primárias (pranchas II e III) e as mais diferenciadas (pranchas VIII, IX e X).

Para Coelho (1980) “o confronto dos diferentes índices e dos dinamismos obtidos no grupo de pranchas monocromáticas com os do conjunto colorido- sistematizado por Silveira em sua elaboração do psicodiagnóstico – permite avaliar as reações do indivíduo ao se defrontar com situações que exigem seu discernimento ou perante incitações afetivas intensas, além de possibilitar a verificação objetiva da ocorrência dos choques psicológicos que expressam ansiedade em nível mais profundo”.

O presente estudo se propõe a verificar características do Trabalho Mental (Inteligência) que orientam a adaptação no ambiente de adolescentes considerados normais e identificar fatores da Prova de Rorschach que se diferenciam quando comparados com outras fases do desenvolvimento Humano, sendo parte da pesquisa de Padronização através da Prova de

Rorschach das Características de Personalidade de Adolescentes Brasileiros no Sistema de Silveira, em curso desde Janeiro de 2015, realizada pelo Laboratório de Pesquisas da Sociedade de Rorschach de São Paulo (LAPAP).

Objetivos

Verificar a partir dos dados obtidos na Prova de Rorschach e analisar por meio do Sistema de Silveira as características do tipo do trabalho mental de adolescentes com desenvolvimento típico, e por fim, comparar com a População de Referência de Adultos Normais.

Metodologia

Participantes

A amostra consistiu em 24 jovens entre 12 anos e 18 anos e 11 meses (idade média= 15,63), de ambos os sexos, que não apresentaram histórico de transtornos psíquicos, comportamentais, funcionais ou lesionais do sistema nervoso, matriculados nas redes pública e particular do Estado de São Paulo, no período entre 2015 e 2017.

Instrumento

Aos responsáveis foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a participação do adolescente no presente estudo.

O questionário respondido pelo responsável e a entrevista estruturada tiveram o objetivo de recolher informações acerca do desenvolvimento físico, social e emocional do participante, como também identificar o estado de saúde atual.

O Método de Rorschach é administrado individualmente, e foi interpretado com o Sistema Silveira, sendo utilizado como uma técnica de estudo dos processos psíquicos superiores e da dinâmica da personalidade. Cada imagem produzida é analisada em função do modo com que processos psíquicos dominantes deram origem a sua construção. São dez manchas de tinta, cinco monocromáticas e cinco coloridas, e o participante é solicitado a encontrar imagens nas manchas, levando-o a expressar seu modo habitual de observar, pensar, agir, sentir e expressar-se frente aos diferentes estímulos do ambiente cotidiano.

Procedimento

O estudo foi realizado no Laboratório de Pesquisas e Avaliação Psicológica da Sociedade de Rorschach de São Paulo, e autorizado pelo Comitê de Ética deste centro.

Os participantes foram convidados pelas coordenadoras de suas escolas a integrar esse estudo, os que aceitaram receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Questionário para que os responsáveis respondessem e dessem autorização para o jovem participar.

No dia da avaliação de Rorschach, foi feita uma entrevista estruturada antes da aplicação da Prova.

Os dados obtidos foram tratados estatisticamente através do Mann-Whitney teste e F-teste para duas variáveis e posteriormente comparados com a população de Adultos de Referência (140 protocolos).

Resultados

1- ESTILO PERCEPTUAL - TIPO DE OBSERVAÇÃO

No modo de construir o campo perceptivo o indivíduo recorre basicamente a três Modalidades principais de focalizar a atenção, e na Prova de Rorschach no Sistema Silveira pode ser estudado através do Índice PERC composto pelas Modalidades principais: Global (G), Pormenor Primário(P), Pormenor secundário(p), e, entre as outras modalidades mais raras, destacamos as modalidades Espaço (E) e Global com Espaço (GE) por não representarem comprometimento do trabalho mental.

Tabela 1. Modalidades de Percepção no Protocolo total- médias

	Pop. Adolescente (N=24)	Pop. Adulto (N=140)	Estatística
G	15.66	20.05	Diferentes
P	67.76	67.71	Igual
p	10.42	7.00	Igual
E	4.02	3.73	Igual
GE	1.74	1.46	Igual

O modo como esse grupo de adolescentes distribui a atenção pelo ambiente, não difere da população adulta de referência com exceção do rebaixamento da Modalidade Global (G).

Portanto, na comparação entre as duas amostras, podemos entender que os adolescentes deste estudo, não examinam os fatos sob um prisma mais amplo como espera-se que adultos o façam, o que caracteriza imaturidade da capacidade de organização abstrata e reduzido aproveitamento de suas experiências presentes nessa fase do desenvolvimento.

2 – ANÁLISE DO PENSAMENTO: ELABORAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS

A análise dos processos cognitivos relacionados ao pensamento, ou seja, o modo com que o indivíduo constrói e atribui significados pessoais a suas experiências, inicia-se com a avaliação da expressão quantitativa no protocolo (R), o tempo despendido para a construção da primeira imagem em cada prancha (TRI) e o tempo médio de elaboração das imagens (T/R).

Ao processar as informações do ambiente, mobiliza lembranças de experiências passadas que foram fixadas na memória. A extensão com que o examinando se volta para o mundo externo buscando estruturar os estímulos do ambiente e delineando seus limites espaciais e o quanto mobiliza seus recursos internos é avaliada no confronto entre os índices %F e Lambda (Coelho, 2006).

O grau de objetividade no exame das condições do ambiente é avaliada pelo índice %F+, que reflete se o modo como o indivíduo julga uma situação coincide com o tipo de julgamento realizado pela população utilizada como padrão de referência, e aponta para capacidade de crítica.

Tabela2. Produção e organização mental no Protocolo Total – médias

	Pop. Adolescente (N=24)	Pop. Adulto (N=140)	Estatística
Nº Resp. (R)	43.75	44.52	igual
Elab/R z1	0.98	1.28	diferente
Lambda	0.70	0.59	igual
%F	71.78	75.34	igual
%F+ conj.mono	85.66	86.71	igual
%F+conj.Colorido	63.65	81.59	diferente

Nessa amostra não se observa diferença da produção mental (R), e da capacidade de considerar o meio externo a fim de reconhecer-lhe a estrutura e delinear-lhe as formas comparando-as com imagens armazenadas na memória (%F), entretanto o grupo de adolescentes revela um tipo de inteligência mais prática e concreta por buscar significados em fatos imediatos ainda não correlacionando os diversos aspectos de suas experiências de modo a atribuir significados mais complexos (Elab/R) com maior dificuldade em manter o modo imparcial de julgar os eventos externos sob impacto afetivo direto (%F+colorido) (Tabela 2).

Tabela 3. Recursos subjetivos mobilizados (Lambda) – médias

	Pop. Adolescente (N=24)	Pop. Adulto (N=140)	Estatística
M	1.74	3.43	diferente
m	2.96	1.90	diferente
m'	1.74	0.64	diferente
Ps	1.04	1.74	diferente
ps	0.70	0.56	diferente
ps'	0.04	0.00	n/a
L	0.70	0.84	igual
I	0.09	0.37	n/a
I'	0.13	0.23	n/a
C'	1.61	1.09	diferente

As disposições subjetivas mobilizadas no processo de elaboração de significados pessoais das experiências, revela que no grupo de adolescentes há maior participação de noções ainda infantis e irracionais impregnadas de valor emocional do que noções refletidas de modo independente e realista dos fatos ($m > M$), assim como não conseguem determinar a posição que ocupam no ambiente de modo a poder controlá-lo como o adulto o faz ($ps > PS$). Prevalecendo reação emocional imatura do sentimento de insegurança diante de possíveis frustrações (C'). O que aponta para nível ainda imaturo dos processos mobilizados pelo grupo de adolescentes quando comparados a população adulta de referência.

3- FAIXA DE INTERESSES E CATEGORIZAÇÃO VERBAL

O campo de interesses é revelado pelo examinando através da produção de diferentes categorias de conteúdo explícito, considerado adequado quando 75% das imagens corresponderem a soma das figuras de conteúdo animal ($A+pA$), figuras de conteúdo Humano ($H+pH$) e figuras de conteúdo anatomia (an), de modo a termos uma ideia da proporção em que estes interesses centrais ocorrem no protocolo. E pelo menos 25% dos demais conteúdos estiverem distribuídos em três categorias distintas e secundárias (conteúdos de ordem cotidiana, conteúdos culturalmente diferenciado e conteúdos relacionados a necessidades individuais básicas), caso contrário o campo de interesses se encontra demasiadamente restrito.

No caso das proporções de inverterem, isso significa dispersão na faixa de interesses.

As figuras animais integrais ou parciais (A e pA), referem-se à capacidade do examinando de se interessar pelo ambiente imediato a sua volta e com ele se ligar emocionalmente de modo espontâneo, assim como figuras humanas integrais ou parciais (H e pH) dizem respeito ao grau de interesse pelas relações interpessoais. Distingue-se a noção de “EU” (H com M ou resp. dinâmica ou com m') do modo como o examinando consegue sua noção do “Outro”, se em uma apreensão global da complexidade de seu comportamento (H integral com outros determinantes) ou em uma visão parcial do comportamento alheio (pH).

Tabela IV – Interesses Centrais : Ambiente e Relações interpessoais – médias

	Pop. Adolescente(N=24)	Pop. Adulto (N=140)	Estatística
A:pA	2.60	3.83	diferente
H:pH	1.32	2.00	diferente

Em relação a forma de apreender o ambiente e as relações interpessoais, o grupo de adolescentes demonstra ainda não conseguir integrar as partes na aceção de um contexto mais abrangente, além de apresentar, sob impacto afetivo direto, maior intervenção emocional no contato com o meio externo do que o grupo de adultos (Tabela 4).

4 – PROCESSO DE ADAPTAÇÃO AS EXIGÊNCIAS DA REALIDADE

As funções cognitivas regem um processo indispensável a integração harmônica do ser humano no ambiente interpessoal, Anibal Silveira distingue em seu índice os fatores do Rorschach que expressam este processo de adaptação. Este índice pretende situar o examinando em relação ao adulto médio, no que se refere a este processo mental, daí a designação “Relação para com a média intelectual – RMI” e é composto pela média aritmética das porcentagens de formas bem vistas (%F+) por expressar a capacidade de julgamento de realidade através de processos de controle intencional e seletivo da atenção, das respostas animais (%A) por representar a capacidade de estabilizar seu interesse pelo ambiente devido a ligação emocional mais simples e espontânea do indivíduo com a realidade, e das respostas vulgares (%V) que expressa a capacidade de abstração das propriedades pertinentes de uma experiência, de modo a atribuir-lhe um significado consensual, o que depende além da assimilação intelectual de padrões comuns de pensamento adotados pela coletividade a capacidade de identificar-se com tais padrões de conduta.

Tabela 5. Adaptação a realidade em situações neutras de afeto – médias

	RMI mono	%F+mono	%Amono	%Vmono
Pop. Adolescente(N=24)	50.08	85.66	45.91	18.64
Pop. Adulto (N=140)	50.84	86.71	41.20	24.85
Estatística	igual	igual	igual	diferente

Tabela 6. Adaptação a realidade sob impacto afetivo – médias

	RMicolor	%F+color	%Acolor	%Vcolor
Pop. Adolescente(N=24)	38.37	63.65	39.96	11.51
Pop. Adulto (N=140)	44.97	81.59	32.63	20.54
Estatística	diferente	diferente	diferente	diferente

O grupo de adolescentes estudado apresenta dificuldade e instabilidade no processo de adaptação as exigências que a vida impõem, e revela que este grupo ainda não assimilara suficientemente os valores compartilhados por seu grupo social.

Apesar do esforço para se adaptar as exigências das situações neutras de afeto por meio de um julgamento imparcial dos eventos externos e de ligação emocional espontânea com o ambiente, quando as situações tocam diretamente os afetos, observa-se desorganização no processo adaptativo as situações, em função da imaturidade caracterizada pelo predomínio de elevada intervenção emocional no contato com o ambiente e um modo de agir que não se apoia em normas sociais adotadas pela maioria (Tabelas 5 e 6).

5 – DISPOSIÇÕES CONATIVAS

O rendimento da atividade explícita é avaliado pelo índice Con. Para que o comportamento explícito seja eficiente, não basta que o indivíduo aprecie as condições externas de modo a reconhecer as solicitações do meio (PERC e %F), é preciso que seja capaz de julgar com imparcialidade aquilo que o ambiente exige de modo a mobilizar seletivamente suas experiências do passado e os recursos atuais que dispõe para satisfazer tais exigências (%F+) (Coelho, 2006).

Tabela 7 – Rendimento da atividade: Iniciativa e Manutenção da Ação – médias

	Con mono	%Fmono	%F+mono	Con color	%Fcolor	%F+color
Pop. Adolescente(N=24)	58.12	71.78	85.66	19.88	56.27	63.65
Pop. Adulto (N=140)	61.70	75.34	86.71	37.96	56.24	81.59
Estatística	igual	igual	igual	diferente	igual	diferente

No que se refere a disposição interna para a ação, quando solicitada a iniciativa prática, o grupo de adolescentes demonstra o mesmo nível que a população adulta de referência ao reconhecer as solicitações do meio possibilitando iniciativa e controlar a atenção de modo a perseverar na ação iniciada. No entanto, quando sob impacto afetivo direto, o grupo de adolescentes apresenta menor controle da atenção, levando a seletividade e manutenção dos propósitos insuficientes, em função da imaturidade afetiva e maior envolvimento emocional com as situações.

Discussão e Considerações Finais

O fator da personalidade responsável pelo controle da atenção, garantindo a seletividade e o julgamento crítico de realidade (%F+) torna-se central na compreensão do processo cognitivo dos jovens.

Adrados (1976) em seu trabalho com adolescentes em situação social vulnerável interpreta a %F+ na média, encontrada em sua população, como indicio de capacidade de constrição das reações instintivas.

Serebrinsky (1948) apresenta a comparação entre as produções de %F+ formuladas diante das manchas monocromáticas e das coloridas, e compreende a %F+ como “expressão do estado das funções de crítica”, que pode ou não estar relacionada a níveis de inteligência, mas que pode variar de acordo com a influência dos fatores afetivos e das condições gerais da personalidade em questão.

Os dados analisados por Nascimento et al. (2017) em diferentes agrupamentos etários entre as idades de 5-6 e 13-17 anos, apontam que o desempenho nos protocolos de Rorschach torna-se mais complexo e elaborado na medida que a idade cronológica avança.

Contribuindo com o presente estudo que revela a produção mental do Grupo de Adolescentes em questão, quantitativamente não apresenta diferença relevante, no entanto, a análise de diversos fatores da esfera cognitiva compõem a compreensão da personalidade como um todo ainda imatura quando compara-se com a População de Adultos de Referência.

Visto que predomina no Grupo de Adolescentes a inteligência do tipo concreta com dificuldade em manter estável a atenção e a capacidade de julgamento crítico sob influência dos afetos e, em extrair conclusões mais abrangentes, predominam noções infantis e irracionais sobre as concepções mais integradas a sociedade, aliadas a maior envolvimento emocional e a insuficiente integração aos padrões convencionais de pensamento e conduta que tornam instável o processo de adaptação as exigências da sociedade e a maior dificuldade em persistir nos objetivos. Portanto, sugere-se um estudo mais amplo de modo a estabelecer um perfil do tipo de trabalho mental desta faixa etária.

Referências

- Adrados, I. (1984). *Teoria e prática do teste de Rorschach*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Adrados, I. (1976). *Rorschach na adolescência normal e patológica*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Brasil. *Estatuto da Criança e do Adolescente*, Câmara dos deputados, Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. DOU de 16/07/1990- ECA. Brasília, DF. São Paulo, SP: Atlas.
- Coelho, L.M.S. (1975). *Epilepsia e Personalidade*. São Paulo, SP: Ática.
- Coelho, L.M.S., & Falcão M.I. (2006). *Prova de Rorschach, diretrizes gerais na interpretação dos resultados*. São Paulo, SP: Terceira Margem.
- Erikson, E.H. (1976). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Nascimento, R.S.G.F, Resende, A.C. & Ribeiro R.K.S.M. (2017). *Crianças, adolescentes e o Método de Rorschach*. São Paulo, SP: Pearson.
- Serebrinsky, B. (1948). *Psicodiagnostico de Rorschach en los adolescentes*. Buenos Aires, Argentina: Lopez & Etchegoyen, S.R.L.

- Steiner, M.H.C.F. (1984). *Áreas de aplicação em psicologia do psicodiagnóstico de Rorschach in Boletim da Sociedade de Rorschach de São Paulo*. São Paulo, SP.
- Weiner, I. (1990). Distinguiendo desarrollo perturbado de saludable en adolescentes. *Revista de Psiquiatria Comportamental Y del Desarrollo* (texto consultado, fornecida por H. Lunazzi & A. Fernicola, trad. sob supervisão de H. Lunazzi). *Journal of Developmental & Behavioral Pediatrics*, 11(3), 151-154.

Vulnerabilidade social e atendimento psicológico a pré-escolares e escolares: indicadores e instrumentos de avaliação em uma revisão sistemática da literatura

Daniela Aparecida Falconi Murari

Fernanda Aguiar Pizeta

Universidade Paulista

Resumo: A vulnerabilidade social tem sido reconhecida enquanto condição que interfere no desenvolvimento infantil, potencializando desfechos negativos frente a condições de risco. Nesse sentido, a identificação de indicadores de vulnerabilidade no contexto do atendimento psicológico de crianças se reveste de importância, na medida em que as queixas para o atendimento se associam principalmente a desfechos disfuncionais, sendo relevante a compreensão do peso de variáveis concorrentes para o desenvolvimento. Este estudo de revisão sistemática objetivou identificar na literatura indexada, artigos empíricos recentes (2013 a 2017), com crianças pré-escolares e escolares, e analisar as variáveis de vulnerabilidade social incluídas e os delineamentos adotados. Procedeu-se a uma busca sistemática na literatura nas bases PubMed, PsynInfo, Lilacs e Scielo, por meio das palavras chaves “vulnerabilidade social”, “crianças” e “atendimento psicológico” e respectivos termos em inglês. Foram selecionados 72 artigos e, após aplicação de critérios de exclusão (revisões, teses e dissertações, artigos teóricos e repetidos), incluiu-se nove artigos, sendo cinco transversais e quatro longitudinais. A fonte de informação dos dados analisados foi prioritariamente as próprias crianças e/ou os pais ou responsáveis, colhidos em diferentes contextos (escolar, sócio assistencial, cortes e comunidade). Dos nove estudos, oito eram quantitativos, os quais utilizaram instrumentos de autorrelato (questionários/escalas/ inventários) ou documentos/prontuários, sendo apenas um qualitativo, que utilizou a observação na casa das famílias. A leitura crítica dos estudos sinalizou que todos incluíram indicadores de vulnerabilidade social diversos, principalmente enquanto critério de inclusão nos estudos, mas a maioria (seis estudos) não se detiveram a definir o conceito de vulnerabilidade. Evidenciou-se que variáveis relativas à criança (idade e sexo) foram as mais utilizadas, seguidas do envolvimento dos pais com a lei/drogas e da condição socioeconômica da família. Destaca-se, assim, que nem sempre se consideraram aspectos conceituais nem se incluíram os principais indicadores de vulnerabilidade social, associados aos desfechos desenvolvimentais desadaptativos, o que sinaliza para a ausência de estudos com interesse específico em tais indicadores. Especificamente, quanto aos atendimentos aos pré-escolares e escolares, os estudos propuseram possíveis ações futuras de intervenções e, em sua maioria, apresentaram o próprio processo de intervenção enquanto objeto de análise, não sendo identificada a utilização de indicadores de vulnerabilidade social para a proposição/realização dessas ações. Destaca-se que, frente ao papel da vulnerabilidade social, faz-se importante considerá-la para a identificação de ações interventivas mais efetivas em psicologia, especialmente frente a determinadas condições desenvolvimentais das crianças.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social; Criança; Atendimento Psicológico.

Apoio: PIBIC/CNPq

Introdução

A vulnerabilidade configura-se como uma condição de grande relevância para a compreensão do desenvolvimento humano, na medida em que pode influenciar negativamente quando da presença de situações/condições de risco. A palavra vulnerável vem do verbo latim *vulnerare*, que significa ferir, penetrar, sendo que, por essas raízes etimológicas, pode-se definir vulnerabilidade enquanto um termo que faz referência à predisposição a desordens ou susceptibilidade ao estresse (Yunes & Szymanski, 2001). Segundo Levinas (1993), o termo

vulnerabilidade é definido como uma condição de todo o ser humano, onde estamos dispostos ao outro e ao mundo e por eles somos responsáveis. Neves (2006), por sua vez, parte do ponto que tem que haver um entendimento à apuração da existência de grupos e indivíduos vulneráveis, os quais devem ser protegidos em razão da sua condição de situações específicas.

Ao se debruçar sobre o desenvolvimento humano, Papalia e Feldman (2013) deram destaque a variáveis ambientais, como a pobreza, que indiretamente influenciam os desfechos desenvolvimentais, na medida em que afetam seu contexto de vida. Ponderam que essas variáveis podem favorecer prejuízos cognitivos e psicossociais de crianças e suas famílias, principalmente enquanto condições crônicas. Diante dessas considerações, indicadores de vulnerabilidade e risco ao desenvolvimento humano demandam ser compreendidos de forma multidimensionais e multifatoriais, a partir de aspectos biológicos, psicológicos e sociais. A inserção em um contexto de vulnerabilidade ou no convívio com indicadores de vulnerabilidade pode, assim, favorecer efeitos negativos perante contextos de risco, potencializando-os (Oviedo & Czeresnia, 2015).

A compreensão de indicadores de vulnerabilidade social configura-se, pois, como condição que pode favorecer a identificação de ações de intervenção que possam minimizar o impacto dos riscos para o desenvolvimento infantil. Nessa perspectiva, Barker e Rizzini (2002) colocaram ênfase nas habilidades das crianças e suas comunidades, enquanto recursos de proteção para o enfrentamento do risco, destacando assim aspectos preventivos e de promoção do desenvolvimento integral das pessoas. Dessa forma, pode-se inferir que a inclusão das pessoas em condições de vulnerabilidade social em serviços de atendimento à saúde e sócio assistenciais podem minimizar tais indicadores e fomentar o enfrentamento frente a situações de risco ao desenvolvimento. Destaca-se, assim, que nas últimas décadas observa-se um crescente interesse pelos estudos relacionados à vulnerabilidade social, risco e resiliência, incluindo um olhar para o contexto de desenvolvimento de crianças em idade pré-escolar e escolar.

A partir de aspectos distintos e integrativos do desenvolvimento humano (biológicos, ambientais e psicossociais), entende-se relevante que se pense os desfechos desenvolvimentais típicos e esperados para cada estágio bem como os desadaptativos e as variáveis que os favorecem, seja enquanto condições que predisõem a criança ao prejuízo no desenvolvimento, enquanto eventos e fatores que aumentam a probabilidade da disfunção ou que protegem as crianças do insucesso nas tarefas típicas. Pondera-se que a prevalência de problemas de saúde mental entre crianças de seis a onze anos varia entre 5,8% e 14,4% (Kovess et al., 2015). Quanto à prevalência de problemas para crianças em idade pré-escolar, Bolsoni-Silva, Levatti e Marin

(2015) analisaram a literatura científica e enfatizaram a maior presença de problemas de comportamento em pré-escolares, em comparação à idade escolar, sendo que no estudo empírico realizado pelas autoras identificaram maior incidência de problemas de comportamento internalizante e no total de problemas para os meninos.

Evidencia-se, assim, que demandas de saúde mental nos estágios pré-escolar e escolar são aspectos relevantes a serem considerados para as trajetórias desenvolvimentais, inclusive na medida em que prejuízos em determinado momento da vida pode favorecer desadaptação em momentos posteriores. Destaca-se, contudo, que não há consenso quanto a influência do sexo/gênero nos problemas de comportamento de crianças, quando avaliados a partir da tipologia internalizante e externalizante, o que pode estar associado à falta de critério para definição desses conceitos e ao uso de distintos procedimentos de avaliação do comportamento infantil, o que enfatiza a necessidade de utilização de instrumentos com qualidades psicométricas aferidas e satisfatórias (Achenbach et al., 2016).

Além da questão do gênero/sexo das crianças, estudos diversos apresentam a relevância de se considerar a monoparentalidade, separação conjugal (Amato, 2010) e consequente ausência de envolvimento paterno no cotidiano dos filhos (Cia & Barhan, 2009; Eymann et al., 2009), condições socioeconômicas precárias (Bele, Bodhare, Valsangkar, & Saraf, 2014; Pizato et al., 2014) e instabilidade financeira, baixa escolaridade dos pais (Correia, Saur, & Loureiro, 2014).

Destaca-se, assim, que alguns estudos dão indícios de variáveis que possam corroborar para a construção de um perfil de vulnerabilidade apontando para algumas variáveis como a condição socioeconômica desfavorável, baixa escolaridade familiar, idade da criança, gênero/sexo da criança, composição familiar, números de irmãos, entre outras. Reconhece-se, contudo, a necessidade de identificação de tais fatores, para favorecer uma adaptação melhor da criança, diminuindo os efeitos de riscos futuros de transtornos psicossociais na vida adulta. Nesse sentido, a identificação de indicadores de vulnerabilidade no contexto do atendimento psicológico de crianças se reveste de importância, na medida em que as queixas para o atendimento se associam principalmente a desfechos disfuncionais, sendo relevante a compreensão do peso de variáveis concorrentes para o desenvolvimento.

Assim, no presente estudo de revisão, objetivou-se identificar na literatura indexada, artigos empíricos recentes (2013 a 2017), com crianças pré-escolares e escolares, e analisar as variáveis de vulnerabilidade social incluídas e os delineamentos adotados.

Método

Procedeu-se a uma busca sistemática de artigos empíricos indexados, identificados nas bases de dados PubMed, Lilacs, Scielo e PsycInfo, no período de 2013 a 2017, por meio de palavras chaves: “vulnerabilidade social”, “crianças” e “atendimento psicológico”. A princípio identificou-se 72 artigos empíricos, a partir dos quais se procedeu a leitura sistemática dos resumos para seleção. Adotou-se como critérios de inclusão os idiomas inglês e português, estudos de humanos, que incluíssem crianças na faixa etária de 03 a 05 anos, configurando a segunda infância (pré-escolar), e de 06 a 12 anos configurando a terceira infância (escolares), sendo etapas importantes do desenvolvimento infantil.

Enquanto critério de exclusão, consideramos como motivos: artigos repetidos, estudos empíricos que incluíssem especificamente lactantes e adolescentes, teses e revisão de literatura. Além disso, tendo como foco a busca por informações quanto a variáveis contextuais de vulnerabilidade, tomou-se como critério a identificação de ao menos uma variável de interesse em relação a condições que predisõem as crianças a desfechos negativos, frente a eventos de risco para o desenvolvimento.

Com base nesses critérios, foram selecionados e analisados nove artigos empíricos. Após leitura cuidadosa dos artigos na íntegra, procedeu-se à categorização das informações de interesse quanto aos delineamentos adotados, instrumentos utilizados, perspectiva quanto ao atendimento psicológico de pré-escolares e escolares e possíveis associações com condições de vulnerabilidade social. Os dados referentes a essas informações foram identificados de forma descritivas e analisados quantitativamente em termos de frequência e porcentagem, sendo posteriormente analisados a partir da literatura que versa sobre a influência de condições de vulnerabilidade social para o desenvolvimento infantil e práticas psicológicas de atenção à saúde de pré-escolares e escolares.

Resultados e Discussão

Os resultados serão apresentados em relação aos delineamentos adotados, instrumentos utilizados para a avaliação das variáveis de interesse nos estudos e, posteriormente, apresentar-se-á especificidades dos estudos incluídos e variáveis de vulnerabilidade social analisadas por eles.

Foram identificados delineamentos de pesquisa qualitativas e quantitativas, sendo que, dos nove artigos, pouco mais da metade se referiu a estudos transversais (55,55%), além de predomínio de estudos quantitativos (88,88%), conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – *Delineamentos adotados e instrumentos utilizados nos estudos incluídos (n=9)*

Artigo (identificação)	Delineamento	Instrumentos
Moreira & Andreoli, 2016	Transversal Quantitativo	Questionário sócio demográfico da família e da criança
Nobre et al., 2015	Transversal Quantitativo	Questionário sócio demográfico da família e da criança EAPC - Escala de Auto-Percepção de Competência
Dorrington et al., 2014	Longitudinal Quantitativo	EPDS - Escala de Depressão Pós-Parto de Edimburgo Questionário sociodemográfico da família/criança
Bittencourt, França, & Goldim, 2015	Transversal Quantitativo	Coleta de dados em prontuários/documentos
Oliveira-Monteiro, Freitas, & Farias, 2014	Longitudinal Qualitativo	Observação realizada na residência Entrevista de discurso livre autobiográfico Questionário sociodemográfico da família/criança
Duggins et al., 2016	Longitudinal Quantitativo	Measures of Psychopathology and Negative Affect Questionário sociodemográfico da família/criança
Dix & Yan, 2014	Longitudinal Quantitativo	Questionário sociodemográfico da família/criança
Fukuda, Penso, & Santos, 2013	Transversal Quantitativo	Roteiro de Análise Documental para coleta de dados em prontuários/documentos
Harpin et al., 2013	Transversal Quantitativo	Questionário sociodemográfico da família/criança MSS - Minnesota Studenty Survey

No conjunto dos nove estudos, destaca-se o predomínio da utilização da metodologia para quantificação dos dados, sendo que 77,78% dos estudos utilizou-se de instrumento de auto relato considerados como questionários sociodemográficos com dados referentes a variáveis das famílias e das crianças (Dix & Yan, 2013; Dorrington et al., 2014; Duggins et al., 2016; Fukuda, Penso & Santos, 2013; Harpin et al., 2013; Moreira & Andreoli, 2016; Nobre et al., 2015; Oliveira-Monteiro, Freitas, & Farias, 2014). Destaca-se, ainda, que quatro estudos incluíram o uso de inventário (Dorrington et al., 2014) e de escala (Fukuda, Penso & Santos, 2013; Duggins et al., 2016; Nobre et al., 2015) e dois utilizaram dados de prontuários e documentos (Bittencourt, França & Goldim, 2015; Fukuda, Penso, & Santos, 2013), com destaque para o segundo estudo que desenvolveu um roteiro de análise dos documentos a serem consultados. Além disso, um dos estudos utilizou a observação na residência e entrevista

(Oliveira-Monteiro, Freitas, & Farias, 2014), a qual teve como objetivo avaliar a relação com a família de origem, com o pai da criança e o filho, aspectos emocionais, ambientais, uso de substâncias psicoativas, a escolaridade e a inserção profissional dos pais.

Sendo assim, avalia-se que a fonte de informação dos dados analisados foi prioritariamente crianças e/ou os pais ou responsáveis. Tais dados foram colhidos em diferentes contextos (escolar, socio-assistencial, coortes e comunidade), contudo, primando pelo acesso a informações pelo auto relato dos participantes. Tais amostras incluíram um número diverso de participantes, que variou de 20 a 5038 crianças, com destaque para dois artigos nos quais as amostras foram extraídas de estudos de coorte. Quanto aos contextos de realização, a revisão evidenciou que dois artigos foram desenvolvidos no contexto escolar e três artigos no contexto sócio assistencial, destacando-se que um sexto estudo se realizou na moradia das famílias.

Quanto às especificidades dos estudos, destaca-se que das sete variáveis referentes às principais condições de vulnerabilidade social a que estariam expostas crianças pré-escolares e escolares, em sua maioria, os estudos empíricos incluíram apenas uma ou duas condições, sendo que apenas um estudo incluiu quatro das variáveis aqui apresentadas (Dorrington et al., 2014), conforme se observa na Tabela 2.

Tabela 2 – Estudos que incluíram variáveis com indicadores de vulnerabilidade social no estudo com pré-escolares e escolares (n= 9)

Variáveis – Vulnerabilidade Social	Estudos empíricos incluídos
Idade da criança (n= 8)	01,02,03,04,05,06,07,09
Sexo da criança (n= 6)	01,02,03,04,05,07
Envolvimento com drogas/lei (n= 5)	01,04,05,07,09
Condição socioeconômica (n= 4)	03,04,05,07
Escolaridade da criança (n = 3)	05,08,09
Condição de saúde dos pais (n= 3)	03,06,07
Escolaridade dos pais (n= 2)	06,09
Renda familiar (n= 1)	01
Idade dos pais (n= 1)	06

Nota: 01 - Moreira & Andreoli (2016); 02 - Nobre et al. (2015); 03 - Dorrington et al. (2014); 04 - Bittencourt, França & Goldim (2015); 05 - Dugggins et al. (2016); 06 - Dix & Yan (2014); 07 - Fukuda, Penso & Santos (2013); 08 - Harpin et al. (2013); 09 - Oliveira-Monteiro, Freitas & Farias (2014).

No estudo de Moreira e Andreoli (2016), que avaliaram adolescentes de 11 a 18 anos que participavam de projetos socioassistenciais, inclui-se a variável renda enquanto condição

de interesse para inclusão no estudo, sendo identificado que os jovens que eram atendidos nos projetos tiveram um efeito positivo frente à escolarização, com índice menor de evasão escolar. Este estudo enfatiza que problemas de comportamentos das crianças e adolescentes, tais como uso de substâncias psicoativas, agressividade, gravidez na adolescência, e outros comportamentos considerados disruptivos, têm sido considerados como fortes preditores do abandono escolar. Entretanto, estes problemas podem ser minimizados com a implementação de projetos sócio assistenciais que investem nas relações interpessoais. Os autores relatam o sucesso do programa, pelo fato de enfatizarem o acolhimento do adolescente oferecendo atividades sociais e emocionais que reconheça e valorize este jovem, livre de julgamento moral, fazendo dele um sujeito ativo frente a sua autonomia e enfrentamento da sua realidade. Onde depois há um incentivo desses adolescentes de se voluntariar no programa para ajudarem outros jovens.

Nobre et al. (2015) compararam 106 crianças entre 7 e 10 anos, que participavam de projetos de esportes e sociais, com um grupo de 129 crianças que não eram assistidas por nenhum programa. Evidenciaram que as crianças que frequentavam algum projeto esportivo apresentaram um índice maior de autoestima global em termos de aceitação social. A idade e sexo das crianças incluídas foram utilizadas nesse estudo apenas enquanto critério de inclusão.

O estudo de Dorrington et al. (2013) avaliou como a relação entre o estresse ambiental durante a gravidez e experiências psicóticas em crianças na população aos 12 anos, a partir de uma coorte de 5038 crianças. Os autores incluíram como variáveis de interesse a saúde dos pais, classe econômica, sexo da criança e educação materna. Os resultados indicaram uma correlação entre os eventos estressores, o adoecimento psíquico materno, com interferência no desenvolvimento da criança, não se identificando variáveis de vulnerabilidade social como potencializadora dos desfechos desenvolvimentais das crianças aos 12 anos de idade.

O estudo de Bittencourt, França e Goldim (2015), por sua vez, objetivou traçar o perfil dos 229 adolescentes usuários de substâncias psicoativas de um programa de atendimento, de 2002 a 2012. O estudo indicou uma prevalência de crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos de idade. Verificaram que a maioria era do sexo masculino e conviviam ou conviveram com familiares que também usaram substâncias psicoativas. A maioria dos prontuários pertencia a pessoas que já fez uso do consumo de mais de uma substância, que já praticaram ou praticavam atos infracionais e se encontravam em evasão escolar. As variáveis, envolvimento com drogas/lei da criança/adolescente, condição socioeconômica da família, sexo e a idade da criança/adolescente foram levadas em consideração. Segundo as autoras Schenker e Minayo (2005), a família e a escola são instituições relevantes na construção da resiliência. Segundo as

autoras, a resiliência é importante para que o adolescente desenvolva habilidades para questionar e refletir de forma abrangente, a partir das quais será capaz de uma atitude crítica diante das drogas. Bittencourt, França e Goldim (2015) enfatizaram a importância da escola e da família serem ambientes acolhedores que possibilitasse ao jovem se tornar um cidadão apto a pensar sobre a sua realidade e conseguir mudá-la. Partindo da conceitualização da vulnerabilidade enquanto fragilidade pessoal diante da exposição a fragilidades ambientais, destaca-se, ainda, que o referido artigo foi o único que apresentou com clareza a conceitualização de vulnerabilidade.

Duggins et al. (2016) analisaram a vitimização na escola entre pares e a resposta de uma rede de apoio familiar e escolar. Foram incluídos 373 alunos com idade de 7 a 10 anos, dos quais mais da metade pertenciam a famílias economicamente desfavorecidas. No referido estudo, examinou-se como a condição de vitimação, conexão familiar e escolar se relacionam. O estudo demonstrou que aqueles que têm uma alta conexão familiar e os que sentem uma pertença escolar apresentaram menor agressividade frente à convivência com os colegas. Este estudo enfatizou a importância da escola estabelecer um clima seguro e favorável e estabelecer normas sociais que desencorajam a violência escolar podendo ser medidas protetivas para a redução do comportamento agressivo e da vitimização. Uma metanálise de dados de 12 estudos, que investigaram a ligação entre vitimização e violência, indicou que ser vítima de *bullying*, aumenta o risco do jovem ingressar numa vida violenta em momentos futuros do desenvolvimento. Destaca-se que variáveis de vulnerabilidade social, como sexo e a idade da criança, escolaridade da criança, a condição socioeconômica e o envolvimento com droga/lei pelas crianças e adolescentes foram identificadas enquanto dados de caracterização da amostra.

Dix e Yan (2014) analisaram os sintomas depressivos maternos e os afetos negativos infantis quando a criança apresentava 3 anos de idade. Este estudo teve no estudo do protocolo estruturado NICHD - *Nacional Institute of Child Health and Human Development*. Este protocolo final foi composto por 1.364 famílias. As mães incluídas na amostra tinham em média 28 anos, tinham em média 2 anos de pós-ensino médio, em 85% dessas famílias o pai se fazia presente no cotidiano familiar. Buscou-se incluir variadas rendas familiares. O estudo demonstrou que a depressão é condição de risco independente de outras variáveis. Como critério de inclusão, utilizou-se as variáveis idade e escolaridade dos pais e a idade da criança.

Fukuda, Penso e Santos (2013) avaliaram dados 545 pastas advindos de atendimentos de uma Promotoria de Justiça com competência na área da infância e juventude onde foram identificadas 124 pastas, incluindo 338 de crianças com idade inferior aos 11 anos que já haviam passado por acolhimentos institucionais. Os dados do estudo indicaram que o sexo masculino,

com idade entre 7 e 15 anos, teve uma maior prevalência. Estes jovens estavam institucionalizados entre dois e cinco anos, sendo somente uma minoria impossibilitada judicialmente do conviver com suas famílias, o que sinaliza que a maioria tinha contato com a família, sendo como motivo principal para a institucionalização a pobreza, seguido de abandono, violência doméstica, uso de substâncias como álcool/drogas por parte dos pais e condições de moradias de ruas. Os autores consideraram enquanto variáveis de interesse o sexo e idade das crianças, família monoparental, escolaridade da criança, renda familiar e o envolvimento com drogas/lei, para caracterização da amostra.

Harpin et al. (2013) utilizaram dados de uma pesquisa baseada na população de escolas, que apresentavam sofrimento mental, visando identificar fatores de risco e proteção. Avaliaram crianças que estavam na 6^a, 9^a e 12^a séries, enquanto variável (escolaridade da criança) de interesse para inclusão no estudo, sendo jovens que relataram viver em situação de rua ou em instituições de acolhimento (n=5.516) e um grupo de comparação, com jovens que conviviam com sua família de origem (n=5.500). Os dados demonstraram que os jovens que vivem fora de casa apresentaram níveis mais altos de angústia emocional, quando comparados com o grupo controle. Quanto às variáveis de vulnerabilidade social o cuidado parental, ou o cuidado com outro adulto, a conectividade escolar foi considerada chave para a resiliência nos jovens. Porém a conectividade escolar foi significativamente menor nos jovens que convivem fora de casa. Esses achados podem ser explicados por um ambiente acadêmico instável que não permitem aos alunos a oportunidade de se adaptar a um novo ambiente escolar e novas ligações com pares e adultos.

Oliveira-Monteiro, Freitas e Farias (2014) realizaram um estudo longitudinal, com tomada de medidas quando as crianças tinham 3, 10 e 14 anos, visando identificar fatores de risco e de proteção para mães adolescentes. Os autores analisaram inicialmente oito mães com menos 16 anos que estavam grávidas e identificaram fatores de risco associados a problemas familiares como instabilidade de moradia (expulsão de casa), dificuldade de pagar o aluguel, dificuldades escolares. Cinco das oito mães analisadas encontraram dificuldades de voltar para a escola após o nascimento do bebê, também sinalizaram a presença de fatores de ordem psicológicas, como tristeza, sentimento de culpa, entre outros aspectos, além de fatores de risco diversos (abusos sexuais com figuras masculinas próximas, convivência com o tráfico de drogas ou com pessoas que faziam uso de substâncias psicoativas e violência conjugal após o nascimento do bebê). Como fator de proteção o estudo demonstrou ser positivo ter um bom relacionamento com a família de origem e com o pai da criança, a presença de crença religiosa, bom humor e que deram continuidade à escola. Neste estudo, as variáveis envolvimento com

drogas, baixa escolaridade dos pais e das crianças e a idade das crianças foram levadas em consideração como fatores de risco.

Evidenciou-se, assim, que estudos com pré-escolares e escolares que se propõe a avaliar programas de atendimento ou direcionar ações para o atendimento dessa clientela consideram indicadores de vulnerabilidade social diversos, principalmente enquanto critério de inclusão nos estudos ou caracterização das amostras, mas a maioria (seis estudos) não se detiveram a definir o conceito de vulnerabilidade. Identificou-se que variáveis relativas à criança (idade e sexo) foram as mais utilizadas, seguidas do envolvimento dos pais com a lei/drogas e da condição socioeconômica da família. Destaca-se, assim, que nem sempre se consideraram aspectos conceituais nem se incluíram os principais indicadores de vulnerabilidade social, associados aos desfechos desenvolvimentais desadaptativos das crianças, o que sinaliza para a ausência de estudos com interesse específico em tais indicadores. Quanto aos atendimentos aos pré-escolares e escolares, os estudos propuseram possíveis ações futuras de intervenções e, em sua maioria, apresentaram o próprio processo de intervenção enquanto objeto de análise, não sendo identificada a utilização de indicadores de vulnerabilidade social para a proposição/realização dessas ações, sem contudo se refletir sobre o uso desses indicadores de forma concorrente para os desfechos desenvolvimentais das crianças.

Considerações finais

Evidenciou-se nos nove artigos analisados delineamentos metodológicos variados, mas que em sua maioria contemplavam estudos quantitativos, com variáveis de interesse distintas e contextos desenvolvimentos diversos. Verificou-se ainda que muitos estudos incluíram condições reconhecidas pela literatura como de vulnerabilidade para o desenvolvimento infantil, sem contudo apresentarem conceitos relevantes relacionados à tal condição, o que pode estar associado às bases teóricas a partir das quais se desenvolveram os estudos incluídos mas também ao pouco reconhecimento de variáveis sociodemográficas enquanto possíveis condições que podem interferir negativamente nos desfechos desenvolvimentais das crianças quando da presença de fatores de risco, o que foi identificado em vários estudos. Frente à relevância do papel da vulnerabilidade, faz-se importante considerá-la para a identificação de ações interventivas mais efetivas em psicologia, especialmente frente a determinadas condições desenvolvimentais das crianças, mas também das famílias.

Pondera-se, assim, que indicadores relativos a condições de vulnerabilidade social demanda investimento dos estudos empíricos, de forma que possam ser analisados na presença de fatores de risco, bem como no interjogo com fatores de proteção, os quais podem minimizar

o processo de desenvolvimento disfuncional. Entende-se que a compreensão desse interjogo entre vulnerabilidade, risco e proteção podem favorecer a promoção de ações de intervenção para as famílias que convivem num contexto de vulnerabilidade social, na tentativa de minimizar danos e prejuízos tanto para as crianças como para as famílias em estratégias que podem se desenvolver enquanto políticas públicas voltadas para tais clientelas específicas.

Referências

- Achenbach, T. M. et al. (2016). Internalizing/externalizing problems: review and recommendations for clinical and research applications. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 55 (8), 647-656. doi: 10.1016/j.jaac.2016.05.012.
- Amato, P. R. (2014) Research on divorce: continuing trends and new developments. *Journal of Marriage and Family*, 72 (3), 650-666. doi: org/10.1111/j.1741-3737.2010.00723.x.
- Barker, G., & Rizzini, I. (2002). Repensando o desenvolvimento infantil e juvenil no contexto de pobreza urbana no Brasil. *O Social em Questão*, 7 (0), 21.
- Bele, S. D., Bodhare, T. N., Valsangkar, S., & Saraf, A. (2013). An epidemiological study of emotional and behavioral disorders among children in an urban slum. *Psychology, Health & Medicine*, 18 (2), 223-232. doi: 10.1080/13548506.2012.701751.
- Bittencourt, A. L. P., França, L. G., & Goldim, J. R. (2015). Adolescência vulnerável: fatores biopsicossociais relacionados ao uso de drogas. *Revista de Bioética*, 23 (2), 311-319. doi: org/10.1590/1083-80422015232070.
- Bolsoni-Silva, A. T., Levatti G. E., Guidugli, P. M., & Marim, V. C. M. (2015). Problemas de comportamento em ambiente familiar em escolares e pré-escolares diferenciados pelo sexo. *Revista Interamericana de Psicologia*, 49 (3), 3541-364. ISSN: 0034-9690
- Cia, F., & Barham, E. J. (2009). O envolvimento paterno e o desenvolvimento social de crianças iniciando as atividades escolares. *Psicologia em Estudo*, 14 (1), 67-74. doi: org/10.9788/TP2017.3-03Pt
- Correia, S. K. B., Saur, A. M., & Loureiro, S. R. (2014). Behavior of school children stratified by birth weight and gestational age. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30 (2), 179-188. doi: 10.1590/S0102-37722014000200007.
- Dix, T., & Yan, N. (2014). Mother's depressive symptoms and infant negative emotionality in the prediction of child adjustment at age 3: testing the maternal reactivity and child vulnerability hypotheses. *Dev. Psychopathol.*, 26 (1), 111-24. doi: 10.1017/S0954579413000898.
- Dorrington, S. et al. (2014). Perinatal maternal life event's and psychotic experiences in

- children at twelve years in a birth cohort study. *Schizoph Res.* 152 (1), 158-63. doi: 10.1016/j.schres.2013.11.0.
- Duggins, S D., Kuperminc, G. P., Henrich, C. C., Smalls-Glover, C., & Perilla, J.L. (2016). Aggression among adolescent victims of school bullying: protective roles of family and school connectedness. *Psychology of violence*, 6 (2), 205-212. doi: org/10.1037/fam0000219.
- Eymman, A., Busaniche, J., Llera, J., De Cunt, C., & Warhen, C. (2009). Impact of divorce on the quality of life in school-age children. *Jornal de Pediatria*, 85 (6), 547-552. doi: 10.2223/JPED.1958.
- Fukuda, C. C., Penso, M. A., & Santos, B. R. (2013). Configurações sociofamiliares de crianças com múltiplos acolhimentos institucional. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 25 (1), 70-87.
- Harpin, S., Kenyon, D. B., Kools, S., Bearinger, L.H., & Ireland, M. (2016). Correlates of emotional distress out-of-home youth. *J. Child Adolesc. Psychiatri. Nurs.*, 26 (2), 110-118. doi: 10.1111/jcap.12030.
- Kovess, V. et al. (2015). The School Children Mental Health in Europe (SCMHE) Project: design and first results. *Clinical Practice & Epidemiology in Mental Health*, 26 (11), 113-123. doi: 10.2174/1745017901511010113
- Levinas, E. (1993). *Humanismo do outro homem*. Petrópolis: Vozes.
- Moreira, F.G., & Andreoli, S. B. (2016). Effectiveness of psychosocial care in school continuity of adolescents in social vulnerability. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20 (1), 117-126. doi: org/10.5123/s1679-497420160004000012
- Neves, M. P. C. (2006). Sentidos da vulnerabilidade: característica, condição, princípio. *Revista Brasileira de Bioética*, 2 (2), 157-172.
- Nobre, G. C., Bandeira, P. F. R., Ramalho, M. H. S., Nobre, F. S. S., & Valentini, N. C. (2016). Autopercepção de competências em crianças de contextos socialmente vulneráveis, assistidas e não assistida por projetos de esportes sociais. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 25 (3), 271-276. doi: org/10.7322/jhgd.97673.
- Oliveira-Monteiro, N. R., Freitas, J. V., & Farias, M. A. (2014). Gravidez: associação de fatores de risco e proteção na adolescência. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 24 (3), 354-360. ISSN 0104-1282.
- Oviedo, R. A. M., & Czeramina, D. (2015). O conceito de vulnerabilidade e seu caráter biossocial. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 19 (53), 237-249. doi: org/pdf/630/63018970030

- Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). *Desenvolvimento humano*. (12^a ed). Artmed: Porto Alegre.
- Pizato, E. C. G., Marturano, E. M., & Fontaine, A. M. G. V. (2014). Trajectories of social skills and behavior problems in primary school: influence of early childhood education. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27 (1), 189-197. doi: 10.1590/S0102-79722014000100021.
- Schenker, M., & Minayo, M. C. S. (2005). Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10 (3), 707-817.
- Yunes, M. A., & Szymanski, H. (2001). Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: J. Tavares (org.). *Resiliência e educação*. São Paulo: Cortez. (2.ed.).

SEÇÃO 2 – Adultos / Idosos

Estabilidade temporal de referenciais normativos do Teste de Pfister em idosos

Rafael Lima Dalle Mulle

Sonia Regina Pasian

Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo.

Resumo: O aumento na expectativa de vida humana e o envelhecimento populacional em diversos países exigem investigação e cuidados específicos a essa etapa do desenvolvimento, em diferentes campos de intervenção, incluindo o domínio das vivências afetivas, em que métodos projetivos de avaliação psicológica mostram-se promissores. Esse estudo procurou caracterizar indicadores de vivências afetivas de idosos a partir do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC), comparando-se achados atuais a dados normativos disponíveis para essa faixa etária, examinando-se a estabilidade desses padrões de resposta nesse instrumento projetivo. A amostra atual foi composta por 45 idosos de 61 a 93 anos (média=73,3; DP=8,9), de ambos os sexos (25 mulheres, 55,5%), com escolaridade variando entre analfabetos até 18 anos de estudo (média=6,0, DP=4,2), voluntários do interior do Estado de São Paulo. Foram individualmente avaliados por bateria de instrumentos de avaliação psicológica, aplicados e avaliados conforme respectivos padrões técnicos, incluindo o TPC. Nesta comunicação científica foram analisados (em termos descritivos e inferenciais) os dados referentes às escolhas e às síndromes cromáticas do TPC desses idosos em comparação a referencial disponível na literatura científica como normas do TPC para essa faixa etária. Recorreu-se ao teste *t* de Student ($p \leq 0,05$) para essa análise comparativa, acrescida pelo cálculo de tamanho do efeito (*d* de Cohen). Os dados médios no TPC dos idosos atualmente avaliados foram: azul=17,5%, vermelho=17,3%, verde=18,1%, violeta=9,8%, laranja=9,9%, amarelo=9,7%, marrom=4,6%, preto=3,3%, branco=6,5%, cinza=3,1%, Síndrome Normal=53,0%, Síndrome Estímulo=36,9%, Síndrome Fria=45,4%, Síndrome Incolor=13,0%. Foram identificadas oito diferenças estatisticamente significativas nas 14 variáveis do TPC comparadas em relação ao grupo normativo de idosos. Nos atuais achados houve significativa elevação do violeta ($d=0,42$), preto ($d=0,38$), cinza ($d=0,56$) e Síndrome Incolor ($d=0,61$), além de rebaixamento estatisticamente significativo no laranja ($d=-0,41$), amarelo ($d=-0,37$), marrom ($d=-0,35$) e Síndrome Estímulo ($d=-0,43$), todas com baixo ou mediano efeito. Os resultados empíricos, embora preliminares, apontam importantes variações nos padrões de resposta de idosos ao TPC ao longo da última década, sugerindo necessidade de revisão dos referenciais normativos para essa faixa etária, além de ampliação e diversificação da composição desse grupo tomado como referência. Essas questões acompanham a literatura científica sobre os cuidados técnicos necessários nos processos de avaliação psicológica, bem como podem retratar mudanças nas vivências afetivas de idosos avaliados em diferentes pesquisas, realizadas em contextos socioculturais específicos. São realizadas ponderações sobre as implicações teóricas e técnicas dos atuais achados na análise das vivências afetivas em idosos no Brasil.

Palavras-chave: Idoso; Avaliação psicológica; Teste de Pfister; Normas; Afetividade.

Introdução

É inegável, na contemporaneidade, o aumento na expectativa de vida humana e, em decorrência, eleva-se rapidamente o número de indivíduos idosos em diversos países (Gil & Tardivo, 2011). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o indivíduo idoso é aquele que tem idade igual ou superior a 65 anos, em países desenvolvidos, e aquele com 60 anos ou mais, em países em desenvolvimento. No cenário nacional, para ser considerado idoso, o indivíduo deve ter idade igual ou superior a 60 anos, segundo Estatuto do Idoso (2003) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016).

Uma projeção realizada pela Organização Mundial da Saúde, em 2015, indica que o número de idosos, em 2050, passará a representar 30% da população mundial, sendo que, pela primeira vez na história, haverá mais idosos do que crianças. Em âmbito nacional, a partir das informações fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é esperado que até 2030 a população idosa chegue a superar a população infantil (de zero a 14 anos) e que, até 2055, a participação de idosos na população seja maior do que da população infantil e jovem até 29 anos (IBGE, 2016; WHO, 2015).

Segundo Cachioni et al. (2017), houve nas últimas décadas grandes avanços no conhecimento relacionado à Psicologia do envelhecimento, evidenciando descobertas a respeito do bem-estados indivíduos e maneiras para sua preservação, aumentando o interesse pela investigação desta parcela da população. Nesse contexto, o campo da avaliação psicológica tem se mostrado útil e relevante para a compreensão dessa fase do desenvolvimento (Fonseca et al., 2014; Fontes, Fattori, D'Elboux & Guariento, 2015; Gonçalves, 2014).

Observa-se que muito da investigação científica sobre idosos focaliza processos neuropsicológicos, com ênfase na avaliação de funções cognitivas e executivas nessa fase de vida. Exemplo disso pode ser visto na revisão da literatura científica sobre as diversas formas de avaliação utilizadas com idosos institucionalizados, que foi realizada por Lima, Camargo, Raulik, Campos e Pereira (2017). Eles pesquisaram as bases de dados LILACS, Scielo, Pubmed e Google Acadêmico no período entre 2011 e 2015, incluindo apenas artigos sobre idosos, identificando 27 trabalhos publicados no período, sendo que selecionaram 11 trabalhos para análise detalhada. Nesses artigos foram citados o uso de 23 diferentes instrumentos de avaliação psicológica, mas apenas dois (Escala de Depressão Geriátrica e Inventário de Ansiedade Traço-Estado) não focalizavam o funcionamento cognitivo. Desse modo, tornou-se evidente, nessa produção científica pesquisada sobre a temática dos idosos, o claro predomínio de estratégias de investigação de processos neuropsicológicos, voltados ao funcionamento cognitivo.

Para além das estratégias de avaliação neuropsicológica, os métodos projetivos de avaliação psicológica aparecem como recursos válidos e confiáveis de investigação das potencialidades psíquicas. Uma das grandes vantagens do método projetivo está na possibilidade de compreender o funcionamento psíquico a partir de sua singularidade, envolvendo pistas informativas do mundo interno dos indivíduos que ultrapassam elementos racionais (Moura & Lopes, 2017).

No exercício de demonstrar o panorama atual da literatura científica sobre a avaliação psicológica de idosos com o uso de Técnicas Projetivas (TP), Reichert e Scortegagna (2016) realizaram revisão dos trabalhos brasileiros publicados nos últimos cinco anos, no período entre

janeiro de 2011 a março de 2016. Nas bases de dados utilizadas (SciELO, BVS e Google Scholar), as autoras pesquisaram os seguintes descritores: “testes projetivos” e “idosos”. Identificaram 151 registros, aos quais aplicaram os seguintes critérios de seleção: a) textos produzidos no Brasil entre os meses de janeiro de 2011 a março de 2016; b) estudos realizados somente com idosos, sem inclusão de outras faixas etárias. Eliminaram de sua revisão os textos escritos ou traduzidos para o português, mas produzidos em outros países, e estudos não condizentes com a temática proposta. Desse modo restaram sete artigos que foram, então, exaustivamente analisados. Houve maior incidência de trabalhos publicados em 2014 (três estudos), 2013 (dois trabalhos publicados) e 2012 (dois estudos). Nas considerações dessa revisão da literatura científica, o uso das técnicas projetivas foi útil para elucidar questões diagnósticas e para compreender tendências subjacentes que remetem ao inconsciente. *“Observa-se que as respostas dos idosos às TP refletem suas próprias experiências passadas e anseios presentes, expressam sua forma de sentir e agir”* (Reichert & Scortegagna, 2016, p. 639). Assim sendo, o trabalho demonstrou que o uso das técnicas projetivas contribui para o avanço da área da avaliação psicológica com idosos no contexto atual do Brasil, levando em conta o crescente aumento dessa faixa etária na população.

Dentre a variedade de instrumentos de avaliação psicológica de cunho projetivo, o Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC) possui variáveis relacionadas ao gerenciamento emocional (Miguel, Zuanazzi & Villemor-Amaral, 2017), visando a compreensão da dinâmica afetiva e alguns aspectos relativos às habilidades cognitivas do indivíduo avaliado (Silva & Cardoso, 2012). O uso da TPC já se encontra ilustrado na literatura científica nacional com indivíduos idosos, mostrando-se adequado para essa faixa etária.

Desse modo foi que Oliveira, Pasian e Jacquemin (2001) analisaram a vivência afetiva em idosos institucionalizados (três instituições, no total) e não institucionalizados, a partir de dois grupos de 25 mulheres com mais de 60 anos, da cidade de Ribeirão Preto. A comparação estatística da porcentagem média de utilização das cores do Pfister nesses dois grupos de idosas não demonstrou diferença estatisticamente significativa ($p < 0,05$). Apesar disso, houve especificidades de produção entre os dois grupos, identificadas a partir de análise qualitativa em relação ao uso das cores. Foi assim que identificaram maior tendência à racionalização e à introspecção no grupo não institucionalizado, a partir da maior utilização da cor Azul. Já as idosas institucionalizadas sinalizaram, a partir da maior utilização do Laranja, tendência a maior sensibilidade emocional, desejos de domínio e rebaixamento da autoimagem, associados a indícios de ansiedade e desadaptação ao meio (maior utilização do Cinza).

Para além do objetivo de comparar os dois grupos, os autores realizaram a comparação dos resultados da frequência do uso dos estímulos cromáticos de todas as idosas participantes do estudo

(independente da variável institucionalização) para com os dados normativos disponíveis para adultos na época (Villemor-Amaral, 1978). Em termos qualitativos, segundo os pesquisadores, os resultados apontaram indícios sugestivos de que nesta fase do desenvolvimento haveria diminuição no uso de mecanismos racionais de controle e de introversão (Azul rebaixado), associando-se a indicadores de conservação da vivência afetiva, da extroversão e da sensibilidade ao meio (Vermelho e Laranja na média). Observaram, também, tendência ao enfraquecimento no controle da impulsividade (diminuição do Azul e do Preto), acompanhados por evidências sugestivas de vivências ansiogênicas (Violeta e Cinza aumentados), com possibilidade de descargas diretas no ambiente (Amarelo diminuído e Branco aumentado) e/ou tendências à somatização (Violeta elevado) como tentativas de busca de alívio psíquico para as necessidades afetivas.

Por sua vez, Bastos-Formighieri (2007) e Bastos-Formighieri e Pasian (2012) elaboraram padrões de referência (normas) para o Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister para idosos (acima de 60 anos), procurando particularidades do funcionamento afetivo na velhice. Compararam os seus referenciais normativos às normas brasileiras disponíveis, na época, para adultos nesse método projetivo (Villemor-Amaral, 2012), explorando especificidades das vivências afetivas durante o envelhecer. Buscaram oferecer, portanto, recursos técnicos para utilização do Teste de Pfister em indivíduos desta faixa etária do Brasil, por meio da proposta de parâmetros técnicos do instrumento. Participaram do estudo 100 idosos (38 do sexo masculino e 62 do sexo feminino) residentes na cidade de Ribeirão Preto, os quais se encontravam na faixa dos 60 aos 75 anos, sendo o tamanho da amostra considerado viável e suficiente para os objetivos pretendidos no estudo.

A partir desse trabalho publicado em 2012, não foi encontrado outro estudo no Brasil voltado ao exame dos padrões de resposta de idosos ao Teste de Pfister. No entanto, as variáveis do contexto sociocultural têm sofrido rápido e forte impacto de mudanças contemporâneas, o que pode implicar em efeitos nas vivências socioafetivas dos indivíduos. Nesse contexto, torna-se relevante examinar, na atualidade, novos grupos de idosos a partir do Teste de Pfister, já sabidamente adequado para compreender processos psicodinâmicos desta faixa etária da população.

Frente ao exposto, o presente trabalho procurou caracterizar indicadores de vivências afetivas de idosos a partir do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC), nos dias atuais. Buscou-se ainda comparar os achados deste momento aos dados normativos elaborados por Bastos-Formighieri (2007) e Bastos-Formighieri e Pasian (2012) para o TPC, examinando-se a estabilidade desses padrões de resposta a esse instrumento projetivo nessa faixa etária.

Método

O presente trabalho se constitui enquanto investigação científica com delineamento transversal, caracterizando-se como estudo descritivo-interpretativo e comparativo de indivíduos idosos. Foram considerados como idosos os indivíduos com mais de 60 anos, segundo critério atual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Brasil (IBGE, 2016).

Participantes

Cabe inicialmente destacar que os achados atuais derivam de projeto de investigação científica maior, conduzido como Mestrado do primeiro autor, voltado ao estudo da afetividade em idosos institucionalizados e não institucionalizados. Este projeto foi examinado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, de modo que os cuidados necessários à pesquisa foram devidamente efetivados.

Neste trabalho, a questão da institucionalização não será tomada em análise, visto que o foco se volta ao padrão de respostas de idosos ao instrumento projetivo Teste de Pfister. Assim, a amostra está composta por 45 idosos, voluntários do interior do Estado de São Paulo. Foram considerados, como critérios de inclusão no estudo, possuir 60 anos ou mais (segundo critérios atuais do IBGE), de ambos os sexos, com capacidade funcional suficiente para responder a questões verbais, portadores de qualquer nível de escolaridade. Foram excluídos idosos com quadros neurológicos degenerativos ou deficiências/perdas sensoriais (Alzheimer, Parkinson, Comprometimento Cognitivo Leve, entre outros) que inviabilizariam o contato verbal com o pesquisador e a realização de atividades avaliativas. A Tabela 1 descreve as principais características demográficas (sexo, idade, escolaridade) desse grupo de idosos avaliados.

Tabela 1. Caracterização da amostra (n=45) em função do sexo, idade e escolaridade.

Variável		Sexo				Total	
		Masculino		Feminino		f	%
		f	%	f	%		
Idade (anos)	60 – 64	3	15,0	5	20,0	8	17,8
	65 – 69	6	30,0	5	20,0	11	24,4
	70 – 75	6	30,0	4	16,0	10	22,2
	≥ 76	5	25,0	11	44,0	16	35,6
Escolaridade (anos de estudo)	0 – 4	10	50,0	15	60,0	25	55,6
	5 – 8	4	20,0	6	24,0	10	22,2
	9 – 11	3	15,0	1	4,0	4	8,9
	≥ 12	3	15,0	3	12,0	6	13,3
Total		20		25		45	100,0

Pode-se notar que os participantes do estudo tiveram idade entre 61 a 93 anos (média=73,3; DP=8,9), de ambos os sexos (25 mulheres e 20 homens). Em termos de escolaridade houve grande variabilidade, desde analfabetos até 18 anos de estudo (média=6,0, DP=4,2), predominando indivíduos com menor treino acadêmico, compatível com o encontrado nessa faixa populacional no Brasil.

A partir do Teste de *Mann-Whitney* ($p < 0,05$) não foram identificadas diferenças estatisticamente significativas na distribuição dos idosos avaliados em termos da faixa etária ($p = 0,471$) e do nível de escolaridade ($p = 0,450$). Compôs-se, desse modo, grupo homogêneo de idosos, compatível ao necessário para atender aos objetivos delineados na presente investigação.

Instrumentos

Os participantes foram individualmente avaliados por bateria de instrumentos de avaliação psicológica. Esses recursos técnicos foram aplicados e avaliados conforme respectivos padrões técnicos, incluindo o Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister, o qual será foco das análises realizadas neste trabalho.

O Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister caracteriza-se como método projetivo de avaliação psicológica de fácil execução e aplicável a diferentes faixas etárias (Villemor-Amaral, 2012). O indivíduo é instruído a construir três pirâmides bonitas a partir de quadriculos apresentados em dez cores e 24 tonalidades. Os indicadores técnicos do instrumento, no Brasil, apontaram suficientes evidências psicométricas para seu uso em nosso contexto sócio cultural (Villemor-Amaral, 2012), voltado a sinais relativos ao funcionamento cognitivo e afetivo dos indivíduos.

As variáveis codificadas neste instrumento projetivo são relativas às frequências (em porcentagem) das escolhas das cores e das síndromes cromáticas, além de indicadores relativos ao modo de execução e de construção das pirâmides, seu aspecto formal, proporção entre cores e matizes. Há ainda a consideração de uma variável chamada de Fórmula Cromática, que se configura numericamente o uso das dez cores no conjunto das três pirâmides construídas pelo respondente. Ao conjunto desses indicadores é aplicada a análise comparativa com os referenciais normativos específicos para as características do indivíduo, bem como o processo interpretativo para cada variável, a partir do simbolicamente previsto em termos teóricos em seu manual.

No atual estudo foram consideradas as variáveis específicas relacionadas à porcentagem das escolhas das cores e das síndromes cromáticas do Teste de Pfister. Essas variáveis foram tomadas em análise comparativa aos parâmetros normativos elaborados por Bastos-Formighieri (2007), apresentados em Bastos-Formighieri e Pasian (2012).

Procedimentos

Como apontado, os dados apresentados fazem parte do estudo maior que compõe o Mestrado do primeiro autor, o qual foi examinado e aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Os devidos cuidados éticos foram tomados durante o processo de coleta e análise dos dados.

Os contatos com os voluntários se iniciaram com a exposição dos objetivos e procedimentos do estudo, sendo avaliados aqueles que concordaram com a proposta. Os instrumentos de avaliação psicológica foram aplicados em sessões individuais, realizadas em um único encontro com duração aproximada de 60 minutos.

O processo de coleta de dados seguiu a sequência: a) apresentação do pesquisador e de sua pesquisa, seus objetivos e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com respectiva assinatura do TCLE (em duas vias, uma para o idoso e outra para o pesquisador); b) Mini Exame do Estado Mental (MEEM); c) Questionário sócio demográfico; d) Critério de Classificação Econômica Brasil; e) Escala de Autoestima de Rosenberg (EAR); f) Escala de Afetos (EA); g) Escala de Afetos Positivos e Negativos (PANAS); h) Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister. Apenas os dados deste último instrumento de avaliação psicológica serão o foco do presente trabalho.

Para esta comunicação científica foram analisados (em termos descritivos e inferenciais) os dados referentes à frequência das escolhas cromáticas (10 cores) e síndromes cromáticas (Normal, Estímulo, Fria e Incolor) desses idosos em comparação a referencial disponível na literatura científica como padrão normativo desse método projetivo, para essa faixa etária (Bastos-

Formighieri, 2007; Bastos-Formighieri & Pasian (2012). Recorreu-se ao teste *t* de Student ($p \leq 0,05$) para essa análise comparativa, acrescida pelo cálculo de tamanho do efeito (*d* de Cohen) das diferenças entre os resultados (Cohen, 1988).

Resultados e discussão

Em vista dos objetivos deste trabalho, foi inicialmente realizada a análise descritiva e comparação das médias das escolhas cromáticas dos idosos presentemente avaliados em relação aos achados apresentados em Bastos-Formighieri e Pasian (2012). Esses resultados compõem a Tabela 2.

Tabela 2. Resultados descritivos das frequências nas cores do Pfister e sua análise comparativa com normas para idosos.

Cores Pfister	Grupo*	Análise descritiva				Análise estatística		
		Média	DP	Mín.	Máx.	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>d</i>
Azul	G1	17,5	5,5	0	26,7	1,885	0,066	0,281
	G2	16,0	9,0	0	49,0			
Vermelho	G1	17,3	8,5	2,2	57,8	- 0,917	0,364	-0,137
	G2	18,5	7,8	0	42,0			
Verde	G1	18,1	6,9	0	35,6	- 1,443	0,156	- 0,215
	G2	19,6	7,9	0	47,0			
Violeta	G1	9,8	4,9	0	20,0	2,826	0,007	0,421
	G2	7,7	5,3	0	22,0			
Laranja	G1	9,8	4,9	0	22,2	- 2,725	0,009	- 0,406
	G2	11,9	7,2	0	33,0			
Amarelo	G1	9,7	5,4	0	33,3	- 2,446	0,019	- 0,365
	G2	11,7	7,0	0	33,0			
Marrom	G1	4,6	2,9	0	11,1	- 2,374	0,022	- 0,354
	G2	5,7	5,2	0	22,0			
Preto	G1	3,3	2,9	0	11,1	2,559	0,014	0,381
	G2	2,2	2,8	0	9,0			
Branco	G1	6,6	6,9	0	40,0	1,719	0,093	0,256
	G2	4,8	5,1	0	29,0			
Cinza	G1	3,1	2,9	0	11,1	3,781	< 0,001	0,564
	G2	1,5	2,3	0	13,0			

*G1 = Presente trabalho (n=45); G2 = Bastos-Formighieri e Pasian (2012, n=100).

A análise do conjunto das informações permite apontar diferenças estatisticamente significativas em relação às escolhas cromáticas no que se diz respeito às cores: Violeta, Laranja, Amarelo, Marrom, Preto e Cinza. Foi possível observar o aumento, pelo grupo avaliado neste trabalho, no uso da cor Violeta, Preto e Cinza e diminuição no uso das cores Amarelo, Laranja e

Marrom. No entanto, o conjunto dessas diferenças mostrou pequeno tamanho de efeito (valores de d de *Cohen* inferiores a 0,5, conforme *Cohen*, 1988), a não ser em relação ao Cinza, o que qual demonstrou médio tamanho de efeito. Ou seja, a grande maioria destas diferenças pode estar associada ao acaso e não representar, efetivamente, mudanças no padrão de escolha das cores dos dois grupos de idosos comparados. Além disso, as cores em que ocorreram diferenças nas frequências médias foram aquelas que naturalmente possuem menor incidência no protocolo do Teste de Pfister. Nota-se, por fim, que as cores mais frequentemente utilizadas (verde, vermelho e azul) não apresentaram diferenças estatisticamente significativas. Além disto, os trabalhos de Oliveira, Pasian e Jacquemin (2001) e de Bastos-Formighieri e Pasian (2012) também apontaram que estas três cores foram as mais utilizadas pelos idosos avaliados em seus respectivos estudos.

Na sequência foram organizadas as informações referentes às síndromes cromáticas do Pfister. Foram consideradas as principais síndromes, a saber: Normal (verde, azul e vermelho), Estímulo (vermelho, laranja e amarelo), Fria (verde, azul e violeta) e Incolor (preto, branco e cinza). Esses dados estão presentes na Tabela 3.

Tabela 3. *Resultados descritivos das frequências nas síndromes cromáticas do Pfister e sua análise comparativa com normas para idosos.*

Síndromes cromáticas	Grupo*	Análise descritiva				Análise estatística		
		Média	DP	Mín.	Máx.	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>d</i>
Normal	G1	53,0	8,22	37,8	73,33	- 0,908	0,369	- 0,135
	G2	54,1	9,0	27,0	75,0			
Estímulo	G1	36,94	11,85	22,22	100,0	- 2,866	0,006	-0,427
	G2	42,0	10,7	18,0	66,0			
Fria	G1	45,43	10,22	0	64,44	1,399	0,169	0,209
	G2	43,3	9,3	24,0	69,0			
Incolor	G1	13,0	7,3	0	40,0	4,119	< 0,001	0,614
	G2	8,5	7,0	0	31,0			

*G1 = Presente trabalho (n=45); G2 = Bastos-Formighieri e Pasian (2012, n=100).

Mais uma vez a análise comparativa dos valores médios obtidos pelos dois grupos, agora em relação às síndromes cromáticas do Pfister, apontaram diferenças estatisticamente significativas. Foi possível observar tais diferenças na Síndrome Estímulo (SE) e na Síndrome Incolor (SI). Em relação à SE, observou-se diminuição nos valores médios apresentados pelo grupo de idosos avaliados neste presente trabalho, sendo que o tamanho do efeito desta diferença apresentou-se pequeno. Por outro lado, em relação à SI, pode-se observar aumento dos valores médios apresentados pelo grupo de idosos avaliados neste trabalho, sendo médio o tamanho do efeito desta diferença ($d=0,614$).

Para iniciar o processo de reflexão sobre os dados, faz-se relevante retomar os objetivos delineados para esse trabalho. Esse estudo procurou caracterizar indicadores de vivências afetivas de idosos a partir do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC), comparando-se achados atuais a dados normativos disponíveis para essa faixa etária, examinando-se a estabilidade desses padrões de resposta nesse instrumento projetivo.

Sendo assim, julga-se que os objetivos propostos foram alcançados. Foram evidenciadas diferenças estatisticamente significativas em relação a um conjunto de variáveis medidas pelo instrumento de avaliação psicológica nos dois grupos de idosos comparados, restando buscar compreendê-las do ponto de vista técnico e em seu significado clínico perante a passagem do tempo, na contemporaneidade.

Em relação ao uso das cores (frequência cromática), evidenciou-se neste trabalho, aumento no uso da cor Violeta, Preto e Cinza. Segundo Villemor-Amaral (2012), a cor Violeta é tradicionalmente associada à ansiedade. Já o Preto estaria associado a defesas contra estímulos e medo em relação ao desencadeamento de impulsos. Porém, o tamanho do efeito (*d* de Cohen) encontrado, para estas duas cores, foram pequenos, indicando que, mesmo tendo sido evidenciadas diferenças estatisticamente significativas, estas podem estar associadas a vivências da própria etapa do desenvolvimento, dado que Bastos-Formighieri e Pasian (2012) também apontaram o uso aumentado destas cores, pelos idosos participantes em seu trabalho.

Por ter apresentado tamanho de efeito moderado, destaca-se a elevação da cor Cinza nos atuais idosos. De acordo com Villemor-Amaral (2012), o cinza carrega significado de carência afetiva e sentimento de vazio, assim como ansiedade, insegurança e repressão dos afetos. Seu uso aumentado, como evidenciado nos dados deste trabalho, indica retraimento defensivo, no sentido de restrição nos contatos emocionais. Apesar da diferença significativa, tanto Oliveira, Pasian e Jacquemin (2001) quanto Bastos-Formighieri e Pasian (2012) evidenciaram o aumento no uso desta cor pelos idosos de seus respectivos trabalhos.

Já o Amarelo, o Laranja e o Marrom apresentaram rebaixamento significativo em relação aos idosos normativos (Bastos-Formighieri & Pasian, 2012). O Amarelo estaria associado, segundo Villemor-Amaral (2012), a uma extroversão mais adaptada ao ambiente, sendo que sua diminuição indicaria uma dificuldade em canalizar ou expressar emoções de forma adaptada. Já o Laranja, quando diminuído, sinalizaria inibição afetiva ou passividade, enquanto a diminuição do Marrom estaria associada à falta de energia ou menor resistência e baixa produtividade.

Em relação às Síndromes Cromáticas, foi possível observar a diminuição significativa da Síndrome Estímulo (com pequeno tamanho do efeito) e aumento significativo da Síndrome Incolor (com tamanho do efeito médio). A Síndrome Estímulo é constituída a partir das cores consideradas

mais estimulantes (vermelho, amarelo, laranja), enquanto a Síndrome Incolor estaria associada aos tons de neutralidade ou acromáticos (preto, branco e cinza). A partir de seus significados simbólicos (Villemor-Amaral, 2012), reforça-se o sentido de que os idosos avaliados neste trabalho sinalizaram maior continência afetiva e mais sentimentos ansiogênicos quando comparados com seu grupo normativo.

Diante dessas possibilidades interpretativas dos atuais resultados com o Pfister em idosos, é importante destacar que a atual amostra tem tamanho reduzido (n=45) e parte dela contempla indivíduos residentes em instituições, o que não ocorreu no grupo normativo. Essas características da amostra atual podem, portanto, exercer alguma influência no vivenciar afetivo destes indivíduos, o que ainda merece verificação. Como Nicolodi e Scortegagna (2012) apontaram, o perfil do idoso institucionalizado, no Brasil, engloba baixo nível de escolaridade, presença de dificuldades financeiras, vivência de conflitos nos relacionamentos familiares, escassez de atividades de lazer, além de problemáticas diversas de saúde, podendo-se admitir dificuldades adaptativas nesta parcela da população.

Portanto, a partir destes achados, reforça-se a relevância do avanço contínuo dos estudos em Psicologia para com o processo de envelhecimento (Cachioni, Delfino, Yassuda, Batistoni, Melo & Domingues, 2017). Destaque deve ser oferecido ao uso de instrumentos de avaliação psicológica nessas investigações científicas (Fonseca, Chaves, Pereira, Barp, Moreira & Nogueira, 2014; Fontes, Fattori, D'Elboux & Guariento, 2015; Gonçalves, 2014) e, em particular, aos métodos projetivos (Reichert & Scortegagna, 2016; Moura & Lopes, 2017), onde se insere o Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister, visando a compreensão da dinâmica afetiva do indivíduo (Silva & Cardoso, 2012).

Considerações finais

Dentro dos alcances deste trabalho, foi possível apontar particularidades no processo do envelhecimento, incluindo aquelas relacionadas à forma de se vivenciar a afetividade. Conforme apontado por Bastos-Formighieri e Pasian (2012), *“Essas evidências empíricas são sugestivas da necessidade de tratar os idosos separadamente, em relação aos adultos, para a análise e a interpretação dos resultados no Teste de Pfister, exigindo padrões normativos específicos para os indivíduos na velhice”* (p. 442).

Foi possível caracterizar indicadores de vivências afetivas de idosos a partir do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC), comparando-se achados atuais a dados normativos disponíveis para essa faixa etária. Desse modo, pode-se contribuir para o avanço e as reflexões

para avaliação dos afetos em indivíduos idosos, em pleno crescimento populacional na contemporaneidade.

Referências

- Bastos-Formighieri, M. S. & Pasian, S. R. (2012) O Teste Pfister em Idosos. *Avaliação Psicológica*, 11 (3), 435-448. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3350/335027503010/>. Acessado em: 29/07/2017.
- Bastos-Formighieri, M. S. (2007) *Afetividade e funções executivas em idosos: estudo normativo com Wisconsin Card Sorting Test e Pfister*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto.10.11606/D.59.2007.tde-15112007-234211.
- Cachioni, M., Delfino, L. L., Yassuda, M. S., Batistoni, S. S. T., Melo, R. C., & Domingues, M. A. R. C. (2017). Bem-estar subjetivo e psicológico de idosos participantes de uma Universidade Aberta à Terceira Idade. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 20(3), 340-352. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-22562017020.160179>.
- Cohen, J. (1988) *Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences* (2nd ed.). New York: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Estatuto do Idoso (2003) – Senado Federal/Secretaria Especial de Editoração e Publicações/Subsecretaria de Edições Técnicas. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br>. Acessado em: 13/05/2016.
- Fonseca, C. C., Chaves, É. D. C. L., Pereira, S. S., Barp, M., Moreira, A. M., & Nogueira, D. A. (2014). Autoestima e satisfação corporal em idosas praticantes e não praticantes de atividades corporais. *Journal of Physical Education*, 25(3), 429-439. <http://dx.doi.org/10.4025/reveducfis.v25i3.22050>.
- Fontes, A. P., Fattori, A., D'Elboux, M. J. & Guariento, M. E. (2015). Resiliência psicológica: fator de proteção para idosos no contexto ambulatorial. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 18(1), 7-17. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-9823.2015.13201>.
- Gil, C. A. & Tardivo, L. S. L. P. C. (2011) A oficina de cartas, fotografias e lembranças como intervenção psicoterapêutica grupal com idosos. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 19(1-2), 19-30. DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v19n1-2p19-30>.
- Gonçalves, I. F. (2014) Instrumentos de Avaliação Psicológica em Idosos. *Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Miguel Torga (Coimbra)*. Disponível em: <http://repositorio.ismt.pt/handle/123456789/626>. Acessado em 15/09/2017.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016). Disponível em: www.ibge.gov.br/home/. Acessado em: 10/05/2016.
- Lima, A. A. C., Camargo, A., Raulik, C. G., Campos, D. B., & Pereira, W. M. Formas metodológicas de avaliação em idosos institucionalizados: uma revisão sistemática. *Cinergis*, 18(3), 240-247. <http://dx.doi.org/10.17058/cinergis.v18i3.8328>.
- Miguel, F. K., Zuanazzi, A. C., & Villemor-Amaral, A. E. (2017). Avaliação de aspectos da inteligência emocional nas técnicas de Pfister e Zulliger. *Temas em Psicologia*, 25(4), 1853-1862. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2017.4-17Pt>.
- Moura, G. C., & Lopes, A. A. (2017). O uso de instrumentos projetivos no processo de avaliação psicológica. *Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-ALAGOAS*, 4(2), 53-62. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/view/4175>. Acessado em: 10/5/2018.
- Nicolodi, F. & Scortegagna (2012) As Pirâmides Coloridas de Pfister e a afetividade em idosos institucionalizados. In: Scortegagna, S.A.. (Org.). *Avaliação Psicológica: expressão singular em diversos contextos* (1.ª ed.) Passo Fundo: UPF Editora, 120-146.
- Oliveira, É. A., Pasian, S. R., & Jacquemin, A. (2001). A vivência afetiva em idosos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21(1), 68-83. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932001000100008>.
- Reichert, C. & Scortegagna, S. A. (2016) Técnicas projetivas com idosos: Revisão de literatura de artigos publicados no Brasil. *Métodos projetivos e suas demandas na psicologia contemporânea - Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo)*, 632-642.
- Silva, L. M., & Cardoso, L. C. (2012). Revisão de pesquisas brasileiras sobre o teste de Pfister. *Avaliação Psicológica*, 11(3), 449-460. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3350/335027503011/>. Acessado em: 29/05/2018.
- Villemor Amaral, F. (1978) *Pirâmides Coloridas de Pfister*. Rio de Janeiro: CEPA.
- Villemor-Amaral, A. E. (2012). *As Pirâmides Coloridas de Pfister*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- World Health Organization (WHO, 2015). Disponível em: www.who.int/eportuguese/publications/pt/. Acessado em: 20/04/2016.

Funcionamento psíquico de cardiopatas em contexto de emergência: resultados preliminares

Aline Cristina Antonechen

Erika Tiemi Kato Okino

Sonia Regina Pasian

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo

Resumo: Doenças cardíacas estão entre as mais prevalentes do mundo, apresentando altos índices de morbidade e mortalidade, no geral com várias intercorrências clínicas, levando a situações de urgência e de emergência médicas. Há complexa gama de fatores associados a essas patologias, envolvendo variáveis psicológicas nos processos de adoecimento e recuperação dos pacientes. Este trabalho objetiva caracterizar e analisar indicadores de depressão, de ansiedade e da psicodinâmica de cardiopatas (agudos e crônicos) internados em situação de emergência, almejando identificar variáveis relevantes para a intervenção multiprofissional nesses casos. Foram avaliados 10 pacientes internados em Unidade Coronariana de Unidade de Emergência de um hospital universitário público de referência do interior do Estado de São Paulo, voluntários, constituindo amostra de conveniência, sendo seis homens e quatro mulheres, com idade média de 62,4 anos ($\pm 4,9$) e escolaridade média de 7,3 anos de estudo. Metade dos participantes apresentava histórico de etilismo e hipertensão, além de dois casos de diabetes e dois pacientes com obesidade. Os motivos da atual internação foram: Infarto Agudo do Miocárdio ($n=5$), Angina Instável ($n=2$), Síndrome Coronariana Aguda ($n=1$), Bloqueio Átrio-Ventricular Total ($n=1$) e Precordialgia atípica ($n=1$), ou seja, a maioria constituída por casos agudos ($n=8$). Foram individualmente examinados por um conjunto de instrumentos de avaliação psicológica, aplicados e avaliados conforme respectivos padrões técnicos, incluindo Questionário de Saúde do Paciente (PHQ-9), Inventário de Ansiedade de Beck (BAI) e Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC), constituindo dados preliminares apresentados neste trabalho. Os resultados médios do PHQ-9 apontaram 7,4 pontos ($\pm 2,1$), identificando-se quatro casos positivos para depressão entre os adultos avaliados. No BAI houve média de 13,3 pontos ($\pm 0,7$), sendo que três pacientes atingiram níveis graves de ansiedade, os quais também positivaram para depressão. No TPC apresentaram as seguintes médias nas escolhas cromáticas: azul=13,9%, vermelho=16,4%, verde=22,6%, violeta=9,8%, laranja=9,7%, amarelo=9,1%, marrom=8,6%, preto=2,2%, branco=4,9%, cinza=2,6%, síndrome normal=52,8%, síndrome estímulo=35,2%, síndrome fria=46,1%, síndrome incolor=9,7%. Em relação ao grupo normativo, esses pacientes apresentaram elevação do marrom, vermelho e verde (sugestivos de força impulsiva e mecanismos de defesa de rigidez, previstos em quadros psicossomáticos) e rebaixamento do azul, preto, branco e síndrome incolor (indicando fragilidade no sistema repressivo e em recursos racionais de equilíbrio psíquico). Embora preliminares, os atuais achados empíricos ilustram a riqueza dos instrumentos de avaliação psicológica para a compreensão dos casos de cardiopatia em situação de emergência, sendo possível identificar variáveis psíquicas relevantes a serem tratadas em seu quadro clínico.

Palavras-chave: Cardiopata; Avaliação Psicológica; Ansiedade; Depressão; Teste de Pfister.

Introdução

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define doenças cardiovasculares como aquelas que acometem o coração, o cérebro ou os vasos sanguíneos (Mackay & Mensah, 2004). Esse grupo de doenças representa a principal causa de morte no mundo, contabilizando 17,3 milhões de óbitos por ano, com perspectiva de crescimento para 23,6 milhões/ano em 2030. Apesar da mortalidade por doenças cardíacas ter sofrido queda de 38,0% entre os anos de 2003 e 2013, sua prevalência permanece alarmante (*American Heart Association Statistics*

Committee and Stroke Statistics Subcommittee, 2014). No Brasil, estima-se que cerca de 300 mil pessoas sofram infarto anualmente, sendo que em 30,0% dos casos o ataque cardíaco é fatal (Brasil, 2017).

O atendimento clínico voltado à cardiologia ocorre de diversas formas na rede de atenção à saúde: na prevenção dos fatores de risco, em consultas periódicas para detecção da doença de forma precoce, em atendimento ambulatorial para acompanhamento e controle da doença diagnosticada, em internações para compensação do quadro clínico ou em intervenções em casos de agravos agudos, em contexto de emergência. As situações de emergência são aquelas inesperadas e que interferem na vida e integridade física da pessoa, podendo gerar prejuízos em vários aspectos e intenso impacto emocional. A emergência é compreendida como um momento de crise para o indivíduo, no qual há brusca ruptura da rotina de vida em curso até então (Franco, 2015).

No contexto da cardiologia, as emergências podem advir de casos agudos e repentinos, como também de pacientes com cardiopatia prévia e em cuidados, mas que descompensam e/ou agudizam e necessitam de intervenção imediata, como as Síndromes Coronarianas Agudas (SCA). A modificação em uma doença instalada ou a descoberta de uma patologia, numa situação de emergência, pode suscitar no indivíduo sentimentos de desamparo, insegurança, ansiedade e depressão (Almeida & Ribeiro, 2008). A intensidade desses sentimentos pode favorecer desorganização no mundo interno do paciente, levando-o a refletir acerca da vida, de suas dificuldades, limitações e possibilidades. Sendo assim, compreende-se que a emergência é o local em que os cuidados físicos e manutenção da vida é primordial, porém as alterações psíquicas são significativas e devem ser observadas e também tratadas (Almeida & Ribeiro, 2008).

Diversos fatores aumentam a propensão às doenças cardíacas, muitos relacionados a comportamentos de risco. Dentre eles, destacam-se o tabagismo, uso nocivo de álcool, diabetes, hipertensão não controlada, sedentarismo, alimentação inadequada (Mackay & Mensah, 2004; Rocha & Martins, 2017). Tais fatores são estudados no campo da cardiologia por diferentes grupos profissionais, a fim de cada área contribuir com seus conhecimentos específicos.

Nesse cenário, a Psicologia direciona seus estudos para a compreensão dos aspectos psíquicos que possam estar relacionados à cardiopatia. Muitas pesquisas já foram realizadas e outras ainda vêm sendo produzidas no que diz respeito à compreensão das características psicológicas dos pacientes cardiopatas. Há alguns anos associava-se a cardiopatia a um padrão de comportamento específico, denominado personalidade tipo A (*Type A Behavior Pattern – TABP*). O TABP apresenta como traços principais: hostilidade, competitividade, impaciência

e senso de urgência. Essas características seriam mais frequentes em pacientes com doenças cardíacas do que na população em geral (Friedman, 1977).

No entanto, com o avanço das pesquisas, foram encontradas algumas divergências e contradições nos métodos avaliativos, que passaram a questionar a existência do TABP. Dessa forma, reduziram-se os estudos com objetivo de encontrar um perfil de personalidade único para descrever esses indivíduos e as pesquisas passaram a avançar no sentido de procurar características psicológicas que pudessem estar associadas à cardiopatia (Braunwald, 2006; Suguihura, 2014).

Em estudo de revisão da produção científica realizado em 2017 pela primeira autora desse trabalho, abordando o tema da avaliação psicológica no campo da cardiologia no período de 2013-2017, a partir de duas bases de dados, a saber: LILACS (*Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde*) e PsycInfo, foram encontrados 31 artigos publicados. Esses trabalhos utilizaram instrumentos psicométricos para avaliar construtos (características) reconhecidos como inerentes a cardiopatia, sendo esses a depressão, a ansiedade e a personalidade tipo D (inibição social e afeto negativo). Como resultados, a maior parte dos estudos evidenciou maior incidência desses sinais psicopatológicos em indivíduos com cardiopatia do que em relação à população geral, independente do instrumento utilizado. No entanto, cada artigo focalizou variáveis específicas, a partir de metodologias diversificadas, incluindo delineamentos descritivo-comparativos, elaboração de instrumentos avaliativos, estudos longitudinais, com dois ou mais períodos de busca de dados. Em síntese, os estudos evidenciavam maiores índices de ansiedade e depressão em pacientes com cardiopatia (Bokeria, Zinchenko & Kiseleva, 2013; Karatas *et al.*, 2015; Kemp *et al.*, 2015; Milicic *et al.*, 2016) e a presença de traços da personalidade tipo D, caracterizada por vivência de afeto negativo (AN) e inibição social (IS) (Condén, Rosenbland, Ekselius & Áslund, 2014; Ossola, Panfilis, Tonna, Ardissino & Marchesi, 2015; Weng *et al.*, 2013).

No entanto, poucas investigações científicas buscam apreender aspectos relativos às vivências afetivas desses pacientes numa perspectiva psicodinâmica. Verifica-se preferência por pesquisas pautadas em instrumentos de autorrelato e que alcançam indicadores de autoavaliação dos indivíduos, onde respondem com base no controle racional sobre os itens questionados (Hutz, Bandeira & Trentini, 2015; Urbina, 2007). Nesse sentido, a utilização de recursos adicionais, de linha projetiva, para compreender as vivências internas dos cardiopatas mostra-se promissora para a investigação científica nesse campo.

Diante do exposto, este trabalho propõe-se a descrever e a interpretar características do funcionamento psíquico de pacientes cardiopatas em situação de emergência. Para tanto,

recorreu-se a um conjunto de instrumentos de avaliação psicológica, integrando indicadores de autorrelato e vivências inconscientes, avaliados por meio de um método projetivo.

Objetivo

Este trabalho tem por objetivo caracterizar e analisar indicadores de depressão, de ansiedade e da psicodinâmica de cardiopatas (de primeiro evento e crônicos) internados em situação de emergência, almejando identificar variáveis relevantes para a intervenção multiprofissional nesses casos.

Método

Participantes

Os casos apresentados nesse trabalho foram retirados do estudo de Mestrado da primeira autora, que contempla amostra com casos clínicos (cardiopatas) e não clínicos (não pacientes), totalizando 80 participantes. Neste momento, no entanto, foi examinada apenas parte de seu grupo clínico (n=10), correspondendo aos casos avaliados até a presente data, constituindo recorte preliminar do referido Mestrado em curso.

Foram convidados a participar do estudo pacientes internados na Unidade Coronariana (UCo) de Unidade de Emergência de um hospital universitário público de referência do interior do Estado de São Paulo, com idade entre 55 anos e 75 anos (faixa etária de maior incidência da cardiopatia), de ambos os sexos, com período de internação entre um a sete dias, garantindo estabilização clínica do caso quando pertinente. Os critérios de inclusão no estudo foram o paciente estar consciente e em aparente adaptação sócio-intelectual, segundo observação da equipe profissional da UCo. A participação foi voluntária, documentando-se sua aceitação por assinatura em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após devida explicação da pesquisa, seus objetivos e atividades.

Para esse trabalho foram avaliados 10 pacientes, sendo seis homens e quatro mulheres, com idade média de 62,4 anos ($\pm 4,9$) e escolaridade média de 7,3 anos de estudo. Seis dos participantes estavam ativos do ponto de vista profissional, três realizavam exclusivamente trabalho doméstico e um estava aposentado. Em relação à classe socioeconômica, sete foram considerados de classe alta e média (classes A, B1 e B2) e três configuraram classe baixa (classes C1, C2, D e E), segundo Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2015).

Quanto aos hábitos de vida e comportamentos em saúde, cinco pacientes apontaram ter cessado uso de cigarro, três eram tabagistas e dois nunca fumaram. Nesse grupo havia cinco casos de ex-etilistas, três não etilistas e dois ainda consumiam álcool de forma recorrente e

intensa. Metade dos participantes praticava atividade física regular e sistematizada, além de todos relatarem prática frequente da caminhada.

No que diz respeito à história clínica, metade dos participantes apresentava histórico de hipertensão, além de dois casos de diabetes e dois pacientes com obesidade. Os motivos da internação em curso na emergência hospitalar foram: Infarto Agudo do Miocárdio (n=5), Angina Instável (n=2), Síndrome Coronariana Aguda (n=1), Bloqueio Átrio-Ventricular Total (n=1) e Precordialgia atípica (n=1), ou seja, a maioria constituída por casos agudos, de primeiro evento (n=8).

Materiais

Diante dos objetivos delineados, buscou-se utilizar instrumentos padronizados de avaliação psicológica, atrelados a levantamento clínico de prontuários médicos dos respectivos casos. Desse modo, foram utilizados os seguintes instrumentos para coleta de dados:

a) *Questionário sociodemográfico e clínico*: questionário elaborado pelas pesquisadoras para levantamento de dados demográficos, sociais, de hábitos de vida e referente ao adoecimento e internação dos participantes. Nesse questionário foram incluídos os itens do Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2015), para identificação do nível econômico dos participantes.

b) *Patients Health Questionnaire (PHQ-9)*: trata-se de instrumento de rastreio para identificar sintomas depressivos, a partir de nove questões elaboradas com base nos critérios do *Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais* (DSM-IV). Para esse trabalho foram utilizados parâmetros de classificação dos casos propostos por Santos *et al.* (2013), onde são considerados como casos positivos para depressão aqueles que atingem nove pontos no instrumento.

c) *Beck Anxiety Inventory (BAI)*: inventário de referencial cognitivo utilizado para detecção de sintomas de ansiedade. É constituído de 21 questões expostas em escala do tipo *likert*, com pontuações que variam de 0 (“absolutamente não”) a 3 (“gravemente”). Esse inventário foi validado no Brasil por Cunha (2001), a qual apresenta referencial normativo para interpretação dos dados. Nesse sentido, casos que pontuam entre zero e 19 pontos são classificados como mínimo/leve indicador de ansiedade, enquanto os casos com pontuação de 20 a 63 pontos podem ser considerados como sinais moderados e graves de ansiedade.

c) *Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC)*: método projetivo de avaliação psicológica, voltado ao exame de características da personalidade, cuja atividade envolve a construção de pirâmides a partir de quadriculos coloridos (10 cores, 24 tonalidades) oferecidos ao

respondente. As evidências psicométricas para uso no Brasil são contempladas no manual produzido por Villemor-Amaral (2016), sendo daí extraídos os parâmetros normativos para análise da produção dos casos avaliados.

Procedimentos

É importante inicialmente apontar que este projeto foi analisado e aprovado por um Comitê de Ética com Seres Humanos, para posterior início do processo de seleção de participantes entre voluntários internados na UCo.

Para realização da coleta de dados, os pacientes foram abordados em seu leito de internação hospitalar e convidados a participar do estudo. Aqueles que aceitaram a proposta assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Durante aplicação dos instrumentos de avaliação psicológica, os pacientes permaneciam sentados em poltronas ao lado do leito, enquanto a aplicadora ficava sentada ao seu lado, em ângulo de 90°. Os instrumentos foram aplicados pela primeira autora desse trabalho, conforme instruções de seus respectivos manuais técnicos, na seguinte ordem: questionário sócio demográfico, PHQ-9, BAI e Teste de Pfister, com duração total de cerca de 60 minutos.

Após aplicação, os dados coletados foram sistematizados de forma padronizada. A correção e interpretação de cada instrumento foram realizadas conforme normas técnicas e instruções dos materiais de referência. A seguir foram transpostos para planilhas no Microsoft Excel e, posteriormente, para o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS, versão 22.0) para as devidas análises estatísticas.

No tocante ao Teste de Pfister, até o momento, foram consideradas apenas as variáveis relativas às cores e síndromes cromáticas (normal, estímulo, fria e incolor). Para examinar a porcentagem dessas variáveis na atual amostra em relação ao dado normativo disponível para adultos, recorreu-se a estratégia de comparação de suas médias. Nessas análises considerou-se o nível de significância de 5% ($p \leq 0,05$).

Resultados e Discussão

Faz-se necessário comentar que os dados aqui apresentados correspondem a achados preliminares. O atual recorte tem como intuito retratar a tendência geral de indicadores de depressão, de ansiedade e do funcionamento psíquico em grupo de adultos com cardiopatia atendidos em contexto de emergência, na Unidade Coronariana (UCo) da Unidade de

Emergência de um hospital universitário público de referência localizado no interior do Estado de São Paulo.

Dos 10 casos analisados, quatro apresentaram pontuação positiva para depressão no PHQ-9, com escore acima de nove pontos. O resultado médio nesse instrumento atingiu 7,4 pontos ($\pm 2,1$), sendo que as pontuações variaram entre dois a 18, dentro dos 27 pontos possíveis.

No tocante aos indicadores de ansiedade, a partir do BAI, foi possível notar pontuação bastante variada, desde quatro até 35 pontos, entre os 63 pontos possíveis do instrumento. A média encontrada foi de 13,3 pontos ($\pm 0,7$), apontando para um nível de ansiedade leve no grupo em geral. No entanto, três pacientes apresentaram pontuação acima de 19 pontos, evidenciando níveis moderados e graves de ansiedade a partir deste instrumento. Esses três participantes também tiveram pontuação positiva para depressão identificada pelo PHQ-9.

Em estudo realizado na Holanda, Montfort, Denollet, Widdershoven e Kupper (2016) utilizaram o instrumento PHQ-9 para avaliar indicadores de depressão em 409 pacientes com Doença Arterial Coronariana (DAC). Encontraram média de 3,6 pontos ($\pm 4,3$), bem menor do que a encontrada no atual estudo ($7,4 \pm 2,1$). Em contrapartida, no artigo de Suarez *et al.* (2015), desenvolvido nos Estados Unidos da América (EUA), a partir do PHQ-9 aplicado em 366 pacientes com Síndrome Coronariana Aguda (SCA), Insuficiência Cardíaca (IC) e Arritmia, houve média de 13,3 pontos ($\pm 5,1$), índice bem mais elevado de sinais depressivos do que os demais trabalhos. Tem-se, portanto, evidências empíricas de indicadores de depressão em pacientes com cardiopatia, porém em intensidade variada a partir da realidade dos casos clínicos considerados.

Na Turquia a análise comparativa entre 50 indivíduos com Fluxo Coronariano Normal (FCN) e 144 pacientes com Fluxo Coronariano Lento (FCL) apontou diferença estatisticamente significativa entre esses grupos no que concerne à ansiedade (BAI). Os indivíduos com FCN apresentaram escore médio de 7,5 enquanto os pacientes com FCL obtiveram escore médio de 13,0 pontos (Karatat *et al.*, 2015). Os autores frisaram os escores de ansiedade mais elevados entre os pacientes com FCL, o que corrobora dados de outros estudos.

Evidencia-se que a percepção e o autorrelato de sintomas de ansiedade e depressão em indivíduos com cardiopatia tendem a ser mais elevados do que seus respectivos grupos de comparação. O impacto desses sinais na vida do paciente pode relacionar-se com seu adoecimento físico (cardiopatia). Sendo assim, indicadores relativos à ansiedade e à depressão destacam-se como variáveis relevantes para a compreensão desses pacientes.

Na perspectiva de explorar as vivências afetivas dos atuais casos avaliados por meio de atividade de natureza projetiva, têm-se os achados derivados do Teste das Pirâmides Coloridas

de Pfister (TPC). Cabe destacar que os pacientes foram bastante colaboradores no processo de realização dessa atividade, referindo satisfação ao realizá-la, confirmando o caráter lúdico da mesma, já previsto em seu manual (Villemor-Amaral, 2016).

Os resultados no TPC foram sistematizados, para este trabalho, em termos das escolhas das cores e das síndromes cromáticas (em porcentagem), constituindo resultados preliminares desse instrumento de avaliação psicológica, abordando apenas parte de suas variáveis técnicas. Esses achados foram sistematizados de forma descritiva e sua média foi comparada à média normativa para adultos não pacientes, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1. Resultados descritivos (em porcentagem) das escolhas cromáticas e síndromes no Pfister ($n=10$) e análise comparativa em relação ao referencial normativo de adultos.

Variável Pfister	Atuais achados			Referencial normativo*			Comparação estatística	
	Média	DP	Min/Max	Média	DP	Min/Max	t^{**}	p
Azul	13,9	7,1	2/27	18,1	9,0	0/55,6	-1,87	0,094
Vermelho	16,4	4,1	9/22	13,6	7,3	0/40	2,16	0,059
Verde	22,6	5,7	9/29	19,7	9,8	0/66,7	1,61	0,141
Violeta	9,8	8,8	0/31	8,5	7,5	0/60	0,44	0,665
Laranja	9,7	4,1	2/15,5	10,8	6,4	0/31,1	-0,82	0,429
Amarelo	9,1	4,1	2/15,5	9,5	6,1	0/33,3	-0,33	0,749
Marrom	8,6	6,0	2/18	4,0	5,0	0/33,3	2,41	0,039
Preto	2,2	2,3	0/7	4,5	6,4	0/35,6	-3,13	0,012
Branco	4,9	3,7	0/11	8,3	7,1	0/33,3	-2,92	0,017
Cinza	2,6	2,7	0/9	2,9	3,1	0/11,1	-0,30	0,768
S. Normal	52,8	7,0	44/64	51,3	12,4	15,6/100	0,65	0,529
S. Estímulo	35,2	6,9	24/46,5	33,9	10,8	0/73,3	0,59	0,569
S. Fria	46,1	10,0	31/66,5	46,3	12,6	15,6/100	-0,06	0,951
S. Incolor	9,7	4,5	0/15	15,8	10,0	0/48,9	-4,24	0,002

DP = Desvio Padrão, Min/Max = valores mínimos e máximos.

*Estudo de Villemor-Amaral (2016).

** t = Teste t de Student.

Observa-se que a frequência média (em porcentagem) das escolhas cromáticas do atual grupo clínico difere, de modo estatisticamente significativo, em algumas cores do grupo normativo. O uso da cor Marrom ($8,6\pm 6,0$) aparece bastante elevado no atual estudo, com média superior ao dobro da média de sua referência normativa. Por sua vez, a Síndrome Incolor aparece rebaixada ($9,7\pm 4,5$), em consequência do rebaixamento das cores Preto ($2,2\pm 2,3$) e Branco ($4,9\pm 3,7$). Já a Síndrome Fria ($46,1\pm 10,0$), composta pelas cores Azul, Verde e Violeta, aparece um pouco elevada, mesmo que nenhum de seus elementos esteja significativamente elevado ou rebaixado.

As diferenças de escolha entre os grupos podem sugerir evidências quanto ao funcionamento psíquico dos pacientes cardiopatas em contexto de emergência. De acordo com manual normativo do Teste de Pirâmides Coloridas, a elevação do marrom e a tendência à elevação do vermelho sugerem regressão e descargas abruptas, uma vez que o vermelho está associado à impulsividade e o marrom ao uso de mecanismos de defesa primitivos (Villemor-Amaral, 2016). Esses indicadores podem ser propícios para o desenvolvimento de quadros psicossomáticos, uma vez que a dificuldade em simbolizar e abstrair leva o indivíduo a expor sua impulsividade no próprio corpo.

O rebaixamento do preto, do branco e da Síndrome Incolor pode sinalizar ausência ou fragilidade de elementos estabilizadores do funcionamento psíquico. Associado a isso, há o rebaixamento (embora não estatisticamente significativo) da cor azul, associada à capacidade de controle e adaptação (Villemor-Amaral, 2005).

Tem-se, portanto, indícios de que o grupo clínico presentemente considerado apresenta maior força impulsiva em comparação ao grupo normativo e utiliza mecanismos de defesa mais primitivos. Em contrapartida, os elementos estabilizadores e de adaptação apresentam-se enfraquecidos. Em conjunto, esses achados empíricos, ainda que preliminares, podem levantar a hipótese de que o adoecimento físico (cardiopatia) se constitua como uma forma inconsciente que esses pacientes encontram para comunicar suas emoções e sua impulsividade ainda parcialmente elaborada.

Considerações Finais

Diante dos achados expostos nesse capítulo, evidenciam-se benefícios do uso de instrumentos de avaliação psicológica para melhor compreensão dos casos de cardiopatia em situação de emergência. O protocolo de avaliação psicológica acrescido de método projetivo permitiu ampliar a visão desses casos, fornecendo indícios de seu funcionamento psíquico para além do racionalmente verbalizado por eles, permitindo expressão de vivências afetivas a partir da projeção de conteúdos inconscientes. Compreender essas possíveis variáveis que interferem no processo de adoecimento e posterior adesão a tratamento torna-se relevante para o tratamento do quadro clínico de forma integrada e interdisciplinar, sobretudo no contexto de emergência hospitalar, onde a vida se encontra em risco.

Referências

- ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa) (2015). *Crerios de Classificação Econômica Brasil*. Recuperado em maio, 2018, de www.abep.org/Servicos/Download.aspx?id=09
- Almeida, C. P. & Ribeiro, A. L. A. (2008). *Psicologia em Cardiologia: novas tendências*. Campinas (SP): Alínea.
- American Heart Association Statistics Committee and Stroke Statistics Subcommittee (2014). *Heart Disease and Stroke Statistics - 2014 Update: A Report From the American Heart Association*. Greenville Avenue, Dallas, USA.
- Bokeria, L. A., Zinchenko, Y. P., & Kiseleva, M. G. (2013). Psychological factors and outcomes of coronary surgery. *Psychology in Russia: State of Art*, 6(4), 160-167.
- Brasil (2017). *Doenças Cardiovasculares são a principal causa de morte no mundo*. Recuperado em 13 maio, 2018, em www.brasil.gov.br/saude/2017/09/doencas-cardiovasculares-sao-principal-caoa-de-morte-no-mundo.
- Braunwald, E. (2006). *Tratado de medicina cardiovascular* (6.ed.) São Paulo (SP): Roca.
- Condén, E. , Rosenblad, A., Ekselius, L., Áslund, C. (2014). Prevalence of Type D personality and factorial and temporal stability of the DS14 after myocardial infarction in a Swedish population. *Scandinavian Journal of Psychology*, 55(6), 601-610.
- Cunha, J. A. (2001) *Manual da versão em português das Escalas Beck*. São Paulo (SP): Casa do Psicólogo.
- Franco, M. H. P. (2015). *A intervenção psicológica em emergências: fundamentos para a prática*. São Paulo (SP): Summus Ed.
- Friedman, M. (1977). Type A behavior pattern: some of its pathophysiological components. *Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 53(7), 593-604.
- Hutz, C. S.; Bandeira, D. R., Trentini, C. M. & Krug, J. S. (2016). *Psicodiagnóstico*. Porto Alegre: Artmed.
- Karatas, M. B., Sahan, E., Ozcan, K. S., Çanga, Y., Gungor, B., Onuk, T., Ipek, G., Çakilli, Y., Arugaslan, E., Bolca, O. (2015). Ansiedade, Depressão e Distúrbios Psicológicos Gerais em Pacientes com Fluxo Coronariano Lento. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, 105(4), 362-370.
- Kemp, A. H., Brunoni, A. R., Nunes, M. A., Santos, I. S., Goulart, A. C., Ribeiro, A. L., Benseñor, I. M., Lotufo, P. A. (2015). The association between mood and anxiety disorders, and coronary heart disease in Brazil: A cross-sectional analysis on the Brazilian longitudinal study of adult health (ELSA-Brasil). *Frontiers in Psychology*, 6, 1-9.

- Mackay, J. & Mensah, G. (2004). *The Atlas of Heart Disease and Stroke*. Geneva: World Health Organization (WHO).
- Milicic, D., Brajkovi, L., Ljubas, J., Andri, A., Ardali, Ž., Buratovi, T., Mar, D. (2016). Type a Personality , Stress , Anxiety and Health Locus of Control in Patients With Acute Myocardial Infarction. *Psychiatria Danubina*, 28(4), 409-414.
- Montfort, E., Denollet, J., Widdershoven, J., Kupper, N. (2016). Interrelation and independence of positive and negative psychological constructs in predicting general treatment adherence in coronary artery patients - Results from the THORESCI study. *Journal of Psychosomatic Research*, 88, 1-7.
- Ossola, P., De Panfilis, C., Tonna, M., Ardissino, D., Marchesi, C. (2015). DS14 is more likely to measure depression rather than a personality disposition in patients with acute coronary syndrome. *Scandinavian Journal of Psychology*, 56(6), 685-692.
- Rocha, R. M., Martins, W. A. (2017). *Manual de Prevenção cardiovascular*. São Paulo (SP): Planmark.
- Santos, I. S., Tavares, B. F., Munhoz, T. N., Almeida, L. S. P., Silva, N. T. B., Tams, B. D., Patella, A. M., Matijasevich, A. (2013). Sensibilidade e especificidade do *Patient Health Questionnaire-9 (PHQ-9)* entre adultos da população geral. *Cadernos de Saúde Pública*, 29(8), 1533-1543.
- Suguihura, A. L. M. (2014). *Personalidade tipo D e doenças cardiovasculares: adaptação de uma escala*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.
- Suarez, L., Beach, S. R., Moore, S. V., Mastromauro, C. A., Januzzi, J. L., Celano, C. M., Chang, T. E., Huffman, J. C. (2015). Use of the Patient Health Questionnaire-9 and a Detailed Suicide Evaluation in Determining Imminent Suicidality in Distressed Patients With Cardiac Disease. *Psychosomatics*, 56(2), 181-189.
- Urbina, S. (2007). *Fundamentos da Testagem Psicológica*. Porto Alegre (RS): Artmed.
- Villemor-Amaral, A. E. (2016). *As Pirâmides Coloridas de Pfister - manual*. 4ª. edição. São Paulo (SP): Casa do Psicólogo.
- Weng, C., Denollet, J., Lin, C., Lin, T., Wang, W., Lin, J., Wong, S., Mols, F. (2013). The validity of the Type D construct and its assessment in Taiwan. *BMC psychiatry*, 13(1), 46-55.

A Avaliação da Personalidade em Agentes da Segurança Pública do Ceará

Bruna Gadelha Gomes

Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará

Rebeca Moreira Rangel

Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará/ Faculdade Maurício de Nassau

Resumo. O presente artigo se baseia no relato de uma experiência de avaliação psicológica da personalidade realizada através de inventários e técnicas projetivas, a qual ocorreu na Assessoria Biopsicossocial da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará. Objetivamos, assim, dialogar acerca da importância das técnicas projetivas na avaliação laboral de agentes que trabalham na Segurança Pública do Ceará, em especial policiais e bombeiros militares. A experiência se deu a partir do mês de maio de 2017, e continua até os dias atuais, porém, o extrato retirado para a presente pesquisa se baseou em dados colhidos de junho a dezembro de 2017, a partir de documentos decorrentes de avaliações, e de relatos de experiências das duas psicólogas que realizavam as avaliações no momento. Obtivemos como resultado que os policiais e bombeiros militares apresentavam ressalva inicial, porém concordância em se submeterem às avaliações que, em geral, tinham como foco a possibilidade de desempenhar atividade laboral e/ou participar de cursos específicos para atividades especializadas do serviço militar. Percebemos ainda, que existem muitas especificidades na atuação de agentes de segurança pública, e que nessas diferentes possibilidades laborativas, percebe-se que, além de aptidões técnicas, preparo físico, os aspectos da personalidade são de suma importância para a avaliação da espécie de treinamento e modalidade de serviço que será realizado. Constatamos ainda que, para podermos avaliar de forma adequada, faz-se necessário, inicialmente, traçar o perfil profissiográfico e psicológico para cada um dos ramos de atividades e de cursos direcionados a atividade militar. Concluímos assim, que a avaliação da personalidade é de fundamental importância, tanto no ingresso da carreira militar, como no decorrer do processo laboral, e que as técnicas projetivas foram de relevante utilidade na busca de características mais profundas da personalidade, minimizando as defesas e resistências dos avaliados, além de que para uma adequada avaliação.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Testes Projetivos; Policiais militares; Bombeiros Militares.

Introdução

A história da avaliação psicológica no Brasil se confunde com a história da própria Psicologia, e, por mais que venha se desenvolvendo no decorrer dos séculos XX e XXI, ainda apresenta resistência de alguns campos científicos, mesmo com o rigor, cada vez maior apresentado na validação dos instrumentos (Cunha, 2000a).

Segundo Hutz (2015), a avaliação psicológica é um processo que tem como propósito a produção de hipóteses ou diagnósticos de uma pessoa ou de grupos de pessoas, seja sobre o funcionamento intelectual, características da personalidade ou aptidão, utilizando testes psicológicos, entrevistas, observação, ou outras técnicas.

Os resultados da avaliação psicológica podem ser utilizados nas mais diversas áreas da psicologia, como em avaliações para tratamentos de saúde, orientação profissional, contratação e desempenho de colaboradores em empresas e instituições, além de auxílio em diagnósticos provindos da medicina. Trata-se de um trabalho de relevante importância, quando realizado da maneira adequada, porém, pode também trazer danos irremediáveis quando não são respeitados os manejos e regras adequados (Hutz, 2015).

Deste modo, o psicólogo que realiza um processo de avaliação psicológica tem de estar atento para a responsabilidade do trabalho que está realizando, respeitando os critérios de objetividade do processo, e organização adequada dos métodos e técnicas utilizadas (Reppold & Gurgel, 2015).

Ainda de acordo com as autoras, a avaliação de indivíduos e instituições tem sido cada vez mais utilizados nos mais variados campos, pois fundamenta, de modo científico, a prática do psicólogo.

E a partir das mais variadas possibilidades de utilização da avaliação psicológica, optou-se por buscar relatar como este processo pode ser realizado também dentro de uma instituição em particular, a Assessoria Biopsicossocial da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Ceará, a qual foi criada em maio de 2017, com a perspectiva de promover um cuidado físico, psicológico e social dos agentes que compõem a Segurança Pública do Estado do Ceará: policiais militares, bombeiros militares, policiais civis e agentes da perícia forense, além dos familiares em 1º grau desses servidores.

A Assessoria iniciou com profissionais de psicologia e serviço social, os quais desenvolvem várias atividades internas e externas com o público, destacando aqui as realizadas pelo setor de psicologia: atendimento psicológico individual, visitas domiciliares, palestras, treinamentos, acompanhamento com agentes institucionalizados (hospitalizados, presos, em comunidades terapêuticas, dentre outros), além de avaliações psicológicas.

As avaliações psicológicas aconteciam na Assessoria, mediante solicitação dos comandantes, ou dos diretores, ou ainda nos casos em que os agentes precisavam de avaliação psicológica para participação em eventos fora do estado, porém, todas solicitações vinculadas a questões laborais.

As profissionais continuam trabalhando na Assessoria Biopsicossocial, porém, o trabalho se limitou às atividades realizadas apenas no período de junho a dezembro de 2017, devido às anotações terem sido realizadas durante este período. Embora a Assessoria seja responsável pelo cuidado com policiais militares e civis, bombeiros militares e agentes da perícia, conforme relatado, no decorrer do segundo semestre de 2017 foram realizadas avaliações apenas com policiais e bombeiros militares, todas com foco na atividade laboral.

Os policiais militares têm o papel de trabalhar de modo ostensivo e preventivo. Já os bombeiros militares, atuam em salvamentos, resgates, prevenção e contenção de incêndios, entre outros. Por mais que as atuações sigam caminhos diferentes, tanto os policiais quanto os bombeiros atuam através da discricionariedade, que Muniz (1999) descreve como a necessidade de escolher a forma adequada de agir rapidamente, buscando levar em conta a reação mais

adequada para cada situação, lembrando que, no caso de erros, são vidas que estão em jogo nestes casos.

A relevância deste estudo se deu devido o elevado número de adoecimentos de agentes das corporações, em que, aproximadamente 1000 militares estão afastados por problemas psicológicos e psiquiátricos, segundo dados da Secretaria de Planejamento e Gestão do Ceará de 2017.

Embora as avaliações tenham sido realizadas com investigações na área de atenção, de memória e de raciocínio lógico dos participantes, o principal objeto de investigação era o da personalidade, visto a especificidade do trabalho realizado pelos militares, principalmente os policiais (Muniz, 1999).

Dentre as técnicas de avaliação da personalidade realizadas, escolhemos como as mais apropriadas às situações que se apresentaram como necessidades avaliativas, os inventários de personalidade, testes gráficos e expressivos além dos testes projetivos, devido ao maior alcance desses instrumentos. Realizamos também entrevistas semiestruturadas com todos os avaliados.

Segundo Shultz (2011), os inventários objetivos de personalidade são utilizados em pessoas, geralmente a partir da adolescência, ou que tenham terminado o 1º grau, onde as pessoas são convidadas a responderem perguntas sobre como se sentem ou como se comportariam em variadas situações.

Já as técnicas projetivas, ainda segundo o mesmo autor Schultz (2011) são mais subjetivas, porém, possibilitam aos sujeitos exporem mais aspectos inconscientes, a partir da apresentação de estímulos ambíguos, em que o sujeito projeta suas necessidades, medos e desejos.

Gostaríamos de considerar também que todas as avaliações foram realizadas respeitando os critérios para a utilização de testes propostos pela Resolução do Conselho Federal de Psicologia, CFP nº 002/2003.

Deste modo, o trabalho teve como objetivo dialogar acerca da importância das técnicas de avaliação da personalidade na avaliação laboral de agentes que trabalham na Segurança Pública do Ceará, em especial policiais e bombeiros militares.

Método

O trabalho é um relato das experiências de duas psicólogas, que atuam na Assessoria Biopsicossocial da SSPDS, mediante as observações e anotações realizadas, a partir da execução das avaliações psicológicas ocorridas no setor, de junho a dezembro de 2017.

Os relatos foram utilizados de modo a possibilitar a expressão das experiências, a partir do olhar das próprias autoras que conduziram as avaliações, o que possibilitou uma maior proximidade com os sujeitos, policiais militares (PM) e bombeiros militares (BM), além do contato com seus comandantes e diretores, tornando possível avaliar todo o processo das avaliações, com foco no estudo da personalidade.

Os sujeitos da pesquisa foram policiais e bombeiros militares, todos pertencentes aos quadros da SSPDS do estado do Ceará. As avaliações e os sujeitos da pesquisa estão mais bem definidos nas Tabelas 1 e 2 a seguir:

Tabela 1 – Avaliações Psicológicas com Policiais Militares

Público-alvo	Objetivo da avaliação	Perfil dos participantes	Instrumentos utilizados
	Avaliação laboral com policiais que apresentaram afastamentos por problemas psicológicos/psiquiátricos e estavam para retornar as atividades.	Homens, com idade entre 20 e 32 anos de idade. Todos da PM CE.	Entrevistas semidirigidas, HTP, Palográfico, QUATI, TEACO, Figuras Complexas de Rey.
PM	Avaliação com policiais que precisavam de avaliação psicológica para participarem de cursos de aperfeiçoamento no qual seriam expostos a elevados níveis de estresse.	Homens, com idades entre 23 e 35 anos de idade. Todos da PM CE.	Entrevistas semidirigidas, HTP, Palográfico, QUATI TEALT, Memória – bateria TSP.

Fonte: Elaborado pelas autoras

Tabela 2 – Avaliações Psicológicas com Bombeiros Militares

Público-alvo	Objetivo da avaliação	Perfil dos participantes	Instrumentos utilizados
	Avaliação realizada com bombeiros que iriam participar do curso de Abordagem Técnicas a Tentativas de Suicídio, no qual se preparariam para lidar com a demanda do suicídio, e precisariam estar organizados e equilibrados emocionalmente para esse tipo de salvamento.	Homens e mulheres, com idades entre 20 e 36 anos. Entre os homens, 85% pertencentes a BM CE, e os demais provenientes de outros estados como RJ, BA.	Entrevistas semidirigidas, HTP, Palográfico, QUATI, TEALT, Memória – bateria TSP
BM			

Fonte: Elaborado pelas autoras

A partir de uma vertente qualitativa, utilizamos como técnica para a coleta de dados as informações registradas em diários de campo, além de observação realizada pelas psicólogas, além das discussões com os estagiários (os quais também estavam presentes tanto nas aplicações), que aconteciam após os processos de avaliação.

Foi realizada posteriormente uma análise qualitativa dos dados, a partir da qual buscamos compreender os dados colhidos de forma mais aprofundada.

Importante salientar que os resultados das avaliações estavam disponíveis a todos os avaliados, respeitando as diretrizes do Código de Ética do Conselho Federal de Psicologia.

Resultados e Discussão

Foram realizadas avaliações psicológicas com foco laboral, aplicadas em policiais e bombeiros militares do Ceará que são profissionais de instituições vinculadas à SSPDS. As avaliações foram individuais, quando buscavam avaliar a capacidade de retorno ou manutenção às atividades laborais de policiais afastados por questões psicológicas ou psiquiátricas, e coletivas, quando direcionadas a agentes que seriam avaliados para uma possível participação em cursos de aperfeiçoamento profissional.

Como requisitos para participar desses cursos, os servidores precisavam passar pelo TAF (Teste de Aptidões Físicas), podendo incluir etapas em terra, na água e no ar; avaliação do histórico profissional, além de avaliação psicológica. Em alguns destes cursos, a avaliação psicológica é critério obrigatório e eliminatório, como no Curso de Operações Especiais (COESP) de alguns estados, já em outros, como no curso de Abordagens Técnicas a Tentativas de Suicídio da BM do estado do Ceará, fez parte das avaliações, mas era apenas classificatório, não reprovando os sujeitos considerados inaptos.

A não obrigatoriedade da avaliação psicológica em muitos âmbitos e, principalmente na segurança pública, é bastante questionável, visto que esses profissionais trabalham direta e indiretamente com vidas humanas, além de portarem armas. Essa dificuldade reflete os questionamentos existentes no campo da psicologia enquanto ciência, no que se refere à necessidade ou não da avaliação psicológica. Noronha (2002) julga ser inadmissível que as intervenções ocorram sem avaliações anteriores, considerando as avaliações fundamentais para uma atuação adequada do psicólogo.

Observou-se que a solicitação das avaliações muitas vezes se deu mediante a necessidade percebida pelos coordenadores dos cursos em traçarem um perfil para os participantes, bem como da preocupação com o preparo e suporte psicológico para estarem

participando de formações que exigem bastante dos cursandos em quesitos físicos e psicológicos.

Outra modalidade de avaliação psicológica foi a realizada apenas com policiais militares, e que se deu a partir de solicitações institucionais de avaliação de agentes de segurança específicos com a finalidade de verificar a condição atual de desempenhar ou não serviços de rua e/ou serviços administrativos. Nesses casos, havia a necessidade de avaliar a possibilidade de retorno laboral de agentes, que estavam afastados dos serviços de rua e lotados em setores administrativos, a partir de readaptações funcionais; ou ainda avaliar a viabilidade de algumas transferências de agentes que apresentavam em seus históricos profissionais Licença para Tratamento de Saúde (LTS) por problemas de saúde de ordem psicológica ou psiquiátrica.

Vale ressaltar aqui a necessidade da avaliação psicológica nestes casos, pois conforme Muniz (1999), a atividade policial ostensiva visa conciliar os princípios de legalidade e legitimidade, em circunstâncias de incerteza e de risco para a vida dos policiais e para a sociedade em geral. E, conforme citado acima por Noronha (2002), como realizar um diagnóstico adequado sem a utilização das avaliações psicológicas adequadas?

As avaliações individuais aconteceram em salas da própria sede da Assessoria Biopsicossocial, com condições satisfatórias de iluminação e ventilação. No caso das avaliações realizadas externamente a Assessoria, houve certa dificuldade em adequar os locais disponíveis, bem como em elaborar os processos de avaliação; porém, nestes casos, as avaliações foram remarcadas prezando por uma aplicação adequada.

Outras dificuldades ocorreram devido ao pouco conhecimento de alguns comandos e direções acerca do trabalho do psicólogo e do objetivo da avaliação psicológica e como se dá seu andamento. Muitas vezes os pedidos de avaliação eram muito próximos à data da sua realização, com demandas de respostas em tempo reduzido, sem considerar o tempo de aplicação, correção dos dados, elaboração dos documentos concernentes à avaliação, além das outras atividades realizadas pelas profissionais na Assessoria Biopsicossocial.

Nesse sentido, considerando essa necessidade de se explicar e reafirmar a importância do método integral para avaliação houve momento de esclarecimentos acerca do processo avaliativo e suas etapas, além de constantes explicações sobre o procedimento a ser realizado, porque, mesmo com o reconhecimento cada vez maior da validade da avaliação psicológica (Reppold, Gurgel, 2015), ainda há certo desconhecimento da cientificidade deste recurso.

Importante salientar que, de acordo com Tavares (2010), devem-se considerar os aspectos e as condicionantes no momento da avaliação. Dessa forma, teve que ser levada em

consideração o momento dos avaliados, tanto no contexto do Curso, quanto nos contextos de avaliações laborais.

Em sua abrangência, os cursos de aperfeiçoamento militares expõem os seus participantes a contextos de privação de necessidades básicas, como sono, alimentação, além da constante exposição a situações estressógenas, com o propósito de melhor prepará-los para realizarem as atividades operacionais após a finalização do treinamento. Além da necessidade de equilíbrio emocional para trabalhar com prevenção ao suicídio, no caso de bombeiros que irão atuar no salvamento de potenciais suicidas, ou de resgate de suicidas.

No caso da avaliação da capacidade laboral dos agentes, principalmente nas situações de contextos individuais de avaliação, é importante observar as especificidades do âmbito militar, como por exemplo, o porte de armas. Ou seja, avaliar a capacidade laborativa do agente de segurança pública para o serviço ativo é também avaliar sua capacidade para portar armar naquele momento.

Em 2015 foi divulgada uma Portaria Estadual, da Polícia Militar, que limita o uso da arma por parte dos agentes que estejam de Licença para Tratamento de Saúde enquadrados no Código Internacional de Doenças (CID 10) da categoria F, o que quer dizer que se afastaram por adoecimentos psiquiátricos. Essa resolução define que esses agentes terão o porte de arma suspenso até que passem por posterior análise de médicos peritos e assistentes que comprovem que têm capacidade de retorno ao serviço ativo.

A avaliação de personalidade consiste em medir as características que se demonstram enquanto aspectos relativamente constantes da personalidade que não se referem aos aspectos cognitivos (Schultz & Schultz, 2011). Como exemplos, podemos citar a estabilidade emocional, o relacionamento interpessoal, a flexibilidade, a iniciativa, dentre outros.

Nas avaliações de personalidade foram usadas as técnicas projetivas e expressivas da personalidade, além de inventários de personalidade (aos quais não teceremos maiores comentários aqui) para avaliar aspectos sistêmicos e aspectos mais específicos de personalidade. A finalidade foi a de perceber a condição atual do sujeito para trabalhar com segurança pública, tendo em vista que atualmente só ocorre avaliação psicológica de forma obrigatória quando do ingresso na carreira militar dos Bombeiros e da Polícia. Além disso, avaliar aspectos laborais e fatores específicos que possam influenciar no tipo de atividade que o mesmo exerce ou ainda no tipo de atividades que poderia incorporar na sua atuação.

Foram realizadas, inicialmente, entrevistas com os agentes, tanto os que participaram de processos em grupo, quanto os que participaram de processos individuais. Esse instrumento de avaliação, segundo Resolução CFP N° 007/2009, tem como intuito fornecer ao avaliador

subsídios técnicos acerca da conduta, comportamentos, conceitos, valores e opiniões do entrevistado, complementando os dados obtidos pelos demais instrumentos utilizados. Quanto à estrutura da entrevista, optou-se por utilizar a classificada como semidirigida, semiestruturada ou mista, que, segundo as explicações de Santos (2014), traz aspectos importantes que coincidem com as necessidades das avaliações realizadas pela Assessoria Biopsicossocial, como a delimitação do tempo, roteiro e foco principal, e ao mesmo tempo a flexibilidade para exposição da fala do entrevistado e de seus anseios dentro desse processo, fazendo emergir outros conteúdos de forma mais espontânea. Elas foram realizadas individualmente, de modo a possibilitar que o sujeito consiga se expressar mais livremente, porém considerando certo direcionamento do avaliador.

A seguir serão dados breves esclarecimentos sobre os testes de personalidade gráficos, expressivos e os projetivos utilizados nos processos de avaliação psicológica, ambos aprovados, à época da aplicação, como métodos de avaliação válidos a partir do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - SATEPSI.

O teste de personalidade denominado HTP (House-Tree-Person) é um teste projetivo, que avalia áreas mais amplas da personalidade como relações familiares, pressões ambientais, sexualidade, relações interpessoais, maturidade, expressão de si mesmo, segurança/insegurança, dependência/independência, agressividade, impulsividade, buscando a existência ou não de psicopatologias (Cunha, 2000). Foi escolhido como método em algumas avaliações pela sua capacidade de permitir ao indivíduo a expressão dos aspectos da personalidade de forma inconsciente, além de ser uma atividade considerada como menos estressante, devido aos desenhos solicitados aos sujeitos, e a possibilidade de se colocar, sem mesmo se perceber. Outro motivo foi a rápida aplicação do teste, visto terem sido realizados apenas a solicitação mínima de desenhos.

O teste de personalidade Palográfico é classificado como um teste expressivo e gráfico, o qual pode ser aplicado individualmente, ou em grupo, e que avalia características da personalidade tais como: produtividade, relacionamento interpessoal, rigidez/flexibilidade, emotividade, organização, impulsividade, agressividade, dentre outros. (Alves & Esteves, 2004). Foi utilizado em algumas avaliações pela sua praticidade de aplicação em grupo e por trazer aspectos importantíssimos relacionados a área laboral, como por exemplo a organização e qualidade do trabalho, além de ser uma ferramenta na qual a projeção aparece, proporcionando conhecimentos mais aprofundados que os inventários objetivos.

As avaliações, neste sentido, abrangeram três modalidades: a avaliação de policiais militares em situações de curso operacional de aperfeiçoamento e/ou especializado; bombeiros

militares em situação de curso especializado para técnicas de abordagens a tentativas de suicídio; policiais militares ou bombeiros militares em contextos de avaliação individual da capacidade laborativa para serviço ativo e/ou administrativo em circunstâncias gerais de trabalho ou conjunturas específicas de locais de atuação. Dessa forma, iremos contextualizar pontos que chamaram atenção em cada um desses processos e que particularizam cada uma das modalidades avaliativas.

Como forma de explicitar as peculiaridades de cada processo, e pensar nos resultados e na importância que a avaliação da personalidade pode ter no contexto da avaliação psicológica em segurança pública, serão abordados os critérios de uma das avaliações que foram realizadas num dos cursos especializados da Polícia Militar do Ceará, o curso do Comando Tático Rural (COTAR).

Como forma de estabelecimento do perfil a ser avaliado, foram definidas três tipologias de critérios a serem consideradas na avaliação psicológica: critérios gerais, critérios psicológicos e critérios excludentes.

Alguns **critérios gerais** observados foram: adaptação a situações de rusticidade; trabalho em dupla; capacidade de adaptação às atividades e rotinas do COTAR; flexibilidade de trabalhar em áreas urbanas e rurais; habilidade em disparos a longas distâncias. **Critérios psicológicos:** atenção concentrada média; boa capacidade de discriminação de estímulos; paciência; equilíbrio emocional; flexibilidade mental; iniciativa; raciocínio lógico médio; ansiedade reduzida; prontidão mental. **Critérios excludentes:** desorganização e descuido consigo ou com os objetos; problemas econômicos ou de relacionamento excessivos; religiosidade radical; dificuldade de conviver em ambientes rurais; narcisismo exacerbado.

De acordo com a avaliação, apresentaram-se muitas características de personalidade comuns entre os participantes, como agressividade, questões com a sexualidade, porém, geralmente bastante produtividade, força e vitalidade, defensividade inicial, ordem e método, além do fato de gostarem de desafios.

Nesse sentido, precisamos considerar e avaliar o contexto do curso, e as necessidades em cada uma das situações que serão cobradas dos candidatos futuramente, pois neste caso, terão que demonstrar bastante vitalidade e virilidade, serão cobrados no sentido de ir além do limite e demonstrar força e superação. Terão que exercer atividades mais especializadas concernentes à segurança pública, serão mais expostos a ambientes inóspitos e a agentes estressores. Tudo isso fala bastante sobre alguns demonstrativos que surgiram como resultados da avaliação, em aspectos da personalidade, que dizem respeito a características que

comumente serão demonstradas por profissionais de segurança pública, em situação de curso operacional.

Na avaliação de bombeiros militares em situação de curso especializado para técnicas de abordagens a tentativas de suicídio, os aspectos avaliados foram: Equilíbrio emocional, nível atencional, flexibilidade mental, resiliência e memória.

Foram definidos os seguintes níveis de parecer conclusivo:

1. O avaliado apresenta perfil para trabalhar com a demanda do suicídio.
2. O avaliado apresenta perfil para trabalhar com a demanda do suicídio com restrições relacionadas ao nível de atenção, que se revelou abaixo da média.
3. O avaliado não apresenta perfil para trabalhar com a demanda do suicídio.
4. O avaliado apresenta perfil para trabalhar com a demanda do suicídio, com restrições relacionadas ao nível de atenção, que se revelou abaixo da média e aspectos da personalidade.
5. O avaliado não apresenta perfil para trabalhar com a demanda do suicídio, devido ao nível de atenção, que se revelou muito abaixo da média.

Como resultados da avaliação para participação em curso especializado e para atuação posterior nessa categoria de ação do Corpo de Bombeiros Militar, foram obtidas as informações subsequentes:

Nove foram aprovados, com indicativos de atenção média superior ou superior, rendimento médio a alto, além de apresentarem indicativos em comum de boa adaptação a normas e regras, vitalidade e visão prática.

Nove foram aprovados com restrição – três com restrições de nível atencional, quatro com restrições de aspectos da personalidade, dois com restrições relacionadas a atenção e aspectos da personalidade. As restrições de personalidade em maior parte foram dificuldades com os limites, a rigidez, inflexibilidade, agressividade, impulsividade, no entanto com formas compensatórias, autocoerção excessiva, abalo para lidar com situações; instabilidade emocional; dificuldades nas relações; insegurança; emotividade; necessidade de gratificação imediata.

Seis não foram aprovados, quatro por restrições de atenção; um por restrição de aspectos da personalidade e um por restrição de aspectos tanto de atenção quanto de personalidade. Os aspectos da personalidade que mais apareceram nesse nível foram instabilidade, fantasias exacerbadas, labilidade emocional, frustração, impulsividade excessivas.

A partir do que foi mostrado na apresentação de dois exemplos de cursos, percebe-se o diferencial que a avaliação psicológica, composta por entrevistas e testes psicológicos, quando realizada da forma adequada, promove aos candidatos e a corporação como um todo.

Considerações Finais

As avaliações psicológicas são processos que possibilitam ao psicólogo avaliar a personalidade, além de aspectos cognitivos como atenção, memória, raciocínio lógico, dentre outros. Elas podem ser utilizadas em vários âmbitos, além de poderem ser aplicadas para diversos fins no mesmo âmbito, seja para avaliações individuais, quanto para avaliações institucionais.

O papel do psicólogo neste contexto é de extrema relevância, pois o mesmo, a partir de uma avaliação, tecerá considerações que poderão ser úteis aos avaliados, quando realizadas do modo adequado, mas também poderão ser bastante prejudiciais ao serem realizadas de forma inadequada.

No decorrer do artigo, foram relatadas algumas das possibilidades de aplicação destes métodos, quando direcionados ao público de policiais e bombeiros militares, que foram realizadas por duas das técnicas que atuam na Assessoria Biopsicossocial da SSPDS.

As avaliações psicológicas foram realizadas tendo como foco o contexto laboral, tanto no caso de avaliações de aptidão para desempenho de atividades, devido a adoecimentos e afastamentos psicológicos, mas também no caso de avaliação de equilíbrio emocional para a participação em cursos de aperfeiçoamento realizado em ambas as corporações.

Lembramos que, as avaliações foram todas realizadas com o intuito de preservar a vida dos agentes de segurança pública e da sociedade em geral, devido ao fato de que ambos são expostos a situações de estresse, portam armas de fogo, e que, dependendo da necessidade do trabalho, era necessário avaliar se os agentes estariam com condições de trabalharem ou de passarem por atividades e situações estressoras específicas.

Assim, entendemos que a avaliação psicológica, principalmente a de personalidade, a partir de técnicas projetivas combinadas com outros testes não projetivos, tendo como objeto de avaliação os agentes de segurança pública se prescreve como ferramenta relevante para estabelecimento de apreciação preventiva, tanto do risco de vida dos agentes e da sociedade em geral, quanto da predisposição a adoecimentos e desenvolvimento de transtornos psicológicos maiores em decorrência da atividade laboral e da exposição a riscos e fatores estressores do serviço ativo.

Referências

- Alves, I. C. B., & Esteves, C. (2004). *O Teste Palográfico na avaliação da personalidade*. São Paulo: Vetor.
- Cunha, J.A e colaboradores (2000). *Psicodiagnóstico –V*. (5ª ed. rev. ampl.) Porto Alegre: Artmed.
- Hutz, C.S. (2015). O que é avaliação psicológica – métodos, técnicas e testes. In: C.S. Hutz. *Psicometria*. (pp. 11-21). Porto Alegre: Artmed.
- Hutz, C.S. (2015). Questões éticas na avaliação psicológica. In: C.S. Hutz. *Psicometria*. (pp. 165 - 174). Porto Alegre: Artmed.
- Muniz, J. (1999). *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser. Cultura e cotidiano da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Iuperj.
- Noronha, A.P.P. (2002). Os problemas mais graves e mais frequentes no uso dos testes psicológicos. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 135-142.
- Portaria N°095/2007-GC (Publicada no BCG N° 089, de 06 de Janeiro de 2015) *Regularização de situação de Policiais Militares - Relativo ao Porte de Armas de Fogo*. Recuperado em 20 maio, 2018, de: http://www.casamil.ce.gov.br/images/PDF/Portarias_Estaduais/portaria_095_2007.pdf
- Reppold, C.T., & Gurgel, L.G. (2015). O papel do teste da avaliação psicológica. . In: C.S. Hutz. *Psicometria*. (pp. 147 – 164). Porto Alegre: Artmed.
- Resolução CFP N° 002/2003. Recuperado em 10 maio, 2018, de: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/03/formul%C3%A1rio-anexo-res-02-03.pdf>
- Resolução CFP N° 007/2003. Recuperado em 10 maio, 2018, de: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf.
- Santos, S.G. (2014). A entrevista em avaliação psicológica. *Revista Especialize On-line IPOG*, 8 , on line.
- Schultz, D.P. & Schultz, Y.E. (2011). *Teorias da personalidade*. São Paulo: Cengage Learnig, 2011.
- Tavares, M. (2010). Da ordem social da regulamentação da avaliação psicológica e do uso dos testes. In: Conselho Federal de Psicologia. *Avaliação Psicológica: Diretrizes na Regulamentação da Profissão*. Brasília: CFP. Recuperado em 05 abril, 2018, de: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/09/avaliacao_psicologica_web_30-08-10.pdf

Evidências de precisão e validade da escala de afetos positivos e negativos (PANAS) em adultos jovens

André Luiz de Carvalho Braule Pinto

Sonia Regina Pasian

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo

Resumo: O estudo dos processos emocionais tem ganhado destaque na literatura nacional e internacional em anos recentes, após superação de dificuldades metodológicas e instrumentais para sua avaliação sistemática. Sustentam-se diferentes perspectivas teóricas para tratar do tema, mas um dos focos busca informações relevantes sobre os afetos. Nessa perspectiva, a Escala de Afetos Positivos e Negativos (PANAS) tem sido utilizada, inclusive no Brasil, porém com reduzido número de pesquisas sobre suas evidências psicométricas em nossa realidade. O presente estudo objetivou examinar indicadores de precisão e de validade da PANAS em adultos jovens do Brasil, examinando 460 voluntários com idade entre 18 e 63 anos (média=29,6; DP=9,6), de ambos os sexos (325 mulheres; 70,7%), com escolaridade considerada alta, variando entre 10 e 27 anos de estudo (média=17,9; DP=3,6). A participação no estudo se deu por adesão a convite realizado por rede da internet, em uma plataforma digital, implicando em responder a uma bateria de instrumentos de avaliação psicológica, incluindo PANAS e Questionário sociodemográfico, foco desta comunicação científica. Os dados foram sistematizados conforme diretrizes técnicas da PANAS, incluindo análises descritivas, evidências de precisão (consistência interna por meio do *alpha* de *Cronbach*) e de validade de construto (análise fatorial confirmatória por meio de modelagem de equações estruturais – SEM, utilizando o estimador dos parâmetros *Maximun Likelihood ML*, por sua robustez indicada na literatura científica). Os resultados descritivos apontaram, em termos de afetos positivos, média de 30,3 pontos (DP=7,8) e, para afetos negativos, média de 24,6 pontos (DP=8,2), evidenciando predomínio de vivências emocionais consideradas positivas, compatível com o esperado para a faixa etária avaliada. Em termos psicométricos, a consistência interna da PANAS indicou excelente precisão tanto para afetos positivos, quanto para afetos negativos, com valor de *alpha* igual a 0,88 para ambos os fatores. Os resultados da análise fatorial confirmatória indicaram adequado ajuste do modelo de dois fatores [CFI = 0,8; TLI = 0,8; RMSEA = 0,08; SRMR = 0,07] para explicar os atuais achados, confirmando satisfatoriamente a estrutura original da escala PANAS, construída para examinar duas dimensões, os afetos positivos e os afetos negativos. Reitera-se, desse modo, a possibilidade de uso da PANAS para avaliar a afetividade em jovens adultos do Brasil.

Palavras-chave: Avaliação psicológica; Afetos; Jovens; Evidências psicométricas; PANAS.

Apoio: CAPES.

Introdução

A literatura científica relativa aos processos adaptativos dos indivíduos a seus contextos tem apontado clara influência da afetividade e da regulação emocional (Grecucci & Sanfey, 2014; Mitchell, 2011). Os achados empíricos desses citados estudos evidenciam que emoções desagradáveis se associam a baixa autoconfiança, maior aversão a riscos e hipervigilância. Por outro lado, emoções positivas e prazerosas vinculam-se a maiores níveis de autoconfiança, otimismo e cooperação entre indivíduos. Na medida em que predomina uma diretriz emocional (positiva ou negativa), o indivíduo tenderá a ser por ela influenciado em suas decisões, sendo relevante examinar os processos cotidianos de regulação dos afetos conduzidos nos mais variados contextos da vida.

É inegável que emoções fazem parte das experiências diárias e, conforme as situações, os indivíduos sentem a necessidade de regulá-las (Gross, 2014), favorecendo ou não sua adaptação aos diferentes contextos. A regulação emocional (RE) é um dos diversos fenômenos relacionados aos processos afetivos, compreendendo estratégias para modificar a influência das emoções sobre os comportamentos. Tem, portanto, valor adaptativo para os indivíduos, com impacto sobre cognições, qualidade de vida e eventuais psicopatologias (Suchy, 2011).

Ao circunscrever esse amplo espectro de variáveis ao campo dos estudos na área dos afetos, nota-se consistentemente que duas dimensões costumam emergir das diferentes medidas utilizadas, uma relacionada a maior energia, vitalidade e disposição (Afetos Positivos, AP) e outra relacionada a letargia e indisposição (Afetos Negativos, AN). Na tentativa de operacionalizar o exame dessas dimensões, vários instrumentos avaliativos foram desenvolvidos. Com o objetivo de superar dificuldades psicométricas das escalas até então apresentadas, Watson, Clark e Tellegen (1988) construíram a Escala de Afetos Positivos e Negativos (*Positive and Negative Affective Scales – PANAS*). Ficou composta por 20 itens, correspondendo a adjetivos relacionados a estados de humor, sendo 10 relativos a afetos positivos e 10 a afetos negativos. Seu estudo original demonstrou que se tratava de estratégia válida e precisa para avaliação de estados afetivos (aspecto mais transitório) e também de traços (aspectos mais estáveis), com positivos indicadores de estabilidade temporal e valor preditivo para sintomas psicopatológicos (Watson & Walker, 1996).

A PANAS rapidamente foi adotada em investigações científicas relativas a afetos, sendo validada inicialmente em adultos jovens (Watson et al., 1988; Watson & Walker, 1996). Foi posteriormente modificada para uma versão reduzida aplicada em idosos, adolescentes e crianças (Kercher, 1992; Melvin & Molloy, 2000), a qual foi revista para aplicação em estudos internacionais (Thompson, 2007). Posteriormente, os autores originais expandiram o instrumento, criando uma versão ampliada, com 60 itens, para abarcar maior diversidade de estados afetivos, chamando-a de PANAS X (Watson & Clark, 1999).

Pesquisas com diversos grupos de participantes, de diferentes faixas etárias, demonstraram que as propriedades da PANAS permaneciam invariantes. Assim, a estrutura fatorial mostrava duas dimensões independentes, com baixíssimas correlações entre si (Mackinnon et al., 1999). Entretanto, estudos posteriores questionaram a aceitabilidade da estrutura fatorial originalmente proposta. Exemplo disso é o trabalho de Melvin e Molloy, (2000). Utilizaram a PANAS em 237 adolescentes australianos com idade entre 12 e 18 anos e realizaram análise fatorial confirmatória (AFC) dos resultados, encontrando modelo de dois fatores, porém com índices não satisfatórios de ajuste global.

Com a mesma preocupação técnica, Kercher (1992) havia estudado as propriedades psicométricas da sua versão reduzida da PANAS, apontando a existência de covariância dos erros de alguns dos itens da escala. Ou seja, alguns itens eram tão semelhantes entre si que geravam erros além do esperado, o que poderia explicar divergências nos achados dos estudos com AFC. O mesmo tipo de resultados foi reportado por Mackinnon et al. (1999). Entretanto, algumas críticas foram feitas ao método utilizado por estes autores para selecionarem os itens para suas versões reduzidas, que levou em conta as cargas fatoriais mais altas, o que justamente aumentou as chances de covariância entre os erros dos itens.

Na tentativa de responder a esse tipo de crítica e verificar se a estrutura fatorial da PANAS seria confirmada por modelos de análise de dados mais robustos, diversos pesquisadores recorreram a Análise Fatorial Confirmatória (Crawford & Henry, 2004; Galinha, Pereira & Esteves, 2013; Tuccitto, Giacobbi & Leite, 2010), devido suas vantagens sobre procedimentos exploratórios (Keith, Caemmerer & Reynolds, 2016), principalmente por estarem atrelados a uma teoria para estimação de modelos mais adequados. Desse modo, Crawford e Henry (2004) aplicaram a PANAS em 1003 adultos do Reino Unido, com idade entre 17 e 91 anos (Média=42,9; DP=15,7), utilizando AFC para testar diversos modelos explicativos sobre os achados. Encontraram, como resultado, uma estrutura com dois fatores, porém com correlações entre os erros dos itens, sugerindo parcimônia para interpretação dos dados.

Outro elemento técnico relativo a PANAS foi testado por Terracciano, McCrae e Costa (2003), focalizando a análise dos métodos de estimação dos parâmetros da AFC. Esses autores notaram que, para a verificação da estrutura latente da PANAS, os trabalhos publicados tinham utilizado diversos métodos, a saber: máxima verossimilhança (*maximun likelihood-ML*), *generalized least squares (GLS)*, *unweighted least squares (ULS)*, o que poderia explicar as divergências encontradas nos resultados das pesquisas. Apesar disso, ainda não está claro quais os métodos mais adequados para cada situação específica. Porém, estes pesquisadores destacaram a necessidade de estudos de AFC da PANAS voltados à comparação entre os diferentes métodos para sua estimação.

No Brasil, a PANAS foi inicialmente estudada por Giacomoni e Hutz (1997). Esse estudo serviu de base para a construção e validação de nova escala de afetos positivos e negativos, conhecida como Escala de Afetos – EA (Zanon, Bastianello, Pacico & Hutz, 2013). Posteriormente também foi criada escala de avaliação de afetos positivos e negativos (EA) para adolescentes e crianças do Brasil (Segabinazi et al., 2012). Nessas pesquisas com PANAS e da

EA foi possível identificar forte correlação entre seus achados, reforçando sua utilidade para exame dos afetos.

Em trabalho posterior, Carvalho et al. (2013) examinaram a estrutura fatorial da PANAS no Brasil por meio de técnica que utiliza procedimentos exploratórios e modelagem de equações estruturais (*exploratory structural equation modeling* - ESEM). Recolheram dados de 3.728 indivíduos das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, com idade variando entre 17 e 75 anos (média=39,4; DP=15,5). Os achados corroboraram a estrutura de dois fatores proposta pelos autores originais da PANAS, apesar de terem aplicado essa escala em formato de entrevista face-a-face e não da forma padronizada (autorrelato).

Diante do exposto, é possível afirmar, que embora os estudos exploratórios reportem adequadamente uma estrutura de dois fatores para a PANAS, em seu conjunto, os estudos confirmatórios ainda lançam dúvidas sobre a adequação dessa solução bifatorial. Além disso, os estudos realizados com a PANAS no Brasil apresentaram resultados de análises exploratórias, mas não confirmatórias. Desta forma o presente trabalho teve como objetivo verificar, por procedimentos de Análise Fatorial Confirmatória (AFC), utilizando o método de *máxima verossimilhança* (ML), a estrutura fatorial da PANAS em jovens adultos do Brasil. Procurou-se, assim, examinar indicadores de validade e de precisão da PANAS em nosso contexto sócio cultural.

Método

Participantes

A participação no estudo se deu por adesão a convite realizado por rede da internet, em uma plataforma digital, implicando em responder a uma bateria de instrumentos de avaliação psicológica, incluindo PANAS e Questionário sociodemográfico, foco desta comunicação científica. Não houve restrição adicional aos participantes, a não ser explícita concordância com a mesma e idade superior a 18 anos. A caracterização geral da amostra estudada pode ser vista na Tabela 1.

Tabela 1. Caracterização socioeconômica e demográfica da amostra (n=460) em função do sexo dos participantes.

Variáveis	Total (n = 460)		Feminino (n = 325)		Masculino (n = 135)	
	Média	DP	DP	Média	Média	DP
Idade	29,61	9,64	29,42	9,92	30,1	8,97
Escolaridade*	17,94	3,68	18,16	3,56	17,38	3,92
Classe Econômica (somatória pontos)	33,92	11,47	33,73	11,53	34,38	11,35
Classe Econômica	<i>f</i>	<i>%</i>	<i>f</i>	<i>%</i>	<i>f</i>	<i>%</i>
Não informada	2	0,4	2	0,6	-	-
A	81	17,6	56	17,2	25	18,5
B1	83	18,0	62	19,1	21	15,6
B2	135	29,3	93	28,6	42	31,1
C1	80	17,4	52	16,0	28	20,7
C2	64	13,9	46	14,2	18	13,3
D-E	15	3,3	14	4,3	1	0,7
Estado Civil	<i>f</i>	<i>%</i>	<i>f</i>	<i>%</i>	<i>f</i>	<i>%</i>
Casado	96	20,9	71	21,8	25	18,5
Divorciado/Separado	21	4,6	14	4,3	7	5,2
Solteiro	295	64,1	207	63,7	88	65,2
União Estável	41	8,9	27	8,3	14	10,4
Viúvo	3	0,7	3	0,9	-	-
Outros	4	0,9	3	0,9	1	0,7

*Expressa em anos de estudo.

Neste trabalho foram, portanto, considerados os achados obtidos com 460 voluntários com idade entre 18 e 63 anos (média=29,6; DP=9,6), de ambos os sexos (325 mulheres=70,7%; 135 homens=29,3%), com escolaridade considerada alta, variando entre 10 e 27 anos de estudo (média=17,9; DP=3,6), equivalente a nível superior completo e/ou pós-graduação. Trata-se de amostra de conveniência, com escolaridade elevada, envolvendo adultos jovens e, em sua maioria, mulheres.

Em termos de distribuição dos participantes pelas regiões do Brasil, tem-se: 263 voluntários da região Norte (57,2%), 130 da região Sudeste (28,2%), 33 da região Nordeste (7,2%), 23 da região Sul (5,0%) e 11 da região Centro-Oeste (2,4%). Embora não tenha sido possível ter um número elevado de participantes em todas as regiões, essa diversidade demonstra o potencial que a pesquisa online pode ter diante da amplitude do território nacional. Desse modo, a atual amostra com 460 voluntários pode ser considerada suficiente para embasar as análises pretendidas no atual trabalho.

Instrumentos

Frente aos objetivos propostos para esse trabalho, foi necessário recorrer aos seguintes materiais para coleta de dados:

a) *Questionário Sociodemográfico e Escala Critério de Classificação Econômica Brasil* (ABEP, 2016): permite caracterizar a amostra quanto a idade, sexo, situação econômica. O Critério de Classificação Econômica Brasil tem por objetivo estimar o poder aquisitivo dos participantes. A classificação é feita a partir de níveis (A, B1, B2, C1, C2, D-E), sendo que o nível A corresponde ao mais elevado padrão econômico e o nível E o mais baixo padrão econômico, definido a partir da pontuação total no instrumento.

b) *Escala de Afetos Positivos e Afetos Negativos (PANAS)*: foi proposta por Watson et al. (1988) como método de investigação de vivências afetivas, a partir do relato de intensidade e frequência de emoções positivas ou negativas. É uma escala de autorrelato, composta por 20 itens, com respostas em formato do tipo *likert*, variando entre os pontos 1 “nem um pouco” a 5 “extremamente”. O respondente deve ler uma série de adjetivos relacionados a emoções e definir o quanto sente as emoções descritas. A escala foi adaptada para o uso no Brasil por Giacomoni e Hutz (1997) e posteriormente refinada e normatizada por Zanon e Hutz (2014).

Procedimentos

A presente pesquisa foi examinada e aprovada por um Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, constituindo parte de um projeto maior relacionado ao estudo da relação entre afetos, personalidade e tomada de decisão. A divulgação e convite para participação se deu por divulgação em listas de e-mail e mídias sociais (*Facebook*), em que foi disponibilizado um *link* para plataforma online, onde constavam o TCLE e os instrumentos que constituem este estudo.

Os dados foram sistematizados conforme diretrizes técnicas da PANAS, apurando-se os achados relativos a Afetos Positivos e Afetos Negativos. Esses achados foram inicialmente analisados em termos descritivos, em conjunto com informações demográficas, caracterizando a amostra estudada. Para tanto, buscou-se auxílio da ferramenta estatística *Statistical Package for Social Sciences* (IBM SPSS, versão 22.0). A distribuição dos resultados da PANAS na amostra foram examinadas, em termos comparativos das médias (teste *t* de *Student*, $p \leq 0,05$) dos afetos positivos e afetos negativos em função do sexo.

Após as análises descritivas e comparativas, foram examinadas as evidências de precisão (consistência interna por meio do *alpha* de *Cronbach*) e de validade de construto. Após

serem verificados os pressupostos de normalidade multivariada dos dados, foi realizada análise fatorial confirmatória (AFC) por meio de modelagem de equações estruturais – SEM, utilizando o estimador de máxima verossimilhança (ML) a partir do programa computacional R (versão 3.5) e o pacote Lavaan, desenvolvido para realizar este tipo de análise (Rosseel, 2012). Os índices de ajuste observados nessa AFC foram o *Root Mean-Square Error of Approximaion* (RMSEA), o *Comparative Fit Index* (CFI), o *Tucker-Lewis index* (TLI) e o *Standardized Root Mean Square Residual* (SRMR), considerando como parâmetros adequados as sugestões de Hu e Bentler (1999) e DiStefano (2016).

Resultados e Discussão

Cabe inicialmente destacar que a amostra deste estudo ficou composta predominantemente por mulheres, de forma que a comparação da estrutura fatorial da PANAS em função do sexo não foi possível. O estudo normativo originalmente apresentado, no entanto, também não havia demonstrado diferenças estatisticamente significativas nos resultados referentes aos afetos positivos e afetos negativos entre homens e mulheres (Watson et al., 1988).

Os resultados da PANAS podem ser visualizados, em termos descritivos, na Tabela 2. Foram organizados em função do sexo e na amostra total presentemente avaliada, respeitando-se o total de pontos em afetos positivos e em afetos negativos. Contempla também a comparação estatística das médias (teste *t* de *Student*, $p \leq 0,05$) dos afetos positivos e negativos em função do sexo.

Tabela 2. Resultados descritivos da PANAS e comparação desta em função do sexo dos participantes.

Variáveis	Total		Feminino		Masculino		<i>t</i>	<i>p</i>	<i>d</i>
	<i>(n = 460)</i>		<i>(n = 325)</i>		<i>(n = 135)</i>				
PANAS	<i>Média</i>	<i>DP</i>	<i>DP</i>	<i>Média</i>	<i>Média</i>	<i>DP</i>			
Afetos Positivos	30,26	7,79	29,80	7,85	31,37	7,55	-1,97	0,05	0,20
Afetos Negativos	24,57	8,23	24,76	8,37	24,11	7,91	0,769	0,44	0,08

Os resultados do grupo total demonstraram mais afetos positivos do que afetos negativos, tendência que permaneceu nos subgrupos em função do sexo. A literatura tem demonstrado que afetos positivos estão usualmente relacionados a comportamentos mais dinâmicos, bem-estar subjetivo, sensações agradáveis, de energia e vitalidade. Já os afetos negativos se associam a sensações de insegurança, ansiedade, depressão, falta de ânimo e indisposição. Pode-se, dessa forma, inferir que se trata de um grupo com relativa vitalidade e disposição, assim como referiram adequado nível de bem-estar subjetivo.

A literatura científica sobre processamento emocional aponta variações marcantes entre homens e mulheres com relação à experiência de suas vivências afetivas (Gardener, Carr, MacGregor, & Felmingham, 2013; Nolen-Hoeksema & Aldao, 2011). Dessa forma, foi conduzida análise estatística para avaliar possíveis diferenças entre as médias nestes subgrupos (teste *t* de *Student*, $p \leq 0,05$), acompanhada pelo cálculo do tamanho do efeito (*d* de *Cohen*). Os resultados também podem ser observados na Tabela 1. Houve diferenças estatisticamente significativas em função do sexo, sendo que homens reportaram mais afetos positivos que as mulheres, embora com tamanho de efeito pequeno. Para os afetos negativos, não foi observada diferença estatisticamente significativa em função do sexo.

Cabe destacar que a literatura científica sobre a PANAS contempla resultados divergentes com relação a diferenças de sexo nas vivências afetivas. No artigo original da PANAS, Watson et al. (1988) não encontraram qualquer diferença estatisticamente significativa em função do sexo. Apesar disso, os autores sugeriram novas pesquisas nessa direção, visto que identificaram forte correlação entre afetos positivos e o sexo dos participantes (Watson & Walker, 1996).

Ao estudarem a estrutura fatorial da PANAS, Crawford e Henry (2004) observaram evidências que sustentam diferenças significativas em função do sexo, porém, no tocante aos itens do instrumento. Ou seja, as especificidades de resposta apareceram em razão da forma como mulheres e homens responderam aos itens (funcionamento diferencial do item). O presente estudo, portanto, acompanha esses achados que reportaram diferenças em função do sexo, com homens apresentando resultados mais elevados que mulheres em afetos positivos. No entanto, novas análises precisam ser realizadas para verificar se os resultados se devem a diferenças reais nos níveis de afetos, em função do sexo, ou se derivam da forma como os indivíduos respondem ao instrumento.

De qualquer forma, a PANAS é largamente utilizada como instrumento de mensuração de afetos em duas dimensões, com 10 itens avaliando afetos positivos (AP) e outros 10 avaliando afetos negativos (AN). A partir dos achados da aplicação da PANAS no conjunto de 460 adultos presentemente avaliados foi possível testar esse modelo explicativo a partir de sua Análise Fatorial Confirmatória (AFC). A solução fatorial encontrada para a PANAS, a partir dos atuais achados empíricos, pode ser sintetizada na Tabela 3 que traz os itens da escala e suas respectivas cargas fatoriais.

Tabela 1. Cargas fatoriais dos itens da PANAS a partir da análise fatorial confirmatória com solução de dois fatores.

Itens	Afetos	
	Negativos	Positivos
01. Aflito	0,628	
03. Amedrontado	0,590	
04. Angustiado	0,709	
11. Humilhado	0,540	
12. Incomodado	0,727	
13. Inquieto	0,673	
15. irritado	0,676	
16. Nervoso	0,788	
18. Perturbado	0,755	
19. Rancoroso	0,457	
02. Amável		0,412
05. Animado		0,715
06. Apaixonado		0,266
07. Determinado		0,751
08. Dinâmico		0,732
09. Entusiasmado		0,851
10. Forte		0,655
14. Inspirado		0,742
17. Orgulhoso		0,405
20. Vigoroso		0,671

A análise fatorial confirmatória realizada apontou que a solução de dois fatores consegue explicar adequadamente os resultados obtidos com a amostra avaliada. Contudo, nenhum dos índices de ajuste do modelo bifatorial da PANAS mostrou-se plenamente adequado [$\chi^2(169)=729,327$; $p<0,001$; GFI =0,86; CFI =0,87; RMSEA=0,085; $p<0,001$; (CI 90%=0,079 – 0,091); TLI=0,85; SRMR=0,071], embora possam ser considerados próximos do que a literatura entende como aceitável. Apesar da PANAS ser referida em diversos estudos internacionais (Gray & Watson, 2007), seus índices, na presente AFC, tanto absolutos (SRMR, RMSEA) quanto comparativos (TLI e CFI), mostraram-se marginais aos recomendados, segundo os critérios adotados pela literatura internacional (DiStefano, 2016; Hu & Bentler, 1999).

Ao retomar estudos acerca da estrutura fatorial da PANAS, Tuccitto, Giacobbi e Leite (2010) encontraram diversos questionamentos sobre a estrutura de dois fatores originalmente proposta. Apontaram uma relação negativa moderada entre afetos positivos (AP) e afetos negativos (AN), como também foi possível identificar nos atuais achados ($r = - 0,47$). Isso

implica que a presença de afetos, tanto positivos, quanto negativos, interfere em suas manifestações, não sendo, portanto, independentes.

Outra questão importante diz respeito às cargas cruzadas dos itens, tendo alguns deles representação importante em AP quanto em AN. Este fenômeno foi observado em estudo realizado por Carvalho et al. (2013). Eles avaliaram as propriedades psicométricas da PANAS a partir de dados em amostra das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, com idades variando entre 17 e 75 anos (média de 39,38; DP = 15.52), considerada pelos autores como representativa da comunidade (n=3.728). Por meio de técnica exploratória (*Exploratory Structural Equation Modeling* – ESEM) os autores encontraram muitos itens da PANAS com cargas fatoriais em ambos os fatores, tornando difícil interpretar adequadamente os resultados. No entanto, a conclusão final dos autores reafirmou a possibilidade dessa escala encontrar informações válidas sobre os afetos positivos e os afetos negativos, apesar dos limites técnicos da solução bifatorial para os dados.

Outra questão que pode explicar o motivo do modelo geral não se mostrar plenamente adequado é a suposta independência dos dois fatores da PANAS proposta pelos autores originais (Watson et al., 1988). Ao discutir essa questão, com dados obtidos na Itália, Terracciano et al. (2003) sugeriram que a categorização entre AP e AN pode ser um artifício não condizente com a realidade do fenômeno estudado. A pressuposição de relação entre diversos itens da PANAS (enquanto expressões emocionais) pode gerar cargas cruzadas entre os itens de seus fatores componentes (AP e AN). Nos atuais achados também foi possível observar correlação negativa entre os fatores ($r = - 0,47$), o que pode, em parte, explicar os parciais índices globais de ajuste do modelo bifatorial da PANAS.

Com relação aos indicadores de precisão da PANAS, tanto para afetos positivos, quanto para afetos negativos, os resultados para o *alpha* de Cronbach foram 0,88. Dessa forma, pode-se inferir que, do ponto de vista da consistência interna, a PANAS apresenta excelente indicador de sua fidedignidade, tendo congruência entre os itens que a compõe conforme os padrões preconizados na literatura nacional e internacional (Nunnally & Bernstein, 1978; Pasquali, 2017).

Considerações Finais

De maneira geral, o objetivo deste trabalho voltou-se à análise psicométrica (evidências de validade e de precisão) da Escala de afetos positivos e negativos, PANAS, em adultos jovens. Os estudos brasileiros da PANAS, até o presente, referiam uso de técnicas exploratórias para compreensão da estrutura fatorial dessa escala, de modo que, no presente trabalho, recorreu-se

a Análise Fatorial Confirmatória (AFC). Observou-se que a estrutura, embora se organize bem em um modelo de dois fatores, demonstrou indicadores considerados marginais pelos especialistas em AFC. Isso pode indicar que os itens que compõem a escala podem ser revistos para favorecer melhoria dos indicadores de ajuste do modelo explicativo bifatorial para os achados com a PANAS.

Apesar disso, indicadores de consistência interna demonstraram que a PANAS mantém-se precisa. Mostrou-se, desse modo, instrumento útil e confiável sobre presença de afetos positivos e afetos negativos em adultos jovens do Brasil, apresentando-se como fonte de informação sobre suas vivências afetivas.

Referências

- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. (2013). *Critério Brasil 2015*. Recuperado de <http://www.abep.org/download>
- Carvalho, H. W. de, Andreoli, S. B., Lara, D. R., Patrick, C. J., Quintana, M. I., Bressan, R. A., & Jorge, M. R. (2013). Structural validity and reliability of the Positive and Negative Affect Schedule (PANAS): Evidence from a large Brazilian community sample. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 35(2), 169–172. <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2012-0957>
- Crawford, J. R., & Henry, J. D. (2004). The Positive and Negative Affect Schedule (PANAS): Construct validity, measurement properties and normative data in a large non-clinical sample. *British Journal of Clinical Psychology*, 43(3), 245–265. <https://doi.org/10.1348/0144665031752934>
- DiStefano, C. (2016). Examining fit with structural equation models. In K. Schweizer & C. DiStefano (Eds.), *Principles and methods of test construction: Standards and recent advancements*. Göttingen, Germany: Hogrefe Publishers.
- Galinha, I. C., Pereira, C. R., & Esteves, F. G. (2013). Confirmatory factor analysis and temporal invariance of the Positive and Negative Affect Schedule (PANAS). *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(4), 671–679. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000400007>
- Gardener, E. K. T., Carr, A. R., MacGregor, A., & Felmingham, K. L. (2013). Sex Differences and Emotion Regulation: An Event-Related Potential Study. *PLoS ONE*, 8(10), e73475. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0073475>
- Giacomoni, C. H., & Hutz, C. S. (1997). A mensuração do bem-estar subjetivo: escala de afeto positivo e negativo e escala de satisfação de vida [Resumos]. In *Sociedade Interamericana de Psicologia (Org.), Anais XXVI Congresso Interamericano de Psicologia* (p. 313).
- Gray, E. K., & Watson, D. (2007). Assessing positive and negative affect via self-report. In J.

- A. Coan & J. J. B. Allen (Eds.), *Handbook of emotion elicitation and assessment* (pp. 171–183). New York: Oxford University Press New York, NY.
- Grecucci, A., & Sanfey, A. G. (2014). Emotion regulation and decision making. In J. J. Gross (Ed.), *Handbook of emotion regulation* (2nd ed., pp. 140–153). New York: Guilford Press.
- Gross, J. J. (2014). *Handbook of emotion regulation*. (J. J. Gross, Ed.) (2nd ed.). New York: Guilford publications.
- Hu, L., & Bentler, P. M. (1999). Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, 6(1), 1–55. <https://doi.org/10.1080/10705519909540118>
- Keith, T. Z., Caemmerer, J. M., & Reynolds, M. R. (2016). Comparison of methods for factor extraction for cognitive test-like data: Which overfactor, which underfactor? *Intelligence*, 54, 37–54. <https://doi.org/10.1016/j.intell.2015.11.003>
- Kercher, K. (1992). Assessing Subjective Well-Being in the Old-Old: The PANAS as a Measure of Orthogonal Dimensions of Positive and Negative Affect. *Research on Aging*, 14(2), 131–168. <https://doi.org/10.1177/0164027592142001>
- Mackinnon, A., Jorm, A. F., Christensen, H., Korten, A. E., Jacomb, P. A., & Rodgers, B. (1999). A short form of the Positive and Negative Affect Schedule: evaluation of factorial validity and invariance across demographic variables in a community sample. *Personality and Individual Differences*, 27(3), 405–416. [https://doi.org/10.1016/S0191-8869\(98\)00251-7](https://doi.org/10.1016/S0191-8869(98)00251-7)
- Melvin, G. A., & Molloy, G. N. (2000). Some psychometric properties of the Positive and Negative Affect Schedule among Australian youth. *Psychological Reports*, 86(3 Pt 2), 1209–1212. <https://doi.org/10.2466/pr0.2000.86.3c.1209>
- Mitchell, D. G. V. (2011). The nexus between decision making and emotion regulation: A review of convergent neurocognitive substrates. *Behavioural Brain Research*, 217(1), 215–231. <https://doi.org/10.1016/j.bbr.2010.10.030>
- Nolen-Hoeksema, S., & Aldao, A. (2011). Gender and age differences in emotion regulation strategies and their relationship to depressive symptoms. *Personality and Individual Differences*, 51(6), 704–708. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2011.06.012>
- Nunnally, J. C., & Bernstein, I. H. (1978). *Psychometric theory*. (J. C. Nunnally & I. H. Bernstein, Eds.) (3rd ed.). McGraw-Hill New York.
- Pasquali, L. (2017). *Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação* (4th ed.). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

- Rosseel, Y. (2012). lavaan: An R Package for Structural Equation Modeling. *Journal of Statistical Software*, 48(2). <https://doi.org/10.18637/jss.v048.i02>
- Segabinazi, J. D., Zortea, M., Zanon, C., Bandeira, D. R., Giacomoni, C. H., & Hutz, C. S. (2012). Escala de Afetos Positivos e Negativos para Adolescentes: Adaptação, normatização e evidências de validade. *Avaliação Psicológica*, 11(1), 1–12. Recuperado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=335027499002>
- Suchy, Y. (2011). *Clinical neuropsychology of emotion*. London: Guilford Press.
- Terracciano, A., McCrae, R. R., & Costa, Paul T., J. (2003). Factorial and Construct Validity of the Italian Positive and Negative Affect Schedule (PANAS). *European Journal of Psychological Assessment*, 19(2), 131–141. <https://doi.org/10.1027//1015-5759.19.2.131>
- Thompson, E. R. (2007). Development and Validation of an Internationally Reliable Short-Form of the Positive and Negative Affect Schedule (PANAS). *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 38(2), 227–242. <https://doi.org/10.1177/0022022106297301>
- Tuccitto, D. E., Giacobbi, P. R., & Leite, W. L. (2010). The Internal Structure of Positive and Negative Affect: A Confirmatory Factor Analysis of the PANAS. *Educational and Psychological Measurement*, 70(1), 125–141. <https://doi.org/10.1177/0013164409344522>
- Watson, D., & Clark, L. A. (1999). The PANAS-X: Manual for the Positive and Negative Affect Schedule - Expanded Form. *Iowa Research Online*, 277(6), 1–27. Recuperado de http://ir.uiowa.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1011&context=psychology_pubs
- Watson, D., & Walker, L. M. (1996). The long-term stability and predictive validity of trait measures of affect. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70(3), 567–577. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.70.3.567>
- Watson, D., Clark, L. A., & Tellegen, A. (1988). Development and validation of brief measures of positive and negative affect: the PANAS scales. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54(6), 1063–1070. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.54.6.1063>
- Zanon, C., & Hutz, C. S. (2014). Escala de Afetos Positivos e Afetos Negativos (PANAS). In C. S. Hutz (Ed.), *Avaliação em psicologia positiva*. Porto Alegre: Artmed.
- Zanon, C., Bastianello, M. R., Pacico, J. C., & Hutz, C. S. (2013). Desenvolvimento e validação de uma escala de afetos positivos e negativos. *Psico-USF*, 18(2), 193–202. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pusf/v18n2/v18n2a03.pdf>

Estudo sobre o processo de resiliência de jovens intercambistas por meio do procedimento de Desenho-estória com Tema

*Paula Silva Nogueira
Adriana Leonidas de Oliveira*
Universidade de Taubaté

Resumo: Nos programas de mobilidade acadêmica, mudanças psicológicas e sociais constituem desafios para o jovem, que podem ser vistas como fatores de risco no intercâmbio e precisam ser enfrentados para manutenção do bem-estar. A resiliência pode ser compreendida como o conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilita o enfrentamento da adversidade, gerando possibilidade de superação. O objetivo geral da presente pesquisa foi analisar o processo de resiliência de jovens intercambistas e a influência da resiliência para a adaptação do jovem no exterior. Foi realizada uma pesquisa exploratória, de campo, com abordagem qualitativa com uma amostra de 10 jovens, de ambos os sexos. Foram aplicados três instrumentos: Escala de Resiliência, Procedimento de Desenho-Estória com Tema e Entrevista. Pode-se constatar que a mobilidade acadêmica internacional é cada vez mais procurada pelos jovens universitários na atualidade para ampliação da visão de mundo e vivência de experiências importantes para seu processo de formação acadêmica. Trata-se de uma experiência que traz importantes desafios para os jovens, sendo os principais o idioma, a saudade da família, o preconceito e a adaptação às metodologias utilizadas nas faculdades no exterior. Os principais fatores de proteção identificados foram os de natureza individuais, tais como a determinação, o foco, a fé e a paciência. Os amigos, fatores de proteção social, também foram decisivos para o processo de enfrentamento das dificuldades. Concluiu-se sobre a importância da resiliência para a vivência bem sucedida da experiência e que o campo se abre para a possibilidade de atuação do psicólogo, uma vez que este pode contribuir para construção de um processo de mobilidade internacional que vise a atenção integral à saúde do jovem.

Palavras-chave: Mobilidade Acadêmica; Resiliência; Jovem Intercambista; Desenho-Estória com tema.

Introdução

De acordo com Sebben (2007) o intercâmbio cultural é o contato entre povos diferentes, e intercambista é considerada toda pessoa que vive uma experiência intercultural independente do objetivo da viagem. Ainda de acordo com Sebben (2007) qualquer experiência internacional que permita o contato direto com outra cultura pode ser considerada intercâmbio cultural.

Com isso, a possibilidade de vivenciar algo novo, diferente da própria realidade, enfrentar desafios, tomar decisões e sair do conforto familiar, que são grandes questões encontradas por quem toma a decisão de fazer um intercâmbio cultural, acaba por se tornar um momento rico no processo de desenvolvimento humano (Diehl, 2012). Um termo que caracteriza bastante esse fenômeno psicossocial do indivíduo é a resiliência.

A resiliência pode ser entendida como o conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que permitem o enfrentamento das adversidades, provocando a possibilidade de superação (Rutter, 1987 apud Pesce et al., 2004).

Revisão de Literatura

Resiliência

Resiliência é um termo advindo das ciências exatas, mas que vem sendo utilizado também na Psicologia. Para a ciência exata, resiliência significa a “propriedade que alguns corpos têm de retornar à forma original após terem sido submetidos a uma deformação” (Houaiss, p. 675, 2010). Ou seja, de acordo com Yunes (2003), resiliência se refere à capacidade de um material absorver energia sem sofrer alguma deformação.

Originário das Ciências Físicas, a utilização do conceito de resiliência no campo das Ciências da Saúde se inicia na década de 70 (Souza & Cerveny, 2006).

A Resiliência é um conceito que tem sido explorado e aplicado nas mais diversas áreas que envolvem o ser humano e seu ambiente de relacionamento, de acordo com o momento histórico, a necessidade e o interesse de quem estuda e pesquisa o assunto (Souza & Cerveny, 2006).

Tavares (2001 apud Pinheiro, 2004) discute a origem do termo sob três pontos de vista: o físico, o médico e o psicológico. No primeiro, a resiliência é a qualidade de resistência de um material ao choque, à tensão, à pressão, a qual lhe permite voltar, sempre que é forçado ou violentado, à sua forma ou posição inicial - por exemplo, uma barra de ferro, uma mola, elástico etc. No segundo, a resiliência seria a capacidade de um sujeito resistir a uma doença, a uma infecção, a uma intervenção, por si próprio ou com a ajuda de medicamentos. E, no terceiro, a resiliência também é uma capacidade de as pessoas, individualmente ou em grupo, resistirem a situações adversas sem perder o seu equilíbrio inicial, isto é, a capacidade de se acomodar e reequilibrar constantemente.

Segundo Pinheiro (2004), a Psicologia vem tentando entender e discutir o termo resiliência, comumente definido como a capacidade de o indivíduo, ou a família, enfrentar as adversidades, ser transformado por elas, mas conseguir superá-las.

A resiliência caracteriza-se pela capacidade de um determinado sujeito ou grupo passar por uma situação adversa, conseguir superá-la e sair dela fortalecido. Pessoas tidas como resilientes apresentam características básicas como: autoestima positiva, habilidades de dar e receberem relações humanas, disciplina, responsabilidade, receptividade, interesse, tolerância ao sofrimento e muitas outras (Barreira & Nakamura, 2006).

É importante salientar que a resiliência não pode ser considerada um escudo protetor, que fará com que nenhum problema atinja essa pessoa, tornando-a rígida e resistente a todas as adversidades. Não existe uma pessoa que é resiliente, mas sim a que está resiliente. Esse é um processo dinâmico, e as influências do ambiente e do indivíduo relacionam-se de maneira

recíproca, fazendo com que o indivíduo identifique qual a melhor atitude a ser tomada em determinado contexto (Pinheiro, 2004; Assis, Pesce & Avanci, 2006).

Na literatura, encontramos que resiliência é um processo psicológico que se desenvolve ao longo da vida e está relacionada aos fatores de proteção e fatores de risco (Pinheiro, 2004). Contudo, para Pesce et al. (2004), a resiliência está mais relacionada aos fatores de proteção do que com os fatores de risco. Outros autores indicam que a resiliência se dá a partir da combinação entre o acúmulo dos fatores de risco e proteção, com isso é necessário compreender as ações dos fatores de proteção para mensurar a resiliência (Trombeta & Guzzo, 2002).

A resiliência, afirmam Mota et al. (2006) envolve fatores de proteção e de risco. Os fatores de proteção são aspectos que modificam e melhoram a resposta de uma pessoa diante de uma situação de perigo. Relações parentais satisfatórias, disponibilidade de fontes de apoio social, autoimagem positiva, crença ou religião, etc.

Os fatores de proteção, segundo Rutter (1987), têm como funções: reduzir o impacto dos riscos; reduzir as reações negativas em cadeia; estabelecer e manter a autoestima e autoeficácia; criar oportunidades de reverter os efeitos do estresse.

De acordo com os estudos de Pesce et al. (2004), as situações consideradas de risco na vida do indivíduo, são vistas como obstáculos individuais ou do ambiente que possibilitam o aumento da vulnerabilidade do sujeito colaborando para a ocorrência de resultados negativos em seu decorrer. Ainda de acordo com o autor citado acima, o fator de risco se mostra como um evento estressor para um indivíduo de acordo com a percepção, interpretação e o sentido demonstrado no confronto com uma situação.

Fator de risco ou mecanismo de risco é qualquer característica ou qualidade da pessoa que eleva o prejuízo na saúde (Grunspum, 2008). Os fatores de risco são variáveis que aumentam a probabilidade de desadaptação do sujeito diante de uma situação de perigo (Sapienza & Pedromônico, 2005).

Segundo Pesce et al. (2004) devemos tomar cuidado ao denominar um evento como de risco, uma vez que percepção do indivíduo influencia nessa concepção, isto é, o que um indivíduo considera ser um fator de risco, não necessariamente será também para o outro. Pesce et al. (2004) consideram como fatores de risco as condições de pobreza, rupturas na família, vivências de algum tipo de violência, experiências de doença no próprio indivíduo ou em sua família, perdas importantes, deficiência física, entre outros. Porém, alguns indivíduos são mais vulneráveis que outros aos efeitos que estes fatores produzem.

Pessoas resilientes demonstram características básicas como: autoestima positiva, habilidades de dar e receber em relações humanas, disciplina, responsabilidade, receptividade, interesse, tolerância ao sofrimento e muitas outras (Barreira & Nakamura, 2006).

Mobilidade Acadêmica

De acordo com Bassi (1997), a globalização é um fenômeno de integração mundial que vem possibilitando intensas mudanças nos setores de comunicação, economia, finanças e nos negócios. Esse acontecimento está afetando indivíduos, empresas e nações, por sua amplitude e velocidade, por alterar os fundamentos sobre os quais se organizou a economia mundial nas últimas cinco décadas.

Costa et al. (2005) afirmam que nos dias atuais a facilidade no alcance de informações, principalmente no meio acadêmico, ultrapassa fronteiras e aproxima muito os meios nacionais e internacionais. Ainda de acordo com Costa et al. (2005) a produção e a disseminação do conhecimento e informações na Universidade devem ser voltadas para a educação com foco na formação profissional, de alta qualidade, em diferentes áreas do conhecimento de modo que atenda às necessidades do setor produtivo e da comunidade.

Segundo o dicionário Aurélio, intercâmbio significa troca, permuta e/ou relações de comércio ou culturais entre nações temporariamente. De acordo com Andrade (1998) o intercâmbio é:

Um tipo de turismo externo, uma vez que se pode classificar como um conjunto de atividades turísticas realizadas por cidadãos em que ultrapassam ou viajam além do território do país de sua residência em direção a um ou mais países receptivos, onde, temporariamente, consomem bens e serviços no atendimento de suas necessidades (Andrade, 1998, p. 34).

De acordo com Sebben (2007), o intercâmbio cultural é o contato entre povos diferentes, e intercambista é considerada toda pessoa que vive uma experiência intercultural independente do objetivo da viagem. Ainda de acordo com Sebben (2007) qualquer experiência internacional que permita o contato direto com outra cultura pode ser considerada intercâmbio cultural.

Para Braz (2015), com o deslocamento humano, encontram-se vários grupos de pessoas, sendo eles: turistas, representantes de governos, pesquisadores, estudantes, militares, homens/mulheres de negócios e os migrantes propriamente ditos – aqueles que buscam espaço para uma nova inserção social.

De acordo com Guimarães (2015), a mobilidade acadêmica existe nas Universidades desde a Idade Média, quando foram criadas as primeiras escolas europeias, que eram chamadas de Universitas, que tinham professores e alunos de diversas regiões e países.

A partir de estudos de Stallivieri (2004), estudantes se deslocavam de diferentes lugares (países) para tratar de questões do conhecimento, o que ajudava a glória e a honra da Universidade. A internacionalização do conhecimento era de extremo valor aos poucos que tinham acesso ao Ensino Superior na época. Considerando Guimarães (2015), a Europa é bastante conhecida por seu potencial educacional, vista como o berço das melhores universidades do mundo, possui um papel significativo no desenvolvimento da consciência internacional no meio acadêmico.

Segundo a Unesco (2016):

A mobilidade estudantil implica em um período de estudo, ensino e/ou pesquisa em outro país que não o de residência do estudante ou pesquisador, com duração limitada e previsão do retorno do estudante ou pesquisador ao seu país de origem após a conclusão do período designado (Unesco, 2016).

Desta forma, de acordo com Pagani (2016), diversos programas de mobilidade acadêmica, que presumem o estabelecimento de uniões entre as universidades, têm também sido criados e inovados pelas universidades brasileiras. Ainda segundo a autora, todo programa que prevê o envio de um estudante ou pesquisador ao exterior é denominado pelas instituições brasileiras de mobilidade estudantil internacional (MEI).

A mobilidade acadêmica está ligada às migrações de integrantes da comunidade acadêmica, como os discentes de ensino superior, que pode ocorrer dentro de uma mesma instituição ou entre diferentes instituições de ensino superior (Braz, 2015).

Segundo Castro e Cabral Neto (2012), a mobilidade acadêmica envolve uma série de processos e atua no sistema produtivo e no dia-a-dia das pessoas, como no sistema de transporte, gestão dos espaços, interações espaciais. Não é apenas o deslocamento, mas também a mudança que o processo causa no meio social e cultural.

Guimarães (2015) afirma que o turismo em geral e também o de intercâmbio é algo positivo para os países receptores, uma vez que influencia diretamente na economia local, gerando empregos, movimentando o comércio e outros segmentos econômicos além da troca cultural.

Ainda de acordo com Guimarães (2015), o intercâmbio é uma experiência turística cultural e educacional, que possibilita a vivência com pessoas de diferentes locais do mundo, com cultura e costumes diferentes.

Finuras (2011) afirma que a globalização traz como consequência uma aproximação entre diferentes sociedades, culturas e valores. Dá a oportunidade de conhecer estilos de vida diferentes, compreender as razões das diferenças e acima de tudo, nos dias atuais, vivenciar outras culturas e modos de vida.

Para Guimarães (2015), a aproximação entre instituições de diferentes partes do mundo possibilita o estímulo e o desenvolvimento de novas formas de aprendizagem e de produzir, gerenciar e ampliar o conhecimento. O que vem acontecendo também, é essa percepção fora das instituições de ensino, em que as famílias começaram a valorizar experiências como essa e se mobilizam para proporcionar aos filhos a oportunidade de estudar no exterior ou até mesmo ter contato com estrangeiros para o aprendizado da língua.

As experiências de mobilidade estudantil internacional impactam em uma questão complexa: a língua estrangeira. A língua, seu aprendizado e/ou aperfeiçoamento, é, ao mesmo tempo, um grande motivador para a participação dos estudantes em programas de mobilidade acadêmica internacional (Ramos, 2009), porém, de acordo com Braz (2015) para um determinado perfil de estudantes, o idioma é um grande obstáculo. Sendo assim, a falta de domínio da língua do país de destino pode dificultar a inserção estudantil em alguns programas de mobilidade internacional, sendo que de acordo com Oliveira e Freitas (2017), é uma das principais dificuldades vivenciadas durante a experiência do intercâmbio.

Considerando Braz (2015), a mobilidade estudantil coloca o indivíduo em um novo contexto, um novo lugar, e essa mudança espacial é capaz de provocar efeitos no aspecto acadêmico, propondo-lhe novas relações, novos aprendizados, enfim, um novo olhar sobre sua relação com o mundo e seu processo de formação para a vida, em especial no âmbito profissional. Dessa maneira, a mobilidade estudantil é uma vivência que pode construir aprendizagens diferenciadas, favorecendo o profissional em um mundo que está fundamentado na competição.

Atualmente, a internacionalização da educação superior nos indica as variadas possibilidades de se desenvolver a cooperação entre universidades, como a colaboração científica, tecnológica ou cultural, as equipes conjuntas de pesquisa, os diplomas compartilhados, o acolhimento mútuo de alunos na graduação e na pós-graduação, e a mobilidade de docentes, indicando que o processo de internacionalização de Instituições de Educação Superior compreende um conjunto amplo de políticas, estratégias, ações e atores (Oliveira & Freitas, 2016).

Considerando os estudos de Oliveira e Freitas (2016), os programas de mobilidade acadêmica apresentam uma grande contribuição acadêmica internacional que vêm sendo

implementadas mundialmente para efetivação e fortalecimento do processo de internacionalização do ensino superior. Mesmo não sendo uma novidade, a mobilidade acadêmica tem sido uma categoria de estudo muito relevante neste início de século devido à intensidade com que tem se manifestado (Unesco, 1998, 2009).

Método

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, de campo, com abordagem qualitativa.

Participantes

Foram coletadas informações de 10 jovens que vivenciaram o intercâmbio nos últimos dois anos. Os critérios para inclusão na amostra foram: ter idade entre 18 e 35 anos, ter realizado o intercâmbio pelo menos nos últimos dois anos e com duração de mais de três meses. A amostra foi composta por acessibilidade e por meio da técnica de amostragem bola de neve.

Instrumentos

Os instrumentos utilizados foram: (1) Escala de Resiliência, instrumento que foi criado por Wagnild e Young, em 1993, e é utilizado para medir resiliência e níveis de adaptação psicossocial positiva em face de eventos da vida importantes. A escala de resiliência na cultura brasileira foi adaptada por Pesce et al. (2005); (2) O Desenho-Estória com Tema (D-E/T), que foi elaborado por Walter Trinca, em 1972, e trata de “[...] uma técnica de investigação de personalidade que emprega, basicamente, desenhos livres associados a histórias, no contexto do diagnóstico psicológico” (Cunha, 2000, p.428). Nesta técnica, o examinador, antes de examinando começar a desenhar, propõe um tema. Após o término do desenho, é pedido que o examinando conte uma história associada livremente ao desenho (Cunha, 2000). Na presente pesquisa foi dada ao participante a seguinte instrução: “Desenhe um jovem intercambista no seu dia-a-dia”. Após o desenho, será solicitado: “Conte uma história sobre o desenho que você fez e dê um título para sua história”; (3) Por fim, uma Entrevista semiestruturada.

A escala de resiliência foi analisada conforme instruções do instrumento. A escala de resiliência contém 25 itens com respostas que variam de 1 ponto (discordo totalmente) a 7 pontos (concordo totalmente). Os escores da escala variam, portanto, de 25 a 175 pontos, com valores altos indicando resiliência elevada (Pesce et al., 2005). Foi feita a soma dos pontos de cada indivíduo a fim de se identificar seu escore. Quanto maior o escore alcançado, maior o nível de resiliência apresentado pelo indivíduo.

Para o procedimento de análise dos Desenhos-estórias com Tema foi utilizada a proposta sistêmica de análise do Desenho-Estória baseada no referencial proposto por Godoy e Oliveira (2016). Segundo o referencial de Análise Sistêmica do Desenho-estória nove categorias foram analisadas: Atitudes Básicas, Figuras Significativas, Sentimentos Expressos, Necessidades e desejos, Contexto Familiar, Estrutura Familiar, Dinâmica Familiar e Valores Familiares.

Análise dos dados

Para análise das entrevistas semiestruturadas foram utilizadas as técnicas qualitativas do método de análise de conteúdo.

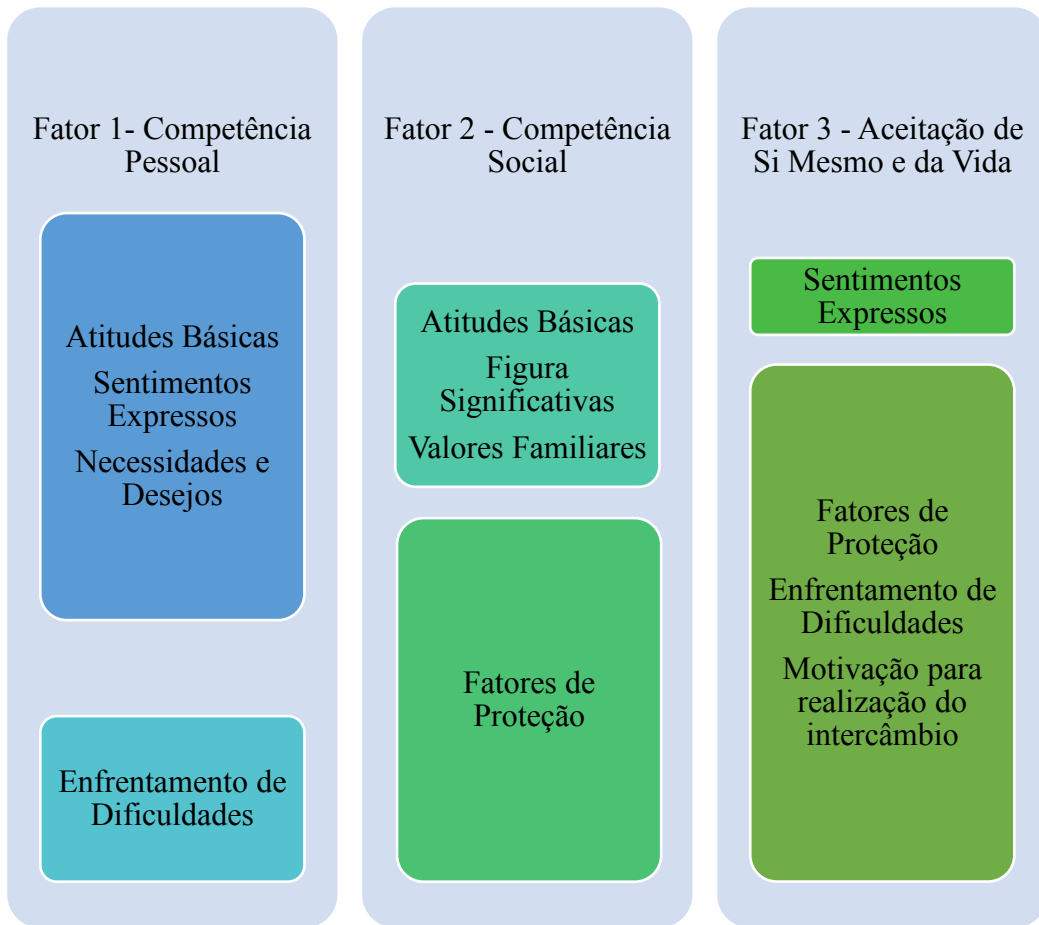
Posteriormente foi feita a triangulação dos dados obtidos por meio dos três instrumentos, a fim de se analisar em que medida melhores índices de resiliência contribuem para um processo mais bem sucedido de enfrentamento dos desafios ou riscos enfrentados pelos jovens no programa de intercâmbio.

Resultados e Discussão

Os três instrumentos aplicados nesta pesquisa forneceram uma grande quantidade de dados acerca dos desafios e enfrentamentos durante a experiência de mobilidade acadêmica internacional.

Os dados obtidos nos três instrumentos: Escala de Resiliência, Desenho-estória com Tema e Entrevista Semiestruturada, estão agrupados na Figura 1 por padrão de similaridade, sendo que os números 1, 2 e 3 correspondem aos aspectos da Escala. Logo abaixo da indicação do fator, o primeiro grupo de informações corresponde aos critérios de análise do Desenho-estória e o segundo grupo de informações corresponde às categorias da Entrevista.

Figura 1 - Relação dos dados obtidos nos três instrumentos de coleta de dados



Fonte: Dados da pesquisa de campo

Na primeira coluna da Figura, podemos observar que o aspecto1, que indica competência pessoal, associam-se aos critérios do Desenho-Estória de atitudes básicas, sentimentos expressos, necessidades e desejos; e a categoria Enfretamento de Dificuldades da Entrevista, pois considerou-se que estes constructos apresentavam características da competência pessoal dos participantes.

O primeiro aspecto, na análise da Escala de Resiliência, mostrou que os participantes tendem a ter alta competência pessoal. Este fato pode ser comprovado nos resultados encontrados no Desenho-Estória com Tema e na entrevista. Dessa maneira, podemos dizer que as atitudes de aceitação consigo mesmo e com o ambiente, apresentadas pelos participantes, bem como os sentimentos de alegria, tristeza e solidão, suas necessidades de construção, realização e aquisição, combinados com as formas de enfrentamento dos momentos difíceis, podem ser a combinação de fatores necessários para o fortalecimento e desenvolvimento da resiliência nestes indivíduos.

Segundo Vasconcellos e Ribeiro (2010), a resiliência desenvolve-se no indivíduo a partir de seu autoconceito, ou seja, se a pessoa possui um autoconceito positivo é provável que ela seja resiliente. Com isso, podemos observar que, de acordo com os resultados obtidos, apesar das dificuldades encontradas no processo de mobilidade acadêmica, os participantes possuem um autoconceito positivo, o que, por sua vez, ajuda no incremento de suas Competências Pessoais.

Bedani (2008) propõe que cada indivíduo atribui a cada situação que vivencia condições e riscos, devido à sua vida subjetiva, que é única de cada um. Portanto, é a vida interna de cada indivíduo que determinará se ele se adaptará ou não a uma situação. Logo, podemos considerar que a resiliência está relacionada com a individualidade de cada pessoa. Portanto, características individuais têm grande importância no desenvolvimento da resiliência no ser humano.

Posto isso, a competência pessoal tem grande importância na resiliência de cada indivíduo. Contudo, os seres humanos, sendo seres biopsicossociais, adquirem várias características que se relacionam também com as interações sociais.

O segundo aspecto, na análise da Escala de Resiliência, apontou que os participantes tendem a ter alta competência social. Desta forma, é possível inferir que as atitudes de aceitação consigo mesmo e com o ambiente, figuras significativas, valores familiares e motivações para a realização do intercâmbio, colaboram na compreensão desta competência social dos participantes. Elas fazem parte da análise do Desenho-Estória e da Entrevista que estão relacionadas à Competência Social do indivíduo, pois o intercâmbio é um processo em que as relações se estabelecem de forma positiva ou negativa. Isso está diretamente relacionado com a maneira como o indivíduo estabelece suas relações. É a partir das relações que o intercâmbio pode se tornar motivador ou não para os estudantes.

Segundo Rutter (2013), os seres humanos são seres sociais, dessa maneira pode-se esperar que os compromissos com os relacionamentos sociais sejam de proteção.

As relações podem funcionar como fator de proteção, como exposto algumas vezes ao longo desta pesquisa. De acordo com Brooks (1994 apud Pesce et al., 2004) e Emery e Forehand (1996), os fatores relacionados ao apoio do meio ambiente, como o relacionamento com amigos e colegas, e pessoas que assumem um papel de referência segura, são vistos como fatores de proteção aos indivíduos. Logo, se considerarmos que a resiliência é uma combinação de fatores de proteção e fatores de risco, podemos dizer que as relações são um componente de grande importância na constituição da resiliência dos participantes.

O terceiro aspecto demonstra que os participantes tendem a apresentar alta aceitação de si mesmo e da vida. Com isso, podemos dizer que os sentimentos expressos, os fatores de

proteção, o enfrentamento das dificuldades e a motivação para a realização do intercâmbio, corroboram para a compreensão desta aceitação de si e da vida que eles apresentaram na Escala de Resiliência, no Desenho-Estória e na Entrevista.

Segundo Souza e Cerveny (2006) os seres humanos não formam sua resiliência apenas recebendo influências positivas e negativas, mas ele deve possuir uma atuação efetiva em seu ambiente. Na presente pesquisa, algumas características apontadas pelos participantes na entrevista dentro das várias categorias, neste contexto, foram a determinação, o foco, não desistir, mesmo passando por dificuldades, acreditar neles mesmos.

A resiliência, de acordo com Bedani (2008), é relacionada com o momento de vida em que a pessoa se encontra, a maneira como ela lida com sua vida e suas características individuais.

Dito isso, a resiliência tem sua contribuição no processo de mobilidade, uma vez que mesmo tendo as dificuldades, os estudantes conseguem enfrentá-las de maneira individual.

Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo geral analisar o processo de resiliência de jovens intercambistas e a influência da resiliência para a adaptação do jovem no exterior. Acredita-se que o objetivo foi alcançado, pois a Escala de Resiliência mostrou que os participantes têm nível médio de resiliência nos três fatores, apontados como necessários para possuir esta característica.

Em relação à influência da resiliência no processo de adaptação do jovem no exterior foi possível identificar nas entrevistas e no desenho-estória que durante o processo de mobilidade acadêmica os estudantes passaram por muitas dificuldades, com isso esses jovens precisaram de estratégias que os ajudassem a enfrentar as dificuldades e superá-las. Essas estratégias foram principalmente fazer amigos, aproveitar as oportunidades e estudar com foco em seus objetivos pessoais. Tais estratégias estão relacionadas aos fatores de proteção presentes na vida dos jovens.

Sendo assim, podemos concluir que as estratégias citadas na entrevista semiestruturada complementam a compreensão do que foi apresentado na Escala de Resiliência, haja vista que as formas de adaptação englobam os três fatores nela explorados: Competência Pessoal, Competência Social e Aceitação de Si mesmo e da Vida.

A partir de todo, podemos concluir que o trabalho foi de grande importância para conhecermos melhor todos esses processos pelos quais um intercambista passa, quais são suas motivações, quais são os desafios encontrados e o que os ajudaram a enfrentar tais dificuldades,

uma vez que se encontram longe de sua família, longe de sua cultura, amigos e da zona de conforto. Com isso, observamos que alguns intercambistas gostariam de ter tido um suporte antes de realizar o intercâmbio, já que se mostraram ansiosos ou inseguros no período de preparação da mobilidade acadêmica. Dessa maneira o campo se abre para a possibilidade de atuação do psicólogo, pois este poderá contribuir para construção de um processo de mobilidade acadêmica internacional que vise à atenção integral à saúde do jovem e para a manutenção de sua qualidade de vida em outro país.

Referências

- Andrade, J. V. (1998). *Turismo: fundamentos e dimensões*. São Paulo: Editora Ática.
- Assis, S. G., Pesce, R. P., & Avanci, J. Q. (2006). *Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes*. Porto Alegre: Artmed.
- Barreira, D. D. & Nakamura, A. P. (2006). Resiliência e a auto-eficácia percebida: Articulação entre conceitos. *Aletheia*, 23. 75-80.
- Bassi, E. (1997). *Globalização de negócios: construindo estratégias competitivas*. São Paulo: Cultura.
- Bedani, E. R. (2008). *Resiliência em gestão de pessoas: um estudo a partir da aplicação do “questionário do índice de resiliência: adultos” em gestores de uma organização de grande porte*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Administrativas da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, SP, Brasil.
- Braz, R. L. (2015). *O programa ANDIFES de mobilidade acadêmica: uma mobilidade estudantil no sistema federal de ensino superior brasileiro*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Castro, A. A., & Cabral, A. (2012). O ensino Superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. *Revista Lusófona de Educação*. 21 69-96.
- Costa, A. M., Siqueira, A. L., Benetti, K., Dalmau, M. B. L., & Pereira, M. F. (2005). A Participação em Programas de Intercâmbio como Alternativa Complementar de Formação: Contribuições do Programa Escala ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. *In Anais do V Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária em América do Sul*. Mar del Plata.
- Cunha, J. A. (2000). *Psicodiagnóstico-V*. (5a ed.) Revisada e ampliada. Porto Alegre: Artmed.
- Diehl, T. B. (2012). *Mais Do Que Um Tour E Estudo Do Idioma: Intercâmbio Cultural Como Processo De Aprendizagem*. Dissertação Mestrado. Escola Superior de Teologia. São

- Leopoldo – RS, Brasil. Recuperado a partir de http://dspace.est.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/BR-SIFE/358/diehl_tb_tm257.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- Emery, R. E., & Forehand, R. (1996). Parental divorce and children's well-being: A focus on resilience. In: R. J. Haggerty et al. (Orgs.), *Stress, risk and resilience. Children and adolescents. Processes, mechanisms and interventions*. Cambridge: Cambridge University Press, 64-100.
- Finuras, P. (2011). *Gestão Intercultural*. Lisboa: Silabo.
- Godoy, M, M. C. & Oliveira, A. L. (2016). Uma Proposta De Análise Sistemática Do Procedimento Desenho-Estória Com Tema. In: *Anais da 46a. Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia*. 1, 443-443, Fortaleza, CE, Brasil.
- Guimarães, S. R. E. F. (2015). *Mobilidade Acadêmica Internacional: Estudo de caso em Instituições Públicas de Ensino Superior Tecnológico*. Dissertação Mestrado, Universidade de Taubaté, Taubaté, SP.
- Grunspum, H. A (2008). Criança Resiliente – Resiliência e Vulnerabilidade na Criança. In: F. B. Assumpção Júnior & E. Kuczynski (Org.) *Situações Psicossociais na Infância e na Adolescência*. São Paulo: Atheneu.
- Houaiss, A. (2010). *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (4a ed. rev. e aumentada). Rio de Janeiro: Objetiva.
- Mota, D. C. G. A., Benevides-Pereira, A. M. T., Gomes, M. L. & Araújo, S. M. (2006). Estresse e resiliência em doença de chagas. *Aletheia*, 24, 57-68.
- Oliveira, A. L., & Freitas, M. E. (2016). Motivações Para Mobilidade Acadêmica Internacional: A Visão de Alunos e Professores Universitários. *Educação em Revista*, 32 (03), 217-246.
- _____. (2017). Relações interculturais na vida universitária: experiências de mobilidade internacional de docentes e discentes. *Revista Brasileira de Educação*, 22 (70), 774-801.
- Pagani, R. N. (2016). *Modelo de transferência de conhecimento e tecnologia entre universidades parceiras na mobilidade acadêmica internacional*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, PR, Brasil.
- Pesce, R. P, Assis, S. G., Santos, N. & Oliveira, R. V. C. (2004). Risco e proteção: Um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20 (2), 135-143.
- Pesce, S, et al. (2005). Adaptação transcultural, confiabilidade e validade da escala de resiliência. *Caderno de Saúde Pública*, 21 (2) 436-448.
- Pinheiro, D. P. N. (2004) A resiliência em discussão. *Psicologia em Estudo*, 9 (1), 67-75.

- Ramos, V. C. C. (2009). *Perfil e motivações dos estudantes participantes do “Programa de mobilidade discente internacional para a graduação” da UFMG*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Rozemberg, L. et al. (2014). Resiliência, gênero e família na adolescência. *Ciência&Saúde Coletiva*, 19 (3), 637-684. Recuperado a partir de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n3/1413-8123-csc-19-03-00673.pdf>
- Rutter, M. (2013). Annual Research Review: Resilience – clinical implications. *The Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 54 (4), 474-487.
- _____. (1987). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Orthopsychiatric Association*, 57 (3), 316-331.
- Sapienza, G. & Pedromônico, M. R. M. (2005). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo*, 10 (2), 209-216.
- Savoia, M. G. (1999). Escalas de eventos vitais e de estratégias de enfrentamento (*Coping*). *Revista de Psiquiatria Clínica*, 26 (2), 57-56. Recuperado a partir de [http://hcnet.usp.br/ipq/revista/vol26/n2/artigo\(57\).htm](http://hcnet.usp.br/ipq/revista/vol26/n2/artigo(57).htm).
- Sebben, A. (2007). *Intercâmbio Cultural – para entender e se apaixonar*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Souza, M. T. S. & Cervený, C. M. O. (2006). Resiliência Psicológica: Revisão da Literatura e Análise da Produção Científica. *Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology*, 40 (1) 119-126.
- Stallivieri, L. (2004). *Estratégias de internacionalização das Universidades Brasileiras*. Caxias do Sul: Educs.
- Trombeta, L. H. A. & Guzzo, R. S. (2002). *Enfrentando o cotidiano adverso: Estudo sobre resiliência em adolescentes*. Campinas: Alínea.
- UNESCO (2016). *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Global Flow of Tertiary-Level Students*. Recuperado a partir de <Http://www.uis.unesco.org/Pages/default.aspx/>.
- _____. (1998). *Conferência Mundial sobre o Ensino Superior: Tendências de Educação Superior para o Século XXI*. Paris. Recuperado A partir de www.unesco.org/education/educprogr/wche.htm/.
- _____. (2009). *Conferencia Mundial sobre La Educación Superior-2009: La nuevadinâmica de La educación superior y La investigación para el cambio social y El desarrollo: comunicado*. Paris. Recuperado a partir de www.unesco.org/education/WCHE2009/comunicado_es.pdf.

Vasconcellos, A. C. G. D. & Ribeiro, M. A. (2010). *Resiliência: um estudo sobre famílias com portadores de paraplegia*. Curitiba: Juruá.

Yunes, M. A. M. (2003). Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. *Psicologia em Estudo*, 8, 75-84.

Regulação emocional em jovens adultos: existem diferenças em função do sexo?

André Luiz de Carvalho Braule Pinto

Sonia Regina Pasian

Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo

Resumo: Emoções são componentes importantes da experiência diária, ocupando lugar central nas relações sociais, devendo ser equilibradas para facilitar a adaptação dos indivíduos aos diferentes contextos de vida. Diversas são as estratégias reconhecidas na literatura científica para regulação emocional, com destaque para processos de evitação, mudança da própria situação, uso da distração, reavaliação dos pensamentos sobre a situação, supressão emocional, com hipótese de especificidades no processamento emocional em homens e mulheres. Com base nisso, este estudo objetivou descrever e comparar estratégias de regulação emocional de jovens adultos em função do sexo. Foram avaliados 284 voluntários de 18 a 59 anos, com idade média de 29,8 anos (DP=9,3), de ambos os sexos (148 mulheres; 52,1%), com escolaridade variando de 10 a 25 anos de estudo (média=17,7 anos; DP=3,4), ou seja, um grupo de elevado nível de escolaridade. O convite à pesquisa deu-se por meio eletrônico constituindo-se, então, essa amostra de conveniência. Os voluntários responderam *online* a Questionário Sociodemográfico e ao Questionário de Regulação Emocional (ERQ), que avalia dois processos distintos: supressão emocional e reavaliação cognitiva, foco desse estudo. Os dados descritivos do ERQ apontaram os seguintes resultados médios: a) sexo feminino=30,7 pontos (DP=6,9) em reavaliação cognitiva e 14,6 pontos (DP=5,1) em supressão emocional; b) sexo masculino=29,9 pontos (DP=7,1) em reavaliação cognitiva e 16,3 pontos (DP=5,3) em supressão emocional. A análise de variância desses resultados (ANOVA *one way*, $p \leq 0,05$) indicou diferenças estatisticamente significativas apenas no uso da estratégia de supressão emocional (maior nos homens), mas não em processos de reavaliação cognitiva. Os resultados com esse grupo de jovens adultos reafirmaram achados disponíveis na literatura científica, apontando que homens tendem a suprimir sua experiência emocional mais que mulheres, porém sem diferenças estatisticamente significativas nos processos de reavaliação cognitiva das situações. O uso continuado de supressão afetiva pode ter repercussões na saúde mental e física dos indivíduos, podendo caracterizar fator de risco, sobretudo no grupo masculino. Implicações práticas destes achados podem ser consideradas para compreensão e cuidados em saúde mental com jovens adultos, de modo a favorecer seu pleno desenvolvimento. (CAPES)
Palavras-chave: Regulação emocional; Afetos; Avaliação psicológica; Sexo; Jovens adultos.

Introdução

É inegável que emoções fazem parte das experiências diárias e, conforme as situações, os indivíduos sentem a necessidade de regulá-las (Gross, 2014), favorecendo ou não sua adaptação aos diferentes contextos. A regulação emocional (RE) é um dos diversos fenômenos relacionados aos processos afetivos, compreendendo estratégias para modificar a influência das emoções sobre os comportamentos. Tem, portanto, valor adaptativo para os indivíduos, com impacto sobre cognições, qualidade de vida e eventuais psicopatologias (Suchy, 2011).

Ao explanar os modelos teóricos sobre RE, Gross (2013) aponta a existência de um consenso sobre as estratégias de regulação emocional. Dentro de sua perspectiva, existem pelo menos cinco grandes classes de estratégias de regulação emocional: a) seleção das situações;

b) modificação das situações; c) mudança atencional; d) mudança cognitiva; e) modulação das respostas emocionais. Estas estratégias podem ser classificadas quanto ao momento de sua implementação no processo emocional. Assim, podem ser usadas antes, durante ou após a situação emocionalmente carregada.

Estratégias que visam evitar o surgimento de emoções focam no início do processo afetivo. Assim, a seleção de situações atua como forma de evitar momentos potencialmente difíceis para o indivíduo. Por exemplo, se há desconforto em meio a multidões, o indivíduo pode selecionar situações em que não lide com muitas pessoas. Às vezes, o sujeito já se encontra na situação, dessa forma, ele pode implementar ações que modifiquem a mesma. Exemplo disso seria, em uma discussão emocionalmente difícil, a pessoa falar de tal forma a não permitir espaço para o outro. Quando não é possível evitar ou modificar a situação, uma terceira possibilidade seria a implementação de recursos da atenção, mais especificamente os processos de desatenção. Por exemplo, colocar o foco da atenção no celular quando outra pessoa está passando uma bronca (Gross, 2014).

Estratégias que visam mudar a experiência emocional quando ela já está em curso, enquadram-se nas duas últimas classes de regulação emocional. Uma possibilidade é a mudança cognitiva, ou seja, o indivíduo busca reinterpretar a situação, de modo a produzir um novo impacto na experiência emocional. Exemplo disso seria, ao se sentir chateado por uma bronca dos pais, o adolescente pensar que essa bronca foi dada para o seu bem. Por fim, às vezes, não há possibilidades de utilização de outras estratégias para regular os sentimentos, de modo que pode restar ao indivíduo suprimir ou reprimir suas emoções. Isso é exemplificado quando um indivíduo tenta não demonstrar suas emoções (Gross, 2014).

Há diversidade técnica disponível na literatura científica da área para se examinar RE, encontrando-se instrumentos baseados em desempenho (performance) e em autorrelato, com ricos achados. Destaca-se, no entanto, a *Emotional Regulation Questionary* (ERQ), elaborada por Gross & John (2003). Trata-se de escala avaliativa de duas dimensões das estratégias de RE, a saber: mudança cognitiva (reavaliação cognitiva) e modulação das respostas emocionais (supressão). A reavaliação cognitiva visa modificar a forma como a pessoa percebe a situação, geralmente com o objetivo de diminuir emoções negativas (Gross & John, 2003b). A supressão tem por objetivo retirar uma experiência emocional em curso, com ampla variedade de estratégias, como exercício físico, alimentação, entre outros (Gross & John, 2003b). A ERQ tem colecionado positivas evidências de validade e fidedignidade em diversos contextos culturais (John & Eng, 2014). Foi traduzida para o português do Brasil por Boian, Soares e Lima (2009), porém sem apresentação dos procedimentos de adaptação cultural do instrumento.

Uma das questões mais importantes que tem sido discutida na literatura acerca dos processos afetivos tem sido a existência de diferenças quanto ao uso e implementação de estratégias de regulação em função da cultura e do sexo dos indivíduos (Kwon, Yoon, Joormann & Kwon, 2013; Mcrae, Ochsner, Mauss, Gabrieli & Gross, 2008). As evidências atuais sugerem que há relativa diferença entre o uso que homens e mulheres fazem das estratégias de supressão emocional, mas não para o uso de reavaliação cognitiva (Gross & John, 2003b; Matsumoto, Yoo, & Nakagawa, 2008). Nesse sentido, no estudo de validação da ERQ, Gross e John (2003b) identificaram que homens tendiam a reportar mais utilização de supressão emocional do que mulheres, tendo a diferença entre eles médio tamanho de efeito (d de Cohen = 0,47). Posteriormente, ao revisar estudos com a utilização da ERQ em diversas culturas como Estados Unidos, Alemanha, Itália e Japão, o mesmo padrão de utilização da supressão emocional emergiu (John & Eng, 2014). Assim, os achados são sugestivos de que, independentemente da cultura, há tendência de homens utilizarem mais estratégias de supressão das emoções do que mulheres.

A utilização de diferentes estratégias de regulação emocional no cotidiano pode ter repercussões para a saúde física e mental dos indivíduos. Gross e Jazaieri (2014) sugerem que falhas na aplicação de estratégias de regulação emocional ou mesmo a desregulação emocional estão presentes em diversos transtornos psíquicos, gerando alterações na intensidade, duração, frequência ou tipo de emoção vivenciada. Além disso, a utilização de estratégias de reavaliação das emoções não parece produzir efeitos colaterais adversos na vida. Já o uso recorrente de supressão emocional tende a trazer alterações na frequência cardíaca, pressão arterial e bem-estar subjetivo, experiências de inautenticidade e custos para as relações sociais dos indivíduos, existindo relatos associados de menos apoio social, distanciamento afetivo e baixa satisfação com a vida (Gross, 2002; Gross & John, 2003b; John & Gross, 2004; Srivastava, Tamir, John & Gross, 2014).

No contexto do Brasil, Batistoni, Ordonez, Silva, Nascimento e Cachioni (2013) realizaram estudo acerca das propriedades psicométricas da ERQ com 153 idosos. Nesse trabalho a escala apresentou estrutura fatorial idêntica à proposta pelos autores originais (Gross & John, 2003). As duas dimensões (Reavaliação Cognitiva e Supressão Emocional) identificadas nesse estudo explicaram, juntas, 50,1% da variância encontrada nos resultados. A consistência interna encontrada foi satisfatória (Escore Total: $\alpha = 0,73$; Reavaliação Cognitiva: $\alpha = 0,74$; Supressão Emocional: $\alpha = 0,69$). Além disso, os achados mostraram-se estáveis no tempo a partir do método do teste-reteste ($r=0,70$). Os pesquisadores reportaram que o uso de reavaliação cognitiva esteve associado a melhor avaliação da saúde geral dos idosos, reforçando

a ideia de que a utilização de diferentes estratégias de regulação emocional tem consequências na vida dos indivíduos a longo prazo. No entanto, os autores não chegaram a investigar eventuais diferenças em função do sexo.

Reconhecido o impacto das emoções e de sua regulação sobre o comportamento humano e sua adaptação aos contextos de vida, poucas evidências empíricas a respeito da Escala de Regulação Emocional (ERQ, Gross & John, 2003a) estão disponíveis no Brasil. Como referido, ela foi traduzida por Boian, Soares e Lima (2009) e depois utilizada com idosos (Batistoni, Ordonez, Silva, Nascimento & Cachioni, 2013), porém novas explorações sobre seus alcances informativos se fazem necessários.

Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo descrever e comparar estratégias de regulação emocional de jovens adultos em função do sexo no contexto do Brasil. Almejou-se dessa forma evidenciar como a temática da regulação emocional é vivenciada nessa faixa etária na realidade contemporânea.

Método

Cabe destacar que o presente trabalho faz parte de estudo maior que compõe o Doutorado do primeiro autor. Nesse momento, o foco será dado para as estratégias de regulação emocional, propostas pelo modelo de (Gross, 2014), retratando apenas achados iniciais relativos a Escala de Regulação Emocional. Trata-se, portanto, de estudo de natureza quantitativa, transversal e descritivo-interpretativa (Cozby, 2003).

Participantes

Foram adotados como critérios de inclusão na amostra: a) livre concordância em participar da pesquisa, certificada pela concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (registrada eletronicamente); b) idade superior a 18 anos; c) ambos os sexos. Os critérios de exclusão adotados posteriormente à coleta de dados foram: a) desistência em participar da pesquisa; b) solicitação de que os dados fossem excluídos da amostra; c) participantes menores de 18 anos e acima de 60 anos.

Os voluntários foram convidados para responder, a partir de plataforma virtual, a uma bateria de instrumentos de avaliação psicológica voltados ao exame da temática dos afetos, incluindo um Questionário sócio demográfico e a Escala de Regulação Emocional, objeto desta comunicação científica. A amostra alcançada para este trabalho encontra-se descrita em termos etários, escolaridade, sexo e estado civil na Tabela 1, caracterizando-se como amostra de conveniência.

Tabela 1. Caracterização da amostra (n=284) em termos etários, escolaridade, sexo, nível econômico e estado civil.

Variáveis	Total (n = 284)		Feminino (n = 148)		Masculino (n = 136)	
	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Idade	29,9	9,3	29,8	9,6	30,0	8,9
Escolaridade*	17,7	3,5	18,1	3,2	17,2	3,7
Classificação Econômica**	34,1	11,7	33,4	11,2	34,9	12,1
Classe Econômica	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Não Informada	1	0,4	1	0,7	-	-
A	49	17,3	20	13,5	29	21,3
B1	54	19,0	32	21,6	22	16,2
B2	85	29,9	43	29,1	42	30,9
C1	45	15,8	24	16,2	21	15,4
C2	41	14,4	21	14,2	20	14,7
D-E	9	3,2	7	4,7	2	1,5
Estado Civil	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Casado	59	20,8	34	23,0	25	18,4
Divorciado/Separado	15	5,3	8	5,4	7	5,1
Solteiro	179	63,0	90	60,8	89	65,4
União Estável	26	9,2	12	8,1	14	10,3
Viúvo	2	0,7	2	1,4	-	-
Outros	3	1,1	2	1,4	1	0,7

* Escolaridade expressa em anos de estudo

** Somatória em pontos no Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2016)

Os participantes deste trabalho foram 284 voluntários, sendo 148 mulheres (52,0%), com idade entre 18 e 57 anos (Média= 29,8; DP=9,6) e 136 homens (48,0%), com idade entre 18 e 59 anos (Média=30,0; DP=8,9), constituída predominantemente por adultos jovens, como mostra a média etária do grupo avaliado. O nível de escolaridade, avaliado em anos de estudo, foi de 17,7 (DP=3,5) tratando-se, portanto de amostra com elevado treino acadêmico. Há claro predomínio de solteiros (63,0%) no grupo avaliado. Quanto ao nível econômico, a média foi de 34,1 pontos (DP=11,7) no Critério de Classificação Econômica Brasil, representando predomínio da classe B2 (29,9% da amostra). A soma dos níveis A até B2 totalizou 66,2% dos indivíduos, sinalizando grupo de elevado nível econômico, acompanhando os muitos anos de estudo.

A pesquisa online, por não estar restrita a uma única localidade, permitiu acessar voluntários das cinco regiões geográficas do Brasil. Assim, entre os avaliados constam 154 participantes da região Norte (54,2%), 88 da região Sudeste (30,9%), 24 da região Nordeste

(8,5%), 10 da região Sul (3,5%) e oito da região Centro-Oeste (2,8%). Embora os agrupamentos por região não permitam investigar diferenças culturais, a amostra permite embasar as análises que compõe este estudo.

Instrumentos

Com base nos objetivos delineados para este trabalho, recorreu-se aos seguintes instrumentos para coleta de dados:

a) *Questionário sócio demográfico e Escala Critério de Classificação Econômica Brasil* (ABEP, 2016): permitiu caracterizar a amostra quanto a idade, sexo, estado civil, escolaridade e situação econômica. O Critério de Classificação Econômica Brasil tem por objetivo estimar o poder aquisitivo dos participantes. A classificação é feita a partir de níveis (A, B1, B2, C1, C2, D-E), sendo que o nível A corresponde ao mais elevado padrão econômico e o nível E o mais baixo padrão econômico, definido a partir da pontuação total no instrumento.

b) *Questionário de Regulação Emocional (ERQ)*: instrumento composto por 10 itens em escala do tipo *likert*, sendo possível escolher entre “discordância total” (1) a “concordância total” (7). Busca avaliar duas estratégias de regulação emocional: supressão emocional e reavaliação cognitiva, por meio de escores específicos para cada uma dessas estratégias, tendo como pontuações máximas 28 e 42 pontos respectivamente. Esse instrumento foi originalmente elaborado por Gross e John (2003b). A ERQ tem demonstrado positivas evidências de validade e fidedignidade em diversos contextos culturais (John & Eng, 2014; Matsumoto, Yoo & Nakagawa, 2008). Foi traduzida para o português do Brasil por Boian et al. (2009), porém sem apresentação dos procedimentos de adaptação cultural, mas com positivos indicadores de precisão, tanto para Supressão Emocional (α de Cronbach=0,72) quanto para Reavaliação Emocional (α de Cronbach=0,83). Essa versão traduzida para o contexto do Brasil é que foi utilizada no presente estudo.

Procedimentos

Após aprovação do estudo junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, foi realizada divulgação da proposta de pesquisa por meio de listas de endereços eletrônicos e por mídias sociais (como *Facebook*). Foram apresentados os objetivos da pesquisa e um *link* para a plataforma *online*, em que foram apresentados o TCLE e os instrumentos que compõem o estudo. É importante destacar que este trabalho é um recorte do projeto de Doutorado do primeiro autor, envolvendo instrumentos autorrelato relacionados a afetos, regulação emocional e estilos de decisão.

As respostas dos participantes ao questionário sócio demográfico e a ERQ foram organizadas em um banco de dados com auxílio do programa *Microsoft Excel*. Os resultados da ERQ foram organizados e apurados de acordo com as diretrizes dos autores originais, em dois fatores: Supressão emocional e Reavaliação Cognitiva. O conjunto desses resultados foi transposto para o *software Statistical Package for Social Sciences – SPSS* (versão 22.0).

Inicialmente foram realizadas análises descritivas para caracterizar a amostra em termos de idade, escolaridade, estado civil, sexo e nível econômico. Em seguida foram testadas se as variáveis demográficas se apresentavam de maneira semelhante entre o grupo de homens e de mulheres (teste *t* de *Student* para as variáveis contínuas e o qui-quadrado para variáveis dicotômicas), a fim de garantir que eventuais diferenças no construto em foco não seriam influenciadas por essas variáveis. Posteriormente, foram verificados os pressupostos de normalidade das variáveis de interesse, no caso, estratégias de regulação emocional, recorrendo ao teste de normalidade *Shapiro-Wilk* e homogeneidade das variâncias entre os grupos, de maneira a garantir a aplicabilidade das técnicas estatísticas propostas. Por fim, foram descritos os resultados na ERQ e verificadas diferenças em função do sexo por meio da Análise de Variância (ANOVA *one way*), utilizando como critério o valor de significância de 0,05. Calculou-se o tamanho do efeito das possíveis diferenças a partir do *d* de *Cohen*.

Os resultados encontrados por meio deste estudo foram discutidos à luz da literatura científica na área. Suas implicações para a avaliação de aspectos afetivos em jovens adultos são problematizadas ao final deste trabalho.

Resultados e Discussão

O objetivo central deste trabalho volta-se ao exame da análise das estratégias de regulação emocional de adultos jovens do Brasil, verificando-se possível especificidade nesse processo relacionada ao sexo. Inicialmente foram executadas comparações entre os grupos em termos de variáveis socioeconômicas com o objetivo de garantir que eventuais diferenças não se deveriam à influência dessas variáveis. O teste *t* de *Student* demonstrou que não houve diferença estatisticamente significativa em função do sexo para Idade ($t=0,188$; $p=0,85$; $d=0,02$) e classificação econômica ($t=1,14$; $p=0,25$; $d=0,13$), porém foi encontrada diferença em função da escolaridade ($t=2,187$; $p=0,03$; $d=0,2$), mas de pequeno efeito. Embora isso indique que diferença estatisticamente significativa entre homens e mulheres, é necessário observar que se trata de menos de um ano de estudos em amostra com elevada escolaridade, de forma que, em termos práticos, pouco efeito seria esperado para influenciar drasticamente os resultados posteriores. Além disso, a análise de correlação não demonstrou qualquer relação entre

escolaridade e as estratégias de reavaliação cognitiva ($r=0,096$; $p=0,24$) e supressão afetiva ($r = -0,04$; $p=0,96$), o que pode indicar ausência de relação entre elas. Para as variáveis relativas ao nível econômico e estado civil (categóricas), o teste do qui-quadrado, não reportou diferenças estatisticamente significativas em função do sexo (respectivamente $X^2=6,101$; $p=0,29$ e $X^2=3,42$; $p=0,49$).

Dessa forma, é possível afirmar que os pressupostos de homogeneidade entre os grupos permitem comparações nas variáveis de interesse. A análise dos resultados da ERQ na amostra como um todo evidenciou distribuição compatível com normalidade tanto para Reavaliação Cognitiva ($0,954$; $p<0,001$) quanto para Supressão Emocional ($0,988$; $p<0,01$), a partir do teste de *Shapiro Wilk*. Além disso, o teste de homogeneidade de Levene demonstrou que as variâncias eram relativamente equivalentes em função do sexo, tanto para reavaliação cognitiva [$gl(282)=0,329$; $p>0,56$], quanto para supressão emocional [$gl(282)=0,203$; $p>0,653$]. Desse modo, foi possível sistematizar os achados empíricos sobre a regulação emocional como mostra a Tabela 2, no total da amostra e realizar análises comparativas em função do sexo.

Tabela 2. Resultados descritivos da ERQ e sua comparação estatística em função do sexo dos participantes.

Variáveis ERQ	Total ($n = 284$)			Feminino ($n = 148$)			Masculino ($n = 136$)			Comparação estatística		
	Média	DP	Intervalo	Média	DP	Intervalo	Média	DP	Intervalo	F	p	d
Reavaliação Cognitiva	30,29	7,03	6 - 42	30,68	6,95	7 - 42	29,87	7,12	6 - 42	0,95	0,33	0,12
Supressão emocional	15,41	5,31	4 - 28	14,59	5,14	4 - 28	16,29	5,36	6 - 28	7,42	0,007	0,32

De maneira geral, os participantes demonstraram maior uso de estratégias de reavaliação cognitiva (média=30,39; DP=7,03) e recorreram menos ao uso de supressão emocional (média=15,41; DP=5,31). A reavaliação cognitiva, como estratégia de alteração dos significados atribuídos às situações emocionalmente carregadas, tem sido identificada como estratégia saudável para lidar com os afetos. Isso porque tende a ocorrer no início da resposta emocional, modificando-a antes que emoções intensas sejam eliciadas. Tem sido apontada como recurso eficiente para lidar com as várias exigências da realidade (estratégia de *coping*), permitindo aos indivíduos uma compreensão mais construtiva de suas emoções (Gross & John, 2003b).

Como esperado em nossa hipótese inicial, a análise de variância dos resultados da ERQ identificou diferenças estatisticamente significativas em função do sexo dos participantes para supressão emocional ($F = 7,42$; $p<0,001$), com tamanho de efeito médio. O grupo masculino

obteve média maior nesta estratégia de regulação emocional (Média=16,29; DP=5,36) do que o grupo feminino (Média= 14,59; DP=5,14). Não houve diferença estatisticamente significativa entre homens e mulheres no uso da reavaliação cognitiva. Dessa forma, estes resultados estão em acordo com os achados reportados na literatura internacional (Matsumoto et al., 2008).

De maneira geral, o uso da supressão emocional tem sido reportado como estratégia de regulação emocional em diversas culturas, tanto ocidentais, quanto orientais (Gross & John, 2003b; John & Eng, 2014; Kwon et al., 2013; Matsumoto et al., 2008). No entanto, é importante destacar que, no processo de coordenação dos afetos, a utilização de estratégias de supressão tende a operar apenas quando a intensidade emocional já se encontra bastante elevada no indivíduo. Dessa forma, o uso duradouro da supressão emocional tem sido reportado como associado a alterações fisiológicas que culminam em problemas cardiovasculares e de hipertensão arterial em adultos (Gross & John, 2003b; John & Gross, 2004).

Além disso, o processamento afetivo dos indivíduos parece não ser favorecido quando a ênfase na regulação emocional se dá por meio da supressão emocional. Alguns estudos (Gross, 2002; Gross & John, 2003b) apontaram que, por meio dessa estratégia, os indivíduos não costumam sentir diminuição na intensidade de suas emoções negativas, permanecendo insatisfeitos. Além disso, sentimentos de inautenticidade, quando o indivíduo relata não se sentir verdadeiro em suas relações afetivas, foram bastante referidos por pessoas que a utilizam em demasia.

Em complemento a essas considerações sobre maneiras de vivenciar os afetos, as estratégias de reavaliação cognitiva foram citadas como facilitadoras de consequências positivas em longo prazo na vida. Foram reportadas como associadas a bem-estar subjetivo na velhice (Batistoni et al., 2013). No atual trabalho, o uso da reavaliação cognitiva mostrou-se menos recorrente na amostra de adultos jovens, pois privilegiaram o recurso da supressão emocional para lidar com emoções. Esses achados poderiam ser objeto de reflexão para embasar futura intervenção em termos de estímulos a seu amadurecimento socioemocional e adaptação à realidade.

Cabe ainda destacar, dos dados encontrados, que a maior frequência de uso da supressão afetiva por parte dos homens pode predispor-los a maiores riscos de saúde ao longo do tempo. Ainda não estão claros quais mecanismos individuais e culturais permeiam as estratégias de regulação emocional nas diversas culturas, porém os atuais resultados adicionam evidências de que o padrão masculino em jovens adultos da contemporaneidade privilegia estratégias de supressão emocional mais do que as mulheres. Essa tendência acompanha achados da literatura

internacional sobre o tema, estimulando caminhos investigativos relativos ao impacto desses processamentos emocionais sobre a saúde dos indivíduos.

Considerações finais

O objetivo principal deste trabalho foi investigar o uso de duas estratégias de regulação emocional em uma amostra de adultos jovens no contexto da realidade brasileira. De maneira geral, os atuais achados estão em acordo com os reportados na literatura internacional, demonstrando que homens costumam diferir quanto ao uso da estratégia de supressão da experiência emocional, apresentando médias mais elevadas neste domínio, a partir do autorrelato na Escala de Regulação Emocional (ERQ).

É necessário destacar que por se tratar de pesquisa realizada no contexto online, algumas questões precisam ser levadas em consideração. A primeira refere-se ao fato da amostra ser de conveniência, restringindo a possibilidade de generalização dos resultados, embora acompanhe tendência encontrada em outros contextos culturais. Uma segunda questão importante, dado que a pesquisa online não garante todas as condições adequadas de avaliação psicológica, os achados precisam ser comparados a investigações com coleta presencial de dados, a fim de verificar se os mesmos se mantêm. Por fim, novos estudos podem lançar luz sobre os mecanismos relacionados às consequências, ao longo da vida, na saúde geral dos indivíduos em função de suas estratégias de regulação afetiva.

Referências

- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. (2013). *Critério Brasil 2015*. Recuperado de <http://www.abep.org/download>
- Batistoni, S. S. T., Ordonez, T. N., Silva, T. B. L. da, Nascimento, P. P. P. do, & Cachioni, M. (2013). Emotional Regulation Questionnaire (ERQ): indicadores psicométricos e relações com medidas afetivas em amostra idosa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(1), 10–18. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000100002>
- Boian, A. C., Soares, D. S. de M., & Lima, J. (2009). Questionário de Regulação Emocional. Recuperado de: https://spl.stanford.edu/sites/default/files/portuguese_brazilian.pdf
- Cozby, P. C. (2003). *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento*. São Paulo: Atlas.
- Gross, J. J. (2002). Emotion regulation: affective, cognitive, and social consequences. *Psychophysiology*, 39(3), 281–91. <https://doi.org/10.1017.S0048577201393198>
- Gross, J. J. (2014). *Handbook of emotion regulation*. (J. J. Gross, Ed.) (2nd ed.). New York: Guilford publications.

- Gross, J. J., & Jazaieri, H. (2014). Emotion, Emotion Regulation, and Psychopathology. *Clinical Psychological Science*, 2(4), 387–401. <https://doi.org/10.1177/2167702614536164>
- Gross, J. J., & John, O. P. (2003a). Emotion Regulation Questionnaire. *NeuroImage*, 48(10), 9–9. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.85.2.348>
- Gross, J. J., & John, O. P. (2003b). Individual differences in two emotion regulation processes: implications for affect, relationships, and well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 85(2), 348–362. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.85.2.348>
- John, O. P., & Eng, J. (2014). Three approaches to individual differences in affect regulation: Conceptualizations, measures, and findings. In J. J. Gross (Ed.), *Handbook of emotion regulation* (2nd ed., pp. 321–345). New York: Guilford Press.
- John, O. P., & Gross, J. J. (2004). Healthy and unhealthy emotion regulation: Personality processes, individual differences, and life span development. *Journal of Personality*, 72(6), 1301–33. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6494.2004.00298.x>
- Kwon, H., Yoon, K. L., Joormann, J., & Kwon, J. (2013). Cultural and gender differences in emotion regulation: Relation to depression. *Cognition and Emotion*, 27(5), 769–782. <https://doi.org/https://doi.org/10.1080/02699931.2013.792244>
- Matsumoto, D., Yoo, S. H., & Nakagawa, S. (2008). Culture, emotion regulation, and adjustment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 94(6), 925–937. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.94.6.925>
- Mcrae, K., Ochsner, K. N., Mauss, I. B., Gabrieli, J. J. D., & Gross, J. J. (2008). Gender Differences in Emotion Regulation: An fMRI Study of. *Group Process & Intergroup Relations*, 11(2), 143–162. <https://doi.org/10.1177/1368430207088035>
- Nunnally, J. C., & Bernstein, I. H. (1978). *Psychometric theory*. (J. C. Nunnally & I. H. Bernstein, Eds.) (3rd ed.). McGraw-Hill New York.
- Srivastava, S., Tamir, M., M., M. K., John, O. P., & Gross, J. J. (2014). The Social Costs of Emotional Suppression: A Prospective Study of the Transition to College. *Journal of Personality and Social Psychology*, 96(4), 883–897. <https://doi.org/10.1037/a0014755>
- Suchy, Y. (2011). *Clinical neuropsychology of emotion*. London: Guilford Press.

Métodos de investigação sobre Inteligência Emocional: uma revisão da literatura

Raquel Atique Ferraz

Lucy Leal Melo-Silva

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo

Resumo: A Inteligência Emocional constitui um campo de investigação novo, que propõe ampliar o conceito do que é aceito como tradicionalmente inteligente, incluindo nos domínios da inteligência aspectos relacionados ao mundo das emoções e sentimentos. Envolve a capacidade de perceber acuradamente, avaliar e expressar emoções; perceber e/ou gerar sentimentos quando estes facilitam o pensamento; compreender a emoção e o conhecimento emocional; e controlar emoções para promover o crescimento emocional e intelectual. Um dos problemas mais evidentes relacionado à inteligência emocional é o de sua mensuração. Assim, este estudo objetiva analisar a produção científica sobre inteligência emocional e os métodos utilizados. Foram consultadas as bases de dados Scielo, Scopus e Proquest, por meio dos descritores “inteligência emocional” e “avaliação psicológica”, em inglês e português, considerando os trabalhos dos últimos 15 anos. Os resultados foram organizados e analisados em função dos participantes, instrumentos e métodos utilizados. Do total dos artigos encontrados (33), quatro estão repetidos. Para este estudo foram selecionados 20 que abordam inteligência emocional e avaliação psicológica. Destes, 55% utilizam métodos quantitativos, 30% multimétodos e 15% qualitativos. Nove artigos utilizam técnicas projetivas (*Teste de Zulliger – Sistema Compreensivo; Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister; Método de Rorschach; Computerized Test of Primary Emotions Perception – PEP; Teste de Inteligência Culture Fair; Geneva Emotion Recognition Test – GERT-S; Bateria de Provas de Raciocínio – BPR-5; Reading the Mind in the Eyes Test – RMET*) e os outros técnicas objetivas (testes, escalas, questionários, inventários e entrevista), alguns combinando técnicas. Os resultados mostram que 50% dos estudos focalizam a mensuração da inteligência emocional com testagem de instrumentos e até 2011 apenas um artigo não teve este objetivo. Em relação à população avaliada, foram identificados 17 estudos no contexto educacional (14 no ensino superior, três no ensino médio, um no ensino infantil e um em pós-graduação), três no contexto do trabalho, três no contexto clínico e de saúde e um no sociocomunitário. Quatro estudos abarcaram mais de um grupo populacional e um estudo o ensino superior, médio e a pós-graduação. Destaca-se o uso de um instrumento para avaliação da Inteligência Emocional, o *Mayer-Salovey-Caruso-Emotional Intelligence Test (MSCEIT)* que, além de ser o mais utilizado nas pesquisas encontradas, comparado com outras escalas, testes projetivos e objetivos, apresenta boas relações. São necessárias mais investigações sobre o construto Inteligência Emocional, incluindo Competências Socieemocionais e Habilidade Social, como possibilidade de compreensão do fenômeno a ser avaliado em estratégias de intervenção difundidas na contemporaneidade.

Palavras-chave: Avaliação psicológica; Contexto educacional; Ensino superior, Inteligência emocional.

Introdução

A Inteligência Emocional traz a proposta de ampliar o conceito do que é aceito como tradicionalmente inteligente, incluindo nos domínios da inteligência aspectos relacionados ao mundo das emoções e dos sentimentos. Na contemporaneidade é possível observar evoluções das ideias e pensamentos relacionados à inteligência emocional em muitas áreas, tendo sido levantada a necessidade de se repensar o que se entende por inteligência e por comportamento inteligente. A verificação das relações entre cognição e emoção pode resultar no

reconhecimento da capacidade do homem em lidar com seu mundo emocional de forma inteligente e compatível com seus objetivos mais amplos de vida (Woyciekosky & Hutz, 2009).

E como esse construto é definido? Mayer e Salovey (1997) apontaram que a Inteligência Emocional envolve a capacidade de perceber acuradamente, de avaliar e de expressar emoções; a capacidade de perceber e/ou gerar sentimentos quando eles facilitam o pensamento; a capacidade de compreender a emoção e o conhecimento emocional; e a capacidade de controlar emoções para promover o crescimento emocional e intelectual. Por sua vez, Woyciekosky e Hutz (2009) explicam que uma das primeiras tentativas de ampliar o conceito de inteligência, para além de capacidades intelectuais gerais (usualmente relacionadas às competências acadêmicas), foi conduzida por iniciativa de Thorndike (1936), que propôs a Inteligência Social, definindo-a como a capacidade de perceber os estados emocionais próprios e alheios, motivos e comportamentos, além da capacidade de agir, com base nestas informações, da melhor forma possível. A Inteligência Social seria, então, relacionada à habilidade de decodificar informações provenientes do contexto social e de desenvolver estratégias comportamentais eficazes com objetivos sociais (Siqueira et al., 1999).

Os seres humanos são sociais em sua essência e a ausência de habilidades sociais poderia resultar numa possível limitação na capacidade de adaptação social bem-sucedida. A importância destas habilidades tem sido reconhecida, assim como o papel das emoções na adaptação social e no comportamento inteligente (Woyciekosky & Hutz, 2009). Segundo Bueno e Primi (2003), a percepção, a avaliação e a expressão das emoções abrangem a capacidade de identificar emoções em si mesmo, em outras pessoas e em objetos ou condições físicas e, também, a capacidade de expressar essas emoções e as necessidades a elas relacionadas e a capacidade de avaliar a autenticidade de uma expressão emocional, detectando sua veracidade, falsidade ou até tentativa de manipulação.

A principal discussão se dá em torno dos tipos de instrumentos utilizados para mensuração dessas formas de inteligência que têm sido propostos ao longo da história. Muitos desses instrumentos têm sido baseados em autorrelato, ou seja, instrumentos que colhem a opinião do sujeito a respeito de si próprio na área que se pretende investigar (Bueno & Primi, 2003). Para haver uma interação social satisfatória e positiva é necessário que as pessoas percebam, processem e manejem a informação emocional de forma inteligente. Esse reconhecimento da importância das competências emocionais para a adaptação do indivíduo tem estimulado o interesse pelo tema e também proporcionado o desenvolvimento de programas de aprendizagem social e emocional em escolas e ambientes de trabalho.

Woyciekosky e Hutz (2009) concluem que é necessário avançar no conhecimento desta área por meio do desenvolvimento de medidas de desempenho, similares às utilizadas na pesquisa em inteligência. Tal aspecto psicométrico é fundamental para que a Inteligência Emocional seja concebida como uma forma de inteligência. Com base em seus estudos, os pesquisadores concluíram que é recomendado um teste de Inteligência Emocional com quatro critérios: fidedignidade, validade de conteúdo, validade preditiva e validade de construto.

Ainda há controvérsias na comunidade acadêmica sobre como a Inteligência Emocional deve ser definida e medida. Assim, foram propostos e testados diversos instrumentos com esse objetivo, sendo os mais atuais focalizados em habilidades, mas alguns ainda são em dimensões da personalidade. É defendido e sugerido nesta área que sejam utilizados testes de desempenho ao invés de testes de autorrelato, visto que escalas de performance poderiam medir algo mais relacionado à capacidade de pensamento abstrato e de gerar pensamentos sobre emoções (Woyciekosky, & Hutz, 2009).

Conforme Bueno e Primi (2003) um dos problemas mais evidentes relacionado à inteligência emocional é o de sua mensuração. Desde a proposição da inteligência social que o desenvolvimento de um instrumento confiável para medi-la vem sendo discutido e sem esse recurso não seria possível conhecer objetivamente suas características funcionais na mente humana. Desde então, estudos estão sendo desenvolvidos com o objetivo de mensurar a inteligência emocional ou as competências socioemocionais. Assim, este estudo objetiva realizar uma revisão integrativa da literatura científica para descrever e analisar a produção disponível em bases de dados nacionais e internacionais, a fim de identificar o que vem sendo estudado sobre Inteligência Emocional e os métodos utilizados para a coleta de dados.

Método

Este estudo refere-se a uma revisão integrativa de literatura sobre os resultados de pesquisas desenvolvidas nos últimos 15 anos sobre Inteligência Emocional e sua mensuração. Foram analisados artigos científicos nacionais e internacionais nas bases de dados Scielo, Scopus e ProQuest, por meio dos descritores “inteligência emocional” e “avaliação psicológica” nos idiomas português e inglês (*emotional intelligence AND psychological assessment*).

A revisão integrativa de literatura consiste na construção de uma ampla análise de literatura, visando contribuir tanto para discussões relacionadas a métodos e resultados de pesquisas, quanto para reflexões sobre a realização de futuros estudos. Este método de pesquisa tem como proposta reunir e sintetizar as evidências disponíveis na literatura e possibilita

realizar sínteses de múltiplos estudos publicados, possibilitando conclusões gerais a respeito de uma determinada área de estudo (Mendes, Silveira, & Galvão, 2008), e assim conhecer a produção científica existente.

Para fins deste estudo foram selecionados artigos em português, inglês e espanhol, que abordavam: (a) Inteligência Emocional e testagem de instrumento para avaliação, (b) avaliação psicológica envolvendo a mensuração do construto Inteligência Emocional, com foco na avaliação de determinadas populações, e (c) apresentação de instrumento objetivando a avaliação da Inteligência Emocional, com foco no instrumento. Em todos os artigos foram analisadas as categorias: contexto e participantes, delineamento metodológico e instrumentos.

Procedimentos

Para identificar os estudos sobre a temática foi conduzida uma revisão integrativa nas bases de dados Scielo, Scopus e ProQuest em janeiro e fevereiro de 2018. A Scielo (Scientific Electronic Library Online) é uma biblioteca eletrônica de periódicos brasileiros, bem como de pesquisas publicadas em diversos países como Brasil, Venezuela, Espanha, Cuba, Chile, Portugal. A Scopus é uma biblioteca eletrônica para rastrear, analisar e visualizar a pesquisa, fornecendo uma visão abrangente da produção mundial de pesquisa nas áreas de ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais e artes e humanidades. Por sua vez, a ferramenta de pesquisa interdisciplinar ProQuest Central reúne bases de dados mais usadas, para criar o maior recurso de pesquisa acadêmica disponível. As referidas bases de dados foram escolhidas pela interdisciplinaridade do construto Inteligência Emocional, que pode ser situado na intersecção da Psicologia e da Educação, além de áreas afins.

A escolha da combinação dos termos “inteligência emocional” e “avaliação psicológica” se deu pelo interesse em descobrir os contextos em que o tema pode estar inserido, os participantes das pesquisas, bem como os métodos e os instrumentos utilizados que estão sendo estudados e validados para a mensuração da Inteligência Emocional. Foi definido para a busca, os últimos 15 anos, em função da popularização do conceito a partir de inúmeras publicações de Daniel Goleman. Cabe destacar que, ao contrário do que muitos pensam o conceito não foi proposto por ele, mas sim por Peter Salovey e John Mayer em 1990 (Côbero, Primi, & Muniz, 2006).

Para a busca foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão, que, em geral, permitiam a inclusão de artigos voltados ao construto Inteligência Emocional e questões relacionadas à sua mensuração, assim como foram excluídos estudos que tratavam de outros assuntos ou mesmo relacionado exclusivamente a um dos termos. Por meio da leitura dos títulos

e resumos dos 33 registros encontrados, conforme indicado na Figura 1, foram selecionados 24 artigos e, destes, foram excluídos quatro repetidos, resultando em 20 artigos.

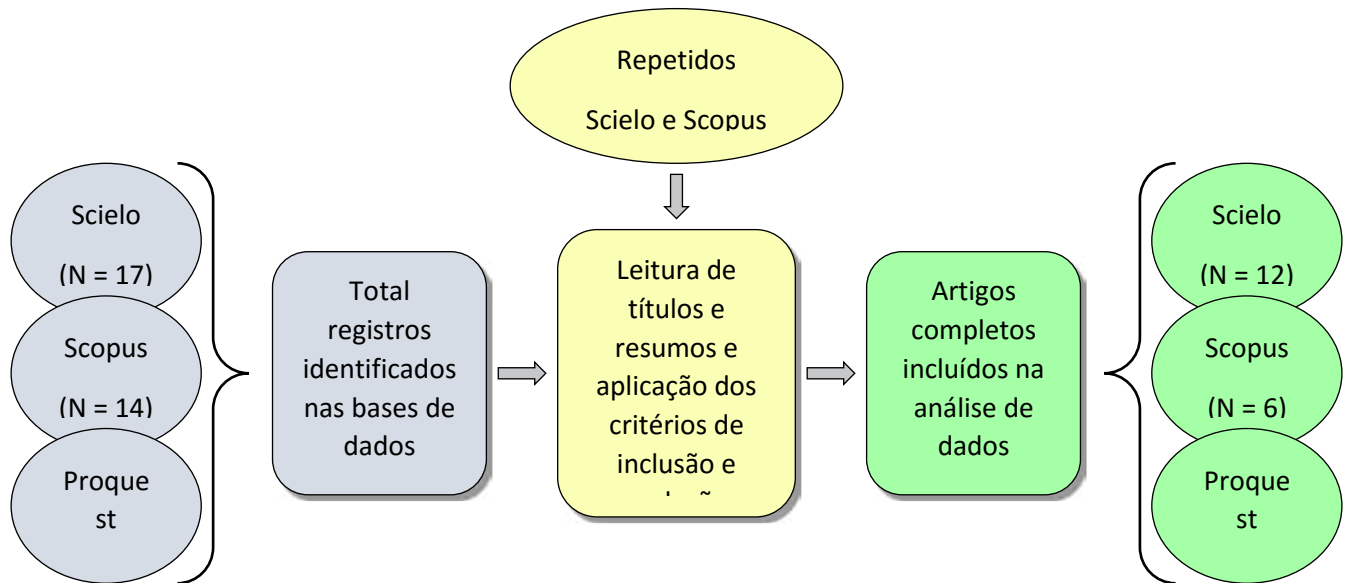


Figura 1. Resultado da estratégia de busca dos artigos

Os dados foram extraídos e organizados, *a priori*, em uma planilha em função das categorias: base de dados consultadas, autor/es, ano de publicação, título do estudo, objetivos, participantes, métodos, instrumentos utilizados e os principais resultados e conclusões que os estudos apresentam em relação aos métodos de investigação da Inteligência Emocional. Para fins deste estudo, foram selecionados os dados sobre a população-alvo, os delineamentos metodológicos e os instrumentos utilizados.

Resultados e Discussão

Para fins de apresentação dos resultados, os dados foram sistematizados, portanto, em categorias centrais: (a) população-alvo e contextos dos participantes; (b) período das publicações e tipos de delineamentos metodológicos; e (3) os instrumentos utilizados.

População-alvo e contextos dos participantes

Em relação ao contexto dos participantes observa-se, como era esperado, que a maior parte dos estudos foram realizados em contexto educacional (N = 17) e, sobretudo, no Ensino Superior (N = 14), o que pode sugerir facilidade de acesso à população, que em sua maioria tem mais de 18 anos de idade, não precisando de autorização dos pais para a coleta de dados. Universitários tendem a colaborar com pesquisas, pois trata-se de ambiente dos pesquisadores.

Ainda no contexto educacional, não foi identificado nenhum estudo realizado no Ensino Fundamental. Houve um estudo no Ensino Infantil, três no Ensino Médio e um em Pós-Graduação, sendo este último abrangendo o Ensino Superior, Médio e a Pós-Graduação concomitantemente. Foi observado que os estudos sobre Inteligência Emocional foram realizados em outros três contextos, o do trabalho (N = 3), o clínico e de saúde (N = 3) e o sociocomunitário (N = 1). Quatro artigos abrangem mais de um grupo populacional.

Levando em consideração o nível de escolaridade dos participantes nos outros contextos, no artigo que abarca o Ensino Superior e o contexto do trabalho, dos profissionais atuantes em empresas de diversos segmentos que participaram da pesquisa, 90% possuem o ensino médio completo e dos funcionários de uma empresa de energia elétrica brasileira, a escolaridade variou de ensino médio incompleto a ensino superior completo (Noronha, Primi, Freitas, & Dantas, 2007). No estudo que abarcou os grupos populacionais do Ensino Superior e seus pacientes clínicos (contexto clínico e de saúde), 51% destes eram estudantes universitários e o restante não foi informado (Rieck & Callahan, 2013). No artigo que abarca exclusivamente o contexto do trabalho, informa que em relação à escolaridade, 2% da amostra foi constituída por pessoas com ensino fundamental completo ou incompleto, 67,3% de pessoas com ensino médio completo ou incompleto, normal ou técnico, 30,8% de pessoas com nível superior completo ou incompleto e 2,8% não informaram a escolaridade (Primi, Bueno, & Muniz, 2016). Os outros estudos (N = 4) que abrangem o contexto clínico e de saúde, o contexto de trabalho, o sociocomunitário e o clínico e de saúde, não possuem informação de escolaridade dos participantes (González, Ros, & Garcés de Los Fayos, 2014; Côbero, Primi, & Muniz, 2016; Schlegel & Scherer, 2016; Miguel, Amaro, & Huss, 2017).

Os resultados mostram escassez de estudos realizados no contexto do trabalho, assim evidencia-se a carência de estudos sobre a avaliação da Inteligência Emocional com trabalhadores. O que é paradoxal, uma vez que se trata de tema amplamente difundido como relevante para o sucesso profissional em programas de aprendizagem social e emocional no contexto profissional. Assim, seriam esperados estudos com participantes do cenário do trabalho e da aprendizagem profissional.

Período das publicações e tipos de delineamentos metodológicos

Em relação ao ano de publicação dos artigos, é possível observar que após a popularização do conceito Inteligência Emocional, principalmente ao final da década de 1990, surgiram novos estudos sobre o assunto. No período de 2003 a 2007, foram encontrados cinco artigos, mas depois houve diminuição na quantidade da produção, entre 2008 e 2012, sendo

identificados apenas três artigos (15%). Mais recentemente o conceito tem sido destacado, principalmente relacionando-o ao sucesso pessoal e profissional. É notável o crescente interesse sobre o tema no período entre 2013-2018 com 60% dos estudos.

Conforme Tabela 1, observa-se nos resultados que 50% dos estudos focalizam a mensuração da Inteligência Emocional por meio de testagem de instrumentos (Bueno, & Primi, 2003; Maccann, Roberts, Matthews, & Zeidner, 2004; Bueno, Santana, Zerbini, & Ramalho, 2006; Noronha, Primi, Freitas, & Dantas, 2007; Jesus Junior & Noronha, 2007; Kun, Urbán, Paksi, & Csóbor, 2011; Parker, Keefer, & Wood, 2011; Schlegel & Scherer, 2016; Primi, Bueno, & Muniz, 2016; Miguel, Caramanico, Huss, & Zuanazzi, 2017). E até 2011 apenas um artigo não teve esse objetivo (Mikulic, Crespi, & Cassullo, 2010). Dentre os delineamentos metodológicos utilizados nas pesquisas, 55% são quantitativas, 30% utilizam multimétodos e apenas 15% são qualitativas.

Estudos quantitativos são especialmente úteis para responder a determinadas perguntas sobre medidas da dimensão psicológica ou para investigações em estágios iniciais de desenvolvimento. A pergunta de pesquisa define a escolha do método e os respectivos instrumentos. Assim, o predomínio desse tipo de delineamento metodológico era esperado. Além disso, os métodos quantitativos têm ocupado maior espaço nos periódicos científicos, na diretriz da pesquisa baseada em evidências.

Tabela 1. *Métodos utilizados e a porcentagem de estudos com testagem de instrumento*

Métodos	Quantitativos	Qualitativos	Multimétodos	Total
<i>SCIELO</i>	6 (4*)	1	5 (2*)	12
<i>SCOPUS</i>	3 (1*)	2	1 (1*)	6
<i>PROQUEST</i>	2 (2*)	-	-	2
<i>Total</i>	11	3	6	20
Porcentagem	55%	15%	30%	100%
Total testagem de instrumento*	7	-	3	10
Porcentagem sobre o total de cada método	63,64%	-	50%	50%

* Objetivou a testagem de algum instrumento de avaliação da Inteligência Emocional.

Woyciekosky e Hutz (2009) apontam o fato de que a Inteligência Emocional constitui um campo de investigação novo, o que explica o fato de todos os artigos serem empíricos, permitindo a averiguação do campo e também traçar o perfil da população-alvo.

Instrumentos utilizados

Observou-se que 18 dos 20 estudos utilizaram técnicas objetivas, como testes, escalas, questionários, inventários e entrevistas, conforme são descritas na Tabela 2 juntamente com os respectivos autores que as utilizaram. Dentre eles 11 utilizaram exclusivamente *técnicas objetivas*, sete estudos combinaram o uso de *técnicas projetivas e objetivas* e dois utilizaram exclusivamente *técnicas projetivas* (Tabela 3).

Tabela 2. Técnicas objetivas identificadas e respectivos autores que as utilizaram

TÉCNICAS OBJETIVAS	AUTORES E ANOS DOS ESTUDOS
<i>Mayer-Salovey-Caruso Emotional Intelligence Test (MSCEIT)</i>	Maccann, Roberts, Matthews, & Zeidner, 2004
	Bueno, Santana, Zerbini, & Ramalho, 2006
	Noronha, Primi, Freitas, & Dantas, 2007
	Jesus Junior, & Noronha, 2007
	Rieck & Callahan, 2013
	Primi, Bueno, & Muniz, 2016
<i>Inventário Quociente Emocional de Bar-On</i>	Côbero, Primi, & Muniz, 2016
	Kun, Urbán, Paksi, & Csóbor, 2011
	Parker, Keefer, & Wood, 2011
	Ramírez-Lucas, Ferrando, & Sainz, 2015
<i>Inventário de Personalidade (16PF)</i>	Cobos-Sánchez, Fluja-Contreras, & Gómez-Becerra, 2017
	Bueno & Primi, 2003
	Primi, Bueno, & Muniz, 2016
<i>Provas de Raciocínio verbal e abstrato (RV e RA)</i>	Côbero, Primi, & Muniz, 2016
	Miguel & Pessotto, 2016
<i>Questionário de Traço de Inteligência Emocional</i>	Miguel, Caramanico, Huss, & Zuanazzi, 2017
	Mikulic, Crespi, & Cassullo, 2010
<i>Neo-Five Factor Inventory (NEO-FFI)</i>	Bacon & Corr, 2017
	Rieck & Callahan, 2013
<i>Subescala do Multi-factor Emotional Intelligence Scale (MEIS)</i>	González, Ros, & Garcés de Los Fayos, 2014
	Bueno & Primi, 2003
<i>Questionário de Avaliação</i>	Bueno & Primi, 2003
<i>Method of Reciprocal Averages (MRA)</i>	Bueno & Primi, 2003
<i>Escala de Satisfação com a vida</i>	Maccann, Roberts, Matthews, & Zeidner, 2004
<i>Entrevistas</i>	Mikulic, Crespi, & Cassullo, 2010
<i>Questionário de Resultados</i>	Mikulic, Crespi, & Cassullo, 2010
<i>Trait Meta-Mood Scale (TMMS-24)</i>	Rieck & Callahan, 2013
<i>Inventário de Burnout em esportistas revisado (IBD-R)</i>	González, Ros, & Garcés de Los Fayos, 2014
<i>Teste de percepção e avaliação de Emoções (PEP)</i>	González, Ros, & Garcés de Los Fayos, 2014
<i>Questionário Robinson (estilos parentais)</i>	González, Ros, & Garcés de Los Fayos, 2014
<i>Inventário Dimensional de Personalidade Clínica (IDCP)</i>	Ramírez-Lucas, Ferrando, & Sainz, 2015
<i>Teste Situacional de Gerenciamento Emocional</i>	Miguel & Pessotto, 2016
<i>Teste Situacional de Compreensão Emocional</i>	Schlegel & Scherer, 2016
<i>The Reinforcement Sensitivity Theory of Personality Questionnaire (RST-PQ)</i>	Schlegel & Scherer, 2016
<i>Sistema de Avaliação de comportamento para crianças</i>	Bacon & Corr, 2017
<i>Bateria de Provas de Raciocínio – BPR-5</i>	Cobos-Sánchez, Fluja-Contreras, & Gómez-Becerra, 2017
	Bueno & Primi, 2003
	Jesus Junior, & Noronha, 2007
	Primi, Bueno, & Muniz, 2016
	Côbero, Primi, & Muniz, 2016

Tabela 3. *Técnicas projetivas identificadas e respectivos autores que as utilizaram*

TÉCNICAS PROJETIVAS	AUTORES E ANOS DOS ESTUDOS
<i>Computerized Test of Primary Emotions Perception – PEP</i>	Miguel, & Pessotto, 2016 Miguel, Amaro, & Huss, 2017* Miguel, Caramanico, Huss, & Zuanazzi, 2017
<i>Método de Rorschach</i>	Miguel, & Pessotto, 2016 Miguel, Amaro, & Huss, 2017*
<i>Teste de Zulliger – Sistema Compreensivo</i>	Miguel, Zuanazzi, & Villemor-Amaral, 2017*
<i>Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister</i>	Miguel, Zuanazzi, & Villemor-Amaral, 2017*
<i>Teste de Inteligência Culture Fair</i>	Schlegel & Scherer, 2016
<i>Geneva Emotion Recognition Test – GERT-S</i>	Schlegel & Scherer, 2016
<i>Reading the Mind in the Eyes Test – RMET</i>	Miguel, Caramanico, Huss, & Zuanazzi, 2017

A Bateria de Provas de Raciocínio (BPR-5) foi identificada em quatro dos vinte artigos selecionados e utilizada para auxiliar na validação do instrumento *Mayer-Salovey-Caruso Emotional Intelligence Test (MSCEIT)*. A técnica objetiva inclui cinco provas, sendo estas de raciocínio verbal (RV), que avalia a extensão de vocabulário e a capacidade de estabelecer relações abstratas entre conceitos verbais; de raciocínio abstrato (RA), que avalia a capacidade de estabelecer relações abstratas em situações novas para as quais se possui pouco conhecimento previamente aprendido; de raciocínio mecânico (RM), que avalia o conhecimento prático de mecânica e física e a capacidade de integrar as informações em textos com a figura descritiva da situação-problema; de raciocínio espacial (RE), que avalia a capacidade de formar representações mentais visuais e manipulá-las, transformando-as em novas representações; e de raciocínio numérico (RN), que avalia a capacidade de raciocinar indutiva e dedutivamente com símbolos numéricos em problemas de indução e o conhecimento e a facilidade de executar as operações aritméticas básicas (Primi, Bueno & Muniz, 2006).

Dentre os selecionados, todos os estudos realizados entre os anos de 2003 e 2007 objetivaram a validação do instrumento *MSCEIT*. Dos 20 artigos, sete utilizam o instrumento *MSCEIT*, que de acordo com Côbero, Primi, e Muniz (2006), é composto por 141 itens, sendo estes distribuídos em oito seções. As seções A (faces) e E (figuras) são destinadas à avaliação da capacidade de perceber emoções em faces e paisagens, respectivamente; as B (facilitação) e F (sensação) são compostas por tarefas ligadas à utilização da emoção para facilitação do pensamento; Nas tarefas propostas nas C (transição) e G (mistura), que a compreensão de emoções é avaliada; já o gerenciamento das emoções é avaliado por meio das tarefas da D (administração de emoções) e H (relações emocionais).

A partir de 2013 o *MSCEIT* destaca-se nos estudos sendo utilizado para a avaliação da Inteligência Emocional, depois de várias testagens principalmente no contexto educacional, mais especificamente no ensino superior. A comparação do instrumento com medidas de desempenho e personalidade concluem que este é adequado para a avaliação da inteligência emocional, que é um construto novo e não relacionada diretamente à tais outros conceitos.

Considerações Finais

Durante anos de estudos com alguns instrumentos utilizados para avaliação da Inteligência Emocional, destaca-se o *Mayer-Salovey-Caruso-Emotional Intelligence Test (MSCEIT)* que, além de ser o mais utilizado nas pesquisas encontradas, foi estudado na comparação com outras escalas, testes projetivos e objetivos, resultando em boas relações. O referido instrumento já é utilizado em diversos contextos, sobretudo o educacional.

Diferente do esperado, não foram identificados muitos estudos na área organizacional e do trabalho, apesar de serem localizadas referências sobre a importância da Inteligência Emocional para o sucesso profissional e na carreira. Sendo assim, seria importante que fossem realizados mais estudos direcionados à avaliação do conceito especificamente nesses contextos, em que o termo vem ganhando espaço, devido à complexidade dos desafios do mundo do trabalho na contemporaneidade. Assim, seria recomendáveis pesquisas tanto para validação de instrumentos quanto de procedimentos de intervenção e de treinamento em organizações.

No contexto da Educação, os estudos de revisão requerem maior aprimoramento, visto que atualmente há publicações em maior número, como apontou este estudo.

Assim, estudos do tipo estado da arte, são relevantes para sintetizar, avaliar e apontar tendências, e, principalmente, para favorecer a análise crítica sobre a produção e, assim, indicar lacunas. Como limitação deste estudo, cabe destacar a necessidade de análise dos achados, para além dos métodos e instrumentos utilizados, que foi o foco deste estudo, e também da relação entre o construto Inteligência Emocional e outros como Competências Socioemocionais e Habilidades Sociais.

Finalizando, a escolha da revisão integrativa de literatura como método de pesquisa para este estudo foi considerada apropriada para atender aos objetivos do estudo. Conclui-se que vários instrumentos de avaliação foram propostos apontando, ainda, para a necessidade de se vincular e integrar os conhecimentos advindos de pesquisas às práticas de intervenção em diferentes contextos.

Referências

- Bacon, A., & Corr, P. J. (2017). Motivating Emotional Intelligence: A Reinforcement Sensitivity Theory (RST) Perspective. *Motivation and Emotion*, 37(3), 373-638. Retrieved from <http://www.philipcorr.net/uploads/downloads/312.pdf>. doi:10.1007/s11031-017-9602-1.
- Bueno, J. M. H., & Primi, R. (2003). Inteligência Emocional: Um Estudo de Validade sobre a Capacidade de Perceber Emoções. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(2), 279-291. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/%0D/prc/v16n2/a08v16n2.pdf>.
- Bueno, J. M. H., Santana, P. R., Zerbini, J., & Ramalho, T. B. (2006). Inteligência emocional em estudantes universitários. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(3), 305-316. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722006000300007>.
- Côbero, C.; Primi, R.; & Muniz, M. (2006). Inteligência emocional e desempenho no trabalho: um estudo com MSCEIT, BPR-5 e 16PF1. *Paidéia*, 16(35), 337-348. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v16n35/v16n35a05.pdf>.
- Cobos-Sánchez, L., Fluja-Contreras, J. M., & Gómez-Becerra, I. (2017). The role of Emotional Intelligence in Psychological Adjustment among Adolescents. *Anales de Psicología*, 33(1), 66-73. Retrieved from <https://dx.doi.org/10.6018/analesps.33.1.240181>.
- González, J., Ros, A.B., Jiménez, M.I., & Garcés de los Fayos, E.. (2014). Análisis de los niveles de burnout en deportistas en función del nivel de inteligencia emocional percibida: el papel moderador de la personalidad. *Cuadernos de Psicología del Deporte*, 14(3), 39-48. Recuperado de http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1578-84232014000300005&lng=es&tlng=es.
- Jesus Junior, A. G. de, & Noronha, A. P. P. (2007). Inteligência emocional e provas de raciocínio: um estudo correlacional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 480-489. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722007000300016>.
- Kun, B., Urbán, R., Paksi, B., Csóbor, L. V., Oláh, A., & Demetrovics, Z. (2012). Psychometric characteristics of the Emotional Quotient Inventory, Youth Version, Short Form, in Hungarian high school students. *Psychological Assessment*, 24(2), 518-523. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1037/a0026013>.
- Maccann, C., Roberts, R. Matthews, G. & Zeidner, M. (2004). Consensus scoring and empirical option weighting of performance-based Emotional Intelligence (EI) tests. *Personality and Individual Differences*, 36, 645-662. Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/223305175_Consensus_scoring_and_empirical

- _option_weighting_of_performance-based_Emotional_Intelligence_EI_tests.
doi:10.1016/S0191-8869(03)00123-5.
- Mayer, J. D., & Salovey, P. (1997). What is emotional intelligence? In P. Salovey & D. Sluyter (Eds.), *Emotional development and emotional intelligence: Implications for educators*. New York: Basic Books.
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. de C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 17(4), 758-764. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>.
- Miguel, F. K., & Pessotto, F. (2016). Projective aspects on cognitive performance: distortions in emotional perception correlate with personality. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 29, 17. Retrieved from <https://dx.doi.org/10.1186/s41155-016-0036-6>.
- Miguel, F. K., Amaro, M. C. P., Huss, E. Y., & Zuanazzi, A. C. (2017). Emotional perception and distortion correlates with Rorschach cognitive and interpersonal variables. *Rorschachiana*, 38(2), 143-159. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1027/1192-5604/a000096>.
- Miguel, F. K., Caramanico, R. B., Huss, E. Y., & Zuanazzi, A. C. (2017). Validade do Reading the Mind in the Eyes Test em uma Amostra Brasileira. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 27(66), 16-23. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/1982-43272766201703>.
- Miguel, Fabiano Koich, Zuanazzi, Ana Carolina, & Villemor-Amaral, Anna Elisa de. (2017). Avaliação de Aspectos da Inteligência Emocional nas Técnicas de Pfister e Zulliger. *Trends in Psychology*, 25(4), 1853-1862. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.9788/tp2017.4-17pt>.
- Mikulic, I. M., Crespi, M. C., & Cassullo, G. L. (2010). Evaluación de la Inteligencia Emocional, la Satisfacción Vital y el Potencial Resiliente en una muestra de estudiantes de psicología. *Anuario de investigaciones*, 17, 169-178. Recuperado http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-16862010000100061&lng=es&tlng=es.
- Noronha, A. P. P., Primi, R., Freitas, F. A. de, & Dantas, M. A. (2007). Análise dos itens do Mayer-Salovey-Caruso Emotional Intelligence Test: escalas da área estratégica. *Psicologia em Estudo*, 12(2), 415-422. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722007000200023>.
- Parker, J. D. A., Keefer, K. V., & Wood, L. M. (2011). Toward a brief multidimensional assessment of emotional intelligence: Psychometric properties of the Emotional Quotient

- Inventory—Short Form. *Psychological Assessment*, 23(3), 762-777. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1037/a0023289>.
- Primi, R.; Bueno, J. M. H.; & Muniz, M. (2006). Inteligência emocional: Validade Convergente e Discriminante do MSCEIT com BPR-5 e o 16PF. *Psicologia Ciência e Profissão*, 2006, 26(1), 26-45. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932006000100004>.
- Ramírez-Lucas, A., Ferrando, M., & Sainz, A. (2015). ¿Influyen los Estilos Parentales y la Inteligencia Emocional de los Padres en el Desarrollo Emocional de sus Hijos Escolarizados en 2º Ciclo de Educación Infantil?. *Acción Psicológica*, 12(1), 65-78. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.5944/ap.12.1.14314>.
- Rieck, T., & Callahan, J. L. (2013). Emotional intelligence and psychotherapy outcomes in the training clinic. *Training and Education in Professional Psychology*, 7(1), 42-52. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1037/a0031659>.
- Schlegel, K., & Scherer, K. R. (2016). Introducing a short version of the Geneva Emotion Recognition Test (GERT-S): Psychometric properties and construct validation. *Behavior Research Methods*, 48(4), 1383-1392. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.3758/s13428-015-0646-4>.
- Siqueira, M. M. M.; Barbosa, N. C.; & Alves, M. T. (1999). Construção e validação fatorial de uma medida de inteligência emocional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 15(2), 143-152. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37721999000200007>.
- Thorndike, R. L. (1936). Factor analysis of social and abstract intelligence. *Journal of Educational Psychology*, 27, 231-233.
- Woyciekoski, C., & Hutz, C. S. (2009). Inteligência emocional: teoria, pesquisa, medida, aplicações e controvérsias. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 1-11. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722009000100002>.

Psicodiagnóstico e Transexualidade: um estudo de caso

Elcimar do Amaral Bosco
Sandra de Fátima Barboza Ferreira
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Resumo: A experiência transexual é caracterizada, principalmente, por um intenso desconforto do sujeito em relação a seu sexo anatômico, e o desejo expresso de ser reconhecido socialmente enquanto pertencente ao gênero oposto. O presente trabalho tem como objetivo expor uma possibilidade de atuação para o psicólogo junto a pacientes que são candidatas à cirurgia de neocolpovulvoplastia (construção do órgão sexual feminino). Enfatiza-se a importância do processo psicodiagnóstico – especialmente das técnicas expressivo-projetivas – como meio pelo qual pode-se compreender a vivência subjetiva de pacientes transexuais. Do ponto de vista metodológico, o que se desenvolve é o estudo de caso de uma paciente biologicamente masculina que esperava por uma vaga para a cirurgia de neocolpovulvoplastia. A bateria utilizada para o Psicodiagnóstico foi composta pelos seguintes instrumentos: entrevista de anamnese com a paciente; o Teste Palográfico; o H.T.P.; as Figuras Complexas de Rey; e, finalmente, o Rorschach (Sistema Compreensivo). A partir dos resultados obtidos durante o processo, especialmente no H.T.P., foi possível perceber a existência de fantasias que compunham as expectativas referentes ao processo cirúrgico: a relação da paciente com seu corpo estava sustentada na crença que, após a cirurgia, ela seria magicamente aceita pela sua família e a família do seu namorado. Também ficou evidente, através dos dados obtidos no Rorschach. Tendo o corpo e os relacionamentos sociais como fonte constante de estresse ela apresentava um comportamento impulsivo como forma de tentar eliminar rapidamente as fontes de sofrimento. Por fim, concluiu-se que o Psicodiagnóstico é um meio eficaz para auxiliar a tomada de decisão do paciente, vislumbrando as consequências futuras e os desdobramentos sociais do processo cirúrgico. As técnicas expressivo-projetivas contribuem, então, para prover a equipe de saúde de dados empíricos a respeito da saúde mental da paciente, bem como para alcançar aspectos subjetivos da personalidade.

Palavras-Chave: Psicodiagnóstico; Transexualidade; Gênero; Sexualidade; Métodos Projetivos.

Introdução

A experiência transexual é caracterizada, principalmente, por um intenso desconforto do sujeito em relação a seu sexo anatômico, e o desejo expresso de ser reconhecido enquanto pertencente ao gênero oposto. Pessoas que, de alguma forma, sofrem de tal desconforto, podem recorrer ao sistema de saúde para, por meio de procedimentos cirúrgicos, adequar seu corpo às suas expectativas.

No Brasil, a cirurgia de redesignação sexual (ou cirurgia de mudança de sexo, ou, ainda, transgenitalização), está autorizada desde 2010 pela resolução nº1.955 do Conselho Federal de Medicina (CFM, 2010). Essa resolução autoriza a “cirurgia de neocolpovulvoplastia (construção do órgão sexual feminino) assim como outros procedimentos, como no caso das gônadas e caracteres sexuais secundários que queiram ser eliminados [...]” (Palla et al., 2013, pg.85). Para poder solicitar o procedimento é necessário que o paciente apresente um diagnóstico de “disforia de gênero” (APA, 2014). Esse “refere-se”, de maneira sucinta, “ao sofrimento que pode acompanhar a incongruência entre o gênero experimentado ou expresso e o gênero designado de uma pessoa.” (APA, 2014, p. 451). De acordo com o Manual Diagnóstico

e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-5), o gênero experimentado diz respeito ao sentimento de pertencer a um determinado gênero e não a outro; enquanto o gênero designado é atribuído socialmente, de acordo com a percepção dos órgãos genitais da pessoa (APA, 2014).

A portaria GM/MS 2.803/2013 (Brasil, 2013) define, ampliando a portaria 1.707/08 (Palla et al., 2013), como a cirurgia de redesignação sexual deve ser realizada pelo SUS (Sistema Único de Saúde). As unidades que se prestarem a oferecer esse procedimento devem garantir o acesso do paciente a uma equipe interdisciplinar e multiprofissional especializada, sendo direito o acesso a um atendimento humanizado e livre de discriminação.

É nesse contexto que se insere o trabalho do psicólogo – como um dos profissionais de fundamental importância para contribuir com acesso de pacientes à cirurgia de redesignação sexual. Esse apoio pode se dar através do processo do psicodiagnóstico. Nesse contexto o psicodiagnóstico se apresenta como uma alternativa viável às equipes de saúde que queiram sondar mais profundamente os processos psicológicos de um indivíduo que vivencia a transexualidade.

Parte-se, então, da compreensão do psicodiagnóstico como processo cientificamente válido para subsidiar a decisão da equipe multiprofissional quanto ao acesso ou não à transgenitalização (Palla et al., 2013; Cunha, 2000a). Além dos benefícios diretos que podem auxiliar para uma compreensão diagnóstica correta do caso; o psicodiagnóstico pode ajudar, também, a elaborar propostas específicas, pensadas de maneira a maximizar a intervenção do psicólogo em um contexto psicoterápico.

Tendo isso em vista, o objetivo desse artigo foi apresentar uma proposta de bateria semi estruturada de avaliação psicológica para casos que demandam os procedimentos de transgenitalização.

O diagnóstico

Atualmente, o DSM-5 (APA, 2014, pg. 451) utiliza, diferentemente das edições anteriores, o termo “disforia de gênero” para se referir “ao sofrimento que pode acompanhar a incongruência entre o gênero experimentado ou expresso e o gênero designado de uma pessoa.”. Os autores do manual argumentam que o termo atual é mais adequado clinicamente, uma vez que “foca a disforia como um problema clínico” (APA, 2014, p.452).

Os critérios para o diagnóstico de disforia de gênero, que se enquadra sob o código 302.6, se dividem em duas partes. A primeira diz respeito à presença de disforia de gênero em crianças. Os critérios tratam, basicamente, de observar os comportamentos infantis e se eles estão de acordo como o gênero atribuído ao nascimento. Por exemplo, observar se um menino

(gênero atribuído ao nascimento) se sente confortável usando roupas geralmente usadas por meninos; se costumar brincar com brinquedos típicos ao gênero atribuído; se apresenta ou não forte desejo de possuir caracteres sexuais primários ou secundários do gênero oposto; entre outros (APA, 2014).

A segunda parte dos critérios diagnósticos, sob o código 302.85, caracterizam a disforia de gênero em adolescentes e adultos. Além da incongruência sentida entre o sexo de nascimento e o gênero atribuído na esfera social, essa categoria inclui como critério um “Forte desejo de livrar-se das próprias características sexuais primárias e/ou secundárias [...]” (APA, 2014, p. 452). Soma-se a isso, uma crença forte e pessoal de se comportar e agir tal qual o gênero oposto (APA, 2014).

É preciso destacar, entretanto, que a discussão entre utilizar o termo “disforia de gênero” ao invés de “transtorno de identidade de gênero” não é nova. A escolha feita pelo DSM-5 desconsidera a opinião de uma série de pesquisadores que, assim como Saadeh (2004), por exemplo, atentam para o fato que nem todo paciente com disforia de gênero é, necessariamente, transexual. A incongruência sentida com o corpo pode não implicar em um desejo de mudança anatômica através do procedimento cirúrgico – nesse sentido, o termo utilizado pelo DSM-5 desconsidera a imensa variedade de fenômenos que podem estar relacionados às vivências da transexualidade.

Outros fatores também devem ser considerados quando se esforça no sentido de fechar o diagnóstico para disforia de gênero. Alguns autores (Schaefer & Wheeler, 1995 *apud* Saadeh, 2004) sugerem fazer um amplo levantamento do desenvolvimento desse paciente. A finalidade seria obter dados que permitam diferenciar a condição transexual do travestismo. Este último seria mais caracterizado pelo desejo de vestir e se comportar como o gênero oposto, sem a necessidade de recorrer aos procedimentos cirúrgicos. Essa diferença pode ser relevante, pois pesquisas sugerem que, embora para transexuais a neocolpovulvoplastia, normalmente, implique em uma melhoria significativa na qualidade de vida; para travestis – que, pelos mais diversos motivos podem solicitar intervenção cirúrgica – o mesmo procedimento geralmente acarreta arrependimentos e tentativas de reversão da cirurgia (Docter, 1990 *apud* Saadeh, 2004).

Objetivos e Método

O presente trabalho tem como objetivo expor uma possibilidade de atuação para o psicólogo junto a pacientes que são candidatas à cirurgia de neocolpovulvoplastia (construção do órgão sexual feminino). Enfatiza-se a importância do processo psicodiagnóstico –

especialmente dos métodos projetivos – como meio pelo qual pode-se compreender a vivência subjetiva de pacientes transexuais.

Do ponto de vista metodológico, é um estudo de caso de uma paciente biologicamente masculina que esperava por uma vaga para a cirurgia de neocolpovulvoplastia. Compreende-se o estudo de caso como um trabalho intensivo que visa obter uma grande quantidade de dados, em extensão e profundidade, de um só sujeito (Serralta et al., 2011). A subjetividade e as idiossincrasias dessa paciente são tomadas como unidades de análise, para que assim seja possível compreender como o fenômeno da transexualidade foi se desenvolvendo ao longo do tempo.

A bateria utilizada para o Psicodiagnóstico foi composta pelos seguintes instrumentos: entrevista de anamnese com a paciente (PALLA et al, 2013); o Teste Palográfico (Alves & Esteves, 2004); o H.T.P. (Buck, 2003); a Figura Complexa de Rey-A (Oliveira & Rigonni, 2010); e, finalmente, o Rorschach SC (Exner, 1999).

A entrevista de anamnese visou investigar questões referentes ao desenvolvimento da personalidade, e da identidade transexual. Uma ênfase especial foi dada na maneira com que ela lidava com os sentimentos de inadequação sexual ao longo de diferentes fases da vida (Palla et al., 2013; Leri et al., 2017). Sobretudo, procurou-se compreender quais eram as estratégias utilizadas para minimizar o sofrimento psíquico em momentos que não tinha idade para recorrer ao procedimento cirúrgico.

Os testes de personalidade Palográfico e H.T.P. foram escolhidos para identificar, mais profundamente, os recursos egóicos, os mecanismos de defesa atuantes e as fantasias inconscientes implicadas na construção da identidade transexual. A Figura Complexa de Rey-A foi adicionada ao final para avaliar algumas competências específicas que poderiam ser uma base importante para uma futura orientação profissional da paciente (que, no momento da avaliação, estava desempregada).

A partir da análise das variáveis do Rorschach SC foi possível observar, entre outros aspectos, os níveis de estresse, a maneira como a paciente lida com os afetos internos desagradáveis, e as características mais específicas que envolvem a percepção e a distorção de algumas informações no processamento dos estímulos.

Estudo de caso

A paciente estava com 28 anos de idade quando começara os procedimentos para ter acesso à cirurgia de neocolpovulvoplastia. No momento da avaliação estava fazendo uso descontinuado de *bupropiona* como parte de um tratamento para parar de fumar. Com relação

ao histórico familiar, relatou ser a mais nova de uma prole de seis. Considerava possuir uma boa relação com a mãe, com a qual conversava com bastante frequência. Descreveu o pai como uma pessoa agressiva e ausente.

Conforme apontado pela literatura especializada (Verduguez, 2009; Palla et al., 2013), é de suma importância observar como a paciente transexual experiencia o corpo nos diferentes momentos de seu desenvolvimento. Já foi observado, por exemplo, que adultos transexuais, em geral, vivenciam um intenso desconforto com o sexo anatômico desde a infância (Schaefer & Wheeler, 1995 *apud* Saadeh, 2004; APA, 2014) – podendo expressar claramente seu desejo por ser tratado como uma pessoa do gênero oposto ainda em tenra idade.

No caso dessa paciente foi possível observar, durante a anamnese, dois padrões distintos de se relacionar com o corpo masculino. O primeiro deles está de acordo com as pesquisas realizadas sobre o tema (Verduguez, 2009; Palla et al., 2013; APA, 2014; Lerri et al., 2017). Os sentimentos de inadequação com o corpo e o sexo anatômico já se faziam notar desde a infância; e foram se intensificando durante a puberdade. Ela relatou que, quando criança, gostava de ser maquiada pelas irmãs e, com frequência, usava vestidos e perucas para se efeminar.

Durante a adolescência, não se conformava com o fato de suas irmãs terem menstruado e ela não, tendo, inclusive, chorado muito quando sua avó lhe contara que “meninos não sangram” (*sic*). Ainda durante os anos da puberdade, tão grande era sua convicção que, na verdade, era uma menina, que chegou a fazer uso do anticoncepcional “Ciclo 21” quando começara a namorar com um garoto.

A segunda característica observada nessa paciente no que diz respeito ao trato com o corpo e o sexo anatômico destoa um pouco do observado na literatura científica (Verduguez, 2009; Palla et al., 2013; APA, 2014; Lerri et al., 2017). Durante o final da puberdade e o início da idade adulta ela alternava entre extremos de feminilização e masculinização. Havia períodos em que se travestia e se automedicava com hormônios femininos. Em outros momentos, substituía a medicação, passando a tomar anabolizantes, ir regularmente à academia “para crescer e ficar grande” (*sic*) e, até mesmo, se envolver sexualmente com mulheres.

Da bibliografia pesquisada, apenas Burton e Lothwell (2014) descrevem um caso onde fora observado um movimento semelhante. Esses autores levantam a hipótese que essa alternância pode ser reflexo de uma dificuldade da paciente discernir entre as esferas da transexualidade e do travestismo. A falta de marcadores culturais que permitam diferenciar entre essas duas experiências dificultam o processo de construção da identidade – uma vez que a transexualidade pode ser confundida com o desejo de usar roupas atribuídas ao gênero oposto.

No que diz respeito à Psicologia, essa discussão evidencia a importância de mais pesquisas que tratem, especificamente, de diferenciar transexualidade e travestismo. Isso pois, enquanto para a pessoa transexual a adequação cirúrgica do corpo pode aumentar a qualidade de vida, os trabalhos de Burton e Lothwell (2014) indicam que travestis tendem a se arrepender e solicitar a reversão dos procedimentos cirúrgicos.

Resultados e Discussão

A examinanda apresentou-se motivada, receptiva e colaborativa durante as atividades realizadas nas sessões. Era comum, após a finalização das atividades, que expressasse o que mais lhe chamara a atenção (ou não) no que tinha acabado de fazer. Após a aplicação do H.T.P., por exemplo, comentou abertamente a respeito do seu incômodo inicial com suas habilidades para o desenho; e como foi se envolvendo na atividade, até que, de certo ponto em diante, conseguiu soltar-se mais e realizar a tarefa.

No Palográfico, apresentou uma produtividade dentro da média, com um perfil de produção que pode ser caracterizado como ascendente – que indica que a medida que uma pessoa se familiariza com a tarefa, sua produtividade tende a aumentar. Essas características somadas a uma boa capacidade de planejamento, organização espacial adequada, e memória visual imediata bem desenvolvida (observadas a partir da análise da Figura Complexa de Rey-A) justificam que a paciente possa buscar uma orientação para sua vida profissional. Tais habilidades, caso sejam devidamente desenvolvidas, poderão contribuir para que ela encontre uma profissão a qual possa se dedicar.

No que diz respeito à organização da personalidade, apresenta uma dinâmica marcada pela predominância de elementos impulsivos e ansiosos. Estressores internos desestabilizam as habilidades cognitivas da paciente; que, ao invés de elaborar a estimulação emocional (o índice *Afr* se encontrava rebaixado) age impulsivamente para eliminar as fontes de tensão. Tal impulsividade reflete-se, ainda, no campo ideativo (três respostas foram classificadas como DR1): durante a testagem, ao menor sinal de desconforto emocional, a paciente tendia a divagar, mudava de assunto e falava bastante sobre temas alheios as atividades realizadas.

Ainda sobre a questão relativa à impulsividade, chama a atenção a relação entre a estimulação interna vivenciada (es) e os recursos disponíveis para iniciar uma ação (EA). Em uma pessoa adulta espera-se que EA seja maior que es (Exner & Sendín, 1999); ou seja, que esse sujeito possa, ao sentir algum desconforto interno, tomar medidas para diminuir seu desconforto. No caso dessa paciente o índice es (14) é o dobro de EA (7). Isso significa que ela estava mais propensa a agir impulsivamente, uma vez que está sendo constantemente

bombardeada por disparadores internos de tensão. É possível que o corpo biologicamente masculino e suas representações na vida mental ocupem esse lugar de elemento de tensão para a paciente (Verduguez, 2009).

Com relação aos desenhos do H.T.P. um dado que chama a atenção é o desenho das figuras humanas. O tamanho aumentado indica que a paciente tende a sobrevalorizar suas competências, se julgando superior às outras pessoas, como uma forma de compensar sentimentos de inferioridade (Buck, 2003).

A paciente desenhou a figura feminina com uma riqueza de detalhes muito maior que a figura masculina. No desenho acromático, quando perguntada sobre quem poderia ser a mulher desenhada, a paciente respondeu que seria ela mesma após o procedimento cirúrgico a ser realizado. As características da mulher desenhada contrastam com as da própria paciente: enquanto a primeira era descrita como uma mulher bonita, bem vestida, sociável e com muitos amigos; a paciente vivia uma situação em que não conseguia “se montar”¹ e nem sair de casa por medo de ser agredida na rua.

Foi na parte cromática, no entanto, que as projeções se intensificaram. Durante o inquérito das pessoas cromáticas disse, novamente, que a mulher era ela após a cirurgia e o homem desenhado era seu namorado. Revelou, durante o inquérito, que acreditava que o namorado ficaria muito feliz ao vê-la como uma “mulher completa” (*sic*) – ou seja, possuindo uma vagina ao invés de um pênis. Quando a transição terminasse o namorado poderia, enfim, assumi-la e ambos viveriam um relacionamento estável; as brigas do casal terminariam e o namorado poderia parar de se encontrar com travestis. Além disso, deixaria de sentir medo de sair na rua vestida como mulher por que, depois da cirurgia, ela seria, de fato, uma mulher.

Tal compreensão do procedimento cirúrgico como uma solução definitiva não só para os problemas vivenciados com o corpo biológico, mas, também, para minimizar o preconceito sofrido é muito comum em pessoas transexuais (Palla et al., 2013). Ao psicólogo cabe orientar a paciente para um entendimento mais realista das possibilidades da cirurgia – em especial, esclarecer que, mesmo após a mudança do sexo anatômico, infelizmente, o preconceito ainda será algo com o qual a paciente terá que lidar no seu dia a dia (Palla et al., 2013).

Ainda sobre as fantasias que a paciente expressou no H.T.P., é importante mencionar algumas questões que foram observadas durante o inquérito do desenho da casa. Ela representou a casa que gostaria de morar com seu namorado – uma casa de dois andares, um quintal grande e um cachorro. Mais do que isso: seu desejo era que o casal pudesse viver uma relação

¹ “Se montar” é um termo genérico utilizado por pessoas *trans* para caracterizar o ato de se vestir e se produzir como uma pessoa do gênero oposto.

monogâmica aos moldes de uma família tradicional. A paciente se tornaria, após o procedimento cirúrgico, a esposa e dona de casa que, alegremente, recebe o marido no portão ao fim do dia.

É possível que esse esforço em se adaptar a padrões culturais que determinam, rigidamente, os papéis de gênero dentro de um relacionamento seja consequência de uma forma muito específica de processar a informação. No Rorschach o número de respostas D foi muito maior que aquelas classificadas como W ($W/D = 1:10$). Esse dado indica que a paciente tende a ser extremamente prática, voltando seu interesse para atitudes mais óbvias e pouco criativas (Exner & Sendín, 1999). Soma-se a esse dado, o índice Xu% elevado (0,38) e o índice de egocentrismo igualmente acima da média (0,65). A paciente tende a ser muito aut centrada e direcionar suas preocupações para si mesma.

Dessa forma, as fantasias expressas no H.T.P. podem refletir uma personalidade que tende a desviar a atenção do problema para aspectos internos que, apesar de também serem fonte de tensão, não são essenciais naquela situação. Dizendo de outro modo, ao invés de se concentrar nas idiossincrasias da sua relação, a paciente compreende os desentendimentos com seu parceiro como uma extensão de seus conflitos internos.

Em síntese, a análise dos dados expressivo-projetivos demonstrou uma personalidade marcada pela presença de alta impulsividade utilizada como recurso para evitar o contato com estímulos internos desagradáveis. O desconforto com o sexo anatômico aparece como uma fonte ímpar de tensão. Apresentou, ainda, tendência a idealizar o processo cirúrgico como uma solução definitiva e instantânea para seus problemas.

Conclusão

A experiência transexual é caracterizada como um intenso desconforto sentido pelo sujeito em relação ao seu corpo biológico e o desejo expresso de ser reconhecido como pertencente ao gênero oposto. A pessoa transexual pode recorrer a certos procedimentos cirúrgicos para alterar seu corpo e deixá-lo mais próximo de suas expectativas. A cirurgia de neocolpovulvoplastia refere-se à construção do órgão sexual feminino a partir do pênis – sendo uma das formas de modificação corporal que mulheres transexuais podem buscar para, junto a outros tratamentos, manter um corpo feminino.

O artigo exposto tratou sobre o caso de uma paciente transexual biologicamente masculina que era candidata à neocolpovulvoplastia. Através do Psicodiagnóstico foi possível observar as características da sua dinâmica de personalidade. Sobretudo, percebeu-se que a avaliação psicológica é um meio eficaz para compreender as expectativas e fantasias do

paciente em relação ao processo cirúrgico. Nesse contexto, as técnicas expressivo-projetivas ocupam uma posição ímpar ao permitir que a paciente expresse emoções, sentimentos e outras nuances de sua personalidade.

Sendo assim, o Psicodiagnóstico pode fornecer dados empíricos à equipe de saúde; permitindo, dessa maneira, um posicionamento mais individualizado e específico, voltado para a compreensão das necessidades singulares do paciente em atendimento.

Referências

- Alves, I.C.B., & Esteves, C. (2004). *O Teste Palográfico na Avaliação da Personalidade*. São Paulo: Vetor Editora.
- American Psychiatric Association (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais DSM-5*. Porto Alegre: Artmed.
- American Psychiatric Association (2002). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais DSM IV-TR*. Porto Alegre: Artmed.
- Brasil. Ministério da Saúde. Portaria MS nº2.803/2013. Redefine e amplia o Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Portaria n. 2.803, de 19 de novembro de 2013. Brasília. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acessado em: 17 de novembro de 2016.
- Brasil. Ministério da Saúde (2008). *Painel de indicadores do SUS nº 5 – Prevenção de violências e cultura de paz*. Brasília.
- Buck, J.N. (2003). *H-T-P: casa-árvore-pessoa, técnica projetiva de desenho: manual e guia de interpretação*. São Paulo: Vetor.
- Burton, J.K., & Lothwell, L. (2014). Problema de fase da vida: “É só uma fase”: problemas ligados à fase da vida e desenvolvimento LGBT. In: Levounis, P.; Drescher, J.; Barber, M.E. (Org.). *O livro de casos clínicos GLBT*. (PP. 297-306). Porto Alegre: Artmed.
- Cunha, J.A. (2000a). Fundamentos do Psicodiagnóstico. In.: Cunha, J.A. (Org.). *Psicodiagnóstico V*. (pp. 23-31). 5 ed., Porto Alegre: Artmed.
- Cunha, J.A. (2000a). A história do examinando. In.: Cunha, J.A. (Org.). *Psicodiagnóstico V*. (pp. 57-66). 5 ed., Porto Alegre: Artmed.
- Conselho Federal De Medicina. (2010). Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a resolução CFM nº 1.652/02. Resolução n.1.955, de 3 de setembro de 2010. Brasília.
- Exner, J.E. (1999). *Manual de classificação do Rorschach para o sistema compreensivo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Exner, J.E., & Sendín, C. (1999). *Manual de interpretação do Rorschach para o sistema compreensivo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lerri, M.R. et al. (2017). Características clínicas de uma amostra de pessoas transexuais. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 39 (10), 545 – 551.
- Palla, A.C.F. et al. (2013). Uma proposta de psicodiagnóstico no contexto da cirurgia de transgenitalização. *Encontro: Revista de Psicologia*, 16 (24), 83 – 94.
- Oliveira, M.S., & Rigoni, M.S. (2010). *Figuras Complexas de Rey: Teste de cópia e de reprodução de memória de figuras geométricas complexas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Saadeh, A. (2004). *Transtorno de identidade sexual: um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino*. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Serralta, F.B. et al. (2011). Considerações metodológicas sobre o estudo de caso na pesquisa em psicoterapia. *Estudos de Psicologia*, 28 (4), 501 – 510.
- Verduguez, E.R.U. (2009). *Aspectos da psicosexualidade e da personalidade de pacientes autodenominados transexuais masculinos e femininos avaliados pelo teste projetivo de Szondi*. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SEÇÃO 3 – Psicopatologia

Depressão materna: associações com crenças negativas e resiliência, avaliadas por entrevista semiestruturada

Fernanda Aguiar Pizeta

Universidade Paulista - UNIP

*Sonia Regina Loureiro*²

Universidade de São Paulo - RP

Sonia Regina Pasian

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

Universidade de São Paulo

Resumo: O cenário familiar das pessoas com diagnóstico de depressão recorrente é reconhecido pela presença de múltiplos estressores e menos recursos de proteção, sendo relevante identificar tais condições por meio de instrumentos de avaliação sistemática que permitam verificar o peso diferenciado dessas variáveis. Objetivou-se identificar possíveis associações entre a depressão recorrente em mulheres que são mães e condições do contexto de vida e familiar, visando verificar o efeito preditivo das variáveis de vulnerabilidade e risco familiar para indicadores de resiliência, avaliados por meio de entrevista semiestruturada. O presente estudo adotou um delineamento transversal, correlacional preditivo, avaliando-se 100 mulheres entre 25 e 45 anos com filhos em idade escolar, sendo 50 mães com depressão recorrente e outras 50 sem transtornos psiquiátricos. Utilizou-se entrevista diagnóstica para confirmação do histórico psiquiátrico, questionário sociodemográfico, Escala de Eventos Adversos e entrevista semiestruturada, para avaliação de crenças maternas negativas e indicadores de resiliência. Os dados foram codificados e analisados estatisticamente, por correlação e regressão linear ($p \leq 0,05$). Identificou-se correlação moderada e positiva entre depressão das mulheres/mães com crenças maternas negativas ($\rho = 0,699$), bem como com eventos estressores cumulativos ($\rho = 0,535$). Houve, ainda, correlação moderada negativa da depressão com indicadores de resiliência familiar ($\rho = -0,545$). Na análise de regressão, a depressão mostrou-se significativamente preditora de menos recursos de proteção facilitadores da resiliência, de forma isolada e também combinada com a presença de eventos estressores e crenças negativas. Na análise multivariada, os eventos estressores cumulativos também foram preditores de menos recursos, o que não ocorreu para as crenças negativas maternas. O modelo de regressão com melhor poder de predição incluiu a presença da depressão e escores de eventos adversos cumulativos ($R^2 = 0,293$). Destaca-se que a depressão se configura como fator de risco para a presença de recursos de proteção, os quais também são impactados pelas demais adversidades cumulativas. As evidências empíricas apontaram que possibilidades de potencialização dos recursos familiares demandam ações de cuidado em saúde mental, especificamente relacionado à depressão das mulheres com filhos, associadas à compreensão e intervenção junto a variáveis sociodemográficas e de eventos de vida, mediante políticas públicas que as contemplem. Tais dados contribuem para a proposição de intervenções que considerem o peso dos riscos cumulativos e das condições que podem operar como protetoras no contexto familiar. Destaca-se que a entrevista semiestruturada mostrou-se útil para acessar indicadores desse contexto, podendo ser objeto de estudos psicométricos, de forma a se confirmar sua aplicabilidade em outros contextos.

Palavras-chave: Depressão Materna; Estressores; Resiliência; Avaliação Psicológica; Entrevista.

Introdução

O cenário familiar das pessoas com diagnóstico de depressão recorrente é reconhecido pela presença de múltiplos estressores e menos recursos de proteção, sendo relevante identificar tais condições por meio de instrumentos de avaliação sistemática que permitam verificar o peso diferenciado dessas variáveis.

² Apoio: CNPq

A depressão configura-se em um transtorno mental de alta prevalência e se caracteriza por tristeza, pouca disposição para a vida cotidiana, falta de interesse ou prazer, podendo ser recorrente ou crônica, com impacto negativo em diversos âmbitos da vida do indivíduo, limitando-o em suas atividades cotidianas (Associação Americana de Psiquiatria [APA], 2014). Tais peculiaridades, associadas ao aumento no número de casos no mundo (WHO, 2012), sinaliza para um transtorno que sozinho tem a maior contribuição para perdas em saúde (WHO, 2017), sendo identificada como a condição clínica que mais causará incapacidade no mundo (WHO, 2012).

O impacto psicossocial da depressão, contudo, não se restringe ao indivíduo acometido pelo transtorno depressivo, envolvendo ainda familiares e outras pessoas de seu contexto de vida. Ocorre mais em mulheres do que homens (Andrade et al., 2012; WHO, 2017), especialmente mulheres em idade fértil, entre 20 e 59 anos (Máximo, 2010), com prevalência entre 6 a 7% da população (WHO, 2017), o que coloca em destaque a importância do estudo com mulheres/mães. As dificuldades associadas à depressão podem favorecer, dentre outros prejuízos no contexto familiar, desfechos negativos no processo de desenvolvimento dos filhos que convivem com tal psicopatologia (Carlesso, Souza & Moraes, 2014).

Destaca-se, no contexto familiar, que a depressão pode favorecer prejuízos em razão de um ambiente desorganizado e com manifestações negativas de afeto, sendo que os filhos dessas mulheres com depressão ficam expostos a mais eventos de vida estressantes (Lopez-Duran, Nusslock, George & Kovacs, 2012). No ambiente familiar de convívio com a depressão materna, são considerados indicadores significativos de adversidade para o contexto de vida: a desvantagem econômica, a menor escolaridade das mulheres, as famílias monoparentais e oriundas de minorias étnicas, ressaltando como característico desse cenário familiar a presença de múltiplos riscos (Goodman et al., 2011). Psychogiou e Parry (2014) destacaram a influência mútua das múltiplas variáveis contextuais em famílias que convivem com pais com depressão, enfatizando o impacto desse transtorno para a parentalidade e para a organização da rotina familiar.

A compreensão do cenário de convívio com a depressão materna pode ser instrumentada pelo referencial teórico da psicopatologia do desenvolvimento, que busca compreender as múltiplas condições biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que concorrem para favorecer a competência e/ou a disfunção de pessoas e grupos frente aos eventos de vida ocorridos ao longo do ciclo vital (Toth & Cicchetti, 2010). Nessa perspectiva, a presença de condições estressoras pode sobrecarregar ou exceder os recursos adaptativos da pessoa ou da família (Yunes & Szymanski, 2001), constituindo condições adversas que podem ser recorrentes ou

cumulativas, na medida em que favorecem respostas desadaptativas frente a sua ocorrência (Masten & Gewirtz, 2006).

O reconhecimento de variáveis diversas de risco no cenário familiar de quem convive com mulheres/mães com depressão encontra respaldo na ampla compreensão de que as adversidades crônicas e/ou cumulativas têm impacto negativo para as crianças quando estas convivem com tais condições associadas (Evans, Li, & Whipple, 2013). A partir da perspectiva da psicopatologia do desenvolvimento, coloca-se, contudo, em questão o interjogo entre fatores adversos e de risco ao desenvolvimento e fatores e recursos de proteção, promotores de desfechos adaptativos apesar das adversidades (Juliano & Yunes, 2014; Walsh, 2016).

Nesse sentido, pondera-se que o mapeamento de processos promotores de desfechos adaptativos no contexto familiar, tal como proposto por Walsh (2016), reveste-se de importância. Tais processos são considerados pela referida autora em perspectiva dinâmica e integrativa, que considera os recursos para enfrentamento das adversidades. Dentre esses processos, são destacados os padrões de organização familiar, enquanto recursos para o estabelecimento e manutenção de normas internas e externas à família, que possibilitam a regulação dos comportamentos de seus membros de acordo com a cultura em que estão inseridos. Compreender tais padrões enquanto recursos de proteção implica na avaliação da flexibilidade de tais normas, nas relações afetivas e de conexão entre seus membros e na identificação de recursos sociais e econômicos efetivos às demandas familiares. Com isso, vislumbram-se importantes elementos do contexto familiar promotores de seu funcionamento adaptativo.

Outro aspecto relevante a se considerar no cenário da depressão e que pode ser analisado enquanto condição de vulnerabilidade cumulativa refere-se às crenças negativas das mulheres/mães. Walsh (2016) apresenta tal indicador ao elencar os processos relativos aos sistemas de crenças da família que influenciam o desenvolvimento, podendo favorecer trajetórias desenvolvimentais disfuncionais, incluindo a presença de problemas comportamentais (Gaté et al., 2013). As crenças negativas podem, assim, compor a interação entre fatores de risco e proteção, sendo relevantes no cenário da depressão.

A ausência de estudos que avaliem concomitantemente indicadores de risco e proteção ao desenvolvimento, especialmente no contexto da depressão materna, evidencia uma lacuna importante na literatura científica, com implicações para as práticas em saúde mental. Assim, objetivou-se identificar possíveis associações entre a depressão recorrente em mulheres que são mães e condições do seu contexto de vida e familiar, visando verificar o efeito preditivo das

variáveis de vulnerabilidade e risco familiar para indicadores de resiliência, avaliados por meio de entrevista semiestruturada.

Método

O estudo adotou um delineamento transversal, correlacional preditivo, sendo submetido, apreciado e aprovado pelo Comitê local de Ética em Pesquisas com Seres Humanos.

Participantes

Foram avaliadas 100 mulheres, mães entre 25 e 45 anos, com filhos biológicos em idade escolar (sete a 12 anos), sendo: G1 – 50 mulheres com diagnóstico de transtorno depressivo recorrente, com pelo menos um episódio moderado ou grave nos dois anos anteriores à coleta de dados, sem episódios nos últimos seis meses, e G2 – 50 mulheres sem transtornos psiquiátricos. Foram utilizados, como fonte de identificação das voluntárias, serviços de saúde da rede municipal e estadual de uma cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo/Brasil, respectivamente, serviços ambulatoriais de saúde mental e de atenção básica em saúde.

Para G1, considerou-se como condição de inclusão no estudo o diagnóstico de depressão recorrente, tendo por referência os critérios da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10 (OMS, 2017), sendo excluídas as mulheres que apresentaram diagnósticos de depressão maior com episódio único e exclusivamente com episódios leves, bem como comorbidades com outros transtornos psiquiátricos e doenças crônicas graves. Para o G2, foram incluídas mulheres sem transtornos psiquiátricos, sistematicamente avaliadas, excluindo-se aquelas com doenças crônicas graves.

Instrumentos e materiais

Utilizou-se entrevista diagnóstica para confirmação do histórico psiquiátrico, associado com os seguintes instrumentos:

- Questionário sociodemográfico - visando avaliar o perfil sociodemográfico e socioeconômico. Para tal, adotou-se o Critério de Classificação Econômica Brasil desenvolvido pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas – ABEP (ABEP, 2010).
- Entrevista Clínica Estruturada para o DSM-IV – SCID, tendo por objetivo avaliar presença/ausência de indicadores diagnósticos de transtornos psiquiátricos. Trata-se de uma entrevista considerada padrão ouro no estabelecimento de diagnósticos psiquiátricos, a qual foi traduzida e adaptada para a população brasileira por Del-Ben (1995), apresentando bons

indicadores psicométricos de validade (Del-Ben et al., 2001). Para G1 foram utilizados os módulos da Revisão Geral, da SCID I (módulos A, B, C, D, E e F) e SCID II, visando a confirmação diagnóstica de transtorno depressivo recorrente, a exclusão de comorbidades e a identificação do perfil clínico das mulheres, e para G2 a versão SCID-NP para a exclusão de transtornos psiquiátricos. Destaca-se que o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM, atualmente em sua quinta edição, manteve os critérios diagnósticos relativos aos transtornos depressivos persistentes apresentados na versão anterior, utilizada para a elaboração da SCID.

- Escala de Eventos Adversos – EEA, utilizada para a identificação de eventos estressores cumulativos. Foi proposta por Marturano (1999), com indicadores positivos de fidedignidade (Santos, 1999). A escala fornece um escore bruto, a partir da presença ou ausência de eventos de vida nos 36 itens, relativos a adversidades quanto à vida escolar e pessoal da criança e vida da família. Adotou-se o escore bruto obtido, sendo que quanto maior esse valor total, mais adversidades concorrentes a família vivenciou nos últimos 12 meses ou anteriormente na vida do filho.

- Roteiro de Entrevista Semiestruturado, visando avaliar indicadores de resiliência e crenças negativas maternas, proposto por Pizeta (2014), a partir da fundamentação e pressupostos de Walsh (2006). Contempla questões relativas à organização familiar, enquanto variáveis que evidenciam processos promotores de desfechos adaptativos, e às crenças maternas negativas, enquanto adversidade que pode concorrer para dificuldades no contexto familiar. Destaca-se que esse Roteiro foi elaborado de forma que as mulheres/mães pudessem responder sobre suas percepções quanto aos padrões adaptativos de organização familiar e crenças negativas, enquanto condições de proteção e risco concorrentes e cumulativas, inclusive à depressão materna, associadas às normas internas e externas que regulam os comportamentos de seus membros, à conexão entre eles e aos recursos sociais e econômicos disponíveis à família. O Roteiro foi avaliado a partir de 16 itens relativos aos recursos de organização familiar e 15 itens sobre as crenças negativas, pontuados frente à ausência ou presença do indicador, fornecendo escores distintos de proteção e de risco ao desenvolvimento.

Foram utilizados protocolos específicos para a anotação e a codificação das respostas da SCID e protocolos impressos para aplicação e codificação das escalas e das entrevistas, bem como gravador de áudio para o registro das entrevistas com as mães.

Procedimentos de coleta de dados

As avaliações com as mulheres/mães ocorreram nos serviços de saúde ou em locais de conveniência escolhido pelas mesmas, atendendo-se as condições de privacidade e conforto. As avaliações foram conduzidas por psicólogos treinados, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foram realizadas duas a três sessões individuais, face a face, com duração variável de 60 a 120 minutos (média de 85 minutos). Os instrumentos foram aplicados na seguinte ordem: Questionário Geral, SCID, EEA e o Roteiro de Entrevista Semiestruturado.

Tratamento dos dados

Os dados obtidos foram codificados de acordo com as proposições de cada instrumento, sendo os escores da EEA e das respostas na Entrevista digitados em planilha de Excel. Procedeu-se à comparação da análise de 20% das entrevistas por avaliadores independentes, com índices de concordância de cerca de 80%.

Os dados foram submetidos à análise estatística por meio do *software SPSS – versão 23*, realizando-se inicialmente os testes de normalidade Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk. Realizou-se a análise descritiva dos dados referentes às variáveis sociodemográficas. Procedeu-se à análise de correlação de Spearman e do tamanho do efeito das correlações significativas para as variáveis de interesse (depressão materna, estressores cumulativos, crenças negativas e recursos de organização familiar) e análise de regressão linear. Adotou-se em todos os testes estatísticos o nível de significância de 5% ($p \leq 0,05$).

Resultados e discussão

Perfil sociodemográfico

A caracterização do perfil sociodemográfico relativo às variáveis das mulheres/mães, filhos e suas famílias e as comparações entre G1 e G2 estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico e comparações entre variáveis relativas a características das crianças, mães e famílias para as díades de G1 (n=50) e G2 (n=50).

VARIÁVEIS	G1 (n=50)	G2 (n=50)	TOTAL (n=100)	O.R. Bruto	IC (95%)	p-valor*
	f (%)	f (%)	f (%)			
CRIANÇAS						
Idade (anos)						
07 a 09	24 (48,00)	26 (52,00)	50 (50,00)	1,000	Referência	0,8416
10 a 12	26 (52,00)	24 (48,00)	50 (50,00)	1,174	(0,535 ; 2,572)	
Sexo						
Masculino	24 (48,00)	26 (52,00)	50 (50,00)	1,000	Referência	0,8416
Feminino	26 (52,00)	24 (48,00)	50 (50,00)	1,174	(0,535 ; 2,572)	
Escolaridade						
1º a 5º ano	29 (58,00)	32 (64,00)	61 (61,00)	1,000	Referência	0,682
6º a 9º ano	21 (42,00)	18 (36,00)	39 (39,00)	1,287	(0,575 ; 2,881)	
MÃES						
Idade (anos)						
25 a 35	23 (46,00)	26 (52,00)	49 (49,00)	1,000	Referência	0,6893
36 a 45	27 (54,00)	24 (48,00)	51 (51,00)	1,271	(0,580 ; 2,789)	
Escolaridade (anos)						
Até 8	31 (62,00)	13 (26,00)	44 (44,00)	4,644	(1,981 ; 10,883)	<0,001
Mais de 8	19 (38,00)	37 (74,00)	56 (56,00)	1,000	Referência	
Constituição familiar						
Monoparental	33 (66,00)	03 (06,00)	36 (36,00)	30,41	(8,242 ; 112,209)	<0,001
Biparental	17 (34,00)	47 (94,00)	64 (64,00)	1,000	Referência	
Ocupação						
Assalariada	27 (54,00)	36 (72,00)	63 (63,00)	1,000	Referência	0,0789
Recebe benefício	06 (12,00)	01 (02,00)	07 (07,00)	7,996	(0,909 ; 70,351)	
Sem trabalho	17 (34,00)	13 (26,00)	30 (30,00)	1,744	(0,725 ; 4,194)	
FAMÍLIA						
Classe econômica**						
A e B	19 (38,00)	39 (78,00)	58 (58,00)	1,000	Referência	<0,001
C e D	31 (62,00)	11 (22,00)	42 (42,00)	5,785	(2,400 ; 13,942)	

*p-valor para o Teste Exato de Fisher / $p \leq 0,05$.

**Obtida segundo o Critério de Classificação Econômica Brasil desenvolvido pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas – ABEP.

f = frequência; % = porcentagem; O.R. = Odds Ratio; IC (95%) = Intervalo com 95% de confiança.

As 100 mulheres/mães que compuseram a amostra apresentaram idade média de 36,3 anos (d.p.=5,0), variando de 25 a 45 anos, sendo a idade média das mulheres/mães de G1 de 36,3 anos (d.p.=5,2) e das de G2 de 35,9 anos (d.p.=4,9). Verificou-se o predomínio de mulheres que referiram exercer alguma atividade profissional remunerada tanto para G1 (54,0%) quanto para G2 (72,0%). Apesar da homogeneidade entre os grupos quanto a tais variáveis e a indicadores relativos aos filhos dessas mulheres (idade e sexo), foram identificadas

diferenças estatisticamente significativas quanto à escolaridade e composição familiar, sendo que a maioria das mulheres de G1 referiram ter até oito anos de estudo (62,0%), pertenceram à família monoparental (66,0%) e às classes econômicas menos favorecidas (62,0%), contrastando com G2 no número de familiares cujas mães apresentaram ensino médio (74,0%), com relacionamentos conjugais estáveis no momento da coleta (64,0%) e pertencentes às classes econômicas mais favorecidas (58,0%).

Tal perfil sociodemográfico confirma dados empíricos e de metanálises que destacam associação da depressão materna com a ausência paterna no cotidiano familiar (Goodman et al., 2011; Dorsch, Smith, & McDonough, 2015), menor escolaridade (Campbell et al., 2009) e com poucos recursos socioeconômicos (Bouvette-Turcot et al., 2017). Destaca-se, assim, um cenário sociodemográfico de condições cumulativas de vulnerabilidade que, frente à depressão, pode favorecer dificuldades para os membros da família.,

A depressão materna e as variáveis do contexto familiar

A análise de correlação evidenciou relação moderada e positiva entre depressão das mulheres/mães com mais crenças maternas negativas ($\rho=0,699$; $r^2 = 0,49$), bem como com mais eventos estressores cumulativos avaliados pela EEA ($\rho=0,535$; $r^2 = 0,29$). Destaca-se, em consonância com indicadores relativos às condições de vulnerabilidade social, a presença de relação quanto à presença de depressão materna e outras condições adversas, evidenciando processo cumulativo de risco para o contexto familiar. A concorrência de eventos adversos é reconhecida pela literatura como condição com maior impacto para as trajetórias de desenvolvimento (Evans, Li & Whipple, 2013), o que para as famílias que convivem com mulheres/mães com depressão favorece o reconhecimento de um cenário com múltiplos riscos e maior probabilidade de mais prejuízos.

Além disso, identificou-se correlação moderada e negativa entre a depressão e indicadores de resiliência familiar, avaliados pelos padrões de organização familiar ($\rho = -0,545$; $r^2 = 0,30$). Evidenciou-se assim que as famílias que convivem com a depressão, além de serem expostas a mais crenças negativas e mais estressores cumulativos, ainda vivenciam padrões menos adaptativos e menos flexíveis quanto à organização familiar.

Enquanto recurso de análise para predição do impacto da depressão materna e demais condições adversas avaliadas (estressores cumulativos e crenças negativas maternas) para os recursos de proteção favorecedores dos processos de resiliência, procedeu-se à análise de regressão linear. A depressão mostrou-se significativamente preditora de menos recursos de proteção relativos aos padrões familiares, tanto de forma isolada (análise univariada) como

também combinada com a presença de eventos estressores e crenças negativas (análise multivariada), evidenciando o peso do transtorno depressivo das mulheres/mães para a organização do contexto familiar.

Na análise multivariada, os eventos estressores cumulativos também foram preditores de menos recursos de proteção, o que não ocorreu para as crenças negativas maternas. O modelo de regressão com melhor poder de predição incluiu a presença da depressão e escores de eventos adversos cumulativos, com poder explicativo de quase 30% ($R^2=0,297$).

Tabela 2 – *Análise de regressão linear multivariada, com modelo de maior poder explicativo para escores dos padrões de organização familiar (n=100).*

Modelo	B	Erro Padrão	Beta	Valor do teste	p
(Constante)	27,405	1,094		25,041	<0,001
DM	-4,499	1,101	-0,406	-4,087	<0,001
EEA	-0,233	0,102	-0,226	-2,278	0,025

Nota: DM = Depressão materna; EEA = Escala de Eventos Adversos; B = coeficiente.

Destaca-se que tanto a depressão das mulheres/mães como o escore das adversidades cumulativas se configuraram como fator de risco para a presença de menos recursos de proteção, sinalizando que, além da presença de um cenário familiar com múltiplos estressores, estes têm peso negativo na organização cotidiana dessas famílias. Pondera-se, assim, a relevância do reconhecimento dessas adversidades no contexto familiar, de forma a favorecer cuidados em saúde mental às mães e ações que minimizem a incidência de eventos adversos na vida familiar e da criança que convive com a depressão materna, o que poderá influenciar também nos recursos de organização familiar, enquanto variáveis desse contexto que favorecem o processo de resiliência (Walsh, 2016). Tais medidas podem minimizar o impacto das adversidades múltiplas e, assim, favorecer trajetórias desenvolvimentais mais adaptativas, apesar das adversidades e de condições sociodemográficas que sugerem um perfil de vulnerabilidade associado à depressão materna.

A exclusão, no modelo final, do escore relativo às crenças negativas maternas parecem concordante com a literatura científica da área, que sinaliza para tal variável enquanto condição de vulnerabilidade, a qual, na presença da depressão materna e das adversidades recorrentes, por si só não influenciam significativamente a organização familiar. Destaca-se que a presença de correlação significativa das crenças negativas com a depressão materna sugere que tal indicador tem relação mais com o transtorno depressivo, enquanto manifestação clínica, o que também é reconhecido na literatura científica (Beck, 2008).

Vale ressaltar que a dificuldade em proporcionar um cuidado parental positivo (Psychogiou & Parry, 2014), no presente trabalho associado aos padrões positivos e flexíveis de organização familiar, coloca em foco a relevância de se compreender os fatores de risco no interjogo com os fatores de proteção, como já destacado por Juliano e Yunes (2014) enquanto variáveis promotoras do desenvolvimento adaptativo. Frente às dificuldades de operacionalização de indicadores que evidenciem o conceito de resiliência, a proposição de um Roteiro de Entrevista no qual fossem avaliadas a flexibilidade das normas internas e externas que regulam o comportamento dos membros familiares, a conexão entre os membros da família e os recursos sociais e econômicos, configurou-se enquanto estratégia metodológica relevante que permitiu especificamente avaliar tais indicadores, de modo a ampliar a compreensão sobre o peso diferenciado das condições de risco, enquanto a convivência com o transtorno depressivo materno, estressores reconhecidos e condições cotidianas de vida.

Conclusão

As evidências empíricas do presente estudo de predição apontaram para um cenário familiar que contempla condições de vulnerabilidade e risco cumulativas no contexto familiar, com destaque para a depressão e condições de vida, que podem se configurar enquanto adversidade na medida em que sobrecarregam os recursos das famílias que convivem com a depressão de mulheres/mães. Tal sobrecarga pode ser avaliada pela menor disponibilização de recursos para implementação e manutenção de regras relativas à organização familiar.

Tais considerações sinalizam para a relevância de ações que potencializem os recursos familiares enquanto estratégia de cuidado em saúde mental, especificamente relacionado à depressão das mulheres com filhos em idade escolar. A compreensão e intervenção nesse cenário pode se ter como foco variáveis sociodemográficas e de eventos de vida, mediante políticas públicas que as contemplem, considerando intervenções que considerem o peso dos riscos cumulativos e também das condições que podem operar como protetoras no contexto familiar.

Destacam-se, como limitações do presente estudo, o delineamento transversal, que impossibilitou análise de como as variáveis se relacionam dentro de uma sequência temporal e o tamanho amostral relativamente pequeno e de conveniência, condições que dificultam a generalização dos resultados. Entretanto, destaca-se o criterioso e sistemático procedimento diagnóstico das mães, bem como a inclusão na análise tanto de condições de vulnerabilidade e de risco cumulativos como de recursos de proteção expressos pelos padrões organizacionais das famílias, de forma a possibilitar a compreensão quanto ao interjogo entre essas variáveis.

Considera-se, ainda que o Roteiro de entrevista semiestruturada utilizado mostrou-se útil para acessar indicadores do contexto familiar, podendo ser objeto de estudos psicométricos futuros, de forma a se confirmar sua aplicabilidade em outros contextos. Estudos futuros sobre o tema poderão ainda utilizar outros delineamentos, incluindo dados obtidos longitudinalmente, a partir de distintas fontes e amostras aleatórias.

Referências

- Andrade, L. H., Wang, Y. P., Andreoni, S., Silveira, C. M., Alexandrino-Silva, C., Siu, E. R., & Viana, M. C. (2012). Mental Disorders in Megacities: Findings from the Sao Paulo Megacity Mental Health Survey, Brazil. *Plos One*, 7(2), 11. doi: 10.1371/journal.pone.0031879
- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP). (2010). *Critério de Classificação Econômica Brasil*. Recuperado de <http://www.abep.org/criterio-brasil>
- American Psychiatric Association [APA]. (2014). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed). Washington, DC: Author.
- Beck, A. T. (2008). The evolution of the cognitive model of depression and its neurobiological correlates. *American Journal of Psychiatry*, 165(8), 969-77. doi: 10.1176/appi.ajp.2008.08050721
- Bouvette-Turcot, A. A., Unternaehrer, E., Gaudreau, H., Lydon, J. E., Steiner, M., & Meaney, M. J. (2017). The joint contribution of maternal history of early adversity and adulthood depression to socioeconomic status and potential relevance for offspring development. *Journal of Affective Disorders*, 207, 26-31. doi: 10.1016/j.jad.2016.08.012
- Campbell, S. B., Morgan-Lopez, A. A., Cox, M. J., & McLoyd, V. C. (2009). A latent class analysis of maternal depressive symptoms over 12 years and offspring adjustment in adolescence. *Journal of Abnormal Psychology*, 118(3), 479-493. doi: 10.1037/a0015923
- Carlesso, P. P. J., Souza, de R. P. A., & Moraes, de B. A. (2014). Análise da relação entre depressão materna e indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil. *Revista CEFAC*, 16(2), 500-510.
- Del-Ben, C. M. (1995). *Estudo da confiabilidade do diagnóstico psiquiátrico obtido através da entrevista clínica estruturada para o DSM-III-R (SCID) em serviço ambulatorial de um hospital escola* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Del-Ben, C. M., Vilela, J. A. A., Crippa, J. A. S., Hallak, J. E. C., Labate, C. M., & Zuardi, A. W. (2001). Confiabilidade da Entrevista Clínica Estruturada para DSM-IV □ versão clínica

- traduzida para o português. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 3(23), 156-159. doi: 10.1590/S1516-44462001000300008
- Dorsch, T. E., Smith, A. L., & McDonough, M. H. (2015). Early socialization of parents through organized youth sport. *Sport Exercise and Performance Psychology*, 4(1), 3-18. doi: 10.1037/spy0000021
- Evans, G. W., Li, D., & Whipple, S. S. (2013). Cumulative risk and child development. *Psychological Bulletin*, 139(6), 1342-1396. doi: 10.1037/a0031808
- Gaté, M. A., Watkins, E. R., Simmons, J. G., Byrne, M. L., Schwartz, O. S., Whittle, S., & Allen, N. B. (2013). Maternal parenting behaviors and adolescent depression: the mediating role of rumination. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 42(3), 348-357. doi: 10.1080/15374416.2012.755927
- Goodman, S. H., Rouse, M. H., Connel, A. M., Broth, M. R., Hall, C. M., & Heyward, D. (2011). Maternal depression and child psychopathology: a meta-analytic review. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 14(1), 1-27. doi: 10.1007/s10567-010-0080-1
- Juliano, M. C. C., & Yunes, M. A. M. (2014). Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. *Ambiente & Sociedade*, 17(3), 135-154. doi: 10.1590/S1414-753X2014000300009
- Lopez-Duran, N. L., Nusslock, R., George, C., & Kovacs, M. (2012). Frontal EEG asymmetry moderates the effects of stressful life events on internalizing symptoms in children at familial risk for depression. *Psychophysiology*, 49(4), 510-521. doi: 10.1111/j.1469-8986.2011.01332.x
- Marturano, E. M. (1999). Recursos no ambiente familiar e dificuldades de aprendizagem na escola. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 15(2), 135-142. doi: 10.1590/S0102-37721999000200006
- Masten, A. S., & Gewirtz, A. H. (2006). Vulnerability and Resilience in Early Child Development. In K. McCartney, & D. Phillips (Eds.), *Blackwell handbook of early childhood development* (pp. 22-43). Oxford, MS: Blackwell Publishing.
- Máximo, G. da C. (2010). *Aspectos sociodemográficos da depressão e utilização de serviços de saúde no Brasil* (Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte). Recuperado em abril 20, 2015, de <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/AMSA-8BCKKK>
- Organização Mundial de Saúde. (2017). CID-10. *Classificação internacional de doenças e problemas relacionados à saúde*. São Paulo, Edusp. ISBN: 8531401933

- Pizeta, F. A. (2014). *Depressão materna, estressores e resiliência: preditores do comportamento de escolares* (Tese de Doutorado, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto). Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/17/17148/tde-10112014-213910/pt-br.php>
- Psychogiou, L., & Parry, E. (2014). Why do depressed individuals have difficulties in their parenting role? [Editorial]. *Psychological Medicine*, 44(7), 1345-1347. doi: 10.1017/S0033291713001931
- Santos, L. C. (1999). *Crianças com dificuldades de aprendizagem: estudo de seguimento* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Toth, S. L., & Cicchetti, D. (2010). The historical origins and developmental pathways of the discipline of developmental psychopathology. *Israel Journal Psychiatry Related Sciences*, 47(2), 95-104. Recuperado de http://doctoronly.co.il/wp-content/uploads/2011/12/2010_2_2.pdf
- Walsh, F. (2006). Bases de Abordagem da Resiliência Familiar. In F. Walsh, *Fortalecendo a Resiliência Familiar* (pp. 3-23). São Paulo, SP: Roca.
- Walsh, F. (2016) Family resilience: strengths forged through adversity. In: Walsh F. (editor). *Normal family processes: growing diversity and complexity*. (4th ed.). New York: Guilford Press, pp. 339-427.
- World Health Organization. (2012). *Depression* (Fact sheet N°369). Recuperado de <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs369/en/>
- World Health Organization [WHO]. (2017). *Depression and other common mental disorders: Global health estimates*. Available from: http://www.who.int/mental_health/management/depression/prevalence_global_health_estimates/en/2017
- Yunes, M. A. M., & Szymanski, H. (2001). Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In J. Tavares (Org.), *Resiliência e educação* (pp. 13-42). São Paulo, SP: Cortez.

Violência intrafamiliar e suas consequências no desenvolvimento psicológico

Maísa Helena Lopes Rabelo
Mara Rúbia Venâncio Vieira
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Resumo: A violência intrafamiliar é compreendida como toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar físico, psicológico ou a liberdade de um dos membros da família de se desenvolver de forma plena. O lar é um refúgio, sendo um dos locais onde mais floresce a violência física, sexual e psicológica. A família é fundamental para o desenvolvimento saudável de seus membros, tendo como função os cuidados biológicos, sociais e psicológicos do sujeito. Sendo que nos primeiros anos de vida são estabelecidos o vínculo e a confiança básica da criança. O objetivo foi compreender como as experiências de polivitimização nos primeiros anos de vida podem afetar o desenvolvimento psíquico de uma adolescente, valendo-se do psicodiagnóstico para atingir esse escopo. A participante é uma adolescente de 17 anos, do sexo feminino, integrante do projeto Vira Vida - SESI, programa que oferece cursos profissionalizantes a jovens em situação de vulnerabilidade social. Foram realizados seis encontros com a participante, sendo cinco no primeiro semestre de 2016, e a entrevista de devolução no segundo semestre de 2016. Utilizou-se para o estudo, entrevista inicial, técnica projetiva de desenho - HTP, e aplicação do Rorschach com acréscimo de eleição de pranchas e inquérito ideofetivo. Em entrevista, a participante relatou ter vivido diversos tipos de violência física e psicológica por parte da mãe, que a agredia e maltratava, além de ter sido vítima de violência sexual dentro de casa, por hóspedes. Os resultados verificados qualitativamente através dos dados obtidos demonstram as consequências psicológicas geradas na adolescente após ter passado pela polivitimização, sendo a insegurança a consequência que mais se destacou, para tanto, a participante demonstra necessidade de confirmação, além de sentimentos de inferioridade e retraimento. No entanto, demonstra boa estrutura de ego e interesse em si mesma. Acredita-se que o objetivo principal do trabalho foi atingido, uma vez que pôde-se confirmar na prática o que foi discutido em teoria a respeito das consequências de uma pessoa sujeita a polivitimização nos primeiros anos de vida. Reforça a necessidade de se estabelecer um vínculo saudável entre família e bebê, demonstrando como um vínculo precário, principalmente na relação mãe-bebê, aliado à violência, podem ser nocivos, gerando sentimentos de insegurança, inferioridade e retraimento. Apesar dos aspectos negativos, a participante possui boa estrutura de ego e interesse genuíno em si mesma, demonstrando bom prognóstico, e com o auxílio da psicoterapia pode ressignificar as percepções a respeito de sua experiência de vida.

Palavras-chave: Violência; Consequências Psicológicas; Insegurança; Psicodiagnóstico.

Introdução

Violência: uma história antiga ainda não superada

Desde tempos remotos a violência contra crianças e adolescentes é uma chaga aberta que sangra silenciosamente sob o pálio da vergonhosa omissão da sociedade e do Estado. Estes crimes se expressam de diversas formas, variando de acordo com o momento histórico e a cultura vigente (Assis, 1994). Na história da cultura ocidental, por exemplo, as crianças eram consideradas adultos em miniatura, menos inteligentes, o que dava azo a diversos tipos de crueldades contra os infantes. No decorrer do tempo, essa visão foi sendo alterada, e aos poucos as crianças e os adolescentes começaram a ser considerados *sujeitos de direito*, que necessitam de proteção (Hayeck, 2009).

No Brasil, em 1990 foi criado o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, veiculado na Lei nº 8.069, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. De acordo com o art. 5º da referida lei “nenhuma criança ou adolescente será objeto de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Esse instrumento legal determina ainda que seja dever tanto do Estado quanto da sociedade e da família assegurar e efetivar os direitos desses indivíduos.

Apesar do arcabouço jurídico existente a tutelar esses seres em desenvolvimento, a violação de seus direitos continua a acontecer em diversas áreas e situações na nossa sociedade, mormente no ambiente familiar - violência doméstica. Dessa feita, o lar a par de até hoje ser entendido como um refúgio, acaba sendo um dos locais onde mais floresce a violência física, sexual, psicológica e negligência contra crianças e adolescentes, que em muitos casos, ocorrem simultaneamente, configurando o fenômeno da polivitimização (Assis, 1994).

Day et al. (2003) informam que a violência intrafamiliar é compreendida como toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar físico, psicológico ou a liberdade de um dos membros da família de se desenvolver de forma plena. Ela pode ser cometida dentro ou fora de casa, por qualquer integrante que esteja envolvido em uma relação de poder com a vítima. O termo inclui além de pessoas com laço sanguíneo, os sujeitos que estão inseridos nesse ambiente, tais como empregadas, agregados e visitantes temporários.

É considerada violência física qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal, como nos casos em que o sujeito emprega força bruta ou se vale de algum instrumento, causando lesões internas ou externas. É apontada como uma das formas mais comuns, sendo também a mais fácil de se diagnosticar, pois na maioria das vezes as marcas são encontradas no corpo violado da vítima (Mayer & Koller, 2012). Esse tipo de violência persiste no ambiente familiar, pois ainda é culturalmente justificada como uma prática educativa, tendo sido legalmente proibida apenas recentemente, mas sem eficácia social. Essa práxis, além de violar os direitos mais básicos do ser humano de ver respeitado o próprio corpo - integridade física -, pode acarretar sentimentos negativos na criança, uma vez que eleva os níveis de ansiedade devido ao medo da punição, gerando falta de discernimento entre amor, dor, ódio e submissão (Cecconello, De Antoni & Koller, 2003).

A violência sexual, por sua vez, pode ocorrer com presença ou ausência de contato físico. Na ausência estão incluídos o assédio sexual, abuso sexual verbal, exibicionismo,

pornografia, entre outros. Já na presença de contato físico inclui-se estupro³ e corrupção de menor. A identificação de que a criança passou ou está passando por esse tipo de violência é dificultada pelo pacto de silêncio entre vítima e abusador, no qual, além de ser ameaçada pelo agressor para não relatar o ocorrido, a criança ou adolescente pode se sentir culpada ou envergonhada diante da situação. No entanto, a vítima muitas vezes demonstra de forma não-verbal que está sendo violada, e isso se dá por meio de algumas alterações em seu comportamento, tais como distúrbios de sono, medo, baixo desempenho escolar, entre outros. Além dessas alterações, este e outros tipos de violência geram insegurança no indivíduo, uma vez que passam a visão de um mundo hostil, traiçoeiro e pessimista, no qual não se pode confiar em ninguém (Jung, 2006).

A violência psicológica ou emocional é qualquer conduta - ação ou omissão - que vise causar dano emocional ou diminuição da autoestima, que prejudique ou perturbe o pleno desenvolvimento ou à identidade do sujeito. Assim como o abuso físico, é um dos tipos de violência mais comuns e geralmente está presente em todas as demais formas de violência (Mayer & Koller, 2012).

São consideradas violência emocional/psicológica: rejeição, degradação, exploração, isolamento, terrorismo, indisponibilidade emocional, entre outros. Trata-se de uma violência extremamente nociva à saúde emocional do sujeito, podendo levar à consequências severas como depressão, suicídio, baixa autoestima, retraimento, entre outras, como pontuam Mayer e Koller (2012). Bowlby (1997) salienta que quando não há afeto suficiente por parte da mãe, essa ausência pode gerar sentimentos de desamor, abandono e rejeição na criança. Além disso, seu núcleo de confiança estará prejudicado, o que ocasionará prejuízo em outras relações interpessoais, além das demais funções do desenvolvimento. Cukier (1998), acrescenta que quando um filho sente que não tem valor para os pais, ele se sente envergonhado e inferiorizado.

Família: compreensão e funções

A família é o palco dinâmico das versões controversas sobre amor e agressão, confiança e abuso, respeito e invasão (Neves & Romanelli, 2006). Segundo Osório (1996), destaca-se como um espaço de convivência fundamental ao desenvolvimento dos seus membros, possuindo características e funções próprias, que são historicamente questionadas e redefinidas. Em função disso, não comporta uma definição unívoca.

³ O atentado violento ao pudor foi incluído na figura do estupro em 2009.

Tem como principais funções: os cuidados biológicos, garantindo a sobrevivência do indivíduo e fornecendo atenções básicas para o seu desenvolvimento físico; cuidado social, como agente de transmissão da cultura, valores, normas e crenças para que este seja capaz de conviver em sociedade; e cuidados psicológicos, como proporcionar afeto ao recém-nascido, garantindo-lhe sobrevivência emocional, servindo de auxílio para as ansiedades existenciais inerentes aos seres humanos durante seu desenvolvimento, entre outros (Osório, 1996).

Família: arranjos, interações e vínculo na origem da violência

De acordo com Winnicott (2011), a matriz de interação da criança é encontrada na relação original entre mãe e filho, sendo que por vias complexas, o mundo representado pela mãe pode vir a auxiliar ou impedir a tendência inata da criança ao crescimento. Vale ressaltar que o comportamento e o sentimento da mãe em relação ao filho são influenciados por experiências pessoais, tanto as que teve quanto as que esteja tendo com seus próprios pais, além do relacionamento com o pai da criança, situação socioeconômica e cultural da família. Esses eventos darão origem à maneira como ambos os pais vincular-se-ão ao filho (Cukier, 1998).

Dado o valor desse vínculo original, Bowlby (1989) ressalta a importância dos pais constituírem uma base segura com os filhos, visto que as raízes da vida emocional do sujeito encontram-se mergulhadas na infância, sendo os primeiros anos de vida responsáveis pela estruturação e funcionamento da personalidade adulta. Quando bem constituído, irá possibilitar que a criança explore o mundo exterior tendo a segurança de que pode retornar aos pais e que será bem-vinda, sendo nutrida física e emocionalmente. A partir dessa relação de apego entre mãe e filho no início do desenvolvimento a criança será capaz de construir um sentimento de confiança e segurança em relação a si mesma, aos pais e aos outros, e servirá de suporte e confirmação para que ela se coloque no mundo a partir de seus próprios recursos. Isso se estenderá durante a adolescência e idade adulta, onde outros vínculos irão ocorrer.

Mayer e Koller (2012) destacam que em um ambiente violento, ao se detectar a carência de cuidados com a criança, está implícita a falta de confiança e a presença de um vínculo mal construído entre bebê e cuidador. Cukier (1998), ressalta que nesses ambientes, a criança tem a percepção de que o adulto está sendo abusivo, mas nada pode fazer a não ser se submeter, gerando sentimentos de vergonha, humilhação e inferioridade, que jamais serão esquecidos.

Objetivos

O presente trabalho tem como objetivo compreender como as experiências de violência sexual, física, psicológica e a negligência nos primeiros anos de vida, podem afetar o desenvolvimento psíquico de uma adolescente. Para atingir esse escopo, vale-se do psicodiagnóstico com uso de testes projetivos, afim de estudar o fenômeno a partir da manifestação do sujeito e os significados estabelecidos em suas vivências.

Método

Participante

A participante deste estudo é do sexo feminino, tem 17 anos e se chama Vanessa (nome fictício). Está cursando o terceiro ano do ensino médio em um colégio estadual. É filha de pais separados, reside com a mãe, o padrasto e os irmãos.

Participou do programa Vira-Vida no primeiro semestre de 2016. Tendo ingressado na instituição por indicação do colégio. Relatou que estava apanhando muito de sua mãe. A genitora de uma amiga fez denúncia ao Conselho Tutelar sobre o fato e a diretora do colégio foi informada do ocorrido, encaminhando Vanessa para o programa.

Em entrevista, narrou o relacionamento conturbado com a mãe, que sempre foi criticada e que apanhou muito. Apesar de morar na mesma casa, não se relaciona com o padrasto. Diz que ele a espia pela fechadura quando toma banho, e que conta para a mãe, mas ela a desconfirma e a acusa de estar mentindo. O relacionamento com o pai é precário, diz que às vezes ele a procura através de mensagens pelo celular, mas que se veem muito pouco e que não conhece os integrantes da família do pai.

Para além disso, revelou ter sofrido uma primeira tentativa de abuso sexual por volta dos 9 anos de idade, quando dormia com a irmã. O pai de seu padrasto tentou beijá-la e a acariciou. Vanessa contou a mãe sobre o ocorrido, mas esta não teve atitude diante da situação. Com cerca de 10 anos, a família se mudou para o interior de Goiás em virtude do trabalho do padrasto. Este permitiu que cerca de 13 homens que trabalhavam na fábrica morassem na casa junto com a família. Relatou que foi vítima de estupro dentro de casa, por pelo menos três homens, e que a situação ocorreu pelo período de um ano. Disse que nunca havia contado para ninguém sobre o fato.

Ambiente

Os atendimentos à participante foram realizados no Projeto Vira Vida, SESI, que atende jovens adolescentes que passaram por situações de violência física, psicológica, sexual ou

negligência. O projeto oferece cursos aos participantes afim de desenvolver suas habilidades e conhecimentos, permitindo que esses jovens transformem suas vidas e sejam inseridos no mercado de trabalho. O programa conta ainda com bolsa auxílio e alimentação no local.

Instrumentos

No quadro a seguir, estão apresentados os instrumentos utilizados no processo de avaliação psicológica, além dos objetivos correspondentes.

Tabela 1. Instrumentos utilizados no psicodiagnóstico

Instrumentos Utilizados	Objetivos
Entrevista inicial	Fazer um levantamento acerca da história de vida da participante.
Técnica Projetiva de Desenho H-T-P	Teste gráfico que aliado ao inquérito permite adquirir informações sobre como uma pessoa vivencia sua individualidade, em relação a si, aos outros e ao seu ambiente (Buck, 2009).
Rorschach	Verificar a estruturação da personalidade em sua organização básica, agregando características afetivas, sexuais, vida interior, energia psíquica além de traços particulares e gerais do estado intelectual do indivíduo (Pasian, 2010).
Devolutiva	Entrega de parecer psicológico. Trata-se de um documento fundamentado e resumido sobre uma questão focal do campo psicológico, no qual o resultado pode ser indicativo ou conclusivo (CFP, 2003)

Para a aplicação dos testes utilizou-se: folha de localização do Rorschach, canetas esferográficas nas cores azul, preto e vermelho, lápis nº 2, borracha, folhas de papel A4, notebook e gravador de voz.

Procedimentos

Trata-se o presente trabalho de um estudo de caso, sendo uma pesquisa predominantemente qualitativa. Esta análise retoma a proposta de Minkowska (1944 citada por Yazigi e Villemor-Amaral, 2010) que vê no estudo da linguagem das respostas ao Rorschach uma boa contribuição “para a identificação dos mecanismos essenciais que regem a relação do indivíduo com o mundo” (p.12). Esta compreensão pretende apreender nuances que poderiam ser perdidas em estudos quantitativos.

Após reunião com parte da equipe do Projeto Vira Vida, selecionaram-se os participantes por meio da triagem de prontuários dos alunos e também pela indicação dos

coordenadores. Desse modo, definiram-se os alunos que seriam convidados a participar de avaliação psicológica, bem como os dias e horários dos atendimentos.

Na sequência, a estagiária entrou em contato com cada participante pessoalmente, convidando-os a receber atendimento. Esclareceram-se as regras e formalidades do processo de psicodiagnóstico, apresentando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para que os participantes levassem para casa e coletassem a assinatura dos responsáveis. Na semana seguinte, já com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido devidamente assinado, deu-se início ao processo de psicodiagnóstico e o caso objeto do presente trabalho foi escolhido.

As sessões de atendimentos foram realizadas semanalmente, com duração aproximada de 60 minutos cada, em salas cedidas pelo Vira Vida. Foram um total de 6 sessões, sendo 5 no primeiro semestre de 2016. A sessão de devolutiva ocorreu no segundo semestre, no CEPSI (Centro de Estudos, Pesquisa e Prática Psicológica).

Nas duas primeiras sessões, fez-se uso de entrevista semiestruturada (Cunha, 2007) para compreender a história de vida da paciente. Ela contou sobre sua infância, seu passado traumático no qual sofreu abuso sexual, seu contexto familiar pobre em afeto, vida escolar, rotina e aspirações para o futuro. Na terceira sessão, utilizou-se o Questionário de Avaliação Tipológico, que, no entanto, não será usado nesse trabalho, eis que este está focado na análise do HTP e do Rorschach. Na quarta sessão aplicou-se o HTP. No quinto encontro, aplicou-se o Rorschach, baseando-se na Escola Francesa. Além destes expedientes, usou-se também inquérito ideoaferivo (títulos e sentimentos) e eleição de pranchas. Na última sessão com a paciente, entregou-se um parecer psicológico juntamente com devolutiva oral, indicando-a para atendimento psicológico no CEPSI.

Resultados e Discussão

O psicodiagnóstico é um processo amplo e complexo, no qual se faz necessária a associação de diversas informações advindas de numerosas fontes. Os resultados foram analisados a partir da história de vida da paciente.

Psicodiagnóstico Rorschach

O Psicograma do teste Rorschach mostrou F% (porcentagem das respostas-forma em relação ao total de respostas) igual a 60. De acordo com Pasion (2010), esse valor se encontra muito acima da média (29 a 38%). Resende (2016), afirma que o F% elevado pode indicar resistência do sujeito em ser avaliado, e que se envolveu pouco com a tarefa, podendo não ser uma representação exata da capacidade do indivíduo. No entanto, também pode demonstrar que

essa maneira reservada e cautelosa de responder ao teste seja própria de sua forma de funcionamento.

Ao analisar as respostas, levando em consideração as temáticas que cada prancha evoca, é possível analisar qualitativamente o desempenho da examinanda.

Chama a atenção o fato da participante responder tanto no Rorschach quanto no inquérito do HTP de forma interrogativa. Esta maneira de expressar demonstra o estado de insegurança, de não confiança em si mesma e a necessidade de ser confirmada pelo outro. Apenas em alguns momentos não usa a interrogação, quando demonstra estar mais adaptada à tarefa, que deixa de ser novidade.

Prancha I

O significado da prancha I está relacionado à forma com que o sujeito se apresenta à realidade e quais mecanismos ele usa para enfrentar o mundo. Sendo assim, pode ser considerado um cartão pertinente ao presente, ao aqui e agora. Por ser o primeiro cartão, ele irá mobilizar sentimentos, emoções e mecanismos de defesa que se concentram em torno da ansiedade em relação ao novo (Resende, 2016).

Diante da prancha I, Vanessa demonstra insegurança perante situações novas ao iniciar o teste com uma pergunta (“é pra falar o que parece?”). Em seguida a participante se detém à borda da mancha (DdF-Geo), parte considerada um detalhe incomum (Dd) com qualidade forma mal elaborada, o que pode ser interpretado como o medo que a pessoa tem de se envolver profundamente com a questão (Vaz, 1997). Além disso, o conteúdo geográfico (mapa), descrito pela participante pode indicar timidez, de natureza insegura e com ambições escolares (bom aluno) (Bohm, 1973). A segunda resposta demonstra que supera o mal-estar inicial (DGF+A), mas ainda se nota a insegurança diante de situações novas e o desejo de se preparar intelectualmente, fazendo por exemplo o curso profissionalizante no Vira vida como estratégia para confiar mais em si. Precisou de um tempo para enfrentar a situação como um todo. Tudo isso parece estar relacionado às dificuldades na relação com a mãe. Isso se confirma na análise do HTP, que será comentado posteriormente.

Prancha II

A prancha II representa o enfrentamento do sujeito diante de situações traumáticas, de suas vivências passadas e experiências emocionais primitivas. Pode ilustrar como o sujeito vivenciou e elaborou tais experiências. As quatro cores dispostas no cartão representam diferentes situações traumáticas (Resende, 2016).

Diante deste cartão Vanessa apresenta um choque cromático ligado ao vermelho, evidenciado pelo girar ansioso, seguido de questionamento (“é essa mancha ou essa?”- o preto

ou vermelho), emitindo uma resposta que exclui a cor vermelha. Vaz (1997), afirma que o choque cromático é caracterizado por uma perturbação sentida e manifestada pelo examinando, frente a estímulos coloridos dos cartões. Também pontua que o giro de 360 graus para um dos lados, na fase de aplicação sinaliza um sinal de ansiedade situacional elevada, demonstrando perda do controle sobre a situação. Para Resende (2016) a cor vermelha nesse cartão, pode estar relacionada ao sentimento de raiva e também às situações de dor que o sujeito tenha vivenciado em agressões físicas. Deste modo revelam-se aqui as marcas do sofrimento vivido pela examinanda, seja relacionado às situações de violência física praticada pela mãe, seja quanto ao estupro.

Em sua resposta à prancha II (DF+-A: “parece um bicho e o reflexo dele”), não mostra muitos elementos aperceptivos, restringindo-se a informações perceptuais superficiais que não são suficientes para demonstrar uma superação dos traumas. Vanessa demonstra insegurança novamente ao usar interrogações no inquérito ideofetivo (“animal?” e “sombrio?”). Além disso, a elege como a prancha que menos gostou, pois causa “medo”, dá a sensação de estar andando em um lugar sombrio, demonstrando que a cor preta também a incomodou. Resende (2016) afirma que o preto está “quase sempre associado à noite, à escuridão, ao medo, à memória emocional aflitiva. Induz experiências de culpa, angústia e insegurança” (p.81).

Prancha III

Esse cartão está associado ao relacionamento com o outro, à energia vital para assumir um projeto de vida, como afirma Resende (2016).

Diante do cartão III, Vanessa dá uma resposta banal, “duas pessoas? ... como se estivesse segurando alguma coisa” (DKH/Ban) (título: “duas pessoas brigando?, sentimento dúvida”). Para Resende (2016), respostas de figuras humanas interagindo entre si de forma cooperativa denotam que o sujeito possui capacidade de compreender as relações interpessoais, e aponta também uma predisposição para estabelecer vínculos. De fato, pode-se observar pelas entrevistas que a examinanda possui energia e capacidade suficiente para ter um relacionamento interpessoal, pois consegue perceber o outro como diferente de si. No entanto, demonstra insegurança uma vez que sempre esteve inserida em ambientes conflituosos, que não lhe proporcionaram afeto, que se confirmam pelas respostas no inquérito ideofetivo e nas pranchas maternas e pela análise do HTP.

Prancha IV

De acordo com Vieira (2003), a prancha IV mostra a forma com que o indivíduo se relaciona com a figura do masculino viril e de autoridade, como se posiciona nessa dialética, bem como as emoções que surgem nessa relação. Resende (2016), acrescenta que este cartão

poderá evocar vivências de medo, insegurança e abuso diante do masculino, pois sua cor acromática, massiva e densa remete à noite e à escuridão, que podem gerar angústia, depressão e o medo arcaico apresentado em figuras mitológicas.

No caso, observou-se um choque de latência diante da prancha VI, esse choque ocorre quando o tempo de latência de uma resposta é excessivamente superior à média dos tempos de latência do teste como um todo (Vaz, 1997). Portanto Vanessa apresenta 20” de TL médio e nesta prancha tem 35” de TL. Além disso, esta prancha é a segunda preterida na seleção de pranchas, pois diz que “é confusa e não dá para entender muito bem”. Estes dois fatores corroboram a dificuldade em lidar com o masculino em sua totalidade (não emite respostas globais), ou dificuldade em lidar com a figura que representa a autoridade.

Apesar desta dificuldade pode-se perceber que Vanessa busca a superação, uma vez que apresenta respostas bem elaboradas (DF+Obj: “Duas botas?”), (DdF+Hd: “São duas mãos também?”), com determinante forma, bem vista, que de acordo com Vaz (1997), demonstram que o sujeito possui personalidade estruturada, e que tem capacidade de perceber as coisas e circunstâncias, ou seja, o desconforto gerado pelo tema não prejudica o discernimento. No entanto, pode implicar também que está buscando um controle racional da experiência, agindo de forma a se envolver pouco para lidar com a situação, para não correr o risco de se desorganizar emocionalmente (Resende, 2016). Embora o formato da mancha facilite respostas globais, verifica-se que a localização das respostas mantém-se no detalhe comum e incomum (D e Dd), ou seja evita entrar em contato com a situação como um todo do mesmo modo que responde à prancha I (Vaz, 1997).

Prancha V

É a prancha mais compacta do teste, e apresenta facilidade, familiaridade, unidade, harmonia e equilíbrio. O cartão funciona como um espelho para si mesmo, sendo um modelo de situações que geram reflexão ou confiança da própria pessoa, pontua Resende (2016). Vaz (1997) considera que este é o cartão melhor estruturado e que gera uma sensação de alívio após sair de um ambiente ameaçador (prancha IV). Por ter uma característica de unidade, permite o apelo ao sentimento de integridade psíquica e somática (Traubenberg, 1998).

Nesse cartão, a participante dá uma resposta banal (GKan+/Ban: Um animal com asa?), o que demonstra que possui bom senso e consegue administrar bem os símbolos comuns, tem boa percepção da realidade (Resende, 2016). Nota-se que a participante intitula o cartão como “Voar?” e traz como sentimento “Tristeza?”, que pode denunciar o sentimento que está presente em relação a sua autoimagem, autoconceito, expresso pela tristeza, ou seja uma insatisfação consigo mesma e ainda com insegurança (responde com interrogação).

Prancha VI

A prancha VI está relacionada com a sexualidade. “Este cartão revela como a imagem sexuada de si e do outro é integrada no mundo da consciência e como enfrenta a sexualidade quando solicitada” (Petrelli, 1991 citado por Resende, 2016, p. 92).

Sua resposta: “Um dragão? Inquirito: ...Como se tivesse de cima, vendo a parte de cima dele... (GF+Ad), demonstra estabilidade diante da situação, no entanto a ideia de impressão de profundidade ou distância indicam que o sujeito possui capacidade de observar as coisas a partir de diferentes ângulos (Resende, 2016). Essa resposta, aliada ao sentimento de medo atribuído a essa prancha demonstram que ela tenta observar a sexualidade diante de um outro ponto de vista, como mecanismo de defesa, para se afastar de uma situação que lhe causa medo, ratificando o sofrimento psíquico manifestado no cartão II.

Tendo em vista as experiências vividas de abuso sexual, observa-se que Vanessa ainda não conseguiu elaborar os traumas sofridos nestas situações, o que deixou sequelas relacionadas à sua sexualidade. Por conseguinte, procura se manter afastada dessa temática. Esse fato é confirmado quando Vanessa relata que após os abusos, passou a se vestir de forma desleixada, na tentativa de evitar qualquer relacionamento com homens.

Prancha VII

O conteúdo da prancha VII evoca a relação de intimidade interpessoal, que se desenvolve a partir da intimidade primária com a mãe (Resende, 2016). De acordo com Orh (1968), citada por Vaz (1998) o espaço em branco no centro do cartão remete ao útero materno, e as manchas estimulam conteúdos como mulheres e crianças. Traubenberg (1997) ressalta que essa imagem feminina ou maternal só é possível em razão da relação primitiva do sujeito com a mãe, que provocará imagens positivas ou negativas podendo revelar inclusive vivências de abandono.

A examinanda manifesta uma reação de rejeição assim que pega esta prancha, verbalizando “Não sei” e depois a devolve sem dar uma resposta. Resende (2016) pontua que a rejeição a esse cartão indica que o sujeito possui conflitos e sentimento de ressentimento diante das figuras femininas em sua vida. Também pode indicar um choque ao vazio, que segundo Vaz (1997) advém da dificuldade do sujeito frente a espaços em branco no interior dos cartões e pode ocorrer com maior frequência em crianças que possuem sentimento de perda afetiva (Ohr, 1958), citada por Vaz, 1997). É também comum em adultos com perda afetiva significativa nos primeiros anos de vida.

Após ser incentivada, a examinanda responde, “Parece algum animal sem a parte do meio, só as patas e o rabo” e no inquérito “...a parte do meio não tem, como se tivesse tirado dela”. No inquérito ideoaferivo ela ainda evidencia essa falta (título “Uma imagem representada como se tivesse perdido alguma coisa”, com sentimento: “Perda”). Segundo Cukier (1998) a mãe é o primeiro cuidador que funciona como mediador entre o mundo e a criança no processo de formação da identidade, sendo que o modo como este relacionamento é estabelecido vai influenciar nos relacionamentos com o mundo. Para Erickson (citado por Cukier, 1998, p. 26) “o sentido de identidade do ego é a confiança de ter internamente uma mesma coisa, uma continuidade... e isto é conseguido através da previsibilidade e continuidade do significado que eu tenho para o outro”. Neste sentido a resposta da examinanda retrata a falta de continuidade, que imprime o sentimento de perda afetiva já mencionado. Isso se manifesta justamente numa prancha que remete à temática materna, na qual projeta o modo como interpretou o relacionamento com a mãe no início da vida.

Com relação ao relacionamento com a mãe também existem dois pontos que são relevantes: primeiro o fato de que quando Vanessa nasceu o pai abandonou sua mãe; por outro lado o fato de ter apanhado sempre, e afirmar que a mãe “sempre descontou” nela as “frustrações” por ter sido abandonada. Sendo assim, observa-se que as perdas estiveram presentes de diversas maneiras em sua vida e é possível que estas marcas profundas guardem uma relação entre si. Talvez possa indicar que ao “perder” o pai, Vanessa também tenha sentido como se tivesse “perdido”, de alguma maneira a mãe. Neste sentido pode apontar para o que Cukier (1998) define como fenômeno intitulado por “contágio psicológico ... que significa a passagem de geração a geração, de carências fundamentais”, vivenciadas pela mãe que se espelha na filha, numa dramática sucessão de abandonos afetivos e perdas.

Prancha VIII

Essa prancha evoca a capacidade do examinando em ter contatos sociais, ser solidário, compartilhar e conviver em grupo. É necessário reconhecer tanto normas e regras sociais, assim como o outro e os próprios afetos para um convívio efetivo e harmonioso (Vieira, 2003).

O cartão proporciona uma rápida visualização da resposta banal (DF+A: animal quadrupede). Resende (2016), afirma que é possível apreciar os desejos e ambições do examinando diante de um grupo a partir do tipo de atitude dos animais, tais como o grau de agressividade e cooperação.

A examinanda vê a resposta banal de imediato (Dkan+A/Ban: “duas onças”) o que demonstra que reconhece normas e regras sociais, compartilha do senso comum (resposta banal), com boa capacidade para estar em grupos. Revela bom potencial para se desenvolver,

dispondo de energia e desejo para a convivência comunitária, que pode ser vivida de forma agradável, tendo em vista a boa elaboração da resposta (kan+), ao atribuir o título de “O mundo” e o sentimento “aventura, liberdade”, além de eleger esta prancha como a preferida.

O desempenho nesta prancha confirma o modo como a examinanda está vivenciando os relacionamentos em grupo no momento. Vale lembrar que Vanessa afirmou na entrevista que se mantinha mais isolada, principalmente dos homens. Ficava sozinha na escola e tinha poucos amigos. Isso mudou quando entrou para uma igreja evangélica e passou a participar dos grupos. Afirma estar mais feliz agora, quando está em contato com esse grupo. Palácios (2008) afirma que o relacionamento em grupo é um contexto fundamental para o desenvolvimento dos adolescentes. Neste espaço de convivência a examinanda parece ter encontrado a confirmação e o acolhimento que tanto esperou receber no seio familiar e a partir do grupo, tanto o religioso como o grupo do Vira vida, ela pode sentir-se confortável para ir dando oportunidades para seu crescimento, na medida em que viveu essas interações como positivas.

Prancha IX

De acordo com Vieira (2003), essa prancha está relacionada ao passado, levando o sujeito a regredir ao útero e ao nascimento. A intimidade e afetividade profunda são evocadas, relacionando-se à imagem materna. Pode evocar, segundo (Resende, 2016), tanto as sensações primárias boas, tais como de sintonia, acolhimento, otimismo, paz, esperança, bem como sensações ruins de rejeição, ódio, pessimismo e intolerância, entre outros.

Diante da resposta “Vários mundos, como se fosse um mapa” (G CF Geo) e no inquérito “As cores diferentes. Parece um mapa. Não pelos formatos, mas como se tivesse tirado umas partes dele...”, nota-se que novamente Vanessa expressa que algo lhe foi tirado, assim como na prancha VII. Tendo em vista que ambas estão relacionadas com a imagem materna, mostra o quanto é marcante a experiência de algo ter sido “tirado” dela, de possivelmente ter sofrido alguma perda nessa relação mãe-bebê. No inquérito ideofetivo traz como título “Metade de um mundo” e como sentimento “Bagunça. Como se tivesse tudo fora de ordem”, essas afirmações sugerem a confusão de Vanessa diante desses sentimentos referentes ao útero materno, ora positivos, ora negativos, indicando que a temática evoca uma emoção que não está sob controle (CF).

Prancha X

As manchas desse cartão são dispostas de maneira diversificada e com várias cores, dificultando que o examinando elabore uma resposta global, obrigando-o a lidar com uma realidade variada, e traz como demanda a organização dentro desta multiplicidade, afirma

Resende (2016). De acordo com Vieira (2003), essa prancha demonstra a capacidade do indivíduo em manter a unicidade diante da multiplicidade do mundo e das diversas formas de existir. Dessa forma, verifica se o sujeito consegue enfrentar o caos a partir da organização do seu mundo pessoal.

Nesse cartão, Vanessa apresenta três respostas, sendo as duas primeiras Dkan+A (“Parece que tem um leão”) e DdF+-A (“Dragão”), demonstrando que ela possui capacidades em distinguir as coisas no mundo. No entanto, em sua terceira resposta (GF-Abs: “Só; várias coisas. Uma bagunça!”), indica a dificuldade em manter a eficiência discriminativa, o controle cognitivo diante da multiplicidade do mundo. Apesar de ter boa estrutura de ego, de manter a unicidade, observa-se que é difícil sustentar o discernimento neste momento de sua vida, quando se tem muitas coisas para decidir e pouco suporte do ambiente para lhe amparar, além de guardar múltiplas experiências negativas na família, com pais imaturos e despreparados. Segundo Cukier (1998) o ser humano nasce despreparado e é a partir da relação com os pais que vai adquirir recursos internos para tornar-se autônomo. O que a pessoa sente por si mesma espelha, por sua vez, “como foram suas primeiras relações estruturadoras e prognosticam, em última instância, como serão suas relações com o mundo” (Cukier, 1998, p. 26).

Além disso, há prejuízos na formação da segurança básica, como mencionado em pranchas anteriores, o que faz com que ela se sinta solta na diversidade do mundo, fato que fica explícito quando intitula a prancha X como: “Várias situações ... como se fosse uma pessoa passando por várias coisas”. Apesar disso Vanessa traz como sentimento “Coragem”, o que demonstra um bom prognóstico, pois mostra que busca enfrentar os desafios e a pluralidade do mundo.

Análise do teste H-T-P (casa, árvore e pessoa)

Vanessa demonstra boa estrutura de ego e boa constituição da personalidade, o que pode ser observado pelo traçado nos desenhos, pela boa forma, pelo tipo de linha, pela estruturação da parede, pelo tronco da árvore (Buck, 2009).

No entanto todos os desenhos são pequenos e localizados no lado esquerdo da folha, traduzindo insegurança, retraimento, forte interesse em si mesma e, de um ponto de vista temporal, demonstra que está muito preocupada com o passado, possivelmente devido às experiências traumáticas. Esta fixação, também foi demonstrada pelos pés (virados para a esquerda) das figuras humanas (Buck, 2009).

De acordo com Buck (2009), a casa irá estimular associações referentes às relações familiares interpessoais íntimas. Vanessa mostra no HTP que não possui bom relacionamento

com a família e que não há confiança nos mesmos (inquérito: “Acho que não me sinto à vontade onde moro”, “gostaria de morar sozinha” e “o que a casa mais precisa é de confiança”). Essa dificuldade de contato também é retratada pelas janelas e portas fechadas. Esses aspectos ratificam o que Mayer e Koller (2003) afirmam quando mencionam que a criança que vive em um ambiente violento tende apresentar prejuízos nos vínculos e na confiança com os pais.

A ausência de confiança no outro e a dificuldade de contato também podem ser observadas nos desenhos da pessoa (figuras muito pequenas e com as mãos escondidas) (Buck, 2009). Além disso, esses aspectos podem demonstrar sentimento de culpa e inadequação que podem ser confirmados quando em sua história de vida relata que após ter sido abusada, se sentia culpada, passando a se vestir de maneira a afastar homens de seu convívio.

Em relação ao desenho da árvore, Hammer (1991), afirma que é possível fazer um paralelo entre o desenvolvimento temporal do sujeito em relação à sua história vital psicológica, sendo possível observar que resíduos de experiências precoces tendem a ser demonstrados na parte inferior, e os mais recentes na parte superior. Posto isto, é pertinente ressaltar que no inquérito posterior ao desenho, Vanessa afirma que a raiz da árvore está morta, demonstrando assim que no início de seu desenvolvimento não sentiu que suas necessidades tenham sido suficientemente satisfeitas. De acordo com Bowlby (1989), é o vínculo entre mãe e bebê que irá construir um sentimento de segurança e confiança básica no sujeito, contudo a história de vida da participante mostra que estes aspectos psicológicos não foram atendidos conforme necessitava. Além disso, ao informar que a árvore pode estar em “qualquer lugar”, demonstra sentimentos de desabrigo, bem como ao relatar no desenho da casa não se sentir à vontade onde mora.

Os tipos de violência sofridos por Vanessa são aspectos importantes a serem observados nos desenhos e podem ficar evidenciados no inquérito. Na árvore, na primeira pessoa e na pessoa do sexo oposto, quando perguntada sobre como alguém já machucou essa árvore ou pessoa, ela responde respectivamente: “batendo”, “estuprou” e “sentimental”. Demonstrando as sequelas das violências sofridas física, sexual e psicologicamente. Estas geram, segundo Jung (2006), sentimento de insegurança, o sujeito passa a ter uma visão pessimista do mundo e cria a ideia que não se pode confiar em ninguém. Essa visão pessimista do mundo pode ser observada quando a examinanda relata que o que mais precisa é “de Deus”, pois “é o único local em que me sinto segura”.

Considerações finais

A partir do exposto, acredita-se que o objetivo principal do trabalho foi atingido, uma vez que foi possível, a partir do psicodiagnóstico, constatar na prática o que foi discutido em teoria a respeito das graves consequências no desenvolvimento de uma pessoa exposta a múltiplas situações de violência. Reforçando a importância em se estabelecer um vínculo saudável entre família e criança, sobretudo nos primeiros anos de vida. Sendo que um vínculo precário, aliado à outras formas de violência, podem ser bastante nocivos ao sujeito, gerando sentimentos de inferioridade, retraimento e insegurança, como foi observado no caso de Vanessa.

Apesar dos aspectos negativos gerados pela polivitimização, foi possível verificar também que a participante possui uma boa estrutura de ego, e o interesse genuíno em si mesma, tendo assim um bom prognóstico, para que possa com o auxílio da psicoterapia, ressignificar as percepções a respeito de sua própria experiência de vida.

Para além disso, é pertinente destacar a louvável importância de programas como o Vira Vida, que são capazes de alterar a perspectiva de vida de muitos adolescentes inseridos nesse contexto de violência. A medida que proporciona uma valorosa oportunidade de reconhecimento da pessoa, de incentivo, de confirmação, a partir da criação de vínculos favoráveis, nunca antes experimentados. Observou-se que não só favorece uma profissionalização, mas sobretudo, resgata a alma.

Referências

- Assis, S. G. (1994). Crianças e adolescentes violentadas: passado, presente e perspectivas para o futuro. *Caderno de saúde pública*, 10, 126-134.
- Bohm, E. (1973). *El psicodiagnóstico de Rorschach*. Madrid: Ediciones Morata.
- Bowlby, J. (1989). *Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego*. (S. M. Barros, trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bowlby, J. (1997). *Formação e rompimento dos laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Buck, J. N. (2009). *HTP: casa-árvore-pessoa, técnica projetiva de desenho: guia de interpretação*. (2a ed.) (R.C. Tardivo, Trad.). São Paulo: Vetor. (Trabalho original publicado em 1992).
- Cecconello, A. M., De Antoni, C., & Koller, S.H. (2003). Práticas educacionais, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. [Versão eletrônica]. *Psicologia em Estudo*. (vol.8, pp. 45-54).

- Conselho Federal de Psicologia (2003). *Manual de elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica*. Retirado em 17 de setembro, 2016, de <http://site.cfp.org.br>
- Cukier, R. (1998). *Sobrevivência Emocional: As dores da infância revividas no drama adulto*. (4a ed). São Paulo: Ágora.
- Cunha, J. A. (2007) *Psicodiagnóstico V*. (5a ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Day, V. P., & Telles, L. E. B., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R. F., Machado, D. A., Silveira, M. B., Debiaggi, M., Reis, M. G., Cardoso, R. G., & Blank, P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 25, 9-21.
- Hammer, E. F. (1991). *Aplicações clínicas dos desenhos projetivos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Hayeck, C. M. (2009). *A violência contra crianças e adolescentes ao longo dos séculos e os atuais trâmites institucionais de atendimento aos sujeitos vitimizados*. Trabalho apresentado no XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, CE. Retirado em 15 de outubro, 2016, de <http://anais.anpuh.org>
- Jung, F. H. (2006). *Abuso sexual na infância: uma leitura fenomenológica-existencial através do psicodiagnóstico de Rorschach*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990*. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília. Retirado em 15 de agosto, 2016, de <https://www.planalto.gov.br>
- Mayer, L.R., & Koller, S.H. (2012). Rede de apoio social e representação mental das relações de apego de crianças vítimas de violência doméstica. In L.F. Habizzang & S.H. Koller (ed.). *Violência contra crianças e adolescentes: Teoria, prática e pesquisa*. (pp.21-32). Porto Alegre: Artmed.
- Neves, A. S., & Romanelli, G. (2006). A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar. [Versão eletrônica]. *Estudos de psicologia*. (vol. 23, pp. 299-306).
- Oliva, A. (2004). Desenvolvimento social durante a adolescência. In Coll, C., Maechesi, A., Palácios, J. (orgs.). *Desenvolvimento psicológico e evolução*. (pp. 350-367). Porto Alegre: Artmed.
- Osório, L. C. (1996). *Família hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pasian, S. R. (2010). *O psicodiagnóstico em adultos: atlas, normas e reflexões*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Pratta, E. M. M., & Santos, M. A. (2007). Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológicos de seus membros. [Versão eletrônica]. *Psicologia em Estudo*, 12, 247-256.
- Resende, A.C. (2016). *Método de Rorschach: referências essenciais*. (Ed. rev.) Goiânia: Dimensão.
- Trautenberg, N.R (1998). *A Prática do Rorschach*. São Paulo: Vetor.
- Vaz, C. E. (1997). *O Rorschach – Teoria e Desempenho*. São Paulo: Editora Manole.
- Vieira, M.R.V. (2003). *As projeções no psicodiagnóstico Rorschach de mulheres que retornaram à domus, analisadas em estudo de caso*. Dissertação de Mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
- Winnicott, D. W. (2011). *A família e o desenvolvimento individual*. (2a ed.) (M. B. Cipolla, Trad). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1965).

Indicadores de saúde mental em mulheres com obesidade mórbida candidatas à cirurgia bariátrica

Maíra Stivaleti Colombarolli

Sonia Regina Pasian

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo

Resumo: A cirurgia bariátrica tem sido amplamente utilizada para tratamento da obesidade mórbida em pacientes cujas tentativas anteriores de perda de peso não foram eficazes. Por se tratar de doença complexa e multifatorial, identificar variáveis psicológicas associadas à obesidade podem orientar o trabalho da equipe multiprofissional quanto às intervenções necessárias para obtenção dos resultados esperados com a cirurgia. Esse trabalho tem por objetivo retratar indicadores clínicos e de saúde mental (sintomas clínicos de transtornos mentais, depressão e ansiedade) em mulheres com obesidade mórbida, candidatas à cirurgia bariátrica. A amostra de conveniência está composta, até o presente momento, por 28 mulheres voluntárias, pacientes de um Ambulatório de Cirurgia Bariátrica de Hospital Universitário público e de referência no interior do Estado de São Paulo. O grupo avaliado possui idade entre 22 e 60 anos ($M=37,6$; $DP=10,1$), em sua maioria com ensino médio completo (53,6%), peso médio atual variando de 90 a 173 kg, com IMC médio de $46,22 \text{ kg/m}^2$ ($DP=6,84 \text{ kg/m}^2$). As pacientes foram individualmente avaliadas por bateria de instrumentos psicológicos, incluindo *Self Report Questionnaire* (SRQ-20), Questionário de Saúde do Paciente (PHQ-9) e Inventário de Ansiedade de Beck (BAI), focos da presente comunicação científica, os quais foram devidamente aplicados e avaliados conforme respectivos padrões técnicos. A maioria das pacientes não apresentou sinais clínicos de transtornos psicológicos, com pontuação média no SRQ-20 de 3,6 ($DP=3,1$), variando entre mínimo de zero e máximo de 12 pontos. Considerando-se o ponto de corte de sete/oito pontos no SRQ, 24 casos (85,7%) dessa amostra não apresentaram indicadores de transtornos de saúde mental. O PHQ-9 alcançou pontuação média de 3,1 pontos ($DP=5,4$), com escores variando de zero a 24. Ao utilizar nota de corte de nove ou mais pontos nesse instrumento, pode-se identificar quatro casos (14,3%) com indicadores de sintomas depressivos. Em relação à ansiedade, o escore médio no BAI foi 5,4 pontos ($DP=9,2$), predominando níveis mínimos de ansiedade em 25 casos (89,3%) da amostra. Os resultados indicaram que mulheres com obesidade mórbida, quando candidatas à cirurgia bariátrica em um serviço institucional de referência em Saúde, apresentaram baixa incidência de indicadores de transtornos de saúde mental, diferindo das altas incidências de transtornos mentais frequentemente descritas em amostras de pacientes com obesidade mórbida, veiculadas como superiores às taxas da população em geral. Faz-se importante conhecer características psicológicas desses pacientes para correta identificação das intervenções necessárias sobre aspectos psicológicos e comportamentais para favorecer resultados positivos no tratamento cirúrgico da obesidade. (CAPES)

Palavras-chave: Obesidade; Avaliação Psicológica; Cirurgia Bariátrica; Personalidade.

Introdução

A obesidade é uma doença de etiologia complexa e multideterminada, com grande impacto na expectativa de vida dos indivíduos por ela acometidos, gerando altos custos para os sistemas de saúde. Definida como a acumulação excessiva de gordura que representa risco à saúde (OMS, 2016), é comumente identificada a partir do Índice de Massa Corporal (IMC), a divisão do peso pelo quadrado da altura em metros (kg/m^2). Valores de IMC superiores a 25 kg/m^2 indicam sobrepeso, enquanto a obesidade é classificada quando IMC é igual ou superior a 30 kg/m^2 . Atualmente, compreende-se que a abordagem terapêutica da obesidade deve abranger seus aspectos biológicos, comportamentais e sociais, sendo indicada a intervenção

multidisciplinar, tradicionalmente composta de tratamento farmacológico, acompanhamento nutricional e atividade física, juntamente com psicoterapia (Bray & Bouchard, 2014).

Recentemente, entretanto, houve aumento exponencial do uso da cirurgia bariátrica como recurso para tratamento da obesidade, segundo informações da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (SBCBM, 2017). Regulamentada como tratamento para obesidade mórbida em 1991 nos Estados Unidos, passou a integrar o rol de procedimentos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) desde 2007. Este tipo de cirurgia é recomendado para pacientes com obesidade grau III, para os quais os tratamentos convencionais não foram eficazes na perda ou manutenção da perda de peso, em tentativas diversas, por pelo menos dois anos. Para ser elegível para o procedimento cirúrgico, o paciente deve atender a critérios estabelecidos, tais como ter idade entre 18 e 65 anos, IMC maior que 40 kg/m^2 , ou maior que 35 kg/m^2 com comorbidades associadas (diabetes, hipercolesterolemia, esteatose hepática, entre outros) (ABESO, 2016).

O sucesso da cirurgia bariátrica é determinado pela perda relativa de mais de 50% do excesso de peso em até 24 meses após a intervenção cirúrgica. Todavia, parte dos pacientes submetidos a esse tratamento recupera mais de 10% do peso perdido. Isso constitui reganho patológico de peso, atingindo taxa entre 10 a 30% dos pacientes, conforme relatado por Magro et al. (2008). Esses autores conduziram estudo longitudinal prospectivo com 782 pacientes que se submeteram à cirurgia bariátrica há pelo menos dois anos, apontando que o reganho de peso dependeu do tipo de técnica cirúrgica empregada. Informaram ainda que 60% dos pacientes que tiveram fracasso com a cirurgia não fizeram acompanhamento nutricional e 80% não fizeram acompanhamento psicológico após a cirurgia, enfatizando a relevância dos aspectos comportamentais no insucesso da intervenção cirúrgica.

Complementarmente, em revisão sistemática da literatura, Karmali et al. (2013) identificaram que dificuldades em seguir as prescrições nutricionais foram fatores associados à ineficácia da cirurgia, bem como variáveis relacionadas ao funcionamento psíquico e de saúde mental. A esse respeito, reportaram que a presença de transtornos psiquiátricos representava um risco seis vezes maior de reganho de peso, comparativamente à ausência desses quadros. Além disso, o reganho esteve associado com sintomas depressivos, uso de álcool e drogas, presença de transtornos alimentares e traços impulsivos de personalidade.

A esse respeito, as associações entre funcionamento psicológico e obesidade têm sido demonstradas a partir de diversas linhas de investigação científica. Por um lado, com enfoque maior entre aspectos relacionados ao funcionamento afetivo e a saúde mental desses pacientes, há evidências empíricas da presença de indicadores de transtornos de humor em pacientes

obesos. Dentre esses, os mais relatados na literatura científica são depressão (Carpenter, Hasin, Allison & Faith, 2000; Markowitz, Friedman & Arent, 2008), ansiedade e transtorno bipolar (Duarte-Guerra, Coelho, Santo & Wang, 2015).

Essa associação também se mostra relevante no que diz respeito aos desfechos do tratamento cirúrgico da obesidade. Em estudo com 107 pacientes candidatos à cirurgia bariátrica, de Zwaan et al. (2011) identificaram que a presença de transtorno depressivo esteve significativamente associada à menor perda de peso entre 24 a 36 meses após a cirurgia. De modo semelhante, Rutledge, Groesz e Savu (2011) identificaram associação estatisticamente significativa entre a presença de condições psiquiátricas e a perda de peso após 12 meses da cirurgia, em amostra com 60 pacientes. Por sua vez, Agüera et al. (2015) avaliaram 139 pacientes submetidos à cirurgia bariátrica e encontraram associação entre menores escores de depressão e maior perda de peso.

Além desses achados, sintomas relacionados ao uso abusivo de álcool e outras substâncias, comportamento alimentar compulsivo e baixa adesão a recomendações dietéticas e reduzida atividade física estiveram significativamente associados com menor perda de peso após a cirurgia bariátrica (Li & Wu, 2016; Sheets et al., 2015; Wedin et al., 2014). A preocupação com suicídio também foi identificada em alguns estudos, com histórico de tentativas de suicídio variando entre as amostras. No entanto, o aumento da tendência de ideação e comportamento suicida pareceu associado com a presença de transtorno depressivo, sendo semelhante ao existente na população geral (Adamowicz, Salwen, Hymowitz & Vivian, 2016; Adams et al., 2012; Chen et al., 2012).

Diante desse panorama, este trabalho tem por objetivo descrever indicadores clínicos e de saúde mental, especificamente sintomas de transtornos mentais, depressão e ansiedade, em amostra de mulheres com obesidade mórbida, candidatas à cirurgia bariátrica em um serviço público especializado. Discute-se, ainda, a relevância da investigação de quadros clínicos no contexto preparatório para essa intervenção cirúrgica, bem como o papel do psicólogo na equipe multidisciplinar no tratamento do paciente com obesidade mórbida.

Método

O presente trabalho apresenta delineamento quantitativo, de caráter transversal, e busca descrever os indicadores clínicos e de saúde mental de mulheres obesas candidatas à cirurgia bariátrica a partir de instrumentos de avaliação psicológica. Configura-se como recorte de uma pesquisa mais ampla que buscou investigar esses indicadores e outras características psicológicas (regulação emocional, funcionamento executivo e personalidade) em amostra de

mulheres com obesidade grau III, comparativamente a mulheres sem obesidade. Essa pesquisa foi aprovada por um Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e seguiu todas as recomendações formais concernentes às pesquisas conduzidas com seres humanos.

Participantes

Trata-se de amostra de conveniência, constituída por voluntárias, pacientes de um ambulatório de cirurgia bariátrica de hospital universitário público de referência no interior do Estado de São Paulo. Todas as participantes faziam acompanhamento ambulatorial com equipe multiprofissional composta por médicos, nutricionista, fisioterapeuta e psicólogas e atenderam ao conjunto de requisitos necessários para acompanhamento no serviço clínico de preparação para a cirurgia bariátrica. Durante o período pré-operatório, as participantes realizavam avaliação psicológica e acompanhamento clínico nutricional, além de exames de rotina e tinham a meta de perder 15% do peso inicial para realizar a cirurgia. Além disso, participavam de reuniões mensais com a equipe multiprofissional onde eram veiculadas informações importantes sobre os procedimentos cirúrgicos e as recomendações relativas ao tratamento posterior à cirurgia.

Dentro desse contexto, pacientes do referido serviço foram convidadas a participar dessa pesquisa pela primeira autora desse trabalho, em um dia de consulta de acompanhamento ambulatorial de rotina. Do conjunto de casos disponíveis, a amostra ficou composta por 28 mulheres atendidas nesse ambulatório, cujas características sociodemográficas estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1. *Características sociodemográficas da amostra (n = 28).*

Variável	Mínimo	Máximo	Média	DP
Idade	22	60	37,6	10,1
Escolaridade (anos)	4	17	11,1	3,1
Peso atual (kg)	90	173	121,7	22,8
IMC	36,9	58,9	46,2	6,8
	<i>f</i>	%		
Classe Econômica*				
B2	12	42,9		
C1	9	32,1		
C2	7	25		
Escolaridade				
Ensino Fundamental Incompleto	3	10,7		
Ensino Fundamental Completo	2	7,1		
Ensino Médio Incompleto	1	3,6		
Ensino Médio Completo	15	53,6		
Ensino Superior	7	25,1		

*Conforme avaliação específica do Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2015).

Observou-se, portanto, que a amostra foi constituída por pacientes adultas, com idade entre 22 e 60 anos, com IMC médio de 46,2 kg/m². A escolaridade média foi de 11 anos, sendo que 53,6% da amostra completou o ensino médio, 21,4% ensino fundamental ou médio incompleto e 25,1% ensino superior. Todas as participantes tinham nível socioeconômico médio-baixo, aferido por instrumento específico (Critério de Classificação Econômica Brasil, ABEP, 2015), sendo 42,9% da classe B2, 32,1% da classe C1 e 25,0% da classe C2.

Instrumentos

Os instrumentos para avaliação clínica, enfoque do presente trabalho, foram os descritos a seguir. Cabe destacar que também foram consultados os prontuários médicos das mulheres avaliadas, de modo a colecionar informações relativas a seu histórico de tratamentos e possíveis intercorrências clínicas.

1) *Self-Report Questionnaire (SRQ-20)*: instrumento de autorrelato, com 20 itens, voltado à identificação de sintomas de transtorno mental não psicótico, sem oferecer um diagnóstico psiquiátrico específico (Santos, Araújo, Pinho & Silva, 2010). As questões são respondidas no formato “sim” ou “não”, atribuindo-se pontos para as respostas assinaladas positivamente. A soma dos pontos (respostas “sim”) dá a nota no instrumento, sendo que, pelo referido estudo brasileiro, são casos prováveis de transtornos mentais os indivíduos que tiverem nota igual ou superior a sete ou oito pontos. O SRQ apresentou adequados índices de validade e de consistência interna também na realidade nacional (Santos, Araújo & Oliveira, 2009).

2) *Questionário sobre a Saúde do Paciente-9 (PHQ-9)*: adaptado para o Brasil por Osório, Mendes, Crippa e Loureiro (2009), esse instrumento de autorrelato é uma medida de rastreio para depressão. Consiste de nove questões baseadas nos critérios do DSM-IV para episódio depressivo, para os quais os pacientes devem assinalar a frequência com que experimentaram os sintomas nas últimas duas semanas. Os escores variam de zero (nenhuma vez) a três (quase todos os dias). Pontuações entre 10 e 14 indicam sintomas moderados de depressão, enquanto pontuações entre 15 a 19 indicam sintomas graves, e pontuações acima de 20 indicam sintomas muito graves.

3) *Inventário de Ansiedade de Beck (BAI)* (Cunha, 2011): esse inventário avalia gravidade de 21 sintomas de ansiedade, na última semana de vida. Está organizado em formato de escala do tipo *likert* de quatro pontos, avaliando a intensidade dos sintomas, variando de “absolutamente não me incomodou” (0 pontos) a “gravemente, dificilmente pude suportar” (3 pontos). Os escores são somados para obter o nível de ansiedade do indivíduo. Pontuações de 0-19 indicam

ausência ou ansiedade leve, enquanto que escores de 20 a 30 indicam ansiedade moderada, e acima de 31 apontam para grave ansiedade. Os estudos de validade conduzidos por Cunha (2011) indicaram índices adequados de precisão e evidências de validade de construto e conteúdo do instrumento para o contexto do Brasil.

Procedimentos

Após o convite à participação na pesquisa e esclarecimento sobre os objetivos da pesquisa, as pacientes que aceitaram a proposta assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Elas foram contatadas pela primeira autora deste trabalho, enquanto esperava a sua consulta (previamente agendada) em ambulatório especializado e de referência no campo do tratamento cirúrgico da obesidade.

As pacientes foram individualmente avaliadas em sala disponível no ambulatório do hospital, com condições apropriadas para avaliação psicológica. Foi realizado um encontro individual com duração média de 75 minutos, onde os instrumentos de avaliação psicológica foram aplicados em formato de entrevista.

Os dados foram coletados no âmbito de um estudo maior cujo objetivo foi investigar aspectos psicológicos em pacientes com obesidade, incluindo bateria de escalas de avaliação clínica, teste de personalidade e teste neuropsicológico de funções executivas. Todas as participantes tiveram o histórico de obesidade e as informações socioeconômicas investigadas por meio da entrevista clínica com a primeira autora deste trabalho.

Após o processo de coleta dos dados, os instrumentos foram pontuados e tabulados de acordo com seus respectivos padrões técnicos. Desta forma, procedeu-se à sistematização dos dados sociodemográficos, computação dos dados das escalas e à somatória dos escores individuais para comparação com as respectivas normas disponíveis e caracterização clínica das participantes quanto aos indicadores de saúde mental, depressão e ansiedade. As análises descritivas e de frequência foram realizadas com auxílio do *software Statistical Package for Social Sciences* (IBM SPSS, versão 23.0).

Resultados e Discussão

Com o objetivo de identificar os indicadores de saúde mental na amostra de mulheres candidatas à cirurgia bariátrica, foram analisadas as pontuações médias nas escalas de avaliação, bem como a distribuição de participantes em função da presença de sintomas psiquiátricos na amostra. As estatísticas descritivas referentes à pontuação das escalas avaliativas aqui utilizadas são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 2. Resultados descritivos da amostra ($n = 28$) nas escalas SRQ-20, PHQ-9 e BAI.

Variável	Média	Desvio-Padrão	Mínimo/Máximo
SRQ-20	3,6	3,1	0/12
PHQ-9	3,1	5,4	0/24
BAI	5,0	9,0	0/39

SRQ-20 = *Self-Report Questionnaire*;

PHQ-9 = Questionário sobre a Saúde do Paciente

BAI = Inventário de Ansiedade de Beck

Observou-se que as pontuações médias foram baixas em todos os instrumentos, com importante variabilidade nos níveis de sintomas psiquiátricos (SRQ) e de depressão (PHQ) reportados pelas mulheres. Em relação à presença de sintomas de ansiedade (BAI), a amostra apresentou ainda maior variabilidade nos indicadores. Há que se destacar, no entanto, que esses resultados médios no SRQ, no PHQ e na BAI se mostraram expressivamente abaixo das médias e pontos de corte sugeridos nos respectivos padrões técnicos dos instrumentos.

Desta forma, considerou-se adequado examinar a incidência de sintomas clinicamente significativos na amostra. Tomou-se por base a nota de corte de cada instrumento utilizado, classificando o resultado como indicativo de condição clínica ou não clínica naquela variável em foco. Esses achados compõem a Tabela 2.

Tabela 3. Distribuição dos participantes ($n=28$) em função dos resultados no SRQ, PHQ e BAI.

Instrumento e classificação diagnóstica	<i>f</i>	%
SRQ-20		
Não Clínico	24	85,7
Clínico	4	14,3
PHQ-9		
Não Clínico	24	85,7
Clínico	4	14,3
BAI		
Não Clínico	25	89,3
Clínico	3	10,7

Ao analisar a frequência de participantes com sintomas psiquiátricos clinicamente relevantes, nota-se baixa incidência de casos cujas pontuações excederam as notas de corte das escalas. Os dados indicam menos de 15% de casos clínicos em termos de saúde mental nessa amostra, índice inferior ao comumente relatado na literatura científica da área.

O estudo de Alizai et al. (2015) avaliou 159 pacientes (sendo 104 mulheres) candidatos à cirurgia bariátrica da população alemã, utilizando a versão completa do PHQ (com 78 itens).

Encontrou taxa de 27,9% de sintomas depressivos no subgrupo feminino de sua amostra, além de 53,9% de casos com sintomas de ansiedade. Em outro estudo com 145 candidatos à cirurgia bariátrica, sendo 105 mulheres, avaliados com a Entrevista Semiestruturada para o DSM-IV (SCID-IV), a presença de transtornos psiquiátricos na amostra feminina foi de 65,8%, enquanto 37,1% da amostra apresentava transtorno depressivo maior e 19,0% apresentava algum transtorno de ansiedade (Lin et al., 2013).

Em estudo no contexto brasileiro, Duarte-Guerra et al. (2016) examinaram, com o uso da SCID-IV, a incidência de transtornos depressivos em amostra de 374 pacientes, dos quais 299 eram mulheres. Ao considerar apenas as pacientes do sexo feminino, 58,2% atendiam aos critérios para a presença de algum transtorno psiquiátrico do Eixo I, sendo que 8,7% apresentavam quadro de transtorno de humor e 48,2% exibiram quadro sintomático associado a algum transtorno de ansiedade.

Em outra investigação científica, Oliveira e Yoshida (2009) avaliaram 32 pacientes (97% mulheres) com obesidade grau III antes da cirurgia bariátrica, em hospital público brasileiro, utilizando as Escalas Beck de Ansiedade (BAI) e de Depressão (BDI). Identificaram níveis clinicamente significativos de ansiedade (moderada a grave) em 15,6% da amostra e 25,0% de sintomas moderados a graves de depressão.

Os dados revelam variabilidade na taxa de identificação de sintomas psiquiátricos em diferentes amostras de adultos com obesidade, com tendência a alta prevalência de transtornos depressivos e ansiosos. Contrariamente à literatura científica, os dados do recorte amostral aqui focalizado revelaram incidências muito menores desses sintomas.

Algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar os atuais achados frente aos disponíveis em pesquisas anteriores. Entre elas, há que se considerar a diversidade de instrumentos e estratégias utilizadas para avaliação da presença de sintomas e transtornos psiquiátricos nas amostras dos vários estudos. Esses diferentes instrumentos podem, por sua vez, apresentar sensibilidade específica em suas medidas e, portanto, alguma divergência nos dados relatados entre os estudos (Green, Engel & Mitchell, 2014). Nesse sentido, pode-se destacar a pesquisa desenvolvida por Mitchell et al. (2010), onde examinaram a congruência da avaliação clínica em pacientes no preparatório para cirurgia bariátrica, com uso de entrevista clínica ou da SCID. Encontraram índices de concordância, avaliados pelo *kappa*, abaixo de 0,5 entre os métodos de avaliação nos diagnósticos atribuídos, revelando grande divergência nos dados derivados dos diferentes instrumentos utilizados.

Outra hipótese para explicar a baixa incidência de sintomas psiquiátricos na amostra presentemente estudada pode ser o contexto do serviço clínico de onde advêm. As pacientes

foram avaliadas para a pesquisa após ingresso no serviço, o que implicou em ter passado por avaliação prévia com as psicólogas da equipe e ter participado de orientações mensais com a equipe multidisciplinar acerca dos procedimentos e preparação para a cirurgia. Assim, recebiam atendimento clínico por vários profissionais e poderiam, de alguma forma, vivenciar diminuição de eventual ansiedade ou sintomatologia depressiva, comumente referida na literatura científica dessa área. Visto ainda que a cirurgia bariátrica não é indicada para casos psiquiátricos, esse serviço faz os encaminhamentos profissionais quando identifica necessidade de acompanhamento especializado nessa área, com referenciamento à rede de atenção. Esse contexto parece favorecer uma triagem prévia dos casos para o ambulatório de cirurgia bariátrica em foco nesse trabalho, onde foi identificada, na atual amostra, baixa incidência de sinais de sofrimento psicológico no período em que os dados foram colhidos.

A esse respeito, Sogg e Friedman (2015) argumentam que o processo de avaliação e preparação do paciente à cirurgia bariátrica deve ser visto como um esforço que não tem apenas o objetivo de verificar a adequação do paciente à intervenção cirúrgica. Para além disso, o cuidado psicológico e multidisciplinar no contexto da cirurgia bariátrica envolve processo multifacetado com significativa relevância aos desfechos do tratamento. Assim, a equipe deveria focalizar não apenas resultados de perda de peso, mas também a resolução de comorbidades médicas, promoção da qualidade de vida e auxílio no ajustamento psicossocial e comportamental do paciente frente às mudanças decorrentes da cirurgia.

Além do preparo pré-cirúrgico, é necessário notar que as comorbidades psiquiátricas devem ser abordadas também após a cirurgia. Apesar das recomendações atuais exigirem a avaliação de sintomas psiquiátricos apenas antes da cirurgia, existem evidências de que a presença dos mesmos após a cirurgia está associada com dificuldades para perder o excesso de peso, e manter o peso perdido.

Em estudo de revisão de literatura científica, Green et al. (2014) verificaram que os transtornos de ansiedade e de humor tendem a melhorar logo após a cirurgia bariátrica, mas voltam a acometer os pacientes após um período de tempo, e estão associados a reganho de peso. Além disso, é frequente que os pacientes desenvolvam transtornos alimentares ou uso abusivo de álcool após a cirurgia, o que ocorre por mecanismos ainda pouco esclarecidos. Esses achados ressaltam a necessidade do acompanhamento longitudinal do paciente e a relevância de reavaliar e promover cuidado contínuo após a intervenção cirúrgica bariátrica.

Considerações Finais

Este trabalho procurou caracterizar indicadores de saúde mental em amostra de mulheres candidatas à cirurgia bariátrica em um serviço público de referência em hospital-escola público. Buscou-se, de forma complementar, promover a discussão acerca dos cuidados psicológicos no contexto da cirurgia bariátrica. Frente a seus objetivos, pode-se argumentar que foi identificada reduzida taxa de sintomatologia psiquiátrica, de ansiedade e de depressão nos casos avaliados, diferindo da literatura científica desse campo.

Nesse momento, no entanto, convém ressaltar as limitações dos achados expostos, especialmente no que concerne à representatividade da amostra. Está constituída apenas por pacientes do sexo feminino de um contexto específico do interior do estado de São Paulo, não podendo representar todas as pacientes com obesidade que se candidatam a esse tipo de intervenção cirúrgica. Além disso, os recursos de avaliação psicológica utilizados, sendo escalas de autorrelato, apresentam limitações técnicas. Seu enfoque técnico dirige-se a investigação de sintomatologia recente e não consideram demais aspectos do contexto de vida, sendo apenas uma ferramenta clínica para levantamento de sintomas sem pretensão de atribuir diagnósticos.

Diante dos achados, é possível observar que o cuidado do paciente com obesidade que se candidata à cirurgia bariátrica deve visar à promoção da saúde integral e abranger aspectos psicossociais para que ocorra sucesso no tratamento. Nesse sentido, o papel do psicólogo na equipe multiprofissional visa não apenas identificar sintomatologias e adequação à intervenção cirúrgica, mas também fornecer recursos e preparo psicológico às mudanças psicossociais e comportamentais decorrentes do tratamento, antes, durante e após a intervenção cirúrgica.

Referências

- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) (2015). *Critério de Classificação Econômica Brasil*. Disponível em: <http://www.abep.org/Servicos/Download.aspx?id=09>
- Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (ABESO). (2016). *Diretrizes brasileiras de obesidade*. 4. Ed. São Paulo (SP): ABESO.
- Adamowicz, J. L., Salwen, J. K., Hymowitz, G. F., & Vivian, D. (2016). Predictors of suicidality in bariatric surgery candidates. *Journal of Health Psychology, 21*(9), 1992–1998. <http://doi.org/10.1177/1359105315569618>
- Adams, T. D., Davidson, L. E., Litwin, S. E., Kolotkin, R. L., LaMonte, M. J., Pendleton, R. C., ... Hunt, S. C. (2012). Health Benefits of Gastric Bypass Surgery After 6 Years. *JAMA, 308*(11), 1122. <http://doi.org/10.1001/2012.jama.11164>

- Alizai, P. H., Akkerman, M. K., Kaemmer, D., Ulmer, F., Klink, C. D., Ernst, S., ... Perlitz, V. (2015). Presurgical assessment of bariatric patients with the Patient Health Questionnaire (PHQ)—A screening of the prevalence of psychosocial comorbidity. *Health and Quality of Life Outcomes*, 13(1), 80. <http://doi.org/10.1186/s12955-015-0278-5>
- Bray, G. A., & Bouchard, C. (2014). *Handbook Of Obesity: Epidemiology, Etiology, and Physiopathology* (Third). Boca Raton, FL: Taylor & Francis Group.
- Carpenter, K. M., Hasin, D. S., Allison, D. B., & Faith, M. S. (2000). Relationships between obesity and DSM-IV major depressive disorder, suicide ideation, and suicide attempts: Results from a general population study. *American Journal of Public Health*, 90(2), 251–257. <http://doi.org/10.2105/AJPH.90.2.251>
- Chen, E. Y., Fettich, K. C., Tierney, M., Cummings, H., Berona, J., Weissman, J., ... Coccaro, E. (2012). Factors Associated with Suicide Ideation in Severely Obese Bariatric Surgery-Seeking Individuals. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, 42(5), 541–549. <http://doi.org/10.1111/j.1943-278X.2012.00110.x>
- Cunha, J. A. (2011). *Manual da versão em português das Escalas Beck*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- de Zwaan, M., Enderle, J., Wagner, S., Mühlhans, B., Ditzen, B., Gefeller, O., ... Müller, A. (2011). Anxiety and depression in bariatric surgery patients: A prospective, follow-up study using structured clinical interviews. *Journal of Affective Disorders*, 133(1–2), 61–68. <http://doi.org/10.1016/j.jad.2011.03.025>
- Duarte-Guerra, L. S., Gorenstein, C., Paiva-Medeiros, P. F., Santo, M. A., Lotufo Neto, F., & Wang, Y.-P. (2016). Clinical utility of the Montgomery-Åsberg Depression Rating Scale for the detection of depression among bariatric surgery candidates. *BMC Psychiatry*, 16(1), 119. <http://doi.org/10.1186/s12888-016-0823-8>
- Green, D. D., Engel, S. G., & Mitchell, J. E. (2014). Psychological aspects of bariatric surgery. *Current Opinion in Psychiatry*, 27(6), 448–452. <http://doi.org/10.1097/YCO.0000000000000101>
- Karmali, S., Brar, B., Shi, X., Sharma, A. M., De Gara, C., & Birch, D. W. (2013). Weight recidivism post-bariatric surgery: A systematic review. *Obesity Surgery*, 23(11), 1922–1933. <http://doi.org/10.1007/s11695-013-1070-4>
- Li, L., & Wu, L.-T. (2016). Substance use after bariatric surgery: A review. *Journal of Psychiatric Research*, 76, 16–29. <http://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2016.01.009>

- Lin, H.-Y., Huang, C.-K., Tai, C.-M., Lin, H.-Y., Kao, Y.-H., Tsai, C.-C., ... Yen, Y.-C. (2013). Psychiatric disorders of patients seeking obesity treatment. *BMC Psychiatry, 13*(1), 1. <http://doi.org/10.1186/1471-244X-13-1>
- Magro, D. O., Geloneze, B., Delfini, R., Pareja, B. C., Callejas, F., & Pareja, J. C. (2008). Long-term weight regain after gastric bypass: A 5-year prospective study. *Obesity Surgery, 18*(6), 648–651. <http://doi.org/10.1007/s11695-007-9265-1>
- Markowitz, S., Friedman, M. A., & Arent, S. M. (2008). Understanding the Relation Between Obesity and Depression: Causal Mechanisms and Implications for Treatment. *Clinical Psychology: Science and Practice, 15*(1), 1–20. <http://doi.org/10.1111/j.1468-2850.2008.00106.x>
- Mitchell, J. E., Steffen, K. J., de Zwaan, M., Ertelt, T. W., Marino, J. M., & Mueller, A. (2010). Congruence between clinical and research-based psychiatric assessment in bariatric surgical candidates. *Surgery for Obesity and Related Diseases, 6*(6), 628–634. <http://doi.org/10.1016/j.soard.2010.01.007>
- Oliveira, J. H. A. de, & Yoshida, E. M. P. (2009). Avaliação psicológica de obesos grau III antes e depois de Cirurgia Bariátrica. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 22*(1), 12–19. <http://doi.org/10.1590/S0102-79722009000100003>
- Organização Mundial da Saúde (OMS) (2016). Obesity fact sheet. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/en/>
- Osório, F. de L., Mendes, A. V., Crippa, J. A., & Loureiro, S. R. (2009). Study of the Discriminative Validity of the PHQ-9 and PHQ-2 in a Sample of Brazilian Women in the Context of Primary Health Care. *Perspectives in Psychiatric Care, 45*(3), 216–227. <http://doi.org/10.1111/j.1744-6163.2009.00224.x>
- Rutledge, T., Adler, S., & Friedman, R. (2011). A Prospective Assessment of Psychosocial Factors Among Bariatric Versus Non-bariatric Surgery Candidates. *Obesity Surgery, 21*(10), 1570–1579. <http://doi.org/10.1007/s11695-010-0287-8>
- Sheets, C. S., Peat, C. M., Berg, K. C., White, E. K., Bocchieri-Ricciardi, L., Chen, E. Y., & Mitchell, J. E. (2015). Post-operative Psychosocial Predictors of Outcome in Bariatric Surgery. *Obesity Surgery, 25*(2), 330–345. <http://doi.org/10.1007/s11695-014-1490-9>
- Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (SBCBM) (2015). 70% dos pacientes de cirurgias bariátricas são mulheres [notícia]. Recuperado de: <https://www.sbcbm.org.br/70-dos-pacientes-sao-mulheres/>

- Sogg, S., & Friedman, K. E. (2015). Getting Off on the Right Foot: The Many Roles of the Psychosocial Evaluation in the Bariatric Surgery Practice. *European Eating Disorders Review*, 23(6), 451–456. <http://doi.org/10.1002/erv.2395>
- Wedin, S., Madan, A., Correll, J., Crowley, N., Malcolm, R., Karl Byrne, T., & Borckardt, J. J. (2014). Emotional eating, marital status and history of physical abuse predict 2-year weight loss in weight loss surgery patients. *Eating Behaviors*, 15(4), 619–624. <http://doi.org/10.1016/j.eatbeh.2014.08.019>

A personalidade de um agressor sexual incestuoso avaliada por meio do Rorschach Sistema Compreensivo

Flávia Jung

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - TJGO

Resumo: Existem poucos estudos nacionais sobre o Rorschach na avaliação dos agressores sexuais, constituindo um desafio aos que buscam compreender o funcionamento psicológico destes indivíduos ou uma possível identificação dos mesmos. Este estudo de caso teve como objetivo comparar as características de personalidade (por meio do Rorschach SC) de um autor de estupro incestuoso com os resultados de duas pesquisas brasileiras que avaliaram, cada uma, três homens condenados por estupro no âmbito familiar. Compararam-se as características referentes à autopercepção e relacionamento interpessoal, estresse e autocontrole, afeto, ideação, processamento e mediação. O sujeito deste estudo compartilha condições sociodemográficas semelhantes aos dos sujeitos destas duas pesquisas: escolaridade e nível socioeconômico baixos, faixa etária, crime sexual intrafamiliar com conjunção carnal e encarcerado no momento da avaliação. Em relação às variáveis que desviaram-se dos valores normativos para a população brasileira (Nascimento, 2010), os resultados revelaram que o sujeito deste estudo compartilhou com os seis sujeitos o pouco direcionamento de atenção a si próprio, sugerindo um rebaixamento na autoestima ($Egoindex = 0.18$; média = $0,27 - 0,47$); com quatro sujeitos compartilhou dificuldades interpessoais e de identidade ($H < Hd + (H) + (Hd) / SumH = 0$; média 3 - 6). Com três sujeitos compartilhou a pouca inclinação para perceber, pensar ou agir de modo convencional ($Xu\% = 40\%$; média = $21\% - 35\%$) e para expressar as emoções com pouco controle ($FC < CF + C$); e junto a dois sujeitos apresentou diminuição no registro das necessidades básicas (ou tendência a gratificá-las imediatamente) ($FM = 0$; média = $2 - 5$) e um estilo evitativo na forma de lidar com as demandas internas e externas ($L = 6.3$; média = $0,4 - 1,14$). Ademais, o sujeito deste estudo apresentou poucos recursos ideativos e afetivos para lidar com as situações, as relações e o estresse, com vulnerabilidade a perder o autocontrole ($CDI = 5$), dependência e expectativa ingênua de que as pessoas atendam às suas necessidades ($Fd = 4$; média = 0). Revelou também adequadas condições cognitivas para pensar de modo lógico e coerente e realizar uma leitura objetiva e adequada das situações ($XA\% = 86\%$; média = $69\% - 85\%$; $WSum6 = 0$). Portanto, o sujeito deste estudo apresentou alguns resultados semelhantes aos de outros indivíduos acusados de estupro, porém, não de forma que se pudesse traçar um resultado típico ou comum para tais sujeitos, assim como situou-se, na maioria das variáveis, nos intervalos normativos para a população brasileira.

Palavras-chave: Abuso sexual; Agressor sexual; Avaliação psicológica; Personalidade; Rorschach.

Introdução

Atualmente, apesar dos estudos sobre as características de personalidade dos agressores sexuais por meio do Método de Rorschach serem escassos (principalmente no Brasil), dentre os já realizados percebeu-se que estes não formam um grupo homogêneo. Os agressores sexuais possuem distintos modos de funcionamento psicológico, não sendo possível agrupá-los dentro de uma tipologia psíquica única ou traçar um perfil psicológico que os descreva enquanto um grupo com características específicas (Scortegagna & Amparo, 2013; Pasqualini-Casado, Vagostello, Villemor-Amaral & Nascimento, 2008; Scortegagna & Villemor-Amaral, 2013). Deste modo, seria impossível identificar previamente um agressor sexual ou um pedófilo por meio de características psicológicas (Penso et al., 2016).

Os agressores sexuais constituem uma população heterogênea, com ampla variedade de comportamentos sexuais e 30% a 60% deles não apresentam transtorno psiquiátrico. São heterogêneos quanto ao nível socioeconômico, escolaridade, atividade ocupacional, raça, religião, idade e saúde mental (Serafim, Saffi, Rigonatti, Casoy & Barros, 2009). Para Caires, Leite e Rigonatti (2013) criminosos que violentam crianças não apresentam comportamento criminal específico e um pequeno número age sem premeditação. Têm sido desenvolvidas tentativas de classificação desta população em grupos mais homogêneos, mas existem duas grandes dificuldades: eles mostram uma ampla gama de comportamentos sexuais diferentes entre si e uma classificação poderia acarretar em um reducionismo diagnóstico e terapêutico (Baltieri & Marin, 2013).

Para Serafim et al. (2009) a busca pelo entendimento do funcionamento psicológico destes indivíduos reveste-se de importância no âmbito forense, tanto do ponto de vista psiquiátrico (capacidades de entendimento e autodeterminação no contexto dos exames de insanidade mental) quanto psicológico (compreensão da dinâmica psicológica destes sujeitos). Ademais, constitui-se como um pedido constante dirigido pelas autoridades jurídicas aos psicólogos o levantamento de indícios e probabilidade de um sujeito ter se envolvido em um crime sexual do qual é acusado (como meio de constituição de prova), em casos nos quais dispõe-se de escassas provas testemunhais e materiais. Contudo, neste tipo de avaliação psicológica pericial, Costa (2006) adverte que ao psicólogo deve estar claro que não é seu papel descobrir se um sujeito cometeu ou não o delito do qual está sendo acusado, sendo possível, apenas, conhecer a sua subjetividade.

Alguns pesquisadores entendem que, apesar destes indivíduos não possuírem um tipo único de personalidade, podem possuir alguns traços de personalidade semelhantes (Pasqualini-Casado et al., 2008; Scortegagna & Amparo, 2013) e sugeriram classificações com base na própria conduta abusiva. Serafim et al. (2009) realizaram uma revisão de literatura quanto à classificação dos agressores sexuais de crianças e diferenciaram os pedófilos em dois tipos: os abusadores (carícias pouco invasivas e não-violentas) e os molestadores (mais invasivos e violentos e que geralmente mantêm relação sexual com a vítima). Moltedo e Miranda (2004, citado por Almeida, 2013) classificam os abusadores infantis em obsessivos (compulsão crônica e repetitiva) e regressivos (abusam sexualmente de crianças e adolescentes em momentos de crise).

Este estudo de caso teve como objetivo comparar as características de personalidade de um autor de estupro incestuoso, colhidas por meio do Rorschach Sistema Compreensivo, com

os resultados obtidos em duas pesquisas brasileiras que avaliaram, cada uma, três homens condenados por estupro no âmbito familiar.

A primeira pesquisa refere-se à realizada por Pasqualini-Casado et al. (2008) na qual submeteram ao Rorschach Sistema Compreensivo três homens encarcerados, com idades entre 44 e 47 anos, de nível educacional e socioeconômico baixos, casados e autores de estupro (conjunção carnal) contra as filhas adolescentes. A outra pesquisa com o Rorschach SC foi conduzida por Scortegagna e Amparo (2013) na qual avaliaram três homens encarcerados, com idades entre 43 e 50 anos, de nível educacional e socioeconômico baixos, casados e autores de estupro (conjunção carnal) contra a filha, a enteada e a sobrinha.

No que diz respeito à autopercepção, todos os seis sujeitos (três de cada pesquisa) apresentaram *SumV* e *FD* dentro dos intervalos normativos (zero); para Pasqualini-Casado et al. (2008) e Scortegagna e Amparo (2013), a ausência de respostas *FD* e *SumV* indica pouca capacidade de introspecção e de realizar uma autocrítica realista. Os seis sujeitos também apresentaram *Fr+rF* no valor zero (normativo) e *Egoindex* diminuído, evidenciando a pouca direção de atenção para si próprio e a presença de uma autoestima rebaixada. Apenas um dos sujeitos apresentou *MOR* elevado, acentuando a autoimagem e avaliação negativas de si mesmo (Exner, 2003).

Em relação às variáveis que avaliam o relacionamento interpessoal, dos seis sujeitos, um deles apresentou elevação de *SumT* em relação à média brasileira (Nascimento, 2010), o que Exner (2005) aponta como indicando a presença de sentimentos crônicos de solidão, com intensa necessidade de intimidade e afeto. Porém, esta variável também pode indicar, em casos pontuais, uma condição reativa e situacional e estar aumentada em sujeitos que tenham experienciado alguma perda emocional recente, sendo que Pasqualini-Casado et al. (2008) apontaram esta possibilidade como mais plausível para este sujeito, em função do encarceramento e conseqüente afastamento do convívio com pessoas afetivamente significativas. Por outro lado, não se deve esquecer que para Weiner (2000) a elevação de *SumT* também pode indicar a possibilidade do sujeito “empreender uma busca desesperada e indiscriminada de relacionamentos íntimos, e sua necessidade de contato interpessoal pode transcender seu melhor julgamento” (p. 160).

Sobre a variável *AG*, seus valores não foram apresentados em Scortegagna e Amparo (2013). Em Pasqualini-Casado et al. (2008), dois sujeitos apresentaram o valor zero, normativo, como encontrado em 78% da população brasileira (Nascimento, 2010) e um sujeito apresentou valor 1, podendo ser interpretado como tendência a apresentar comportamentos mais competitivos ou hostis. Nos Estados Unidos, onde a média destas respostas é 1, alguns estudos

encontraram respostas *AG* abaixo da média em grupos cujo potencial para violência é mais esperado, como indivíduos com transtorno antissocial, cuja agressividade é egossintônica. Supõe-se que respostas *AG* indiquem agressividade egodistônica e não necessariamente condutas agressivas na vida real, de modo que psicopatas geralmente fornecem menos *AG* do que a população geral (Gacono & Meloy, 1994). Outra pesquisa encontrou que sujeitos violentos conseguem reter respostas de conteúdo agressivo no Rorschach quando desejam passar uma boa impressão, podendo agir da mesma forma em contextos forenses (Benjestorf, Viglione, Lamb & Giromini, 2014).

Os conteúdos humanos no Rorschach informam sobre as concepções e características das relações interpessoais, grau de interesse pelas pessoas e como o sujeito vê a si mesmo e aos demais. Do total de seis sujeitos, dois deles apresentaram $SumH = 0$ e outro apresentou $SumH$ rebaixado, o que revela pouco interesse pelas pessoas, pouca percepção e si e do outro, déficits na capacidade de empatia, dificuldades nos processos de identificação e de formação da identidade. Um sujeito apresentou $H < Hd + (H) + (Hd)$ com predomínio de Hd , indicando percepção parcial e limitada das pessoas, contato mais retraído e dificuldade de compreender os demais. Apenas dois sujeitos apresentaram $H > Hd + (H) + (Hd)$ com $SumH$ adequado, apontando para melhores condições de contato interpessoal, com uma percepção mais integrada e realista de si mesmo e dos demais (Exner, 2003).

Dois sujeitos do estudo de Pasqualini-Casado et al. (2008) apresentaram $Ma < Mp$ o que sugere “busca compensatória do outro via ideações fantasiosas” (p. 299). Apenas um sujeito apresentou elevação do conteúdo alimento (Fd), indicando ser uma pessoa dependente do outro e com expectativas ingênuas acerca dos relacionamentos (Exner, 2003).

Cinco sujeitos não apresentaram respostas de conteúdo sexual (Sx), o que está de acordo com o encontrado na população geral (Nascimento, 2010) e um deles apresentou $Sx = 1$ (Pasqualini-Casado et al., 2008). Este conteúdo é interpretado como indicando interesse ou preocupações relacionadas à sexualidade (Exner & Sendín, 1999). Em uma pesquisa, Morgan e Viglione (1992) criaram 15 categorias de conteúdo sexual no Rorschach e testaram dois grupos, um composto por 40 ofensores sexuais e outro por 40 sujeitos autores de violência física contra crianças, sem histórico de crime sexual ou distúrbios nesta área, sendo que o grupo de ofensores sexuais forneceu mais respostas com conteúdo sexual. Um sujeito apresentou PER elevado, indicando tratar-se de uma pessoa insegura, autoritária e que evita envolver-se com pessoas que não se submetem a ele (Exner, 2003). Esta variável não foi apresentada no estudo de Scortegagna e Amparo (2013).

Sobre o nível de estresse e condições de autocontrole, quatro sujeitos apresentaram *SumY* dentro das médias brasileiras e dois apresentaram uma leve elevação, indicando a existência de sentimentos de desamparo provocado por estresse situacional e reativo, o que pode ser devido ao encarceramento. Quanto à variável *m*, nenhum sujeito da pesquisa de Pasqualini-Casado et al. (2008) a apresentou, e este dado não foi exposto em Scortegagna e Amparo (2013). A variável *FM* apresentou-se nos intervalos normativos para quatro sujeitos e em dois deles este dado mostrou-se rebaixado, indicando que tendem a evitar entrar em contato com os pensamentos intrusivos criados por estados de necessidades não-atendidas, sendo que em sujeitos com estilo evitativo isto representará tendência a gratificá-las imediatamente, assim que surgirem (Exner, 2003).

Através da análise dos dados expostos em Pasqualini-Casado et al. (2008) foi possível deduzir os valores de *EA*, o que não foi possível em Scortegagna e Amparo (2013). Percebe-se que o valor de *EA* apresentou-se rebaixado em dois sujeitos, o que é interpretado como indicando escassos recursos internos e pouca competência psicológica para lidar com as situações cotidianas, o que aumenta a vulnerabilidade à impulsividade e à perda do autocontrole (Weiner, 2000), confirmado nas suas notas *D* e *AdjD* negativas que indicam leve nível de estresse (= -1). Em Pasqualini-Casado et al. (2008) um sujeito apresentou *D*= -3 e *AdjD*= -1, indicando baixa tolerância à frustração e propensão à perda do autocontrole em situações mais complexas e ambíguas, mas cujo nível de estresse encontra-se aumentado principalmente por circunstâncias externas situacionais.

Apenas um sujeito do estudo de Pasqualini-Casado et al. (2008) apresentou um valor adequado de *EA* (= 5,5) com notas *D* e *AdjD* no intervalo zero, sugerindo melhores condições de autocontrole, como encontrado na população geral (Nascimento, 2010). Em estudo de Scortegagna e Amparo (2013), dois sujeitos também apresentaram notas *D* e *AdjD* no intervalo zero. Entretanto, segundo Weiner (2000), pessoas com valores zero podem sentir-se satisfeitas consigo mesmas e com o próprio comportamento, não vendo razões para mudar seu modo de ser, mesmo quando apresenta condutas desadaptativas ou patológicas. Assim, do total de seis sujeitos, três apresentaram notas *D* e *AdjD* no valor de zero e três apresentaram notas *D* e *AdjD* de valor negativo.

Os dados referentes ao funcionamento da afetividade não foram expostos em Scortegagna e Amparo (2013). Considerando esse aspecto, na pesquisa de Pasqualini-Casado et al. (2008) os três sujeitos apresentaram *Afr*, *WSumC*, determinantes mistos de cor-sombreado (*Col-Sh blends*) e Índice de Intelectualização dentro das médias esperadas. Apenas um sujeito apresentou *S* acima da média (= 3), indicando presença de sentimentos de raiva e ressentimento,

o que pode levá-lo a agir de modo hostil. O que caracterizou os três participantes foi a tendência a liberar as emoções de modo pouco controlado ($FC < CF + C$).

No que tange ao uso da ideação, as variáveis deste aspecto não foram apresentadas em Scortegagna e Amparo (2013), portanto, foram analisados os dados encontrados em Pasqualini-Casado et al. (2008). Dois sujeitos apresentaram $Mp > Ma$ indicando que frente a situações desprazerosas tendem a utilizar de forma abusiva a fantasia como forma de negar os aspectos incômodos da realidade e não entrar em contato com os aspectos negativos de suas condutas (Exner & Sendín, 1999). A respeito do índice $WSum6$, um sujeito apresentou este índice elevado, indicando provável transtorno nos processos de pensamento, e dois sujeitos revelaram capacidade de pensar de modo lógico, coerente e organizado.

No aspecto do processamento das informações, o único dado apresentado foi o valor de $Lambda$, e apenas no estudo de Pasqualini-Casado et al. (2008), cujos valores de L encontram-se quase no limite superior da média ou acima da mesma, indicando que são pessoas que tendem a ter uma visão estreita da realidade, que tomam decisões com pouca reflexão e pouco envolvimento emocional, que ignoram nuances das situações interpessoais e que evitam entrar em contato com seu mundo interno e com o externo, podendo ter dificuldades para enfrentar as demandas cotidianas (Weiner, 2000).

Em relação ao ajustamento perceptivo (mediação), os três sujeitos da pesquisa de Pasqualini-Casado et al. (2008) apresentaram $X\%$, $XA\%$ e P dentro do esperado para a população brasileira (Nascimento, 2010). Estes resultados indicam que possuem uma capacidade adequada de realizar uma leitura objetiva das situações, sem indícios de prejuízos no teste de realidade. Porém, todos os três sujeitos apresentaram elevação em $Xu\%$, o que para Exner (2003) indica uma visão pouco convencional (porém, não distorcida) da realidade. Deste modo, as autoras concluem que “os três participantes não evidenciaram distorções extremadas ou prejuízos no teste de realidade típicos dos transtornos psicóticos” (p. 300).

Já na pesquisa de Scortegagna e Amparo (2013), os três sujeitos apresentaram elevação em $X\%$ e rebaixamento em $XA\%$, apontando para prejuízos na capacidade de realizar uma avaliação precisa e objetiva das situações, de si mesmo e das ações dos outros, com tendência a apresentar comportamentos pouco condizentes com as exigências reais das situações. As autoras comentaram que este resultado não foi de encontro ao apresentado na pesquisa de Pasqualini-Casado et al. (2008) e explicam que isto pode ser devido ao fato dos participantes terem sido escolhidos de modo aleatório, pois pode haver “diferenças na dinâmica psíquica dos abusadores conforme o diagnóstico de transtorno mental que acomete esses criminosos” (Scortegagna & Amparo, 2013, p. 417).

Pasqualini-Casado et al. (2008) concluem que estes sujeitos não formam um grupo homogêneo com características universais e não há possibilidade de “enquadrá-los em perfis patognomônicos por meio dos indicadores encontrados no Rorschach” (p. 300), porém, constataram prejuízos na percepção de si, do outro e um teste de realidade intacto.

Para Scortegagna e Amparo (2013) o que caracterizou os três sujeitos da pesquisa foram a “disfunção grave no teste de realidade, o comprometimento na conformação da identidade e na capacidade de estabelecer vínculos e constituir relações com qualidade empática” (pp. 417-418) e que também não é possível identificar um tipo psicológico único de agressor sexual. Portanto, ambas as pesquisas brasileiras concluíram que estes sujeitos não formam um grupo homogêneo com características específicas e definidoras, que há prejuízos na autopercepção, nas questões relacionadas à própria identidade e no modo de perceber as pessoas e de se relacionar com as mesmas, divergindo em relação à capacidade destes sujeitos de realizar uma leitura adequada e objetiva das situações nas quais estão envolvidos.

Um outro estudo brasileiro conduzido por Scortegagna & Villemor-Amaral (2013) investigou as características de personalidade de um sujeito com o diagnóstico psiquiátrico de Pedofilia, acusado de abusar sexualmente de sua filha. Este homem possuía 38 anos de idade, comerciante, divorciado, com ensino fundamental completo e nível socioeconômico médio-baixo. Os dados também revelaram prejuízos na autopercepção, conflitos em relação à própria identidade, déficits empáticos, pouco interesse pelo outro e dificuldades de perceber os demais e a si mesmo de modo integrado, indicando um “funcionamento psíquico mais arcaico e precário tanto sobre a noção de si quanto da representação de objeto” (p. 514), como encontrado em Pasqualini-Casado et al. (2008) e Scortegagna e Amparo (2013). No ajustamento perceptivo, os resultados indicaram dificuldades de perceber a realidade e de traduzir os estímulos de modo preciso, com tendência a distorcer a interpretação das situações, resultado semelhante ao encontrado em Scortegagna e Amparo (2013).

Método

Este estudo de caso foi realizado com um sujeito que receberá o nome fictício de Carlos. Carlos foi submetido a uma avaliação psicológica pericial no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás por ser suspeito de ter cometido estupro contra sua filha biológica (e de ser pai dos três filhos que esta gerou), além de ser suspeito também de realizar toques na região íntima de uma das suas filhas/neta. O objetivo da perícia foi investigar se havia a probabilidade deste sujeito ter cometido tais crimes (apesar das críticas existentes a este tipo de avaliação, ainda é um pedido muito comum e frequente no poder judiciário goiano). Entretanto, no transcorrer do

tempo entre o agendamento desta perícia e a realização da mesma, saiu o resultado do exame de DNA que confirmou que ele era realmente o pai dos três filhos da sua filha mais velha. Nos autos processuais, consta que sua filha foi criada somente pela avó materna e que a mãe era falecida, não tendo tido contato com o pai durante toda sua vida, porém, quando contava com 11 anos de idade, seu pai retorna à cidade onde ela vivia e a leva junto com ele para morarem juntos, colocando-a no lugar e no papel de esposa, sendo que ela teve seu primeiro filho com o pai quando contava com 13 anos de idade.

À época da perícia, Carlos possuía 44 anos de idade, solteiro, ensino fundamental incompleto, nível socioeconômico baixo, vendedor autônomo e estava encarcerado há oito meses. Afirmou que nunca fez tratamento psiquiátrico, psicológico ou neurológico e na perícia psicológica não se detectou a presença de nenhuma psicopatologia (sujeito imputável).

Nesta perícia um dos instrumentos utilizados com Carlos foi o Rorschach Sistema Compreensivo, cujos resultados nos módulos autopercepção, relacionamento interpessoal, estresse e autocontrole, ideação, processamento e mediação serão aqui expostos e comparados aos resultados dos sujeitos das pesquisas de Pasqualini-Casado et al. (2008) e Scortegagna e Amparo (2013), de acordo com as variáveis que cada estudo apresentou, tornado possível a comparação entre as mesmas. O sujeito deste estudo compartilha condições sociodemográficas semelhantes aos dos seis sujeitos destas duas pesquisas: escolaridade e nível socioeconômico baixos, faixa etária, crime sexual intrafamiliar com conjunção carnal e encarcerado no momento da avaliação, colocando-os em condições socioeconômicas e biográficas semelhantes para a comparação das características de personalidade.

Resultados e Discussão

As tabelas abaixo expõem os escores de Carlos, dos sujeitos das pesquisas de Pasqualini-Casado et al. (2008) (chamados de S1, S2 e S3) e de Scortegagna e Amparo (2013) (chamados de S4, S5 e S6) e as médias brasileiras – estatística descritiva para 409 protocolos de paulistanos não-pacientes (Nascimento, 2010). Resultados acima da média vêm acompanhados do símbolo ↑ e resultados abaixo da média serão representados por ↓. Variáveis não apresentadas em algum das pesquisas serão substituídas pelo símbolo x. A Tabela 1 expõe os dados dos módulos Autopercepção e Relacionamento Interpessoal.

Tabela 1. Comparação dos escores de Carlos com os dos sujeitos das pesquisas de Pasqualini-Casado et al. (2008), Scortegagna e Amparo (2013) e com as médias brasileiras (Nascimento, 2010), nos aspectos Autopercepção e Relacionamento Interpessoal.

Variáveis	Carlos	Pasqualini-Casado et al. (2008)			Scortegagna e Amparo (2013)			Nascimento (2010)
		S1	S2	S3	S4	S5	S6	
Fr + rF	0	0	0	0	0	0	0	0 - 1
SumV	0	0	0	0	0	0	0	0 - 1
MOR	1	0	1	0	5 ↑	0	1	0 - 1
FD	0	0	0	0	0	0	0	0 - 1
Egoindex	0,18 ↓	0,10 ↓	0,06 ↓	0,22 ↓	0,13 ↓	0,25 ↓	0,14 ↓	0,27 - 0,47
SumT	0	2 ↑	1	0	0	0	0	0 - 1
M	1	1	0 ↓	3	0 ↓	0 ↓	0 ↓	1 - 4
M-	0	0	0	0	x	x	x	0 - 1
AG	0	0	1	0	x	x	x	0
H	1	1	0 ↓	4 ↑	0 ↓	1	4 ↑	1 - 3
(H)	2 ↑	0	0	0	0	1	0	0 - 1
Hd	1	2	0	3 ↑	0	0	0	0 - 2
(Hd)	1	0	0	0	0	0	0	0 - 1
SumH	5	3	0 ↓	7 ↑	0 ↓	2 ↓	4	3 - 6
Fd	4 ↑	0	0	0	0	0	2 ↑	0
Sx	0	1	0	0	0	0	0	0,26
PER	1	0	1	5 ↑	x	x	x	0 - 1

O que mais chama a atenção na análise das variáveis que compõem os módulos Autopercepção e Relacionamento Interpessoal é o baixo Índice de Egocentrismo (*Egoindex*) dos sete sujeitos, indicando autoestima baixa, falta de autoconfiança e tendência a se comparar de modo desfavorável em relação aos outros.

No interesse interpessoal e capacidade de contato, quatro sujeitos apresentaram $M=0$, três sujeitos apresentaram SumH rebaixado (sendo que dois deles não forneceram nenhum conteúdo humano) e dois tiveram $H < Hd + (H) + (Hd)$, o que se relaciona com pouco interesse pelas pessoas, pouca percepção de si próprio, reduzida capacidade de se identificar com os demais, dificuldades para ter empatia, se colocar no lugar do outro e compreender os sentimentos alheios (Giromini, 2012). Além destas características, Carlos também apresentou respostas *Fd* aumentadas, que são relacionadas com dependência interpessoal e para Scortegagna e Villemor-Amaral (2013) indicam a tendência dos pedófilos para uma dependência imatura em relação ao outro. A maior parte das outras variáveis mostraram-se dentro do esperado para as médias brasileiras.

Tabela 2. Comparação dos escores de Carlos com os dos sujeitos das pesquisas de Pasqualini-Casado et al. (2008), Scortegagna e Amparo (2013) e com as médias brasileiras (Nascimento, 2010), no aspecto Estresse e Autocontrole.

Variáveis	Carlos	Pasqualini-Casado et al. (2008)			Scortegagna e Amparo (2013)			Nascimento (2010)
		S1	S2	S3	S4	S5	S6	
R	22	21	17	27↑	x	x	x	16 - 22
L	6,3↑	1,33↑	1,13	2,86↑	x	x	x	0,4 - 1,14
EB	1 : 2	1 : 2	0 : 2	3 : 2,5	x	x	x	-
EA	3	3	2 ↓	5,5	x	x	x	2,5 - 6,5
es	0 ↓	x	x	x	x	x	x	5 - 11
D	+ 1	-1	-1	0	-3 ↓	0	0	-2 / 0
AdjD	+ 1	-1	-1	0	-1	0	0	-1 / 0

Na Tabela 2, que expressa nível de Estresse e Capacidade de Autocontrole, pode-se ver que os valores de *EA* mostraram-se em geral mais baixos, indicando a existência de poucos recursos psicológicos que não são suficientes para lidar com as experiências de estresse e manejar as tensões; as variáveis *D* e *AdjD* foram negativas para três sujeitos, mostrando a tendência a perder o controle e a direção das suas condutas, agindo impulsivamente. Porém, como se vê em Nascimento (2010), nos paulistanos não-pacientes que compuseram a amostra, a presença de elementos estressores também apresentou-se acima do esperado, assim, o resultado destes sujeitos assemelha-se ao da população pesquisada. S4, S5 e S6 não apresentaram indícios de estresse, tensão ou ansiedade e produziram *D* e *AdjD* no valor zero, aparentando estar satisfeitos e adaptados; para Scortegagna e Amparo (2013), as condutas sexualmente indevidas dos participantes do seu estudo estão mais associadas à “insuficiente representação interna e ao **déficit** na capacidade de autocrítica do que pela perda do autocontrole mediante estressores cotidianos” (p. 417).

Carlos apresentou notas *D* e *AdjD* positivas, o que *a priori* indicariam capacidade de manejar com folga o estresse e a tensão, porém, seu *EA* e *es* baixos e seu *Lambda* muito elevado ($L= 6,3$) com um adequado número de respostas ($R= 22$) levam a crer, na realidade, na existência de pouca competência psicológica e um estilo evitativo de lidar com as situações, buscando não entrar em contato com seu mundo interno nem com as demandas externas, e assim, ao restringir seu campo de experiências, mantém seu equilíbrio psicológico. Portanto, em situações de estresse, haverá tendência a perder o autocontrole (Exner, 2003). O estilo evitativo também pode ser percebido em S1 ($L= 1,33 + EA= 3 + R= 21$) e em S2 ($L= 1,13 + EA= 2 + R= 17$), confirmando a presença de escassos recursos internos e tendência à

desorganização do comportamento (Exner, 2003).

O Lambda (L) apresentou-se elevado em três sujeitos, incluindo Carlos, e quase no limite superior da média para S2. Este dado, que revela um fechamento de consciência em relação às experiências internas e externas, implica no uso excessivo do controle racional e repressor para manter-se adaptado e controlado, deixando o sujeito vulnerável a sofrer perdas bruscas neste controle, podendo apresentar atuações (*acting-outs*) repentinas (Exner & Sendín, 1999). Nascimento (2004) notou que pessoas provenientes de níveis educacionais e socioeconômicos mais baixos tendem a apresentar elevação neste índice, com sujeitos da classe A apresentando uma média de $L=0,77$ e da classe D/E média de $L=1,83$. Segundo a autora, estes resultados provavelmente refletem o quanto as estimulações que uma pessoa recebeu ao longo da sua vida contribuem para um maior repertório cognitivo e emocional e um melhor enfrentamento das experiências de vida.

Tabela 3. Comparação dos escores de Carlos com os dos sujeitos das pesquisas de Pasqualini-Casado et al. (2008), Scortegagna e Amparo (2013) e com as médias brasileiras (Nascimento, 2010), no aspecto Afetividade

Variáveis	Carlos	Pasqualini-Casado et al. (2008)			Scortegagna e Amparo (2013)			Nascimento (2010)
		S1	S2	S3	S4	S5	S6	
Afr	0,57	0,62	0,70↑	0,59	x	x	x	0,41 - 0,63
S	1	1	3↑	1	x	x	x	1,76
S-	1	0	1	1	x	x	x	0 - 1
Col-Sh blends	0	0	0	0	x	x	x	0,11
WSumC	2	1	3	2,5	x	x	x	1 - 3
FC	0	0	0	0	x	x	x	0 - 2
CF	2	2	2	1	x	x	x	0 - 2
C	0	0	0	1↑	x	x	x	0

No que se refere à Afetividade (Tabela 3), não há dados do estudo de Scortegagna e Amparo (2013) e tanto Carlos quanto os sujeitos S1, S2 e S3 apresentaram quase todas as variáveis dentro dos intervalos normativos, demonstrando que tendem a interessar-se por situações afetivas, a experimentar as emoções e a envolver-se com as mesmas na mesma medida que a maioria das pessoas. Porém, um dado interessante que se repetiu nos quatro indivíduos foi a tendência a expressar as emoções de forma mais relaxada e pouco controlada ($FC < CF + C$), o que indica afetividade imatura, egocêntrica, superficial e facilmente reativa, com pouca capacidade de contenção (Exner, 2003; Weiner, 2000), principalmente para S3, que apresentou $C=1$, variável que se relaciona com expressões mais impulsivas e explosivas das emoções.

Tabela 4. Comparação dos escores de Carlos com os dos sujeitos das pesquisas de Pasqualini-Casado et al. (2008), Scortegagna e Amparo (2013) e com as médias brasileiras (Nascimento, 2010), no aspecto Ideação

Variáveis	Carlos	Pasqualini-Casado et al. (2008)			Scortegagna e Amparo (2013)			Nascimento (2010)
		S1	S2	S3	S4	S5	S6	
2AB + Art + Ay	2	0	0	2	x	x	x	0 - 2
MOR	1	0	1	0	5↑	0	1	0 - 1
M-	0	0	0	0	x	x	x	0 - 1
FM	0↓	1↓	3	2	2	0↓	2	2 - 5
M	0	0	0	0	x	x	x	0 - 2
WSum6	0	21↑	0	8	x	x	x	2 - 10

Em relação à Ideação, os dados disponíveis na Tabela 4 informam que tanto Carlos quanto a maioria dos sujeitos são capazes de pensar de modo coerente, lógico e organizado, sem indicativos de sérias disfunções (com exceção de S1). Três sujeitos apresentaram valores baixos em *FM*, indicando dificuldade para entrar em contato com necessidades não-satisfeitas, como se tivessem anulado este sistema de alerta, o que é comum em sujeitos evitativos (como Carlos e S1) que buscam não tomar consciência de certas circunstâncias desagradáveis de suas vidas; no caso de S3 poderá indicar tendência a engajar-se em comportamentos que buscam rápida autogratisficação, evitando assim sentir desconforto (Resende, 2016). Quatro sujeitos apresentaram $M=0$, indicando dificuldade para usar processos reflexivos e o pensamento deliberado na solução de problemas e na postergação das descargas afetivas (Exner, 2003).

Sobre o processamento das informações, o único dado apresentado nos dois estudos foi o valor de Lambda (L), já analisado em Estresse e Capacidade de Autocontrole (vide Tabela 2).

Tabela 5. Comparação dos escores de Carlos com os dos sujeitos das pesquisas de Pasqualini-Casado et al. (2008), Scortegagna e Amparo (2013) e com as médias brasileiras (Nascimento, 2010), no aspecto Mediação

Variáveis	Carlos	Pasqualini-Casado et al. (2008)			Scortegagna e Amparo (2013)			Nascimento (2010)
		S1	S2	S3	S4	S5	S6	
XA%	86%↑	81%	82%	78%	60%↓	60%↓	68%↓	69% - 85%
X+%	45%	43%	35%↓	30%↓	40%	35%↓	59%↑	40% - 57%
X-%	14%	19%	18%	19%	40%↑	40%↑	32%↑	14% - 29%
Xu%	40%↑	38%↑	47%↑	48%↑	20%↓	25%	09%↓	21% - 35%
P	5	4	3	5	x	x	x	3 - 6

Em mediação/ajustamento perceptivo, como pode-se ver na Tabela 5, apesar das duas pesquisas brasileiras não terem apresentado o valor de $XA\%$, este foi calculado somando-se $X+%$ e Xu . O $XA\%$ é considerado uma melhor medida de precisão perceptiva do que o $X+%$,

pois inclui todas as respostas cujos contornos mostraram-se apropriados à área selecionada da mancha (Exner, 2005). Assim, $XA\%$ apresentou-se adequado em três sujeitos e com uma leve elevação em Carlos, e $X-\%$ esteve dentro do esperado, indicando que os quatro possuem condições de perceber o mundo de modo preciso, objetivo, adequado e realístico, sem graves distorções. As respostas populares (P) destes sujeitos, também dentro das médias esperadas, revelam esta capacidade de reconhecer o que é mais óbvio e evidente para a maioria das pessoas.

Tomando-se $X+\%$ e $Xu\%$ como medidas de convencionalidade (Exner, 2005), quatro sujeitos apresentaram elevação em $Xu\%$, indicando que possuem uma visão mais pessoal e particular dos fatos, com tendência a ver as coisas segundo seu próprio ponto de vista; assim há possibilidade de adotarem comportamentos não socialmente esperados e pouco convencionais, que desconsiderem as demandas e expectativas sociais (Weiner, 2000).

Outro dado que chamou a atenção em Carlos refere-se ao Índice de Déficit Relacional positivo ($CDI= 5$). Este dado indica que sua organização de personalidade é imatura, com dificuldades de lidar com as experiências de modo eficiente e adequado e de gerenciar o estresse, as emoções e as relações interpessoais, sendo estas mais superficiais e com pouca sensibilidade às necessidades do outro (Exner & Sendín, 1999). Segundo Weiner (2000), CDI positivo é comum em pessoas que tiveram pouco êxito ao se defrontar com os desafios da vida e em sujeitos envolvidos com o sistema criminal. Esta também é sua variável-chave positiva que aponta toda a sequência de interpretação, indicando este comprometimento persistente na capacidade enfrentamento das demandas da vida, com potencial para perda do autocontrole.

Considerações finais

Como já exposto por Pasqualini-Casado et al. (2008) e Scortegagna e Amparo (2013), não há como se falar em um perfil do agressor sexual, pois apesar de ser possível identificar alguns traços de personalidade semelhantes, cada um apresenta dinamismos psíquicos muito próprios e particulares. Neste estudo comparativo compreendendo sete sujeitos acusados de estupro no âmbito intrafamiliar, encarcerados, com condições biográficas e socioeconômicas semelhantes, percebeu-se semelhanças entre os sete sujeitos no que diz respeito à presença de autoestima rebaixada (*Egoindex* ↓).

Tendência a expressar as emoções com pouco controle ($FC < CF + C$); capacidade de realizar uma leitura objetiva e precisa das situações e de reconhecer o que é mais óbvio e evidente, mas com predomínio de uma visão mais particular e pessoal dos fatos ($XA\%$ e P adequados, $Xu\%$ ↑); dificuldades de reflexão e de uso do pensamento deliberado (M ↓); pouco interesse pelas pessoas, pouca percepção de si próprio, dificuldades para ter empatia, se colocar

no lugar do outro e compreender os sentimentos alheios ($M \downarrow$, $SumH \downarrow$, $H < Hd + (H) + (Hd)$) foram resultados presentes em quatro sujeitos.

Pasqualini-Casado et al. (2008) e Scortegagna e Amparo (2013) também encontraram nas suas pesquisas prejuízos na autopercepção e na percepção do outro, porém, apenas em Pasqualini-Casado et al. (2008) os sujeitos apresentaram um bom teste de realidade, com capacidade de perceber os eventos de modo preciso e adequado, como apresentado por Carlos.

Assim, o estudo sobre a personalidade de agressores sexuais incestuosos por meio do Rorschach Sistema Compreensivo ainda é escasso no Brasil e as poucas pesquisas disponíveis contam com um número reduzido de sujeitos. Espera-se, assim, por mais estudos no âmbito nacional para um melhor entendimento do funcionamento psicológico destes indivíduos ou mesmo de um possível agrupamento destes sujeitos em diferentes perfis psicológicos (subcategorias) de acordo com a presença de traços de personalidade semelhantes, como em estudo realizado por Souza e Resende (2016) com adolescentes autores de homicídio, no qual não identificou-se um único perfil, mas três subgrupos (déficits cognitivos, pouca habilidade social e traços antissociais). Pode-se pensar que condutas criminosas no âmbito sexual estejam relacionadas não apenas com a presença ou ausência de certos traços psicológicos, mas como estes traços relacionam-se com a personalidade como um todo e com o ambiente à sua volta.

Referências

- Almeida, J. P. S. (2013). Conceitos jurídicos da pedofilia. Em A. P. Serafim, D. M. Barros, & F. Saffi (Orgs.), *Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica III – violência sexual* (pp. 47-68). São Paulo: Vetor.
- Baltieri, D. A., & Marin, M. C.D. (2013). Álcool, drogas e crimes sexuais. Em A. P. Serafim, D. M. Barros, & F.Saffi (Orgs.), *Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica III – violência sexual* (pp. 79-100). São Paulo: Vetor.
- Benjestorf, S. T., Viglione, D. J., Lamb, J. D, & Giromini, L. (2013). Suppression of aggressive Rorschach responses among violent offenders and nonoffenders. *Journal of interpersonal violence*. XX(X), 1-23.
- Caires, M. A., Leite,R., & Rigonatti, S. P. (2013). Violência sexual e responsabilidade penal. Em A. P. Serafim, D. M. Barros, & F. Saffi (Orgs.), *Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica III – violência sexual* (pp. 27-46). São Paulo: Vetor.
- Costa, G. B. P. M. (2006). A utilização dos exames de personalidade nos processos penais: a Prova de Rorschach e outras técnicas projetivas. Em A. P. Serafim, D. M. Barros, & S. P.

- Rigonatti (Orgs.), *Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica II* (pp. 169-192). São Paulo: Vetor.
- Exner, J. E., Jr. (2003). *The Rorschach: A comprehensive system. Vol. 1. Basic foundations and principles of interpretation*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- Exner, J. E., Jr., & Erdberg, S. P. (2005). *The Rorschach: A comprehensive system. Vol. 2. Advanced interpretation*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- Exner, J. E., Jr., & Sendin, C. (1999). *Manual de interpretação do Rorschach para o sistema compreensivo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gacono, C. B., & Meloy, J. R. (1994). *The Rorschach assessment of aggressive and psychopathic personalities*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Morgan, L., & Viglione, D. (1992). Sexual disturbances, Rorschach sexual responses, and mediating factors. *Psychological Assessment, 4*(4), 530-536.
- Nascimento, R. S. G. F. (2004). The impact of education and/or socioeconomic conditions on Rorschach data in a Brazilian nonpatient sample. *Rorschachiana, 26*, 45-62.
- Nascimento, R. S. G. F. (2010). *Sistema Compreensivo do Rorschach: teoria, pesquisa e normas para a população brasileira*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pasqualini-Casado, L., Vagostello, L., Villemor-Amaral, A. E., & Nascimento, R. G. (2008). Características da personalidade de pais incestuosos por meio do Rorschach, conforme o sistema compreensivo. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 21*(2), 239-301.
- Penso, M. A., Conceição, M. I. G., Costa, L. F., Meneses, F. F. F., Stroher, L. M. C., Setubal, C. B., & Wolff, L. N. (2016). Perfil de ofensor sexual intrafamiliar adulto atendido em uma instituição de saúde. Em L. F. Habigzang, L. C. A. Williams & P. I. C. Gomide (Orgs.), *A outra face da violência: agressores em múltiplos contextos* (pp. 67-80). Curitiba: Juruá.
- Resende, A. C. (2016). *Método de Rorschach: referências essenciais* (2ª ed.). Goiânia: IGAP.
- Scortegagna, S. A., & Amparo, D. M. (2013). Avaliação psicológica de ofensores sexuais com o Rorschach. *Avaliação Psicológica, 12*(3), 411-419.
- Scortegagna, S. A., & Villemor-Amaral, A. E. (2013). Rorschach e Pedofilia: A fidedignidade no teste-reteste. *Psico, 44*(4), 508-517.
- Serafim, A. P., Saffi, F., Rigonatti, S. P., Casoy, I., & Barros, D. M. (2009). Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Revista de Psiquiatria Clínica, 36*(3), 105-111.
- Souza, C. C., & Resende, A. C. (2016). Perfis de personalidade de adolescentes que cometeram homicídio. *Psico-USF, 21*(1), 73-86.
- Weiner, I. B. (2000). *Princípios da interpretação do Rorschach*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Testes projetivos na avaliação psicológica de pacientes com transtornos mentais: uma revisão da literatura

Nayara da Silva Sampaio
Centro Universitário Estácio Fic do Ceará

Resumo: Introdução: A avaliação psicológica, aliada a outros métodos psicodiagnósticos, oferece dados científicos sobre o comportamento, a personalidade e os processos psíquicos do sujeito avaliado. Na área de saúde mental, um dos objetivos a ser alcançados refere-se ao correto diagnóstico, e, para tal, utilizam-se instrumentos psicológicos específicos considerando a importância de se obter maior precisão diagnóstica para estabelecer tratamentos e abordagens adequadas. No contexto histórico atual, a avaliação psicológica vem passando por um processo de aprimoramento técnico-científico. Recentemente, os testes psicológicos, instrumental imprescindível para esta atividade, vêm sendo questionados, principalmente em relação à fidedignidade dos resultados da avaliação. Provavelmente em consequência da banalização no meio sócio profissional e reforçada pela falta de critérios e fundamentos científicos. Como medida para qualificar os instrumentos psicológicos, o Conselho Federal de Psicologia criou o sistema de avaliação de testes (SATEPSI), seguindo critérios objetivos e consistentes, a fim de padronizar as técnicas e validar o seu uso para a população brasileira. Objetivos: A presente pesquisa teve por objetivo realizar uma revisão da literatura visando caracterizar pesquisa em testes projetivos na avaliação psicológica de pacientes com transtornos mentais. Metodologia: Fez-se uma revisão da literatura brasileira nas bases de dados Scielo, Lilacs, Medline, Pepsic e Index Psicologia a partir dos descritores “avaliação e transtornos mentais” e um dos seguintes termos: Rorschach, TAT, HTP, Pfister, Zulliger, Palográfico ou PMK. Resultados: O resultado desta revisão identificou a busca nas bases de dados retornou um total de 5.697 estudos. Deles, 527 foram selecionados por apresentarem como foco instrumentos de avaliação. Recorreu-se a uma segunda seleção, restringindo-se aos estudos com data de publicação dos últimos dez anos, isto é, de 2007 a 2017: total de 92 estudos a categorização dos instrumentos, de caráter qualitativo, teve como critério a classificação do conjunto de instrumentos disponíveis quanto a domínios relevantes em termos de teoria, diagnósticos e objetivos. A segunda abrangeu instrumentos que avaliam diversos transtornos psiquiátricos, sejam instrumentos para a avaliação de diversos tipos de transtornos. Conclusão: Apesar do baixo número de estudos na literatura brasileira, considera-se que o uso de instrumentos projetivos na avaliação psicológica de pessoas com transtornos mentais enriquece o diagnóstico e a verificação de potencialidades e dificuldades emocionais e da percepção da realidade nessa população. Palavras-chave: Testes projetivos; Transtornos mentais; Avaliação psicológica.

Introdução

A presente pesquisa tem por objetivo realizar uma revisão da literatura visando caracterizar pesquisa em testes projetivos na avaliação psicológica de pacientes com transtornos mentais. A primeira e fundamental etapa para realização de toda e qualquer tipo de pesquisa científica é a revisão da literatura. Pesquisas na área da saúde mental têm crescido exponencialmente utilizando-se de diversos tipos de metodologia em pesquisa, por exemplo: estudos de caso clínico, estudos teóricos, pesquisas empíricas, relatos de experiência, dentre outros.

Dado o elevado número de artigos e da complexidade de informações, resultados, variáveis e conclusões em investigações na área da saúde mental, especialmente na Psicologia, faz-se imprescindível o desenvolvimento de modelos de revisão da literatura capazes de delimitar etapas metodológicas concisas e, principalmente, replicáveis. Isto proporcionará aos

pesquisadores e técnicos de saúde mental melhor utilização dos resultados destas investigações na sua prática de pesquisa ou intervenção (Souza, Silva & Carvalho, 2010).

Historicamente a avaliação psicológica teve início com *Spearman* e *Binet*, nos primórdios do século XIX, através do desenvolvimento da teoria da Psicometria, com a construção do primeiro teste de aptidão para crianças. Neste período, a principal função do psicólogo era a de contribuir na área educacional, com a avaliação do rendimento escolar, capacidade intelectual, aptidões e inaptidões infantis (Neto, Gauer & Furtado, 2003). A partir daí, por longos anos, a história da avaliação psicológica tornou-se imperialista no uso de testes psicológicos psicométricos, o que restringia sua aplicabilidade na avaliação de adaptação ou inadaptação do indivíduo a padrões estabelecidos (Pasquali, 2001).

No contexto histórico atual, a avaliação psicológica vem passando por um processo de aprimoramento técnico-científico. Recentemente, os testes psicológicos, instrumental imprescindível para esta atividade, vêm sendo questionados, principalmente em relação à fidedignidade dos resultados da avaliação. Provavelmente em consequência da banalização no meio sócio profissional e reforçada pela falta de critérios e fundamentos científicos (Noronha, 2002). Como medida para qualificar os instrumentos psicológicos, o Conselho Federal de Psicologia criou o sistema de avaliação de testes (SATEPSI), seguindo critérios objetivos e consistentes, a fim de padronizar as técnicas e validar o seu uso para a população brasileira.

No que se refere à utilização dos instrumentos psicológicos dentro do contexto da saúde mental, faz-se necessária à utilização não só de tais recursos e técnicas psicológicas, como também a inserção de novas abordagens para o entendimento da saúde mental e avaliação do grau de déficits cerebrais que muitas psicopatologias desencadeiam ao longo do seu curso.

Transtornos mentais

Se aceita o uso da expressão “transtornos” ou “distúrbios mentais” para se referir aos problemas psicopatológicos. Eles são diagnosticados pela presença de sintomas, que são manifestações únicas e desviantes do comportamento dito normal. Um grupo de sintomas pode ser classificado como uma síndrome. Uma determinada síndrome psicológica classificada, então, pode receber o nome de transtorno mental. Atualmente, reconhecem-se como transtornos mentais os problemas classificados no DSM-IV e CID-10, como depressão, ansiedade, autismo e esquizofrenia. Também é reconhecido o diagnóstico de atraso mental como um déficit de inteligência, que pode ser leve, moderado, grave ou profunda.

O DSM-IV classifica os diferentes transtornos mentais nos seguintes grupos: 1) Transtornos usualmente diagnosticados na lactância, infância e adolescência, como os retardos

mentais e distúrbios de aprendizagem; 2) Delirium, Demência, Transtornos Amnésicos e Outros Transtornos Cognitivos; 3) Transtornos Mentais devido à Condição Clínica Geral, como transtornos catatônicos e desvios de personalidade; 4) Transtornos Relacionados a Substâncias, como abuso de álcool ou dependência de drogas, ou ainda transtornos induzidos por uso de substância como abstinência de nicotina ou demência alcoólica; 5) Esquizofrenia e Outros Transtornos Psicóticos, como paranóia (esquizofrenia do tipo paranóide) ou transtorno delirante; 6) Transtornos do Humor, como depressão ou transtorno bipolar; 7) Transtornos de ansiedade, como fobias ou pânico; 8) Transtornos somatoformes, como transtornos conversivos e transtornos dismórficos; 9) Transtornos factícios, como a síndrome de Munchausen; 10) Transtornos dissociativos, como amnésia dissociativa ou fuga dissociativa; 11) Transtornos sexuais e de identidade de gênero, como aversão sexual ou parafilias (como pedofilia); 12) Transtornos alimentares, como anorexia nervosa e bulimia nervosa; 13) Transtornos do sono, como insônia ou terror noturno; 14) Transtornos de controle de impulso, como cleptomania ou piromania; 15) Transtornos de personalidade, como personalidade paranóica ou personalidade obsessivo-compulsiva.

O CID-10, em seu capítulo 5 (F) dedicado aos transtornos mentais e de comportamento, classifica-os da seguinte forma:

1) Transtornos mentais orgânicos, inclusive os sintomáticos (F00-F09), como Alzheimer, demência vascular ou transtornos mentais devido a lesão cerebral ou doença física; 2) Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de substância psicoativa (F10- F19), como uso de álcool ou múltiplas drogas; 3) Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e transtornos delirantes (F20-F29), como esquizofrenia e psicose aguda; 4) Transtornos de humor ou afetivos (F30-F39), como depressão ou transtorno bipolar. 5) Transtornos neuróticos, transtornos relacionados com o “stress” e transtornos somatoformes (F40-F48), como transtorno obsessivo-compulsivo ou transtorno de estresse pós-traumático; 6) Síndromes comportamentais associadas a disfunções fisiológicas e a fatores físicos (F50-F59), como os transtornos alimentares ou disfunções sexuais ou de sono causados por fatores emocionais; 7) Transtornos da personalidade e do comportamento do adulto (F60-F69), como transtornos de hábitos e impulsos. 8) Retardo Mental (F70-79), classificados como leve, moderado, grave ou profundo; 9) Transtornos do desenvolvimento psicológico (F80-F89), como transtornos relacionados à linguagem ou ao desenvolvimento motor; 10) Transtornos do comportamento e transtornos emocionais que aparecem habitualmente durante a infância ou a adolescência (F90-F98), como distúrbios de conduta ou transtornos hipercinéticos; 11) Transtorno mental não especificado (F99).

Avaliação psicológica e saúde mental

A avaliação, através dos mais variados métodos e técnicas, visa a descrever e classificar o comportamento das pessoas com o objetivo de enquadrá-lo dentro de alguma tipologia, que permita ao sujeito tirar conclusões sobre os outros e, assim, saber como ele mesmo deve se comportar e agir em relação a esses outros (Pasquali, 2001). A avaliação psicológica pretende acrescentar um cunho científico a esta atividade, utilizando o método da observação e formulação de hipóteses e inferências confiáveis para sua prática profissional (Pasquali, 2001).

Durante muito tempo, a avaliação psicológica ficou quase que restrita ao uso de testes psicológicos. Eram utilizados aqueles considerados tradicionais, ou seja, os instrumentos apresentados e ensinados nas disciplinas específicas das universidades.

Tal situação favoreceu uma cultura dos testes, na qual a ênfase estava na reprodução mecânica referente à administração e correção dos mesmos (Alchiere & Bandeira, 2000). Com os avanços na compreensão da saúde mental e com a introdução de novas abordagens psicológicas foi possível a construção de novas técnicas – projetivas – que ampliaram o entendimento do funcionamento psíquico e da personalidade como algo dinâmico e global (Neto, Gauer & Furtado, 2003). Atualmente, a avaliação psicológica é parte importante da atuação profissional do psicólogo, oferecendo amplo campo de atuação. Um dos alicerces de tal prática constitui-se em utilização de técnicas projetivas e objetivas (Formiga & Mello, 2000).

Neste processo, os testes psicológicos tornaram-se ferramentas essenciais, acompanhados de várias outras fontes de informações. No que se refere às particularidades encontradas no cotidiano da prática clínica em saúde mental, observa-se que as avaliações tendem a ser subjetivas e, algumas vezes, precipitadas, restringindo-se a poucas fontes de informações e até somente ao contato clínico, permitindo erros nos diagnósticos e tratamentos.

Grupos de sintomas similares a vários quadros mentais confundem e conduzem à imprecisão, sendo necessárias, em muitas situações, constantes mudanças nas prescrições medicamentosas para aliviar a sintomatologia. Além disso, o mais complexo parece estar em distinguir aspectos decorrentes de limitações cognitivas pré-existentes daquelas acarretadas pelo deterioro mental presentes em algumas patologias psiquiátricas. Os efeitos na vida dos pacientes são muito negativos e de importante gravidade. Tradicionalmente, a avaliação psicológica estrutura-se a partir de técnicas, instrumentos e métodos considerados psicológicos.

Dentro da área da saúde mental, torna-se importante atingir o objetivo do diagnóstico e, para tal, o psicólogo deve estar bem qualificado e instrumentalizado. Sob estes aspectos, a utilização da avaliação psicológica em um contexto hospitalar psiquiátrico ou de saúde mental

visa a englobar áreas de investigação da personalidade e aspectos neuropsicológicos envolvendo os processos cognitivos subjacentes ou não à atividade do sistema nervoso em condições normais e patológicas.

Avaliação psicológica e os testes projetivos /expressivos

As funções cognitivas são avaliadas por meio de instrumentos neuropsicológicos como inventários, escalas e testes de desempenho/capacidade. A partir dos testes, têm-se amostras de comportamentos que descrevem ou mensuram habilidades e características como emoção, inteligência, atenção, memória, percepção, entre outros (Abreu, Rivero, Coutinho, & Bueno, 2014; Camargo, Bolognani, & Zuccolo, 2014; Keefe & Eesley, 2012; Malloy-Diniz, Paula, & Sedó, 2014; Urbina, 2007). A partir desses dados, traça-se um perfil cognitivo e afetivo do paciente no qual se conhece as potencialidades e dificuldades dele. Determinados perfis são característicos de algumas psicopatologias, como é o caso da esquizofrenia.

A maioria dos testes que são utilizados em avaliações no contexto de saúde mental é classificada como de desempenho ou capacidade. São tarefas objetivas que mensuram conhecimentos, habilidades ou funções cognitivas específicas. As respostas do avaliando são consideradas como certas ou erradas e seu desempenho final é comparado com uma população específica de acordo com a faixa etária ou grau de escolaridade, entre outros (Urbina, 2007).

Quando se avalia a personalidade, que é um fator importantíssimo para se diagnosticar uma psicopatologia (Vieira, Fay & Neiva-Silva, 2007), são mais usualmente utilizados inventários, questionários e escalas. Nesses instrumentos o respondente deve assinalar afirmativas que ele julga serem condizentes com sua forma de agir e pensar. Não existem respostas certas ou erradas (Urbina, 2007).

O maior empecilho desse tipo de instrumento é que em psicopatologias graves, como a esquizofrenia, sabe-se que o paciente apresenta distorções - de moderada à severa - da percepção da realidade e da percepção de si mesmo (Vieira et al., 2007). Dessa forma, compreende-se que o uso de inventários não é o melhor recurso para esse tipo de avaliação com pacientes psiquiátricos cuja principal suspeita seja a alteração da capacidade de dizer sobre si da mesma forma como as outras pessoas o percebem. Os instrumentos projetivos/ expressivos se apresentam como uma alternativa interessante que minimiza a manipulação das respostas uma vez que são compostos por características ambíguas e abstratas (Anastasi & Urbina, 2000; Villemor-Amaral et al., 2005; Urbina, 2007).

Outra vantagem do uso dos instrumentos projetivos é que muitos deles são classificados como não verbais, ou seja, o respondente emite pouca ou nenhuma resposta verbal. Essa

característica é interessante quando o paciente apresenta algum comprometimento na expressão ou comunicação verbal. Atualmente há um movimento entre os estudiosos da avaliação psicológica no sentido de revisar a nomenclatura utilizada por essa técnica de investigação. Miguel (2014) esclarece que o uso do termo “projetivo” pode causar a errônea impressão de que esse instrumento é de uso exclusivo da psicanálise devido ao mecanismo de defesa denominado por Freud (1913/2006) de projeção.

O autor indica que a substituição do termo por outros como “expressivo”, “de desempenho”, “implícito” ou “de resposta livre”, evitaria tal mal-entendido, uma vez que o fenômeno projeção não está, necessariamente, vinculado à teoria psicanalítica. As técnicas projetivo-expressivas têm como ponto em comum o material que, ao mesmo tempo é concreto, ambíguo e vago (Anastasi & Urbina, 2000; Chabert, 2004). As instruções geralmente são breves e gerais e por serem tarefas minimamente estruturadas, permitem ao avaliando ampla possibilidade de respostas (Anastasi & Urbina, 2000).

Os principais testes projetivos usados para avaliação no contexto da saúde mental, segundo Vieira *et al.* (2007) são o Teste de *Zulliger* (*Zulliger*), o Teste de Apercepção Temática (TAT) e HTP (Teste *House-Tree-Person*). Adicionalmente, verificou-se que outros instrumentos como o Teste das Pirâmides Coloridas de *Pfister* e o Teste das Manchas de Tinta de *Rorschach* têm ganhado espaço na avaliação em contexto da saúde mental (Lukasova, Zanin, Chucre, Macedo & Macedo, 2010; Vieira & Villemor-Amaral, 2015; Villemor-Amaral *et al.*, 2005, entre outros).

O *Zulliger* (Villemor-Amaral & Primi, 2012) e o *Rorschach* (Exner Jr. & Sendín, 1999; Exner Jr., 1999; Vaz, 1997) consistem em cartões com manchas de tintas às quais é solicitado ao respondente que diga com o que acha que elas se parecem (etapa de associação). São apresentados todos os cartões (três cartões no *Zulliger* e dez no *Rorschach*) e, posteriormente, é solicitado ao respondente que diga onde, e quais aspectos da mancha lhe deram a impressão de cada uma das respostas apresentadas (etapa de inquérito).

Atualmente o sistema para codificação e interpretação dos dados do *Zulliger* é o Sistema Compreensivo para administração individual (Villemor-Amaral & Primi, 2012). Em relação ao *Rorschach*, há quatro possibilidades de sistemas aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) para uso, são eles: Sistema Compreensivo (Exner Jr. & Sendín, 1999; Exner, Jr., 1999), Sistema de Classificação de *Klopfer* (Vaz, 1997) e Escola Francesa (Rausch de Traubenberg, 1975; Pasian, 2000) e *Rorschach* Clínico ou Sistema Aníbal Silveira (Pasian & Loureiro, 2010).

O TAT (Murray, 2005) é composto por 31 pranchas com impressos de imagens de situações cotidianas e ambíguas e uma prancha totalmente branca. O respondente deve contar uma história a partir do estímulo de cada das 20 pranchas pré-selecionadas pelo aplicador de acordo com o sexo e faixa etária (Vieira et al., 2007).

O HTP (Buck, 2003) consiste em uma técnica gráfica onde se solicita que o avaliando desenhe em tons acromáticos ou cromáticos uma sequência de elementos. Após isso, o sujeito é instruído a dizer sobre cada desenho, podendo ser utilizado um roteiro de perguntas gerais e específicas para cada desenho (Vieira et al., 2007). O Pfister (Villemor-Amaral, 2012) consiste em um esquema de pirâmides que devem ser preenchidas com quadrículos coloridos (Villemor-Amaral et al., 2005).

O PMK (Galland de Mira, 2002), é um instrumento em que o sujeito deve fazer diferentes tipos de traçados feitos em seis páginas distintas (Vasconcelos, Sampaio & Do Nascimento, 2013). Por fim, o Palográfico (Alves & Esteves, 2004) avalia os vários “palos” (traços verticais) que o respondente deve fazer em um período de tempo determinado. Embora ambos os instrumentos não sejam comumente utilizados na avaliação no contexto de saúde mental, esses foram incluídos na presente pesquisa atendendo aos critérios de seleção de instrumentos, conforme será discutido em Método.

De forma geral, todos esses instrumentos avaliam além de traços e características da personalidade, o desempenho cognitivo do avaliando uma vez que é necessária certa habilidade intelectual e cognitiva para realizar a tarefa (Miguel, 2014). De forma específica, os testes projetivos avaliam a capacidade do respondente de seguir tarefas, e expressar, por meio dos estímulos particulares de cada instrumento, a forma como percebe emocionalmente e cognitivamente o mundo.

Tendo em vista a necessidade de instrumentos que forneçam indicadores sensíveis para psicopatologias, devido principalmente à dificuldade do diagnóstico e alteração na percepção da realidade (que compromete os resultados de alguns instrumentos, como o caso de inventários de auto relato), buscou-se, no presente estudo, investigar o que se têm produzido sobre a temática do uso de instrumentos projetivos/ expressivos na avaliação psicológica de pacientes com transtornos mentais. A partir dessa busca, objetivou-se apresentar e discutir as pesquisas encontradas a fim de se verificar as contribuições e possíveis limites do estudo ou da técnica.

Método

Foram revisados artigos publicados de 1997 a 2017, que avaliaram os tipos de testes projetivos utilizados na avaliação psicológica de transtornos mentais. Buscaram-se trabalhos

publicados nas bases de dados eletrônicos Scielo, Lilacs, Medline, Pepsic e Index Psicologia. Foram usados conjuntos de descritores contendo, cada conjunto, duas palavras-chave fixas e um descritor que correspondia aos nomes usuais de alguns instrumentos projetivos. Dessa forma, usaram-se sempre duas palavras-chave: avaliação e transtornos mentais e a terceira palavra variou de acordo com o teste: HTP, Pfister, Palográfico, PMK, Rorschach, TAT, Zulliger.

A escolha dos instrumentos projetivos/ expressivos foi baseada na lista de testes com parecer favoráveis disponíveis no SATEPSI até novembro de 2017. Optou-se por não usar o descritor projetivo, pois há, atualmente, variadas nomenclaturas em sua base para se referir a essa técnica (Miguel, 2014), o que poderia prejudicar a busca caso se optasse pelo uso da "classificação" do instrumento em detrimento do nome dos instrumentos em si. Foram selecionados apenas instrumentos cuja idade de aplicação fosse específica para adultos.

A escolha dessas cinco bases de dados teve como objetivo alcançar o maior número de produções científicas brasileiras nesse tema. Como critério de inclusão, foram selecionados apenas artigos publicados em periódicos indexados, dissertações e teses brasileiras, que pudessem ter o seu texto completo acessado gratuitamente. Como critério de exclusão, foram eliminados livros e capítulos de livros por se considerar que esses muitas vezes não passaram por avaliações mais rigorosas por pares. Não houve critério para seleção do ano de publicação dos trabalhos.

Resultados

O objetivo deste estudo foi apresentar e discutir os achados da literatura referentes ao uso de testes projetivos na avaliação psicológica de pacientes com transtornos mentais. A busca nas bases de dados retornou um total de 5.697 estudos (Index Psi: 307; PePSIC: 96; SciELO: 683; LILACS: 1.790; PscINFO: 1.419; PUBMED: 1.402). Deles, 527 foram selecionados por apresentarem como foco instrumentos de avaliação (Index Psi: 55; PePSIC: 7; SciELO: 77; LILACS: 140; PscINFO: 147; PUBMED: 101). Em seguida, foram excluídos 224 estudos duplicados entre as bases.

Os resumos e textos completos dos 303 estudos restantes foram analisados a partir dos cinco critérios de inclusão/exclusão. Após a primeira seleção, restaram 120 estudos, dentre os quais foi possível recuperar o texto completo de 100 – dos 20 restantes foi possível recuperar somente os resumos. Dadas as limitações de espaço para publicação de trabalhos de revisão sistemática, esse número de referências ainda era demasiado grande para inclusão. Assim, recorreu-se a uma segunda seleção, restringindo-se aos estudos com data de publicação dos

últimos dez anos, isto é, de 2007 a 2017: total de 92 estudos. As estratégias complementares utilizadas retornaram ainda outros três estudos (Amorim, 2000; Brasil, 2003; Cunha, 2001). Ao final, foram incluídos 99 estudos que tratam de um total de 69 instrumentos disponíveis para a avaliação de traços, estados, sintomas e transtornos mentais no Brasil.

A análise para categorização dos instrumentos, de caráter qualitativo, teve como critério a classificação do conjunto de instrumentos disponíveis quanto a domínios relevantes em termos de teoria, diagnósticos e objetivos. A segunda abrange instrumentos que avaliam diversos transtornos psiquiátricos, sejam instrumentos para a avaliação de diversos tipos de transtornos (por exemplo, Screen for Child Anxiety Related Emotional Disorders – SCARED) ou instrumentos para a avaliação de TA e transtornos de outras categorias psiquiátricas (por exemplo, Composite International Diagnostic Interview – CIDI).

Todos os autores que utilizaram o Rorschach como instrumento de avaliação de características para transtornos mentais obtiveram resultados promissores no que diz respeito à possibilidade de uso desse teste na avaliação psicológica desse transtorno. Esse instrumento demonstrou, em todos os sistemas de classificação analisados pelos autores, evidências de validade no que diz respeito à identificação de indicadores psicopatológicos como exemplo da esquizofrenia.

Sabe-se que a técnica de Rorschach, independentemente do sistema utilizado para codificação das respostas é bastante complexa e demorada, o que dificulta a ampliação do número da amostra. Aliado a isso, a população critério utilizada nesses estudos também não é facilmente localizada dado a sua baixa incidência de casos onde não há outros transtornos associados, lesões cerebrais ou antecedentes de abuso de drogas ou álcool. Dentre os sete instrumentos projetivos procurados nas bases de dados utilizadas na presente pesquisa, apenas três deles foram utilizados como instrumentos de pesquisa para avaliação psicológica de pacientes com transtornos mentais no Brasil. O teste PMK, apenas recentemente reinserido na lista de testes com parecer favorável pelo CFP, é mais usualmente utilizado em contexto de avaliação de motoristas (Rueda & Lamounier, 2006) e desempenho no trabalho (Vasconcelos, Sampaio, & Do Nascimento, 2013). Embora seja um teste que se classifique como capaz de avaliar a personalidade de sujeitos, suas pesquisas e uso não são voltados para o contexto psiquiátrico (Vasconcelos, Nascimento, & Sampaio, 2011). Aliado a isso, em alguns estudos como o de Sisto (2010) não foram encontradas evidências de interpretabilidade para quase nenhum dos seis fatores propostos pelo instrumento.

Das pesquisas encontradas com o Palográfico, algumas são voltadas para o contexto de seleção profissional (Godoy & Noronha, 2005), impulsividade e compulsão alimentar (Pereira

& Chehter, 2011) e análise do perfil psicológico de profissionais que atuam na área da saúde (Senden, Lopes, Lopes do Nascimento, Terroso & Argimon, 2013). Embora os instrumentos HTP e Zulliger apresentem indicadores psicopatológicos em suas interpretações e classificações, também não foram localizados estudos dentro do recorte estabelecido sobre o uso na avaliação da esquizofrenia.

Apesar disso, foram encontrados estudos que avaliam por meio de ambos ou um dos instrumentos, indicadores psicopatológicos como depressão e transtornos dissociativos e transtornos de personalidade histriônicos (Pereira, 2011; Villemor-Amaral & Machado, 2011). Em relação ao TAT foi encontrado um segundo estudo sobre avaliação da população diagnosticada com algum tipo de transtorno mental (Henriques-Calado & Duarte-Silva, 2011). Esse estudo, porém, foi excluído na seleção, atendendo aos critérios de exclusão. Isso se deveu ao fato do estudo ter sido realizado em uma amostra não-brasileira.

Compreende-se que, embora o número de estudos encontrados tenha sido relativamente baixo, as contribuições dos instrumentos projetivos para a avaliação neuropsicológica de transtornos psicopatológicos como é o caso da esquizofrenia é fundamental. Esses instrumentos, como já foi destacado, são menos diretivos e requerem poucas instruções, o que facilita seu uso em diversos contextos (Villemor-Amaral et al., 2005).

Alguns instrumentos, como é o caso do Rorschach e TAT, exigem refinado conhecimento do aplicador e seu processo de codificação e análise é mais complexo quando comparado aos demais instrumentos projetivos (Miguel, 2014). Apesar disso, observou-se que, dentre os instrumentos projetivos utilizados na avaliação e estudo neuropsicológico da esquizofrenia, o Rorschach é o teste mais frequentemente utilizado em tais pesquisas.

Uma hipótese para tal ocorrência se dá pela riqueza de dados possíveis de serem verificados por meio da técnica de Rorschach, em todos os sistemas de codificação e interpretação. Esse instrumento possibilita a avaliação não apenas dos traços de personalidade e conduta dos respondentes, mas também a verificação de aspectos cognitivos como a percepção da realidade e a verificação de aspectos do relacionamento interpessoal como a necessidade de contato interpessoal (Meyer et al., 2011). Assim, embora o teste de Rorschach seja um instrumento de complexa aplicação, codificação e interpretação, ele se apresenta como um recurso com ampla possibilidade de uso.

O objetivo desse estudo foi verificar o que se tem produzido na literatura brasileira sobre avaliação psicológica de pacientes diagnosticados com transtornos mentais por meio de instrumentos projetivos/expressivos. A maioria das pesquisas localizadas a partir dos critérios de inclusão e exclusão, utilizou a técnica das Manchas de Tinta de Rorschach como principal

instrumento de investigação. Muitas das técnicas atualmente aprovadas pelo CFP não possuem pesquisas nessa área, embora se proponham a avaliar a personalidade e psicopatologias. Sendo assim, sugere-se que mais pesquisas sejam realizadas com a população psiquiátrica, enriquecendo não apenas o saber científico, mas possibilitando o desenvolvimento de novas ferramentas para diagnóstico e, possivelmente, intervenção .

Considerações Finais

O processo de avaliação exige instrumentos adequados, isto é, com fortes subsídios teóricos e baseados em evidências empíricas, para fornecer diagnósticos e prognósticos seguros àqueles que trabalham na área (Cunha, 2001; Primi, 2010). A área da avaliação psicológica/psiquiátrica deve ser compreendida como mais do que simplesmente um campo dedicado ao uso de medidas e técnicas.

Independentemente de sua finalidade, a utilização de instrumentos de avaliação psicológica exige postura profissional e ética, especialmente visto que uma utilização inadequada pode acarretar prejuízos imediatos e futuros para o indivíduo avaliado. Considerando as especificidades de cada instrumento aqui destacado, ressalta-se que a ampla variedade de finalidades está relacionada às características de cada um deles, o que acaba por limitar uma precisão diagnóstica apoiada em apenas um instrumento.

Embora, os instrumentos de avaliação aqui apresentados estejam longe de esgotar a totalidade de possibilidades, foram considerados apenas alguns dos mais relevantes e dos mais frequentemente apresentados como objetos de pesquisa. É importante destacar que as possíveis combinações de vários instrumentos no desenvolvimento do processo integrado de psicodiagnóstico se revelam mais confiáveis do que a utilização isolada de apenas um instrumento. Além disso, o conhecimento das abrangências e limitações de cada um também pode tornar seu uso mais eficaz.

O objetivo desse estudo foi verificar o que se tem produzido na literatura brasileira sobre avaliação psicológica de pacientes diagnosticados com transtornos mentais por meio de instrumentos projetivos/expressivos. A maioria das pesquisas localizadas a partir dos critérios de inclusão e exclusão utilizou a técnica das Manchas de Tinta de Rorschach como principal instrumento de investigação. Muitas das técnicas atualmente aprovadas pelo CFP não possuem pesquisas nessa área, embora se proponham a avaliar a personalidade e psicopatologias. A avaliação, em geral, e o desenvolvimento de instrumentos, em específico, servem às funções de objetivar e operacionalizar teorias e construtos (Primi, 2010). Eles envolvem a objetivação dos conceitos teóricos em elementos observáveis e requerem a aplicação do método científico por

meio de delineamentos adequados para a sua legitimação. Ao buscar evidências de adequação dos instrumentos de avaliação, os estudos colaboram também com o desenvolvimento dos construtos avaliados (Pasquali, 2009; Primi, 2010).

Referências

- Abreu, N., Rivero, T. S., Coutinho, G, & Bueno, O. F. A. (2014). Neuropsicologia da aprendizagem e memória. In: D. Fuentes (Ed.), *Neuropsicologia: Teoria e prática*. (pp. 103-114). Porto Alegre: Artmed.
- Adad, M. A., Castro, R., & Mattos, P. (2000). Aspectos neuropsicológicos da esquizofrenia. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 22 (1 Supl.), 31-34.
- Alchiere, J. C., & Bandeira, D. R. (2000). Ensino da avaliação psicológica no Brasil. In: R. Primi (Org.), *Temas em avaliação psicológica* (pp.35-39). Campinas: Ibpap.
- Alves, I. C. B., & Esteves, C. (2004). *O Teste Palográfico na avaliação da personalidade*. São Paulo: Vetor.
- Anastasi, A., & Urbina, S. (2000). *Testagem psicológica*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul.
- Araújo, A. C. & Lotufo Neto, F. (2014). A nova classificação americana para os transtornos mentais – O DMS-5. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 16(1), 67-82.
- Buck, J. (2003). *Casa-Árvore-Pessoa (HTP): Manual e guia de interpretação*. São Paulo, SP: Vetor.
- Chabert, C. (2004). *Psicanálise de métodos projetivos*. São Paulo, SP: Vetor.
- CID-10: *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- Conselho Federal de Psicologia. *SATEPSI*. Recuperado de: <http://satepsi.cfp.org.br>
- DSM-IV - *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1995.
- Exner Jr. (1999). *Manual de classificação do Rorschach para o sistema compreensivo*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Galland de Mira, A. M. (2002). *PMK: Psicodiagnóstico Miocinético*. São Paulo: Vetor.
- Godoy, S. L. & Noronha, A. P. P. (2005). Instrumentos psicológicos utilizados em seleção profissional. *Revista do Departamento de Psicologia*, 17(1), 139-159.
- Keefe, R. S. R., & Easley, C. E. (2012). Déficits neurocognitivos. In J. A. Lieberman, T. S. Stroup, & D. O. Perkins, *Fundamentos da esquizofrenia* (pp. 89-108). Porto Alegre, RS: Artmed.

- Malloy-Diniz, L., Paula, J. J., & Sedó, M. (2014). Neurospicologia das funções executivas e da atenção (pp. 115-138). In D. Fuentes, *Neuropsicologia: Teoria e prática*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Miguel, F. K. (2014). Mitos e verdades no ensino de técnicas projetivas. *Psico-USF*, 19(1), 97-106.
- Murray, H. A. (2005). *TAT: Teste de apercepção temática*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Neto, A. C., Gauer, G. C., & Furtado, N. R. (2003). *Psiquiatria para estudantes de medicina*. Porto Alegre: Edipucrs.
- Noronha, A. P. P. (2002). Os problemas mais graves e mais frequentes no uso dos testes psicológicos. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 15, 135-142.
- Organização Mundial da Saúde. (1993). *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Pasian, S. R. (2000). *O psicodiagnóstico de Rorschach em adultos: Atlas, normas e reflexões*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Pasquali, L. (2001). *Técnicas de exame psicológico*. São Paulo: Casa do Psicólogo/ CFP
- Primi, R. (2010). Avaliação psicológica no Brasil: Fundamentos, situação atual e direções para o futuro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(especial), 25-35.
- Senden, D. A., Lopes, R. M. F., Lopes do Nascimento, R. F. L., Terroso, L. B., & Argimon, I. I. L. (2013). Análise da personalidade de profissionais da área da saúde: Um estudo pelo teste Palográfico. *Aletheia*, 42, 62-70.
- Sisto, F. F. (2010). Uma análise das evidências de validade brasileiras do PMK. *Psico-USF*, 15(2), 141-149.
- Urbina, S. (2007). *Fundamentos da testagem psicológica*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Vasconcelos, A. G., Sampaio, J. R., & Do Nascimento, E. (2013). PMK: Medidas válidas para a predição do desempenho no trabalho? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(2), 251-260.
- Vaz, C. E. (1997). *O Rorschach: Teoria e desempenho*. São Paulo, SP: Manole Ltda.
- Villemor-Amaral, A. E. (2012). *As pirâmides coloridas de Pfister*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Villemor-Amaral, A. E., Primi, R., Franco, R. R. C., Farah, F. H. Z., Cardoso, L. M., & Silva, T. C. (2005). O teste de Pfister e sua contribuição para o diagnóstico da esquizofrenia. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, 17(2), 89-98.

Zimmer, M., Jou, G. I., Sebastiany, C. M., Guimarães, E. R., Boechat, L. C., Soares, T., & Belmonte-de-Abreu, P. S. (2008). Avaliação neuropsicológica na esquizofrenia: revisão sistemática. *Revista de Psiquiatria*, 30(1 Supl.).

SEÇÃO 4 - Questões metodológicas / Ensino

Teste de Rorschach: mudanças do Sistema Compreensivo para o Rorschach Performance Assessment System

Gabriel Vitor Acioly Gomes

Rute da Conceição Machado

Kayline Macedo Melo

Aryadna Albuquerque Costa

Universidade Estadual do Ceará

Thicianne Malheiros da Costa

Universidade Federal do Ceará

Lucila Moraes Cardoso

Universidade Estadual do Ceará

Resumo: Os métodos projetivos são de suma importância para a avaliação da personalidade e, ao longo da história, diversos pesquisadores têm contribuído para a sua melhoria. Entre esses, há o Teste de Rorschach, que é composto por 10 manchas de tintas ambíguas que são apresentadas ao examinando para que ele diga com o que elas se parecem (Fase de Resposta) e, posteriormente, esclareça onde e o que na mancha de tinta fez parecer com o que respondeu (Fase de Esclarecimento). Existem diversos sistemas de administração e interpretação possíveis de serem adotados para o Rorschach e, dentre os que estão com parecer favorável para serem utilizados no Brasil, pode-se citar dois, o Sistema Compreensivo (SC) e o Rorschach *Performance Assessment System* (R-PAS). O SC foi desenvolvido na década de 1960 com o objetivo de unificar cinco relevantes sistemas que existiam visando melhorar a qualidade empírica do método, propor uma uniformidade metodológica e facilitar a comunicação entre os pesquisadores. O R-PAS, publicado em 2011, foi desenvolvido em função da necessidade de uma atualização do Sistema Compreensivo, com o propósito de diminuir a variabilidade do examinador e simplificar os procedimentos e apresentação dos dados. Dessa forma, objetivou-se neste estudo apresentar e explicar o motivo das mudanças ocorridas do SC para o R-PAS. Para alcançar esse propósito, foram feitas consultas e leituras na literatura científica, principalmente, nos manuais disponíveis de cada um desses sistemas e em artigos publicados em periódicos. A leitura foi direcionada com o intuito de comparar as informações apresentadas no SC e no R-PAS, de modo a compreender o que fundamentou tais mudanças entre os sistemas. Os principais cuidados nas mudanças para o R-PAS foram escolher variáveis com força empírica; usar amostra de referência internacional; fornecer um sistema claro e unificado de terminologia, símbolos, cálculos e apresentação de dados; descrever com base empírica e razão psicológica as pontuações a serem interpretadas; fornecer um procedimento estatístico para ajustar a complexidade geral do registro e uma ilustração gráfica do seu impacto sobre cada variável; otimizar o número de respostas dadas para a tarefa; desenvolver novos e revisados índices e oferecer um programa seguro de escores em uma plataforma da internet. Concluiu-se que as mudanças na administração, codificação e interpretação do SC para o R-PAS foram realizadas a partir de dados da literatura científica para aprimorar o uso do Teste de Rorschach.

Palavras-chave: Padronização do teste; Técnicas projetivas; Teste de Rorschach.

Introdução

Profissionais de Psicologia podem utilizar diversas ferramentas para conseguir informações específicas sobre o sujeito e, entre elas, podem-se citar os Métodos Projetivos, que são importantes instrumentos que objetivam avaliar a dinâmica da personalidade do examinando. Vale ressaltar que o termo Método Projetivo não é unanimidade entre os pesquisadores e a escolha do melhor vocábulo para esse conjunto de técnicas tem sido discutida internacionalmente (Meyer & Kurtz, 2006; Rietzler, 2006) e nacionalmente (Cardoso &

Villemor-Amaral, 2017; Miguel, 2014). Entre as possibilidades de nomenclaturas existem, por exemplo, instrumentos baseados no desempenho e técnicas de autoexpressão.

Os Métodos Projetivos apresentam algumas características próprias, como possuir estímulos poucos estruturados; orientações abertas, que possibilitem aos examinandos responderem de acordo com seu estilo pessoal e suas preferências e respostas de difícil manipulação. De acordo com Villemor-Amaral e Pasqualini-Casado (2006), esses atributos específicos fortalecem a dimensão idiográfica que se constitui como uma grande vantagem para a utilização desses métodos em circunstâncias que se precisa conhecer sobre a dinâmica da personalidade do examinando. Entretanto, essas características do caráter idiográfico também são utilizadas para tecer críticas relacionadas às exigências das qualidades psicométricas desses instrumentos. Desta forma, percebe-se que as mesmas características são consideradas como positivas para alguns e negativas para outros.

Ainda que haja apenas 18 métodos projetivos com indicação do Conselho Federal de Psicologia para uso no Brasil (Conselho Federal de Psicologia, 2018), há uma diversa produção na literatura científica apresentando pesquisas sobre as qualidades psicométricas adequadas de validade e fidedignidade desses métodos (Miguel, 2014) e as suas características não têm se tornado um empecilho para o desenvolvimento de pesquisas com os mesmos (Cardoso & Villemor-Amaral, 2017). Uma sustentação para isso é a grande produção sobre o Método de Rorschach.

O Método de Rorschach é um dos principais instrumentos utilizados para avaliação da personalidade de sujeitos de variadas idades, desde crianças até adultos. Esse instrumento foi desenvolvido pelo psiquiatra suíço Hermann Rorschach e foi publicado em 1921 (Nascimento, 2010; Resende, 2016). Ele é composto por um conjunto de 10 cartões com manchas de tintas simétricas e a administração é realizada em dois momentos sem um tempo limite para sua execução. No primeiro momento, os cartões são apresentados ao examinando em uma ordem estabelecida para que o sujeito diga com que as manchas se parecem. No segundo momento, o avaliador irá reler todas as respostas dadas pelo examinando para que este último diga onde foi que viu e o que lhe deu a ideia. Os processos de administração, codificação e interpretação dos protocolos são realizados de acordo com o sistema adotado.

Samuel Beck e Marguerite Hertz foram dois dos responsáveis por introduzir o Rorschach na América do Norte e fundaram duas escolas de sistema do Rorschach. Bruno Klopfer foi um estudioso de problemas emocionais, tinha interesses nas teorias psicanalíticas, familiarizou-se com o Rorschach e realizou uma série de pesquisas que deram origem a novos códigos, pontuações e interpretações, fundando, assim, uma terceira escola. Zigmunt

Piotrowski foi aluno de Klopfer e, com seu interesse por neurologia, conduziu vários estudos sobre distúrbios neurológicos usando o Rorschach e, produziu um novo sistema interpretativo, criando a quarta escola. David Rappaport foi outro estudioso com viés psicanalítico do Rorschach no uso clínico e, com suas pesquisas, desenvolveu a quinta escola (Resende, 2016).

Essas cinco escolas (Beck, Hertz, Klopfer, Piotrowski e Rappaport) norte americanas contribuíram com o Método de Rorschach. Mas alguns indicadores desses sistemas não tinham respaldo empírico ou resultados satisfatórios e, por conta disso, John Exner teve a ideia de sistematizar os achados dessas escolas em uma só, que ficou conhecida como Sistema Compreensivo (Exner, 1999; Exner & Sendín, 1999). Esse sistema foi publicado em 1974 sem alterações estruturais, dando ênfase às bases psicométricas do teste (Resende, 2016). De acordo com Nascimento (2010), esse sistema foi proposto após ampla pesquisa com protocolos de diversos rorschachistas e, conforme já mencionado, com o objetivo de melhorar a qualidade empírica, propor uniformidade e melhorar a comunicação entre os pesquisadores. Tendo isso em vista, o Método de Rorschach pelo Sistema Compreensivo (SC) tem sido muito utilizado e ajudou a fortalecer cientificamente e a verificar perspectivas a serem aprimoradas.

Esses aprimoramentos para o Sistema Compreensivo foram construídos, principalmente, a partir de um grande trabalho de meta-análise que foi elaborado ao longo de anos e foi publicado em 2013 (Mihura, Meyer, Dumitrascu, & Bombel, 2013). Fruto de esforços de pesquisa, Meyer, Erard, Erdberg, Mihura e Viglione (2017) fizeram alguns apontamentos que serviram para melhorar indicadores do Sistema Compreensivo. Os principais pontos foram que as diferenças entre examinadores e os locais de formação poderiam levar a mudanças na administração e codificação do teste; a variância de erro existente em função de diferenças no grau de engajamento da tarefa e do número de respostas dadas pelo entrevistado; a inconsistência entre como o escore é interpretado e sua base de dados empíricos e/ou as operações psicológicas envolvidas na produção dos comportamentos de tarefas codificadas (processo de resposta); e questões referentes à quantidade de variáveis (parcimônia) e à sua fidedignidade.

Além dos pontos citados, os pesquisadores também relataram as dificuldades com relação ao treinamento de novos examinadores, bem como a necessidade de atualizar o sistema do teste ao desenvolvimento da área de Avaliação Psicológica, considerando que, nos últimos anos, houve avanços expressivos relacionados às possibilidades de uso de técnicas estatísticas e métodos de avaliação de dados. Com a apresentação dessas considerações, ficou clara a necessidade de reformular o Sistema Compreensivo, cujos estudos levaram ao desenvolvimento

de um novo sistema denominado Rorschach *Performance Assessment System* (R-PAS; Meyer et al., 2017).

O R-PAS foi desenvolvido com o objetivo de melhorar a utilidade dos resultados do Método de Rorschach e baseado em oito preocupações (Meyer et al., 2017). Os cuidados foram os seguintes: a) selecionar e destacar as variáveis com força empírica, clínica e de processo de resposta/comportamental com apoio de representação, eliminando aqueles com apoio insuficiente; b) comparar pontuações usando amostra de referência internacional; c) fornecer um simplificado, uniforme e lógico sistema de terminologia, símbolos, cálculos e apresentação de dados, a fim de reduzir a redundância e aumentar a parcimônia; d) descrever com base empírica e razão psicológica cada pontuação que deve ser interpretada; e) fornecer um procedimento estatístico para ajustar a complexidade geral do registro e uma ilustração gráfica do seu impacto sobre cada variável; f) otimizar o número de respostas dadas para a tarefa com o objetivo de garantir um protocolo interpretável e significativo, enquanto reduz drasticamente o número de vezes que a tarefa precisa ser administrada novamente por causa de poucas respostas e a probabilidade de tempo demasiado longo por conta de muitas respostas dadas nas administrações; g) desenvolver novos e revisados índices aplicando abordagens estatísticas e computacionais contemporâneas e h) oferecer acesso a um programa seguro de escores em uma plataforma da web criptografada que pode ser usada por qualquer dispositivo que tenha internet.

Entre as mudanças que ocorreram do Sistema Compreensivo para o R-PAS, ressalta-se a administração R-otimizado, que solicita duas ou três respostas por cartão com o propósito de evitar protocolos muito curtos ou muito longos. Com o controle no número de respostas, aumentam-se as chances de que essa variável não interfira na interpretação de outras variáveis e proporcione um aumento na estabilidade das variáveis (Dean, Viglione, Perry & Meyer, 2007; Meyer et al., 2017).

Ainda no tocante às mudanças entre os sistemas, encontra-se na literatura científica pesquisas que tiveram o objetivo de apresentar esse novo sistema (Dean et al., 2007; Diener, 2013; Meyer & Eblin, 2012), estudos que examinaram as mudanças entre protocolos codificados pelo Sistema Compreensivo e pelo R-PAS (Pianowski, Meyer & Villemor-Amaral, 2016a; Pianowski, Meyer, & Villemor-Amaral, 2016b; Reese, Viglione, & Giromini, 2014), bem como pesquisa que defendeu a importância de revisar a literatura sistematicamente em prol da melhoria do Método de Rorschach (Mihura, Bombel, Dumitrascu, Roy & Meadows, 2018). Dessa forma, objetiva-se neste trabalho apresentar e explicar o motivo das mudanças ocorridas do Sistema Compreensivo para o Rorschach *Performance Assessment System*.

Método

Para alcançar os objetivos delineados, realizou-se uma revisão narrativa da literatura nacional e internacional sobre o SC e o R-PAS. Inicialmente, consultaram-se quatro manuais do Rorschach que faziam uso do Sistema Compreensivo (Exner, 1999; Exner & Sendín, 1999; Nascimento, 2010; Resende, 2016) e a versão brasileira do manual do Rorschach *Performance Assessment System* (Meyer et al., 2017). Além disso, realizou-se uma análise secundária em dez artigos científicos que versavam sobre o Teste de Rorschach e/ou os referidos sistemas de interpretação (Dean, Viglione, Perry, & Meyer, 2007; Diener, 2013; Hemphill, 2003; Meyer & Eblin, 2012; Meyer & Kurtz, 2006; Mihura, Bombel, Dumitrascu, Roy, & Meadows, 2018; Mihura, Meyer, Dumitrascu, & Bombel, 2013; Pianowski, Meyer, & Villemor-Amaral, 2016a; Pianowski, Meyer, & Villemor-Amaral 2016b; Reese, Viglione, & Giromini, 2014).

Somado a isso, foram incluídos um capítulo de livro (Cardoso & Villemor-Amaral, 2017) e dois artigos (Miguel, 2014; Villemor-Amaral & Pasqualini-Casado, 2006) que debatiam sobre a cientificidade dos Métodos Projetivos. A leitura e análise dos materiais bibliográficos foram direcionadas com o intuito de comparar as informações apresentadas pelas pesquisas referentes ao SC e ao R-PAS, de modo a compreender o que fundamentou a mudança entre os sistemas.

Resultados e Discussão

O Método de Rorschach tem sido bastante pesquisado desde a sua publicação em 1921 e, a partir dessa data, diversos sistemas interpretativos foram desenvolvidos (Resende, 2016). Para este trabalho, destacam-se o Sistema Compreensivo (Exner, 1999; Exner & Sendín, 1999; Nascimento, 2010) e o R-PAS (Meyer et al., 2017).

John Exner foi o responsável pelo desenvolvimento do SC e por decisão da família do autor, após sua morte em 2006, os pesquisadores ficaram impedidos de fazer atualizações do sistema (Resende, 2016). A esse impedimento somaram-se as críticas que o Rorschach recebeu sobre suas bases psicométricas, levando quatro autores que trabalharam com Exner no *Rorschach Research Council* a desenvolver o sistema R-PAS (Meyer et al., 2017). Entre as principais mudanças do SC para o R-PAS destaca-se a aplicação R-otimizado.

O R-otimizado se caracteriza por pedir duas ou três respostas por cartão e, com isso, evitar protocolos muito curtos ou longos. Um dos primeiros estudos que teve o intuito de investigar procedimentos que alterasse o número de respostas foi feito por Dean, Viglione, Perry e Meyer (2007), sendo esse estudo o embrião ao que viria a ser a administração R-otimizado. De acordo com Meyer et al. (2017), essa alteração na instrução de solicitação de

respostas deu-se devido ao conhecimento de que a quantidade de respostas influencia de maneira significativa na interpretação de outras variáveis.

Além dessa mudança de administração do instrumento, Meyer et al. (2017) decidiram se basear em quatro pilares para selecionar as variáveis que iriam compor e as que não iriam fazer parte do novo sistema, a saber, corroboração empírica da literatura publicada, ou seja, estudos que, em consonância, indicassem bons índices; representação comportamental no processo de resposta, sugerindo o uso de variáveis que podem ser percebidas durante a realização do teste; utilidade apontada em levantamento por profissionais experientes, ressaltando o uso de indicadores que contribuem com a prática profissional e parcimônia, significando utilizar as variáveis mais simples e que têm maior probabilidade de serem generalizadas. Ao total, 32 variáveis não foram incluídas no R-PAS (Tabela 1) e 58 foram utilizadas no R-PAS (Tabela 2). Ressalta-se que todas as variáveis selecionadas são advindas de algum dos sistemas existentes, embora no R-PAS tenha sido modificado a nomenclatura ou melhorado a definição das mesmas (Meyer et al., 2017).

Tabela 1. *Variáveis não incluídas no R-PAS.*

Variáveis					
Estilo EB & EB Per	Zd	S-	Projeção da Cor	Conteúdo Fd	Codificações Estendidas de Agressão: AgPast, AgPot, SM Outras codificações do Rorschach
D Ajustado	Zf	Sum6	SumC':WSum C	Índice de isolamento	
Escore es Ajustado FM FM + m	OBS FQ+ Relação W:M	XA% PSV Relação a:p como rigidez	CDI DEPI Conteúdo Hx	S TDI Escala de Defesa de Lerner	
SumShading > (FM + m)	M com FQnone	Domínio da Forma no Sombreado e na Cor Acromática	Índice de Egocentrismo	Escala de Defesa do Rorschach	

Fonte: Adaptado de Meyer et al. (2017).

Tabela 2. Variáveis incluídas no R-PAS.

Variáveis					
Pedir e Puxar (Pr e Pu)	M (M+WSumC)	YTVC'	AGC	Forma Dimensão (FD)	NPH/SumH
Rotações do Cartão (CT)	CF+C/SumC	Movimento Inanimado (m)	H	R8910%	V-Comp
Complexidade (Complexity)	EII-3	Sombreado difuso (Y)	COP	WSumC	Reflexos (r)
Respostas (R)	TP-Comp	Mórbido (MOR)	MAH	C	p/(a+p)
F% Blends	WSumCog SevCog	SC-Comp ODL%	W% Dd%	Mp/(Ma+Mp) FQu%	AGM T
Síntese (Sy)	FQ-%	Reversão do Espaço Branco (SR)	Integração do Espaço Branco (SI)	CBlend	PER
MC (M+WSumC)	WD-%	MAP/MAHP	Conteúdo Intelectualizado (IntCont)	C'	An
MC-PPD	FQo%	PHR/GPHR	Vago% (Vg%)	Conteúdos Críticos (CritCont%)	
M	Popular	M-	Vista (V)	SumH	

Fonte: Adaptado de Meyer et al (2017).

A base da seleção dessas variáveis foi o estudo de meta-análise desenvolvido por Mihura, Meyer, Dumitrascu e Bombel (2013), que havia sido submetido para publicação e apresentado em congressos antes do lançamento do R-PAS. Nessa pesquisa, os autores avaliaram a literatura de maneira sistemática em busca de uma revisão de evidências de validade de 68 variáveis do Rorschach pelo Sistema Compreensivo. Após a combinação de algumas variáveis, foi feita a análise de 65 variáveis. Utilizando-se de normativas internacionais da *American Psychological Association* (APA) e do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) sobre estudos de meta-análise, além de ter como base os parâmetros defendidos por Hemphill (2003) para avaliar a força de evidência dos dados, fez-se uma busca de artigos publicados em inglês nas bases de dados PsycINFO e MEDLINE entre 1974 e novembro de 2011.

De maneira sucinta, os resultados evidenciaram que, por meio de 53 meta-análise examinando variáveis com critérios avaliados externamente, obteve-se uma validade média de $r = 0,27$ em comparação com 42 meta-análise que examinou variáveis com critérios avaliados internamente com uma validade média de $r = 0,08$. Em relação às variáveis analisadas externamente, encontrou-se 13 variáveis com excelente suporte, 17 com bom suporte, 10 tinham suporte moderado, 13 tinham pouco ou nenhum suporte e 12 não tinham estudos de validade relevantes para o construto. Com os resultados apresentados, percebeu-se que as variáveis com maior sustentação foram aquelas relacionadas com processos cognitivos e de percepção e as com menores suportes foram as que eram raras de aparecer ou as que tinham

sido criadas recentemente. Além desse estudo, outros foram publicados com o objetivo de apresentar as principais mudanças do Sistema Compreensivo para o R-PAS, tal como Meyer e Eblin (2012) que descreveram a lógica e os recursos do R-PAS, comparando-o com o SC, e Diener (2013), que relatou a história de construção do R-PAS, perpassando pela administração R-otimizado, as codificações, as normas internacionais, o próprio manual e outras mudanças ocorridas em prol de um avanço para o sistema.

Na pesquisa de Reese, Viglione e Giromini (2014), os autores exploraram o impacto da versão inicial do R-PAS nas tendências centrais de algumas variáveis do Rorschach. A amostra foi composta por um total de 241 crianças e adolescentes em condições ambulatoriais, sendo que 142 responderam ao Rorschach pelo Sistema Compreensivo e 99 pelo R-PAS. Foram comparados os valores médios de 51 variáveis interpretáveis para crianças e adolescentes que responderam ao Rorschach pelo SC ou pelo R-PAS. Os resultados evidenciaram médias semelhantes entre as variáveis selecionadas, inclusive na quantidade de protocolos longos advindos dos dois sistemas. A única diferença relevante entre as médias apresentadas foi de que a versão inicial do R-PAS gerou menos protocolos curtos e menor variabilidade na quantidade de respostas.

Pianowski, Meyer e Villemor-Amaral (2016a) tiveram o objetivo de verificar com que frequência as variáveis que potencialmente indicam material projetivo (relacionadas à distorção de ajustamento de percepção, ao movimento e ao enfeite) ocorrem nos dados normativos e se a frequência de aparição deles muda entre a primeira, a segunda, a terceira, a quarta ou a última resposta aos cartões. Além disso, também foi verificado o impacto dos procedimentos de modelagem estatística sobre essas variáveis do R-PAS, que convertem a distribuição de respostas dos protocolos administrados no SC para corresponder com a distribuição de respostas encontrada nos protocolos quando foram utilizadas as diretrizes de administração do R-PAS. Nas duas bases de dados, uma com sujeitos de vários países e outra com sujeitos brasileiros, os resultados evidenciaram que tanto no SC quanto na administração R-otimizado, cerca de 40% das respostas dos sujeitos tiveram um tipo de código de material projetivo, 15% das respostas tiveram dois tipos e 1,5% das respostas tiveram os três tipos de códigos. Além disso, percebeu-se que as frequências desses códigos não foram alteradas pela quantidade de respostas obtidas nos protocolos. Constatou-se que não houve diferenças nas médias dos protocolos originais pelo SC nem nos modelados pelo R-PAS. Quando os protocolos administrados pelo SC e pelo R-PAS são avaliados e mostram diferenças mínimas, os dados sugerem que a administração R-otimizado não deve alterar a extensão em que potencial material projetivo está presente em um protocolo de Rorschach.

Na pesquisa de Pianowski, Meyer e Villemor-Amaral (2016b) teve-se o propósito de replicar o estudo do R-PAS para verificar o impacto da modelagem da administração R-otimizado nos valores normativos de referência pela comparação de uma amostra de 746 protocolos administrados no SC e 343 protocolos modelados para coincidir com a administração R-otimizado. Os resultados foram em consonância com os encontrados no R-PAS, evidenciando que os registros modelados tiveram um número de respostas médio ligeiramente maior e, secundariamente, médias ligeiramente mais altas para os indicadores de complexidade e de hipervigilância, assim como menores desvios padrão para quantidade de respostas, complexidade e porcentagem de respostas nos três últimos cartões. Também foram encontradas cinco pequenas diferenças que não foram observadas nos estudos originais do R-PAS (Meyer et al., 2017), a saber, uma diminuição na média e no desvio padrão na porcentagem de respostas nos três últimos cartões, um crescimento na média dos determinantes potencialmente problemáticos, um desvio padrão menor para porcentagem de conteúdos críticos e porcentagem de respostas sem o uso de formas e um aumento para respostas com justificativa por conhecimento pessoal. Ainda que tenham sido achadas essas diferenças, ao serem comparados os tamanhos de efeitos para as diferenças nas médias e desvios padrões com os estudos do R-PAS, percebeu-se que os índices foram praticamente idênticos. Por fim, sugeriu-se que o uso da administração R-otimizado no Brasil pode gerar dados de normatização similares às normas brasileiras do SC e às normas internacionais usadas no R-PAS.

No estudo de Mihura et al. (2018) teve-se o objetivo de documentar e discutir a importância dos estudos de revisão sistemática sobre testes psicológicos em busca de evidências de validade. Os autores embasaram sua justificativa e defenderam a realização de estudos sistemáticos a partir do estudo de meta-análise feito sobre o Rorschach no Sistema Compreensivo (Mihura et al., 2013). Percebeu-se que esta modalidade de estudo possibilita uma visão ampla da produção científica sobre um teste psicológico e que este pode ser o primeiro passo para a melhoria de um instrumento, bem como aconteceu com o Método de Rorschach.

Considerações Finais

Este trabalho objetivou apresentar e levantar discussões acerca das mudanças ocorridas entre o SC e o R-PAS. Inicialmente, apresentou-se que o SC vinha recebendo diferentes críticas, as quais estavam principalmente relacionadas às mudanças de administração e de codificação do teste quando comparados examinadores formados em diferentes lugares, a relação entre o

grau de engajamento na tarefa e o número de respostas dadas, questões referentes às variáveis, entre outras. Disso resultou uma revisão do mesmo e o desenvolvimento do sistema R-PAS.

Todas essas críticas foram consideradas no desenvolvimento do R-PAS para garantir que o novo sistema apresentasse bons indicadores. Nesse contexto, ao revisar os estudos citados anteriormente, o presente trabalho identificou que as principais mudanças entre o SC e o R-PAS são decorrentes de dados da literatura científica, o que salvaguarda aspectos importantes dos outros sistemas, como as variáveis, por exemplo, sem deixar de reformular e introduzir melhorias.

Entre as principais mudanças, observou-se que a otimização na administração do teste, limitando a quantidade de respostas, ajuda a evitar protocolos muito longos ou muito curtos, além de diminuir a sua variabilidade. Diminuir a quantidade de registros curtos pode ser um potencial em termos de validade do método e contar com um número de respostas mais reduzido aumenta o alcance das normas para os respondentes. Ademais, os estudos demonstraram que o R-PAS, apesar de limitar a quantidade de respostas, não perde a qualidade dos dados e do material projetivo.

Outro dado importante é que o manual do R-PAS possui uma amostra de diferentes países, contando com normas internacionais. Também apresenta um sistema claro e unificado de terminologia, símbolos, cálculos e apresentação de dados. Os estudos ainda contam com o uso de estatísticas diferentes das que eram utilizadas anteriormente, agregando novas discussões aos dados empíricos, o que pode ter acontecido com a revisão das variáveis.

A manutenção ou retirada de variáveis foi baseada em dados empíricos que indicassem bons índices, garantindo assim maior confiabilidade aos dados obtidos. O fato de os estudos que comparam o SC e o R-PAS apresentarem resultados similares dá indícios de que, mesmo com as variáveis revisadas, a retirada de algumas e a renomeação e conceituação de outras, o novo sistema atende aos critérios de parcimônia e precisão.

Dessa forma, este trabalho contribui com os estudantes e profissionais de psicologia que conhecem o SC e se interessem por conhecer o novo sistema, sistematizando alguns dados referentes às mudanças encontradas entre o R-PAS e o SC. Assim, não se pretendeu indicar se um método é superior ao outro. Como limitações, pode-se considerar o fato de que não foram exploradas contradições entre os sistemas, o que decorre da escolha dos textos que foram usados, pois se propunham a comparar os dois sistemas. Assim, indica-se a revisão das pesquisas empíricas que são realizadas especificamente para cada sistema, bem como aprofundar suas contribuições. Por fim, destaca-se que tais debates se tornam importantes à medida que o desenvolvimento de um novo sistema, como o R-PAS, precisa contar com estudos

que evidenciem sua qualidade e tragam atualização para a área de Avaliação Psicológica, especialmente no que se refere aos estudos dos métodos projetivos.

Referências

- Cardoso, L. M., & Villemor-Amaral, A. E. (2017). Critérios de Cientificidade dos métodos projetivos. Em M. R. C. Lins & J. C. Lins (Eds.), *Avaliação Psicológica: Aspectos Teóricos e Práticos* (pp. 159-172). Petrópolis, RJ: Vozes Editora.
- Conselho Federal de Psicologia. (2018). *Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – SATEPSI*. Recuperado de <http://satepsi.cfp.org.br/testesFavoraveis.cfm>
- Dean, K. L., Viglione, D. J., Perry, W., & Meyer, G. J. (2007). A method to optimize the response range while maintaining Rorschach Comprehensive System validity. *Journal of Personality Assessment, 89*, 149-161. doi: 10.1080/00223890701468543
- Diener, M. J. (2013). Focus on Clinical Practice - Review of 'An Introduction to the Rorschach Performance Assessment System (R-PAS)'. *Independent Practitioner, Winter*, 12-14. Recuperado de <http://www.r-pas.org/articles.aspx>
- Exner, J. E. (1999). *Manual de classificação do Rorschach para o sistema compreensivo*. Casa do Psicólogo.
- Exner, J. E., & Sendín, C. (1999). *Manual de interpretação do Rorschach para o sistema compreensivo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Hemphill, J. F. (2003). Interpreting the magnitudes of correlation coefficients. *American Psychologist, 58*, 78-79. doi:10.1037/0003-066X.58.1.78
- Meyer, G. J., & Eblin, J. J. (2012). An overview of the Rorschach Performance Assessment System (R-PAS). *Psychological Injury and Law, 5*, 107-121. doi: 10.1007/s12207-012-9130-7
- Meyer, G. J., & Kurtz, J. E. (2006). Advancing personality assessment terminology: Time to retire "objective" and "projective" as personality test descriptors. *Journal of personality assessment, 87*(3), 223-225. doi: 10.1207/s15327752jpa8703_01
- Meyer, G. J., Erard, R. E., Erdberg, P., Mihura, J. L., & Viglione, D. J. (2017). *Rorschach Performance Assessment System: Administration, coding, interpretation, and technical manual*. Toledo: Rorschach Performance Assessment System, LLC.
- Miguel, F. K. (2014). Mitos e verdades no ensino de técnicas projetivas. *Psico-USF, 19*(1), 97-106. doi: 10.1590/S1413-82712014000100010
- Mihura, J. L., Bombel, G., Dumitrascu, N., Roy, M., & Meadows, E. A. (2018). Why We Need a Formal Systematic Approach to Validating Psychological Tests: The Case of the

- Rorschach Comprehensive System. *Journal of Personality Assessment*, 1-19. doi: 10.1080/00223891.2018.1458315
- Mihura, J. L., Meyer, G. J., Dumitrascu, N., & Bombel, G. (2013). The Validity of Individual Rorschach Variables: Systematic Reviews and Meta-Analyses of the Comprehensive System. *Psychological Bulletin*, 139(3), 548–605. doi: 10.1037/a0029406
- Nascimento, R. S. G. F. do. (2010). *Sistema compreensivo do Rorschach: Teoria, pesquisa e normas para a população brasileira*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pianowski, G., Meyer, G. J., & Villemor-Amaral, A. E. (2016a). Potential projective material on the Rorschach: Comparing Comprehensive System protocols to their modeled R-Optimized administration counterparts. *Journal of Personality Assessment*, 98, 398-407. doi: 10.1080/00223891.2016.1147451
- Pianowski, G., Meyer, G. J., & Villemor-Amaral, A. E. (2016b). The impact of R-Optimized administration modeling procedures on Brazilian normative reference values for Rorschach scores. *Journal of Personality Assessment*, 98, 408-418. doi: 10.1080/00223891.2016.1148701
- Reese, J. B., Viglione, D. J., & Giromini, L. (2014). A comparison between Comprehensive System and an early version of the Rorschach Performance Assessment System administration with outpatient children and adolescents. *Journal of Personality Assessment*, 96(5), 515-522. doi: 10.1080/00223891.2014.889700
- Resende, A. C. (2016). *Método de Rorschach: Referências essenciais*. Goiânia: Dimensão.
- Rietzler, B. (2006). Aplicações culturais do Rorschach, testes de apercepção e desenho de figuras. In N. Abreu & D. M. Amparo (orgs.). *Métodos projetivos: Instrumentos atuais para a investigação psicológica e da cultura*. São Paulo: Vetor.
- Villemor-Amaral, A. E. D., & Pasqualini-Casado, L. (2006). A cientificidade das técnicas projetivas em debate. *PsicoUSF*, 11(2), 185-193. doi: 10.1590/S1413-82712006000200007

Análise estrutural dos determinantes no Teste de Rorschach

Lucia Maria Salvia Coelho

Flávia Chammas

Sociedade Rorschach de São Paulo

Resumo. Os determinantes das respostas do Teste de Rorschach revelam a dinâmica de personalidade avaliada através do modo peculiar de integração e expressão dos processos cognitivos, conativos e afetivos, correspondendo a uma construção de imagens, evocadas pelas experiências passadas e pelas propriedades perceptuais de cada cartão. Os estímulos criados por H. Rorschach contém estruturas físicas elementares da percepção visual tais como forma, sombreados, etc. que se sobrepõem de modo não excludente, permitindo a ambiguidade de cada figura. **Objetivo.** Considerando os determinantes como expressões centrais do psiquismo, objetivou-se estabelecer relações entre as propriedades estruturais de cada cartão e os determinantes de resposta predominantes em cada um deles. **Método.** Analisamos uma amostra de 80 protocolos de adultos normais. As respostas foram agrupadas em um conjunto de 3601 imagens. O procedimento foi relacionar a frequência de cada categoria de determinante em cada cartão. Os dados obtidos foram tratados estatisticamente através Kruskal-Wallis test. **Resultados.** Resumidamente, a relação mais significativa entre a estrutura da mancha e o fator determinante mobilizado pela resposta pode ser assim apresentada: Prancha I prevalecem as respostas de forma, cor acromática; na prancha II encontramos resultados variáveis de cor pura e acromática; na III, predominam as respostas de movimento humano e cor acromática; na prancha IV prevalecem as respostas de forma e luminosidade; na V, respostas de forma e movimento animal, na prancha VI predominam as respostas de forma, perspectiva e luminosidade; prancha VII respostas de movimento e perspectiva difusa; na prancha VIII prevalecem as respostas de movimento animal e luminosidade; na prancha IX respostas de cor, perspectiva difusa e luminosidade; na prancha X, prevalecem as respostas de movimento inanimado. Os resultados nos sugerem que a configuração estrutural das manchas influencia na construção das imagens mentais. **Conclusão.** Apesar de que certos tipos de determinantes ocorram com maior frequência em algumas pranchas do que em outras, a utilização destes fatores baseia-se nas propriedades perceptuais de cada cartão. Assim, há uma grande margem de liberdade na construção das imagens, embora não decorram do acaso, pois seguem a lógica dos processos psíquicos, sendo esta uma das características que valida a prova de Rorschach como instrumento de estudo da dinâmica psíquica.

Palavras-chave: Teste de Rorschach; Determinantes de respostas; Estrutura das manchas.

Introdução

As manchas de tinta de Rorschach apresentam uma dualidade incomum. Elas combinam arte visual sendo, portanto, consideradas como imagens com propriedades estéticas, bem como com propriedades científicas.

Hermann Rorschach, dotado de um senso artístico único, criou as manchas pingando tinta aquarelada preta e colorida sobre papel branco. Estas manchas foram manipuladas por ele com pincel antes de dobrar o cartão e pressionar as duas superfícies juntas (Taylor et al., 2017). O resultado são figuras que apresentam baixa fidelidade enquanto imagem, pois na verdade não se parecem com nada existente no mundo real, e ao mesmo tempo não são totalmente abstratas (Schott, 2013).

Atribuir significado à manchas e borrões é um recurso bastante antigo. Existem referências à esta técnica desde os tempos de Cristo, como o filósofo neo-pitagórico Apolônio

de Tiana, Leonardo da Vinci (1651), Alexander Cozens (1785) e Justino Kerner (1853). No entanto, todo significado atribuído às manchas de tinta só fazem sentido se levado em conta o observador que ‘cria’ imagens a partir daquilo que vê nos borrões, produzindo semelhanças apoiando-se nas imagens e representações que tem na memória (Chammas, 2000).

Insistimos no fato de que a utilização seletiva dos componentes estruturais dos estímulos do Rorschach depende do olhar daquele que a observa. Porém, ainda que este universo novo permita uma série de interpretações, ele não corresponde ao vazio de uma folha em branco, na qual qualquer coisa pode ser registrada. Os estímulos das diferentes pranchas de Rorschach não são equivalentes, suas estruturas variam e mobilizam de modo diverso os recursos subjetivos do observador. Cada prancha poderá provocar um número imenso de associações, mobilizadas pela atenção, memória, emoção daqueles que a interpretam, mas não um número infinito. As imagens construídas não são previsíveis de modo a permitir o registro de uma lista de respostas a serem dadas, porém a natureza e o número destas imagens são limitados pelo tipo de estrutura física das manchas selecionadas e compostas por Hermann Rorschach.

As principais características gráficas que constituem as manchas criadas por H. Rorschach e que dão origem aos efeitos perceptuais incluem: a forma, a simetria, sensações cinestésicas e de terceira dimensão, relações entre figura-fundo, cores e o sombreado. A questão é, em que tipo de configuração o observador se apoia quando olha para uma destas manchas? O estudo do potencial oferecido pelas diferentes estruturas das pranchas de Rorschach é indispensável para o conhecimento mais profundo e sensível dos processos psíquicos mobilizados pela prova.

Considerando que o contexto material em que se apresentam as estruturas dos diferentes estímulos do ambiente exercem um papel importante, embora não exclusivo na configuração específica dos processos mentais, e o fato desta dinâmica poder ser avaliada experimentalmente com o uso dos estímulos da prova de Rorschach, nos permite testar a hipótese de que estruturas específicas dos diferentes estímulos desta prova mobilizam preferencialmente determinados tipos de reações subjetivas e sistemas cerebrais, dificultando a expressão de outras funções psíquicas.

Nossa hipótese baseia-se no fato das imagens elaboradas nos diferentes estímulos do Rorschach não serem entidades preexistentes, prestes a serem descobertas (como respostas certas ou erradas), mas expressões peculiares de sua personalidade.

A interpretação das imagens visuais produzidas durante a prova de Rorschach exige a formalização dos diferentes processos envolvidos em cada resposta e os mecanismos de reação que os acompanham. Assim, cada resposta é representada basicamente por três fatores que a

constituem e interagem no decorrer do processo: o campo de observação definido pelos movimentos oculares na focalização da atenção (modalidades); as funções psíquicas mobilizadas para a construção das diferentes imagens (determinantes) e o modo com que foram categorizadas verbalmente pelo examinando (conteúdos). Já desde a criação deste instrumento de exame, Hermann Rorschach considera os fatores determinantes como expressões centrais do psiquismo nas diferentes fases de desenvolvimento humano. Neste trabalho nos concentraremos na análise dos fatores determinantes como indicadores dos processos psíquicos. Futuramente, em outros trabalhos serão estudadas as funções de observação (modalidades) e categorização verbal (conteúdos).

Método

Foram selecionados ao acaso 80 protocolos de Rorschach dentre os que compõem a população normal de referência da Sociedade Rorschach de São Paulo. O critério de normalidade utilizado foi o estabelecido por Silveira que abrange a harmonia psíquica (Mendes Filho, 1982). Todos estes examinandos atingiram a integração psíquica às condições de seu ambiente social, nenhum deles apresentava (na data do exame e 10 anos após) qualquer alteração grave do comportamento ou desvios de personalidade, quer de ordem dinâmica, quer estrutural. Dentre os examinandos que compõem essa população 47,5% são do sexo feminino e 52,5% masculino; com faixa etária variando entre 19 e 60 anos (idade média: 28,4); 89% pertencem à classe média e 11% à classe média-baixa; 48% possuem ensino superior completo, 39% superior incompleto, 11% ensino médio completo e 2% incompleto.

Após a revisão e confirmação da classificação dos fatores determinantes das respostas nestes protocolos, as agrupamos em um conjunto de 3601 imagens, especificando as pranchas em que os fatores determinantes foram produzidos. Estes resultados foram submetidos a tratamento estatístico por meio do Kruskal-Wallis test, de modo a verificar a existência significativa de algum tipo de correlação entre as estruturas de determinadas pranchas e a ocorrência específica de fatores determinantes.

O procedimento consistiu em relacionar a frequência de cada categoria de determinante em cada uma das 10 pranchas de Rorschach. Em seguida, verificar esta ocorrência em cada um dos grupos de estímulos, os que estimulam de modo direto as reações afetivas (5 estímulos cromáticos) e aqueles que facilitam a reflexão formal (5 estímulos monocromáticos).

Resultados

A análise estatística mostrou correlação significativa entre a maior parte dos fatores determinantes e as pranchas em que foram detectados. Note-se que este estudo foi feito às cegas pelo estatístico da equipe. Cada categoria determinante foi analisada separadamente, salientando as funções psíquicas predominantemente mobilizadas em cada uma delas, distinguindo a fase de amadurecimento cerebral e psicológico em que se apresenta: Forma, movimento, perspectiva, luminosidade e cor.

Note-se que, embora a estrutura peculiar dos estímulos de cada prancha participe significativamente na produção de um determinante, isto não significa que ele não possa ser produzido em qualquer outra: a presença de todos os determinantes foi assinalada em todas as pranchas do Rorschach (exceto, é evidente, as respostas cromáticas no conjunto monocromático, e aquelas de nível mais primário do desenvolvimento), ainda que com baixa frequência. O que nos leva a deduzir que quanto menor for a probabilidade de um determinante ocorrer em uma prancha específica, maior será a energia da disposição psíquica que ele representa.

I – Respostas Formais

As pranchas I, e V, cujos estímulos oferecem maior nitidez e solidez em seus contornos, e que mais propiciam a apreensão global dos estímulos, são exatamente as que facilitam a elaboração das respostas formais. O tom cinzento escuro de suas superfícies e seus contornos confere uma qualidade mais neutra e concreta levando o examinando a observá-los de modo mais imparcial como um objeto externo do ambiente a ser interpretado, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1. *Respostas de Forma nos dez cartões do Teste de Rorschach*

Pranchas	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X
Resp. de F	251	175	195	232	186	245	206	193	230	411
% na prancha	81,0	50,0	55,0	77,6	79,0	76,0	67,5	51,0	58,0	63,6
Total de R	310	350	357	299	236	321	305	379	398	646
Total de RF %	10,8	7,5	8,4	10,0	8,0	10,5	9,0	8,3	10,0	17,5

Total de Respostas de Forma = 2324

Total Geral de Respostas = 3601

As pranchas que oferecem maior dificuldade para a realização deste exame mais impessoal são exatamente aquelas cujos estímulos são cromáticos. Se confrontarmos separadamente o conjunto de pranchas monocromáticas com o das pranchas coloridas este fato torna-se ainda mais evidente (Tabela 2).

Tabela 2. Respostas de Forma nos cartões monocromáticos e coloridos do Teste de Rorschach

	<i>Monocromáticas</i>	<i>Coloridas</i>	<i>Total</i>
Resp. de Forma	1120	1204	2324
%	76%	56,5%	64,5%
Total de R	1471	2130	3601

II – Respostas Cromáticas

2.1 Respostas FC

Se examinamos do ponto de vista do potencial de ocorrência da percepção FC, levando em conta o número de respostas obtidas em cada prancha, verificamos que a prancha que mais facilita a ocorrência de FC é a prancha VIII, cuja harmonia de cores e formas produz um efeito de ordem estética. (Tabela 3).

Tabela 3. Respostas FC

<i>Pranchas</i>	<i>II</i>	<i>III</i>	<i>VIII</i>	<i>IX</i>	<i>X</i>	<i>Total</i>
FC	43	27	63	38	74	245
%	17.5	11.0	26.0	15.5	30,0	100%
Nº de R Cromo	350	357	379	398	646	2130

2.2 Respostas CF

Embora a distribuição de frequência de CF seja relativamente homogênea, ocorre uma ligeira elevação na prancha X, sendo a estrutura mais dispersa de seus estímulos o que mais facilita esta resposta. O predomínio das reações impulsivas(C) sobre a influência estrutural (F) explica esta maior proximidade entre as frequências nas diferentes pranchas cromáticas. (Tabela 4)

Tabela 4. Respostas CF

<i>Pranchas</i>	<i>II</i>	<i>III</i>	<i>VIII</i>	<i>IX</i>	<i>X</i>	<i>Total</i>
CF	31	16	31	44	50	172
%	18.0	9.3	18.0	25.6	29.1	100%
Nº de R Cromo	350	357	379	398	646	2130

2.3 Respostas C

Esta reação, extremamente rara em indivíduos normais, é representada na prova de Rorschach pelo determinante C, que assim se distribui nas cinco pranchas cromáticas (Tabela 5).

Tabela 5. Respostas C

<i>Pranchas</i>	<i>II</i>	<i>III</i>	<i>VIII</i>	<i>IX</i>	<i>X</i>	<i>Total</i>
C	1	1	2	0	2	6
%	17.0	17.0	33.0	0	33.0	100%
Nº de R	350	357	379	398	646	2130

A ocorrência de C nas pranchas VIII e X (4 respostas dentre as 6 de C, ou seja, 67% das C) correspondem ao significado simbólico atribuído às cores, não sendo encontrada nestes protocolos a reação sincrética decorrente da mobilização direta dos impulsos primários ligados à sobrevivência. Estas reações impulsivas apenas foram desencadeadas pelas manchas vermelhas das pranchas II e III (2 C dentre as 6, ou seja 33% das respostas C).

Note-se que todos os determinantes de cada série, que correspondem à reações mais subjetivas e primárias, ligadas às primeiras fases do desenvolvimento humano (C,m',l',ps'), também podem ser utilizados pelo indivíduo adulto, pelo seu valor simbólico ou abstrato, sem entretanto perderem seu caráter subjetivo.

III Respostas de Movimento

3.1– Figuras Humanas percebidas em Movimento (M)

Em nossa pesquisa obtivemos a seguinte distribuição das respostas M nas dez pranchas de Rorschach (Tabela 6).

Tabela 6. Respostas M

<i>Pranchas</i>	<i>I</i>	<i>II</i>	<i>III</i>	<i>IV</i>	<i>V</i>	<i>VI</i>	<i>VII</i>	<i>VIII</i>	<i>IX</i>	<i>X</i>	<i>Total</i>
Resp. M	12	46	84	12	7	6	36	7	29	36	275
%	4.5	17.0	30.5	4,5	2.5	2,0	13,0	2,5	10.5	13.0	100%
Nº de R	310	350	357	299	236	321	305	379	398	646	3601

Conjunto monocromático: 73 M (26.5%), sendo 36 na prancha VII

Conjunto cromático: 202 M (73.5%), sendo 84 na prancha III

Observamos que em todas as pranchas o determinante M acha-se assinalado, embora nas pranchas VI e VIII ele tenha mostrado baixa ocorrência. Veremos que a dificuldade, oferecida pelos estímulos da prancha VI de sugerir qualquer resposta de movimento, e não apenas o movimento humano decorre de sua estrutura mais rígida e ambígua que as demais.

Veremos que a baixa ocorrência de M na prancha VIII relaciona-se à elevada frequência de respostas de movimento animal e inanimado, além daquelas de FC.

De fato, a estrutura angular de porção cinzenta escura (P1) provoca o desequilíbrio do conjunto que contrasta fortemente com as porções vermelhas centrais e laterais provoca uma acentuada impressão de movimento que recompõe a estabilidade da imagem. Além disso, sua expressão formal corresponde ao esquema prototípico de figura humana (tal como é definido pelas pesquisas cognitivistas). Este aspecto possibilita facilmente a evocação de duas figuras humanas face-a-face, elevando muito a frequência desta resposta que passam a constituir uma “Vulgar universal” – isto é, uma imagem percebida pela maioria dos indivíduos pertencentes a diferentes culturas – conforme estudo realizado por antropólogos norte-americanos da escola culturalista.¹ A produção de resposta de movimento introduz a vertente temporal na prova de Rorschach.

Estas propriedades conjugadas facilitam a resposta de movimento nesta área da prancha III (P1) e dependendo da capacidade de elaboração e criatividade do examinando este movimento pode ocorrer em um contexto mais amplo, compondo um cenário de maior complexidade, no qual foram introduzidas as áreas vermelhas (G em III).

Em nosso estudo estatístico de análise de correspondência, encontramos elevada correlação entre M e prancha III; e não significativa, ainda que elevada, entre M e a prancha II e entre M e a prancha VII, num total de 25 respostas, ou seja, 9% das respostas M.

3.2-Figuras Animais em Movimento (m)

Verificamos em nossa pesquisa a seguinte distribuição deste fator nas dez pranchas de Rorschach (Tabela 7).

Tabela 7. Respostas m

<i>Pranchas</i>	<i>I</i>	<i>II</i>	<i>III</i>	<i>IV</i>	<i>V</i>	<i>VI</i>	<i>VII</i>	<i>VIII</i>	<i>IX</i>	<i>X</i>	<i>Total</i>
Resp. de m	6	13	6	3	23	4	8	41	3	35	142
%	4.2	9.2	4.2	2.1	16.2	2.8	5.6	29.0	2.1	24.6	-----
Nº de R	310	350	357	299	236	321	305	379	398	646	3601

Conjunto monocromático: 44 m (31.0%), sendo 23 na prancha V

Conjunto cromático: 98 m (69.0%), sendo 41 na prancha VIII

Também neste caso, a presença do estímulo colorido favorece a resposta m, pois ela decorre do mesmo processo cognitivo-afetivo, embora no caso sejam mobilizadas as reações afetivas menos amadurecidas que aquelas mobilizadas durante a produção de M.

3.3 - Movimento decorrente de formas físicas e que independem da intencionalidade e controle do ser movente (m'). (Tabela 8)

Tabela 8. Respostas m'

<i>Pranchas</i>	<i>I</i>	<i>II</i>	<i>III</i>	<i>IV</i>	<i>V</i>	<i>VI</i>	<i>VII</i>	<i>VIII</i>	<i>IX</i>	<i>X</i>	<i>Total</i>
Resp. de m'	2	6	3	2	3	1	6	8	5	11	47
%	4.2	12.8	6.4	4.2	6.4	2.1	12.8	17.0	10.6	23.5	-----
Nº de R	310	350	357	299	236	321	305	379	398	646	3601

Conjunto monocromático: 14 m' (30.0%), sendo 6m' na prancha VII

Conjunto cromático: 33 m' (70.0%), sendo 19 m' nas pranchas X e VIII.

O cálculo de correspondência evidenciou forte correlação entre a prancha X e o determinante m'.

Dentre as pranchas monocromáticas, a prancha VII foi a que mais provocou respostas de m', devido a menor solidez entre suas partes e à impressão de fragilidade provocada por sua tonalidade mais clara de cinzento.

IV. Construção de outra dimensão espacial: Perspectiva e Difusão

4.1 Construção de Formas tridimensionais: Ps

Em nosso estudo pudemos verificar a ocorrência deste determinante tal como ele se distribui nas dez pranchas da Prova de Rorschach (Tabela 9).

Tabela 9. Respostas Ps

<i>Pranchas</i>	<i>I</i>	<i>II</i>	<i>III</i>	<i>IV</i>	<i>V</i>	<i>VI</i>	<i>VII</i>	<i>VIII</i>	<i>IX</i>	<i>X</i>	<i>Total</i>
Resp Ps	3	11	6	11	2	29	12	17	25	15	131
%	2.3	8.4	4.6	8.4	1.5	22.1	9.2	13.0	19.1	11.4	-----
Nº de R	310	350	357	299	236	321	305	379	398	646	3601

O teste de correspondência encontrou correlação positiva entre o determinante Ps e os estímulos da prancha VI.

Quanto a sua ocorrência nos dois principais conjuntos de estímulos:

Conjunto monocromático: 57 Ps (44%) sendo 29 na prancha VI

Conjunto cromático: 74Ps (56%), sendo 25 na prancha IX.

4.2 – A dimensão espacial percebida como difusa: ps

Neste tipo de concepção, a imagem é percebida como se desenvolvendo de modo difuso no espaço, que ela própria delimita. Assim, as respostas de chamas de fogo, nuvens, quedas d'água sempre envolvem, de modo direto, ou indireto (determinante adicional) o fator espacial ps.

Em relação à ocorrência destas respostas nas diferentes pranchas do Rorschach, obtivemos os seguintes resultados (tabela 10).

Tabela 10 – respostas ps

<i>Pranchas</i>	<i>I</i>	<i>II</i>	<i>III</i>	<i>IV</i>	<i>V</i>	<i>VI</i>	<i>VII</i>	<i>VIII</i>	<i>IX</i>	<i>X</i>	<i>Total</i>
Resp. de ps	6	2	3	4	2	1	18	2	7	4	49
%	12.2	4.1	6.1	8.2	4.1	2.0	36.7	4.1	14.3	8.2	-----
Nº de R	310	350	357	299	236	321	305	379	398	646	3601

O confronto entre os dois principais conjuntos de estímulos do Rorschach resultou em Conjunto monocromático: 31 ps (63% das respostas), sendo 18 na prancha VII
Conjunto cromático: 18 ps (37% das respostas), sendo 7 na prancha IX.

4.3- A experiência do vazio infinito: ps'

Embora seja possível a concepção mais subjetiva de vazio, abismo, ou imensidão, na qual apenas o espaço infinito é percebido- ou seja, o fator ps' esta resposta não foi assinalada na população normal por nós estudada.

5. Respostas de Luminosidade

Neste caso, a impressão luminosa produz associações na memória que resultam em percepções (noções) com elevada ressonância afetiva, correspondendo às diferentes expressões emocionais.

Enfim, na prova de Rorschach, os tons luminosos tanto das pranchas coloridas como nas monocromáticas quando percebidos pelo examinando provocam uma associação fortemente impregnada de valor emocional, positivo ou negativo.

5.1 A descoberta de uma estrutura formal no interior das tonalidades de luz: L

O examinando da prova de Rorschach pode utilizar as diferentes variações do estímulo luminoso para descobrir, por dedução, uma estrutura formal à qual ele atribui um significado, neste caso, o determinante em jogo é designado como L

Este fator determinante se distribui nas dez pranchas do Rorschach do seguinte modo (Tabela 11).

Tabela 11. Respostas L

<i>Pranchas</i>	<i>I</i>	<i>II</i>	<i>III</i>	<i>IV</i>	<i>V</i>	<i>VI</i>	<i>VII</i>	<i>VIII</i>	<i>IX</i>	<i>X</i>	<i>Total</i>
Resp. de L	8	6	0	12	1	8	5	10	7	4	61
%	13.1	9.8	0	19.7	1.6	13.1	8.2	16.4	11.6	6.5	100%
Nº de R	310	350	357	299	236	321	305	379	398	646	3601

Sendo que:

Conjunto monocromático: 34 (56%) sendo 12 na prancha IV

Conjunto cromático: 27 (44%) sendo 10 na prancha VIII

Dentre as 61 respostas L, 12 (19.7%) foram dadas na prancha IV e 10(16.4%) na prancha VIII, enquanto na prancha III cuja estrutura mobiliza mais as respostas de movimento humano, esta resposta não ocorreu, e na prancha V, cuja estrutura mobiliza principalmente a percepção de movimento animal, apenas encontramos uma resposta L.

Embora ocorra com ligeiro predomínio no conjunto monocromático, o processo emocional, responsável por L, também é mobilizado pelo estímulo cromático.

5.2 A percepção visual dos tons luminosos evocando a sensação tátil : l

Utilização do sombreado na evocação de experiências táteis ou indicativas de relevo. O reconhecimento de um estímulo tátil, percebido como agradável, ou desagradável, já ocorre bem cedo na vida da criança, no momento em que a visão se articula com a sensação tátil provocada antes apenas pelo contato direto com um objeto.

Este determinante ocorre nas pranchas do Rorschach conforme tabela 12.

Tabela 12. Respostas l

<i>Pranchas</i>	<i>I</i>	<i>II</i>	<i>III</i>	<i>IV</i>	<i>V</i>	<i>VI</i>	<i>VII</i>	<i>VIII</i>	<i>IX</i>	<i>X</i>	<i>Total</i>
Resp. de l	1	2	3	8	1	10	4	2	0	2	33
%	3.0	6.1	9.1	24.2	3.0	30.3	12.1	6.1	0	6.1	100%
Nº de R	310	350	357	299	236	321	305	379	398	646	3601

Conjunto monocromático: 24 (73%) sendo 10 na VI

Conjunto cromático: 9 (27%) sendo 3 na III

5.3 Percepção exclusiva da luz, ou de sua ausência, associada por vezes à noção de transparência determinante l'

Esta experiência visual é a mais precoce, surgindo logo após o nascimento, e presente no início do processo perceptual quando a distinção de estruturas formais ainda não se encontra suficientemente desenvolvida. Ela provoca uma ressonância emocional profunda e imatura, embora não corresponda necessariamente à ansiedade ou angústia, pois também pode corresponder a um elevado grau de abstração, algumas vezes atingido por artistas de grande sensibilidade afetiva (notavelmente da escola impressionista de pintura). Por isso, ela está ausente em 5 dentre as 10 pranchas do Rorschach, conforme podemos ver na tabela 13.

Tabela 13. Respostas I'

Pranchas	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	Total
Resp. de I'	0	1	0	1	0	2	0	0	5	1	10
%	0	10	0.	10	0	20	0	0	50	10	100%
Nº de R	310	350	357	299	236	321	305	379	398	646	3601

Em relação à sua distribuição nos dois principais conjuntos de estímulos:
 Conjunto monocromático: 3 (30%) sendo duas na VI
 Conjunto cromático : 7 (70%) sendo cinco na IX

5.4 – Tons monocromáticos reconhecidos como qualidade essencial da superfície de um objeto concreto :C'

Assim, a distribuição de C', nas dez pranchas de Rorschach foi a seguinte (Tabela 14).

Tabela 14. Respostas C'

Pranchas	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	Total
Resp. de C'	21	13	13	14	11	15	10	3	5	1	106
%	19.8	12.3	12.3	13.2	10.4	14.1	9.4	2.8	4.7	0.94	100%
Nº de R	310	350	357	299	236	321	305	379	398	646	3601

Conjunto Monocromático: 71 (67%) sendo 21 respostas na prancha I
 Conjunto Cromático : 35 (33%) sendo 13 respostas nas pranchas II (nas áreas brancas) e outras 13, na III (como um complemento da imagem cinzenta)

Conclusões

Os fatores determinantes das respostas correspondem ao aspecto central da prova: revelam a dinâmica de personalidade avaliada através do modo peculiar de integração e expressão dos processos cognitivos, conativos e afetivos. Como em todo processo psicológico, durante a prova de Rorschach o indivíduo interage com os estímulos por ele selecionados no ambiente, sendo que no caso são as reações pessoais e criativas que dominam o processo. Mas, a construção das imagens no Rorschach exige esforço da atenção (movimentos oculares de busca) e da memória, com maior ou menor ressonância emocional; elas não são arbitrárias e sem elementos materiais de referência.

Ao criar o material de sua prova, Herman Rorschach postulou como condições básicas para a seleção das manchas a simplicidade, simetria parcial e contornos irregulares e não figuras geométricas, ritmo espacial em torno de um eixo central que sustenta a organização espacial. Enquanto pintor e amante das artes, ele busca uma ordem e equilíbrio dado pelas proporções, distribuição no espaço (diferentes densidades de tons, áreas vazias), tamanho (alto/baixo. direito/esquerdo). Certamente fez algumas retificações nas manchas ocasionais, até alcançar alguma harmonia.

A resposta do Rorschach corresponde a uma construção de imagens, evocadas pelas experiências passadas, mas também que procuram se adaptar aos aspectos estruturais dos estímulos atuais, sem eliminar a criatividade individual. Os estímulos do Rorschach não são amorfos, mas ambíguos, contendo as estruturas físicas elementares da percepção visual: configurações formais, sombreados, cores, ângulos, equilíbrio interno, consistência, dispersão – qualidades que se distribuem de modo diverso em cada prancha. Certamente é o indivíduo que organiza estas propriedades visuais, mas ele não o faz no vazio, apenas recorre a suas reações subjetivas, pois, como constatamos neste trabalho, o potencial para a ocorrência de fatores determinantes específicos não é o mesmo para todas as pranchas de Rorschach. Além disso, confirmamos as hipóteses de Silveira sobre o modo de distribuição dos fatores do Rorschach em protocolos de indivíduos normais.

Embora tenhamos verificado que certos tipos de determinantes ocorrem com maior frequência em algumas pranchas do que em outras, a utilização destes fatores esperados corresponde a um dado empírico, baseada na análise das estruturas e da pregnância formal das pranchas; não impelindo necessariamente os diferentes sujeitos a utilizá-los do mesmo modo. Há uma grande margem de liberdade na construção das imagens na prova de Rorschach, embora elas não decorram do acaso, pois seguem a lógica dos processos psíquicos estudados.

Referências

- Chammas, F. (2000) Estrutura estética imagens mentais: análise das manchas de Rorschach. *Bol. soc. Rorschach São Paulo*;10(1):35-46jan./dez. 1999-jan./dez. 2000.
- Schott, G. D. (2013). Revisiting the Rorschach ink-blot: from iconography and psychology to neuroscience. *J Neurol Neurosurg Psychiatry*, jnnp-2013.
- Taylor, R. P., Martin, T. P., Montgomery, R. D., Smith, J. H., Micolich, A. P., Boydston, C., & Spehar, B. (2017). Seeing shapes in seemingly random spatial patterns: Fractal analysis of Rorschach inkblots. *PloS one*, 12(2), e 0171289.

Coincidências, divergências e sensibilidade diagnóstica na comparação dos resultados de bateria de testes projetivos: Pirâmides Coloridas de Pfister, Questionário Desiderativo e Z-teste

Agderalda Alice de Faria Leite

Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales – UCES.

Resumo: Uma das principais dificuldades apresentadas ao trabalho do psicólogo, não somente aos especialistas em avaliação psicológica, é identificar e organizar os instrumentos e os procedimentos necessários à compreensão dos fenômenos psicológicos. Vários são os autores que, por ocasião de seus encontros em eventos científicos, trazem a discussão sobre a importância do processo de conhecer com profundidade os procedimentos necessários à realização da avaliação psicológica, assim como acerca da validade preditiva dos instrumentos. Observamos, em alguns casos que a teoria psicológica tem cada vez menos influência no processo, seja por não orientar o próprio processo avaliativo, seja por não estar contemplada na construção dos instrumentos que são utilizados de forma indiscriminada. O objetivo é identificar coincidências e divergências dos resultados de três diferentes testes projetivos aplicados a estudantes universitários, comparando a sensibilidade diagnóstica. Esta proposta investigativa consiste na integração entre teoria e prática na avaliação psicológica de personalidade, de diferentes técnicas projetivas que abordam estudos e exploração dos mesmos constructos sendo: As Pirâmides coloridas de Pfister (Centro Editor de Testes, 2005), El Cuestionário Desiderativo (Editora Paidós, 2012), e Z-TESTE coletivo e individual Técnica de Zulliger (Editora Hogrefe, 2016), visando determinar suas coincidências e divergências, comparando assim, a sensibilidade de diversos testes para uma avaliação psicológica. Por se tratar de um trabalho investigativo em desenvolvimento, o resultado desta pesquisa espera oferecer aos profissionais, recursos que contribuam para um desempenho mais eficaz na sua tarefa de investigar e intervir no campo da psicologia. O interesse e a necessidade quanto ao estudo dos *Métodos Projetivos* se justifica, pela sua importância no campo científico e acadêmico, no que se refere ao desenvolvimento e investigação sobre a teoria e prática das técnicas de exploração e diagnóstico psicológico. Enfim, é de suma importância salientar, a ausência de trabalhos científicos que confrontam para além do instrumento individualmente.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Z-teste; Pfister; Questionário Desiderativo.

Introdução

Uma das principais dificuldades apresentadas ao trabalho do psicólogo, não somente aos especialistas em avaliação psicológica, é identificar e organizar os instrumentos e os procedimentos necessários à compreensão dos fenômenos psicológicos. A dúvida maior incide no modo como o profissional irá relacionar o que pretende conhecer com o que se encontra disponível em âmbito técnico-científico. Vários são os autores que, por ocasião de seus encontros em eventos científicos, trazem a discussão sobre a importância do processo de conhecer com profundidade os procedimentos necessários à realização da avaliação psicológica. Dentre estes autores temos Alchieri & Cruz (2003), que mencionam que “o processo de avaliação psicológica depende da atitude orientada no sentido da compreensão do que está sendo avaliado e da habilidade do avaliador para detectar a demanda, escolher e utilizar adequadamente os instrumentos apropriados para a situação” (p35).

Nessa perspectiva, Alchiere (2003), salienta que, um dos principais entraves para os que atuam em processos de avaliação psicológica diz respeito a organizar os instrumentos e os

procedimentos necessários para compreensão dos processos psicológicos. Em sua prática, a pesquisadora também se depara com o dilema expresso por profissionais e alunos da área de Psicologia, em optar por um método, com dúvidas relacionadas à escolha do instrumento mais adequado para realização de uma avaliação psicológica.

Deste modo, esta proposta investigativa consiste na integração entre teoria e prática na avaliação psicológica de personalidade, de diferentes técnicas projetivas que abordam estudos e exploração dos mesmos constructos, As Pirâmides coloridas de Pfister, El Cuestionário Desiderativo, e Z-TESTE coletivo e individual Técnica de Zulliger, visando determinar suas coincidências e divergências, comparando assim, a sensibilidade de diversos testes para uma avaliação psicológica.

Muitos são os questionamentos aqui propostos, os quais ultrapassam objetivos dos estudos atuais que priorizam a busca de evidências de fidedignidade, e não da correlação dos fatores de personalidade e das técnicas projetivas em si mesmas. Enfim, por tudo e para isso, perguntamos: há como identificar convergências, divergências e sensibilidade dos resultados inter testes na aplicação de técnicas projetivas?

O interesse e a necessidade quanto ao estudo dos Métodos Projetivos se justifica, primeiramente, pela sua importância no campo científico e acadêmico, no que se refere ao desenvolvimento e investigação sobre a teoria e prática das técnicas de exploração e diagnóstico psicológico.

As técnicas projetivas sempre ocuparam um lugar de extrema valorização por parte dos profissionais que as utilizam na prática cotidiana, entretanto, muitas vezes isso acontece de maneira exagerada e indevida, provocando certa desconfiança no campo científico, devido às inúmeras dificuldades das interpretações originadas a partir dos resultados de sua aplicação. Deste modo, justifica-se a necessidade de pesquisas como esta, dedicada a elevar o *status* científico dos métodos projetivos e suas contribuições, buscando produzir avanços acadêmicos, assim como sociais. Na sociedade contemporânea, cada vez mais é preciso avaliar o comportamento humano, nos mais diversos contextos e com alto grau de precisão de confiabilidade, evitando hipóteses interpretativas errôneas ao fornecer informações para que, a partir destas, sejam tomadas decisões sobre o indivíduo avaliado - decisões estas que se situam em variados âmbitos.

Ademais, esta pesquisa espera oferecer aos profissionais, recursos que contribuam para um desempenho mais eficaz na sua tarefa de investigar e intervir no campo da psicologia, uma vez que esta proposta investigativa objetiva a integração entre teoria e prática na avaliação psicológica de personalidade de outras duas técnicas projetivas que abordam estudos e

exploração dos mesmos constructos, e se propõem a um psicodagnóstico psicodinâmico, sendo elas: As Pirâmides coloridas de Pfister e Z-Teste coletivo e individual Técnica de Zulliger, visando determinar suas coincidências e divergências, comparando assim, a sensibilidade de diversos testes para uma avaliação psicológica.

Instrumentos e Técnicas Projetivas

Os instrumentos psicológicos são de grande importância como auxílio na avaliação psicológica. No entanto só são considerados científicos após atenderem características que evidenciam validade e fidedignidade em seus resultados.

O Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC) é um instrumento projetivo capaz de avaliar traços da personalidade. O TPC foi criado pelo coreógrafo, arquiteto e psicólogo Max Pfister (1888-1958) em 1951. Trata-se de uma técnica não-verbal, com características lúdicas. Um instrumento de fácil aplicação, em cuja aplicação é solicitado que o avaliando preencha um esquema de pirâmide com quadrículos coloridos de diferentes tonalidades. Após o preenchimento da primeira pirâmide, é solicitado que ele preencha outra e depois mais outra pirâmide. Ao término da terceira pirâmide preenchida é realizado um inquérito para verificar a preferência do examinando por suas produções (Villemor-Amaral, 2005). Este teste tem sido muito considerado, confiável e útil na avaliação de processos psicodiagnósticos.

As pirâmides coloridas têm sido muito utilizadas na clínica quanto nos mais variados contextos de avaliação psicológica: trabalho, psicologia educacional, saúde e etc, pois, possibilita avaliar aspectos e variações de personalidade, quadros psicopatológicos envolvendo alterações extremadas de diferentes matizes do pensamento, percepção e afetividade. Salientando a possibilidade de avaliação através da construção das pirâmides, tapetes, formação e estrutura do aspecto formal ligado às características do desenvolvimento cognitivo e através das determinantes: vermelho, verde e azul ligados aos aspectos relacionados à pulsão, adaptação e às defesas.

O método Zulliger é derivado do método de Rorschach. A execução da tarefa é a mesma proposta por Rorschach, ou seja, consiste em apresentar os cartões com várias manchas de tinta aos sujeitos, um de cada vez, perguntando com que aquilo se parece. Após a apresentação dos cartões e anotações das respostas, realiza-se um inquérito repassando os cartões, e se pergunta onde a pessoa viu e o que fez com que parecesse com aquilo (Villemor-Amaral & Primi 2009). Se insere nas técnicas de estímulos não estruturados e traz como objetivo revelar informações da personalidade, tanto cognitivas como psicodinâmicas. Por apresentar qualidades semelhantes ao Rorschach e oferecer uma aplicação e análise mais rápida, seu uso se

popularizou nas seleções em empresas e nas clínica, trata-se de um método para avaliação psicológica, validado para uso profissional do psicólogo e pode ser aplicado individualmente e também coletivamente; possibilita avaliar, entre outros construtos básicos da área da Psicologia, a capacidade de desempenho, controle geral, integração e relacionamento humano, funcionamento do raciocínio lógico, ansiedade, depressão, além de aspectos considerados importantes numa seleção e/ou classificação pessoal para fins empregatícios. Salientando a possibilidade de avaliação através da localização do aspecto formal ligado às características do desenvolvimento cognitivo e através das determinantes de cor, movimento e forma ligados aos aspectos relacionados à pulsão, adaptação e às defesas.

O Questionário Desiderativo (Bernstein, 1965) é uma técnica projetiva de estimulação e produção verbal pouco conhecida no Brasil e utilizada em curta escala. Sua fundamentação teórica é psicanalítica e tem como objetivo principal a exploração das características do EU, do repertório e da eficácia dos mecanismos de defesa, e também da capacidade e da tolerância diante perdas e frustrações, inclusive valores, ideais e traços de caráter. O Questionário também é utilizado no campo da clínica e no campo forense, trabalhista e educacional. Pode ser administrado em adultos, em idosos, em adolescentes e com pequena mudança na consigna, nas crianças. Salientando a possibilidade de avaliação através da argumentação do aspecto formal ligado às características do desenvolvimento cognitivo e através das determinantes: reino animal reino vegetal e reino mineral, ligados aos aspectos relacionados à pulsão, adaptação e às defesas.

Epistemologia psicanalítica freudiana

A *Psicanálise* surgiu no início do século XX, quando jovens médicos reuniam-se com propósito de apreender acerca deste novo conhecimento. Inicialmente destacamos a contribuição de Freud, na chamada *Segunda Escola* temos Bleuler e Jung e na *Terceira Escola* a participação apenas de Jung com sua *teoria dos complexos* (1906). Para Freud, tal teoria não produziu e não se incorporou facilmente à teoria psicanalítica.

A partir de 1907 a *Segunda e Terceira escolas* (de Viena e Zurique) unificaram-se e impulsionaram a *teoria psicanalítica* que, através da produção literária e do aumento do número de médicos que passaram a praticar e estudar a *Psicanálise*, rompendo fronteiras e instalando-a em lugares diversos do mundo, deixando psiquiatras perplexos e instigando o conhecimento acerca deste campo da ciência. Freud (1923-1996) formula claramente a definição de *Psicanálise* no início do artigo *Dois verbetes de enciclopédia* (1922), afirmando-a, em primeiro lugar, como nome do procedimento para a investigação de processos mentais que, de outra

forma, são praticamente inacessíveis; em segundo, como nome do método baseado nessa investigação para o tratamento de distúrbios neuróticos; e por fim, como nome da série de concepções psicológicas adquiridas por esse meio e que se somam umas às outras para formarem progressivamente nova disciplina científica.

A partir disso, podemos afirmar que o advento da *Psicanálise* freudiana propôs uma revisão epistemológica das ciências existentes até então, quanto ao estudo do ser humano. Isso não quer dizer que as ciências daquele tempo foram forçadas a se reestruturarem epistemologicamente com finalidade de serem bem empregadas no estudo da mente humana, seguindo os parâmetros freudianos. Mas sim, que a suposição do inconsciente e a sua entrada no universo da pesquisa questiona os parâmetros de construção dos critérios epistemológicos das ciências de maneira geral. Isso ocorre em função do questionamento sistemático que a psicanálise faz ao sujeito do saber e da lógica da razão.

Ademais, a *psicanálise* se instituiu enquanto teoria que dialoga com diversos campos da ciência e por isso possui respaldo em diversas áreas de pesquisa e trabalhos, desde o século XX até os dias atuais. Entre todas, aqui dialoga com a avaliação psicológica.

Personalidade e psicologia projetiva

Em vinculação com nosso objetivo geral, esta proposta investigativa consiste na integração entre teoria e prática na avaliação psicológica de personalidade, de diferentes técnicas projetivas que abordam estudos e exploração dos mesmos constructos. Sinalizaremos que o marco teórico as bases das técnicas projetivas, levando em conta a influência da psicanálise e a psicologia americana do ego.

Segundo Noronha, Primi e Alchieri (2004), a personalidade é um dos conceitos mais antigos da psicologia, devido à necessidade de compreensão das ações do comportamento humano, e permite entender aquilo que distingue as pessoas entre si nas suas diversas preferências e ações, o que lhes é singular e próprio.

Outros autores, entre eles Alchieri e Vaz (2016), defendem que "a personalidade é um complexo multifacetado de elementos estruturais e funcionais, como a emoção, o sentimento, o afeto, propensão a reações depressivas e ansiogênicas. Como tais, podem se manifestar nas diversas categorias quantitativas e devem ser avaliadas de forma contextualizada à realidade sociocultural do examinando" (p 25). Desta forma, entendemos o processo de avaliação da personalidade como investigação do sujeito e de suas complexidades, o desenvolvimento dos processos que transcorrem o psiquismo e a subjetividade. A partir disso, as *projeções psicológicas* vão além da definição dos fatores de personalidade a serem explorados, vão

adentrar na obscura análise de dados obtidos em diferentes métodos.

Tendo em vista que se trata de todo um trabalho acerca de instrumentos de avaliação de personalidade, é importante analisá-la como um sistema de configurações que representam um passo adiante em sua definição como sistema complexo.

Segundo Rey (1997) a análise acerca da personalidade implica no desenvolvimento de formas metodológicas alternativas para o seu estudo, por se tratar de um caráter complexo e qualitativo que representa uma verdadeira ruptura epistemológica em relação aos processos, instrumentos e categorias utilizados para investigação e para as diferentes formas de construção teórica que são caracterizados nesses estudos e na História da Psicologia. Deste modo, a personalidade estando em definição se apresenta como uma organização complexa de configurações, formações, níveis de integração e sínteses diferentes que coexistem nas complexas relações dialéticas dentro de sua organização geral constituída de forma diferencial a cada sujeito concreto. O sujeito psicológico concreto se expressa em suas diferentes funções psicológicas através de seus recursos e motivações diversas, as quais se organizam simultaneamente em sua própria expressão e atuação com atributos rígidos que definem à priori a sua expressão individual.

Em linhas gerais, na concepção apresentada por Rey (1997), a personalidade representa um sistema dinâmico e constituído a nível subjetivo que formam parte inseparável da subjetividade do sujeito psicológico concreto. Assim, associa-se a utilização das técnicas projetivas aos psicólogos de orientação psicanalítica ou derivadas desta, destinados a avaliar aspectos inconscientes (Chabert, 2004; Fensterseifer & Werlang, 2008; Schultz & Schultz, 2011; Telles, 2000).

Enquanto isso, o principal objetivo da *psicologia projetiva*, explica Anzieu (1981, p.263), “é colocar em evidência o conjunto dos fatores internos, de registro puramente psicológico, intervenientes nas condutas humanas”. Assim, alguns fatores são inspiradores da *psicologia projetiva*, tais como a defesa de que os comportamentos são impulsionados e determinados por motivações inconscientes; o recorrente desenvolvimento das escolas totalistas naquele contexto e o surgimento da psicologia do indivíduo, com destaque para Alfred Adler e Murray.

Por fim, Formiga e Melo (2000), ainda chama a atenção dizendo que nunca é demais lembrar que estes elementos só adquirem sentido, quando interpretados por um psicólogo, que seja capaz de inserir estes dados numa rede de significação própria de cada sujeito e obtida a partir de vários elementos em um processo psicodiagnóstico. Relacionar estes dados com a teoria do desenvolvimento psíquico é também uma tarefa importante neste processo, permitindo

relativizar os elementos que se destacam, inserindo-os em determinados sentidos, próprios dos conflitos específicos de cada etapa do desenvolvimento.

Pulsão, adaptação e defesas

Neste momento, torna-se importante aprofundar acerca dos aspectos *psicodinâmicos* ligados à *pulsão, adaptação e defesas*, assim como *determinantes e os aspectos formais ligados a aspectos cognitivos*. Estes aspectos e variáveis serão identificados nos instrumentos projetivos, sendo que isso se dá através do mecanismo de Projeção.

A primeira menção da situação de projetar no mundo externo ideias incompatíveis com o ego foi proposta em 1895 por Freud (1950/2006a) em uma carta a Fliess sobre paranoia. O conceito desse mecanismo foi desenvolvido em outros momentos de sua obra até a proposta final, em "Totem e Tabu" (Freud, 1913/2006b), de que a projeção não é utilizada unicamente em situações em que há conflito, mas sim que é um mecanismo normal que faz com que a percepção de mundo seja alteradas de acordo com as vivências afetivas anteriores, sejam elas agradáveis ou não.

Segundo Werlang (2002, p.410), “a projeção também pode ser entendida como uma forma de funcionamento mental, proporcionando ao sujeito a estruturação de seu mundo externo, a partir do mundo interno”. Salienta que, neste contexto, surge a *psicologia projetiva*, nome dado a um ramo da psicologia que se refere a um conjunto de pressupostos, hipóteses e proposições, usados por psicólogos clínicos, para o estudo e psicodiagnóstico da personalidade humana.

Acerca dos aspectos psicodinâmicos ligados à pulsão, adaptação e defesas, faz-se necessário abordar sobre o ponto de vista econômico. Sabendo-se que a existência de uma energia única da pulsão sexual que é a *libido*; a pulsão sexual é caracterizada, em seu primeiro dualismo, como a força do prazer, dificilmente educada e que funciona segundo as leis do processo primário. Essa força se transforma em pulsão de vida, e em uma força que tende à ligação para a constituição de unidades vitais. Em contrapartida, existe a pulsão de morte, sua antagonista, que funciona segundo princípio de descarga total. Deste pensamento emana as pulsões do Ego: impulsos de autoconservação - amor a si mesmo, libido do Ego.

Libido do Ego e/ou narcisismo significa que o Ego é tomado como objeto pela libido. Tendo em vista a libido como substrato das transformações da pulsão sexual, portanto, enquanto excitação sexual; a autora dirá que na medida em que a pulsão sexual se situa no limite psicossomático, a libido designa seus aspectos psíquicos; “(...) es La manifestación dinámica em la vida psíquica de la pulsión sexual”. Ademais, se mantiver próxima do desejo sexual, que

requer satisfação, daí trata-se da chamada *libido objetal* em que se leva em consideração os objetos, os elos. Na concepção do narcisismo o significado do término da libido é o aspecto energético do impulso sexual e na “Teoria da libido” se trata da *libido do Ego*.

Freud distingue as modalidades do investimento da libido pontuando que pode tomar como objeto a sua própria pessoa: libido do Ego - o narcisista; ou pode tomar como objeto um objeto exterior (libido objetal). Segundo ele, existe uma balança energética entre estas modalidades de investimento em que, a libido objetal diminui quando aumenta a narcisista e vice-versa. A libido começa por investimento no Ego - chamado narcisismo primário, antes de partir para objetos exteriores; por outro lado, a retração da libido objetal sobre o Ego constitui o narcisismo secundário, tal como se pode observar nos estados psicóticos.

Neste contexto, falamos da *pulsão de morte* e sua relação com a *libido*. A *pulsão de morte* tende a reconduzir o ser vivo ao estado anorgânico - desprovido de órgãos necessários à vida; este estado leva a atitudes de autodestruição e, assim, esta pulsão de morte seria, secundariamente, dirigida para o exterior, manifestando-se como pulsão agressiva e destrutiva. A *libido* neste sentido surge com a missão de tornar inofensiva esta pulsão autodestrutiva e de livrar-se dela para o mundo exterior com auxílio dos músculos. Falamos da pulsão destrutiva, de domínio, de vontade de poder.

Segundo Freud, é nesta pulsão, no desenrolar libidinal que se descobre o funcionamento combinado da *pulsão de vida* e da *pulsão de morte*, em sua forma sádica e/ou em sua forma masoquista. Ele vê nas *pulsões de morte*, as pulsões por excelência, na medida em que é eminentemente, a natureza repetitiva das pulsões.

Outra discussão tem a ver com questões relacionadas às defesas que ficam claras na fundamentação teórica de um dos testes - no caso o Questionário Desiderativo-; tendo como proposta, verificar se estas defesas são tão bem descritas também nos outros instrumentos. Na visão da Psicanálise, os mecanismos de defesa são um conjunto de manifestações protetivas do ego contra as agressões de ordem interna ou externa, suscetíveis de gerar fontes de prazer e/ou desprazer (Roudinesco & Plon, 1998). Vistos também como medidas extremas, tomadas pelo ego para aliviar a pressão de excessiva ansiedade (Hall, Lindsey e Campbell, 2008).

Segundo Sneiderman (2012), o conceito de defesa se define como um conjunto de operações e processos cuja finalidade é evitar o desprazer. Os mecanismos de defesa tentam reduzir e suprimir toda modificação suscetível de colocar em perigo a integridade e equilíbrio do sujeito. O agente destas operações é o ego. Em linhas gerais, na teoria freudiana, a autora afirma que uma defesa tem sucesso quando cessa o desprazer e é ineficaz quando este processo se repete, criando desta maneira tensão e fadiga sobre o sujeito. Assim, nas defesas de sucesso,

o sujeito possui aprendizado que a incorpora e/ou a modifica; enquanto que nas defesas fracassadas há a interrupção da pulsão que surge de uma maneira repressiva ou de uma forma deformada e não bem reconhecida.

Para alguns autores brasileiros, atualmente, os mecanismos de defesa são identificados nas relações e são utilizados pelo psiquismo para diminuir a angústia oriunda dos conflitos internos (Sillamy, 1998). São acionados inconscientemente para lidar com dificuldades por meio da distorção da realidade e desta forma, possibilita ao indivíduo a compreensão da importância de evitar o desprazer, acionando mecanismos para lidar com as situações desconfortáveis.

As variáveis determinantes *pulsão*, *adaptação* e *defesas* foram identificadas nos três instrumentos Pfister, Z-teste e El Cuestionário Desiderativo da seguinte forma:

- *Pulsão* no teste Pfister: cor vermelha; no Z-teste: Cor; no C.D: Reino Animal. O *Id* torna-se um reservatório de pulsões, funcionamento em processos primários, dualismo dialético das pulsões de vida e de morte e etc. Entretanto, a organização do *Id* se torna relativa uma vez que, se caracteriza essencialmente pelo movimento das pulsões e pela ausência do sujeito como instância unificadora.
- *Adaptação* no teste Pfister: cor verde; no Z-teste: Movimento; no C.D: Reino Vegetal. O *Ego* constitui essencial na compreensão do conflito neurótico, conflito intrapsíquico, entre instâncias, entre sistemas, que depende da interiorização das relações externas e das relações com objetos originários (aquilo que representa-se primeiramente de fora, ao nível das relações interpessoais). Ademais, *ele* agrupa funções e processos diversos como: a *consciência* torna-se núcleo *dele*; as funções ditas *pré-conscientes* são determinadas por *ele*; enfim, além de muitas funções o *Ego* aparece enquanto instância mediadora entre as contradições do mundo exterior, do *Id* e do *Superego*.
- *Defesas* no teste Pfister: cor azul; no Z-teste: Forma; no C.D: Reino Mineral. O *Superego* é introduzido como uma instância separada do *Ego* e é considerado por Freud como o “herdeiro” do complexo de Édipo, produzido a partir das interdições parentais. *Ele* torna-se, portanto, dependente dos processos de identificação e mesmo sendo considerado como uma instância crítica é alimentado pelo amor aos pais, e também interiorizado. O *Superego* vela o *Ego* evitando deslocamentos importantes em relação aos ideais aos quais se reportam.

Ademais, os *aspectos formais* ligados aos aspectos cognitivos podem ser identificados nos diferentes instrumentos, através da projeção, da seguinte maneira:

1. Pfister: tapetes, formações, estruturas.
2. Z-teste: global, detalhe, detalhe pequeno.

3. Questionário Desiderativo: verbalizações, ordem dos reinos, reinos.

Hipóteses

Tendo em vista o objetivo geral desta pesquisa de identificar coincidências e divergências e sensibilidade diagnóstica nos resultados de uma bateria de testes projetivos, verificam-se as hipóteses:

- a) Existem coincidências, divergências e sensibilidade diagnóstica nos resultados de uma mesma bateria de testes projetivos, utilizando os testes: Pirâmides Coloridas de Pfister, Questionário Desiderativo e Zulliger;
- b) A Pulsão está para o Vermelho do Pfister, assim como para a Cor do Zulliger, assim como para o Reino Animal do Questionário Desiderativo;
- c) A Adaptação está para o Verde do Pfister, assim como para o Movimento do Zulliger, assim como para o Reino Vegetal do Questionário Desiderativo;
- d) As Defesas estão para o Azul do Pfister, assim como para a Forma do Zulliger, assim como para o Reino Mineral do Questionário Desiderativo;
- e) Os aspectos formais (aspectos cognitivos) estão para os Tapetes, formações e estruturas do Pfister, assim como para a localização (global, detalhe e detalhe pequeno) do Zulliger, assim como para as argumentações, ordem dos reinos e reinos do Questionário Desiderativo.

Considerações Finais

O interesse e a necessidade quanto ao estudo dos *Métodos Projetivos* se justifica, pela sua importância no campo científico e acadêmico, no que se refere ao desenvolvimento e investigação sobre a teoria e prática das técnicas de exploração e diagnóstico psicológico. Propiciando, a perspectiva de um novo olhar para as questões relacionadas a teoria psicológica, teoria essa, tem cada vez menos influência no processo, seja por não orientar o próprio processo avaliativo, seja por não estar contemplada na construção dos instrumentos que são utilizados de forma indiscriminada. Assim evitar-se-á avaliações, "*frankensteins técnicos e teóricos*", que são adotados por psicólogos em seus processos avaliativos. Enfim, é de suma importância salientar, a ausência de trabalhos científicos que confrontam para além do instrumento individualmente.

Referências

Abt, L.E., & Bellak, L. (1985). *Psicología Proyectiva: enfoque clínico de la personalidad total* (pp. 37- 59). Buenos Aires: Paidós, 1985.

- Alchieri, J.C., & Cruz, R.M. (2003). *Avaliação Psicológica: conceito, métodos e instrumentos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Anzieu, D. (1981). *Os métodos projetivos*. Rio de Janeiro: Campus.
- Chabert, C. (2004). *Psicanálise e métodos projetivos*. São Paulo: Vetor.
- Fensterseifer, L., & Werlang, B. S. G. (2008). Apontamentos sobre o status científico das técnicas projetivas. Em A. E. Villemor-Amaral & B. S. G. Werlang (Orgs.), *Atualizações em métodos projetivos para avaliação psicológica* (pp. 15-33). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Formiga, N. S., & Mello, I. (2000). Testes psicológicos e técnicas projetivas: uma integração para um desenvolvimento da interação interpretativa indivíduo-psicólogo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 20 (2), 12-19. doi: 10.1590/S1414-98932000000200004
- Freud, S. (2006a). Rascunho H: Paranoia. In: S. Freud. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira* (Vol. 1, pp. 253-258). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1950).
- Freud, S. (2006b). Totem e tabu. In S. Freud. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Edição standard brasileira* (Vol. 13, pp. 11-163). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1913).
- Hall, C. S.; Lindsey, G; & Campbell, J. B. (2000). *Teorias da Personalidade*. Porto Alegre. Artmed.
- Noronha, A.P.P., Primi, R., & Alchieri, J.C. (2004). Parâmetros psicométricos: uma análise de testes psicológicos comercializados no Brasil. *Psicologia: ciência e profissão*, 24 (4), 88-99. Recuperado em 24 de fevereiro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000400011&lng=pt&tlng=pt.
- Rey, F.L.G. (1997). *Epistemología cualitativa y subjetividad*. São Paulo: EDUC, 1997.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Schultz, D. P., & Schultz, S. E. (2011). *Teorias da personalidade*. São Paulo: Cengage Learning.
- Sillamy, N. (1998). *Dicionário de Psicologia: Larousse*. Porto Alegre: Artmed.
- Sneiderman, S. (2012). *El Cuestionario Desiderativo: aportes para una actualización interpretativa*. Buenos Aires: Paidós.
- Telles, V. S. (2000). A desvinculação do TAT do conceito de “projeção” e a ampliação de seu uso. *Psicologia USP*, 11(1), 63-83. doi: 10.1590/S0103-65642000000100005.
- Vaz, C.E. & Alchieri, J.C. (2016). *Z-Teste - Manual - Coletivo e Individual: Técnica de*

Zulliger. Editora: Hogrefe.

Villemor-Amaral, A.E. (2005). *As Pirâmides Coloridas de Pfister*. Editora: Centro Editora de Testes: São Paulo, SP.

Werlang, B. G. (2002). TAT, conforme o modelo de Bellak. In: J. A. Cunha (Org.), *Psicodiagnóstico- V* (pp. 409-415). Porto Alegre: Artmed.

Werlang, B. G., & Cunha, J. A. (1993). Avaliação da personalidade sob enfoque projetivo. In J. A. Cunha (Org.), *Psicodiagnóstico* (pp. 123-129). Porto Alegre: Artmed.

O uso de testes projetivos na prática profissional de psicólogos

João Lucas Dias-Viana
Universidade Estadual do Ceará
Thicianne Malheiros da Costa
Universidade Federal do Ceará

Resumo: A avaliação psicológica é uma prática exclusiva do profissional de psicologia e caracteriza-se pela utilização de diversos instrumentos e técnicas, dentre os quais, os testes projetivos. Esses testes são formados por estímulos ambíguos, vagos e imprecisos para que o examinando possa atribuir um sentido próprio. Esta pesquisa tem por objetivo identificar o uso que psicólogos que atuam no Ceará com avaliação psicológica fazem dos testes projetivos. Este estudo apresenta delineamento descritivo, no qual os participantes responderam um questionário *online* contendo questões de identificação sociodemográfica, formação profissional, recursos utilizados em avaliação psicológica e contexto profissional de atuação. A maior parte da amostra foi composta por participantes do sexo feminino (87,80%; n=36), com idades entre 22 e 59 anos (M=30,55; DP=7,69). Quanto ao tempo de conclusão da graduação em Psicologia, 63,41% (n=26) concluíram nos últimos 5 anos. Observou-se que 48,13% dos profissionais que participaram da pesquisa e realizam avaliação psicológica no Ceará utilizam métodos projetivos. O teste projetivo mais utilizado pelos respondentes foi o HTP (31,71%; n=13), seguido pelo TAT (9,76%; n=4). O contexto de maior utilização dos testes projetivos foi o contexto clínico. Observou-se o uso de instrumentos em contextos para os quais não há estudos de evidências de validade, bem como o uso do Teste das Fábulas de Düss, o qual possui parecer desfavorável para prática profissional. Ressalta-se a importância das instituições de ensino na formação dos profissionais para uma prática avaliativa correta e ética, principalmente no que diz respeito ao uso dos testes psicológicos. Destaca-se a importância do fortalecimento da área dos métodos projetivos no Ceará, e suas possibilidades de uso para além do tradicional contexto clínico.

Palavras-Chave: Avaliação Psicológica; Prática Profissional; Testes Projetivos.

Introdução

Segundo a Lei nº 4.119, a avaliação psicológica (AP) é uma prática exclusiva dos profissionais de psicologia (Anache & Corrêa, 2010). O Conselho Federal de Psicologia (CFP) compreende a avaliação psicológica como um processo técnico e científico de conhecimento e investigação de fenômenos e processos psicológicos, com objetivo de subsidiar o trabalho de psicólogos nos diversos contextos de atuação profissional (CFP, 2013). Caracteriza-se por sua complexidade e tem por objetivo produzir hipóteses sobre o funcionamento de um indivíduo ou grupo, por meio da utilização testes psicológicos, entrevistas, dinâmicas e observações comportamentais (Hutz, 2015).

Os testes psicológicos são definidos como “procedimentos sistemáticos para coletar amostras de comportamentos relevantes para o funcionamento cognitivo, afetivo ou interpessoal, e para pontuar e avaliar essas amostras de acordo com normas” (Urbina, 2007, p. 2). Embora o uso de testes não seja obrigatório na realização de avaliação psicológica, o uso de medidas de comportamento e de personalidade respalda o profissional tecnicamente em sua tomada de decisão (Pellini & Leme, 2011). Para que atenda a tal propósito, existem alguns

parâmetros conhecidos como qualidades psicométricas, que embasam cientificamente os testes; a saber as evidências de validade, precisão, normatização e padronização.

A validade diz respeito conjunto de evidências que dão garantia científica à interpretação dos resultados obtidos no teste e atestam seu uso (Anastasi, 2011). A precisão ou fidedignidade refere-se à consistência e manutenção dos resultados obtidos em diferentes momentos de avaliação, utilizando o mesmo teste ou formas equivalentes (Pasquali, 2010). A padronização refere-se à uniformidade de procedimentos de aplicação e avaliação e a normatização aos padrões de avaliação e interpretação dos resultados de acordo com normas padronizadas (Miguel, 2017).

Quanto à natureza dos testes psicológicos, pesquisadores utilizaram alguns modelos de classificação baseados em critérios como tipo de instruções, modo de resposta e modo de correção. Urbina (2007) classifica os testes em testes de aptidão escolar, para seleção de pessoal e orientação vocacional, de aptidão e habilidades múltiplas, de mensuração de interesses, inventários de personalidade, testes neuropsicológicas e técnicas projetivas. Pasquali (2010) propõe a classificação de testes psicométricos/objetivos e impressionistas/projetivos, de acordo com a forma de correção e construto que medem. Destaca-se que esses não são os únicos modelos de classificação possíveis.

A expressão “métodos projetivos” foi utilizada pela primeira vez no ano de 1939, por L. K. Franck, em um artigo intitulado “os métodos projetivos para o estudo da personalidade”. O termo foi utilizado para explicar a natureza de três provas psicológicas: o teste de associação de palavras de Jung, o teste das manchas de tinta de Rorschach e o Teste de Apercepção Temática (TAT) de Murray (Anzieu, 1981). As técnicas projetivas se caracterizam pela apresentação de um estímulo ambíguo, vago e impreciso para que o examinando atribua a esses estímulos um sentido particular. Devido ao seu caráter pouco estruturado e às instruções breves e gerais que enfatizam que não existem respostas certas ou erradas, possibilitam um número amplo de respostas, manifestando aspectos do funcionamento interno do examinando (Anastasi & Urbina, 2000; Miguel, 2014).

Meyer e Kurtz (2006) defendem a revisão dessa nomenclatura. Para os autores, o termo projetivo remete à concepção equivocada de que os instrumentos não possuem objetividade em seus resultados, interpretação subjetiva dos resultados e ausência de veracidade, além da vinculação às abordagens psicodinâmicas (Cardoso & Villemor-Amaral, 2017). Nesse sentido, discute-se a utilização de termos como métodos expressivos ou de auto-expressão (Miguel, 2014; Villemor-Amaral, 2008). De maneira geral, o termo projetivo ainda continua sendo útil para a identificação dessas técnicas (Pinto, 2014).

Quanto à natureza da tarefa proposta, os métodos projetivos podem ser sistematizados em algumas categorias. Villemor-Amaral e Werlang (2008), na obra intitulada “Atualizações em Métodos Projetivos para Avaliação Psicológica”, trabalharam com a proposta de quatro categorias: métodos que envolvem a percepção de estímulos não-estruturados (como Rorschach e Zulliger), Técnicas Temáticas (FAT, SAT, TAT e CAT-A), gráficas (HTP, DFH, Bender) e de estímulos diversos (Pfister e BBT). Esses instrumentos são importantes recursos no processo de avaliação psicológica por revelarem características do funcionamento psíquico e revelam aspectos da personalidade que identificam e/ou estão associadas à psicopatologias (Villemor-Amaral & Pasqualini-Casado, 2006). Assim, o profissional necessita de habilidade e competência para o uso correto desses instrumentos.

Sabe-se que o uso inadequado dos testes psicológicos por parte dos profissionais lista entre os principais problemas relativos à avaliação psicológica no Brasil (Noronha, 2007). Assim, considerando a relevância que os métodos projetivos possuem para a realização de avaliação psicológica, este trabalho objetivou investigar o uso desses testes por psicólogos que atuam no Estado do Ceará.

Método

Participantes

Uma amostra por conveniência foi utilizada, constituída por 41 psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia da 11ª Região (CRP-11). A amostra foi composta predominantemente por sujeitos do sexo feminino (87,80%; n=36), com idades entre 22 e 59 anos (M=30,55; DP=7,69). Quanto ao tempo de conclusão da graduação em Psicologia, 63,41% (n=26) dos profissionais concluíram nos últimos cinco anos e 68,29% (n=28) são pós-graduados (ver Tabela 1).

Tabela 1. *Identificação dos Participantes*

Categoria	Classificação	Frequência	%
Sexo	Feminino	36	87,80
	Masculino	5	12,20
Idade	22-29 anos	22	53,66
	30-39 anos	14	34,15
	40-49 anos	3	7,32
	50-59 anos	2	4,88
Tempo de graduado em Psicologia	Até 5 anos	26	63,41
	6 a 10 anos	7	17,07
	11 a 15 anos	5	12,20
	25 anos	1	2,44
	28 anos	1	2,44
	33 anos	1	2,44
Titulação Máxima	Graduação	13	31,71
	Especialista	15	36,59
	Mestre	10	24,39
	Doutor	3	7,32
	Pós-doutor	0	0

Instrumento

O instrumento utilizado é uma versão *online* e adaptada do questionário elaborado por Lopes (2014) composto por duas partes. A primeira parte contém perguntas de identificação sociodemográfica e profissional, como sexo, idade, tempo de formado em Psicologia e titulação máxima. Em seguida, as questões que dizem respeito aos instrumentos utilizados para realizar avaliação psicológica e contexto de utilização.

Procedimentos

Os questionários foram aplicados por meio do envio do link de acesso à pesquisa. Antes de ter acesso ao questionário, os participantes eram direcionados à página inicial, na qual existia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo as informações acerca dos objetivos do estudo, a liberdade de recusar e de interromper sua participação. A avaliação psicológica consiste em um processo técnico-científico que envolve a integração de informações provenientes de diversas fontes e técnicas psicológicas, dentre elas, testes, entrevistas, observações, análise de documentos (CFP, 2013).

Resultados e discussão

Questionados sobre quais recursos utilizam ao realizar avaliação psicológica, observou-se a partir da análise das respostas dos participantes, 48,3% ($f=18$) mencionaram a utilização de algum teste projetivo. Os instrumentos utilizados pelos profissionais são listados na Tabela 2. O teste HTP (31,71%) é apontado como o teste mais utilizado pelos profissionais.

Tabela 2. Testes projetivos utilizados pelos profissionais

Instrumento	Frequência	%
House-Tree-Person	13	31,71
Teste de Apercepção Temática	4	9,76
Testes Projetivos	4	9,76
Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister	1	2,44
CAT-A	1	2,44
Desenho da Figura Humana	1	2,44
Fábulas de Düss	1	2,44

Em uma pesquisa realizada por Padilha, Noronha e Fagan (2007) que teve como objetivos investigar aspectos relacionados à prática da avaliação psicológica, o HTP foi identificado como o teste mais utilizado pelos profissionais. Dado semelhante foi encontrado por Freitas e Noronha (2005) ao realizar o levantamento dos instrumentos e testes psicológicos mais utilizados nos processos de psicodiagnóstico de uma clínica.

Um dos fatores que pode estar associado ao destacado uso do HTP pelos profissionais, é que esse teste lista entre os instrumentos projetivos mais ensinados aos alunos de graduação em psicologia (Alves, Marques, & Alchieri, 2001). Aliado a esse fator, os baixos custos para administração, aplicação e correção do instrumento favorecem a sua utilização (Borsa, 2010).

Borsa (2010) ressalta que embora o HTP possua parecer favorável ao uso profissional, observa-se na literatura que os estudos sobre o instrumento são desatualizados e são escassas as pesquisas disponíveis nas bases de dados. Destaca-se que no manual do teste, não constam estudos de adaptação à população brasileira (Buck, 2013). Reppold e Gurgel (ano?) apontam que além do manual do teste, cabe ao profissional consultar bases de dados científicas a fim de conhecer possíveis contextos de aplicação e estudos psicométricos existentes.

Nesse sentido, *com intuito de verificar as pesquisas científicas disponíveis sobre o HTP em bases de dados científicas, realizou-se pesquisa na Scientific Electronic Library Online (SciELO Brasil), nos Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e LICAS, a partir dos termos “HTP”, “house tree person”, “casa arvore pessoa”. A pesquisa resultou em 13 artigos científicos e destes apenas o estudo desenvolvido por Silva e Villemor-Amaral (2006)*

buscou qualidades psicométricas do instrumento. A pesquisa desenvolvida pelas autoras teve como objetivo buscar evidências de validade para o HTP e o CAT-A para avaliação da autoestima de crianças de 7 a 10 anos.

Destaca-se que um participante da pesquisa mencionou utilizar o Teste das Fábulas de Düss. Atualmente, este instrumento possui parecer desfavorável para o uso profissional. A utilização de um instrumento com parecer desfavorável é considerada uma infração ética grave. Esse dado também foi observado nas pesquisas de Padilha, Noronha e Fagan (2007), e configura-se como uma das infrações frequentemente encaminhadas ao CFP (Anache & Reppold, 2010). Pellini e Leme (2011) destacaram que o uso de instrumentos com parecer desfavorável e até mesmo que nem foram avaliados pelo SATEPSI, podem trazer prejuízos aos avaliados e à tomada de decisão, como por exemplo, indivíduos “inaptos” que conseguem autorização para porte e manuseio de armas de fogo, assumem vagas em processos seletivos para os quais não possuem perfil necessário.

Ainda conforme a Tabela 2, no que diz respeito ao uso dos métodos projetivos, destaca-se as baixas frequências do Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC) e Desenho da Figura Humana e a ausência de profissionais que utilizam o método de Rorschach e o Zulliger. Em contraponto ao seu baixo uso no contexto de avaliação, para esses testes é possível encontrar sólida literatura científica acerca das suas qualidades psicométricas (Cardoso & Villemor-Amaral, 2017; Miguel, 2014).

Quanto ao contexto de utilização dos testes projetivos, conforme a Tabela 3, observa-se o maior emprego dos instrumentos no contexto clínico. Esse dado reforça a manutenção de um perfil tradicional de atuação (Bardagi et al., 2008; Meira & Nunes, 2005). Embora os testes projetivos possam ser usados em diferentes situações e contextos, aponta-se a necessidade de expansão da utilização desses métodos para além dos consultórios e clínicas particulares.

Tabela 3. *Contextos de utilização dos testes projetivos*

	HTP	TAT	CAT-A	DFH	Fábulas de Düss	Pfister
Clínico	7	3	1	1	1	1
Ensino	0	0	0	0	0	0
Escolar/Educacional	0	0	0	0	0	0
Forense/Jurídico	1	1	0	0	0	0
Porte de Armas	1	0	0	0	0	0
Saúde/Hospitalar	1	0	0	0	0	0
Social/Comunitário	0	0	0	0	0	0
Trabalho/Organizacional	2	0	0	0	0	0
Vocacional/Profissional	1	0	0	0	0	0

Na análise do contexto no qual os instrumentos são mais utilizados, o uso dos testes projetivos no contexto clínico remete à prática psicodiagnóstica. Segundo Cunha (2000), o psicodiagnóstico é uma avaliação psicológica feita com propósitos clínicos, que visa identificar as forças e fraquezas no funcionamento psicológico, com foco na existência ou não de psicopatologia. Nesse sentido, os testes projetivos configuram-se como importante instrumento de avaliação da personalidade, pois devido aos seus estímulos serem ambíguos e pouco estruturados, minimizam a possibilidade de falseamento e manipulação das respostas por parte do avaliando (Villemor-Amaral et al., 2005).

Uma busca foi realizada nos respectivos manuais dos instrumentos e em bases de dados científicas com objetivo de averiguar se os estudos de evidências de validade amparam os profissionais no uso desses instrumentos nos contextos identificados. Constatou-se que estes testes são utilizados pelos profissionais em contextos para os quais não há evidências de validade. O HTP é um instrumento válido para o contexto clínico (Buck, 2003); o teste palográfico, por sua vez, para os contextos do trânsito e organizacional (Alves & Esteves, 2009); o Quati para orientação vocacional e organizacional (Zacharias, 2003).

Reforça-se a importância da realização de estudos de evidências de validade para esses instrumentos. Reitera-se que o HTP é um instrumento para uso clínico, não havendo pesquisas que favoreçam sua utilização nos demais contextos. Assim, as conclusões obtidas das avaliações psicológicas em contextos que não possuem estudos de validade tornam-se frágeis (Alves, 2009).

Considerações Finais

No que diz respeito ao uso de testes projetivos no Ceará, identificou-se que menos da metade da amostra utiliza métodos projetivos em sua prática profissional. Além disso, observou-se imperícia dos profissionais com a utilização do instrumento em contextos de atuação para os quais não existem evidências de validade e uso de testes com parecer desfavorável. Este dado indica a importância do fortalecimento da área de avaliação psicológica no Ceará, bem como a importância das instituições de ensino em ofertar aos estudantes e profissionais de psicologia no estado formação específica para conhecimento e manuseio desses instrumentos.

Destaca-se a importância do fortalecimento da área de métodos projetivos no Ceará, por meio da divulgação dos diversos testes possíveis, suas possibilidades e limitações de uso e seus contextos de aplicação. Ressalta-se que, além da escolha do instrumento adequado, uma

das competências que o profissional que realiza AP deve possuir, consiste na administração eficaz de instrumentos e técnicas. Deve estar suficientemente familiarizado e treinado com os instrumentais que serão utilizados em avaliação, conhecer as instruções, o material de aplicação, saber interpretar as normas e lidar com as dificuldades que surgirem no decorrer do processo (Cunha, 2000). Além disso, o psicólogo deve levar em consideração os dados empíricos que justifiquem a escolha daquele instrumento, associado ao contexto de aplicação, de acordo com os objetivos da avaliação (CFP, 2013).

Referências

- Alves, I. B., Marques, K. C., & Alchieri, J. C. (2001). Panorama Geral do ensino das Técnicas de Exame Psicológicos no Brasil. *Anais do I Encontro sobre Psicologia Clínica. Universidade Mackenzie, São Paulo, vol I, p. 102 – 106.*
- Alves, I. C. B. (2009). Reflexões sobre o ensino da avaliação psicológica na formação do psicólogo. In C. S. Hutz (Ed.). *Avanços e polêmicas em avaliação psicológica* (pp.217-242). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Anache, A. A., & Corrêa, F. B. (2010). As políticas do Conselho Federal de Psicologia para a avaliação psicológica. In Conselho Federal de Psicologia (Eds.), *Avaliação psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão* (pp. 19-30). Brasília, DF.
- Anache, A., & Reppold, C. T. (2010). Avaliação psicológica: implicações éticas. In Conselho Federal de Psicologia (Ed.). *Avaliação psicológica: Diretrizes na regulamentação da profissão*. Conselho Federal de Psicologia (pp.57-85). Brasília, DF.
- Anastasi, A. (2011). *Testes psicológicos*. São Paulo: EPU.
- Anastasi, A. & Urbina, S. (2000). *Testagem psicológica*. Artmed.
- Anzieu, D. (1981). *Os Métodos Projetivos*. Editora Campus
- Bardagi, M. P., Bizarro, L., Andrade, A. M. J. de., Audibert, A., & Lassance, M. C. P. Avaliação da formação e trajetória profissional na perspectiva de egressos de um curso de psicologia. *Psicologia: ciência e profissão, 28(2)*, 304-315. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000200007
- Borsa, J. C. (2010). Considerações sobre o uso do teste da Casa-Árvore-Pessoa - HTP. *Avaliação Psicológica, 9(1)*, 151-154. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167704712010000100017&lnpt&tlng=pt

- Cardoso, L. M., & Villemor-Amaral, A. E. (2017). Critérios de cientificidade dos métodos projetivos. Em M. R. C Lins & J. C. Borsa (Eds.), *Avaliação psicológica: Aspectos teóricos e práticos*. (pp.159-172). Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Cartilha Avaliação Psicológica*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Cunha, J. A.(2000). *Psicodiagnóstico-V*. Porto Alegre: Artmed.
- Freitas, F. A. de., & Noronha, A. P. P. (2005) Clínica-escola: levantamento de instrumentos utilizados no processo psicodiagnóstico. *Psicologia escolar e educacional*, 9(1), 37-46. doi: 10.1590/S1413-85572005000100008
- Hutz, C. S. O que é Avaliação Psicológica – métodos, técnicas e testes. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira & C. M. Trentini (Eds.), *Psicometria* (pp. 11-21). Porto Alegre: Artmed.
- Lopes, A. C. F. (2014) *Tomada de decisão de psicólogos em avaliação psicológica*. (Dissertação de mestrado). Recuperado de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17561>
- Meira, C. H. M. G., & Nunes, M. L. T. (2015) Psicologia clínica, psicoterapia e o estudante de psicologia. *Paidéia*, 15(32), 339-343.
- Meyer, G. J. & Kurtz, J. E. (2006). Advancing personality assessment terminology: Time to retire" objective" and" projective" as personality test descriptors. *Journal of personality assessment*, 87(3), 223-225. doi: 10.1207/s15327752jpa8703_01
- Miguel, F. K. (2014). Mitos e verdades no ensino de técnicas projetivas. *Psico-USF*, 19(1), 97-106. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712014000100010>
- Miguel, F. K. (2017). Padronização e interpretação dos resultados. In M. R. C. Lins & J. C. Borsa (Eds.), *Avaliação psicológica: Aspectos teóricos e práticos* (pp.127-136). Rio de Janeiro, RJ: Editora Vozes.
- Padilha, S., Noronha, A. P. P., & Fagan, C. Z. (2007). Instrumentos de avaliação psicológica: uso e parecer de psicólogos. *Avaliação Psicológica*, 6(1), 69-76. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712007000100009
- Pellini, M. C. B. M., & Leme, I. (2011). A ética no uso de testes no processo de avaliação psicológica. In R. A. M. Ambiel, I. S. Rabelo, S. V. Pacanaro, G. A. S. Alves & I. F. A. de Leme (Eds). *Avaliação Psicológica: Guia de consulta para estudantes e profissionais de Psicologia* (pp. 163-180). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pasquali, L. (2010). *Instrumentação psicológica: Fundamentos e práticas*. Porto Alegre: Artmed.

- Reppold, C. T., & Gurgel, L. G. (2015). O papel do teste na Avaliação Psicológica. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira & C. M. Trentini (Eds), *Psicometria* (pp 11-21). Porto Alegre: Artmed.
- Silva, M. de F. X. da & Villemor-Amaral, A. E. de (2006). A autoestima no CAT-A e HTP: Estudo de evidência de validade. *Avaliação Psicológica*, 5(2), 205-215. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167704712006000200010&lng=pt&tlng=pt
- Urbina, S. (2007). *Fundamentos da testagem psicológica*. Porto Alegre: Artmed.
- Villemor-Amaral, A. E., Primi, R., Franco, R. R. C., Farah, F. H. Z., Cardoso, L. M., & Silva, T. C. (2005). O teste de Pfister e sua contribuição para o diagnóstico da esquizofrenia. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, 17(2), 89-98. doi: 10.1590/S0104-80232005000200008

Representações do psicólogo clínico observadas por meio do Desenho-Estória com Tema

Renato Ferraz Pavanetti

Universidade de Taubaté

Paulo Francisco de Castro

Universidade de Taubaté e Universidade Cruzeiro do Sul

Resumo: Apesar da área de Psicologia ser caracterizada por ampla possibilidade de atuações, verifica-se que uma parte expressiva dos profissionais opta pela área clínica. Ainda hoje, o psicólogo clínico é representado como um psicoterapeuta que realiza um serviço de receber o paciente com uma demanda que é solucionada. O objetivo do presente trabalho foi identificar a representação do psicólogo clínico, por meio do Desenho-estória com Tema – D-E/T aplicado em pessoas que não tiveram contato com o referido profissional. Participaram do estudo 40 indivíduos adultos divididos igualmente entre mulheres e homens, considerando-se sua escolaridade (ensinos médio e superior completos) que declararam nunca terem se submetido à psicoterapia, sem vínculo profissional ou pessoal com psicólogos. Os participantes da pesquisa realizaram um Desenho-estória com Tema, com a instrução “Desenhe um psicólogo clínico trabalhando”, seguido da narração de uma história a respeito de seu desenho, acompanhada de inquérito e solicitação de um título. As produções gráficas e temáticas foram analisadas de acordo com o referencial proposto para a técnica, observando-se, predominantemente, os seguintes dados: Em relação ao conteúdo do desenho, tem-se predomínio de divã (n=14), consultório (n=10), expressão gráfica de diálogo (n=8) e indicação de lenço (n=7) no cenário onde ocorre a história. No que tange à narrativa, observou-se que todos os participantes indicaram atitudes básicas de identificação positiva, figuras fraternas positivas, sentimentos expressos derivados do instinto de vida, tendências e desejos construtivos e impulsos amorosos; em relação ao mecanismo de defesa, o mais incidente foi idealização (n=32). As ações do psicólogo expressas nas histórias centram-se em orientação (n=23), direcionamento (n=17), acolhimento (n=13) e compreensão (n=10), que podem ser observadas a partir do emprego dos verbos ajudar (n=23), analisar (n=6) e mostrar (n=6). Em relação aos motivos da procura do psicólogo, tem-se sentimentos conflitantes sobre questões cotidianas e frustrações (n=14) além de problemas emocionais e dificuldades de relacionamento (n=13), associados aos sentimentos de desejo de mudança (n=34), frustração (n=24) e sofrimento (n=14). Observa-se que a representação do psicólogo clínico se configura de modo positivo, sendo capaz de levar indivíduos com dificuldades psicológicas a mudanças construtivas em seus aspectos subjetivos. Entretanto, os participantes da pesquisa demonstraram conhecimento superficial a respeito do que consiste o trabalho desenvolvido pelo psicólogo clínico, permeado por uma visão de senso comum e estereotipada. Diante disto, mostra-se necessário levar informações que sejam mais próximas da realidade de atuação do profissional, para que o mesmo se insira nos contextos de saúde de forma mais efetiva.

Palavras-chave: Avaliação psicológica; Desenho-estória; Atuação profissional.

Introdução

No Brasil a profissão de psicólogo foi regulamentada em 27 de agosto de 1962, sendo que neste período suas atividades predominantemente estavam relacionadas com a área clínica, educação e organizações. A sua inserção na sociedade brasileira não foi por motivos diferentes dos demais países pelo mundo, assumindo o papel de intervenção em contextos e ajustamento de pessoas ou grupos. Com o passar dos anos, em 1980, o Conselho Federal de Psicologia-CFP, realizou uma nova pesquisa a respeito dos psicólogos atuantes no mercado de trabalho e nesta pesquisa ainda foi verificado que a maior parte dos profissionais atuantes se encontravam na

área clínica, com uma quantidade maior de profissionais atuando em áreas como organizações e escolas (Bastos & Gondin, 2010).

Conforme verificado em pesquisas realizadas sobre o assunto, a escolha preferencial dos psicólogos pela área clínica devia-se em muito também, a questões de mercado, pois a remuneração ao profissional autônomo, atuante em atendimento clínico, em comparação a recebida pelos psicólogos assalariados de outras áreas de atuação, era significativamente maior, o que indicava uma valorização social maior do profissional nesta referida área de atuação (Botomé, 2010). O que foi progressivamente se transformando ao longo das décadas devido a mudanças e necessidades sociais diversas, tais como implementação de políticas públicas voltadas a saúde da população para contornar condições sociais desiguais e que previam a atuação do psicólogo. Havendo paralelamente a isso o esvaziamento de clientes dos consultórios por conta de não poderem arcar com os custos. O que levou os profissionais da psicologia clínica a se inserirem em outros contextos que levaram a ampliação e/ ou modificação de suas práticas tradicionais, embora o local de maior inserção do clínico ainda seja o consultório, associado a outros espaços (Bastos & Gondin, 2010).

O trabalho do psicólogo clínico é produto do modelo de atendimento médico, sendo que em ambos, cada um ao seu modo, realiza as observações técnicas pertinentes e compreende o quadro no qual o paciente se encontra para que a partir disto possa vir a intervir, realizando o tratamento e o cuidado do paciente (Moreira, Romagnoli & Neves, 2007).

É interessante observar que a atuação do psicólogo é vista de uma forma restrita, muitas vezes apenas como um psicoterapeuta, sendo que essa percepção parece ser inclusive o que leva muitos estudantes aos cursos de psicologia (Francisco & Bastos, 2005). Muito além desse entendimento que existe a respeito do profissional, pode-se dizer que basicamente em sua atuação o psicólogo clínico é aquele que busca trazer saúde em diferentes contextos de trabalho, realizando avaliações e promovendo tratamentos para transtornos mentais, emocionais e comportamentais. As pesquisas verificadas a respeito da visão do leigo sobre as atividades clínicas do psicólogo indicaram que estes percebem o psicólogo clínico como alguém detentor de um saber e que, com base neste, instrui e orienta os seus pacientes para resolução de suas dificuldades. Salientando ainda que esta visão não corresponderia com a percepção que o psicólogo tem a respeito de sua atuação clínica e que essa expectativa errônea poderia ter como resultado uma dificuldade por parte do paciente em aderir ao tratamento psicológico e limitar as possibilidades de atuação do próprio psicólogo perante a comunidade da qual ele faz parte (Souza Filho, Oliveira & Lima, 2006).

Método

Tendo-se como objetivo verificar junto ao leigo em psicologia as crenças e percepções que este tem a respeito do psicólogo clínico, o método de pesquisa utilizado foi o de pesquisa descritiva. Sendo que por meio deste método se torna possível levantar junto a uma população opiniões, percepções e crenças a respeito de um determinado fenômeno. Podendo-se a partir disso conferir características atribuídas a um fenômeno e estabelecer relação entre variáveis. O delineamento utilizado foi o de levantamento, visto que por meio desta estratégia se mostra possível a interrogação direta junto à população na qual se busca conhecer as percepções a respeito do psicólogo clínico e por meio deste é possível o levantamento de um conhecimento direto à respeito da realidade e uma quantificação a respeito do fenômeno estudado, que permite correlações e comparações com outros dados levantados em outras pesquisas e estudos (Gil, 2010).

O estudo foi realizado com uma amostragem definida por condição de conveniência e acessibilidade, com indivíduos de idade entre 30 a 40 anos, independente de quaisquer dados socioeconômicos, perfazendo um total de 40 participantes, divididos igualmente com relação ao sexo, sendo 20 com ensino médio completo, entre eles 10 participantes do sexo feminino e 10 participantes do sexo masculino, e 20 com ensino superior completo, com exceção de psicólogos, entre eles 10 participantes do sexo feminino e 10 participantes do sexo masculino. Os participantes da pesquisa não poderiam ter se submetido a psicoterapia e não poderiam ter tido ou ter algum tipo de vínculo profissional ou pessoal com psicólogos.

Foi feito uso do instrumento Desenho-estória com tema previamente definido, com a instrução “Desenhe um psicólogo clínico trabalhando” e após da realização do desenho foi solicitado ao colaborador que contasse uma história a respeito de seu desenho.

O uso deste instrumento se mostra pertinente a medida que, por meio deste se torna possível verificar compreensões e percepções de indivíduos sobre um determinado fenômeno e que nem sempre podem ser observados por outras formas de coleta de dados como a entrevista e o questionário (Trinca, 1987).

Tabela 1. Dados dos participantes

Ensino Médio Completo			Superior Completo		
Sexo	Idade	Profissão	Sexo	Idade	Profissão
Feminino	40	Auxiliar de serviços gerais	Feminino	36	Farmacêutica
Feminino	40	Auxiliar administrativo	Feminino	35	Enfermeira
Feminino	39	Atendente em comércio	Feminino	34	Veterinária
Feminino	39	Atendente em comércio	Feminino	33	Farmacêutica
Feminino	37	Vendedora	Feminino	33	Fisioterapeuta
Feminino	36	Atendente em comércio	Feminino	33	Biomédica
Feminino	35	Gerente Comércio	Feminino	32	Bióloga
Feminino	34	Atendente em comércio	Feminino	32	Farmacêutica
Feminino	34	Atendente em comércio	Feminino	31	Farmacêutica
Feminino	33	Do lar	Feminino	31	Enfermeira
Ensino Médio Completo			Superior Completo		
Sexo	Idade	Profissão	Sexo	Idade	Profissão
Masculino	39	Supervisor de atividades	Masculino	40	Farmacêutico
Masculino	38	Zelador	Masculino	40	Farmacêutico
Masculino	37	Auxiliar administrativo	Masculino	38	Farmacêutico
Masculino	37	Atendente em comércio	Masculino	37	Farmacêutico
Masculino	36	Atendente em comércio	Masculino	37	Farmacêutico
Masculino	35	Auxiliar administrativo	Masculino	37	Farmacêutico
Masculino	33	Atendente em comércio	Masculino	36	Farmacêutico
Masculino	33	Atendente em comércio	Masculino	34	Farmacêutico
Masculino	30	Auxiliar administrativo	Masculino	33	Farmacêutico

Resultados e Discussão

Após análise das narrativas das histórias apresentadas pelos participantes, os dados foram categorizados nos aspectos interpretativos, como segue:

Tabela 2. Desenho-estória - cenário

Desenho-estória cenário	Feminino/	Feminino/	Masculino/	Masculino/	Total
	Médio	Superior	Médio	Superior	
Divã	1	2	5	6	14
Consultório	1	4	5	0	10
Diálogo	1	5	0	2	8
Lenço	0	1	1	5	7
Caderno de anotações	1	2	1	1	5
Porta	1	1	0	0	2
Pessoas dando as mãos	1	0	0	0	1
Estrada e placas	1	0	0	0	1
Trilhos, túnel, luz	1	0	0	0	1

Como se observa na Tabela 2 entre os elementos de cenário mais recorrentes no Desenho-estória se encontram o divã (n=14), o segundo mais recorrente após este foi o consultório (n=10), após este o mais presente nas histórias foram diálogos (n=08), seguido do lenço de papel (n=07) e do caderno de anotações (n=05). Por sua vez os elementos de cenário que se mostraram menos recorrentes no Desenho-estória foram porta (n=02), pessoas dando as mãos (n=01), estradas e placas (n=01) e trilhos, túnel e luz (n=01).

Os dados aqui indicam que os elementos que parecem mais comuns ao senso comum na atuação do psicólogo é a presença do divã, o consultório, a existência de diálogo para desenvolvimento do trabalho e lenços para uso dos pacientes que se emocionam durante o processo terapêutico. Estando todos estes elementos diretamente relacionados a atividade tradicionalmente conhecida do psicólogo em consultório, conforme apontado anteriormente em outras pesquisas (Weber, Pavei & Biscaia, 2005). É válido apontar ainda que todos estes elementos remetem também ao modelo clínico tradicional do médico, do qual tem origem as práticas psicológicas por meio da psicanálise. Onde elementos como o divã eram instrumento de trabalho do psicólogo clínico de orientação técnica psicanalítica (Lo Bianco, Bastos, Nunes & Silva, 1994).

Tabela 3. Desenho-estória - Ação do psicólogo

Desenho-estória	Feminino/ Médio	Feminino/ Superior	Masculino/ Médio	Masculino/ Superior	Total
Orientação	4	6	8	5	23
Direcionamento	6	3	5	3	17
Acolhimento	3	7	1	2	13
Compreensão	2	1	2	5	10
Interpretação	1	1	1	2	5
Analisar	0	0	1	3	4
Revelar	0	0	1	1	2
Ajuda	1	0	0	0	1
Busca de conhecimento	0	1	0	0	1
Tratamento (cura)	0	1	0	0	1

Como se observa na Tabela 3 com relação a ação do psicólogo na história narrada o que houve de mais recorrente no Desenho-estória foi orientação (n=23), o segundo mais recorrente após este foi o direcionamento (n=17), após este a ação mais presente nas histórias foi acolhimento (n=13), seguido da ação de compreensão (n=10) e interpretação (n=05). Por sua vez as ações por parte do psicólogo que se mostraram menos recorrentes no Desenho-estória

foram análise (n=04), revelação (n=02), busca de conhecimentos (n=01), tratamento de modo a curar (n=01) e ajuda (n=01).

Os dados apresentados a respeito da ação do psicólogo com maior recorrência foram orientação, direcionamento, acolhimento e compreensão. Essa percepção da ação do profissional corrobora com o que já foi verificado em outras pesquisas, indicando que de um modo geral o trabalho do psicólogo clínico consiste, em maior parte, em realizar intervenções que visam orientar e direcionar o cliente e, juntamente disso, acolher e compreender o mesmo (Weber et al., 2005). Conforme os dados de pesquisas anteriores que corroboram com os dados obtidos nesta amostra, percebe-se que aquele que busca o psicólogo clínico acredita que o mesmo tem a competência para entendê-lo em aspectos que o mesmo não é capaz de se compreender e que a partir dessa capacidade o psicólogo seria aquele capaz de lhe oferecer o melhor direcionamento para resolução de suas dificuldades (Dutra, 2004). Sendo um profissional que tem como uma de suas características mais marcantes perante o senso comum a capacidade de acolher o outro em sua singularidade e sofrimentos vividos. Uma percepção convergente do senso comum, pois, é de fato uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de seu trabalho (Myers, 2014).

Tabela 4. Desenho-estória - motivo da procura pelo psicólogo

Desenho-estória Motivo da procura pelo Psicólogo	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino	Total
	médio	superior	médio	superior	
Sentimentos conflitantes sobre coisas do dia a dia/ frustrações	4	2	4	4	14
Problemas emocionais/ dificuldades de relacionamento	5	3	2	3	13
Se expressar livremente	2	1	1	1	5
Estresse (trabalho e obrigações diárias)	0	1	2	1	4
Transtorno psicológico (TOC, depressão, crise de ansiedade)	1	0	0	3	4
Apatia	0	0	1	1	2
Desejo de realização	2	0	0	0	2
Crise existencial	0	0	0	1	1
Decepções amorosas	1	0	0	0	1
Problemas com o passado	1	0	0	0	1
Problemas escolares	0	1	0	0	1

A partir dos dados da Tabela 4 com relação ao motivo de procura pelo psicólogo na história o que houve de mais recorrente no Desenho-estória foram sentimentos conflitantes

sobre coisas do dia a dia ou frustrações (n=14), o segundo mais recorrente após este foram problemas emocionais ou dificuldades de relacionamento (n=13), após este o motivo mais presente nas histórias foi o de poder se expressar livremente (n=05), seguido de estresse pelo trabalho e obrigações diárias (n=04) e transtornos psicológicos (n=04). Por sua vez as motivações para procura do psicólogo que se mostraram menos recorrentes no Desenho-estória foram desejo de se realizar (n=02), sentimento de apatia (n=02), decepções amorosas (n=01), problemas com o passado (n=01), problemas escolares (n=01) e crise existencial (n=01).

Os motivos de procura pelo psicólogo que se mostraram mais recorrentes nas histórias foram por sentimentos conflitantes sobre coisas do dia a dia, frustrações, problemas emocionais e dificuldades de relacionamento. Esses dados também foram expressivos em pesquisas anteriores realizadas a respeito desse tema, indicando que de um modo geral o senso comum encara que os motivos que levam alguém a procurar o psicólogo clínico seriam por dificuldade em lidar com frustrações, sentimentos conflitantes e dificuldades diversas que se pode ter nos relacionamentos (Weber et al., 2005). Esta percepção do senso comum parece coincidir ao que teoricamente é previsto como motivo para se sujeitar a um processo de psicoterapia (Myers, 2014). O que por sua vez indica que o psicólogo clínico e o psicoterapeuta, de um modo geral, não são diferenciados pelo senso comum. Sendo o psicólogo clínico apenas aquele que oferece serviços de psicoterapia em consultórios (Oliveira & Menezes, 2013).

Os dados aqui verificados convergem com dados presentes em pesquisas a respeito do motivo da procura por auxílio psicológico, onde o que se verifica são predominantemente motivos que envolvem problemas interpessoais ou afetivos (Campezatto & Nunes, 2007). Existem ainda dados verificados em outras pesquisas que divergem dos dados levantados nesta pesquisa, indicando que o motivo para procura de ajuda psicológica se dá por conta de dificuldades mais severas, tais como sintomas depressivos, sintomas de ansiedade e comportamento agressivo (Maravieski & Serralta, 2011).

Tabela 5. Desenho-estória - Verbos na história

Desenho-estória Verbos na história	Feminino Médio	Feminino Superior	Masculino Médio	Masculino Superior	Total
Ajudar	7	6	7	3	23
Analisar	0	0	2	4	6
Mostrar	1	1	1	3	6
Entender	1	1	2	1	5
Orientar/ ensinar	0	1	1	3	5
Ouvir	0	2	0	0	2
Acalmar	0	1	0	0	1
Aceitar	0	0	0	1	1
Acolher	1	0	0	0	1
Acompanhar	1	0	0	0	1
Aconselhar	0	0	0	1	1
Interpretar	1	0	0	0	1
Perguntar	1	0	0	0	1

Como se observa na Tabela 5, com relação aos verbos presentes na história o que houve de mais recorrente no Desenho-estória foi o verbo ajudar (n=23), o segundo mais recorrente após este foi o verbo mostrar (n=06) e analisar (n=06), após estes os verbos mais presentes nas histórias foram orientar/ensinar (n=05), entender (n=05), seguido de ouvir (n=02). Por sua vez os verbos se mostraram menos recorrentes no Desenho Estória foram acalmar (n=01), aconselhar (n=01), aceitar (n=01), acompanhar (n=01), acolher (n=01), interpretar (n=01) e perguntar (n=01).

Tabela 6. Desenho-estória - Sentimentos do paciente

Desenho-estória Sentimentos do paciente	Feminino Médio	Feminino/ Superior	Masculino/ Médio	Masculino/ Superior	Total
Desejo de mudança	9	7	8	10	34
Frustração	7	6	4	7	24
Sufrimento	2	3	5	4	14
Angustia	0	1	1	1	3
Insegurança	0	2	1	0	3
Alcançar consciência	0	0	1	0	1
Alívio de dificuldade	0	1	0	0	1
Arrependimento	0	1	0	0	1
Desejo de desabafar	0	1	0	0	1
Desmotivação	0	0	0	1	1
Dificuldades de relacionamento	0	1	0	0	1
Dificuldades emocionais	1	0	0	0	1
Fortalecimento do ego	0	1	0	0	1
Instinto de morte (suicídio)	1	0	0	0	1
Repressão de sentimentos	1	0	0	0	1

Como se observa na Tabela 6, com relação aos sentimentos do paciente presentes na história, o que houve de mais recorrente no Desenho Estória foi desejo de mudança (n=34), o segundo mais recorrente após este foi por sentimento de frustração (n=24), seguido do sentimento de sofrimento (n=14). Por sua vez os sentimentos dos pacientes que se mostraram menos recorrentes no Desenho Estória foram insegurança (n=03), seguido de desejo de desabafar (n=01), alcançar consciência (n=01), fortalecimento do ego (n=01), dificuldades emocionais (n=01), repressão de sentimentos (n=01), Arrependimentos (n=01), dificuldade de relacionamento (n=01), alívio de dificuldade (n=01), desmotivação (n=01) e instinto de morte (suicídio) (n=01).

Os sentimentos apresentados pelos pacientes mais incidentes nas histórias ao procurarem a ajuda do psicólogo clínico foram desejo de mudança, frustração e sofrimento. Esses sentimentos apresentados se mostraram frequentemente relacionados a problemas nos relacionamentos, dificuldade em lidar com ansiedade, insegurança, tristezas e frustrações. Levando os pacientes a procurarem pelo profissional de psicologia com o desejo de mudarem sua situação (Porto & Valente, 2014). Esses dados indicam que o senso comum percebe que o profissional de psicologia clínica só se fará útil quando as demandas dos clientes forem exclusivamente resultados de problemas emocionais ou relacionais e estas estiverem gerando no paciente sentimentos com os quais ele não saiba como lidar. É importante apontar que as práticas do psicólogo clínico são em prol da saúde psicológico, que pode por sua vez pode se ver comprometida por aspectos biológicos, sociais ou psicológicos (Francisco & Bastos, 2005).

Tabela 7. Desenho-estória - Mecanismos de defesa

Desenho-estória Mecanismo de defesa	Feminino/ Médio	Feminino/ Superior	Masculino/ Médio	Masculino/ Superior	Total
Idealização	8	9	5	10	32
Regressão	1	2	2	0	5
Isolamento	0	0	0	2	2
Racionalização	1	0	1	0	2
Sublimação	0	0	1	0	1

São expostos na Tabela 7 os mecanismos de defesa presentes na história de mais recorrente no Desenho-estória foi Idealização (n=32), o segundo mais recorrente após este foi regressão (n=05), seguido de racionalização (n=02) e isolamento (n=02). Por sua vez o mecanismo de defesa que se mostrou menos recorrente foi sublimação (n=01).

Com relação aos mecanismos de defesa é possível verificar que existe uma idealização a respeito do psicólogo clínico e do trabalho que é desenvolvido pelo mesmo por parte do senso

comum. É importante considerar que enquanto mecanismo de defesa, a idealização tem como objetivo enaltecer aspectos positivos de algo ou alguém e com isso evitar a angústia que pode ser gerada pelo mesmo. Considerando que o trabalho desenvolvido pelo psicólogo clínico implica em levar o paciente a pensar a respeito de si mesmo e de questões que levam o mesmo ao sofrimento, a imagem idealizada do profissional protegeria o indivíduo de lidar com aspectos mais dolorosos que envolvem o trabalho desenvolvido junto ao psicólogo clínico (Silva, 2010).

Tabela 8. Desenho-estória - Desfecho para o paciente

Desenho-estória	Feminino/ Desfecho para o paciente médio	Feminino/ Superior	Masculino/ médio	Masculino/ Superior	Total
Satisfatório	10	8	9	10	37
Satisfatório (continuidade do tratamento)	0	2	0	0	2
Continuidade do tratamento (impreciso)	0	0	1	0	1

Como se observa na Tabela 8, com relação ao desfecho para o paciente na narrativa o que houve de mais recorrente foi que o trabalho do psicólogo tinha resultados satisfatórios (n=37). Por sua vez os desfechos para o paciente que se mostraram menos recorrentes no Desenho-estória foram satisfatórios (continuidade do tratamento) (n=02) e continuidade do tratamento (impreciso) (n=01).

De um modo geral, os dados indicam que o senso comum imagina que o desfecho do trabalho do psicólogo clínico para o paciente será satisfatório ao mesmo e este terá seus problemas resolvidos. O que corrobora com a percepção do senso comum verificada em outras pesquisas semelhantes. Indicando também que, de um modo geral, os indivíduos percebem o trabalho do psicólogo clínico como efetivo e capaz de resolver as questões as quais eles entendem que o trabalho do profissional se presta (Weber et al., 2005).

Considerações Finais

Com base nos dados obtidos por meio do trabalho desenvolvido foi possível observar que o contexto de atuação do psicólogo clínico para o leigo em psicologia se restringe as atividades em consultório, aparentemente com uma visão estereotipada de seu contexto de atuação. Isto tendo em vista que parte significativa dos participantes considerou que no cenário de trabalho do psicólogo o divã era um elemento importante. Outro aspecto marcante a respeito das práticas do psicólogo clínico apontados pelo grupo foi o de que suas práticas tradicionais que envolvem psicodiagnóstico e psicoterapia são vistas como pertinentes à área clínica, mas por sua vez, atividades mais abrangentes voltadas para a saúde ou que fazem uso de técnicas

motoras ou artísticas, não são percebidas pelo senso comum como pertinentes ao psicólogo clínico. Estes dados indicam que o senso comum parece não ter conhecido para diferenciar as práticas do psicanalista (fazer uso do divã), do psicoterapeuta (realiza terapia psicológica em consultório) e do psicólogo clínico (realiza diagnósticos psicológicos em contextos diversos com sua atividade voltada para área da saúde humana).

De um modo geral, os indivíduos participantes deste estudo consideraram o psicólogo clínico voltado para o auxílio dos indivíduos em suas dificuldades para lidar com frustrações do dia a dia e com problemas interpessoais. De acordo com os dados obtidos, o senso comum entende que o psicólogo é um profissional que se deve procurar quando se deseja mudar algo em si mesmo para que com isso se possa viver melhor consigo mesmo e com o outro. Sendo que os indivíduos só demonstraram entender como pertinentes a intervenção do profissional demandas oriundas apenas de questões psicológicas e emocionais. Isto tudo sem levar em consideração os aspectos biopsicossociais que multideterminam o sofrimento psicológico. Tendo diante dessas intervenções que consistiriam em acolher, compreender, direcionar e orientar os indivíduos a quem ele presta seus serviços.

Os participantes usualmente consideram que o psicólogo clínico é um profissional eficiente para ajudar indivíduos em sofrimento psicológico, mas a percepção do senso comum a respeito de sua atuação demonstrou-se amplamente idealizada. O que se deve, provavelmente, a poder com essa idealização evitar aspectos mais dolorosos que envolvem a atuação do psicólogo clínico em sua intervenção psicológica.

Os dados obtidos indicaram ainda que o profissional é visto como alguém que ajuda aqueles que lhe procuram, oferecendo acolhimento e espaço para se desenvolver em aspectos imaturos de sua personalidade que não puderam ser desenvolvidos em outros contextos. Sendo que a busca pelo auxílio deste profissional está relacionada com o estabelecimento de uma relação regressiva de dependência típica de estágios anteriores do desenvolvimento.

Atividades do profissional que fogem de sua prática mais tradicional (o atendimento em consultório) como atuação em hospitais e outros ambientes em prol da saúde ou voltadas a grupos ou indivíduos que vivem circunstâncias culturais ou biológicas que influenciam em seu funcionamento psicológico, não foram percebidas pelo senso comum como pertinentes ao psicólogo clínico. Havendo ainda confusão com relação ao objeto de trabalho deste profissional, que é o psiquismo e a influência deste para a saúde do indivíduo, com o funcionamento cerebral e problemas de aprendizagem.

Em síntese, o senso comum parece perceber o psicólogo clínico de um modo positivo. Percebendo o trabalho do mesmo como algo favorável para aqueles que precisam dele e capaz

de levar o indivíduo a mudanças construtivas em seus aspectos subjetivos. Os participantes da pesquisa demonstraram conhecimento superficial a respeito de no que consiste o trabalho desenvolvido pelo psicólogo clínico. Diante disto se mostra necessário a busca de novas e diversificadas formas de levar informações para o senso comum que sejam mais próximas da realidade de atuação do profissional, para que o mesmo se insira nos contextos que lhe cabe de modo a contribuir de maneira mais efetiva, enquanto profissional da área da saúde em sociedade. Isto talvez poderia ser desenvolvido por meio de projetos junto ao conselho de classe para circulação destas informações.

Os dados obtidos em pesquisa não esgotam o assunto, sendo possível ampliação da pesquisa por meio de investigações junto a outros grupos, tais como profissionais ou indivíduos com formação voltada para área de exatas e humanas ou ainda indivíduos em outras faixas etárias. Mostra-se de grande importância a continuidade de pesquisas deste teor.

Referências

- Bastos, A.V.B. & Gondim, S.M.G. (2010). *O trabalho do psicólogo no Brasil: Um exame à luz das categorias da psicologia organizacional e do trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- Botomé, S.P. (2010). A quem nós, psicólogos, servimos de fato In: O.H. Yamamoto & A.L.F. Costa (orgs.). *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil*. (pp. 169-202). Natal: Editora da UFRN.
- Campezatto, P. V. M. & Nunes, M. L. T. (2007). Caracterização da clientela das clínicas-escolas de cursos de psicologia da Região Metropolitana de Porto Alegre. *Psicologia Reflexão e crítica*, 20 (3), 376-388.
- Dutra, E. (2004). Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. *Estudos de Psicologia*, 9 (2), 381-387.
- Francisco, A.L. & Bastos, A.V.B. (2005). Conhecimento, Formação e Prática: O necessário caminho de integração. In: Conselho Federal de Psicologia. *Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços*. (pp. 71-88). Campinas, SP: Editora Alínea.
- Gil, C.A. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Lo Bianco, A.C., Bastos, A.V.B., Nunes, M.L.T., & Silva, R.C. (1994). Concepções e atividades emergentes na psicologia clínica: implicações para formação. In: R. Achcar (org.). *Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação*. (pp. 07-79). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Maravieski, S. & Serralta, F.B. (2011). Características clínicas e sociodemográficas da clientela atendida em uma clínica-escola de Psicologia. *Temas em psicologia*, 19 (2), 481-490.

- Moreira, J.O., Romagnoli, R.C., & Neves, E.O. (2007). O surgimento da clínica psicológica: Da prática curativa aos dispositivos de Promoção de Saúde. *Psicologia ciência e profissão*, 27 (4), 608-621.
- Myers, D.G. (2014). *Psicologia*. Rio de Janeiro: LTC.
- Oliveira, I.C.V & Menezes, A.C.S. (2013). Avaliação dos contextos de atuação, atribuições e mercado profissional: Opinião da população sobre a psicologia e o psicólogo. *Psicologia Revista*, 22 (1), 119-139.
- Porto, M.A. & Valente, M.L.L.C. (2014). A construção do perfil da clientela numa clínica-escola. *Boletim de Psicologia*, 64 (141), 159- 172.
- Silva, E.B.T. (2010). *Mecanismos de defesa do ego*. Psicologia. Recuperado em 15 de agosto de 2016 de <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0212.pdf>.
- Souza Filho, M.L.S., Oliveira, J.S.C., & Lima, F.L.A. (2006). Como as pessoas percebem o psicólogo: Um estudo exploratório. *Paidéia*, 16 (34), 253-261.
- Trinca, W. (1987). *Investigação clínica da personalidade: o desenho livre como estímulo de apercepção temática*. (2ª ed.). São Paulo: EPU.
- Weber, L.N.D., Pavei, C.A. & Biscaia, P. (2005). Imagem social do psicólogo e da psicologia para a população de Curitiba: 12 anos depois. *Psicologia Argumento*, 23 (40), 19-29.

A influência do aluno monitor no aprendizado do teste PMK na graduação

Thiago Henrique de Barros Cobra

Thaís Roberta Abreu de Souza

Universidade de Taubaté

Armando Rocha Júnior

Universidade de Taubaté e Universidade Guarulhos

Resumo: A Avaliação Psicológica (AP) está inserida em diversos contextos da psicologia como clínico, jurídico, trânsito, trabalho, pesquisa entre outros. A AP e o uso de testes psicológicos são privativos do psicólogo segundo a resolução 005/2012 Art. 1º. Pela importância desta área para atuação profissional o psicólogo que for realizar a AP e incluir um teste psicológico no processo precisa ter profundo conhecimento teórico e técnico do instrumento para não rotular o sujeito. Para a construção adequada da atuação na AP tem-se discutido o ensino na graduação que é considerado deficitário por diversas comunidades científicas, estas sugerem algumas diretrizes, como ensino de psicometria, uma leitura crítica-reflexiva, teórica e científica, o ensino adequado de instrumentos entre outras. O objetivo foi verificar se há diferença no aprendizado do PMK entre a Turma A sem monitor (SM) de 2016 e a Turma B com monitor (CM) de 2017. Neste trabalho foi focado o aprendizado do teste Psicodiagnóstico Miocinético (PMK) abordado na disciplina de Técnica de Exames Psicológicos na graduação. Trata-se de um estudo documental, em que foram analisados trabalhos que resultaram dos testes aplicados em dupla pelos alunos em voluntários. Foram analisados os erros e acertos na mensuração em 38 trabalhos da turma A sem monitor (SM) de 2016, e 32 trabalhos da turma B com monitor (CM) de 2017, ambas do 5º período. Após o tratamento estatístico dos dados observou-se que a diferença estatísticas significativas foi grande parte na folha das cadeias com mais erros da turma A em relação a B nos seguintes itens, sinal do DSegfv MD (P=0.028), mensuração do DSegofs MD (P=0.014), no Dsepgv MD (P=0.029), no processo do DSegfv MD (P=0.029), no sinal do DSegfv ME (P=0.018) para encontrar o ponto distal MD (P=0.011) e na ME (P=0.001), nas franjas da MD (P=0.029) e ME (P=0.029), na multiplicação por dois dos resultados ME (P=0.005), na contagem de elos ME (P=0.029). Além destas teve também no sinal do USv ME (P=0.035), sinal das paralelas ME (P=0.001) e no sinal do DP MD nas escadas (P=0.048). Conclui-se que a monitoria na turma B causou uma diminuição dos erros. Observou-se também a dificuldade que os alunos tiveram em organizar o trabalho, pois grande parte dos erros aconteceu em uma parte da folha e não nela toda. Pode ser por conta da atividade ter sido em dupla, ou seja, cada aluno mensurava uma parte o que pode comprometer o aprendizado. Pela pertinência do tema, mais estudos são necessários, ampliando-se a amostra e as análises.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Psicodiagnóstico Miocinético – PMK; Monitoria; Graduação.

Introdução

A psicologia é uma profissão relativamente jovem, com 55 anos no Brasil, foi regulamentada em 27 de agosto de 1962 com a Lei n.º 4.119/62, definindo que para atuar é necessário ter a formação superior em Psicologia em alguma instituição reconhecida pelo MEC (Conselho Regional de Psicologia, - CRP, 2014). Como toda profissão a psicologia tem suas áreas de atuação, como diagnóstico psicológico; orientação e seleção profissional; orientação psicopedagógica e solução de problemas de ajustamento. Para a realização de todas essas atividades o psicólogo deve se embasar em métodos e técnicas científicos e teóricos da psicologia (CRP, 2014). A Avaliação Psicológica (AP) vai além do uso de testes psicológicos, é algo que está inserido na atuação de todos os psicólogos independente da orientação teórica, pois o início do trabalho de qualquer psicólogo é avaliar seu paciente com o uso ou não de testes

psicológicos para assim decidir sua estratégia de trabalho (Castro, 2016; Nunes et al. 2012). A AP e o uso de testes psicológicos são privativos do psicólogo segundo a resolução 005/2012 Art. 1º. Esta por sua vez está inserida em diversos contextos da psicologia como clínico, jurídico, trânsito, trabalho e pesquisa. Surgiu no fim século XIX e início do século XX, no período de guerras, nessa época começaram a criação dos testes psicológicos. Os testes foram um avanço importante para a avaliação, mas é apenas uma das técnicas. Atualmente a avaliação vai muito além de apenas a aplicação de um teste (Cunha, 2007). Nacionalmente a avaliação tinha dificuldades na sua fundamentação teórica e metodológica, pois todos os testes vinham de outros países, a fiscalização dos órgãos reguladores da profissão era deficitária e também o ensino dos mesmos nos cursos de psicologia era pequeno. Nessa época, os testes passaram por duras críticas e descredibilidade com relação a sua validade, fidedignidade e seus dados psicométricos (Couto, Pires & Nunes, 2012). Frente a este cenário o Conselho Federal de Psicologia (CFP) iniciou uma intensa reflexão sobre o tema para buscar estratégias para contornar tal situação. Criou-se então a resolução 002/2003 que regulamentou a implantação do Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (SATEPSI) a qual passou por uma atualização em 2017 e entrou em vigor no ano de 2018 a resolução 009/2018 estabelecendo novas normas para avaliação psicológica (Conselho Federal de Psicologia, 2018). Este sistema criou critérios que os testes psicológicos tinham que atender para serem aptos ao uso. No início enfrentou duras críticas, pois retirou muitos testes de circulação, deixando profissionais que os utilizavam sem instrumentos, mas também fez crescer o número de estudos científicos com estes instrumentos e a criação de novos para não deixar os profissionais sem ferramentas adequadas, ajudando na maior confiabilidade dos testes (Couto, Pires & Nunes, 2012).

É de extrema importância que os profissionais que farão uso dos testes psicológicos tenham profundo conhecimento teórico e técnico dos instrumentos utilizados para não tornar algo simplista e sem fundamento (Shine, 2008). Uma AP adequada é um processo amplo que envolve diversas etapas, (Paula, Pereira & Nascimento, 2007). Outra discussão realizada por autores e instituições como Conselho Federal de Psicologia (CFP), Ministério da Educação e Cultura (MEC), associações científicas como a Associação Brasileira de Rorschach e Outras Técnicas Projetivas (ASBRo), o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), entre outras, é a importância de um ensino de qualidade durante a graduação, ainda mais quando se trata de avaliação psicológica, envolvendo o ensino de testes, de elaboração de laudos, entre outros assuntos pertinentes a avaliação (Preto, 2016).

A discussão atual parece girar em torno do ensino da AP aos futuros profissionais e aos já formados. Os primeiros responsáveis são os cursos de graduação em psicologia que tem como

obrigação o ensino adequado deste conhecimento e da psicologia em geral. Ensino esse que vêm sendo deficitário principalmente nas disciplinas de avaliação psicológica (Bardagi, et al. 2015; Noronha, et al., 2002; Nunes, et al. 2012; Preto, 2016; Shine, 2008). É responsabilidade do Ministério da Educação a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais de todos os cursos superiores e assim é com a psicologia, ao se verificar as diretrizes da psicologia no art. 5º III se fala da AP,

procedimentos para a investigação científica e a prática profissional, de forma a garantir tanto o domínio de instrumentos e estratégias de avaliação e de intervenção quanto a competência para selecioná-los, avaliá-los e adequá-los a problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional (Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação, 2011, p.2).

As instituições que trabalham e estudam mais a fundo a avaliação não vêm estes itens como suficientes para nortear o ensino da AP no ensino superior. Para tanto, em uma reunião no ano de 2002, o IBAP e a ASBRo discutiram os problemas de ensino e treinamento na área que eram preocupantes (Noronha et al. 2002). Entre os problemas tinham-se instrumentos desatualizados, laudos técnicos mal redigidos, uso inadequado de instrumentos, o uso totalmente técnico sem uma análise crítico-reflexiva fundamentada teórica e cientificamente (Noronha et al. 2002). Assim, sugere-se que se tenha uma melhora no ensino da AP para que esses profissionais sejam capazes de fazer o uso adequado dos instrumentos. Infelizmente, o cenário não mudou após dez anos, tanto que em 2012, Nunes e colaboradores com apoio do IBAP voltaram a produzir um documento com sugestões de novas diretrizes para as disciplinas de AP (Nunes, et al. 2012). O grande risco do aprendizado inadequado das técnicas da AP, incluindo os testes, é primeiramente para o sujeito que está se submetendo a tal procedimento, depois para a psicologia propriamente dita, pois pode gerar um preconceito em relação aos testes de os mesmos não servirem para nada e apenas rotular o sujeito e, por fim, ao profissional que pode perder o direito de atuar (Noronha, et al. 2002; Preto, 2016).

No estudo de Shine (2009) foram revistos diversos laudos psicológicos com faltas éticas denunciados ao CRP de São Paulo. Após a análise qualitativa o estudo concluiu que a maior dificuldade dos psicólogos foi escolher de forma adequada os instrumentos de avaliação e o uso adequado da linguagem. Estudos como de Shine evidenciam a importância de se olhar para o ensino da AP. Segundo Noronha (et al. 2002) o mal aprendizado das técnicas para AP, gera profissionais inseguros e que podem fazer escolhas inadequadas para tal processo tão complexo.

Como discutido, é inegável a importância de se fazer o ensino da AP da forma mais adequada possível, mas como fazer isso, o que deve contemplar a disciplina na graduação,

Castro (2013) levanta algumas questões Qual técnica ensinar? Como ensinar? Como adequar o ensino de teste a realidade de cada instituição? Como propor atividades práticas viáveis? As respostas a estas questões são difíceis ainda hoje, mas alguns estudos como o de Alves, Alchieri e Marques (2002), Borsa (2016), Castro (2013), Noronha e Alchieri (2004), entre outros artigos vem discutindo os currículos das instituições de ensino superior na área de psicologia, em especial as disciplinas de AP, por meio da análise dos mesmos e da opinião dos alunos e professores.

Como tem sido destacado até aqui, é importante se discutir o ensino da AP nas instituições de ensino superior, ou seja, como os testes estão estreitamente ligados a esta área em questão e como são abordados na disciplina de Técnica de Exames Psicológicos nas instituições de ensino superior.

No presente trabalho foi focado o teste PMK para um estudo mais detalhado. O PMK foi elaborado pelo psiquiatra Emilio de Mira y López que o apresentou em Londres no ano de 1940, no Brasil foi inserido por Gall e Chevreuil (Cunha, 2007). É um teste que tem por objetivo avaliar as características da personalidade a partir do registro gráfico dos movimentos musculares do indivíduo nos diferentes eixos de deslocamento no espaço (vertical, horizontal e sagital), este é um instrumento que identifica tanto estruturalmente quanto reacionalmente a personalidade (Mira, 2014; Rueda & Lamounier, 2006). Assim como diversos outros testes este também entende a personalidade segundo pressupostos teóricos dos fatores da personalidade, como Bateria Fatorial da Personalidade, *Sixteen Personality Factors Questionnaire*, entre outros.

O PMK tem como base teórica três pressupostos: Teoria Motriz da Consciência, Tônus Muscular e o Princípio da Dissociação Miocinética. Em síntese o PMK através da retirada do controle visual do sujeito e a possibilidade da realização de movimentos para diversas coordenadas do espaço, permite a movimentação livre de todos os músculos extensor-flexor, abductor-adutor e elevador-depressor do braço. Esta movimentação natural sem qualquer controle permite através da medida dos traços realizados pelo sujeito obter características da personalidade deste (Mira, 2014). Por meio desta análise o teste gerará seis diferentes fatores da personalidade, são esses: emoção, tensão, agressividade, tônus vital, adaptabilidade, relacionamento inter e intrapessoal e impulsividade (Mira, 2014; Rueda; Lamounier, 2006). É um teste considerado gráfico expressivo, utilizado no contexto forense, trânsito, orientação e seleção profissional (Cunha, 2007; Mira, 2014; Rueda & Lamounier, 2006).

Como mostrado no trabalho de Alves, Alchieri e Marques (2002) o PMK era um dos testes mais usados nas disciplinas de AP e também era um dos sugeridos como teste para uma

boa formação do acadêmico. Porém devido à resolução do CFP 002/2003 que institui as normas para considerar um teste apto para o uso de um profissional psicólogo, o PMK foi considerado reprovado e suspenso seu uso e ensino, exceto em pesquisas. Após estudos em 2009, 2010 e 2011, voltou a ser utilizado em 2014, quando foi considerado aprovado pelo CFP (SATEPSI, 2017). Esse movimento evidencia a preocupação do CFP com a qualidade dos instrumentos utilizados pelos profissionais, bem como a eficácia do SATEPSI e também do movimento dos pesquisadores para auxiliar na adequação dos instrumentos para o cenário nacional.

O PMK, no levantamento de Alves, Alchieri e Marques (2002), no de Alves (2003 apud Castro, 2016) e na análise de Sardinha, Alves e Rosa (2014, apud Castro, 2016) também foi considerado um dos testes mais usados no ensino e sua relevância para a psicologia.

Objetivo

Verificar se há diferença no aprendizado do teste PMK entre a Turma A, que não teve apoio de um monitor (SM), e a Turma B, que teve apoio de um monitor (CM).

Método

Esta pesquisa é caracterizada como exploratória e documental, analisando os materiais produzidos pelos alunos da disciplina. Os trabalhos documentais são trabalhos que analisam documentos propriamente ditos, de instituições, de arquivos, entre outros. Os documentos trazidos para este estudo são de primeira mão. Este tipo de pesquisa tem uma série de facilidades como o baixo custo, não haver necessidade de contato com sujeitos e os documentos são ricas fontes de informação (Gil, 2002).

Material

Os documentos para análise no presente trabalho foram frutos de atividades realizadas por alunos de psicologia na disciplina Técnicas de Exames Psicológicos III (TEP-III) em uma instituição de ensino superior do interior do estado de São Paulo. Estes trabalhos compuseram o material de avaliação na disciplina. Foram coletados trabalhos de duas turmas de anos diferentes: uma de 2016, turma A, com uma amostra de 38 trabalhos, e outra de 2017, turma B, com amostra de 32 trabalhos, ambas no 5º semestre do período noturno do curso.

As disciplinas de AP chamada de Técnica de Exames Psicológicos (TEP) nesta universidade eram divididas em quatro disciplinas TEP I, II, III e IV. Em TEP III os alunos aprendiam o PMK, H.T.P., Palográfico e a elaboração de documentos provenientes de uma AP utilizando estes instrumentos. A disciplina era organizada da seguinte forma, com aulas

expositivas contendo a teoria dos testes, forma de aplicação, correção e/ou interpretação dos dados, técnicas de entrevistas semidirigidas para coleta de dados, entrevista devolutiva, e por fim a estrutura de como esses dados deveriam ser dispostos em um relatório. Além das aulas expositivas, tinha a parte prática, na qual os alunos aplicavam os testes em um voluntário, porém, antes de realizarem a atividade no colaborador, tinham que realizar uma atividade de treino entre eles, todos os trabalhos eram realizados em dupla. As duas turmas tiveram essa mesma estrutura, mas a turma B de 2017 teve o apoio de um monitor (CM), que realizava plantões de dúvidas para auxiliar nas atividades práticas, já a turma A de 2016 não teve monitor (SM).

Para este trabalho foi analisado apenas a parte da mensuração do PMK realizada pelos alunos de ambas as turmas. Assim como os alunos, para realizar a análise da correção feita por eles foi utilizado o manual técnico publicado em 2014. Como é conhecido por alguns o teste PMK é constituído por 6 folha e cada uma com quantidade e exercícios diferentes, porém quase sempre tem que se analisar os mesmos dados que são Desvio Primário (DP), Desvio Secundário (DS), DS egocifugo (DSegf), DS egocipeto (DSegp) e Comprimento Linear (CL). Neste trabalho foi feita uma análise qualitativa da correção feita pelos alunos, ou seja, foi visto se os alunos realizaram corretamente todos os passos indicados pelo manual e ensinados durante as aulas para se obter DP, DS, DSegf, DSegp e CL.

Resultados e Discussão

A seguir é exposto e discutido os dados encontrados quando comparado as turmas. Para comparação das variáveis categóricas entre as turmas foram utilizados os testes Qui-Quadrado ou exato de Fisher (para valores esperados menores que 5). O nível de significância adotado para os testes estatísticos foi de 5% ($p < 0,05$). Os resultados apresentados a seguir são da comparação dos erros e acertos entre as duas turmas, devido a extensão dos dados, só foram expostas as comparações com diferença estatística entre as turmas.

Tabela 1. Escadas Mão direita (MD) Sinal do DP

Turma	Escadas MD Sinal do DP				Total	Estatística
	Correto		Errado			
	N	%	N	%		
A (SM)	27	71,05	11	28,95	38	p= 0,048
B (CM)	28	90,32	3	9,68	31	
Total	55		14		69	

Como é possível verificar na Tabela 1, quando comparado os acertos e erros de ambas as turmas no item sinal do DP nas escadas da mão direita, os alunos da turma A (SM) erraram significativamente mais ($p=0,048$) do que os alunos da turma B (CM). Considerando os acertos, 71,05% dos alunos da turma A (SM) (N27) acertaram a mensuração e na turma B (CM) foram 90,32% (N28). O que se pode entender por estes dados é que os alunos da turma B (CM) apresentam menos erros e maior incidência de acertos que os da turma A (SM), que por sua vez, teve mais dificuldade ao mensurar o sinal do DP nas escadas da mão direita.

Tabela 2. Cadeias Mão Direita (MD) Sinal do DSegof-vertical

Turma	Cadeias MD Sinal do DSegf-v				Total	Estatística
	Correto		Errado			
	N	%	N	%		
A (SM)	26	68,42	12	31,58	38	P=0.028
B (CM)	28	90,32	3	9,68	31	
Total	54		15		69	

No que tange a mensuração do sinal do DSegof vertical da mão direita na a turma A (SM), 68,42 % (N26) dos alunos acertaram e na turma B (CM) 90,32 % (N28) dos alunos acertaram. Quanto aos erros, 31,58% (N12) dos alunos da turma A (SM) erraram a mensuração e na turma B (CM) foram 9,68% (N3). Após a análise estatística entre os grupos obteve-se $p=0,028$, revelando diferença estatisticamente significativa entre as turmas, com maior incidência de erros na turma A (SM), em contraposição da maior incidência de acertos na turma B (CM). Indicando assim que a turma A (SM) teve mais dificuldade ao mensurar o sinal do DSegofv nas cadeias da mão direita.

Tabela 3. Cadeias Mão Direita (MD) Linha Horizontal (LH) do DSegof-sagital

Turma	Cadeias MD LH do DSegf-s				Total	Estatística
	Correto		Errado			
	N	%	N	%		
A(SM)	31	81,58	7	18,42	38	P=0.014
B(CM)	31	100,0	0	0	31	
Total	62		7		69	

Um dos itens para se avaliar o DSegof-s é realizar uma linha horizontal como parte do processo para se obter o escore e assim classificar. Foi considerado erro neste item quando a linha era feita na posição errada, ou não era feita. Quanto a este passo na mensuração deste item, 81,58% (N31) dos alunos da turma A (SM) acertaram e 100% (N31) da turma B (CM) também. Neste item nenhum aluno da turma B (CM) errou já na turma A (SM) 18,42% (N7) erraram. Ao fazer a análise estatística obteve $p=0,014$, indicando diferença estatística

significativa. Pode-se perceber que mesmo havendo erro na turma A foi pequena a dificuldade em ambas as turmas.

Tabela 4. Cadeias Mão Direita (MD) Linha Horizontal (LH) do DSegp-vertical

Turma	Cadeias MD LH do DSegp-v				Total	Estatística
	Correto		Errado			
	N	%	N	%		
A(SM)	32	84,21	6	15,79	38	p= 0,029
B(CM)	31	100,0	0	0	31	
Total	63		6		69	

Na realização deste passo para mensurar o DSegp-v, 84,21% (N32) dos alunos da turma A (SM) acertaram e 100% (N31) da turma B (CM) acertaram. Quanto aos erros, na turma B (CM) nenhum aluno apresentou erro, já a turma A (SM) 15,79% (N6) dos alunos apresentaram erros, o que indicou diferença estatística significativa entre os grupos ($p=0,029$). Entende-se por estes dados que a turma A (SM) apresentou mais erros do que a turma B (CM).

Tabela 5. Cadeias Mão Direita (MD) Linha Horizontal (LH) do DSegof-vertical

Turma	Cadeias MD LH do DSegof-v				Total	Estatística
	Correto		Errado			
	N	%	N	%		
A(SM)	32	84,21	6	15,79	38	p= 0,029
B(CM)	31	100,0	0	0	31	
Total	63		6		69	

Na linha horizontal realizada para obter a medida do DSegof-v, a turma A (SM) 84,21% (N32) dos alunos acertaram e na turma B (CM) foi 100% (N31). Em relação aos erros, 15,79% (N6) na turma A (SM) e 0% (N0) na turma B (CM), apresentando diferença estatisticamente significativa ($p= 0,029$). Pode-se entender que nesta parte da mensuração a turma B não apresentou erros.

Tabela 6. Cadeias Mão Direita (MD) Ponto Distal do DP

Turma	Cadeias MD Ponto distal do DP				Total	Estatística
	Correto		Errado			
	N	%	N	%		
A(SM)	18	47,37	20	52,63	38	p=0,011
B(CM)	24	77,42	7	22,58	31	
Total	42		27		69	

Ainda na folha das Cadeias na mão direita na etapa do Ponto Distal para encontrar o DP, 52,63% (N20) dos trabalhos da turma A (SM) apresentaram erro, e na turma B (CM) 22,58% (N7) apresentaram os mesmos erros. Quanto aos acertos, 47,37% (N18) dos trabalhos

da turma A (SM) estavam certos, e na turma B (CM) 77,42% (N24), o que indicou diferença estatística significativa entre as turmas ($p=0,011$).

Tabela 7. Cadeias Mão Direita (MD) Contagem de Elos

Turma	Cadeias MD Contagem de Elos				Total	Estatística
	Correto		Errado			
	N	%	N	%		
A(SM)	32	84,21	6	15,79	38	p=0,029
B(CM)	31	100,00	0	0,00	31	
Total	63		6		69	

Outro item avaliado foi a contagem de elos, que nos trabalhos da turma A (SM) 84,21% (N32) estavam certos, e na turma B(CM) foi 100% (N31) dos trabalhos. Nos erros, a turma A (SM) apresentou 15,79% (N6) de trabalhos já a turma B (CM) foi 0% (N0), com diferença estatística significativa ($p=0,029$).

Tabela 8. Cadeias Mão Direita (MD) Franja

Turma	Cadeias MD Franja				Total	Estatística
	Correto		Errado			
	N	%	N	%		
A(SM)	32	84,21	6	15,79	38	p=0,029
B(CM)	31	100,00	0	0,00	31	
Total	63		6		69	

Ao realizar as franjas para mensurar as Cadeias MD, 15,79% (N6) dos trabalhos da turma A(SM) apresentaram erros e na turma B (CM) não houve qualquer erro nesse aspecto. Quanto aos acertos, 84,21% dos trabalhos da turma A (SM) estavam corretos e da turma B(CM) foi 100% (N31) dos trabalhos, apresentando diferença estatística significativas entre as turmas ($p=0,029$).

Tabela 9. Cadeias Mão Esquerda Sinal do DSegf-vertical

Turma	Cadeias ME Sinal do DSegf-v				Total	Estatística
	Correto		Errado			
	N	%	N	%		
A(SM)	27	71,05	11	28,95	38	p=0,018
B(CM)	29	93,55	2	6,45	31	
Total	56		13		69	

Quanto ao sinal do DSegf-v, a turma B (CM) teve 93,55% (N29) dos trabalhos corretos, já a turma A (SM) teve 71,05% (N27) dos trabalhos. Quanto aos erros, foram 28,95% (N11) dos trabalhos da turma A(SM) e 6,45% (N2) dos trabalhos da turma B(CM), o que indicou diferença estatística significativa ($p=0,018$).

Tabela 10. Cadeias Mão Esquerda (ME) Multiplicar por 2 (x2) os dados

Turma	Cadeias ME x2 os dados				Total	Estatística
	Correto		Errado			
	N	%	N	%		
A(SM)	25	65,79	13	34,21	38	p=0,005
B(CM)	29	93,55	2	6,45	31	
Total	54		15		69	

Ao multiplicar os dados por dois da ME, na turma A (SM) 34,21% (N13) dos trabalhos apresentaram erros e na turma B (CM) foram 6,45% (N2). Outros 65,79% (N25) dos trabalhos da turma A (SM) estavam certos, e na turma B (CM) 93,55% (N29) dos trabalhos. Ao fazer a análise estatística obteve-se $p=0,005$, o que indica diferença estatística significativa.

Tabela 11. Cadeias Mão Esquerda (ME) Ponto Distal do DP

Turma	Cadeias ME Ponto distal do DP				Total	Estatística
	Correto		Errado			
	N	%	N	%		
A(SM)	19	50,00	19	50,00	38	p=0,001
B(CM)	27	87,10	4	12,90	31	
Total	46		23		69	

Na contagem de elos da ME nas cadeias, 50% (N19) dos trabalhos da turma A(SM) apresentaram erros já nos trabalhos da turma B (CM) foi 12,90% (N4) que tiveram erro. Quanto aos acertos, 50% (N19) dos trabalhos da turma A (SM) estavam corretos, e na turma B (CM) foi 87,10% (N27). Após análise comparativa entre os grupos obteve-se $p=0,001$ indicando diferença estatística significativa.

Tabela 12. Cadeias Mão Esquerda (ME) Contagem dos Elos

Turma	Cadeias ME Contagem dos Elos				Total	Estatística
	Correto		Errado			
	N	%	N	%		
A(SM)	32	84,21	6	15,79	38	p=0,029
B(CM)	31	100,00	0	0,00	31	
Total	63		6		69	

Em relação às cadeias ME contagem de elos, 15,79% (N6) dos trabalhos da turma A (SM) e nenhum dos trabalhos da turma B (CM) tiveram erros. Quanto aos acertos, 100% dos trabalhos da turma B(CM) e 84,21% (N32) da turma A(SM) estavam corretos. Depois da comparação estatística entre os grupos, obteve-se $p=0,029$ indicando diferença estatística significativa.

Tabela 13. Cadeias Mão Esquerda (ME) Franja

Turma	Cadeias ME Franja				Total	Estatística
	Correto		Errado			
	N	%	N	%		
A(SM)	31	81,58	7	18,42	38	p=0,014
B(CM)	31	100,00	0	0,00	31	
Total	62		7		69	

Quanto as franjas da ME, 18,42% (N7) dos trabalhos da turma A (SM) apresentaram erros, e da turma B(CM) foi 0% (N0). Em relação aos acertos, 81,58% (N31) dos trabalhos da turma A (SM) e 100% (N31) da turma B (CM) estavam corretos. Ao realizar a análise estatística obteve-se $p=0,014$ o que indica diferença estatística significativa.

Tabela 14. US-vertical Mão Esquerda (ME) Sinal do DS

Turma	US-v ME Sinal do DS				Total	Estatística
	Correto		Errado			
	N	%	N	%		
A(SM)	30	78,95	8	21,05	38	p=0,035
B(CM)	30	96,77	1	3,23	31	
Total	60		9		69	

Na folha dos US-v mão esquerda, no sinal do DS, 78,95% (N30) dos trabalhos estavam corretos na turma A(SM) e na turma B(CM) foram 96,77% (N30) dos trabalhos. Quanto aos erros neste item, 21,05% (N8) dos trabalhos na turma A (SM) e 3,23% (N1) na turma B (CM) estavam errados. Ao comparar estatisticamente os grupos, obteve-se $p=0,035$ o que indica diferença estatística significativa.

Tabela 15. Paralelas Mão Esquerda (ME) Sinal do DP

Turma	Paralelas ME Sinal do DP				Total	Estatística
	Correto		Errado			
	N	%	N	%		
A(SM)	24	63,16	14	36,84	38	P=0.001
B(CM)	30	96,77	1	3,23	31	
Total	54		15		69	

Na folha das Paralelas nos exercícios da ME, ao mensurar o sinal do DP, 63,16% (N24) dos trabalhos estavam certos, e na turma B (CM) 96,77% (N30) dos trabalhos. Considerando os erros, a turma A (SM) apresentou 36,84% (N14) e a turma B (CM) 3,23% (N1) dos trabalhos errados. Ao comparar os grupos encontrou-se $p=0,001$. O que indica diferença estatisticamente significativa.

Considerações finais

Na exposição dos dados é possível verificar que há de fato dificuldade dos alunos na mensuração do teste PMK, e em alguns pontos uma dificuldade maior. Os dados desta pesquisa corroboram com os dados do trabalho de Castro (2016), no qual é investigado a percepção dos alunos quanto ao aprendizado deste mesmo teste. No estudo de Castro (2016) os alunos indicam que a mensuração é a parte mais difícil.

Outro dado que pode ajudar a entender a dificuldade dos alunos ao analisar os dados fornecidos no teste é a pesquisa de Souza, Paula e Castro (2017), na qual identificaram que uma das dificuldades dos alunos na disciplina de AP é a busca de dados nos manuais, entendimento das tabelas normativas e integração desses dados, o que pode justificar a dificuldade de realizar a mensuração do PMK. Em outro trabalho de Paula, Souza e Castro (2017), onde discutem aspectos que facilitam e dificultam o aprendizado dos alunos na disciplina de AP, os alunos relataram que a organização pessoal para realizar as atividades acadêmicas dificultam o processo de aprendizado. Isso também foi possível observar de forma prática no presente estudo, pois analisando os dados aqui expostos vê-se que em algumas folhas os alunos só apresentaram erros nos exercícios da mão esquerda e não da mão direita, por exemplo, sendo que é o mesmo processo para ambas. Como as atividades eram em dupla, a hipótese levantada é que os alunos dividiam os exercícios entre eles e por isso os desencontros de dados, mostrando assim uma desorganização para realizar a atividade, o que realmente pode afetar o aprendizado dos alunos. Apesar da ocorrência de erros na exposição dos dados, foi possível observar uma incidência muito maior de acertos nos trabalhos. Isso indica que a estrutura de aula expositiva, com aula prática onde se treinava a aplicação e mensuração do teste, momentos para retirar dúvidas com o professor e a realização da atividade em dupla se mostraram eficazes. Ao inserir o monitor na disciplina, que acompanhava os alunos da turma B nas atividades práticas se percebe nos dados uma sensível baixa de erros nos trabalhos, podendo indicar que a presença do monitor é eficaz para um melhor aprendizado das técnicas de avaliação. Pela pertinência do tema, mais estudos são necessários, ampliando-se a amostra e as análises.

Referências

- Alves, I. C. B., Alchieri, J. C. & Marques, K. C. (2002). As técnicas de exame psicológico ensinadas nos cursos de graduação de acordo com os professores. *Psico-UFS*, 7 (1), 77-88.
- Bardagi, M. P. et al. (2015). Ensino da avaliação psicológica no Brasil: levantamento com docentes de diferentes regiões. *Avaliação Psicológica*, 14 (2), 253-260.

- Borsa, J. C. (2016). Considerações sobre a formação e a prática em avaliação psicológica no Brasil. *Tema de Psicologia*, 24 (1), 131-143.
- Castro P. F. (2013). Caracterização do ensino de avaliação psicológica no estado de São Paulo. *Boletim Psicologia*, 63 (163) 81-102.
- Castro, P. F. (2016). Processo de aprendizagem do Psicodiagnóstico Miocinético segundo a percepção dos estudantes. In: E. T. K. Okino, et al. (org). *VIII Congresso da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos, Métodos projetivos e suas demandas na Psicologia contemporânea*. Florianópolis, Santa Catarina.
- Conselho Federal de Psicologia (2018) *Resolução nº 009/2018*. Recuperado a partir de <http://satepsi.cfp.org.br/docs/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-09-2018-com-anexo.pdf>.
- Conselho Regional de Psicologia. (2014). *Manual de orientações – Legislação e recomendações para o exercício profissional do psicólogo* (4a ed.). Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, SP : CRP SP. Recuperado a partir de <http://www.crsp.org/fotos/pdf-2015-10-02-11-29-22.pdf>.
- Couto, G., Pires, S. D, & Nunes, C. H. S. S. (2012). Proposição sobre avaliação psicológica no contexto de uma psicologia pluralista. In: .G. Couto, S. D. Pires, & C. H. S. S. Nunes (org.) *Os contornos da Psicologia contemporânea: temas em avaliação psicológica*. (pp.13-28), São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cunha, J. A. (2007). Fundamentos do psicodiagnóstico. In: J. A. Cunha, *Psicodiagnóstico* (Vol. 5, ed. [Versão Digital], pp. 23-31) São Paulo: ARTMED.
- Gil, C. A. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a ed.). São Paulo: Atlas.
- Mira, A. M. G. (2014) *PMK: Psicodiagnóstico Miocinético* (5a ed.). São Paulo: Vetor.
- Ministério da Educação. (2011). *Resolução nº5 de 15 de março de 2011*. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. Recuperado a partir de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192.
- Noronha, A. P. P. et al. (2002). Em Defesa da Avaliação Psicológica. *Avaliação Psicológica*, 1 (2) 173-174.
- Noronha, A. P. P & Alchieri, J. C. (2004). Conhecimento em avaliação psicológica. *Estudos de Psicologia*, 21 (1), 43-52.
- Nunes, M. F. O. et al. (2012). Diretrizes para o ensino de avaliação psicológica. *Avaliação Psicológica*, 11 (2), 309-316.

- Paula, A. V.; Pereira, A. S. & Nascimento, E. (2007). Opinião de alunos de psicologia sobre o ensino em avaliação psicológica. *Psico-USF*, 12(1), 33-43.
- Paula, T. T.; Souza, T. R. A. & Castro P. F. (2017, outubro). Reflexões sobre o processo de aprendizagem de avaliação psicológica segundo a percepção de estudantes. *Anais Resumos e Trabalhos da 47ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia*, São Paulo, SP, Brasil.
- Preto, C. R. S. (2016). *Laudos Psicológicos*. Curitiba, Juruá.
- Rueda, F. J. M. & Lamounier, R. (2006). O psicodiagnóstico miocinético em motoristas: diferenças por gênero, escolaridade e idade. *Avaliação Psicológica*, 5 (2), 179-187.
- Shine, S. K. (2009). *Andando no fio da navalha: riscos e armadilhas na confecção de laudos psicológicos para a justiça*. Tese Doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Shine, S. org. (2008). *Avaliação Psicológica e lei: adoção vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas* (2a ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza, T. R. A.; Paula, T. T. & Castro P. F. (2017, outubro). Análise sobre o processo de aprendizagem de avaliação psicológica segundo a percepção dos acadêmicos. *Anais do XXII Encontro de Iniciação Científica*, Taubaté, SP, Brasil.
- Vasconcelo, A. G, Nascimento, E. & Sampaio, J. R. (2011). PMK: validade preditiva do PMK em relação à presença de sintomas psicopatológicos. *Psico-UFS*, 16 (2), 143-149.

A hora lúdica terapêutica como técnica projetiva e o aprender com a experiência: um estudo de caso

Marcella Bellini

Martha Franco Diniz Hueb

Universidade Federal do Triângulo Mineiro


Resumo: A proposta deste trabalho é compartilhar uma experiência de atendimento psicoterapêutico infantil a partir da abordagem psicanalítica, técnica de investigação do inconsciente que se sustenta na projeção de aspectos do paciente em seu analista. Trata-se do caso de uma menina que foi levada à terapia devido à preocupação da mãe pelo excesso de timidez apresentada, além da ligeira gagueira, fato que gerava pouca comunicação e movimento estereotipado de entortar a boca para responder oralmente ao interlocutor quando lhe era dirigida a palavra. A criança submeteu-se muito precocemente a uma cirurgia renal de alto risco, condição que ainda repercute no imaginário materno e em toda dinâmica familiar. Considerando que esta apresentação trata-se de um caso clínico, o método empregado foi o atendimento psicoterapêutico, com sessões de cinquenta minutos de duração, sustentado na hora lúdica terapêutica, que se estenderam por aproximadamente doze meses. Para tanto, este estudo surgiu com o objetivo de assimilar alguns pontos da teoria bioniana, proporcionando, a partir daí uma interlocução entre reflexões sobre como os elementos *beta* manifestam-se após eventos não digeríveis e como a função *alfa* pode acontecer no ambiente terapêutico favorecida pelas projeções que são incentivadas pelo brincar espontâneo. Considera-se que a paciente recebeu informações adequadas (na compreensão da mãe), mas não teve condições de transformar ou metabolizar o impacto sensorial em pensamentos para formulação verbal. De certo modo, acredita-se que tal fato se dê em decorrência da cirurgia pediátrica, aquela que de qual ordem for, traz consigo uma série de experiências que geram incômodos pré e pós cirúrgicos, tornando-se geralmente, um evento incompreensível para a criança. Durante o período de terapia, o *setting* correspondeu ao continente e os processos psíquicos que se desenrolaram nas sessões corresponderam ao conteúdo, de tal forma que através do brincar utilizado como técnica projetiva, a criança pôde desenvolver sua função *alfa*, simbolizando e transformando em linguagem aquilo que tinha ficado tão concreto em seu corpo, podendo agora fantasiar, falar sem restrições, interagir com o ambiente e criar situações a partir dele, sem que este fosse sentido como ameaçador ou vazio.



Palavras-chave: Métodos Projetivos; Hora do Jogo; Psicanálise Infantil.

Introdução

Pelo vértice da teoria psicanalítica, são apresentados os conceitos de continente e conteúdo, *rêverie* materna, e de função alfa (α) de acordo com a teoria Bioniana para posterior correlação com um caso de psicoterapia infantil. A conceituação de Bion quanto “à origem, à natureza e ao funcionamento do continente materno – ou do psicanalista – constitui-se como um dos postulados fundamentais tanto da teoria como da prática psicanalítica” (Zimmerman, 1995, p. 230).

Bion propõe uma dinâmica entre o continente e o conteúdo e nos diz que desta relação se dá a possibilidade de se gerar elementos alfa, ou seja, o continente e o conteúdo também tornam-se um dos fatores da função alfa, estes elementos carregam em si o significado próprio da palavra: alfabetizar – no sentido de aprendizados de elementos, capacidade de simbolizar e

são representados pelos símbolos  (masculino e feminino) referindo à relação continente/contido.

De tal maneira, pode-se dizer que o conteúdo  diz respeito à um conjunto de necessidades, desejos, demandas ou angustias do bebê que penetram na mente da mãe por meio de identificações projetivas. Por sua vez, o continente  materno refere-se à receptividade que a mãe tem ao conteúdo que lhe foi penetrado. No contexto de atendimento clínico, pode-se pensar nas questões do paciente que penetram na mente do terapeuta em decorrência desta identificação projetiva (Zimmerman, 1995).

Quando as impressões sensoriais são incapazes de serem digeridas, vivências emocionais ou pressões instintivas que não conseguem serem pensadas são nomeadas de elementos beta (β), considerados ‘coisas-em-si’. Assim, pode-se considerar que [os elementos β] tem importância para produzir atuações pois ainda não há a capacidade de representar mentalmente as ideias, inicialmente tem-se um tipo de pensar que depende do manipular coisas-em-si por não haver poder de abstração (Bion, 1991a).

Entende-se que Bion parte da ideia de que os pensamentos se formam numa sequência em que uma pré concepção, correspondente a um pensamento vazio pois não ocorreu ainda no aparelho mental, necessita encontrar-se com algo da realidade para que a partir do acasalamento (entre o conteúdo e continente) possa dar origem à um conceito ou pensamento. Destarte, como aponta o autor, na análise, o paciente que não é capaz de abstrair, luta para sobreviver com um aparelho mental capacitado apenas para introjetar e projetar elementos beta (Bion, 1991a).

Diante disso, destaca que o bebê não é capaz de sozinho, fazer uso de dados sensoriais, ou seja, de elementos beta, para transformá-los em elementos alfa, aqueles úteis ao pensamento. Por tal motivo, por meio da identificação projetiva o bebê evacua esses elementos beta na mãe, confiando que ela seja capaz de fazer uso de sua própria “função alfa”, e o conteúdo depositado do bebê em elementos alfa, que serão futuramente devolvidos e utilizados por ele para o pensar (Bion, 1991b).

Isso significa que o conhecimento para Bion, avança em função do pensamento, ou seja, o ato de ‘conhecer’ é uma meta que representa uma parte do ‘pensar’, tendo êxito no seu desenvolvimento na medida em que três fatores se correlacionem: em primeiro lugar, como a mãe real utiliza o seu próprio pensar e conhecer, de maneira que é capaz de conter as angustias do filho, o segundo fator diz respeito à capacidade que a criança tem quanto à formação de símbolos, intimamente relacionado inserção na posição depressiva, por fim, o terceiro fator compreende aquilo que Bion estudou acerca do “desejo de conhecer a respeito dos conteúdos

mentais”, como estando intimamente conectado com as emoções de amor e ódio (Zimmerman, 1995, p.157).

A função materna contém, desintoxica e confere significado(s) aos estados emocionais iniciais do bebê, de tal modo que quando não é proporcionado o acolhimento as projeções do bebê ficam perdidas, podendo tomar um caminho da somatização, ou de atuações. De acordo com o apresentado, as projeções da criança são de fato inseridas no psiquismo da mãe ou do cuidador, tanto de forma positiva quanto de forma negativa, ou seja, quando existe a capacidade de acolher, decodificar, nomear ou quando a mãe experimenta alguma turbulência emocional de efeitos maléficos (Zimmerman, 1995, p. 151).

Esta função desenvolvida pela mãe foi designada como *rêverie*, ou seja, uma capacidade da mãe em corresponder a um estado mental descrito como de calma receptividade para sentir e acolher o que lhe é depositado pelo bebê e lhe atribuir um significado, existe neste sentido, a função de desenvolvimento de um aparelho para conter as emoções e pensar os pensamentos. Em virtude desta capacidade da mãe, os elementos beta, terão a oportunidade de serem transformados em elementos alfa.

À vista disto, pode-se considerar que o aparelho para pensar não se desenvolve quando há dominância de vida mental sem o poder de abstração, contando apenas com objetos concretos, pois se não há capacidade de representação mental isso quer dizer que se impõe um limite do campo de investigação (Bion, 1991a).

Conjuntamente, as teorias de funções e de função-alfa tornam possível interpretações demonstrando como o paciente pode ser capaz de experimentar sentimentos, sem que com isso aprenda com eles. “Ademais, as impressões sensíveis têm certo significado, mas pela não consolidação da função-alfa e falta de representação mental daquelas é incapaz de lhes reconhecer sentido” (Bion, 1991a, p. 40).

Assim sendo, Bion (1991b) considera que quando há a incapacidade de tolerar frustrações, tem-se a obstrução do desenvolvimento de pensamentos e da própria capacidade de pensar, por outro lado, quando a frustração pode ser tolerada, a associação de concepção e realizações, sejam negativas ou positivas, iniciam-se os procedimentos necessários para aprender com a experiência. Assim, é devido a atuação da função alfa sobre a percepção da experiência que é possível o aprender com a experiência. Neste sentido, se só estão presentes os elementos beta, não há repressão nem supressão nem aprender, pois eles não se tornam inconscientes.

Material para análise

No caso apresentado, a criança terá o nome fictício de Maria. Maria é uma menina de 3 anos que chega para sessão por desejo da sua mãe. Na entrevista inicial a demanda da mãe é para que a filha não seja “uma criança sonsa”, a menina apresenta pouca comunicação, e quando o faz apresenta gagueira, há também ligeira dificuldade ao falar, causada principalmente pelo movimento estereotipado de entortar a boca para responder quando lhe é dirigida a palavra, apesar disso, não tem queixa da escola e recebe elogios por ser comportada e quieta.

A criança passou por uma cirurgia renal de urgência aos 2 anos de idade, de acordo com sua mãe elas se prepararam para este momento, a mãe comprou “brinquedos de médicos, bonecas para a menina brincar de cirurgia...tudo para ela ir acostumando”, a mãe revela ter medo de bonecas e mesmo quando criança não gostava de brincar com elas, mas agora fazia isso para ajudar a filha, hoje em dia quando Maria não está em casa, a mãe as “esconde”. No período pós-operatório, no entanto, a filha olhava para a mãe e não se comunicava com ela “por alguns dias”, por volta do segundo ou terceiro dia que a comunicação se estabeleceu novamente. A mãe relata que Maria não chora, sempre foi um bebê tranquilo, interage com os brinquedos e se é contrariada, prefere brincar sozinha.

Na primeira sessão Maria ao se deparar com os brinquedos não consegue sequer pegar um, apresenta um movimento lentificado das mãos em direção aos brinquedos, ficando por algum tempo na frente deles, não havia nas primeiras sessões a procura ou interesse com os brinquedos e nem para as brincadeiras estimuladas. A criança também não conseguia fantasiar criando situações com os brinquedos disponíveis e quando incentivada dizia “não sei” ou “tudo” (por exemplo: do que você gosta de brincar? / o que a gente pode fazer com essas bonecas?).

Durante as sessões, a paciente alterna repetidamente de brinquedos, dizendo que quer “outro”; quando incentivo a brincadeira e interajo com os brinquedos, a paciente dá gargalhadas e pede para que eu fale com as bonecas que nominou de Lulu e Alice, mas para isso coloca as mãos na boca.

Após um ano de acompanhamento Maria a entrou em um processo de falar sobre sua cirurgia e sua cicatriz simbolizando algumas questões na interação com as bonecas: Maria prepara as refeições e alimenta as bonecas, troca de roupa, transforma as gavetas da sala em máquina de lavar roupa e a maçaneta da porta em varal para seca-las, leva as bonecas ao médico e elas também passam por cirurgias (sempre que isso acontece Maria mostra sua cicatriz). Certa vez, quando Lulu se recuperava de uma cirurgia a criança, cuidando de Alice, pede para que pegue a boneca no colo por que ela está chorando, ao segura-la digo ‘calma Lulu, sei que alguma

coisa está doendo e por isso você está chorando, mas eu vou cuidar de você' e Maria responde, ainda interagindo com a boneca Alice 'e de mim também'.

Discussão

O material ilustrativo traz a situação de uma criança por volta dos seus 3 anos de idade que após uma cirurgia renal importante começa a apresentar sintomas que antes não eram percebidos pela sua mãe, eventos como: gagueira, movimento estereotipado da boca, entortando-a para o lado, pouca ou nenhuma interação com os brinquedos e outras crianças.

De acordo com Broering, De Souza, Kaszubowski e Crepaldi (2017), a cirurgia pediátrica deve demandar atenção multiprofissional, principalmente no que tange à preparação pré-operatória, uma vez que estudos apresentam relações entre a dificuldade de entendimento da situação vivida e o aumento de efeitos adversos no pós-operatório podendo deixar marcas permanentes na vida da criança.

Como foi apresentado do ponto de vista teórico, o ambiente externo deve ter um papel fundamental para oferecer oportunidades referentes aos aspectos físicos e emocionais da criança, para que ela possa adquirir novas experiências e habilidades, para isto, é necessário que a mãe se disponha a algumas funções de *rêverie* materna, continente e conteúdo proporcionando a criação da função alfa.

Para Pfeifer e Quintana (2015), qualquer cirurgia se constitui em uma experiência que ameaça à integridade física, e isso independe da idade, do tipo da cirurgia ou se o paciente já viveu algo semelhante; quando trata-se de cirurgia pediátrica, a situação não é diferente, este momento também é carregado de afetividade, gerando marcas que muitas vezes não podem ou não conseguem ser ditas. De tal modo, para as autoras, a doença provoca uma situação que não é desejada nem pelo indivíduo nem pela sua família.

No contexto infantil comumente pensa-se que a criança por ainda estar em desenvolvimento, nem sempre é capaz de compreender os motivos e a complexidade da sua doença e do processo cirúrgico. Além disso, percebe-se que geralmente é grande a dificuldades dos pais em falarem com seus filhos sobre a importância do procedimento e dos cuidados médicos, fato que leva o casal a omitir informações ou enganar a criança (Pfeifer & Quintana, 2015)

Pode acontecer, segundo Zimmerman (1995, p. 235) que “o continente materno não consiga tolerar e conter uma emoção forte e primitiva que, por causa disso, tenda a perder a significação importante que representa para a criança”. Neste sentido, pode-se inferir que as experiências vividas pela família na ocasião da cirurgia de Maria foram intensas também para

a mãe, e que apesar de se mostrar disposta, não conseguiu elaborar a situação para devolve-la de maneira satisfatória para a criança, impossibilitando que a sua função alfa pudesse se consolidar.

Assim entende-se que a consciência de si depende da consolidação da função alfa e que isso pode ser atingido quando se tem êxito da posição depressiva. É nesta posição que é possível a formação de símbolos, os quais substituem e representam todas as perdas inevitáveis que acontecem durante o processo de desenvolvimento. Como resultado, a formação de símbolos oferece a capacidade de abstração e criatividade, inserindo e registrando o sujeito no campo do simbólico (Fochesatto, 2013).

A mãe de Maria relata que após a cirurgia, a criança deixou de falar com ela por algum tempo; reflito que este fato possa estar relacionado também à não consolidação da função alfa, como apontado no capítulo cinco por Bion (1991a), no qual ele considera que a função alfa pode ser destruída pelo ódio e inveja. Nas considerações de Bion (1991a, p.30) “a parte que o amor desempenha escapa à observação, pois a inveja, a rivalidade e ódio a encobrem, embora não exista ódio sem a presença de amor”.

Ainda referente sobre a não consolidação da função-alfa na paciente, pode-se relacionar com um trecho mais adiante em que Bion traz considerações sobre esta relação entre a inveja e ódio considerando que este movimento de invejar-se pela condição do outro obriga o indivíduo a negar a existência do amor, compreensão, experiência e sensatez que o seio pode lhe proporcionar, funcionando como um impeditivo para o desenvolvimento e consolidação da função alfa, portanto, quando não há a possibilidade de representar mentalmente estas situações, o paciente identifica-se como sendo incapaz de gratidão ou solicitude por si e os outros.

A análise do caso permite reconhecer facilmente como muitas manifestações exageradas de sintomas, representam um desesperado recurso excessivo da paciente em busca de um continente que lhe proporcione significados. Reflito que no caso de Maria a experiência emocional vivida por volta dos seus 2 anos de idade não se transformou em elementos-alfa; assim, sua cirurgia se tornou um fato indigestível, com ausência de representação mental e poder de abstração, por isso a sua resposta era sempre “não sei” ou “tudo”.

Fochesatto (2013) afirma que a forma pela qual o cuidador recebe as identificações projetivas da relação com a criança vai influenciar na capacidade de tolerância desta em relação às frustrações, neste movimento, a autora considera que neste momento pode-se introduzir a noção de capacidade de *rêverie*, a qual refere-se à uma exigência que a mãe passa, mostrando que é capaz de assimilar o que se passa com seu filho muito mais através de um estado de sonho e intuição do que propriamente através dos órgãos do sentido.

Desse modo, a capacidade de *rêverie* da mãe se refere justamente à condição de conseguir acolher, conter e refletir sobre o que é projetado dentro dela, dando sentido aos elementos beta fortemente projetados e devolvendo elementos alfa nomeados e significados. Isto posto, percebe-se que a capacidade de pensar, que está em nós a priori, e de acordo com a teoria bioniana, está intrinsecamente ligada à capacidade de *rêverie* do cuidador, este, portanto, funciona como um facilitador deste processo, ou não (Fochesatto, 2013).

No caso de Maria, após um ano de acompanhamento percebe-se que ela conseguiu criar um processo de falar sobre sua cirurgia e a causa da sua cicatriz, podendo simbolizar algumas questões na interação com as bonecas. À medida que a menina começa a interagir com os brinquedos como por exemplo, preparar as refeições e alimentar as bonecas, troca-las de roupa, transformar as gavetas da sala em máquina de lavar roupa e a maçaneta da porta em varal para secá-las, ela tenta se apropriar de uma experiência desagradável.

No episódio em que a boneca Lulu se recuperava de uma cirurgia, a criança enquanto cuidava da boneca Alice, pede para que eu pegue no colo uma das bonecas que está chorando, ao segura-la digo ‘calma Lulu, sei que alguma coisa está doendo e por isso você está chorando, mas eu vou cuidar de você’, ao que Maria responde, ainda interagindo com a boneca Alice ‘e de mim também’. Evidencia-se neste trecho que através do seu brincar, há a possibilidade de projeção de conteúdos afim de atribuir significação às coisas, sendo capaz de colocar-se agora, em contato com situações que era difíceis de serem digeridas até então.

Nessa perspectiva, entende-se que a criança passou a vivenciar ativamente conteúdos que, na época da cirurgia, vivenciou de maneira passiva, com isso, em termos bionianos, considera-se que é devido a atuação da função alfa sobre a percepção da experiência que foi possível à Maria aprender com a experiência. Neste sentido, se só estivessem presentes os elementos beta, não haveria repressão nem supressão nem aprender, pois eles não se tornam inconscientes.

Portanto, infere-se que foi se desenvolvendo um continente abstrato criado não só pela minha figura, mas pelo *setting* e princípio de realidade que ele, pouco a pouco, também ia oferecendo à menina; a exemplo disto que está o fato de que ao passar do tempo, a criança começou a perguntar se a nossa “sessão já estava acabando”, repetindo uma afirmação que eu fazia geralmente para sinalizar o fim do atendimento; sobre isso, penso que Maria recebeu contenção emocional podendo entender que o espaço oferecido no momento da terapia era de alívio de tensões, mas também de deveres, carregando sempre aos finais destes encontros a sensação de que sempre haverá um novo dia para ser amparada.

Considerações Finais

O bebê, quando nasce, necessita da mente adulta para tornar-se humano; há neste momento a procura da mente da mãe e essa busca acontece com certa urgência pois o bebê vivencia as situações como uma necessidade violenta, não há, ainda, a compreensão da espera. Assim, esta urgência é enviada para a mente da mãe por que não cabe na mente do bebê; por sua vez, a mãe pode lidar de maneira – amorosa, e com isso o bebê vai ganhando segurança, ou agressiva, e com isso, devolve para o bebê a angústia, tirando o significado do seu sofrimento de uma forma pouco amorosa.

A exemplo do material ilustrativo trazido para discussão, considera-se que a pequena Maria recebeu informações adequadas (na compreensão da mãe) sobre a sua cirurgia, mas não teve condições de transformar ou metabolizar o impacto sensorial em pensamentos para formulação verbal. A literatura mostra que o acompanhamento psicológico pré-operatório pode funcionar como medida preventiva com o intuito de diminuir o estresse psicológico, a ansiedade e o tempo de internação da criança e dessa forma pode-se poupar a criança de experimentar consequências pós-operatórias negativas.

Durante o período de terapia da criança, é possível perceber que após um evento traumático como foi o caso da cirurgia, onde houve a vivencia de impressões sensoriais que foram incapazes de serem digeridas, formaram-se elementos beta uma vez que não foi possível pensar e nomear as emoções. Neste sentido, a mente da criança permaneceu produzindo atuações pois não foi garantido à ela a capacidade de representar mentalmente as ideias, não atingindo o poder de abstração.

Ainda assim, durante a terapia foi proporcionado à pequena Maria partir de um pensamento vazio para encontrar-se com algo na realidade, partindo do conceito bioniano, a partir do acasalamento foi possibilitado à paciente dar origem à pensamento. Verifica-se que o *setting* correspondeu ao continente e os processos psíquicos que se desenrolam na sessão correspondem ao contido, de tal forma que a criança pôde desenvolver sua função alfa, simbolizando e transformando em linguagem aquilo que tinha ficado tão concreto em seu corpo.

Ao final do processo terapêutico, a criança pôde fantasiar, falar sem restrições, interagir com o ambiente e criar situações a partir dele, sem que fossem sentidos como ameaçadores ou vazios, suprimindo o efeito da carência da função alfa sobre sua personalidade. Considera-se, por fim, que a capacidade de *rêverie* da psicóloga, surtiu efeitos para a criança, levando-a a compreender suas angústias de forma tolerável e produtiva aos pensamentos.

Referências

- Bion, W. R. (1991a). *O aprender com a experiência*. Rio de Janeiro: Imago.
- Bion, W. R. (1991b). Uma teoria do pensar. In: E. B. Spillus *Melaine Klein hoje: desenvolvimentos da teoria e da técnica*. vol 1. Rio de Janeiro: Imago.
- Broering, C., De Souza, C., Kaszubowski, E., & Crepaldi, M. (2017). Efectos de la Preparación Psicológica Prequirúrgica sobre el Estrés y la Ansiedad en Niños y Niñas. *Acta Colombiana De Psicología*, 21(1), 239-248.
- Fochesatto, W. P. F. (2013). Reflexões sobre a "teoria do pensar", de Bion. *Estudos de Psicanálise*, 40, 113-117.
- Pfeifer, P. M., & Quintana A. M. (2015). O ato cirúrgico e as fantasias infantis: uma revisão da literatura. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 23 (2), 9- 16.
- Zimerman, D. E. (1995). *Bion da teoria à prática*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Técnicas e testes projetivos em debate: os desafios na área da docência

Aline Gadelha de Almeida Duarte

Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza e Faculdade de Tecnologia Intensiva

Rebeca Moreira Rangel

Faculdade Maurício de Nassau e Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará

Resumo: O psicodiagnóstico se baseia na avaliação e compreensão dos fenômenos psíquicos, utilizando-se de uma leitura do comportamento manifesto, bem como uma investigação do sujeito a partir de suas forças e fraquezas psíquicas, mediante o uso de instrumentos como testes, entrevistas e outros métodos, visando compreender o sujeito em sua totalidade. As técnicas projetivas, por sua natureza ambígua e amorfa, oferecem acesso ao mundo dos sentidos, sentimentos e conflitos inconscientes do sujeito, por representarem um procedimento de testagem disfarçada. O presente estudo tem como objetivo discutir a dificuldade dos discentes em entender a riqueza que os testes e as técnicas projetivas podem fornecer na compreensão da trama dinâmica das construções e das redes que configuram o universo psíquico individual. O presente trabalho se baseou num relato de experiência comparativo, realizado a partir da vivência de duas docentes do curso de psicologia de duas faculdades particulares de Fortaleza. As observações e anotações se deram no decorrer do segundo semestre de 2017. Como resultados importantes encontramos que os embates na avaliação psicológica se originam na comparação das técnicas projetivas com os testes psicométricos, que são configurados como principais instrumentos eficazes de se avaliar a personalidade, uma vez que se baseiam em teorias de medida e em normas estatísticas. Percebemos que os universitários apontam uma fragilidade dos testes e técnicas projetivas, pois acreditam na pouca validade desses instrumentos, em virtude da existência da subjetividade na interpretação dos dados. Nesse contexto, apontamos que os aspectos encobertos, latentes e inconscientes proferidos pela projeção elucidadas nos testes e nas técnicas projetivas são apenas parcelas, recortes de um quadro bem maior, o que justifica e reforça o uso de recursos psicológicos complementares. Concluimos assim, que a fidedignidade dos instrumentos projetivos circunda a necessidade de sensibilidade, tato e reconhecimento na interpretação dos dados balizados a partir de uma teoria psicológica subjacente, bem como uma experiência clínica desse profissional, o que, devido ao contato superficial proporcionado aos alunos nas disciplinas da faculdade, provocam, inicialmente, incômodos, questionamentos e, até mesmo, certa rejeição das técnicas.

Palavras-chave: Discentes de psicologia; Dificuldades; Técnicas Projetivas.

Introdução

O psicodiagnóstico se baseia na avaliação e compreensão dos fenômenos psíquicos utilizando-se de uma leitura do comportamento manifesto, bem como uma investigação do sujeito a partir de suas forças e fraquezas psíquicas, mediante o uso de instrumentos como testes, entrevistas e outros métodos, visando compreender o sujeito em sua totalidade. Nesse cenário, torna-se relevante frisar a importância dos testes psicológicos como instrumentos científicos de aferição de fenômenos psíquicos, mas também de outras técnicas psicológicas que conferem um panorama profundo, mas não total da personalidade humana (Peres & Justo, 2005). Ou seja, algumas limitações e restrições são inerentes aos instrumentos psicológicos utilizados na Avaliação Psicológica.

Revisitando a literatura, percebemos momentos cíclicos de críticas aos variados procedimentos utilizados na área de Avaliação Psicológica, ou seja, momentos estes de descrença ou de negação da importância dos métodos e técnicas psicológicas de uma forma

geral (Villemor-Amaral, 2008). Em cada período predominam atitudes e tendências científicas atreladas a uma conjuntura socioeconômica e acadêmica, sempre resvalada de uma necessidade da Psicologia adquirir uma utilidade social (Pasqualini-Casado & Villemor-Amaral, 2006).

O século XX foi importante na área da testagem no sentido de realizar a mensuração de capacidades sensoriais, tempo de reação, dentre outros. Em 1900, houve o surgimento dos primeiros testes formais de inteligência, dando um certo entusiasmo a sociedade, pois criaram-se testes para medir características mentais variadas tais como: personalidade, interesses, atitudes, entre outras (Cohen, Swerdlik & Sturman, 2014). E foi nesse cenário que a Psicologia clínica se tornou similar a “testagem mental”, ganhando força os testes psicométricos (instrumentos cujas normas gerais eram quantitativas, onde o resultado era um número ou medida que era comparada a média da população a qual o indivíduo fazia parte).

Já na Primeira Guerra Mundial, houve a necessidade de se criar um instrumento de aferição não só da capacidade intelectual dos recrutas, mas também do seu ajustamento e estabilidade emocional, denominados como autorrelatos. Estes instrumentos de medida de personalidade, que consistiam nos próprios avaliandos fornecerem informações respondendo a perguntas, foram alvos de uma crítica contundente: uma obtenção de uma visão errônea dos testandos, em virtude dos mesmos terem uma visão pobre de si mesmos, ou de falsear informações intencionalmente. E é nessa conjuntura de deficiência desse método de avaliação da personalidade que foram criados os métodos projetivos (Cohen et al., 2104).

Os métodos projetivos, por sua natureza ambígua e amorfa, oferecem acesso ao mundo dos sentidos, sentimentos e conflitos inconscientes do sujeito, por representarem um procedimento de testagem disfarçada, revelando aquilo que o sujeito não pode ou não quer dizer, frequentemente por não se conhecer bem (Formiga & Melo, 2000; Pinto, 2014).

Frank, em 1939, foi o precursor das técnicas projetivas, utilizando-se da expressão métodos projetivos para reunir sob o mesmo termo uma diversidade de testes até então utilizados. Ele postulava que as técnicas projetivas consistiriam em estímulos vagos e plásticos para criar maiores possibilidades de revelação, onde o sujeito expressava seu mundo interior, ou seja, os respondentes “projetavam” seus processos de pensamento, suas necessidades, e seus sentimentos característicos permitindo uma apreciação dinâmica e global do indivíduo (Cohen, 2014; Pinto, 2014). Se o estímulo fosse definido, ao falar sobre ele a pessoa estaria bem próxima de uma descrição objetiva da realidade externa, com uma percepção cognoscitiva (Bellak, 1967). Desta maneira, as técnicas projetivas utilizadas pelos psicólogos ajudariam a captar esse mundo simbólico que, na maioria das vezes, é difícil de ser expresso pelo indivíduo pela sua linguagem verbal.

Em contrapartida, sabendo-se que os testes psicométricos são baseados em teorias de medidas, em normas estatísticas, e que os itens do teste são objetivos, podendo ser computados de forma independente uns dos outros, não faz sentido falarmos de uma oposição de “psicométricos” a “projetivos”, visto que as questões relacionadas à validade e confiabilidade entre estes obedece a uma perspectiva diferente.

Os testes projetivos se focam em aspectos qualitativos do desempenho e numa maior interação do psicólogo com o avaliando. Vale ressaltar que tais procedimentos de medidas não se superpõem, pois, além de serem singulares, acessam informações em níveis diferentes, ou seja, apreendem aspectos distintos de um mesmo estado motivacional, traço ou necessidade (Pasqualini-Casado & Villemor-Amaral, 2006).

O ensino de técnicas projetivas na graduação

O contato do estudante de psicologia com a avaliação psicológica, geralmente ocorre por meio de um conjunto de disciplinas, que recebem denominações diferentes, de acordo com a instituição, mas que tem basicamente o mesmo objetivo: desenvolver a compreensão sobre técnicas de coleta de informações, integração de dados provenientes de diferentes fontes, relato de resultados e devolução de informações, com vistas ao entendimento de um indivíduo ou grupo, proposição de intervenção e/ou tomada de decisão em relação às pessoas avaliadas (Nunes, 2012).

A disciplina de avaliação psicológica é considerada uma importante área da Psicologia, que se relaciona ao conjunto de habilidades que todo psicólogo deve adquirir ao longo de sua formação, ou seja, visa um conhecimento teórico de instrumentos e técnicas, além de um treinamento de competências pessoais que estejam subjacentes a um comprometimento ético com a dignidade e respeito ao ser humano.

Dentre os conteúdos propostos pelo Ministério de Educação (MEC), como pelo próprio Conselho Federal de Psicologia (CFP) relacionados à avaliação psicológica, estão as disciplinas ligadas direta ou indiretamente aos testes e técnicas.

Deste modo, o ensino das técnicas de avaliação da personalidade e técnicas projetivas na graduação se justifica, portanto, para além de simplesmente estudarem os testes psicológicos, mas sim também como exercício da observação e interação clínica (Miguel, 2014).

De uma forma geral, a utilização de números, dados objetivos e normas gerais quantitativas conferem aos testes psicométricos uma maior margem de segurança aos discentes, em contraponto, as técnicas projetivas que enfatizam tanto a subjetividade do psicólogo

examinador (Cohen et al., 2014), ou seja, a fragilidade das técnicas projetivas estaria justamente nos esquemas de escores e interpretações baseados em julgamento clínico.

Porém, essa carência de credibilidade nos métodos projetivos diz respeito a um desconhecimento em relação aos substratos epistemológicos acerca destes, o que contribui para a desconfiança na interpretação dos materiais produzidos (Pinto, 2014). Desta forma, iremos discutir alguns pressupostos básicos dos métodos projetivos para demarcar um campo frutífero na avaliação da personalidade.

O conceito de validade clínica apontado por Tavares (2003) menciona que um dado extraído de um teste pode ser validado e considerado fidedigno com base em comparações feitas a partir de fontes diversas, ou por vários observadores, feitas sobre um mesmo sujeito. Ou seja, cada técnica, observação ou teste empregado visa entender como a pessoa processa o nível interno, podendo ser interpretado sob diferentes pontos de vista, ou seja, nem mesmo o teste que possui cientificidade baseado em dados normativos e numéricos abarca a personalidade total do sujeito. Nesse sentido, a combinação de diferentes técnicas e testes é considerada o procedimento mais adequado para que seja possível uma avaliação psicológica confiável (Peres & Justo, 2005).

Na concepção de Pasqualini-Casado & Villemor-Amaral (2006), o julgamento clínico é fator de extrema importância na avaliação da personalidade, pois o raciocínio e postura clínica favorece uma compreensão completa e integrada do sujeito, enfatizando o treinamento clínico supervisionado para a utilização dos métodos projetivos em geral. Portanto, nas técnicas projetivas o psicólogo cumpre um papel de tradutor de símbolos e sinais, cujo sentido é traduzido na relação que é mediada pelos instrumentos de investigação escolhidos para esse fim (Villemor-Amaral, 2008).

Tavares (2003) aponta o papel da teoria ou de diversas teorias do desenvolvimento como ferramenta essencial na validação das inferências feitas a partir dos resultados por meio dos métodos projetivos, ou seja, cada procedimento de investigação exige um respaldo teórico, seja ele qual for.

Portanto, a partir do levantamento bibliográfico, percebe-se ainda que existem alguns mal-entendidos que costumam aparecer durante o processo de ensino e aprendizagem de técnicas projetivas na graduação, e que os estudos mostraram que estes instrumentos têm demonstrado cientificidade na avaliação de características psicológicas, mas que nem sempre são tão acessíveis para os que estão entrando em contato com este material pela primeira vez.

Método

O presente texto foi formado a partir dos relatos de experiência de duas docentes de Psicologia, que atuam em distintas faculdades particulares de Fortaleza, as quais ensinam as disciplinas de avaliação psicológica.

A partir da inquietude vivenciada pelas docentes, surgiu a necessidade de, através de observações e de anotações, realizarmos uma pesquisa comparativa entre as dificuldades e facilidades que os alunos das diferentes faculdades apresentavam no que se refere às técnicas projetivas. As observações e anotações se limitaram ao segundo semestre de 2017.

A fim de complementar e embasar os dados, realizamos ainda uma pesquisa bibliográfica, em busca de compreender também a opinião dos autores sobre as técnicas e suas limitações.

A partir dos dados coletados, realizamos uma análise qualitativa comparativa, em prol de chegarmos a possíveis respostas para nossas inquietudes, enquanto docentes, mas também pesquisadoras.

Resultados e Discussão

A avaliação psicológica na docência

Compreender como se desenvolve o processo de aquisição de novos conteúdos por parte dos alunos de graduação não é tarefa tão fácil para os docentes. Primeiramente, porque temos que considerar que o nível dos alunos que estão chegando às faculdades particulares varia bastante, além das distinções percebidas entre as turmas que cursam de dia e as que cursam de noite, visto que há diferença no perfil, devido a grande parte dos que estudam à noite trabalharem durante o dia, além de apresentarem, muitas vezes, uma faixa etária mais madura.

Sendo assim, é um trabalho constante a busca de atualização no campo da docência, tanto de conteúdo, como em relação a quem são os discentes presentes na sala de aula, no intuito de elaborarmos um plano de aula atualizado e mais eficaz, principalmente em disciplinas que demandam um maior comprometimento dos alunos para a compreensão.

Em relação à avaliação psicológica, os alunos geralmente entram em contato com estes conteúdos por volta do 2º ou 3º ano de faculdade, no meio do curso, após terem disciplinas como: Introdução a Psicologia, Processos Psicológicos, Teorias da Personalidade, Psicologia Social, Psicologia do Desenvolvimento, dentre outras, que seriam necessárias para que eles tivessem um maior contato com a psicologia em si, e suas técnicas.

No caso de uma das faculdades (faculdade A), eles só têm a disciplina de psicopatologia juntamente com a segunda disciplina de avaliação psicológica apenas, o que questionamos até que ponto isto não influenciaria na dificuldade de aquisição e compreensão do material de testes, e principalmente, de técnicas projetivas.

No caso da faculdade B, os alunos têm a disciplina de psicopatologia 1 no quarto semestre, juntamente com a primeira disciplina (Testes Psicológicos 1) que se articula diretamente com a avaliação psicológica, o que poderia também estar influenciando na apreensão e assimilação de conteúdos básicos assim como também no manejo clínico dos testes psicológicos; já disciplina de psicopatologia 2, os alunos têm contato juntamente com a segunda disciplina (Testes psicológicos 2) de avaliação psicológica.

De modo a clarificar as observações realizadas, e informar como a avaliação psicológica é apresentada nas respectivas faculdades, apresentamos sucintamente a Tabela comparativa abaixo:

Tabela 1. Quadro comparativo do ensino de avaliação psicológica nas diversas faculdades

Item	Faculdade A	Faculdade B
Número de semestres do curso de Psicologia	10	10
Número de disciplinas relacionadas a avaliação psicológica	3	3
Semestres em que as disciplinas são apresentadas	4º, 5º e 9º	4º, 5º e 6º
Testes de personalidade tipo inventário apresentados	QUATI – apresentado no 5º	QUATI (4º), IHS (5º), EFN (escala fatorial de personalidade- 5º), STAXI (5º)
Testes de personalidade projetivos apresentados	HTP, Rorschach, TAT, além do Palográfico (que é gráfico, porém apresenta aspectos projetivos) – apresentados no 5º	HTP, CPS, Rorschach, TAT, além do Palográfico (que é gráfico, porém apresenta aspectos projetivos) – apresentados no 5º
Tipos de outros testes	Raciocínio Lógico - G 36, Atenção Concentrada - AC, e Escala de Maturidade – EMEP – apresentados no 4º	BPR-5, R-1, G-36, AC, D2
Outros conteúdos, como psicodiagnóstico completo e elaboração de documentos	9º semestre	6º semestre

Na Tabela 1, apresentada acima, percebemos, de forma mais clara, como se desenvolve o ensino das disciplinas ligadas a avaliação psicológica, incluindo aqui as de técnicas projetivas.

Ressaltamos ainda como se desenvolve este processo para nós, docentes, pois no caso da nossa vivência, ensinamos mais de uma disciplina de avaliação, no que conseguimos perceber o processo completo de contato com este material, desde as expectativas antes da disciplina, até as frustrações, e satisfações na apresentação das técnicas.

É interessante percebermos que os alunos vêm com certa expectativa em relação às disciplinas de avaliação psicológica, e que erroneamente já tratam como “as disciplinas de testes”, o que simplifica em demasia o tema sobre avaliação psicológica. Nesse sentido, a testagem passa a se confundir com a avaliação psicológica.

Vale salientar que a avaliação psicológica é um processo amplo, científico e limitado no tempo, que pode se utilizar de testes e técnicas psicológicas, seja para entender problemas à luz de pressupostos teóricos, identificar e avaliar aspectos específicos, seja para classificar o caso e prever seu curso possível, comunicando os resultados (Cunha, 2000).

Devido a amplitude do tema, nos limitaremos aqui ao ensino da avaliação psicológica da personalidade, nos detendo, principalmente, ao ensino das técnicas projetivas.

O contato com as técnicas projetivas

O contato com a avaliação da personalidade tem início, na docência em psicologia, após a apresentação das teorias da personalidade, conforme apresentado anteriormente. Percebemos, desde este início, que, para os alunos, já surgem aí curiosidades, devido o tema sobre personalidade ser amplo e diversificado. Além disso, há expectativas em relação às disciplinas de avaliação da personalidade, algumas representadas pelo desejo de conhecer, já outros demonstrando dúvidas sobre a capacidade real de “medição” das técnicas de avaliação da personalidade de serem capazes de realmente contribuir para uma “descrição” de como o sujeito é. Isso pode ser percebido, por exemplo, ao ensinarmos sobre o teste palográfico, o qual é um teste de personalidade expressivo e gráfico. Muitos alunos apresentam um questionamento baseado no senso comum: “e esses pauzinhos medem algo de verdade?” Se já percebemos essa não valorização dos testes gráficos, imaginemos quão mais complicado se torna o contato dos discentes com as técnicas projetivas, as quais, por mais que possibilitem uma avaliação mais profunda da personalidade, também são, em contrapartida, mais subjetivas.

Nesse sentido, tem-se percebido que, de uma forma geral, os discentes não reconhecem a riqueza que os testes e as técnicas projetivas podem fornecer na compreensão da trama dinâmica das construções e das redes que configuram o universo psíquico individual (Cohen, 2014). Anastasi (1965, p. 614) corrobora com essa visão quando desqualifica os métodos projetivos pelas escassas qualidades preditivas e falta de objetividade nos resultados: “(...)

mesmo quando se tenham desenvolvido sistemas objetivos de avaliação, os passos finais, na avaliação e integração de dos dados brutos, dependem da habilidade e da experiência clínica do examinador”.

Os conteúdos dos desenhos, histórias ou verbalizações carregam as produções com sentidos subjetivos e metafóricos que, por sua vez, estão impregnadas de experiências vividas na forma de representações e afetos. Sendo assim, as redes sobre as quais primeiramente lançamos um olhar do ponto de vista dos elos, da força e coesão, portanto, de sua estrutura, serão examinadas, a partir de então, sob o ângulo dos conteúdos das representações e afetos que constituem o tecido dessa rede no seu contraste entre figura e fundo (Villemor-Amaral, 2008, p.106-107).

Os métodos projetivos de avaliação psicológica que propiciam uma auto-expressão visam identificar fenômenos presentes nas produções do sujeito, representando tanto o funcionamento psíquico quanto os conteúdos relativos às etapas de vida.

Contrariando ao que os discentes postulavam sobre a não validação das técnicas projetivas, ressalta-se que a validade das interpretações deve ser considerada a partir da teoria, erguida sobre observações clínicas anteriores, e sua fidedignidade só é possível com base no domínio dos conhecimentos teóricos, da experiência clínica e do desenvolvimento mental de quem se propõe a avaliar (Villemor-Amaral, 2008).

Analisando o teste de Roorschach para além de suas propriedades psicométricas, sua função como fonte de projeções, associações e simbolizações o confere com um alto valor diagnóstico. Os estudos de Farah et al. (2004) aponta que, na análise das respostas, este instrumento se mostra mais sensível na detecção de certas peculiaridades psicopatológicas quando contrastados com dados psicométricos. Miguel (2014) aborda que, no Brasil, algumas técnicas projetivas apresentam adequadas características psicométricas de validade e precisão dos instrumentos.

Outro ponto relevante é a quantidade de disciplinas que abordam as técnicas projetivas, e o modo como são abordadas. No caso da faculdade A, há apenas três semestres que versam sobre avaliação psicológica de modo geral, no qual há uma divisão de Histórico e psicometria na primeira, Técnicas projetivas apenas na segunda, e Psicodiagnóstico e documentos na terceira. Já na faculdade B, existem também três semestres que abordam a avaliação psicológica, no qual há uma divisão de Testes psicológicos 1 na primeira, Testes psicológicos 2 na segunda e Avaliação Psicológica e documentos na terceira.

Aliado a isso, percebemos ainda na faculdade A uma certa limitação de testes ou ausência de possibilidade de consulta dos testes numa testoteca, por exemplo, ficando limitado

o contato com os testes apenas na hora das aulas. Já na faculdade B, existe uma testoteca com poucos exemplares de testes psicológicos onde os discentes podem estudar estes instrumentos na faculdade, fora do horário de aula.

Considerações Finais

O objetivo desse artigo foi esclarecer alguns mal-entendidos que costumam aparecer durante o ensino de técnicas projetivas na graduação, a partir de uma comparação entre duas faculdades privadas.

Percebemos, de modo geral, que os discentes do curso de psicologia, possuem certa dificuldade em compreender a riqueza das técnicas de avaliação da personalidade, principalmente das projetivas. Acreditamos que isto se deve inicialmente pela profundidade e subjetividade destes instrumentos, mas também pelas limitações teóricas apresentadas por alguns alunos. Acreditamos que um melhor domínio sobre os fundamentos teóricos dos métodos projetivos poderá aumentar a fidedignidade das interpretações por parte dos alunos. E em decorrência, não apenas diminuir as resistências em relação a esses métodos, como fortalecer a confiança em seus resultados.

Foi percebido ainda certa limitação de tempo e quantidade das disciplinas de avaliação psicológica, além do pouco contato que os alunos têm com os testes psicológicos, pois até na faculdade B onde esses instrumentos estão com acesso limitado aos alunos, as dificuldades e ansiedades perante os testes projetivos permanecem.

Torna-se importante frisar que ao lidar com os testes projetivos, a responsabilidade é muito grande, pois as interpretações não estarão expostas aos olhares críticos de observadores externos e nem aos métodos estatísticos que conferem uma certa dose de confiabilidade. Porém, escolhendo os testes e as técnicas projetivas adequadas para cada situação, apoiando-se na ética, no cuidado e na sensibilidade balizada numa teoria epistemológica, estes instrumentos são dignos de um alto valor de precisão e confiabilidade para orientar adequadamente aquele que busca ajuda.

Referências

- Cohen, R.J., Swerdlik, M.E., & Sturman, E.D. (2014). *Testagem e avaliação psicológica: introdução a testes e medidas*. (8ª ed.). Porto Alegre: AMGH.
- Formiga, N.S., & Mello, I. (2000). Testes psicológicos e técnicas projetivas; uma integração para um desenvolvimento da interação interpretativa indivíduo-psicólogo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 20 (2), 12-19.

- Justo, J.S., & Peres, R.S. (2005). Contribuições das técnicas projetivas gráficas para a compreensão da personalidade de andarilhos de estrada. *Estudos de Psicologia, 10* (2), 305-312.
- Miguel, F.K. (2014). Mitos e verdades no ensino de técnicas projetivas. *Psico-USF, 19* (1), 97-106.
- Pasqualini-Casado, L., & Villemor-Amaral, A.E. (2006). A cientificidade das técnicas projetivas em debate. *Psico-USF, 11*(2), 185-193.
- Pinto, E.R. (2014). Conceitos fundamentais dos métodos projetivos. *Ágora, 16* (1), 135-153.
- Villemor-Amaral, A.E. (2008). A validade teórica em avaliação psicológica. *Psicologia, Ciência e Profissão, 28* (1), 98-109.

Análise da produção científica sobre métodos projetivos

Thaiany Toledo de Paula

Thais Roberta Abreu de Souza

Universidade de Taubaté

Paulo Francisco de Castro

Universidade de Taubaté e Universidade Cruzeiro do Sul

Resumo: As investigações que tratam de levantamento e análise sobre a produção científica permitem uma visão integral sobre o cenário das pesquisas em um determinado campo de conhecimento, dessa forma, podem subsidiar novos estudos ou sugerir áreas de maior necessidade de aprofundamento. Os métodos projetivos possuem espaço de destaque dentre os instrumentos de avaliação psicológica, seja por sua fundamentação psicodinâmica ou por suas propriedades interpretativas. O objetivo do presente estudo foi analisar a produção científica sobre o tema dos métodos projetivos, publicadas em artigos científicos nacionais e latino-americanos. Foram acessadas três bases de dados: Scielo, Pepsic e Lilacs, com a combinação dos indexadores ‘técnica’ e ‘projetiva’, além de ‘método’ e ‘projetivo’. Após a seleção dos textos que tratavam de artigos de periódicos científicos, obteve-se 191 publicações, no período compreendido entre 1987 e 2017. Os resultados mais incidentes mostram que houve um aumento do número de publicações após 2000, pois observou-se uma média de cinco artigos nas décadas de 1980 e 1990 que passa a dez publicações em média nas décadas de 2000 e 2010, com especial destaque para 2008 com 21 textos (o dobro da média indicada no período). Em relação aos periódicos, os de maior destaque são ‘Avaliação Psicológica’ com 31 publicações e ‘Psico-USF’ com 18 textos. As instituições com maior contribuição sobre o tema foram Universidade São Francisco, com 31 produções e Universidade de São Paulo com 15 artigos, o que pode estar associado aos programas de pós-graduação das referidas instituições com linhas de pesquisa em avaliação psicológica. Os estudos foram desenvolvidos com vários instrumentos, sendo os mais incidentes o Método de Rorschach (n=22), Teste de Apercepção Temática e Desenho da Figura Humana (n=14 cada um), entre outros. Os artigos tratavam de diferentes aspectos de investigação, configurando-se a diversidade de temas que podem ser desenvolvidos com técnicas projetivas. Por fim, enfatiza-se a importância dos métodos com fundamentação projetiva no desenvolvimento de pesquisas em diversos campos de conhecimento psicológico.

Palavras-chave: Avaliação psicológica. Técnicas projetivas. Produção.

Introdução

Durante as atividades em psicodiagnóstico, as técnicas projetivas podem se configurar como importante recurso para identificação de componentes de personalidade dos indivíduos. A ambiguidade oferecida pelo material utilizado nas estratégias projetivas permitem grande liberdade de respostas emitidas e rico material para interpretação. Entende-se aqui como material do paciente: as respostas que o mesmo pode emitir diante de borrões de tinta, histórias ou narrativas que expõe a partir de quadros ou figuras, desenhos que o indivíduo produz livremente ou baseado em algum tema proposto, entre outros (Cunha, Minella, Werlang & Carneiro, 1993).

Segundo Anderson e Anderson (1951/1978), os testes projetivos não fornecem apenas aspectos de projeção, mas, praticamente todos os mecanismos mentais, tanto os expressivos como os de defesa, proporcionando excelente material de análise sobre o indivíduo avaliado.

O termo método projetivo foi apresentado em 1939 por Franck⁴ e articula um conjunto de procedimentos técnicos com foco principal de investigação da personalidade, por meio de interpretações de processos psíquicos internos (Van Kolck, 1981).

Em relação aos aspectos que caracterizam as técnicas projetivas, tem-se estímulos pouco ou nada estruturados, respostas bastante ou totalmente livres, abordagem indireta de aplicação, origem teórica fundamentada na psicanálise e na psicometria. A avaliação e a interpretação tem objetivo de investigação da personalidade, em um contexto pmais particularizado e profundo e são, predominantemente, aplicadas de forma individual o que possibilita situações de transferência (Bell, 1948/1992; Van Kolck, 1981).

Método

Foram investigados 191 artigos nacionais publicados em revistas científicas e indexados na Scielo, Pepsic e Lilacs com a combinação dos indexadores ‘técnica’ e ‘projetiva’, além de ‘método’ e ‘projetivo’. Após o levantamento inicial, os artigos foram separados e lidos detalhadamente. Foram desconsideradas da análise publicações que não fossem artigos de periódicos científicos, e após a leitura, aspectos formais e de conteúdo foram levantados para análise.

Resultados

Na Tabela 1, verifica-se o ano em que os artigos que abordam os temas técnicas projetivas, métodos projetivos e teste projetivos foram publicados.

⁴ Referência original: Franck, L.K. (1939). Projective Methods for the study of personality. **Journal of Psychology**, 8, 389-413.

Tabela 1. Ano de publicação dos artigos.

<i>ANO</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
Até 1999	14	7,3%
2000 - 2001	7	3,6%
2002	6	3,1%
2003	5	2,6%
2005	11	5,7%
2006	16	8,3%
2007	10	5,2%
2008	21	10,9%
2009	11	5,7%
2010	16	8,3%
2011	12	6,2%
2012	11	5,7%
2013	11	5,7%
2014	10	5,2%
2015	11	5,7%
2016	8	4,1%
2017	11	5,7%
TOTAL	191	99%

Verifica-se na Tabela 1, que os trabalhos tiveram maior índice de publicações em 2008 (10,9%), já o menor índice de produções trata-se do ano de 2002 (3,1%).

Tabela 2. Nome do periódico da publicação

<i>NOME DO PERIÓDICO</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
Avaliação Psicológica	32	16,7%
Psico USF	18	9,4%
Boletim de Psicologia	12	6,2%
Paidéia	12	6,2%
Psicologia Teoria e Pesquisa	7	3,6%
Psicologia: Ciencia e profissão	7	3,6%
Psicologia Reflexão e Crítica	5	2,6%
Psicologia: Revista da Vetor Editora	4	2,0%
Psico	4	2,0%
Psicologia em estudo	4	2,0%
Aletheia	3	1,5%
Arquivos Brasileiros de Psicologia	3	1,5%
Boletim – Academia Paulista de Psicologia	3	1,5%
Estudos de Psicologia (Natal)	3	1,5%
Estudos de Psicologia (Campinas)	3	1,5%
Jornal Brasileiro de Psiquiatria	3	1,5%
Psicologia USP	3	1,5%
Subjetividad y Procesos Cognitivos	3	1,5%
Mudanças – Psicologia da Saúde	2	1,0%
Psicologia Clínica	2	1,0%
Psicologia: Teoria e prática	2	1,0%
Revista Brasileira de Psiquiatria	2	1,0%
Revista Brasileira de Psicanálise	2	1,0%
Revista Cubana de Medicina General Integral	2	1,0%
Resvista da SBPPH	2	1,0%
Revista de Administração Contemporânea	2	1,0%
Revista Latino-Americana de Enfermagem	2	1,0 %
Outros (1 artigo publicado)	46	24%
TOTAL	191	99,3%

Verifica-se de acordo com a Tabela 2, que o periódico Avaliação Psicológica (16,7%) publicou maior número trabalhos com os temas propostos, seguido do periódico Psico USF (9,4%). Em comparação a outros periódicos (24%) em que foram encontrados apenas um trabalho.

Na Tabela 3 são exibidos os tipos de instrumentos utilizados para pesquisas com métodos projetivos.

Tabela 3. Instrumentos utilizados

<i>Instrumentos</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
Rorschach	22	11,5%
Desenho da Figura Humana -DFH	21	10,9%
TAT – Teste de Apercepção Temática	15	7,8%
Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister	15	7,8%
Teste de Zulliger (ZCS)	12	6,2%
Desenho da Família -DF	8	4,1%
Questionário sociodemográfico	8	4,1%
CAT – A – Teste de Apercepção Infantil com Figuras de Animais	7	3,6%
Teste das Fábulas	5	2,6%
Teste Matrizes Progressivas Coloridas de Raven	5	2,6%
Desenhos-estórias	3	1,5%
Escala de Inteligência Wechler para Crianças (WISC-III)	3	1,5%
Internacional de Imagem Afetiva (IAPS)	3	1,5%
SCID-I	3	1,5%
Teste de Wartegg	3	1,5%
Teste Desiderativo	3	1,5%
Bateria de Grafismo de Hammer	2	1,0%
Bateria de provas de Raciocínio (BPR-5)	2	1,0%
Desenhos temáticos	2	1,0%
Dezesseis Fatores de Personalidade (16PF)	2	1,0%
Frases para completar	2	1,0%
Hora do jogo	2	1,0%
Indicadores Emocionais de Koppitz	2	1,0%
Métodos expressivos (livre expressão)	2	1,0%
Mini-exame de Estado Mental – MMSE	2	1,0%
Questionário de Avaliação de Desempenho	2	1,0%
Rorschach Performance Assessment System (R-PAS)	2	1,0%
Teste de Fotos de Profissões – BBT	2	1,0%
Teste Projetivo do Medo Infantil ao Tratamento Odontológico	2	1,0%
Outros	58	30,3%
TOTAL	202	-

Analisa-se conforme a Tabela 3 que o instrumento mais utilizado se trata do Rorschach (11,5%), logo em seguida, encontra-se o Desenho da Figura Humana –DFH (10,9%). Outros instrumentos (29,3%) foram encontrados, usados apenas em um artigo.

Observa-se a utilização de vários instrumentos com fundamentação psicométrica que compuseram os estudos, embora o foco do trabalho seja o levantamento de técnicas projetivas,

optou-se pela apresentação dos dados dos testes objetivos para uma visão geral das técnicas mais utilizadas.

No que se refere ao tipo de pesquisa publicada nos artigos, tem-se que a maior quantidade de pesquisas empíricas (59,1% - n=113), com diferentes tipos de delineamento metodológico, além de diferentes estudos teóricos (40,8% - n=78).

Tabela 4. Quantidade de autores por artigos

<i>Quantidade de autores</i>	<i>Artigos</i>	<i>%</i>
1	52	27,2%
2	66	34,5%
3	41	21,4%
4	16	8,3%
5	11	5,7%
6	2	1,0%
7	1	0,5%
8	2	1,0%
TOTAL	191	99,6%

Observa-se na Tabela 4 que o número dois autores (34,5%) são encontrados com maior frequência, posterior, artigos que contenham apenas um autor (27,2%).

No que se refere à quantidade de vocábulos utilizados nos títulos dos artigos, tem-se que o número de vocábulos mais comumente utilizados varia entre 10 a 15 (54,9% - n=105), seguido de até 9 palavras (32,4% - n=62), por fim, 16 vocábulos ou mais, com incidência de 13% (n=25)

Tabela 6. Instituição de origem do(s) autor(es)

<i>Instituição</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
Universidade de São Paulo – USP	41	21,4%
Universidade São Francisco	27	14,1%
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RGS	16	8,3%
Universidade Estadual Paulista	11	5,7%
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	9	4,7%
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto -USP	8	4,1%
Universidade de Brasília – UnB	8	4,1%
Universidade de Passo Fundo	7	3,6%
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP	6	3,1%
Universidade de São Paulo – RP	5	2,6%
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS	5	2,6%
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP	5	2,6%
Universidade São Francisco- Itatiba	5	2,6%
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC- MG	4	2,0%
Instituto de Medicina Legal	3	1,5%
Universidade Estadual Paulista de Rio Claro	3	1,5%
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR	3	1,5%
Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM	3	1,5%
Université Lumière – Lyon	3	1,5%
Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio	2	1,0%
Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de SP	2	1,0%
Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas	2	1,0%
Faculdade de Medicina da USP	2	1,0%
Faculdade de Odontologia de Araçatuba	2	1,0%
Instituto de Medicina Tropical “Pedro Koun”	2	1,0%
Instituto Metodista de Ensino Superior	2	1,0%
Mamirauá Institute for Sustainable Developmente	2	1,0%
Universidad de Chile	2	1,0%
Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales -UCES	2	1,0%
Universidade Católica de Pelotas – UCPel	2	1,0%
Universidade de Fortaleza	2	1,0%
Universidade de Paris	2	1,0%
Universidade do Planalto Catarinense	2	1,0%
Universidade Estadual - Assis	2	1,0%
Universidade Estadual de Londrina	2	1,0%
Universidade Estadual de Sancruz – UESC	2	1,0%
Universidade Federal de Santa Catarina	2	1,0%
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	2	1,0%
Universidade Federal do Rio de Janeiro	2	1,0%
Université Paris Descartes	2	1,0%
Instituição de autores com um artigo	83	43,4%
Total	297	154,4%

Analisa-se na Tabela 6 que o(s) autor(es) estão vinculados em sua maioria a Universidade de São Paulo – USP (21,4%), em seguida da Universidade São Francisco (14,1%). Outras instituições (43,4%) foram encontradas mencionadas em apenas um artigo.

Na tabela 7 há o tipo de participantes encontrados nestes estudos.

Tabela 7 . Participantes do estudo

<i>Participantes</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
Revisão	58	30,3%
Crianças	28	14,6%
Pacientes/ não pacientes	21	10,9%
Estudo de caso	12	6,2%
Adultos	11	5,7%
Homens	7	3,6%
Adolescentes	6	3,1%
Psicólogos	5	2,6%
Estudante universitário	5	2,6%
Mulheres	4	2,0%
Idoso (a)	4	2,0%
Mães	4	2,0%
Protocolos/ prontuários	4	2,0%
Estudantes	4	2,0%
Comerciantes/ Profissionais	4	2,0%
Desenhos	3	1,5%
Grávidas	2	1,0%
Andarilhos	2	1,0%
Famílias	2	1,0%
Outros	5	2,6%
TOTAL	191	98,7%

Observa-se na Tabela 7 que os estudos de revisão de literatura (30,3%) em que não a presença de participantes houve um índice expressivo, comparado ao número de artigos que possuem participantes como crianças (14,6%).

Na tabela 9 são apresentados quais foram os aspectos de investigação encontrados nas pesquisas da área.

Tabela 8. Aspectos de Investigação

<i>Aspectos da investigação</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
Aspectos teóricos e técnicos dos instrumentos	89	46,5%
Avaliação de aspectos psicopatológicos	27	14,1%
Avaliação de aspectos psicossomáticos	25	13%
Avaliação da personalidade em geral	32	16,7%
Outros *	18	9,4%
TOTAL	191	99,7%

*Aspectos como: grupo/ dinâmica familiar; áreas da ciência biológica; representações sociais; áreas da saúde; aposentadoria; interesses profissionais; questões/estrutura acadêmica.

Verificou-se na Tabela 8 que os aspectos abordados com maior índice nas pesquisas mencionadas referem-se aos teóricos e técnico dos instrumentos (46,5%), o que revela um valor significativo comparado dos demais aspectos.

Considerações Finais

Os estudos sobre análise de produção proporcionam uma visão geral do conhecimento em várias áreas de estudo e podem subsidiar vários outros estudos.

Em síntese, observa-se aumento e ampliação da produção científica sobre técnicas projetivas no período estudado. Pode-se conjecturar que o aumento de produção científica na área pode se associar com movimento de atualização dos estudos, imposto pelas resoluções do Conselho Federal de Psicologia, no que se refere às propriedades de avaliação das técnicas.

No que tange aos periódicos e instituições, pontua-se a importância dos programas de pós-graduação na área, no sentido de atualização do conhecimento sobre avaliação psicológica.

Referências

- Anderson, H.H. & Anderson, G.L. (1978). **Técnicas projetivas do diagnóstico psicológico**. (E. Bennett, trad.). São Paulo: Mestre Jou. (original publicado em 1951).
- Bell, J.E. (1992). **Técnicas proyectivas: Exploración de la dinámica de la personalidad**. (G. A. Maci, trad.). Cidade do México: Paidós. (original publicado em 1948).
- Cunha, J.A.; Minella, D.M.L.; Werlang, B.G. & Carneiro, T.F. (1993). Alguns tipos específicos de avaliação psicológica. In J.A. Cunha e cols., **Psicodiagnóstico-R** (4a ed. rev.). (pp. 101-134). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Van Kolck, O.L. (1981). **Técnicas de Exame Psicológico e suas aplicações no Brasil**. 2o volume - testes de personalidade. Petrópolis: Vozes.

SEÇÃO 5 - Psicologia Jurídica / Forense

A contribuição dos desenhos na avaliação psicológica forense

Lívia de Tartari e Sacramento

Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) e
Centro Universitário Fundação Santo André – CUFSA

Leonardo de Freitas Seri

Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo investigar a utilização dos desenhos enquanto possibilidade de comunicação entre o psicólogo judiciário e a criança, assim como pensar na contribuição destes para as temáticas avaliadas no contexto forense. O desenho é um instrumento gráfico e projetivo, que deve ser feito pela criança e pode ser entendido como uma forma de expressão dos conteúdos não verbalizados, sendo suporte e veículo de comunicação inconsciente da pessoa. O desenho por si só não é configurado como teste psicológico, mas pode ser usado, quando necessário, como um procedimento clínico que auxilia os profissionais a entrarem em contato com a situação do indivíduo e para a compreensão da dinâmica da personalidade. Ressaltamos que na prática clínica o fim a que se destina o uso de desenhos e da avaliação é para um conhecimento psicodiagnóstico que permita um melhor direcionamento para intervenções visando o tratamento. Sendo necessária interpretação dos dados de uma forma mais ampla, explorando a dinâmica de funcionamento psicológico do indivíduo, apoiando-se nos recursos saudáveis, enquanto lapida os aspectos disfuncionais, conflitivos e inadequados. Já na psicologia jurídica, isso não é necessário, a avaliação psicológica pode e deve ser mais restrita, respondendo somente aos aspectos importantes para o litígio. As técnicas e métodos para a realização da avaliação psicológica forense podem variar de acordo com cada profissional e em função da demanda a ser investigada (tempo, estratégias clínicas e recurso de medida e avaliação). Para alcançar os objetivos deste trabalho, lançaremos mão de uma revisão bibliográfica a respeito do desenho no sentido de intermediário da relação entre psicólogo e a criança. Esta revelou o desenho como uma possibilidade de entrar em contato com o sofrimento psíquico, identificando as defesas, angústias e necessidades das crianças que puderam expressá-las de maneira gráfica e verbal, contribuindo para a avaliação psicológica. Percebemos que a utilização de desenhos na avaliação psicológica no contexto forense pode contribuir para o melhor entendimento das situações trazidas pelas pessoas atendidas. Salientamos que para que o psicólogo jurídico possa intervir nos conflitos que assolam as organizações de Justiça é necessária uma formação direcionada a esse campo de atuação; sendo necessário que sejam desenvolvidas nos futuros profissionais as competências básicas para atuar nessas organizações. Essa é a nossa constante busca na Psicologia Jurídica sempre estar atualizado em tudo o que se discute na grande área da Psicologia, pois tudo interfere ou pode interferir na nossa atuação.

Palavras-chave: Desenhos; Métodos projetivos; Avaliação psicológica forense.

Introdução

Para começar a nossa reflexão, lembraremos que como Psicólogos temos algumas funções que são privativas de nossa profissão, outorgadas pela Lei nº 4119/62, são elas:

Art. 13 (...) § 1º a utilização de métodos e técnicas psicológicas com

os seguintes objetivos:

- Diagnóstico psicológico (ou psicodiagnóstico);
- Orientação e seleção profissional;
- Orientação pedagógica;
- Solução de problemas de ajustamento. (Brasil, 1962, p. 2)

A questão do diagnóstico nos interessa particularmente neste trabalho e iremos elucidar algumas coisas sobre sua especificidade no contexto jurídico mais adiante. Iremos elucidar alguns dos termos utilizados por nós psicólogos, como nossas funções privativas: (...)

I – método – o conjunto sistemático de procedimentos orientado para fins de produção e/ou aplicação de conhecimentos;

II – técnica – entende-se como toda atividade específica, coerente com os princípios gerais estabelecidos pelo método;

III – métodos psicológicos – conjunto sistemático de procedimentos aplicados à compreensão e/ou intervenção em fenômenos psíquicos nas suas interfaces com os processos biológicos e socioculturais, especialmente aqueles relativos aos aspectos intra e interpessoais.

IV – diagnóstico psicológico – é o processo pelo qual, através de técnicas e métodos psicológicos, analisa-se e estuda-se o comportamento de pessoas, grupos, instituições e comunidade, na sua estrutura e no seu funcionamento, identificando-se as variáveis nele envolvidas;

(...) (Brasil, 2000, p. 03-04)

A lei 4.119 de 27 de agosto de 1962, que dispõe sobre a profissão de Psicólogo, afirma que no exercício profissional, entre outras atribuições, cabe ao psicólogo: "Realizar perícias e emitir pareceres sobre a matéria de psicologia" (Art. 4o, nº 6). Por sua vez, o antigo Código de Ética Profissional estabelecia em seus artigos de 18 a 22, os limites que norteavam a relação do Psicólogo com a Justiça, no novo código não há este deslindamento. Cabe ao Psicólogo que trabalha na área jurídica, desenvolver o estudo da personalidade dos litigantes e demais envolvidos nos litígios judiciais. Caso as ilações periciais sejam baseadas em psicodiagnósticos, cabe-lhe também concluir o laudo.

É importante desenvolvermos uma reflexão sobre a prática profissional de Psicologia junto às instituições do Direito e sobre as mudanças que têm ocorrido principalmente após 1980, indicando novas perspectivas para o século XXI. Desta história inicial decorreu uma prática do profissional de Psicologia voltada quase que exclusivamente para a realização de perícia, exame criminológico e parecer psicológico baseado em psicodiagnóstico, feito a partir de algumas entrevistas e nos resultados dos testes psicológicos aplicados.

No final do século XIX observou-se que a perícia psiquiátrica começou a ser utilizada visando interferir no processo decisório acerca dos dispositivos de correção a serem aplicados

e à aferição de dados que ajudariam nos trâmites jurídicos. Não mais sendo usada, unicamente, para a investigação da responsabilidade penal de adultos.

Desta forma, os psicodiagnósticos começaram a ser vistos como instrumentos que forneceriam dados “matematicamente” comprováveis e estes dados iriam orientar os operadores do Direito em suas ações.

Segundo Castro (2003), percebe-se a Psicologia Jurídica como uma especialidade que nasceu da Psicologia Clínica e, mais especificamente no campo da avaliação psicológica. Os Psicólogos que estão exercendo suas funções na Justiça estão aperfeiçoando os métodos de avaliação, mensuração e diagnóstico. Existe uma pista de mão dupla entre a avaliação psicológica e a psicologia jurídica e o desenvolvimento de ambas as enriquece. Por isso, estamos escrevendo este artigo e discutindo a situação não só de um instrumento como o desenho como possibilidade de comunicação em situações forense, que está implicada com a questão da avaliação psicológica.

O psicodiagnóstico é um processo científico, limitado no tempo, que utiliza técnicas e testes psicológicos (input), em nível individual ou não, seja para entender problemas à luz de pressupostos teóricos, identificar e avaliar aspectos específicos, seja para classificar o caso e prever seu curso possível, comunicando os resultados (output), na base dos quais são propostas soluções, se for o caso. (Cunha, 2000, p. 26)

Cunha (2000) ensina que, atualmente, “o psicólogo utiliza estratégias de avaliação psicológica, com objetivos bem definidos, para encontrar respostas a questões propostas com vistas à solução de problemas”. A autora entende por estratégias uma “variedade de abordagens e recursos” (p. 19), incluindo aí o enfoque teórico (comportamental, psicanalítica, psicodinâmica etc.); a metodologia (métodos individualizados ou qualitativos, psicométricos, entrevista, observação, utilização de técnicas projetivas) bem como o tipo de “medidas” do psicólogo, entendido aqui como categorias semiológicas (classificação nosológica, definição de níveis de psicopatologia).

Segundo a Resolução CFP nº 07/2003:

A avaliação psicológica é entendida como o processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos. Os resultados das avaliações devem considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas na modificação desses condicionantes que operam

desde a formulação da demanda até a conclusão do processo de avaliação psicológica. (Brasil, 2003, p. 3)

Ainda sobre os testes psicológicos, o Manual de Elaboração de Documentos Escritos (2003, p. 5) diz que: “tais instrumentos técnicos devem obedecer às condições mínimas requeridas de qualidade e de uso, devendo ser adequados ao que se propõe investigar”.

Grisso (1986) enfatiza sobre a interpretação errônea de que avaliação psicológica é sinônimo de “aplicação de testes”, deixando patente que o teste é um meio que o Psicólogo pode ou não utilizar para alcançar os objetivos propostos por ele. Contudo, o autor reconhece que a utilização destes instrumentos diferencia o Psicólogo dos outros profissionais de saúde mental.

Não podemos desconsiderar que, inicialmente, a Psicologia era uma disciplina identificada com uma prática voltada para a realização de exames e avaliações, sendo notório o valor atribuído a estes nos diversos campos de atuação profissional: escolar, clínica, a outrora denominada industrial e, conseqüentemente, a jurídica. Como afirma Foucault (2002), o corpo de conhecimentos da Psicologia era identificado por meio do diagnóstico da patologização, do qual passaram a se ocupar diversas instituições a partir do final do século XX.

De qualquer forma, o objetivo para a realização de uma avaliação psicológica: quer seja “entender um problema, identificar e avaliar aspectos específicos, classificar o caso, prever o curso” (Cunha, 2000) ou “opinar a respeito do problema original por meio da contraposição dos dados obtidos em relação às normas dos testes, teorias ou modelos” (Maloney & Ward, 1976) ou ainda “conseguir uma descrição e compreensão, o mais profunda e completa possível, da personalidade total do paciente ou do grupo familiar e, também a investigação de algum aspecto em particular, abrangendo os aspectos passados, presentes (diagnóstico) e futuros (prognóstico) desta personalidade” (Ocampo & Arzeno, 1990) estão conforme aquilo que Foucault (2002) qualificou como a terceira forma de acesso à verdade pelo meio do exame e que se enquadra na questão da avaliação psicológica para fins jurídicos, que é o nosso foco.

Mito (1998) chamou de avaliação psicológica “formal”, aquela baseada em instrumentos padronizados e nos testes e disse que a mesma surgiu da necessidade do profissional no âmbito jurídico apegar-se a instrumentos ‘mais confiáveis’ do que a própria percepção pessoal (p.39). Pensava-se que utilizando procedimentos padrão, que supostamente se distanciariam das inferências pessoais, ditas “subjetivas”, com uma linguagem padronizada e já testada por outros pesquisadores, o serviço ou a perícia ficaria com um formato mais científico.

Adentraremos na questão da avaliação psicológica no contexto jurídico e explicitaremos que esta requer alguns procedimentos e cuidados específicos, como a questão do sigilo no enquadramento. Nesta situação, o Psicólogo deve deixar claro que as informações que o cliente trazer e que forem consideradas relevantes para o caso em questão poderão ser parte do laudo e encaminhada ao destinatário do documento, no caso o magistrado. O sigilo continua garantido para assuntos que não forem pertinentes ao conflito em voga.

Outro fator importante de ser abordado sobre a avaliação psicológica forense são os instrumentos de medida utilizados pelos Psicólogos, que segundo Cunha (2000), auxiliam a objetivar o estado psicológico dos indivíduos com maior precisão. O uso dos instrumentos de medida é considerado o responsável pela solicitação crescente dos laudos psicológicos, pois aponta para um diferencial da avaliação médica psiquiátrica, pois aos psicólogos é oferecida a vantagem de poder medir de forma padronizada habilidades funcionais, déficits, aspectos da personalidade e estado psicológico.

Do ponto de vista legal, apesar desses instrumentos terem um papel importante no processo de avaliação, nem sempre são capazes de atender às demandas jurídicas, quanto à relevância e à credibilidade. Segundo Cunha (2000), alguns autores salientam a importância de uma utilização criteriosa desses instrumentos, considerando a relevância para a questão específica, a relevância hipotética dos resultados dos testes, a delimitação na construção de contextos e a consideração sobre a validade destes no contexto jurídico.

Importante ressaltar a necessidade de conhecer profundamente o instrumento que foi escolhido antes de aplicá-lo e saber sobre as características do mesmo, o que mede e/ou avalia, além de sua fidedignidade, grau de confiabilidade, precisão, aprovação e validade, conforme os critérios do SATEPSI – Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos, do Conselho Federal de Psicologia (Resolução CFP nº 009/2018).

Quando o psicólogo é chamado a atuar na arena jurídica, deve definir os objetivos do psicodiagnóstico e não perder tempo avaliando aspectos que não serão importantes na lide em questão. Devemos nos familiarizar com os fatos pertinentes à solicitação do processo e elaborar um plano de avaliação. Neste plano, devemos procurar identificar quais os recursos (técnicas e testes) que melhor permitirão responder às hipóteses ou questionamentos iniciais. Isso consiste em programar a administração de uma bateria de testes e procedimentos capazes de fornecer subsídios para confirmar ou refutar as hipóteses iniciais; inclusive porque sabemos que não é possível apreender a totalidade da personalidade do indivíduo com apenas um teste Cunha (2000). E também porque como dissemos não visamos apreender a totalidade da personalidade

do cliente e sim aspectos de sua personalidade que estejam em questão no litígio para o qual fomos chamados a dar a nossa contribuição.

Fica claro que a questão primordial: “do ponto de vista jurídico é a produção de uma verdade. No caso da avaliação psicológica, uma verdade sobre o indivíduo ou o grupo avaliado” (Miranda Jr, 2005. p. 165). Importante salientar que produzir uma verdade é, no mínimo, controverso. Eu prefiro pensar que nós psicólogos visamos interpretar para o operador do Direito a situação analisada ou recontar o fato sob outro referencial; interpretar não significa descobrir, desvendar, mas explicar ou aclarar o sentido.

Deste modo, explicitamos que entendemos que a eficácia do trabalho clínico está ligada à natureza do relacionamento profissional que se estabelece entre o psicólogo e o cliente. No papel forense, o relato do paciente/parte tem que ser levado em consideração à luz de sua verdade histórica, não se trabalha exclusivamente no âmbito da realidade psíquica.

De acordo com o que dissemos acima Caires (2003) garante que a simples aplicação do método clínico para a elaboração de um laudo ou parecer como resposta aos questionamentos judiciais pode tanto propiciar sentenças errôneas por parte dos magistrados - em razão da compreensão insuficiente ou equivocada - como colocar em descrédito a importância do trabalho do psicólogo no universo jurídico. Apesar da técnica e dos conhecimentos clínicos serem imprescindíveis à prática da psicologia jurídica, algumas peculiaridades desta última a tornam uma disciplina autônoma em relação à psicologia clínica em vários aspectos. Com isso, a autora propõe repensar os procedimentos clínicos a fim de ordená-los e dirigi-los de modo a se adaptarem às situações peculiares encontradas na prática jurídica, às características do examinado e ao fim ao qual se destina o exame, sempre tendo em vista que sua exposição deve se ater apenas aos elementos estritamente necessários ao deslinde das questões judiciais (Caires, 2003).

Em relação às técnicas empregadas pelo psicólogo, lembramos que em função da existência de outros peritos e da possibilidade de polêmica, os testes psicológicos são recomendados como material concreto ao qual perito e assistente técnico podem se reportar.

Lago e Bandeira (2008) observaram que o desenho ou a técnica do desenho é um instrumento muito citado na utilização em avaliação psicológica forense, não no sentido de testagem, mas sim na maneira de criar vínculo com o avaliado. O desenho tem sido usado como recurso importante na compreensão dos afetos e emoções e sua utilização têm sido considerada como uma técnica determinante na avaliação psicológica.

Segundo Souza (2011) ao produzir uma imagem, seja através do sonho ou de um desenho, o indivíduo também realiza uma comunicação de seus afetos. O criador da imagem

estimula aquele que observa a entrar em contato com ela, sendo uma espécie de linguagem que se configura a partir destas produções. Por vezes como aponta a autora, essas imagens são condensadas, distorcidas ou desconexas, mas a tarefa do psicólogo é a partir delas, acolher e encontrar um sentido no material produzido.

Tardivo (2012) coloca que na comunicação com crianças os desenhos são recursos auxiliares interessantes, pois como se trata de produções projetivas e expressivas tem como objetivo proporcionar um contato com a realidade interna e externa, favorecendo que a criança faça de uma forma natural uma síntese pessoal de sua vida. Para a autora, ao desenhar a criança está se baseando em sua capacidade reparadora e, portanto os desenhos devem ser compreendidos como objetos externos e internos.

Na atuação do psicólogo jurídico, muitas vezes o profissional se defronta com situações como, por exemplo, de violência, onde se faz necessário uma comunicação entre uma criança vítima e o profissional, Colombo e Agosta (2012) colocam que técnicas projetivas como desenho e jogos são instrumentos de investigação e intervenção com esse público. Para as autoras, estes instrumentos têm potenciais, pois permitem que a criança conte sua história a partir de símbolos que correspondem aos seus conflitos de maneira lúdica.

Nesta mesma linha de raciocínio, Seri e Avoglia (2017) articularam os desenhos na comunicação da situação traumática em crianças, assim, o desenho possibilita o entrar em contato com o sofrimento psíquico da criança onde as defesas, angústias e necessidades podem ser expressas, de maneira gráfica e verbal, contribuindo para avaliação psicológica.

Com a atuação prática no contexto forense percebemos que a utilização dos desenhos pode contribuir para o melhor entendimento das situações trazidas pelas pessoas atendidas e este tem sido usado como recurso importante na compreensão dos afetos e emoções. Todavia, existem momentos em que o tempo disponibilizado para atendimento e manufatura do laudo não nos permite aplicar e avaliar os desenhos. Salientamos que para que o psicólogo jurídico possa intervir nos conflitos que assolam as organizações de Justiça é necessária uma formação direcionada a esse campo de atuação; sendo necessário que sejam desenvolvidas nos futuros profissionais as competências básicas para atuar nessas organizações. Essa é a nossa constante busca na Psicologia Jurídica sempre estar atualizado em tudo o que se discute em relação a grande área da Psicologia, pois tudo interfere ou pode interferir na nossa atuação.

Referências

- Brasil. (1962). *Lei 4119/1962*. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. Brasília (DF). Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/lei_1962_4119.pdf
- Brasil. (2000). Conselho Federal de Psicologia. *Resolução CFP nº 018/2000*: Institui a Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia. Brasília. Disponível em: <http://www.crprs.org.br/upload/legislacao/legislacao15.pdf>
- Brasil. (2003). Conselho Federal de Psicologia. *Resolução CFP n.º 07/2003*: Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002. Brasília disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf
- Brasil. (2005). Conselho Federal de Psicologia. *Resolução CFP nº 10/2005*: Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo, e revoga a Resolução CFP nº 02/1987. Brasília. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>
- Brasil. (2018). Conselho Federal de Psicologia. *Resolução CFP nº 09/2018*. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - SATEPSI e revoga as Resoluções nº 002/2003, nº 006/2004 e nº 005/2012 e Notas Técnicas nº 01/2017 e 02/2017. Disponível em: <http://satepsi.cfp.org.br/docs/Resolucao-CFP-nº-09-2018-com-anexo.pdf>
- Caires, M. A. F. (2003). *Psicologia jurídica: implicações conceituais e aplicações práticas*. São Paulo: Vetor.
- Castro, L.R.F. (2003). *Disputa de guarda e visitas: no interesse dos pais ou dos filhos?* São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Colombo, R. I. & Agosta, C. B. (2012). *Abuso y Maltrato Infantil: Hora de juego diagnóstica*. 3 ed. Vicente López: Cauquen.
- Cunha, J. A. (2000). Estratégias de avaliação: perspectivas em psicologia clínica. In: Cunha, J. A. e colaboradores. *Psicodiagnóstico – V. 5 ed.* Revisada e ampliada. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Foucault, M. (2002). A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU.
- Grisso, T. (1986). Psychological assessment in legal contexts. In: Curran, W.J.C.; McGarry, A.L.; SHAH, S.A. *Forensic psychiatry and psychology: perspectives and standards for interdisciplinary practice*. Philadelphia: F.A. Davis Company. p. 103-261.

- Lago, V. de M; Bandeira, D. R. (2008). As práticas em avaliação psicológica envolvendo disputa de guarda no Brasil. *Avaliação Psicológica*, 7(2), 223-234.
- Maloney, M. P., & Ward, M. P. (1976). *Psychological assessment. A conceptual approach*. New York: Oxford University Press.
- Miranda Jr., H.C. (1998). Psicologia e justiça. A psicologia e as práticas judiciais na construção do ideal de justiça. *Psicologia, Ciência e Profissão*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, n.º 01, p. 28-37, 1998.
- Miranda Jr., H.C. (2005). Psicanálise e avaliação psicológica no âmbito jurídico. In: SHINE, S. (org.). *Avaliação Psicodiagnóstica e Lei: Adoção, Vitimização, Separação Conjugal, Dano Psíquico e outros temas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 159-174.
- Mito, T. I. H. (1998). Psicodiagnóstico formal e avaliação informal. In: Ancona-Lopez, M. (org.). *Psicodiagnóstico: processo de intervenção*. São Paulo: Cortez.
- Ocampo, M. L. S; Arzeno, M. E; Piccolo, E. G. (1990). *O Processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rovinski, Sonia L.R. (2004). *Fundamentos da perícia psicológica forense*. São Paulo: Vetor Editora Psico-Pedagógica Ltda.
- Sacramento, L. T. (2012). *Pressupostos básicos da Psicologia Jurídica: delimitando o campo*. Vol. I. 1ª ed. Santo André, SP: ESETEC editores Associados.
- Sanderson, C. (2005). *Abuso Sexual em Crianças*. São Paulo: M. Books.
- Seri, L. F; Avoglia, H. R. C. (2017). O desenho-estória na comunicação da situação traumática: Um estudo de caso. In: *XV Jornada APOIAR: O procedimento de desenhos-estórias na clínica e na pesquisa - 45 anos de percurso*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Shine, S.K. (2003). *A espada de Salomão: a Psicologia e a disputa de guarda de filhos*. São Paulo: Casa do Psicólogo Editora.
- Shine, S.K. (2008). *Avaliação psicológica e lei: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas*. (2ª ed.) São Paulo, Casa do Psicólogo.
- Tardivo, L. S. de la P. C. (2012). O brinquedo e o desenho: expressão e comunicação de e com crianças – possibilidades diagnósticas e interventivas. In: Affonso, R. M. L. *Ludodiagnóstico: investigação clínica através do brinquedo*. Porto Alegre: Artmed.

Contribuições do Rorschach-SC na avaliação de características da personalidade de um sentenciado por crime de duplo homicídio: Um estudo de caso

Kellen Castro Silva

Diretoria Geral de Administração Penitenciária – DGAP

Resumo: A literatura atual, baseada em métodos projetivos, tem contribuído para a compreensão de aspectos psicológicos de indivíduos que cometeram homicídio. O objetivo desse estudo foi o de investigar características da personalidade de um adulto sentenciado por um crime violento de duplo homicídio cujas vítimas foram seu pai e namorada, o qual ocasionou, à época, grande repercussão midiática. Participou do estudo um sujeito com idade de 25 anos, do sexo masculino, ensino médio incompleto e nível socioeconômico mediano. Os dados foram coletados por meio de uma entrevista semi-estruturada e do Método de Rorschach, no Sistema Compreensivo. Para a análise dos resultados foram selecionados os seguintes aspectos: processos cognitivos, afetividade, autopercepção, recursos e controles e relacionamentos interpessoais. Embora não haja um perfil homogêneo de personalidade traçado para identificar características comuns em homicidas através do Rorschach, os principais achados permitiram identificar presença de egocentrismo, acentuada limitação para manter habilidades sociais e interpessoais, com tendência a estabelecer relacionamentos conflituosos e adotar comportamentos sociais inadequados, além de um repertório ineficiente para lidar com frustrações, estresse e demandas complexas do cotidiano, em contrapartida, não apresentou desajustes do pensamento e da percepção, que implicassem em dificuldade de entendimento. Os principais resultados permitiram evidenciar a insuficiência de recursos psicológicos que interferem na base da capacidade de formar vínculos e de demonstração de afeto.

Palavras-chave: Avaliação psicológica; Personalidade; Rorschach; Capacidade de controle; Crime hediondo.

Introdução

A violência tem atingido uma proporção cada vez maior e fora do controle. Atualmente seus resultados corroboram com uma urgência de atenção, devido o forte impacto causado na saúde pública da população. Em 2016, o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios, de acordo com fonte de dados do Ministério da Saúde (MS). Isso corresponde a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, que representa 30 vezes a taxa da Europa. Apenas nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil (IPEA, 2018).

O presente estudo abordará um crime hediondo cometido contra duas pessoas, praticado pelo autor, ainda na fase da adolescência (19 anos), pois, segundo Palácios e Oliva (2004), por adolescência costuma-se entender a etapa que se estende desde os 12 e 13 anos até aproximadamente os 20 anos de idade. Quanto a esse fenômeno, os autores acrescentam que:

É uma etapa de transição em que já não se é criança, mas ainda não se tem o *status* de adulto. É o que Erikson (1968) denominou de uma ‘moratória social’, um compasso de espera que a sociedade oferece em seus membros jovens enquanto eles se preparam para exercer o papel de adultos (p. 309).

Souza e Resende (2013) analisaram a produção científica nacional e internacional de estudos dos últimos dez anos que abordavam aspectos psicológicos de adolescentes que cometeram homicídio. Com relação à diferença de gênero, em se tratando de adolescentes envolvidos em atos infracionais, uma amostra de cinco estudos incluindo meninas e meninos, apontou que elas tendem a cometer maior índice de parricídio (homicídio praticado contra uma das figuras parentais) do que adolescentes do sexo masculino. A vítima mais prevalente foi o pai, e o motivo do ato levou a evidências de abusos físicos, cometidos pelos mesmos durante a infância. Esse estudo diverge quanto ao perfil de gênero na fase adulta, onde os homens são os maiores causadores de crimes por parricídio (Gomide, 2010; Gomide, Teche, Maiorki & Cardoso, 2013).

Ainda sobre essa mesma perspectiva, para vários autores, comportamentos mais violentos dizem respeito à incidência de maus tratos e abusos físicos, sexuais, emocionais e de negligência na infância. Além do mais, práticas inadequadas ligadas à educação no contexto parental seriam preponderantes para o surgimento de comportamentos-problema na adolescência e, conseqüentemente na fase adulta (Schmitt et al., 2006; Patterson, Reid, Dishion, 1992, citados por Souza & Resende, 2013; Gomide, 2010 e Gomide e colaboradores, 2013), cujos filhos poderiam chegar ao impulso extremo de assassinar seus pais (Gomide, 2010; Gomide et. al, 2013).

De acordo com Palermo (2010, citado por Gomide et al., 2013), a causa mais comum dessa dinâmica violenta é a raiva destrutiva. Essa raiva pode ser direcionada ao meio externo, ou mesmo direcionada ao próprio sujeito, a qual muitas vezes é retroalimentada devido a frequentes interações familiares conflituosas. Desta maneira, ela é evocada, com maior intensidade, em situações de complexidade emocional e estresse, como a desinibição, a doença mental, alcoolismo ou o agravamento das tensões familiares.

Gomide et al. (2013) pesquisaram vários estudiosos sobre o assunto e foi evidenciado que, quanto aos parricídios, há uma alta prevalência de transtornos psiquiátricos nos autores desse tipo de crime, em especial a esquizofrenia e consumo de álcool ou drogas. O perfil do jovem parricida é solteiro, sexo masculino, filho único ou caçula e desempregado. A maior incidência neste delito pode representar patologia mental severa, evidenciada, na maioria das vezes, por indivíduos psicóticos. Corroborando com essa perspectiva, Azambuja (2012) realizou um estudo com cinco autores de crimes hediondos, através do teste projetivo de Rorschach, o resultado apurado foi de que homicidas que utilizam de requintes de crueldades em seus crimes são portadores de psicopatologias, sendo que três dos cinco sujeitos do estudo apresentaram transtorno de personalidade antissocial e dois portadores de epilepsia. O DSM-V

(APA, 2014) ainda aponta que, abuso ou negligência infantil, assim como paternidade/maternidade instável ou errática ou, até mesmo disciplina parental inconsistente pode aumentar a predisposição de o transtorno de conduta evoluir para transtorno de personalidade antissocial.

Outro fator proeminente destacado em vários estudos sobre filhos que mataram pais foi a incidência de maus tratos físicos, psicológicos e sexuais intrafamiliar, onde a morte da vítima é percebida como um alívio pelos envolvidos. A negligência emocional parece ser uma característica prevalecte entre as vítimas e, para estes adolescentes, matar seus pais, se apresentaria como a única maneira de cessar tais conflitos (Gomide et. al, 3013).

Entre os homicidas por parricídio, não há histórico de atos infracionais, na maioria das vezes, sendo que grande parte foi indiciado por crime único. O prognóstico de reincidência é mínimo, uma vez que a motivação para o crime foi exaurida com a morte dos pais (Gomide, 2010).

O objetivo desse estudo foi o de investigar características da personalidade de um adulto sentenciado por um crime violento de duplo homicídio cujas vítimas foram seu pai, caracterizando um crime de parricídio, como aponta a literatura, bem como também referente aos aspectos do crime cometido contra a namorada. Devido à personalidade excêntrica deste indivíduo, buscou-se uma compreensão a cerca de seu funcionamento psicológico, a partir da aplicação de um instrumento projetivo considerado confiável e válido. Em uma segunda instância, evidenciou-se comparar as características de personalidade indicadas no exame da Junta Médica, na fase do julgamento do réu, o qual recebeu diagnóstico diferencial de Transtorno de Personalidade (Antissocial e Borderline, sendo que este último não será abordado nesse estudo).

As análises que se seguem, na parte dos resultados, serão pautadas a partir da contribuição de um teste psicológico, o qual, segundo Jung (2014), “possibilita acessar regiões profundas do sujeito, muitas das quais são inacessíveis a ele próprio, por não ter consciência de certas características que existem em si mesmo” (p. 4).

Para a análise das características de personalidade do indivíduo parricida e homicida, será utilizado o método de Rorschach, o qual, segundo Villemor-Amaral e Casado (2006) desde sua publicação em 1921 até o final da década de 50, foi considerado como um procedimento absolutamente preciso nos programas de treinamento em psicologia clínica, na área de avaliação da personalidade e da investigação dos quadros psicopatológicos, em função de seus fundamentos (Villemor-Amaral, 2004). Desta forma, por evidenciar ser um método de estudo da personalidade baseado na avaliação de respostas a estímulos não estruturados, serve de

identificação para a observação de aspectos referente aos fenômenos psíquicos complexos relacionados com os processos de percepção, associação, projeção, e também da comunicação e expressão verbal, o que permite uma riqueza de possibilidades de análises sobre o material coletado.

Embora ainda não exista um instrumento consideravelmente confiável para o diagnóstico de Transtorno de Personalidade, as técnicas projetivas vêm ganhando um espaço cada vez mais considerável na investigação forense (Lopez-Ibor, 1993, citado por Davoglio e Argimon, 2010). Corroborando com esse aspecto, Weiner (2000) aponta que um dos recursos mais utilizados atualmente é o Teste de Rorschach, cuja técnica objetiva e subjetiva evidencia informações acerca do funcionamento psicológico do indivíduo no que diz respeito à estrutura e dinâmica da personalidade.

Desta forma, o Método de Rorschach tem se destacado como um dos mais utilizados, pesquisados e reconhecido internacionalmente devido a sua competência quanto a evidenciar uma proporção de informações acerca da personalidade nas mais variadas áreas de atuação do psicólogo (Resende & Nascimento, 2014).

De acordo com Exner e Sendín (1999), os dados do teste falam sobre a organização interna do indivíduo e sua maior contribuição é descritiva, à medida que traz um recorte de como o indivíduo funciona atualmente. Ainda se tratando de avaliações considerando o método de Rorschach e o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM) da Associação Brasileira de Psiquiatria, mesmo que a técnica avalie o desempenho relacionado a uma designação diagnóstica, ele não deve se antecipar em correlacionar indícios diagnósticos diretos entre os dados do teste.

Segundo Resende e Nascimento (2014; Weiner & Meyer, 2009) citado por Resende, (2016) uma das temáticas mais solicitadas em avaliações forenses na área de direito criminal dizem respeito às respostas referentes às questões ligadas à competência ou capacidade de discernimento adequada e se o indivíduo tem condições de se responsabilizar pelo crime cometido. Desta forma, os índices de distúrbio do pensamento e o prejuízo no teste de realidade no método de Rorschach podem ser utilizados para avaliar a capacidade de entendimento.

Outra demanda comumente requerida em investigação forense é a avaliação da sanidade mental, que diz respeito ao funcionamento psíquico do réu, que podem ser avaliados pelos índices referentes aos aspectos cognitivos, a capacidade de controle e o manejo do estresse. Desta forma, quanto mais próxima a avaliação frente à ocorrência do crime, mais congruente e precisa será a análise sobre esses aspectos (Resende, 2016).

Algumas avaliações forenses embasam-se de métodos e técnicas psicológicas, como a exemplo, os testes psicológicos, para inferir a respeito de diagnósticos diferenciais a cerca de transtornos mentais. Nesse estudo, serão abordados brevemente aspectos referentes ao diagnóstico de psicopatia, que segundo Vasconcellos, Salvador-Silva, Dias, Davóglia e Gauer (2014) é um transtorno de personalidade ligado a comportamentos antissociais, à medida que o indivíduo apresenta um comprometimento no julgamento, bem como evidencia déficits no processamento emocional, principalmente, no que diz respeito ao reconhecimento de emoções negativas.

Segundo Davoglio, Gauer, Jaeger e Talotti (2012), a técnica de Rorschach é uma testagem psicológica clássica, que oferece subsídios que confirmam os resultados encontrados em escalas específicas para a avaliação da psicopatia. Entretanto, no que concerne à avaliação específica de personalidades antissociais e psicopatas, o Rorschach não deve ser visto como um instrumento que pode ou diagnosticar unilateralmente o Transtorno de Personalidade Antissocial ou detectar psicopatia. Pode, no entanto, fornecer informações sobre traços de personalidade e tendências comportamentais que, quando combinados com dados indicativos, apoiam a presença de psicopatia (Loving & Lee, 2006).

Método

Participantes

A amostra consistiu em um sujeito adulto, com idade de 25 anos, do sexo masculino, ensino médio incompleto, nível socioeconômico mediano, filho único de pais adotivos. O sujeito era réu primário, condenado a uma pena de 30 anos e seis meses de reclusão e estava cumprindo condenação em um presídio, devido crime de duplo homicídio (art. 121 do Código Penal) praticado contra seu pai (adotivo) e sua namorada.

A escolha do sujeito como participante se deu a partir do conhecimento da tipificação do crime, o qual ocorreu de forma violenta e contra membro de seu nicho afetivo e, principalmente, familiar.

Ainda na fase de instauração do processo de acusação, o acusado passou por avaliação psicológica e psiquiátrica na Junta Médica do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, para avaliação de sanidade mental, o qual recebeu diagnóstico de Transtorno de Personalidade (com traços do Transtorno de Personalidade Emocionalmente Instável e do Transtorno Antissocial), com elevada periculosidade.

Instrumentos

A metodologia utilizada na avaliação psicológica consistiu anteriormente, na leitura dos autos do processo para conhecimento dos aspectos ligados ao crime e das características de personalidade do autor de duplo homicídio, a fim de se obter melhor compreensão das questões psicológicas que seriam objetos de investigação.

Como ferramenta de análise da dinâmica da personalidade do examinando, foi utilizado o método de Rorschach, no Sistema Compreensivo (Exner & Sendín, 1999).

Procedimentos

O projeto de pesquisa foi autorizado pelo gerente do Módulo de Respeito e Patronato, da Diretoria Geral de Administração Penitenciária – DGAP. O participante tomou conhecimento do estudo e assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a realização da pesquisa, bem como a utilização e divulgação dos dados desta para estudo de caso.

Posteriormente, ocorreu a coleta de dados junto ao sujeito a partir de uma entrevista semi-dirigida, sendo que, na sequência, houve a aplicação do método de Rorschach e do teste das Pirâmides Coloridas de Pfister, sobretudo, quanto ao último, não será levado em consideração para a análise do perfil do sujeito avaliado. Em seguida, realizou-se a correção e interpretação dos resultados do teste de Rorschach para levantamento de informações, conforme seguem a seguir. Por último, em um segundo encontro, foi realizada uma sessão de devolutiva ao examinando, referente aos resultados identificados no teste.

Breve relato da história de vida do sentenciado e dos aspectos do crime hediondo

De acordo com relatos deste, desde os 21 dias foi adotado, manifestando pouco interesse em saber sobre os pais biológicos. Na sequência, indicou desprezo em sua fala pelas figuras parentais: “um deles eu matei (risos)”, referindo-se ao pai adotivo assassinado por ele próprio.

Quanto às memórias da infância, relata que era uma criança que dava “trabalho”; cita que chegou a dar martelada em uma prima, destruía brinquedos, amassava carrinhos, tinha “espírito destruidor”, inquieto (até hoje); judiava de cachorro, dava martelada e chegou a jogar um deles pela janela (risos). Refere a possibilidade de TDAH desde a infância, sentia-se muito agitado, inquieto, com falta de foco, “viajava”.

Quanto aos cuidados parentais (pais adotivos), percebe sua genitora como acolhedora, mas, ao mesmo tempo, punitiva. Já referente ao pai, o percebia como carinhoso, “de boa”, dava as coisas, mas que era alcoólatra, chegava bêbado e batia na mãe; a humilhava perto dos amigos

dele e a fazia de escrava: “o negócio do meu pai, foi que ele era um ótimo pai, mas um péssimo marido. Fui me fechando com ele. Um dia eu cheguei em casa e vi ele batendo na minha mãe e eu resolvi revoltar”. “Meu pai agredia minha mãe com palavras, tapa na cara; não deixava ela estudar, não deixava ela sair de casa, vivia com arma em casa”. Alegava sentimento de raiva e revolta do pai, referente as violências praticadas contra a mãe e, de certa forma, projetava isso em sua conduta: “vou ser pior”.

Sobre os aspectos escolares, afirma que não gostava de frequentar a escola, mudava constantemente de instituição, era um “capeta”; não era expulso porque a escola era paga. Inquirido se sofreu algum tipo de violência no ambiente escolar, refere que sofria *bullying*, “agredia, revidava e surtava”. Lembra-se de episódios de impulsividade, como, por exemplo, uma situação em que jogou vários lápis para o alto, e outro de agressividade autodirigida, batia em seu próprio rosto, ou até mesmo com a cabeça contra a parede.

Ainda sobre os aspectos familiares, considerava o convívio conflituoso, hostil e de “falso moralismo”, por parte do pai. Fazia tatuagens com o sentido de desafiar sua autoridade: “no início era para provocar, depois, chegou a fazer parte de mim”. Aos 18 anos, fez uma tatuagem no rosto escrito a palavra: Antissocial.

Apresentou um padrão de relacionamentos interpessoais instáveis, afirma que suas relações afetivas de contato mais íntimo eram conturbadas assim como a do pai com a mãe, mas era pior, devido ciúmes e bebidas. Relata que suas relações eram “descartáveis” e desprovidas de confiança. Alega que matou a namorada a partir de uma discussão em que a mesma teria batido em sua “cara”: “Ela estava no lugar errado, na hora errada e com o cara errado, coitada! (risos, indicando hostilidade em relação à vítima)”. Novamente refere a impulsividade e a agressividade a partir de uma identificação com o comportamento do pai: “Quando eu uso álcool, eu fico meu pai purinho, começo a dar murro, fico agressivo”.

Em se tratando do sentimento de arrependimento, indicou ausência de remorso e a identificação da perda ocorreu não direcionada à figura humana paterna, mas sim, às consequências financeiras que sua morte implicaria: “Eu nunca chorei porque matei meu pai, não tenho arrependimento por ter matado ele em si”. “Perdi dinheiro, herança, era pra eu ficar ‘de boa’ pelo resto da vida”.

Sobre as circunstâncias do crime, conforme informações colhidas na denúncia do Ministério Público, ocorreu com o uso de arma branca, sendo que a forma em que ele aconteceu foi por esgorjamento, considerado meio cruel, o que teria dificultado a defesa das vítimas. Em seguida, fez pichações na parede de vários cômodos, com palavras de baixo calão, utilizando o sangue das próprias vítimas, distribuindo facas no sofá que se assemelhavam a uma espécie de

ritual. O réu, após cometer o delito, frequentou a casa com os corpos das vítimas. Testemunhas apontaram que o acusado estava sob efeito de drogas (LSD) e bebidas alcoólicas, pouco antes do momento do crime, se demonstrando muito agressivo com uma das vítimas (namorada).

Resultados e Discussão

O protocolo foi considerado válido, uma vez que o examinando forneceu a quantidade necessária de respostas ($R=24$), entretanto, apresentou pouco envolvimento na tarefa e um estilo evitativo, reservado, cauteloso e superficial de responder o teste ($L=2,43$ e $F\%=0,71$), o que pode também estar relacionado à própria maneira desse sujeito funcionar psicologicamente (Resende, 2016). Exner e Sendín (1999) apontam que pessoas com Lambda alto costumam agir de acordo com sua tendência a simplificar em excesso a complexidade das situações de demandas dos estímulos do cotidiano. Ao agir dessa forma, elas reduzem a eficácia de seu comportamento, pois não se interagem à altura da complexidade que a situação requer, podendo, inclusive comportar-se contra o que a situação social exige.

Sobre a variável controle e manejo do estresse, foi identificada uma baixa tendência a tolerar frustrações, além de uma capacidade de recursos ineficientes ($EA=1,5$) para lidar com tensões e demandas difíceis do cotidiano. Devido a essa característica, é provável que acabe simplificando demais suas percepções, procurando nunca se envolver profundamente com as pessoas e com situações que demandem maior complexidade afetiva ($Afr\downarrow$). Há indícios de estar mais vulnerável e propenso a se desorganizar, com predisposição a tomar decisões e comportamentos mais impulsivos, diante de situações de estresse ou sobrecarga emocional ($Afr\downarrow$ e $Blends\downarrow$), pois esquiva-se de situações emocionalmente carregadas, uma vez que apresenta imaturidade para lidar com uma gama de demandas complexas ($es=5$), as quais parecem estar acima de sua capacidade real de resolução. A simplificação excessiva da percepção pode tendenciar esse sujeito a tomar atitudes de forma precipitada sem analisar a situação num contexto global e, por conseguinte, pode perder o controle diante das situações pouco estruturadas, agindo de maneira pouco assertiva (Resende, 2008). De acordo com Exner e Sendín (1999), essas características podem ser facilmente observadas em indivíduos com traços psicopáticos, que não refletem e decidem sem pensar, com pouco investimento emocional.

No momento, o examinando indica propensão para sentir-se estressado (que se manifesta de forma crônica) e sobrecarregado mais que o normal, com demandas que podem gerar sensação recorrente de desconforto ($D=-1$; $Adj D= -1$), descontentamento consigo, com os outros e com tudo a sua volta, o que pode potencializar, em algumas situações, aspectos

relacionados ao princípio da sensação de tristeza (DEPI=4), sendo que o maior prejuízo desse funcionamento psicológico pode ser representado por déficits nas relações interpessoais (CDI>3 :4). Essa inabilidade para lidar com as relações pode fazer com que este indivíduo sinta mais raiva e ressentimento, quando em contato com as pessoas (S=6). Essa disposição poderá o predispor à redução dos aspectos que envolvem atenção e controle, demonstrando uma incompetência em manejar com eficiência as expectativas e demandas do meio em que ele se insere (Resende, 2008).

O segundo maior campo que merece atenção, é o das relações interpessoais, pois este indivíduo pode apresentar um comprometimento grave na base da capacidade de formar vínculos afetivos. Os relacionamentos tendem a ser distantes, sem muita intimidade e demonstração de afeto, mantendo um contato mais superficial para administrar suas necessidades do dia a dia (T=0; H<2; Afr<0,45 e CDI=>4). Além do mais, tende a se envolver em relações conflituosas que geram, ao longo do tempo, um histórico de fracasso interpessoal e de comportamentos sociais inadequados (PHR> GHR: 5:3). Somadas a uma percepção do outro deturpada, distorcida e baseada em fantasias, tenderá a ter prejuízo nas relações sociais, com a possível presença de mal-estar e desconforto nas relações interpessoais, o que leva a indicar que esta pessoa é pouco aceita pelos outros. Essa esfera pode indicar uma frieza de conduta, além de uma dificuldade de perceber o outro tal como ele é, com suas reais necessidades, o que sugere a uma interação provavelmente menos empática do que o esperado ($H < H_d + (H_d) + (H)$). Essa característica estrutural pode estar mantendo um perfil hipervigilante em relação às pessoas (HVI positivo), já que esse índice denuncia um estado de alerta contínuo. Apresenta-se como uma pessoa que desconfia de tudo e de todos, percebe o mundo como perigoso e as pessoas traiçoeiras. Tende a perceber o mundo como persecutório e está gastando uma demasiada energia para se manter alerta para o que está acontecendo ao seu redor. O estado de hipervigilância pode desorganizar o pensamento, assim como torna-lo menos flexível. Em situações intensas, o pensamento normalmente inclui muitos traços paranoides. Sobretudo, esta pessoa evidencia estar satisfeita com quem ela realmente é e indica um padrão de pouca flexibilidade, oposicionismo e pouca necessidade ou até mesmo desejo de mudar seu comportamento ($L \uparrow = 2,43$; $F\% \uparrow = 0,71$ e $S=6$), o que prejudicará seu envolvimento quanto ao processo de aprendizagem de novas habilidades e recursos sociais, bem como à internalização de conceitos e valores morais assertivos e esperados para se ter um bom convívio em sociedade (Resende, 2008).

Souza e Resende (2016) avaliaram um grupo de 33 adolescentes que cometeram homicídio e estavam cumprindo medidas socioeducativas, tendo os submetido ao método de

Rorschach. Desta análise, foi possível correlacionar os resultados a três grupos específicos: um grupo com componentes narcísicos patológicos mais recorrentes, outro grupo que se destacava pela falta de habilidades sociais e interpessoais, com tendência a estabelecer relacionamentos conflituosos e com pouca habilidade para lidar com as demandas da vida diária, e o último grupo apresentou juízo crítico e coerência rebaixados, como pensamentos excêntricos e desconsideração pelos comportamentos socialmente esperados.

Desta forma, no grupo cujos resultados evidenciaram a prevalência de déficits relacionais, foram considerados achados do Rorschach correspondentes a estas características: $CDI \geq 5$, $COP = 0$; $PHR > GHR$, $EA \leq 3$. Também foram consideradas algumas variáveis que indicam limitações referentes à capacidade de responder de maneira adaptada às demandas emocionais: $Blends \leq 2$, além da variável que indica um estilo evitativo de responder às situações do meio: $L \geq 2$ e, por último, uma terceira que revela baixa autoestima ($Ego < 0,37$), o que predisporia a pessoa a se deixar influenciar pelo que as pessoas dizem, já que se sente insegura e incapaz de acreditar em seus valores pessoais (Exner, 2003 e Exner & Sendín, 1999, citados por Souza & Resende, 2016). Os resultados encontrados nessa pesquisa se apresentaram muito semelhantes aos índices indicados no Rorschach do examinando (com uma única exceção do aspecto de egocentrismo), demonstrando que o comportamento dele, na interação com o outro, pode ser equiparado ao de adolescentes infratores, o que sugere uma personalidade imatura.

Alguns autores consideram a personalidade como um fator preponderante para a manutenção de comportamentos violentos, a esse respeito, estudos com o método de Rorschach (Sistema Compreensivo) têm visado avaliar a influência de características de personalidade relacionadas com a conduta criminosa de adolescentes, mais especificamente, em relação àqueles que cometeram homicídio, cujos dados também são convergentes com o resultado do desempenho do apenado, no que diz respeito a:

Quando se trata das interações interpessoais e recursos eficientes para lidar com situações estressantes (*coping*), prevalecem a predisposição para gerar conflitos nos seus relacionamentos ($PHR > GHR$), a pouca disponibilidade para a cooperação e solicitude com o outro ($COP \downarrow$), o desinteresse pelas pessoas, pelo que elas fazem ou dizem ($H \downarrow$) e falta de habilidades sociais ($EA \downarrow$) (Corredor, 2000; Durat, 2006; Exner & Sendín, 1999; Gacono, Gacono & Evans, 2008; Gacono & Meloy, 1994; Garcia, 1999; Loving & Russel, 2000; Lowen, 1983; Olin & Keatinge, 1998; Resende, 2009;

2011; Resende & Souza, 2011; Souza & Resende, 2012b, citados por Souza & Resende, 2016, p. 74).

A respeito dessa limitação para interagir com o mundo exterior, seu mundo interno pode deixar muito a desejar e com frequência estará marcado por vivências de frustração, ansiedade, dor e confusão. O aumento dessas sensações em frequência ou intensidade, onde as pessoas se esforçam muito para satisfazer cada demanda e expectativa do ambiente, “atinge um ponto de ruptura que, no caso de ser ultrapassado, faz com que o sujeito se precipite a uma existência psicologicamente caótica, na qual são inviáveis tanto um sentido de segurança interna quanto padrões eficazes de interação com o meio” (Exner & Sendín, 1999, p. 21).

Quanto à autopercepção, nota-se que o apenado indica um alto nível de preocupação consigo mesmo e reduzido interesse pelos outros ou pelo que está acontecendo com estes (EGO↑: 0,42), entretanto, o sujeito não está tendo nenhum tipo de prazer especial em voltar a atenção para si mesmo (Fr e rF=0). A presença de reflexo no teste sobrepõe a existência de componentes narcisistas na organização da personalidade, que diz respeito a uma sensação de autovalia e, em contra partida, um desmerecimento do outro. Mesmo assim, parece estar mais preocupado com suas próprias necessidades, principalmente, no que diz respeito às preocupações corporais (Na+Xy=3), que também pode estar relacionada a uma insatisfação com a autoimagem, a qual indica estar distorcida e baseada em um contato pobre com a realidade. Essa disfunção se refere a uma ausência de um senso estável de quem o examinando realmente é, o que também torna ainda mais crítico a identificação com pessoas reais que fazem parte do seu cotidiano ($H < (H) + Hd + (Hd) = 1:7$) (Resende, 2008).

Em se tratando dos aspectos afetivos, destaca-se um estilo evitativo (EB), buscando nunca se envolver profundamente nos acontecimentos, assim como em relacionamentos mais íntimos e de confiança (T=0). Tem um campo de visão estreito, decide sem pensar muito, que sugere um indivíduo com pouco investimento emocional (L↑). Percebe-se uma considerável dificuldade para modular suas descargas e trocas emocionais (FC: CF+C: 1:0), indicando uma maneira mais controlada e dirigida das emoções por meio dos elementos cognitivos. Está atualmente esgotado em um estado de sobrecarga interna, o que o deixa em maior propensão à impulsividade, uma vez que apresenta pouca habilidade para lidar com situações de maior complexidade emocional, já que o indivíduo está empregando uma energia considerável para assegurar que as emoções estejam rigorosamente escondidas e controladas (WSumC=0,5). Entretanto, esse estado de constrição afetiva não consegue ser mantido por muito tempo, o que poderá potencializar no examinando maior sensação de desconforto, e levá-lo a episódios de

explosão e instabilidade emocional, para compensar a pressão sentida pelo meio ou por estados internos, nesta ocasião, poderá ter um contato reduzido com a realidade (Resende, 2008).

Pesquisas relacionadas ao comportamento de adolescentes apontam que a repressão afetiva nesses indivíduos que demonstram maior dificuldade de encontrar meio de expressar os seus intensos sentimentos pode prejudicar a liberação de seus afetos e emoções. Desta forma, destacam que:

Quase tudo o que é reprimido em termos de emoções será exteriorizado de alguma forma. Assim, essa constrição afetiva pode se transformar em dor, angústia, ansiedade em expressões psicossomáticas, em tristeza, depressão e melancolia, como também pode vir associada a comportamentos violentos. A demonstração da violência seria uma via de expressão rápida que busca satisfação imediata dos desejos, sem passar pelo crivo do bom senso de antecipar as reais consequências de seus atos Schmidt (2009; Marty, 2010 & Levisky, 2000, citados por Souza & Resende, 2013, p. 440).

Quanto à tríade cognitiva (Processamento, Mediação e Ideação), apresenta capacidade de perceber as coisas como a maioria das pessoas. Seu pensamento é prático e analítico, com dificuldade de perceber aspectos globais, revelando superficialidade e um exame rápido e pouco cuidadoso dos cenários que ocorrem a sua volta, o que poderá tendenciá-lo a tomar decisões precipitadas. Apresenta pensamentos de grandiosidade e aspirações acima do que a capacidade real de realização permite, o que poderá trazer rebaixamento da capacidade de motivação. Desta forma, quanto ao teste de realidade, seus resultados não indicaram desajustamento da percepção, o que geraria em sujeitos interpretações equivocadas da realidade, de si mesmo e das ações de outras pessoas ($XA\%=0,71$; $WDA\%=0,71$; $Xu\%=0,17$; $X-\%=0,29$; $P=4$; $PTI=1$; $M-=0$; $Zf=8$; $Zd=1$; $DQ+=2$; $W/M: 6:1$; $FM=2$; $WSum6=8$). Desta forma, sabe distinguir entre o certo e errado e consegue reconhecer qual é o desempenho socialmente esperado, ou seja, é capaz de reconhecer as normas e regras sociais para uma boa convivência em grupo (Resende, 2008), o que não significa, entretanto, que não irá infringi-las, uma vez que conforme dados colhidos, o apenado apresenta tendência a manter condutas antissociais.

Nesse sentido, o teste de Rorschach, de acordo com o sistema compreensivo de Exner (1999) indicaria traços de psicopatia através da ausência de vínculo e presença de ansiedade menor que o esperado, bem como uma importante ausência de agressividade e de respostas de movimento, em comparação à população geral (Kernberg, Weiner & Bardenstein, 2003, citados por Davoglio & Argimon, 2010). Desta forma, a técnica do Rorschach aplicada em psicopatas

apresentou insuficiência de respostas de agressão, ausência de vínculos, alta taxa de egocentrismo, maior grau de grandiosidade e menor taxa de ansiedade, o que pode apresentar uma desvalorização dos afetos dos outros, além de uma predisposição à exploração emocional (Kernberg et al., 2003, citados por Davoglio et al., 2012).

Schafer (1948), citado por Loving e Lee (2006) evidenciou que o Rorschach era eficaz na detecção dos principais traços de personalidade da psicopatia, os achados corroboram para algumas características estruturais, como, por exemplo, falta de respostas de sombreado (representando correspondente ausência de ansiedade), uma predominância de cor sobre a forma (associado à agressividade e impulsividade conspícuas), e numerosas respostas completas vagamente articuladas (refletindo habilidades integrativas).

Autores como Davoglio e Argimon (2010) citaram estudos utilizando o Rorschach (Abade, Coelho & Fazzani, 1993), na população homicida que apresentava condutas violentas e cruéis. Foram percebidas à apresentação das pranchas, reações imediatas e sem organização, evidenciando afetividade infantil e com pouco controle, principalmente quanto ao aspecto de julgamento.

Por fim, sujeitos acometidos pelo transtorno tendem a demonstrar menos afetos pelas emoções alheias, o que o predispõe a uma capacidade prejudicada de inibir comportamentos socialmente reprováveis (Hare, 2003, citado por Vasconcellos et al., 2014).

Conclusão

O instrumento de avaliação psicológica, a partir do método de Rorschach se demonstrou uma ferramenta eficiente e confiável para avaliar a personalidade e o funcionamento psicológico desse apenado, o qual apontou na devolutiva dos resultados a afirmativa: “Você falou a ‘auto’biografia perfeita da história da minha vida” (risos), indicando uma proximidade das características de personalidade evidenciadas no método de Rorschach, em comparação à realidade subjacente referente a sua forma de interação com o outro e com o meio no dia a dia.

Embora o resultado do desempenho do examinando ao método de Rorschach não tenha sido obtido como proposta de estabelecer um diagnóstico nosológico de uma possível psicopatologia, ou provocar um reducionismo do sujeito avaliado, a partir da análise das evidências indicadas, verifica-se que há semelhanças do resultado da avaliação realizado pela Junta Médica, na fase investigativa, com os resultados apresentados no momento atual (cerca de seis anos posterior ao crime de duplo homicídio), o qual aponta aspectos centrais quanto aos traços de psicopatia.

Por fim, para que a avaliação psicológica, em se tratando especificamente dos métodos projetivos, como, por exemplo, o Rorschach, seja utilizada de maneira confiável para a investigação da dinâmica e do funcionamento da personalidade de indivíduos homicidas apenados, é necessário sua aplicação em uma amostra maior, no sentido de que se possa contribuir para a compreensão do comportamento criminoso.

Referências

- American Psychiatric Association. (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*; tradução: Maria I. C. N. et al. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed.
- Azambuja, S. P. O. (2012). *As representações psicopatológicas de autores de crimes hediondos através do teste projetivo Rorschach*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC Goiás, Goiânia.
- Davoglio, T. R.; Gauer, G. J. C.; Jaeger, J. V. H. & Tolotti, M. D. (2012). Personalidade e psicopatia: implicações diagnósticas na infância e adolescência. *Estudos de Psicologia*, 17 (3), 453-460.
- Davoglio, T. R. & Argimon, I. I. L. (2010). Avaliação de comportamentos anti-sociais e traços de psicopatas em psicologia forense. *Avaliação Psicológica*, 9 (1), 111-118.
- Exner, J. E. & Sendín, C. (1999). *Manual de interpretação do Rorschach para o sistema compreensivo*. Tradução: Laila Yazigi de Massuh. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gomide, P. I. C.; Teche, A. M. F.; Maiorki, S. & Cardoso, S. M. N. (2013). Incidência de Parricídio no Brasil. *Temas em Psicologia*, 1, 283-295.
- Gomide, P. I. C. (2010). Abuso, negligência e parricídio: um estudo de caso. *Temas em Psicologia*, 1, 219-230.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2018). *Atlas da violência 2018*. Rio de Janeiro, Junho.
- Jung, F. H. (2014). Avaliação Psicológica Pericial: Áreas e Instrumentos. *Revista Especialize On-line IPOG*, Goiânia, 008, 1-17.
- Loving, J. L., & Lee, A. J. (2006). Rorschach Assessment of Antisocial Personality Disorder and Psychopathy. In S. K. Huprich (Ed.), *Rorschach Assessment of the Personality Disorders* (pp. 139-169). Mahwah, NJ, US: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Palácios, J., & Oliva, A. (2004). A adolescência e seu significado evolutivo. Em Coll, C.; Marchesi, A. & Palácios, J. (Orgs.), *Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva*. (2ª ed.). (pp. 309-322). Porto Alegre: Artmed.

- Resende, A. C. & Nascimento, R. S. G. F. (2014). O estudo da personalidade por meio do método de Rorschach (Sistema Compreensivo). *Revista Especialize On-line IPOG*, Goiânia, Edição especial 008, 1-25.
- Resende, A. C. (2008). *Método de Rorschach: referências essenciais*. Goiânia: Dimensão.
- Souza, C. C. & Resende, A. C. (2016). Perfis de personalidade de adolescentes que cometeram homicídio. *Psico-USF*, Bragança Paulista, 1, 73-86.
- Souza, C. C., & Resende, A. C. (2013). Aspectos psicológicos de adolescentes que cometeram homicídio: uma revisão sistematizada. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, 4, 439-452.
- Vasconcellos, S. J. L.; Salvador-Silva, R.; Dias, A. C.; Davóglia, T.R., & Gauer, G. (2014). Psicopatia e Reconhecimento de Expressões Faciais de Emoções: Uma Revisão Sistemática. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2, 125-134.
- Villemor-Amaral, A. E. & Casado, L. P. (2006). A cientificidade das técnicas projetivas em debate. *Rev.Psico-USF*, 11 (2) 185-193.
- Villemor-Amaral, A. E. (2004). O Método de Rorschach e a Psicopatologia Fenômeno-estrutural. *Rev. Estudos de Psicologia*, PUC-Campinas, 1, 73-81.
- Weiner, I. B. (2000). *Princípios da Interpretação do Rorschach*. Tradução: Maria Célia de Vilhena Moraes Silva. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Perícia Psicológica na Justiça do Trabalho: o dano psíquico e o índice de conteúdo traumático

Debora Feldman Pedrosa Mascarenhas
Universidade Federal Fluminense

Resumo: O dano psíquico é uma investigação frequente em perícias psicológicas na Justiça do Trabalho. A seqüela emocional ou violação à integridade psicológica acarretada ou desencadeada pelo trabalho é entendida como um dano moral pelos operadores do Direito, e por isso, os empregadores podem sofrer as sanções legais. O Teste projetivo Rorschach com suas informações de estrutura e dinâmica da personalidade colaboram no aprofundando da investigação de um dano psíquico. Este trabalho buscou correlacionar o Índice de Conteúdo Traumático com as entrevistas realizadas em quatro processos trabalhistas de indenização por alegações de dano psíquico. Nestes quatro casos foram aplicados o Teste Rorschach como complemento às entrevistas e os resultados indicaram uma correlação positiva entre o Índice de Conteúdo Traumático, as entrevistas e os resultados das perícias.
Palavras-chave: Dano psíquico; Perícia psicológica; Índice de Conteúdo Traumático.

Introdução

A demanda crescente de processos no campo do Direito do Trabalho com alegações de dano psíquico têm levado, com maior frequência, magistrados a recorrer à perícias psicológicas que possam avaliar e identificar transtornos mentais e estabelecer ou rechaçar seu nexos causal com a atividade laboral dos reclamantes. Dano psíquico e dano moral não nos parecem sinônimos. O dano moral está previsto na Constituição Federal em seu artigo 5º: (grifo nosso) “Art 5º Inciso V- é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; Inciso X- são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente da sua violação.”.

O dano moral para o Direito é amplo e trata-se de uma ofensa ou violação da moral de uma pessoa, ou seja, remete-se à um dano à liberdade, à honra, à saúde (mental e/ou física) e ou à imagem. Para Cavalieri Filho (1998, p. 74) “O dano moral é lesão de bem integrante da personalidade, tal como a honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação à vítima.” (grifo nosso).

O dano psicológico, para o Direito é uma das dimensões de possibilidade de dano moral. O dano psíquico para a Psicologia pode ser compreendido como o adoecimento psicológico que faz parte de uma rede de eventos multicausal, que evoluem formando uma dinâmica psíquica de adoecimento. O adoecimento psíquico pode advir de um fator traumático ou em razão de acidente; desta vez, desencadeando ou instaurando um adoecimento por sua intensidade ou magnitude. Segundo Evangelista & Menezes (2000, p. 45) “O dano psicológico, ou psíquico, como muitos assim o entendem, pode ser definido como seqüela emocional ou psicológica de

um fato particular traumatizante.”.

As doenças e os processos de adoecimentos oriundos da atividade laboral estão previstas no Manual de procedimentos para os serviços de saúde do Ministério da Saúde, que toma como referência a Portaria MS n. 1339/99 e o Decreto 3048/99. Segundo este manual, os processos de adoecimentos mentais também são multicausais: em sua etiologia, e ao longo de seu desenvolvimento, podendo sofrer efeitos de fatores desencadeantes e ou de fatores catalisadores. Segundo Jacques (2007, p. 4).

Os fatores que contribuem para o perfil de adoecimento dos trabalhadores são: doenças comuns sem qualquer relação com o trabalho, doenças comuns modificadas no aumento da frequência ou na precocidade de manifestação em decorrência do trabalho, doenças comuns nas quais se somam ou se multiplicam condições provocadoras ou desencadeadoras em decorrência do trabalho e os agravos específicos tipificados pelos acidentes de trabalho e doenças profissionais. Os três últimos fatores constituem o que se convencionou nomear como doenças relacionadas ao trabalho.

Segundo a Portaria MS 1339/99 e o Manual de procedimentos para os Serviços de Saúde (2001, p. 27), as doenças profissionais são divididas em três grupos de Doenças Relacionadas com o Trabalho, que obedecem as divisões propostas por Schilling (1984 Apud Brasil, 2001). Nesta divisão, os transtornos mentais encontram-se no GRUPO III. (grifo nosso).

GRUPO III: doenças em que o trabalho é provocador de um distúrbio latente, ou agravador de doença já estabelecida ou preexistente, ou seja, com causa, tipificadas pelas doenças alérgicas de pele e respiratórias e pelos distúrbios mentais, em determinados grupos ocupacionais ou profissões.

Desta forma, se o trabalho constitui-se como um provocador de um distúrbio latente ou um agravador de um transtorno já instalado, ambos são entendidos, pelos operadores do direito, como doenças relacionadas ao trabalho. A identificação do dano psíquico e sua relação com o trabalho se torna ainda mais importante.

Entendemos que o dano psicológico deve ser entendido como um prejuízo da dinâmica mental que estabelece relações dialógicas com o trabalho, ou seja, uma relação que tem suas perdas originárias das relações de trabalho e produz perdas pessoais laborativas e sociais; e para a organização. Cruz e Maciel (2005, p. 4) define dano psicológico no escopo da perícia psicológica na Justiça do trabalho:

Do ponto de vista da ciência psicológica, o dano psicológico é evidenciado

pela deterioração das funções psicológicas, de forma súbita e inesperada, surgida após uma ação deliberada ou culposa de alguém que traz para a vítima tantos prejuízos morais quanto materiais, face a limitação de suas atividades habituais ou laborativas.

Assim, não raro, a perícia psicológica na esfera trabalhista indaga sobre a existência do dano psicológico e seunexo causal⁵, ou seja, suas relações com as atividades laborativas. Nestes casos, concordamos com a definição de perícia psicológica na justiça do trabalho de Cruz e Maciel (2005, p.121), vejamos:

A perícia psicológica é a avaliação do nexocausal entre as condições de trabalho (exigências, cargas e riscos) e o comprometimento dos processos psicológicos. A investigação trata-se então do estado mental do periciado, sua dinâmica mental e a investigação, através de metodologia validada, do dano psíquico por consequência do sofrimento. (grifo nosso)

Uma perícia psicológica na Justiça do Trabalho deve realizar uma investigação da estrutura mental e identificar possíveis transtornos mentais, assim como nexos causais relacionados aos acontecimentos da vida do Reclamante e seu trabalho. Um laudo psicológico não deve abordar aspectos do campo da Psiquiatria e tampouco da Medicina do Trabalho, em obediência ao § 2º do art. 473 do NCPC⁶, segundo o qual: “É vedado ao perito ultrapassar os limites de sua designação, bem como emitir opiniões pessoais que excedam o exame técnico ou científico do objeto da perícia.”

Visando cumprir o escopo das perícias psicológica na Justiça do Trabalho entendemos que a aplicação do teste projetivo Rorschach pode ser uma estratégia de segurança e confirmação dos dados obtidos nas entrevistas. Quanto à validade e segurança dos achados no método Rorschach, pode-se dizer que os testes projetivos tem se mostrado estratégias importantes para a coleta de dados psicodiagnósticos, sobretudo em Perícias Forenses. As técnicas projetivas avaliam a personalidade de forma indireta, diferenciando-se assim da entrevista clínica que é uma forma mais direta de análise. Segundo Grassano (1966) como método indireto, não estruturado e impessoal, os testes projetivos tendem a facilitar a emergência clara de aspectos auto-expressivos e defensivos do funcionamento das pessoas.

⁵ Nexo causal segundo Cavalieri Filho (2003, p. 67) “é a relação de causa e efeito entre conduta e o resultado, sendo certo que, por meio dele é possível concluir quem foi o causador do dano.” Todavia, entendemos que a discussão a respeito de nexo causal é amplo e complexo, e não será foco do presente trabalho.

⁶NCPC é Novo Código de Processo Civil disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm

O Teste Rorschach é um instrumento psicodiagnóstico de reconhecida validade e profundidade de investigação, por seu vasto campo de pesquisa, com parecer favorável, de acordo com o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos do Conselho Federal de Psicologia (SATEPSI). Seus estudos científicos remontam, desde sua formulação em 1914, até os dias atuais, com validações também para população brasileira. Segundo Jardin-Maran e Pasian (2012):

Considerando se os instrumentos projetivos utilizados no Brasil e no cenário mundial, a literatura da área de Avaliação Psicológica indica que o Psicodiagnóstico de Rorschach é um dos instrumentos mais utilizados em todos os continentes, o que é facilmente observado pela história de desenvolvimento deste método projetivo e pela quantidade e diversidade de investigações a ele relacionadas. Além de seu reconhecimento internacional em diferentes áreas de aplicação, o Rorschach apresenta evidências de validade em diversos contextos socioculturais, sendo altamente relevante sua possibilidade de contribuição científica para a compreensão da estrutura e do funcionamento psíquico dos indivíduos.

Note-se que o uso de testes projetivos, dentre eles, o Rorschach, em Perícias Forenses, tem sido indicado também por Segundo Rovinsky (2012) por trazer uma contribuição na compreensão da dinâmica mental do periciado:

A literatura internacional também mostra que, em função destas propriedades psicométricas comprovadas, a frequência de uso pelos profissionais e as características de sua proposta de investigação sobre estrutura e dinâmica da personalidade, o Rorschach se apresenta como um dos instrumentos mais aceitos e utilizados nas avaliações forenses.

Assim, o Rorschach por revelar aspectos da dinâmica da personalidade, traz consigo informações de índices qualitativos e quantitativos preciosos para avaliação da personalidade com pouco controle do sujeito investigado. Estamos atentos de que nenhuma informação neste teste deve ser avaliada separadamente sem as demais informações quantitativas e qualitativas. Neste trabalho analisamos quatro casos de processos trabalhistas de indenização por alegação de danos psíquicos sofridos. Danos estes, que segundo os autores, foram prejuízos causados em razão de suas atividades e ou relações no trabalho. Os sujeitos periciados, objetos de análise deste trabalho, tiveram seus nomes trocados por razões óbvias. As perícias foram realizadas

com entrevistas semiestruturadas e a aplicação do Teste Projetivo Rorschach⁷ como complemento as entrevistas.

O Teste Projetivo Rorschach foi aplicado e seus dados qualitativos e quantitativos levantados segundo as normas e procedimentos recomendados pela escola francesa. Para este trabalho, buscamos correlacionar o Índice de Conteúdo Traumático (TC) com os resultados levantados nas entrevistas e a conclusão das perícias. O índice de conteúdo traumático, segundo Armstrong⁸ (Apud Rovinski 2013, p. 121) é um somatório dos conteúdos sexuais, de sangue, anatomia, agressão e mórbidos, divididos pelo número de respostas do protocolo. Seu índice igual ou superior a 30% indica uma correlação com pessoas que passaram por situações traumáticas. Segundo Rovinski (2013, p. 121):

O autor (Weiner 2006) sugere que seja utilizado o Índice de Conteúdo Traumático (TC, Armstrong, 1991 e 2002), que envolve o somatório do número de conteúdos de agressão, anatomia, sangue, mórbido e sexual dividido pelo número de respostas do protocolo. Resultados TCI ≥ 30% são comumente associados a pessoas que tiveram a vivência de situações traumáticas.

Segundo Scortegagna e Villemor- Amaral (2012, p. 278) em pesquisa sobre o uso do Rorschach na investigação de abuso sexual, nos aponta a relevância da correlação do índice de conteúdo traumático com a identificação do abuso sexual em adultos e em crianças.

Há portanto, grande convergência nos resultados de pesquisas com o Rorschach tanto em crianças quanto em adultos. Embora ocorram variações nas perspectivas metodológicas entre os diversos autores citados, todos admitem que conteúdos de sexo, sangue, com características mórbidas e indicadores de falhas na percepção da realidade, são elementos que surgem em protocolos de sujeitos com vivências de abuso sexual recente ou mais remoto.

De maneira a fomentar a discussão sobre a relação do conteúdo traumático (TC) e o dano psíquico, trazemos abaixo breves resumos dos quatro casos de processos trabalhistas para contextualizar o presente trabalho:

CASO 1 – Maria 58 anos, divorciada com três filhos, técnica em contabilidade, mora com a mãe desde sua separação, há 20 anos. O processo trabalhista do qual é autora, é indenizatório por dano moral e declaratório de sua aposentadoria, pois alega ter adquirido incapacidade

⁷Utilizamos os autores da escola francesa para levantamento dos resultados que se encontra favorável no sistema SATESPSI.

⁸ Segundo Rovinski (2013) não há estudos brasileiros para o TC, todavia, é importante ressaltar que não o tomamos isoladamente o índice de conteúdo traumático para efeitos da perícia, e sim para este trabalho.

permanente em razão do dano psicológico. No processo, os danos alegados são em função de perseguição no trabalho e excesso de “pressão” nas atividades laborativas. Encontramos inúmeros atestados e receitas de uma mesma psiquiatra com datas distintas, com os diagnósticos de: CID F 43.10 – Transtorno de Estresse Pós Traumático TEPT e CID F 43.0 – Transtorno de Estresse Agudo. Ao longo das entrevistas de Maria observamos diversos conteúdos persecutórios⁹. Não observamos alterações de senso-percepção ou outra alteração de pensamento. Relato de ressentimento, perseguição, ausência de atenção em relação à sua chefia. Nega antecedentes familiares de doenças mentais. Vida social restrita mesmo antes de iniciar a atividade laborativa na empresa em questão. Laços afetivos restritos desde sua separação do marido, nega uso de medicação, tampouco fez terapia nos últimos anos. Não consegue relatar sua vida antes do “trauma”. O diagnóstico final não coincide com TEPT e sem pertinência de avaliação denexo causal. Índice de conteúdo traumático de 7%.

CASO 2 – Joana 65 anos, casada com três filhos. Seu marido foi vítima de um acidente grave com sequelas físicas e cognitivas permanentes. O processo é indenizatório pelos danos causados ao trabalhador e à família. A avaliação pericial foi realizada em todos os membros da família, porém vamos aqui trazer os dados da esposa/mãe. A Sra. Joana apresenta inúmeros atestados e laudos ao longo de 19 anos de tratamentos, estes documentos trazem o diagnóstico CID F 43.10 – Transtorno de Estresse Pós Traumático. As entrevistas revelaram que Joana não apresentou alterações de senso-percepção, há leve alteração no curso do pensamento, apresentando-se com encadeamento prolixo de ideias. Observamos angústia e ansiedade em diversos momentos das entrevistas e em seus relatos, sobretudo relacionados ao acidente de seu marido e os impactos em sua família. O diagnóstico de Joana é CID F 43.10 – Transtorno de Estresse Pós Traumático TEPT com nexo causal no acidente do marido. Índice de conteúdo traumático de 33%.

CASO 3 – João, 35 anos, motorista, casado há 10 anos, tem um filho de 8 anos. Seu cargo na empresa é de entregador de mercadorias, quando foi vítima de 4 assaltos. Os dois últimos assaltos com grave ameaça de morte. A ação é indenizatória pelos danos psíquicos que, segundo suas alegações iniciaram-se após os assaltos. No processo há receitas de medicação, atestados médicos e laudos médicos e psicológicos com o diagnóstico CID F 43.10 – Transtorno de Estresse Pós Traumático (TEPT). João revela uma vida amorosa estável e comportamentos que indicam seu respeito às regras e sua disciplina, como por exemplo o certificado de honra ao mérito quando serviu o exército. Certificado este, que significa ter completado o serviço militar

⁹ Estamos atentos em relação para que o sintoma persecutório pode advir de situações de assédio moral no trabalho.

com “excelente atividade e modelar comportamento”. Ao relatar os assaltos, João apresenta sintomas simpáticos involuntários¹⁰ (pálpebra tremendo). Outros sinais de ansiedade também são notórios como unhas roídas e olheiras profundas que confirmando seu relato de dificuldades de dormir, com pesadelos também de tranquilizar-se, apesar das medicações em uso. Índice de conteúdo traumático 40%. A conclusão da perícia foi do diagnóstico CID F 43.10 – Transtorno de Estresse Pós Traumático TEPT, com nexos causais nos acidentes sofridos em sua atividade laboral.

CASO 4 - Isaías 36 anos, segundo casamento, sem filhos, seletista de empresa pública ocupando cargo de entregador de pacotes. O processo é indenizatório por alegados danos psíquicos em função de 11 assaltos sofridos em atividade laboral. No processo constam diversos laudos com o diagnóstico CID F 43.10 – Transtorno de Estresse Pós Traumático. A história do periciado é marcada na infância por abandono da mãe e “bullying”, na adolescência por brigas e, na vida adulta por episódios de comportamentos compulsivos e agressivos. Isaías relata comportamentos compulsivos, agressivos e uso de anabolizantes. Ao relatar os assaltos, não apresenta emoções compatíveis. Nega pesadelos, uso de medicações e terapia. Segundo Isaías, sua mágoa com a empresa e a razão de ter entrado com o processo, é por ter sido removido de sua unidade de trabalho, o que acarretou perdas salariais significativas. Índice de conteúdo traumático de 30%. A conclusão da Perícia foi: Diagnóstico Transtorno de Ansiedade agravados pelos assaltos sofridos. Nexos causais: concausa¹¹.

Analisando os quatro casos acima podemos perceber que: No caso 1, não constatamos o dano psíquico alegado. Não há perdas ou adoecimentos adquiridos. Não há trauma. Trata-se de uma personalidade com características paranóides, relações afetivas empobrecidas anteriores ao período de trabalho na empresa em questão. Uma vida social e familiar restrita. Seu TC tem escore 7%. Concluímos por todos os indicativos da avaliação realizada pela ausência de transtorno de estresse pós traumático.

No segundo caso, na Sra. Joana encontramos sequelas do acidente de seu marido em sua dinâmica emocional. Prejuízos emocionais e cognitivos foram constatados e concluímos pelo diagnóstico de transtorno de estresse pós traumático (TEPT). O tempo que separou a avaliação pericial e o acidente não apagaram as marcas e os danos psíquicos de Joana. O índice TC apresentou-se em 33%.

¹⁰ São reações sem o controle consciente que estão relacionados a fatores, tais como: estresse.

¹¹ Segundo Cavalieri Filho (2003, p. 80) “concausa é outra causa que, juntamente com a principal, concorre para o resultado; em outras palavras, ‘concausas são circunstâncias que concorrem para o agravamento do dano, mas que não tem a virtude de excluir o nexos causal, desencadeado pela conduta principal, nem de, por si só, produzir o dano.”

No terceiro caso, o Sr. João apresentou um quadro sintomatológico que condiz com o diagnóstico de transtorno de estresse pós-traumático. Identificamos em sua personalidade significativamente defendida as com sequelas do trauma de ameaça grave a sua vida. Sequelas que ainda presentes em seu cotidiano e rotinas de vida diária. Seu TC é o mais alto dos avaliados: 40% e condiz com os dados levantados.

O quarto caso Sr. Isaías tem um diagnóstico de transtorno de ansiedade. Sua história de vida traz variáveis diversas que podem ter colaborado em seu diagnóstico. Porém apesar da história dos vários assaltos por ele vividos, não há indicativo de trauma. Os assaltos podem ter agravado seu quadro já em desenvolvimento. Apesar de seu índice ter tido resultado relativamente alto, suas características (compulsividade e agressividade) podem ter colaborado para que seu índice de conteúdos traumáticos tenha sido destacado, de 30%.

Para melhor visualização dos resultados, abaixo uma tabela com os resultados do índice de Conteúdos Traumático (TC) nos quatro casos e os resultados das Perícias realizadas:

Tabela1. Correlação dos resultados das Perícias e dos índices de TCI obtidos no teste

CASO	Resultado da Perícia	Índice de TC
Caso 1 – Maria	Sem dano psíquico e sem nexos causais	7%
Caso 2 – Joana	Dano psíquico positivo e nexos causais	33%
Caso 3 – João	Dano psíquico positivo e nexos causais	40%
Caso 4 – Isaías	Dano psíquico e nexos causais concausa	30%

Entendemos que o desenvolvimento psicológico está intimamente ligado ao desenvolvimento da inteligência e dos afetos. Segundo Piaget (1954), Wallon (1979), Vygotsky (1999) e outros teóricos da Psicologia, a formação do aparelho psíquico é resultado de um processo multifatorial, e se constrói na relação com os outros indivíduos de acordo com a qualidade e intensidade destas relações. A perspectiva relacional da construção psíquica é compartilhada por inúmeros teóricos do campo da psicologia em diferentes abordagens¹², nos diferentes estudos sobre a mente humana. O processo de saúde/doença, como vimos, não é unilateral, não é simples; ele se estabelece através de processos múltiplos, dinâmicos, dialógicos e complexos. Da mesma forma, são os transtornos mentais laborais, eles sofrem as influências, se constituem e são desencadeados por diversos fatores. No mesmo sentido Jacques (2007, p. 12) concorda:

No entanto, no território da saúde/doença mental, a distribuição na classificação de Schilling se complexifica. As teorias divergem sobre o papel

¹²Teoria psicanalítica, teoria sistêmica, teoria cognitivo-comportamental, teoria humanista, e outras.

do trabalho no processo de adoecimento mental, considerando-o ou como determinante ou como fator desencadeante a partir de uma estrutura pré-existente. Além disso, os transtornos mentais têm uma etiologia multicausal em que conjuntos de diversos fatores interagem de modo complexo.

Da mesma forma, as perícias psicológicas na Justiça do Trabalho são avaliações complexas. E, mesmo atentos às formações multicausais dos adoecimentos mentais, é preciso que sejamos capazes de identificar a relação do processo do adoecimento com as atividades laborais ou excluí-las. Neste processo de detecção ou exclusão, entendemos que o Rorschach traz um arcabouço de segurança e confirmação dos processos mentais e do adoecimento, tendo em vista a possibilidade de informações qualitativas e quantitativas da dinâmica da personalidade do avaliado.

Assim, analisando os quatro casos deste trabalho, percebemos uma correlação positiva entre o resultado do TC com as conclusões das perícias nos quatro casos. Ressalvamos que esta relação é apenas uma amostra reduzida que visa levantar a questão da necessidade de pesquisas neste campo. Afirmações com segurança e possíveis correlações válidas para a população brasileira só podem ser consolidadas após uma pesquisa extensa, profunda e com amostras com um quantitativo e adequação de sujeitos.

Referências

- Brasil, Ministério da Saúde do Brasil. (2001). Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde / Ministério da Saúde do Brasil*, Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil; organizado por Elizabeth Costa Dias; colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. – Brasília: Ministério da Saúde do Brasil.
- Cavaliere Filho, S. (1998). *Programa de Responsabilidade Civil*.
- Cruz, R. M., & Maciel, S. K. (2005). *Perícia de danos psicológicos em acidentes de trabalho*. Estud. pesqui. psicol. v.5 n.2 Rio de Janeiro dez.
- Evangelista, R., Y Menezes, I. V. (2000). Avaliação do dano psicológico em perícias acidentárias. *Revista IMESC*, 2, 2000, pgs 45-50. Recuperado em março, 2007, disponível em <http://www.imesc.sp.gov.br/pdf/art2rev2.pdf>
- Grassano, E. (1966). *Indicadores psicopatológicos nas técnicas projetivas*. (L. S. L. P. C. Tardivo, trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo. (original publicado em 1977).

- Jacques, M. G. O nexu causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia. *Psicol. Soc.* [online in Scielo]. 2007 disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400015
- Jardin-Maran, M.L.C., & Pasian, S.R. (2012). Particularidades do Funcionamento psíquico de adolescentes e adultos a partir do Rorschach, pg 84 in AMPARO, Deise M. E outros Métodos projetivos e avaliação psicológica: Atualizações, avanços e perspectivas. Congresso da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos. Brasília. DF.
- Meyer, G.J. e outros (2017). *R-Pas Sistema de avaliação por desempenho Manual de aplicação, codificação e interpretação e manual técnico*. 1ª edição. São Paulo Hogrefe.
- Pasian, S.R. (2016). *O psicodiagnóstico de Rorschach em adultos atlas, normas e reflexões*. São Paulo Casa do Psicólogo.
- Piaget, J. (1954). *Lés relations entre l'affectivité et l'intelligence dans le développement mental de l'enfant*. Paris: CDU.
- Rovinsky, S. L. R. (2012). Limites e contribuições dos Instrumentos Projetivos nas avaliações Forenses, p. 551, In AMPARO, Deise M. e outros Métodos projetivos e avaliação psicológica: Atualizações, avanços e perspectivas. *Congresso da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos*. Brasília. DF.
- Rovinski, S. L. R. (2013). *Fundamentos da perícia psicológica forense*. 3ª edição, São Paulo, Editora Vetor.
- Scortegagna, S. A., & Villemor-Amaral, A. E. (2012). Uso do Rorschach na investigação do abuso sexual infantil. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 22(52), 271-280. Disponível Scielo.
- Vygotsky, L. S. (1999). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.
- Wallon, H. (1979). *Psicologia e Educação da criança*. Lisboa: Vega/Universidade.

Da institucionalização à adoção: escuta ativa de necessidades e desejos de crianças em situação de acolhimento

Isabela Silva Rocha

Martha Franco Diniz Hueb

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Resumo: Crianças em acolhimento institucional, dentre elas, as que foram destituídas do poder familiar e estão sendo preparadas para a adoção precisam ter um espaço de escuta para expressarem seus anseios, sentimentos e elaborarem questões referentes às suas histórias de vida. Diante disso, objetivou-se identificar quais sentimentos e expectativas são atribuídas à possibilidade de serem adotadas. Realizou-se um estudo empírico, qualitativo, descritivo, embasado no marco teórico psicanalítico com cinco crianças que atingiram a saturação dos dados. Este trabalho, apresenta um desses casos, um recorte da pesquisa mais ampla. Trata-se de uma criança do sexo feminino, com dez anos de idade, institucionalizada há, aproximadamente, três anos. A coleta de dados teve início com uma consulta ao Plano Individual de Atendimento, relatório que possibilitou conhecer sua história de vida, que apontou o abuso sexual intrafamiliar e negligência dos responsáveis, como motivo do acolhimento. Posteriormente, realizou-se dois encontros, sendo o primeiro uma Sessão lúdica e no segundo valeu-se do procedimento Desenho-Estória Temático (DE-T), com quatro temas específicos: Desenhe o que uma criança gosta de fazer na instituição de acolhimento até ser adotada; Desenhe uma criança que está esperando por adoção; Desenhe o que você acha que sente uma criança que está vivendo na instituição, longe da família de origem; Desenhe como seria a família que você gostaria de ter. Os dados obtidos com a Sessão Lúdica foram analisados com base no Diagnóstico Compreensivo e Livre Inspeção do Material e aqueles encontrados por meio do DE-T foram analisados com base na metodologia proposta por Tardivo. Durante a coleta, a criança encontrava-se em Estágio de Convivência com um casal, demonstrando muita ansiedade e expectativa em relação ao processo, bem como o desejo de viver em família. Os Resultados, em especial do DE-T, apontaram que anteriormente havia medo de que todas as outras crianças seriam desinstitucionalizadas e que somente ela permanecesse acolhida. Sinalizaram também a expressão da gratidão a Deus pela possibilidade de ser adotada, e por poder experienciar o sentimento de amor pelos futuros pais, algo que afirma nunca ter sentido por ninguém. A possibilidade de expressar, na Sessão Lúdica e no DE-T, sobre o abuso sexual sofrido, parece ter diminuído consideravelmente sua angústia. Os dados encontrados até o momento demonstram a relevância da escuta ativa com crianças institucionalizadas, que estão à espera da adoção, assim como do DE-T como forma de viabilizar-lhes a expressão de sentimentos e ansiedades e possibilitar-lhes uma melhor transição para a família substituta.

Palavras-chave: Desenho-Estória temático; Institucionalização; Adoção; Criança.

Introdução

A teoria do amadurecimento de Winnicott pode oferecer contribuições significativas para a compreensão de questões referentes ao contexto da institucionalização e da adoção (Alves, Hueb & Scorsolini-Comin, 2017). Ela versa sobre a importância de um ambiente acolhedor e bem adaptado para o desenvolvimento humano, principalmente, no início da vida, quando se constituem as bases da saúde psíquica e os alicerces da personalidade (Dias, 2003). Assim, para o referido autor o indivíduo herda uma tendência ao crescimento físico e psicológico, que dependem do ambiente e do outro para se concretizar. A mãe ou outra pessoa que desempenhe essa função, ao adaptar-se suficientemente bem às necessidades do bebê, fornece condições para que ele possa acumular e integrar experiências que o permitam

conquistar, aos poucos, a independência, a qual será sempre relativa. Logo, quando o ambiente consegue manter-se familiar e comunicar-se com o bebê no nível de suas necessidades, vai conferindo um sentido de realidade ao seu encontro com o mundo, o que o permite assegurar a sua continuidade de ser (Winnicott, 1988/1990).

Algumas famílias têm poucas possibilidades de proporcionar um ambiente inicial suficientemente bom para os seus filhos. Desse modo a criança fica impossibilitada de valer-se das experiências iniciais para dar prosseguimento à construção da maturidade, podendo apresentar comprometimentos no seu desenvolvimento. Em alguns casos, as privações, negligências e riscos sofridos na infância culminam na institucionalização, a qual pode ser entendida como uma medida de proteção de caráter provisório e temporário, não devendo ocasionar privação de liberdade para o acolhido (CONANDA & CNAS, 2009). Assim, é responsabilidade das instituições de acolhimento propiciar um ambiente que contribua para o desenvolvimento saudável das crianças (Medeiros & Martins, 2018), sendo importante saber escutá-las, compreendendo suas necessidades e desejos e construindo relações afetivas seguras.

Quando a família de origem da criança que está acolhida é ajudada e ainda assim não consegue se organizar, de modo a receber os filhos de volta, ocorre a destituição do poder familiar. Então, a adoção passa a ser uma possibilidade de convivência em família para estas crianças que não puderam ser criadas pelos pais consanguíneos, bem como uma oportunidade de exercer a paternidade/maternidade para pessoas que não puderam ter filhos ou que optaram por cuidar de crianças com as quais não possuem ligação genética, consistindo em uma via de mão dupla, em que pais e filhos se adotam mutuamente (Pereira & Azambuja, 2015). Desse modo, trata-se de um processo complexo, o qual é permeado por diversos sentimentos e expectativas de ambas as partes.

No caso das crianças, antes que a adoção aconteça há uma história de rompimento de vínculos precoce, que em algumas situações também é acompanhada pelo sofrimento de diversos tipos de violências. Para os pais o que precede a adoção também pode ser doloroso, pois na maioria das vezes está relacionado à incapacidade de procriar, ocasionando uma ferida narcísica que é acompanhada pelo luto do filho que não é gerado, associando-se a isso os temores decorrentes do acolhimento de uma criança que tem sua origem desconhecida e temida por eles (Reis, 2014).

Com relação à adoção propriamente dita, Winnicott (2008), pontua que antes que ela ocorra é importante que os postulantes sejam informados sobre o histórico da criança que pretendem adotar para que saibam lidar com ela, atendendo suas necessidades e para que seja

possível corrigir falhas iniciais que elas possam ter vivenciado, pois “quando a história inicial não foi suficientemente boa em relação à estabilidade ambiental, a mãe adotiva não está adotando uma criança, mas um caso, e ao se tornar mãe, ela passa a ser a terapeuta de uma criança carente” (Winnicott, 2008, p.117).

Assim, nota-se que é fundamental a preparação dos postulantes e das crianças antes de vivenciarem o processo adotivo, sendo essa uma exigência legal, sinalizada pela Lei 12.010 (Brasil, 2009) e Lei 13.509 (Brasil, 2017). A respeito da preparação da criança, Hueb (2016) menciona que antes da inserção em uma família substituta é fundamental que ela tenha espaço para falar de sua história de vida, ressignificar acontecimentos, tirar dúvidas, além de lhes serem apresentadas informações sobre a futura família por adoção. Ademais, muitas vezes, as crianças passam por diversas situações de crise e transformações durante o acolhimento institucional, como a destituição do poder familiar e o processo de adoção sem receberem os devidos esclarecimentos e sem compreenderem o que está acontecendo. Destarte, para que elas possam usufruir de seus direitos e participar ativa e efetivamente das decisões que lhes dizem respeito, precisarão ser, sobretudo, ouvidas, levando-se em conta suas singularidades e o contexto no qual estão inseridas (Rossetti-Ferreira, Solon & Almeida, 2010).

Nota-se, portanto, que a escuta da criança é um aspecto de grande relevância, principalmente na preparação para o processo adotivo. Entretanto, Reis (2014) pontua que há poucos estudos a respeito das emoções que perpassam o processo de adoção na perspectiva das crianças, sendo elas as pessoas menos ouvidas tanto no contexto da institucionalização quanto da adoção, o que evidencia a necessidade de oferecer-lhes um espaço de escuta a fim de conhecer suas fantasias e sentimentos, algo que pode ser viabilizado através do lúdico. Por meio da escuta, poderão ocupar o lugar de protagonistas na pesquisa e com isso o conhecimento obtido não fica restrito apenas ao relato de adultos sobre elas, possibilitando a elaboração de políticas públicas que lhes beneficiem (Araújo, Nascimento & Nascimento, 2017). Além disso, a escuta das crianças pode “contribuir para um processo de adoção mais participativo, democrático e corresponsável” (Guimarães, 2015). Diante disso, este estudo objetivou identificar quais sentimentos e expectativas são atribuídos por parte de crianças, que estão em preparação para a adoção, à possibilidade de serem adotadas, “dando-lhes voz própria”, na medida em que se propôs acolher suas falas sem julgamentos, de modo sensível aos conteúdos inconscientes que emergiram neste processo.

Método

Aprovado pelo Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da comarca em que foi realizada a coleta de dados e pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Triângulo Mineiro sob o parecer número 2.509.026, este estudo consiste em uma investigação qualitativa e descritiva, sustentada no marco teórico psicanalítico, em que foi utilizada a estratégia do estudo de caso coletivo, o qual permite que o pesquisador reúna e estude uma quantidade de casos para compreender de forma mais aprofundada um determinado fenômeno, população ou condição geral (Stake, 2000). O fenômeno comum estudado nessa pesquisa foi um grupo de crianças, que estavam vivendo em uma instituição de acolhimento, já destituídas do poder familiar e em aproximação de uma família por adoção, período denominado Estágio de Convivência. A amostra foi composta por cinco crianças, tendo se esgotado o campo da pesquisa. Entretanto, nesse relato será apresentado um recorte da pesquisa mais ampla, onde serão expostos os dados obtidos com apenas uma das participantes, a qual se denominará com o nome fictício de Sabrina, com a finalidade de preservar a sua identidade.

A coleta de dados ocorreu nas dependências da instituição de acolhimento, nas datas e horários, previamente, agendados com a coordenação. O Termo de Assentimento Livre e Esclarecido foi apresentado e assinado pela coordenadora, que assentiu a participação da criança na pesquisa, após essa também ter concordado. Dando início à coleta de dados, foi consultado o Plano Individual de Atendimento, relatório que possibilitou conhecer a respeito da história de vida da criança. Na sequência, foi realizado um encontro inicial denominado Sessão lúdica, que teve como objetivo o estabelecimento de um vínculo entre a pesquisadora e a participante, bem como a avaliação da realidade psíquica da criança. Nesta etapa da pesquisa, foram utilizados brinquedos diversificados, além de papel, lápis de cor e giz de cera, que serviram como mediadores da expressão das emoções.

No segundo encontro foi executado o procedimento Desenho Estória com Tema (DE-T), que é uma técnica gráfico-verbal de investigação da personalidade, na qual se solicita que a criança faça um desenho baseado em um tema específico que é proposto pelo examinador, mediante uma instrução. Depois da realização de cada desenho, solicita-se que o examinando conte uma história relacionada ao que foi desenhado. Em seguida, o examinador poderá fazer algumas perguntas com o intuito de ampliar a compreensão do desenho e da história e, por fim, pede-se que o examinando coloque um título em sua produção, o que passa a caracterizá-lo como uma Unidade de Produção (UP).

Para esta pesquisa foram solicitadas quatro UPs, cada uma delas composta por um

desenho, uma história, inquérito e um título. Do mesmo modo, também foram utilizadas quatro consignas ou temas que foram propostos pela pesquisadora antes da realização dos desenhos. Visando atender aos objetivos da pesquisa, os temas escolhidos foram: (1) Desenhe o que uma criança gosta de fazer na instituição de acolhimento até ser adotada; (2) Desenhe uma criança que está esperando por uma família por adoção; (3) Desenhe o que você acha que sente uma criança que está vivendo na instituição, longe da família; (4) Desenhe a família que você gostaria de ter.

Os dados obtidos na Sessão lúdica foram analisados a partir da livre inspeção do material com base no diagnóstico compreensivo, o qual permite identificar o que há de mais significativo na personalidade investigada. Isso ocorre através da seleção de aspectos nodais, aqueles que demonstram ser mais relevantes, por sua intensidade, afetividade ou repetição. Busca-se compreender quais são as questões mais perturbadoras para o indivíduo, suas angústias e as defesas que costumam ser usadas. Para isso, recorre-se à livre inspeção do material, aquela que se ancora na experiência do psicólogo e no julgamento clínico (Trinca, 1984).

O material obtido na realização do procedimento DE-T foi analisado com base na metodologia proposta por Tardivo (2011), derivada da Tese de doutoramento defendida por Trinca em 1972 (Trinca, 2010), que considera, ao interpretar o conteúdo, sete grupos distintos: (1) Atitude básica, (2) Figuras significativas, (3) Sentimentos expressos, (4) Tendências e desejos, (5) Impulsos, (6) Ansiedades e (7) Mecanismos de defesa. Para cada um destes grupos existem os traços correspondentes, sendo no total 33 traços a serem considerados (Tardivo, 2011). O *corpus* (PIA, Sessão lúdica e DE-T) foi interpretado em relação ao tema (adoção e institucionalização) sustentado no referencial proposto pela teoria winnicottiana.

Resultados e Discussão

Na ocasião da coleta de dados, Sabrina contava dez anos de idade e estava acolhida em uma instituição há, aproximadamente, três anos devido à suspeita de abuso sexual por parte do genitor. Após tentativas mal sucedidas de retorno para os cuidados da genitora e para a família extensa, ocorreu a destituição do poder familiar e tiveram início as buscas por uma família substituta, processo esse que levou vários meses. Quando foi realizada a coleta de dados, um casal postulante à adoção estava em aproximação da criança, já tendo sido realizados alguns encontros, que para Sabrina reavivaram a esperança de viver em família. Os conteúdos que emergiram a partir da Sessão lúdica e DE-T fizeram referência a três etapas de

sua história de vida, por isso, aqui serão apresentados em três categorias: 1). Vivências na família de origem; 2). Vivências na instituição de acolhimento; 3). Vivências no processo adotivo.

Vivências na família de origem

Na Sessão lúdica, Sabrina escolheu brincar de boneca, tendo se projetado em um bebê e ao mesmo tempo na cuidadora desse. Assim, ela o alimentava, dava banho, colocava para dormir, trocava a fralda e afirmava ter muita habilidade para cuidar de bebês, demonstrando cuidados especiais para com ele, o que projetivamente apontava que eram os cuidados que gostaria de ter recebido de sua mãe consanguínea. No decorrer dessa sessão e nos conteúdos manifestos por meio do DE-T, nota-se que a genitora é lembrada como alguém de quem ela sente saudades, demonstrando ter por ela um apreço, mas não como aquele que ocuparia o papel de mãe. Sendo que a figura materna foi identificada em duas UPs como uma figura negativa, ausente e omissa, demonstrando compreensão de que a mãe foi inadequada, não lhe oferecendo os cuidados necessários, como pode ser visto no recorte a seguir: *“Porque a mãe estava longe e eu não entendia nada porquê eu fui tirada, mas hoje em dia eu entendo, porque ela não cuidou de mim direito e sabia que tinha que cuidar de mim direito”*.

Os conteúdos expressos sobre o período que precedeu o acolhimento retrataram a temática do abuso sexual, tendo a criança expressado sobre tal situação, primeiro de forma simbólica, no início da Sessão lúdica, ao narrar a seguinte cena:

“Minha mãe e meu pai brigava toda hora. Tinha vezes que nós até tinha uma convivência boa. Nós ia lá no parque, mas um dia tinha uma flor parecendo um guarda-chuva, cê acredita? Na hora que eu peguei na flor, a flor começou a mexer na minha mão, parecia carnívora viva, flor viva. Eu soltei na hora e minha mãe pisou nela. Ela era branca e por dentro tinha um negócio parecendo uma linguinha. Minha mãe pisou nela até sair um negócio branquinho de lá.” (Sabrina, Sessão lúdica).

Ao final da Sessão, ela fala a respeito do mesmo tema de forma clara e objetiva, como no recorte a seguir:

“A criança começa a ficar excitada, ela vai querendo fazer, aí ela pega na escola, vai fazendo com outros meninos, até que ela vai e entra no caminho errado. Aí Deus fica lá do céu triste. Aí ela tá retinha lá na sua vidinha de criança, aí chega o adulto, o monstro e toma tudo. A criança, ela não vai ter pensamento, ela não vai sentir nada. Ela não vai ter pensamento, ela vai achar que tá fazendo uma coisa muito certa, aí quando ela aprender que ela tá fazendo uma coisa muito errada ela vai se arrepender”

(Sabrina, Sessão lúdica).

Sabrina demonstra culpa introjetada pelo abuso sofrido, por isso, em seu discurso ela reforça que as crianças são inocentes, como se precisasse se desculpar por algo. Ela também demonstra dúvida em relação a efetivação da adoção, como se não se considerasse merecedora de ter uma família. Nota-se que esses dados corroboram a literatura científica da área, pois o sentimento de culpa tem sido, frequentemente, identificado em vítimas de abuso sexual (Padilha & Gomide, 2004; Hohendorff, Habigzang & Koller, 2012; Florentino, 2014). Na tentativa de se libertar dessa culpa, sua vida tem sido ligada ao lavar, ou seja, ao contato com a água, um símbolo de purificação, o que será exemplificado no tópico seguinte.

Vivências na instituição de acolhimento

Dentre as suas atividades preferidas na instituição, ela cita o momento do banho, descrevendo-o como "*um fresco que ninguém toma de mim*". A pesquisadora questiona se tem algum fresco que "*alguém consegue tomar*" e ela responde: "*Tem. A liberdade de ser uma criança*". Novamente, a pesquisadora pergunta: "*quem toma?*", e a criança afirma que são as "*pessoas más*". Por fim, quando interrogada sobre "*como essas pessoas tomam?*", ela relata a cena de abuso: "*Primeiro começam a fazer maldade. Começam a ensinar pras criança comé que faz namorar com uma pessoa na cama. São aqueles bem mau que ensinam isso.*".

Sabrina também menciona o momento do banho na primeira UP do DE-T (Figura 1), na qual se investigou o que uma criança gosta de fazer na instituição de acolhimento até ser adotada. Ela relata que no banho consegue desabafar com a água, chuveiro e rodo, o que não consegue nem mesmo com sua psicóloga e, assim, sente-se aliviada. Ao se deparar com a solicitação de uma história para o desenho que havia feito, ela faz o seguinte relato:

“Eu, Sabrina, tenho um amigo que se chama rodo e também um chuveiro, mas eu converso demais no chuveiro com o rodo e o chuveiro e esqueço que eu estou gastando água e também esqueço que o meu amigo chuveiro fica triste. Aí, quando eu vejo, a tia só tá gritando: - Oh Sabrina, você já está meia hora no chuveiro. Aí eu já fico apressada e falo: - Nussa, é mesmo! Tchau chuveiro, tchau rodo! Visto a minha roupa e passo meu desodorante e fim.” (Sabrina, 1º DE-T)



Figura 1: A menina que imagina coisas (1º DE-T)

Para Sabrina, a água quentinha – que abraça, acolhe, envolve e purifica – e o rodo - "que suporta" ouvir sua história, seus desabafos e sua raiva porque, como ela própria descreve, "ele é de pau", ou seja, não tem sentimentos, permite que ela “descarregue” o que sente, aliviando sua ansiedade. Tal conteúdo pode ser associado com o que Winnicott (1951/2000) diz a respeito da Transicionalidade, que consiste na passagem da fase de dependência absoluta para a dependência relativa, na qual a mãe começa a se separar do filho, apresentando falhas gradativas, desiludindo-o de sua onipotência e contribuindo para que ele obtenha novas experiências. Nesse momento de passagem, as crianças costumam eleger objetos externos, aos quais se apegam, sendo esses nomeados como objetos transicionais, constituindo-se em uma defesa contra a ansiedade que pode advir do processo de separação.

Apesar de Sabrina não se encontrar nos primeiros estágios de vida, época em que Winnicott (1951/2000) afirma que essas experiências ocorrem, nota-se que ela está vivenciando recorrentes períodos de rupturas e transição: da família de origem para a instituição de acolhimento, e da instituição para uma família adotiva. Nesse período, elege o rodo - com o qual conversa no banho - como objeto transicional, referindo-se a ele como “*meu rodo amigo*”, e ao mesmo tempo como aquele que sobrevive à sua raiva e agressividade, como narra ao longo da Sessão: “*Quando eu tô com raiva, ele fala assim: pode me bater, eu sou de pau.*”. Esse objeto se torna importante nos processos de separação que Sabrina tem vivenciado, sendo um alívio, ou seja, uma defesa para suas ansiedades. Também é importante relacionar essa situação com informações da história da criança, que foi compreendida por meio da leitura do Plano Individual de Atendimento, trazendo à tona um episódio em que a genitora presencia o abuso, briga com o genitor e com a criança e lava o órgão genital dela com brutalidade no chuveiro, transmitindo uma mensagem não verbal de que o banho traria a

“purificação”.

Com relação à percepção da criança sobre a instituição, ela cita que é *“Muito bom. Lá cê recebe um carinho, um amor de todo mundo”*. Entretanto, também fala que existem coisas ruins, sendo uma delas a saudade da mãe, demonstrando que a instituição supre algumas de suas necessidades básicas, mas que ela sente falta de viver em família. Assim, a instituição de acolhimento fica definida como um local de sentimentos confusos e misturados, tendo picos de alegria que sempre lhe são tirados, dando lugar a tristeza, como relata ao longo da terceira UP em que o tema investigado foi: *“Desenhe o que você acha que sente uma criança que está vivendo na instituição, longe da família”*. Diante da solicitação de que contasse uma história sobre seu desenho (Figura 2), ela faz a seguinte narrativa:

“A menina que se chamava Sabrina. Ela estava feliz, mas uma pessoa foi lá e tirou essa felicidade dela. Ai ela sempre pensava: Sempre quando eu tô feliz porque tem que acontecer isso comigo? Ela foi para o quarto e falou assim: -Mãe, aonde eu morava ninguém me xingava de rato. Fim!”. (Sabrina, 3º DE-T).



Figura 2: A menina que as pessoas sempre tirava a felicidade (3º DE-T)

Vivências do processo adotivo

A criança demonstrou estar muito desejosa para os próximos encontros com o casal e relatou a sua vontade de contar para todas as pessoas de sua convivência que iria ser adotada, mostrando o quanto essa situação a deixou entusiasmada, feliz e, ao mesmo tempo, ansiosa, tendo nomeado seus sentimentos com a expressão *"frio na barriga"*. Em contrapartida, Sabrina tinha medo de que seu sonho de ter uma família não se realizasse, preocupando-se com a possibilidade de Deus impedir a sua concretização, como se não fosse digna de tamanha bênção. Nota-se que ela internalizou a imagem de um Deus poderoso, mau e punitivo e de si

mesma como culpada, podendo-se inferir por meio dos conteúdos que emergiram ao longo da Sessão lúdica que essa culpa é proveniente do abuso, como foi dito anteriormente.

Nas quatro UPs, foram identificadas necessidades de suprir faltas básicas, como: proteção, abrigo e ajuda, bem como necessidades de compreensão, de ser contida e cuidada com afeto, mostrando o quanto Sabrina precisa e anseia por uma família que a ampare, proteja e lhe dê afeto. Os sentimentos identificados nas três primeiras UPs foram sentimentos derivados de conflito, como: raiva, solidão, abandono, tristeza e desproteção. Em contrapartida, na quarta UP, com o tema: “*Desenhe como seria a família que você gostaria de ter*”, a criança relatou o sonho de ter uma família “*cheia de cachorrinhos*”, como a que estava em aproximação através do estágio de convivência, emergindo, assim, sentimentos derivados do instinto de vida como o amor e a alegria, o que pode ser visto a seguir:

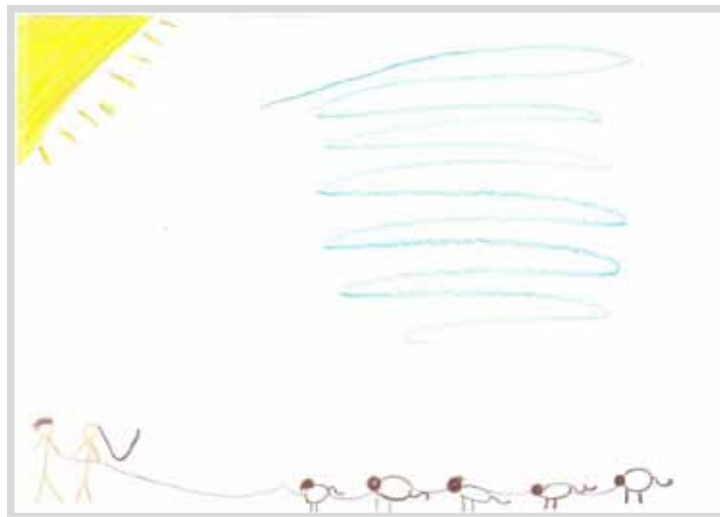


Figura 3: A menina que sonhava uma família que tinha uns cachorrinhos

“Era uma vez uma menina que se chamava Sabrina. Ela sonhava em ter uma família com um monte de cachorros e cachorras e um dia belo, que eu estava conversando com a tia K., na hora que eu chamei ela de mãe, duas tias foi lá e me chamou, aí essa família que eu sonhava de cachorrinhos apareceu, aí eu fiquei muito feliz. Fim!” (Sabrina, 4º DE-T).

Uma informação importante que a criança apresenta é que seu sonho de ter uma família foi despertado através do contato, carinho e palavras de incentivo de uma cuidadora da instituição, como neste relato feito ao longo do inquérito da quarta UP: “*(...) um dia eu até esqueci da minha mãe. Um dia eu fui tentar lembrar o nome dela e eu quase esqueci o nome dela. Aí, não sentia nada. Aí, chegou a tia K. e eu comecei a sonhar com uma família...*”. Tal informação sugere que é preciso ter esperança para continuar sonhando, ter alguém que sonhe junto, deixando, assim, um ponto de reflexão para todos os profissionais que lidam com

crianças institucionalizadas, destituídas do poder familiar e à espera por uma família substituta. Ficou evidente a necessidade de que durante a preparação das crianças para a adoção, os cuidadores, que são os profissionais mais próximos delas, sejam instruídos, capacitados, informados sobre suas histórias e sobre o andamento do processo de adoção para que consigam apoiá-las em suas necessidades.

Por fim, é importante destacar o amor como o sentimento apresentado por Sabrina em relação ao seu processo adotivo e à sua futura família por adoção, como pode ser visto no seguinte recorte: “(...) *sabe o que eu mais gostei? Foi do amor. Eles têm um amor tão grande e a gente também. Eles é tão bom. É muito bom. Nunca senti essa coisa quando eu tava junto com minha mãe de verdade.*”. Nota-se que a criança está vivendo a experiência de se sentir amada, a qual, segundo ela, nunca havia vivenciado antes, e ela corresponde ao amor recebido, demonstrando o quanto está feliz com o andamento do processo adotivo e desejosa pela efetivação da adoção.

Considerações Finais

Diante de tudo que foi exposto verifica-se que esse trabalho atingiu seus objetivos, tendo sido identificados os sentimentos e expectativas da criança em relação à adoção a partir da sua própria fala, fato que enriqueceu esse estudo, pois permitiu ir além do relato de adultos sobre a criança, conferindo-lhe um espaço de escuta, elevando-a a uma posição de sujeito ativo, sendo valorizados os seus sentimentos e a sua história. Assim, escutar a criança no decorrer de todo o processo adotivo contribui para que ele seja mais participativo, democrático e corresponsável, como é mencionado por Guimarães (2015), devendo os profissionais que atuam nesse contexto estarem preparados e capacitados para tal ação.

Os instrumentos utilizados na coleta de dados se mostraram muito adequados e pertinentes, pois a partir da Sessão lúdica a criança conseguiu expressar vivências e conteúdos que se encontravam latentes, o que mostrou o quanto o brincar é um recurso significativo, devendo ser estimulado e incentivado dentro das instituições de acolhimento. De acordo com Winnicott (1971/1975, p. 70), “o brincar facilita o crescimento e, portanto, a saúde; o brincar conduz aos relacionamentos grupais; o brincar pode ser uma forma de comunicação na psicoterapia”. Assim, tal atividade contribui para que a criança lide com o que é objetivamente percebido, relacionando-o com os conteúdos de sua realidade interior, aquilo que é subjetivamente percebido. Ressalta-se que o DE-T também possibilitou o acesso a conteúdos sobre a personalidade da criança que não seriam facilmente detectados por meio de entrevistas psicológicas diretas, confirmando o que é dito por Trinca (2013) a esse respeito.

Finalmente, destaca-se a importância de que mais pesquisas sejam realizadas para entender o antes, o durante e o depois do processo adotivo, procurando compreendê-lo pela ótica da criança que o vivencia. Para isso, é imprescindível que seja ouvida nas pesquisas, pois assim será possível assimilar como se sente e, mais do que isso, torna-se possível ajudá-la a elaborar o que lhe aconteceu e apoiá-la na transição para uma nova família.

Referências

- Alves, J. R.; Hueb, M. F. D. & Scorsolini-Comin, F. (2017). Desenvolvimento emocional de crianças que vivenciaram o processo adotivo: revisão integrativa da literatura. *Contextos Clínicos*. 10(2), 268-283.
- Araújo, I. C. C., Nascimento, D. B. & Nascimento, C. R. R. (2017). Desafios éticos e metodológicos em pesquisa com famílias e crianças no contexto da adoção. *Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*. 18(2), 58-73.
- Brasil (2009). Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção. Brasília. *Diário Oficial da União*, Seção 1. Recuperado em 02 de junho, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm
- Brasil (2017). *Lei 13.509, de 22 de novembro de 2017: Dispõe sobre a adoção e altera o Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em 27 de novembro, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente & Conselho Nacional de Assistência Social (2009). *Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília: Autor.
- Dias, E. O. (2003). *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago.
- Florentino, B. R. B. (2014). Abuso sexual, crianças e adolescentes: reflexões para o psicólogo que trabalha no CREAS. *FRACTAL Revista de Psicologia*, 26(1), 59-70.
- Guimarães, L. A. (2015). Escuta da criança no processo de adoção: procedimentos e direitos. In F. Scorsolini-Comin, A. K. Pereira & M. L. T. Nunes. (Orgs.). *Adoção: Legislação, cenários e práticas*. (pp. 125-147). São Paulo: Vetor.
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F. & Koller, S. H. (2012). Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. *Psicologia USP*, 23(2), 395-415.
- Hueb, M. F. D. (2016). Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária. *Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*, 17(1), 28-38.

- Medeiros, B. C. D. & Martins, J. B. (2018). O estabelecimento de vínculos entre cuidadores e crianças no contexto das instituições de acolhimento: um estudo teórico. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 38(1), 74-87.
- Padilha, M. G. S. & Gomide, P. I. C. (2004). Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 53-61.
- Pereira, A. K. & Azambuja, M. R. F. de. (2015). História e legislação da adoção no Brasil. In: F. Scorsolini-Comin, A. K. Pereira & M. L. T. Nunes. (Orgs.). *Adoção: Legislação, cenários e práticas*. (pp. 17-27). São Paulo: Vetor.
- Reis, M. E. B. T. (2014). Adoção do ponto de vista da criança. *Revista Brasileira de Psicoterapia*. 16(3), 86-98.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Sólton, L.de. A. G. & Almeida, I. G. de. (2010). A delicada arte da conversa e da escuta. In: D. C. F. Bernardi. (Org.). *Cada caso é um caso: A voz de crianças e adolescentes em situação de abrigo*. (pp. 61-73). São Paulo: Câmara Brasileira do livro.
- Stake, R. E. (2000). Case studies. In: N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln (Orgs.). *Handbook of qualitative research* (pp. 435-454). London: Sage.
- Tardivo, L. S. L. P. C. (2011). O procedimento de desenhos-estórias (D-E) e seus derivados: fundamentação teórica, aplicações em clínica e pesquisa. In: A. E. Villemor-Amaral, & B. S. Werlang (Orgs.), *Atualizações em Métodos Projetivos para avaliação Psicológica* (pp. 287-304). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Trinca, W. (1984). *Diagnóstico psicológico: A prática clínica*. São Paulo: EPU.
- Trinca, W. (2010) *A investigação Clínica da Personalidade: o desenho livre como estímulo da percepção temática*. São Paulo: EPU.
- Trinca, W. (2013). Apresentação do procedimento de Desenhos-Estórias. In: W. Trinca (Org.). *Formas compreensivas de investigação psicológica* (pp. 11-30). São Paulo: Vetor.
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar & a realidade*. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (1990). *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago (Original publicado em 1988).
- Winnicott, D. W. (2000). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: D. W. Winnicott (Org.), *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas* (pp. 316-331). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1951).

Winnicott, D. W. (2008). Duas crianças adotadas. In: R. Sheperd, J. Johns, & H. T. Robinson (Orgs.), *D. W. Winnicott: Pensando sobre crianças* (pp. 115-125). São Paulo, Artmed. (Original publicado em 1953).

Questionário Desiderativo no contexto da avaliação psicológica de mulheres pretendentes à adoção

Nicole Medeiros Guimarães-Eboli

Sonia Regina Pasian

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo

Resumo: O presente trabalho apresenta um recorte de pesquisa de Doutorado que objetivou contribuir com a área da Psicologia Jurídica, especificamente para os processos de avaliação psicológica dos pretendentes à adoção. Buscou-se examinar indicadores psicométricos (precisão e validade) acerca do Questionário Desiderativo enquanto método projetivo de avaliação da personalidade nesse contexto. O delineamento do estudo maior foi transversal, descritivo-comparativo e correlacional, a partir de uma bateria de instrumentos psicológicos, incluindo *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20), Bateria Fatorial de Personalidade (BFP), Questionário Desiderativo (QD) e Psicodiagnóstico de Rorschach (Escola Francesa), aplicados e avaliados conforme diretrizes técnicas de seus respectivos manuais. Foram individualmente avaliadas 60 mulheres de 30 a 50 anos, voluntárias residentes no interior do Estado de São Paulo, em união conjugal, com escolaridade média ou superior. Destas, 40 não tinham filhos biológicos, sendo 20 pretendentes à adoção (Grupo 1=G1) e 20 mães adotivas (Grupo 2=G2). As 20 restantes eram mães biológicas, constituindo grupo de comparação (Grupo 3=G3). Neste trabalho foram selecionados e apresentados resultados referentes à associação entre variáveis dos diferentes instrumentos (evidências de validade do Desiderativo), bem como a avaliação de concordância entre examinadores independentes (por meio do *kappa*). Nas análises estatísticas foi considerado o nível de significância $p \leq 0,05$. Os achados apontaram elevados índices de precisão no Rorschach (*Kappa* mínimo de 0,709 e máximo de 1,000) e no Desiderativo (*Rô Spearman* mínimo de 0,396 e máximo de 0,985), apontando para alta concordância entre examinadores independentes, conferindo confiabilidade aos achados. As análises correlacionais (*Spearman*) evidenciaram importantes e variadas correlações estatisticamente significativas entre variáveis do Desiderativo e Rorschach (mínima de -0,357 e máxima de 0,334), bem como entre Desiderativo e BFP (mínima de -0,283 e máxima de 0,313), fortalecendo indicadores de validade entre construtos relacionados, de modo a oferecer sustentação técnica para possibilidades avaliativas de características de personalidade a partir desta bateria técnica, integrando métodos projetivos e de autorrelato no contexto da avaliação psicológica de pretendentes à adoção. Os achados empíricos evidenciaram e dão suporte para indicadores do Questionário Desiderativo enquanto método projetivo de avaliação da personalidade neste contexto da prática profissional do psicólogo judiciário.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica; Psicologia Forense; Questionário Desiderativo; Rorschach; Adoção.

Introdução

As práticas no campo da Psicologia Jurídica apresentam especificidades que exigem do profissional de Psicologia constantes e aprofundados estudos sobre o desenvolvimento emocional dos indivíduos e, também, dos elementos intervenientes nas relações interpessoais e familiares. Ao chamado psicólogo forense solicita-se que empregue seus conhecimentos para elucidar os processos psicológicos presentes em ações judiciais, com a finalidade de emitir laudos que irão assessorar os juízes na tomada de decisões envolvendo, muitas vezes, medidas de proteção de crianças e adolescentes, envolvendo processos de guarda, tutela, adoção, entre outras (Fábio, Melão & Jorge, 2005).

Especificamente no campo da Adoção, dentre as tarefas cabíveis aos psicólogos judiciários está a de realizar a seleção e a preparação das pessoas que desejam se tornar famílias substitutas, mediante a avaliação técnica sobre as características psíquicas e socioafetivas destes pretendentes. O objetivo é, neste contexto, alcançar o máximo de informações e de indicadores que permitam a elaboração de inferências a respeito das chances de sucesso do processo da Adoção (Paiva, 2004).

A literatura científica na área da Psicologia aponta para a relevância de que, nestes casos, seja realizada uma avaliação pormenorizada de componentes conscientes e inconscientes da dinâmica psíquica de pretendentes à adoção. Referido trabalho visa, portanto, ao alcance de informações sobre a personalidade destes pretendentes e seu modo de vivenciar os afetos, uma vez que tais elementos podem interferir na qualidade e tipo de vínculos a ser estabelecido com a criança/adolescente a ser recebido como filho (Giacomozzi, Nicoletti & Godinho, 2016; Levinzon, 2006, Scorsolini-Comin, Amato & Santos, 2006; Wasinski, 2015).

Dentre os recursos técnicos disponíveis ao psicólogo para a realização deste trabalho, destacam-se os instrumentos padronizados de avaliação psicológica, em especial, os métodos projetivos, por permitirem acesso a informações sobre o dinamismo da personalidade, bem como a recursos internos de adaptação à realidade e ao modo de vivenciar e lidar com as emoções (Anzieu, 1986; Azoulay et al., 2007; Hutz, Bandeira, Trentini & Krug, 2016). Podem, portanto, ser importante meio de acesso a informações relevantes em processos avaliativos relacionados à adoção de crianças/adolescentes, sobretudo na seleção e preparação dos pretendentes.

Dentre os diferentes métodos projetivos utilizados e investigados no Brasil, o Questionário Desiderativo tem sido reconhecido como instrumento útil no acesso a informações referentes ao funcionamento psicodinâmico dos indivíduos (Brêga, Frazatto & Loureiro, 2000; Guimarães, Pasian & Loureiro, 2008; Ocampo, Arzeno & Piccolo, 1985; Paulo, 2005). É um instrumento aplicável a grande parcela da população, dado exigir apenas recursos verbais e de compreensão verbal para a atividade, além de ter seu uso favorecido por sua brevidade enquanto procedimento técnico (rápida aplicação) e por não exigir habilidades complexas para respondê-lo. Apesar destas características promissoras, o Questionário Desiderativo ainda se encontra com parecer desfavorável a seu uso profissional no Brasil pelo Conselho Federal de Psicologia, pela ausência de dados científicos que atestem suas qualidades psicométricas.

Diversos autores apontam reiteradamente a necessidade de que a qualidade dos instrumentos padronizados de avaliação psicológica seja alvo de constante investigação e cuidado técnico-científico (Hutz, 2009; Hutz, Bandeira, Trentini & Krug, 2016; Nunes & Primi,

2010; Primi & Nunes, 2010). Sendo assim, diante dos argumentos apresentados, reforça-se a necessidade de investimento atual em pesquisas com o Questionário Desiderativo, de modo a alcançar subsídios científicos que possam respaldar sua adequada utilização pelos psicólogos brasileiros.

Nessa direção foi desenvolvido, na região de Ribeirão Preto (SP), um estudo normativo referente ao Questionário Desiderativo, realizado com adolescentes (Guimarães & Pasian, 2009), obtendo-se resultados favorecedores de sua utilização em nosso contexto, tendo por base a proposição avaliativa de Nijamkin e Braude (2000), conforme adaptação realizada por Brêga et al. (2000). Embora com essa contribuição, há necessidade de mais investimentos em pesquisas voltadas para a investigação de indicadores de validade do Questionário Desiderativo como técnica de avaliação de personalidade no contexto sociocultural brasileiro (Guimarães, Pasian & Loureiro, 2008).

Dentre os diferentes métodos científicos para verificação da validade de instrumentos de avaliação psicológica, tem-se o “procedimento da validade concorrente ou convergente-discriminante, que pressupõe que testes que avaliam um mesmo construto devam se correlacionar significativamente entre si” (Franco & Villemor-Amaral, 2009, p. 50). Referido procedimento busca comparar resultados em diferentes instrumentos de avaliação psicológica que se proponham a avaliar, por exemplo, os mesmos aspectos da personalidade, sendo que um deles necessariamente deve possuir indicadores de validade já averiguados e confirmados pela literatura científica. Neste contexto, o Método de Rorschach pode servir de base comparativa para o desempenho dos indivíduos, pois se destaca dentre os instrumentos projetivos disponíveis e tecnicamente embasados para utilização dos psicólogos no Brasil e no mundo.

O Método de Rorschach é instrumento projetivo de avaliação de personalidade mundialmente utilizado e cuja validade na avaliação psicodinâmica dos indivíduos já é amplamente reconhecida pela comunidade científica, em diversos contextos (Chabert, 2004; Pasian, 2000; Pianowski & Villemor-Amaral, 2010). Além do reconhecimento internacional em diversas áreas de aplicação, este método avaliativo apresenta indicadores de validade em diferentes contextos socioculturais, o que reforça sua possibilidade de contribuição científica para a compreensão do funcionamento psíquico dos indivíduos (Nascimento, 2002; Pasian, 2000). Deste modo, por suas características e alcance avaliativo, o Método de Rorschach tem sido utilizado como referência em relação ao padrão de respostas de indivíduos em outros instrumentos projetivos, tais como realizado por Xavier (2009), ao comparar a avaliação de aspectos cognitivos por meio do CAT-A, o Desenho da Figura Humana e o Rorschach. Outro

estudo nacional, realizado por Villemor-Amaral e Cardoso (2012), utilizou o Zulliger e o Rorschach, buscando validar indicadores do primeiro no contexto do Brasil.

Neste contexto, considera-se relevante buscar evidências de validade do Questionário Desiderativo aplicado a faixa etária adulta, procurando-se identificar pontos de convergência de suas variáveis com os indicadores obtidos por meio do Método de Rorschach. Novos achados empíricos relativos a este tópico poderão suscitar a reavaliação deste instrumento projetivo (Questionário Desiderativo) por parte do Conselho Federal de Psicologia, podendo culminar com a aprovação de seu uso na realidade nacional, ampliando os recursos disponíveis aos profissionais brasileiros nesse campo complexo da avaliação da personalidade.

Outra estratégia técnica para estudos de validação de instrumentos de avaliação psicológica pode ser o uso concomitante de métodos com base no autorrelato e de natureza projetiva, como comentado por Primi (2010). Ele aponta que estas duas abordagens técnicas (autorrelato e projetiva) são complementares, representando diferentes facetas do raciocínio científico da Psicologia, ao buscar medir e avaliar características individuais e de grupos, visando a compreensão do ser humano. Conforme referido autor, os métodos psicométricos (de autorrelato) têm um papel relevante para validar os construtos (traços) e seus indicadores, pois possibilitam a produção de medidas estatísticas específicas. Deste modo, justifica-se a utilização, no presente trabalho, de instrumentos tanto psicométricos como projetivos, buscando-se aprimorá-los cientificamente e, além disso, contribuir com fundamentos técnicos para a otimização da avaliação de características da personalidade de mulheres envolvidas em processos de adoção de crianças.

Objetivo

O presente trabalho teve como objetivo sistematizar indicadores de precisão e evidências de validade do Questionário Desiderativo enquanto instrumento adequado e cientificamente fundamentado para auxiliar processos de avaliação psicológica no campo da Psicologia Judiciária no Brasil, especificamente no âmbito dos processos de adoção.

Método

Participantes

O presente trabalho apresenta o recorte de uma pesquisa de Doutorado mais ampla, voltada para a caracterização da personalidade de mulheres envolvidas em processos de adoção de crianças (Guimarães-Eboli, 2017). Sendo assim, com base neste objetivo maior, a amostra presentemente alcançada foi delineada por conveniência, composta por 60 mulheres, entre 30

e 50 anos de idade, que tinham ao menos concluído o ensino médio e que estavam inseridas em união conjugal (relacionamento conjugal estável há pelo menos um ano). Referidas participantes compuseram três grupos numericamente equitativos, conforme abaixo descrito:

- Grupo 1 (*G1 = pretendentes à adoção*): 20 mulheres em situação de infertilidade primária, judicialmente habilitadas como pretendentes à adoção na Comarca de Ribeirão Preto (SP).
- Grupo 2 (*G2 = mães adotivas*): 20 mulheres em situação de infertilidade primária, que tinham ao menos um filho adotivo de idade entre um e 12 anos de idade (crianças).
- Grupo 3 (*G3 = mães biológicas – grupo de comparação*): 20 mulheres sem problemas de infertilidade, com ao menos um filho biológico (que tivesse, na data da avaliação, entre um e 12 anos de idade). Em referido grupo foram incluídas apenas mulheres que não apresentaram, no momento da pesquisa, indicadores de transtornos de saúde mental, avaliadas por instrumento específico (SRQ-20).

Materiais

Os instrumentos utilizados na coleta e análise dos dados ora apresentados foram:

- 1) *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20), instrumento de autorrelato voltado para a avaliação de indicadores relativos à saúde mental, desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2001), foi utilizado para triagem de possíveis indicadores psicopatológicos nas participantes.
- 2) *Bateria Fatorial de Personalidade* (BFP), instrumento psicológico com base em autorrelato, construído no Brasil (Nunes, Hutz & Nunes, 2010), que busca a avaliação da personalidade por meio da concepção teórica dos “Cinco Grandes Fatores” (CGF).
- 3) *Questionário Desiderativo*, método projetivo de avaliação psicológica, verbal, de rápida aplicação, constituído por conjunto específico de questões que devem ser respondidas livremente pelo examinando, a partir de suas associações espontâneas e imediatas. Para o presente estudo, utilizou-se o trabalho de Guimarães, Pasian e Loureiro (2008) como subsídio técnico para análise da produção das participantes.
- 4) *Método de Rorschach*, método projetivo de avaliação psicológica, composto por conjunto de dez cartões (padronizados) com manchas de tinta, que, de acordo com sua fundamentação teórica, permite a avaliação de características estruturais e funcionais da personalidade (Pasian, 2000). No presente trabalho optou-se pelo referencial técnico-científico do Rorschach conhecido como Escola Francesa ou Escola de Paris, conforme proposição apresentada classicamente por Rausch de Traubenberg (1998) e Anzieu (1986), e mais recentemente por Azoulay et al. (2007) e Pasian e Amparo (2018).

Além desses materiais, recorreu-se a programas computacionais para registro e análise dos dados, a saber: Planilhas Excel para Windows (Microsoft) e software *IBM SPSS Statistic* (v. 22, IBM SPSS, Chicago, IL).

Procedimentos

O presente estudo foi apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (CAAE no. 09267012.1.0000.5407), recebendo aprovação para sua realização, previamente ao processo de coleta de dados em si.

A leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) precedeu qualquer registro de informações e levantamento de dados. As voluntárias foram avaliadas individualmente, em contextos ambientais que contavam com a devida privacidade e silêncio, necessários a qualquer processo de avaliação psicológica. Os instrumentos foram aplicados na seguinte ordem: SRQ-20, Bateria Fatorial de Personalidade (BFP), Questionário Desiderativo e Rorschach (Escola Francesa), utilizando-se para tanto as diretrizes preconizadas em seus respectivos manuais técnicos ou manuscritos de referência técnico-científica. O processo de coleta de dados teve duração média de 90 minutos, realizado em sessão única.

A análise dos resultados obtidos tomou como base a classificação da produção individual das mulheres em cada técnica de avaliação psicológica, fundamentando-se, para isso, nos respectivos manuais ou trabalhos científicos de referência. Cada um dos protocolos referentes ao Questionário Desiderativo e ao Rorschach (métodos projetivos) foram classificados por dois examinadores independentes, calculando-se seu índice de concordância (em porcentagem) para cada variável analisada.

Na perspectiva de evidenciar sinais empíricos de associação entre os indicadores técnicos dos vários instrumentos de avaliação psicológica utilizados, recorreu-se a análises correlação de *Spearman* entre os principais indicadores técnicos da BFP, do Rorschach e do Desiderativo para o grupo total de mulheres (n=60). Adotou-se o nível de significância de 5% nas análises estatísticas.

Resultados

Para o presente trabalho, o enfoque será dado os resultados psicométricos referentes ao Questionário Desiderativo. Serão apresentados dados relativos à fidedignidade (Análise de Concordância entre examinadores), bem como referentes à validade (correlação com outros instrumentos de avaliação psicológica), conforme detalhamento a seguir.

A partir das codificações dos protocolos do Questionário Desiderativo por examinadores independentes, foi possível avaliar a proporção em que as classificações individuais coincidiram, bem como aquelas em que houve divergências entre as codificações realizadas. Esses dados compõem a Tabela 1, destacando-se as diferentes funções psicológicas examinadas (adequação ao real, pensamento, afetividade, defesas instrumentais e outras defesas psíquicas) e respectivas variáveis do Questionário Desiderativo.

Tabela 1. *Resultados descritivos da Análise de Concordância entre examinadores independentes (em porcentagem), referentes à classificação das respostas ao Questionário Desiderativo (n=60).*

Variável do Desiderativo		% Acordo	% Desacordo
Adequação ao real	Tempo	99,2	0,8
	Sequência das escolhas	97,6	2,4
	Necessidade de indução	97,6	2,4
	Respostas Antropomórficas	98,1	1,9
Pensamento	Conteúdo do Pensamento	92,3	7,7
	Nível de organização	72,8	27,2
	Distinção entre realidade interna e externa	96,2	3,8
Afetividade	Autopercepção	98,4	1,6
	Associação ideoafetiva	98,8	1,2
	Interações	82,1	17,9
Defesas Instrumentais	Dissociação	95,6	4,4
	Identificação Projetiva	90,9	9,1
	Racionalização	96,8	3,2
Defesas (outras)	Negação	98,7	1,3
	Idealização	93,6	6,4
	Formação Reativa	98,4	1,6
	Sedução	97,3	2,7
	Sublimação	92,5	7,5
Resultado médio		94,3	5,7

O acordo entre examinadores foi igual ou superior a 70,0%, atingindo valor médio superior a 94,0% nas variáveis. Esses achados evidenciaram elevado índice de precisão nas análises ora realizadas por meio do Questionário Desiderativo, o que confere confiabilidade aos dados e ao próprio sistema avaliativo proposto. Com o objetivo de aprimorar a análise da precisão desse sistema avaliativo do Desiderativo, realizou-se o cálculo da correlação (Rô de Spearman) entre as codificações dos dois examinadores, para cada variável examinada. Desse modo, chegou-se aos dados apresentados na Tabela 2.

Tabela 2. Resultados das análises de correlação (Spearman) entre as classificações das respostas ao *Desiderativo* pelos examinadores independentes.

Variável do <i>Desiderativo</i>		Rô	P
		<i>Spearman</i>	
Adequação ao real	Tempo	0,985	≤ 0,001
	Necessidade de indução	0,895	0,04
	Respostas Antropomórficas	0,895	0,04
Pensamento	Conteúdo do Pensamento	0,607	≤ 0,001
	Nível de organização	0,688	≤ 0,001
	Distinção entre realidade interna e externa	0,879	≤ 0,001
Afetividade	Autopercepção	0,985	≤ 0,001
	Associação ideoafetiva	0,902	≤ 0,001
	Interações	0,591	≤ 0,001
Defesas Instrumentais	Dissociação	0,835	≤ 0,001
	Identificação Projetiva	0,672	≤ 0,001
	Racionalização	0,695	≤ 0,001
Defesas (outras)	Negação	0,794	≤ 0,001
	Idealização	0,858	≤ 0,001
	Formação Reativa	0,615	0,04
	Sedução	0,768	≤ 0,001
	Sublimação	0,396	0,01
Média das correlações		0,768	

Houve correlações estatisticamente significativas entre as duas codificações independentes em todas as variáveis analisadas do *Desiderativo*. Na maioria dessas variáveis, as correlações encontradas foram altas ou moderadas, com média de 0,768. Referidos índices reforçam os achados anteriores relativos a sinais de boa precisão nas análises das respostas ao *Desiderativo*. Confere-se, desse modo, adequada fidedignidade ao processo avaliativo proposto para esse método projetivo de avaliação psicológica.

Diante dos positivos indicadores de precisão do Questionário *Desiderativo*, tem-se segurança nos achados empíricos. Passa-se, então, às análises de correlação de variáveis do Questionário *Desiderativo* com o Método de Rorschach e com a Bateria Fatorial de Personalidade, visto abordarem construtos relacionados, embora por meio de atividades e tarefas específicas.

Como apontado nos procedimentos, as análises correlacionais seguiram método não paramétrico (*Spearman*, $p \leq 0,05$), tomando como base os resultados do conjunto de mulheres avaliadas ($n=60$). A partir da combinação de variáveis relevantes do Questionário *Desiderativo*

e do Método de Rorschach foi possível identificar os dados presentes na Tabela 3. São apresentadas as correlações que se mostraram estatisticamente significativas, embora outras combinações de variáveis tenham sido testadas, porém não apresentadas nesse momento.

Tabela 3. Correlações estatisticamente significativas entre variáveis do Desiderativo e Rorschach no total de mulheres avaliadas ($n=60$).

Variáveis dos Instrumentos		Dados estatísticos	
Desiderativo	Rorschach	Correlação (r)	p
Racionalização adequada	R	-0,274	0,034
	Rec	0,293	0,023
	EF + E	-0,261	0,044
	Bot	-0,357	0,004
Dissociação adequada	Rec	0,307	0,017
Associação ideoafetiva (associadas)	CF + C	0,261	0,004
Conteúdo lógico do pensamento	EF + E	-0,265	0,041
	A+ (A)	0,334	0,009

R = número de respostas; Rec = número de recusas; Bot = respostas de conteúdo botânico.

Como primeiro comentário há que se notar que a força dessas correlações atingiu valores considerados moderados, compatíveis com o esperado para construtos relacionados. Os dados indicam que as variáveis do Desiderativo associadas ao controle racional dos afetos (Racionalização adequada, Dissociação adequada, conteúdo lógico do pensamento) mostraram-se positivamente associadas com variável do Rorschach sinalizadora de repressão e inibição (Recusas), além de respostas de conteúdo animal inteiro [A e (A)]. A associação ideoafetiva no Desiderativo também se mostrou correlacionada de modo direto com a presença de determinantes cromáticos (CF + C) nas respostas ao Rorschach, sugerindo interligações entre os indicadores de mobilização emocional desses dois métodos projetivos de avaliação psicológica, reforçando seus achados.

Foi possível identificar ainda associações negativas das variáveis ligadas ao controle racional no Desiderativo (Racionalização adequada, Dissociação adequada, conteúdo lógico do pensamento) com indicadores de mobilização afetiva do Rorschach, a saber: respostas determinadas pelo sombreado (representativas de ansiedade, como as respostas EF+E) e conteúdo primitivo (botânico=Bot). Outra correlação estatisticamente significativa, em sentido negativo, ocorreu entre número de respostas ao Rorschach (R) e variáveis de controle racional no Desiderativo. Os achados apontaram que quanto maior controle lógico no Desiderativo menor a produtividade no Rorschach (menor número de respostas). As análises realizadas apontaram convergência na interpretação de algumas variáveis de ambos os instrumentos,

sinalizando possibilidades de integração analítica entre indicadores destes dois métodos projetivos de avaliação psicológica, como seria esperado do ponto de vista teórico.

Foram ainda testadas possíveis correlações entre a pontuação nos cinco principais indicadores da Bateria Fatorial de Personalidade (Neuroticismo, Extroversão, Socialização, Realização e Abertura) e as principais variáveis do Desiderativo. A Tabela 4 traz as combinações em que foi detectada correlação estatisticamente significativa entre as variáveis dos dois instrumentos de avaliação psicológica, considerando-se o total de mulheres avaliadas (n=60).

Tabela 4. *Correlações estatisticamente significativas entre variáveis da Bateria Fatorial de Personalidade (BFP) e do Desiderativo no total de mulheres avaliadas (n=60).*

BFP	Variáveis dos Instrumentos	Dados estatísticos	
	Desiderativo	Correlação (<i>r</i>)	<i>P</i>
Neuroticismo	Racionalização adequada	-0,283	0,029
Neuroticismo	Associação ideoafetiva (associadas)	0,313	0,015

Embora múltiplas variáveis dos dois instrumentos tenham sido testadas em suas correlações, houve apenas duas combinações com resultado estatisticamente significativo, associando duas variáveis do Desiderativo com o indicador de Neuroticismo da BFP. A adequada racionalização (no Desiderativo) mostrou-se inversamente vinculada com o valor do Neuroticismo (na BFP). Em complemento, o Neuroticismo mostrou-se positivamente correlacionado com indicador de preservada associação ideoafetiva no Desiderativo. Essas correlações evidenciaram a relevância do indicador de Neuroticismo enquanto característica de personalidade que interfere no modo adaptativo dessas mulheres. Em síntese, poder-se-ia pensar que, quanto maior o Neuroticismo, maior integração pareceu emergir entre afeto e razão, porém com risco de contaminação do pensamento (diminuição das adequadas racionalizações).

Com o objetivo de explorar outras possibilidades em termos de associação de variáveis entre instrumentos de avaliação psicológica, optou-se por realizar outras análises de correlação, desta vez separadamente nos três grupos de mulheres ora avaliadas (mães adotivas, mães biológicas, mulheres em fila de espera para adoção), envolvendo Desiderativo e Rorschach e, depois, Desiderativo e BFP. Referidos resultados, embora não detalhados no presente trabalho, podem ser acessados na íntegra na tese de Doutorado da primeira autora (Guimarães-Eboli, 2017). Cumpre destacar neste momento que, em referidas análises, houve distintas combinações das variáveis significativamente associadas entre os instrumentos, a depender dos grupos de mulheres. Há que se comentar ainda que os valores das correlações entre as variáveis foram elevados, evidenciando que são construtos fortemente relacionados, como previsto

teoricamente por esses materiais. Esses resultados reafirmam evidências da validade clínica dos métodos projetivos utilizados, na medida em que conseguiram retratar também especificidades de vivências de mulheres em diferenciadas condições de vida no tocante à maternagem, mostrando-se mais sensíveis conjuntamente do que em análise individual e isolada das variáveis dos instrumentos de avaliação psicológica utilizados no estudo (Guimarães-Eboli, 2017).

Discussão

Ao considerar o conjunto das análises presentemente efetivadas, é possível afirmar que, embora os instrumentos de avaliação psicológica utilizados possuam bases teóricas e técnicas específicas (métodos projetivos e técnica de autorrelato), os resultados empíricos corroboram algumas de suas premissas teóricas, caracterizando-se como evidências empíricas de sua validade. Essa sensibilidade clínica dos instrumentos oferece bases de sustentação para a interpretação psicodinâmica dos construtos examinados. Sinaliza-se, portanto, que é possível analisar características de personalidade por meio do Método de Rorschach, por meio do Questionário Desiderativo e pela Bateria Fatorial de Personalidade, com relevantes pontos de convergência entre os achados, reiterando a qualidade das informações fornecidas no tocante ao construto personalidade.

A análise realizada, tomando por base o conjunto total de mulheres avaliadas nesta investigação, revelou associação positiva e significativa entre variáveis do Desiderativo associadas ao controle racional dos afetos com variável do Rorschach sinalizadora de repressão e inibição. Houve ainda resultados sugestivos de interligações entre os indicadores de mobilização emocional desses dois métodos projetivos de avaliação psicológica, reforçando sua fundamentação enquanto técnicas avaliativas de características da personalidade.

Correlações significativas negativas também foram encontradas entre variáveis sinalizadoras de maior controle lógico no Desiderativo e de menor produtividade no Rorschach (menor número de respostas). Houve correlações que mostraram que, quanto mais controle racional, conforme sua avaliação pelo Desiderativo, menores índices de mobilização afetiva no Rorschach. A interpretação conjunta destes achados reforça hipóteses psicodinâmicas que fundamentam ambos os instrumentos, caracterizando-se como evidências empíricas da validade do Questionário Desiderativo a partir do reconhecido valor técnico das variáveis da Escola Francesa (Escola de Paris) do Método de Rorschach.

A análise de correlações entre o instrumento projetivo Desiderativo e o instrumento de autorrelato Bateria Fatorial de Personalidade também trouxe resultados promissores em termos da verificação de convergências avaliativas entre estas técnicas. Nomeadamente, na análise

realizada considerando-se o total das participantes (n=60), o Fator Neuroticismo da BFP mostrou-se positivamente associado com a capacidade de coordenar adequadamente ideias e afetos e, por outro lado, negativamente à utilização adequada da racionalização enquanto defesa instrumental no Desiderativo. Referidos achados mostram a influência dessas características de personalidade (neuroticismo) nos processos de adaptação psíquica (associação ideoafetiva) e no funcionamento lógico (uso da racionalização), como avaliados pelo Questionário Desiderativo. Constituem, portanto, indicadores positivos para sua validade, como detalhado nos resultados.

Diante do exposto, é possível afirmar que também entre Bateria Fatorial de Personalidade e Desiderativo houve associações estatisticamente significativas. Depreende-se, portanto, que apesar de se tratarem de instrumentos de natureza diversa (autorrelato e projetivo), ambos avaliam construtos relacionados, ou seja, características de personalidade, embora por meio de diferentes atividades e variados indicadores técnicos.

Outros estudos brasileiros também realizaram análises correlacionais entre variáveis de diferentes instrumentos com o objetivo de verificar indicadores de validade. Dentre estes, destaca-se o estudo de Xavier (2009), que investigou validade de critério por grupos contrastantes nas técnicas CAT-A, Rorschach e DFH, bem como estudo de precisão entre avaliadores. Já o trabalho de Vilemor-Amaral e Cardoso (2012) buscou indicadores de validade convergente para a classificação do Tipo de Vivência no Zulliger, por meio de correlações com um indicador específico do Rorschach. A análise de correlação entre variáveis destes instrumentos revelou, nas referidas pesquisas, assim como ocorreu na presente investigação, evidências positivas de validade entre os instrumentos avaliados, dentro de suas especificidades analíticas.

Deste modo, é preciso ressaltar os avanços ora obtidos em termos dos estudos psicométricos envolvendo o Questionário Desiderativo. Os positivos indicadores de fidedignidade, constatados por avaliação independente dos examinadores, reforçam a confiabilidade nas análises realizadas mediante esta proposição avaliativa de Nijamkin e Braude (2000), compilada e organizada por Guimarães, Pasian e Loureiro (2008).

Por último, há que reiterar que o conjunto destes achados vem contribuir para o alcance das condições mínimas exigidas pelo Conselho Federal de Psicologia para utilização de testes psicológicos no Brasil (SATEPSI), no que tange ao Questionário Desiderativo. Deste modo, no presente momento, coube apontar os avanços obtidos a partir de estudos anteriores realizados pela própria autora com este instrumento (Guimarães, Pasian & Loureiro, 2008).

Considerando-se, ainda, a relevância reconhecidamente apontada por pesquisadores na área, acerca de características de personalidade de pretendentes à adoção, em processos judiciais voltados para esta questão (Giacomozzi, Nicoletti & Godinho, 2016; Levinzon, 2006, Scorsolini-Comin, Amato & Santos, 2006; Wasinski, 2015), fica reforçado o potencial, portanto, do uso de instrumentos padronizados de avaliação psicológica também nestes contextos, funcionando conjuntamente de maneira complementar, enriquecendo, assim, o processo avaliativo.

Assim, estes resultados apresentam achados empíricos da utilidade dos métodos projetivos de avaliação psicológica para a adequada compreensão das demandas e das necessidades de mulheres, especificamente aquelas interessadas em adotar uma criança. Reitera-se, ainda, a possibilidade e relevância, para o profissional de Psicologia Jurídica, lançar mão destes importantes instrumentos de trabalho em sua prática cotidiana. Dada a devida fundamentação científica desses instrumentos, eles podem auxiliar e conferir maior confiabilidade aos resultados das avaliações técnicas e periciais do psicólogo no contexto jurídico.

Neste âmbito, espera-se ter contribuído para o conhecimento científico que fundamenta ações de psicólogos judiciários no campo da adoção de crianças, bem como para o alcance de indicadores técnicos que possibilitem o futuro uso do Questionário Desiderativo por psicólogos brasileiros, de maneira cientificamente fundamentada. Referidas temáticas, pela complexidade de fatores envolvidos, merecem certamente a continuidade do investimento de pesquisadores na área, buscando garantir a adequada qualidade nos processos avaliativos em Psicologia.

Referências

- Anzieu, D. (1986). *Os métodos projetivos* (5ª ed.). (M. L. E. Silva, trad.). Rio de Janeiro: Campus.
- Azoulay, C., Emmanuelli, M., Rausch de Traubenberg, N., Corroyer, D., Rozencwajg, P., & Savina, Y. (2007). Les données normatives françaises du Rorschach à l'adolescence et chez le jeune adulte. *Psychologie Clinique et Projective*, 13, 371-409.
- Brêga, F. M. P., Frazatto, L., & Loureiro, S. R. (2001). Pacientes com características paranóides: funcionamento defensivo. *Psico USF*, 6, 85-94.
- Chabert, C. (2004). *Psicanálise e Métodos Projetivos*. Tradução: Álvaro José Lelé e Eliane Maria Almeida Costa e Silva. 1. ed. São Paulo: Vetor Editora Psico-pedagógica.
- Fabio, E. T., Melão, M. J. R., & Jorge, M. R.T. (2005). *O Serviço Social e a Psicologia no judiciário* (1ª ed.). São Paulo: Cortez.

- Franco, R. R. C., & Villemor-Amaral, A. E. (2009). *Ensaio de convergência entre provas de personalidade: Zulliger- SC e Pfister*. Tese de Doutorado, Universidade de São Francisco, Itatiba, SP.
- Giacomozzi, A. I., Nicoletti, M., & Godinho, E. M. (2016). As representações sociais e as motivações para adoção de pretendentes brasileiros à adoção. *Psychologica*, 58(1), 41-64.
- Guimarães, N. M., Pasian, S. R., & Loureiro, S. R. (2008) O Questionário Desiderativo: Possibilidades teóricas e empíricas na atualidade. Em: Villemor-Amaral, A. E.; Werlang, B. S. G. (Org.) (2008). *Atualizações em Métodos Projetivos para Avaliação Psicológica*. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, pp. 391-414.
- Guimarães, N., & Pasian, S. R. (2009). Adequação ao real de adolescentes: possibilidades informativas do Questionário Desiderativo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(3), 347-355.
- Guimarães-Eboli, N. M. (2017). *Maternidade adotiva e infertilidade: contribuições da avaliação psicológica*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP.
- Hutz, C. S. (2009) *Avanços e polêmicas em avaliação psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, v. 1.
- Hutz, C.; Bandeira, D. R.; Trentini, C. M. & Krug, J. S. (2016) *Psicodiagnóstico*. Porto Alegre: Artmed.
- Levinzon, G. K. (2006). A adoção na clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 14(1), 24-31.
- Nascimento, R. S. G. F. (2002). Estudo normativo do sistema compreensivo do Rorschach para a cidade de São Paulo. *Psico-USF*, 7(2), 127-141.
- Nijamkin, G. C. & Braude, M. G. (2000). *O Questionário Desiderativo* (L. S. L. P. C. Tardivo, trad.). São Paulo: Vetor (Trabalho original publicado em 1996).
- Nunes, C. H. S. S. & Primi, R (2010). Aspectos técnicos e conceituais da ficha de avaliação dos testes psicológicos. Em: Conselho Federal de Psicologia - CFP (Org.) (2010) *Avaliação psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão* (101-128). Brasília: CFP.
- Nunes, C. H. S. S.; Hutz, C. S., & Nunes, M. F. O. (2010). *Bateria Fatorial de Personalidade (BFP): manual técnico*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ocampo, M. L. S., Arzeno, M. E. G., & Piccolo, E. G. (1985). *O Processo diagnóstico e as técnicas projetivas* (M. Felzenszwalb, Trad.). São Paulo: Martins Fontes (Trabalho original publicado em 1979).
- Paiva, L. D. (2004). *Adoção: significados e possibilidades*. São Paulo: Casa do psicólogo, 1ª Ed.

- Pasian, S. R. (2000). *O Psicodiagnóstico de Rorschach em adultos: Atlas, normas e reflexões*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pasian, S. R. & Amparo, D. M. (2018). O Método de Rorschach na perspectiva da Escola de Paris (Escola Francesa). Em: Hutz, C. S.; Bandeira, D. R. e Trentini, C. M. (Orgs.) (2018). *Avaliação Psicológica da Inteligência e da Personalidade*. Porto Alegre: Grupo A, Artmed, pp. 339-353.
- Paulo, M. S. L. L. (2005). Psicodiagnóstico e intervenção terapêutica de pacientes adultos com depressão. Em: Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (Org.) (2005). *Resumos do II Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica - Desafios para a formação, prática e pesquisa*, pp. 2-3. Porto Alegre: Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica.
- Pianowski, G. & Villemor-Amaral, A. E. (2010). Localização e qualidade formal do Rorschach-SC no Brasil: validade com não-pacientes. *Psico-USF*, 15(3), 333-343.
- Primi, R. & Nunes, C. H. S. S. (2010). *O SATEPSI: propostas de aprimoramento*. Em Conselho Federal de Psicologia – CFP (Org.) (2010) *Avaliação psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão*, pp. 129-148. Brasília: CFP.
- Rausch de Traubenberg, N. (1998). *A prática do Rorschach*. (A. J. Lelé, trad.). São Paulo: Vetor.
- Scorsolini-Comin, F., Amato, L. M., & Santos, M. A. (2006). Grupo de apoio para casais pretendentes à adoção: a espera compartilhada do futuro. *Revista da SPAGESP*, 7(2), 40-50.
- Villemor-Amaral, A. E. & Cardoso, L. M. (2012). Validade convergente do tipo de vivência (EB) no Teste de Zulliger/SC. *Psico*, 43(1), 109-115.
- Wasinski, A. (2015). The experience of adoption in a biographical narration of adoptive parentes. *Archives of Psychiatry and Psychotherapy*, 17(1), 59-67.
- Xavier, M. F. (2009). *Evidências de validade do CAT-A e Rorschach para avaliação da cognição*. Tese de Doutorado, Universidade São Francisco, Itatiba – SP.

Casais do mesmo sexo: identificação projetiva/introjetiva na avaliação psicossocial de postulantes à adoção

Patrícia Coppola Oliveira
Martha Franco Diniz Hueb
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Resumo: As famílias estão historicamente reconfigurando-se para além da conjugalidade ancorada na formação heterossexual, tornando-se necessários estudos que investiguem diferentes constituições familiares. Tendo como tema a adoção por casais do mesmo sexo, processo que envolve implicações psicológicas, sociais e legais, cada vez mais presentes na contemporaneidade, objetivou-se compreender como postulantes à adoção, casais do mesmo sexo, perceberam e sentiram a avaliação psicossocial realizada pela equipe do judiciário. Nesse sentido, considerou-se a hipótese do surgimento de preconceitos e crenças acerca da orientação sexual do casal adotante, manifestada pelos avaliadores, as quais poderiam dificultar a liberação para o processo adotivo. Participaram do estudo quatro casais do mesmo sexo que se submeteram à avaliação psicossocial em uma Comarca de cidade de médio porte do interior de Minas Gerais. Utilizou-se como instrumento uma entrevista semiestruturada que foi tratada dentro do referencial teórico da psicanálise tendo como ponto central a percepção da projeção observada pelos participantes em seus avaliadores. O contato com aqueles se deu inicialmente por meio do Grupo de Apoio à Adoção da Comarca de origem, por redes sociais e *e-mails*, apoiando-se posteriormente na técnica “bola de neve”, aquela em que um participante indica outro de seu conhecimento e assim sucessivamente. Nenhum dos participantes percebeu ou sentiu o preconceito depreciativo por parte de psicólogos ou assistentes sociais do judiciário em relação à orientação sexual adotada. Entretanto, há de se destacar, que quatro deles com muita perspicácia, apontaram o preconceito às avessas por parte de membro da equipe psicossocial, como reproduziu um participante: “a psicóloga falou para gente que prefere *avaliar vocês homossexuais do que casais de sexo diferente. Gosto muito de casais do mesmo sexo, são mais abertos e mais flexíveis*”. Observou-se que a entrevista semiestruturada, analisada sob o vértice da psicanálise, pode ser uma técnica útil na compreensão da expressão de tais sujeitos. Conclui-se que é mister a problematização da homossexualidade, assim como a configuração do direito à parentalidade, e que é notório que os ranços do passado mediado pela naturalização do discurso ofuscam e camuflam o preconceito, além de retroalimentar a heteronormatividade. Mudanças sociais só se efetivarão a partir da ruptura dos modelos tradicionais e da construção de novos paradigmas de visão de homem, uma vez que a comparação entre as diversas configurações familiares por si só já exclui a diferença, e que, subliminarmente fica no imaginário coletivo que a diferença tem seu espaço assegurado longe da “normalidade”.

Palavras-chave: Adoção; Homoparentalidade; Família; Preconceito; Crenças.

Introdução

A travessia: a história da adoção

Em uma visão simplista e dicionarizada, a adoção nada mais é do que o ato de criar entre duas pessoas uma relação semelhante àquela resultante da paternidade biológica. Todavia, aqui, faz-se necessário aprofundar essa visão e contextualizar seu surgimento. A adoção remonta à Antiguidade; os romanos a praticavam com três finalidades específicas: escolher um sucessor, possibilitar a acessão de um indivíduo a um patamar superior e dar descendentes a quem não os tinha. Naquela época, não havia qualquer preocupação com o direito da criança. Já na Idade Média, a Igreja, durante certo tempo, apoiou a adoção por meio da Roda dos Enjeitados, sendo que a legalização da adoção foi posta em relevo, na Era Moderna, por Napoleão que trouxe a

questão do preconceito ao afirmar que a adoção era uma imitação, através da qual a sociedade queria plagiar a natureza, segundo Weber (2009).

O caminho da adoção envolve, portanto, questões muito complexas, em que a lei proporcionou um empoderamento dos discursos enviesados, credibilizando, assim, as crenças que são sustentadas na verbalização de conceitos, formados antecipadamente e generalizados de forma irreflexiva (Weber, 2009; 2011). Na Constituição Federal Brasileira de 1891, há uma redução da influência da Igreja na sociedade e, conseqüentemente, na legislação do país. Em 1988, a nova Constituição Federal apresentou uma significativa alteração na concepção de família e de filiação conforme aponta o Art. 227, parágrafo 6º, que relata que “os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”. Profundas alterações ocorreram somente após o advento da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, de 1989, e do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em 1990. A partir daí, consagrou-se maior cuidado para com a criança e o adolescente com a Doutrina da Proteção Integral, fundamentada no Princípio da Prioridade Absoluta, e garantiu-se a igualdade entre filhos de qualquer origem com a proibição de qualquer forma de discriminação com base no art. 227 da Constituição Federal. Isto é, enfatiza-se o processo de adoção para atendimento e interesses da criança/adolescente, e não mais do adotante (Weber, 2011).

Hoje, a adoção é compreendida como um processo judicial, que transfere todos os direitos e deveres de pais biológicos para uma família substituta, representando a oportunidade do exercício da paternidade/maternidade para pais que não puderam ter filhos biológicos ou que optaram por ter filhos sem vinculação genética (Hueb, Farinelli, Azôr, Cordeiro, & Tuma, 2014; Rosa, Boris, Melo & Santos, 2016). Vale ressaltar que após consolidada a adoção, os pais adotivos não podem renunciar seu filho, assim como não o fazem os pais de filhos biológicos. A perda do poder familiar segue trâmite igualitário, somente o judiciário pode destituir a criança do convívio e do poder familiar (Futino & Martins, 2006).

Importante destacar que somente a partir de 2011, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união estável entre casais do mesmo sexo, a adoção passou a ser uma possibilidade para tais pessoas, já que o conceito de família foi então reformulado (Rosa, Boris, Melo & Santos 2016; Santos, Scorsolini-Comin, & Santos, 2013). Tal reconhecimento trouxe visibilidade, na sociedade brasileira, para os homossexuais. Todavia a ideia de uma família composta por casais do mesmo sexo desencadeou as discussões em torno das definições socialmente legítimas de conjugalidade e parentalidade (Uziel, 2007). Assim, a parentalidade ganhou novos significados, deixando de ser uma obrigação para ser uma opção (Futino &

Martins, 2006). A paternagem realizada por casais do mesmo sexo instigou a sociedade a voltar seus pensamentos aos elementos constituintes de um núcleo familiar, isto é, a nomeada tradicional família nuclear, em que o parentesco configura-se pela procriação sexuada e a filiação biogenética. Essa “nova” forma familiar tem trazido inquietações nas sólidas crenças no que tange à problemática, segundo Cecílio, Scorsolini-Comin e Santos (2013). Entretanto, Uziel (2007) aponta que não há nada de muito novo nesta constituição, uma vez que:

Hoje os arranjos familiares são diversos, entretanto, do ponto de vista do número de pessoas envolvidas, a família homossexual não cria nada de novo: é monoparental, biparental ou pluriparental, como ocorre com todas as outras famílias [...]. Da perspectiva da cidadania, dos direitos e dos deveres, é um cidadão protegido pela lei, como todos. Em relação aos cuidados com as crianças, as poucas pesquisas feitas não identificam diferenças [...]. As identificações, fundamentais para o desenvolvimento e a formação da identidade, sofrem abalos em parte da população, sem que a estruturação familiar que propicia maiores problemas seja identificada com existência de pessoas do mesmo sexo. Qual seria, então, a especificidade dessa relação parental? (p. 79).

Neste sentido, urge a necessidade de reflexões, questionamentos e ampliações acerca do termo “família”, uma vez que barreiras são quebradas e vislumbram-se novas releituras sobre o papel da homossexualidade na constituição familiar (Cecílio, Scorsolini-Comin, & Santos, 2013; Cerqueira-Santos & Bourne, 2016; Futino & Martins, 2006), necessitando inclusive de compreender a trama de preconceitos que as envolve.

Crenças, Preconceitos e Adoção: o que é isso?

O preconceito é um artifício usado perante o estranho ou o desconhecido; um conceito concebido sem exame crítico; uma generalização que permeia os círculos de interação humana, sendo usado no convívio e nos momentos em que se defronta com o não familiar. Assim, a crença e o preconceito são, por vezes, confundidos com o conhecimento; entretanto são muito díspares dele. Saber e crer são coisas distintas, que não tem a mesma gênese. A partir das opiniões e das crenças altera-se o leito de concepção da vida, o modo de proceder e, por conseguinte, a maior parte dos acontecimentos da história, (Weber, 2009).

Em se tratando da adoção, Valério e Lyra (2014) compreendem que o termo “adotar” está ligado a todo um processo de constituição do indivíduo, a partir de sua ontogenia e de sua cultura, entendida aqui como mediação semiótica, isto é, mediação estabelecida por signos,

integrando o sistema de funções psicológicas desenvolvidas pelo indivíduo na sua organização histórico- social. O fruto desse processo em que ocorre a construção de significados é destacado por uma tensão constante entre a cultura coletiva e a construção contínua de uma cultura pessoal. Ressalta-se aqui que o valor negativo, ou seja, a estigmatização do termo adoção pode estar interligado com o poder da sugestibilidade, advinda da cultura coletiva, por meio dos mitos, preconceitos, crenças e histórias que modulam como guias reguladores do referido processo.

Segundo dois estudos recentes, (Cecílio & Scorsolini-Comin, 2016; Valério, & Lyra, 2014), numa perspectiva psicossocial, o preconceito perpassa questões políticas e ideológicas. Assim deve-se analisar a questão do preconceito em contextos grupais, não apenas na ótica do individual, para que se entenda as formas de comunicações e os discursos existentes. De maneira semelhante, Futino e Martins (2006), apontam a questão da família e a construção da parentalidade como uma ideologia, isto é, categorias socialmente construídas que perpassam o campo do individual, ou seja, valores do casal galgados em dimensões que são circunscritas nas instituições que circundam a reprodução.

Para Weber (2011), o preconceito se esconde atrás das palavras, e por vezes de forma inconsciente, são utilizadas as expressões e termos como, por exemplo, “filho verdadeiro” para explicar que aquele filho é biológico, remetendo ao entendimento de que o filho adotivo não é verdadeiro. Para tanto, Valério e Lyra (2014) consideram que a qualquer momento é possível ir contra as resistências desses reguladores semióticos e, quando isso ocorre, há a reconstrução cultural, em que o produto final é a transformação, da intolerância ao diferente, em encontros que possibilitam a resignificação da diversidade. Como exemplo de tal situação, Weber (2009) relata um caso de adoção de uma criança por um professor homossexual assumido. Ao ter o direito de se inscrever para o processo de adoção, tomou ciência de que o Ministério Público interveio, considerando que a personalidade e o caráter da criança poderiam ser afetados se ela fosse educada por um homossexual. No entanto, o juiz, que acompanhava o caso, depois de analisar criteriosamente o professor, considerou sua honestidade uma prova de caráter e lhe deu uma sentença favorável, sinalizando que o desempenho adequado da função paterna não estaria relacionada negativamente com a orientação sexual.

A argumentação dos juízes, contrária ao processo adotivo, foi construída historicamente e tem se esvaziado ao ser confrontada com algumas teorias, tais como da paternidade sócio-afetiva e a do apego. Vale ainda ressaltar que não há distinção, nos códigos brasileiros, no que se refere a adoção, entre casais hetero e casais do mesmo sexo. Dessa forma, a orientação

sexual não pode ser considerada impeditiva, uma vez que é o atendimento às necessidades da criança o princípio da adoção (Futino & Martins, 2006).

Entretanto, observa-se um agravante na formação de futuros avaliadores psicossociais. Estudos recentes (Cecílio, Scorsolini-Comin & Santos, 2013; Cerqueira-Santos & Santana, 2015) observaram que futuros profissionais envolvidos com o processo de adoção, direta ou indiretamente, demonstravam pouco conhecimento sobre o tema da orientação sexual. A carência de informações e as velhas crenças sobre desenvolvimento e sobre a sexualidade humana culminam na negação da ideia de adoção homoparental e nas crenças negativas sobre a homossexualidade. Com isso, percebe-se a relevância do debate dentro da academia, no sentido de trazer ressignificações do termo “família” e ainda desmistificar certos conceitos acerca da homossexualidade, de forma a jogar luz sobre a temática, para que profissionais do judiciário, que trabalham com a avaliação psicossocial possam se aprimorar respaldados pela ciência.

Por outro lado, no processo de adoção por casais do mesmo sexo, a psicanálise abre as portas para o judiciário e para a sociedade ao lançar luz para a desmistificação da problemática em questão: homossexualidade e parentalidade, trazendo reflexões e esclarecimentos acerca da construção simbólica dos papéis sociais. Os achados que trouxeram relevância e foram constatados em grande parte dos estudos evidenciam a dicotomia dos construtos sociais utilizados de forma excludente, como por exemplo, os papéis e modelos estipulados como caminhos únicos a serem seguidos, garantindo o sucesso ou insucesso. Dentre eles cita-se os termos dicotômicos: paterno e materno, homem e mulher, certo e errado, normal e anormal, os quais são pares criados com o intuito de classificar, comparar e até mesmo atribuir as relações de poder (Santos, Scorsolini-Comin & Santos, 2013).

Portanto, os achados contribuíram para a compreensão de que filhos criados por famílias homoparentais ou heteroparentais não encontraram diferenças no que se refere ao desenvolvimento psicossocial ou do desejo de habilidades dos pais quanto à parentalidade (Santos, Scorsolini-Comin & Santos, 2013). Outro estudo, com três homens assumidos como gays e com filhos adotivos, apontou que o desejo de ter um filho, ser capaz de amá-lo e assumir a responsabilidade sobre ele não está ligado à orientação sexual, tampouco à normalização (Amazonas, Veríssimo & Lourenço, 2013). Entretanto, um fator negativo apontado para a adoção por casais do mesmo sexo, foi o preconceito advindo da sociedade e que cria percalços à família (Costa, Caldeira, Fernandes, Rita, Pereira & Leal, 2013; Santos, Scorsolini-Comin & Santos, 2013).

Tornam-se, notória a necessidade de mais estudos sobre as explicações simplistas e comparativas, pois quando comparamos estamos de alguma forma categorizando, exaltando ou excluindo grupos, modelos que são considerados adequados, ou inadequados, certo ou errado, entre outros termos que favoreçam o empoderamento da intolerância ao diferente (Santos, Scorsolini-Comin & Santos, 2013). Como disse Carlos Drummond de Andrade “Ninguém é igual a ninguém. Todo o ser humano é um estranho ímpar”, a beleza da diversidade não é identificá-la como diferente muito menos como uma somatória, mas ampliar nosso olhar e enxergá-la como uma interação permeada pelo respeito das pluralidades culturais e raciais, de orientação sexual, dentre outras.

Tendo isto posto, este estudo objetivou compreender como os postulantes à adoção percebem e sentem a avaliação psicossocial a partir da sua formação de casal homossexual.

Método

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), sob o parecer de número 2.041.642, este estudo consiste em uma investigação qualitativa, descritiva e exploratória, do qual participaram quatro casais do mesmo sexo que já haviam submetido à avaliação psicossocial pela equipe do judiciário.

De acordo com Turato (2013) os recursos metodológicos qualitativos buscam melhor compreender o comportamento e experiência humana, e realizar interpretações para tal compreensão. A partir disso, a pesquisa qualitativa não se preocupa, primeiramente, com a quantidade de participantes, mas sim com os significados e sentidos que aqueles participantes venham a expressar em suas falas e comportamentos para, assim, realizar as interpretações e buscar compreender os fenômenos à mostra.

Utilizou-se como instrumento uma entrevista semiestruturada, tratada dentro do referencial teórico da psicanálise tendo como ponto central a percepção da projeção observada pelos participantes em seus avaliadores. O contato se deu inicialmente por meio do Grupo de Apoio à Adoção da Comarca de origem, por redes sociais e por *e-mails*, apoiando-se posteriormente na técnica “bola de neve”, aquela em que um participante indica outro de seu conhecimento e assim sucessivamente.

A coleta de dados ocorreu de forma individual, em salas privativas do Centro de Estudos em Psicologia Aplicada (CEPPA), nas datas e horários, previamente, agendados com os participantes. Apenas um dos casais, impossibilitados de comparecer ao CEPPA, por pertencer à outra comarca, solicitou que a entrevista fosse realizada em sua residência. Tomando o cuidado com a privacidade, a pesquisadora procedeu da mesma forma que quando realizado no

CEPPA. Ambas as pessoas foram entrevistadas em local privativo e de forma individual. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi apresentado e assinado pelos participantes, sendo-lhes asseguradas as condições de sigilo das informações e de anonimato, assim como a garantia de que se assim desejassem poderiam desistir de participar da pesquisa sem nenhum prejuízo.

Resultados e Discussão

Importante ressaltar que na atualidade a família tende a ser vista como aquela em que garante um lugar privilegiado no desenvolvimento individual e social, compreendendo um espaço de referência, socialização, formação dos primeiros valores e crenças, assim como do caráter dos seus membros. No entanto, nem todos possuem essa visão. Segundo Cecilio, Scorsolini-Comin e Chapadeiro (2017), alguns entendem que a família é capaz de influenciar relacionamentos e padrões de comportamento, incitando julgamentos calcados em preconceitos, no sentido de vetar a criação de filhos por casais do mesmo sexo, o que poderia incluir tanto a população geral quanto os especialistas do judiciário.

Neste estudo, os entrevistados relataram que não perceberam ou sentiram de forma direta o preconceito aberto e depreciativo por parte de psicólogos ou assistentes sociais do judiciário em relação à orientação sexual adotada, entretanto, há de se destacar, que quatro deles com muita perspicácia, apontaram haver sim uma espécie de preconceito velado por parte de membros da equipe psicossocial, como se destaca no recorte seguir:

Foram perguntas extremamente tendenciosas, porque depois nós perguntamos a outros casais e eles não foram questionados da mesma forma que nós. Uma das perguntas que mais me marcou na entrevista foi: Olha, se seu filho [menino] tiver interesse em dança, ballet ou futebol em qual você vai estimular?” (Daniela esposa de Rafaela).

A participante, e posteriormente sua esposa, que expressou a mesma inquietação, sinalizaram da mesma forma, que entenderam a pergunta da avaliadora como imbuída de um preconceito velado, devido ao fato de sendo elas, um casal formado por mulheres, terem sido questionadas sobre as preferências de atividades extracurriculares dos futuros filhos, uma vez que outros casais, formados por homens e mulheres não o foram. Ou seja, avaliaram que a pergunta da profissional do judiciário, sugeria que poderiam também influenciar o futuro filho, para a “escolha” da homossexualidade se viessem a estimulá-lo a frequentar o *ballet* ao invés de futebol, por exemplo. Apontou-se um duplo preconceito, o primeiro em relação a orientação sexual delas e o segundo em relação a atividades vinculadas ao gênero: *ballet* seria praticado

somente por meninas? E futebol somente por meninos? Quem dança *ballet* se torna afeminado, e quem joga futebol se masculiniza? Nesse sentido, Silveira e Kaercher (2013) salientam que a manutenção aberta ou velada do preconceito em relação à homossexualidade esta associada a baixa densidade de reflexões, como no recorte apresentado. Inclusive, partindo para a análise de histórias infantis, destacam que a representação da família na literatura infantil também é tendenciosa, pois não abrange a família formada por casais do mesmo sexo, levando a perpetuar através de explicações normativas, que os preconceitos e estereótipos são desenvolvidos cultural e socialmente. Ressaltam que algumas obras se utilizam de mitos da família ideal e do amor romântico heterossexual, o que leva ao sombreamento da existência das relações homossexuais, assim como da parentalidade praticada por casais do mesmo sexo.

Outro participante sinalizou o preconceito “às avessas” por parte de um membro da equipe psicossocial que expressou algo semelhante a:

Eu adoro casal homoafetivo, acho muito legal que vocês vão adotar(...) tal e coisa(...) e sei lá o que.” (Guilherme)

Já outros dois homens, sentiram-se expostos frente ao público do Fórum da comarca, quando da liberação da guarda do primeiro filho como relatam a seguir:

“Nossa! Lá no fórum no dia que saiu o termo de guarda. Saiu gente de tudo quanto é sala para ir lá conhecer nois dois (...) viramos celebridades (Antonio).

Ressalta-se que algumas expressões clássicas são frutos da naturalização do preconceito, já que em situações reais, nas quais existe a diferença ou o sentimento de rejeição, a fuga se mostra como solução, ou seja, diante do reconhecimento da diferença do outro (ou a rejeição a ela) que causa mal-estar, tensão e ansiedade, uma das possibilidades é o acionamento do mecanismo de defesa da negação. Amaral (1994) ressalta que o preconceito pode revestir-se de algumas roupagens específicas como a compensação (“é homossexual, mas é inteligente”), a simulação (“é cego, mas é como se não fosse”) e a atenuação (“não é tão grave assim” ou “podia ser pior”). No caso do primeiro recorte apresentado, o membro da equipe do judiciário teria dito em outras palavras: “é casal homoafetivo, mas é legal”.

Silveira e Kaercher, (2013) também corroboram com as reflexões de Amaral (1994) ao revisitarem a obra infanto-juvenil, *Flor e Rosa: uma história de amor entre iguais* (Brito, 2011). Nessa narrativa, o vocabulário e as descrições sugerem a atmosfera romântica e confirmam a caracterização dos elementos ligados aos ideais de beleza e de amor. No entanto, sutilmente o livro retrata uma *discriminação ao contrário* através das palavras que expressam o exagero ao utilizar os termos que qualificam as personagens lésbicas para além da média das mulheres

heterossexuais no quesito beleza, inteligência e comportamentos considerados politicamente corretos. Assim, justifica-se o direito ao amor e o livro finaliza com uma exclamação: “Ali nascia uma história de amor.”

Há de se destacar, que as mudanças só ocorrerão a partir do entendimento da necessidade de reflexão sobre os sentimentos para identificar o que realmente move o ser humano. Portanto, a inclusão do outro nasce dentro de cada um e não nas leis e nas adaptações dos espaços físicos.

Winnicott (1953/1997) colabora para como entendimento deste “novo” exercício de parentalidade, ao refletir sobre o papel do ambiente e a tendência inata ao amadurecimento. Leia-se aqui como ambiente todo e qualquer agente humano ou não, mundo interno/externo, objetivo/subjetivo, cuidadores/sociedade que são capazes de facilitar ou não o desenvolvimento saudável do sujeito.

Portanto, compreender a adoção com base na teoria de Winnicott implica em considerá-la como uma história humana comum. Por assim ser, ressalta a importância do conhecimento das perturbações e contratempos presentes na trajetória de qualquer sujeito como suas diversas variações. O referido autor postula um princípio básico: “*se um bebê não pode ser criado por seus pais biológicos, a melhor coisa seguinte para ele é ser adotado por uma família e criado como uma pessoa da família.*” (Winnicott 1954/1997, p. 127).

Considerações Finais

É mister a problematização da homossexualidade, assim como a configuração da parentalidade. É notório que os ranços do passado mediado pela naturalização do discurso ofuscam e camuflam o preconceito, além de retroalimentar a heteronormatividade. Compreendendo a relevância de reflexões críticas acerca da temática, Nascimento, Scorsolini-Comin, Fontaine e Santos (2015) revisaram a literatura nacional e internacional sobre estudos entre casamento e o exercício da parentalidade em casais homossexuais. Os achados sinalizaram de que se deve considerar o ponto de vista, e, as idiossincrasias relativas à configuração de casais do mesmo sexo. O movimento contrário em que relativiza os conhecimentos encontrados com os já categorizados por casais heterossexuais circunscreve de forma velada a perpetuação da segregação, ou seja, ao utilizar-se o modelo dualista, reafirma-se no imaginário coletivo o processo de exclusão.

Há de se considerar que novas ressignificações sobre a função dos papéis exercidos dentro da família, são abordadas por Gato e Fontaine (2014), as quais muito podem auxiliar profissionais de Psicologia Jurídica, do Direito e do Serviço Social, enquanto agentes no processo de adoção; além dos estudantes universitários de áreas afins. Elencaram diversas

pesquisas nacionais e internacionais, apresentando estudos que vislumbram nortear, contribuir e esclarecer questões pertinentes à formação de conteúdo específico sobre o desenvolvimento humano e a sexualidade. São pesquisas solenes que podem favorecer o processo de adoção e a desconstrução de crenças e de preconceitos que permeiam o imaginário da sociedade como verdade absoluta: a de que existem diferenças depreciativas para as crianças cujos pais são homossexuais. Nenhum estudo apontou que a orientação sexual dos pais, seja propulsora de prejuízos acerca da maturação emocional da criança ou de aprendizado escolar. Os estudos evidenciaram que o preconceito sofrido, sim, que é um agente estressor, fato que pode reverberar de forma negativa na relação social da criança.

No entanto, há de se destacar que tal fator é iatrogênico a qualquer configuração familiar. É interessante pensar que todos os sujeitos ficam desconfortáveis diante do estranho, e que isso gera raiva e afastamento. Assim, ao entrar em contato com situações realísticas nas quais existe a diferença ou entrar em contato com o sentimento de rejeição que ela pode gerar, a postura que se toma em geral, é a de fugir da situação, ou seja, se prefere tapar os olhos para não ver o que não quer ou não pode ver. Ou dito de outra forma: se reconhecer na diferença significativa do outro (ou a rejeição a ela) causa profundo mal-estar, tensão e ansiedade, uma das possibilidades é o acionamento do mecanismo de defesa da negação que culmina na exclusão.

Para tanto é necessário buscar Freud (1927/2016, p.235) que expressa:

Penso ser necessário, creio, levar em conta o fato de que em todos os seres humanos se acham tendências destrutivas, ou seja, antissociais e anticulturais, e de que estas, em grande número de pessoas, são fortes o bastante para determinar sua conduta na sociedade humana.

Portanto, para que esse panorama seja alterado, as reflexões devem agregar e sensibilizar ideias bem radicais, pois as mudanças só se efetivarão a partir da ruptura dos modelos tradicionais, ou seja, da criação de um novo paradigma de visão de homem. Ao analisar esse raciocínio, acredita-se ser o único caminho para o exercício da inclusão. Tendo em vista que a radicalização das práticas excludentes exige um esforço individual de construção de um novo imaginário. Compreende-se desta forma, que a comparação entre as diversas configurações familiares por si só já exclui a diferença, ou melhor, de forma subliminar fica no imaginário coletivo que a diferença tem seu espaço assegurado longe da “normalidade”, pois, vende-se o discurso da integração: “como as políticas públicas pensam nos homossexuais, criamos até direitos para atender as dificuldades dos excluídos.”

Há de se destacar que essa é a nossa realidade e as transformações só acontecerão mediante a uma cisão de atos e de pensamentos. A resposta está na construção de reflexões que buscam a solidificação da compreensão de que qualquer tipo de orientação sexual deve ser respeitado. Assim, “*Tudo é diferente de nós, e por isso é que tudo existe.*” Alberto Caeiro (*Heterónimo de Fernando Pessoa*).

Referências

- Amaral, L. A. (1994). Corpo Desviante/Olhar Perplexo. *Psicologia USP*, 5 (1/2), 245-268.
- Amazonas, M. C. L. A., Veríssimo, H. V., & Lourenço, G. O. (2013). A adoção de crianças por gays. *Psicologia & Sociedade*, 25 (3), 631-641.
- Brito, B. R. P. (2011). *Flor e Rosa: uma história de amor entre iguais*. Belo Horizonte: Mazza
- Cecílio, M. S.; Scorsolini-Comin, F., & Chapadeiro, C. A. O. (2017). Contexto da Adoção por casais do mesmo sexo. in: C.A. Chapadeiro, C.A. Serralha, & M.F.D. Hueb (orgs.) *Questões de Família*. Curitiba: CRV.
- Cecílio, M.S.; & Scorsolini-Comin (2016). Parentalidade adotiva e biológica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36 (1). 171- 182
- Cecílio, M. S., Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2013). Produção Científica sobre adoção por casais homossexuais no contexto brasileiro. *Estudos de Psicologia*, 18 (3), 507-516.
- Cerqueira-Santos, E., & Bourne, J. (2016). Estereotipia de Gênero nas Brincadeiras de Faz de Conta de Crianças Adotadas por Casais Homoparentais. *Psico-USF*, 21 (1), 125-133.
- Cerqueira-Santos, E., & Santana, G. (2015). Adoção homoparental e Preconceito: Crenças de Estudantes de Direito e Serviço Social. *Temas em Psicologia*, 23 (4), 873-885.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Emenda Constitucional de nº65, 2010*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm#art1.
- Costa, P. A., Caldeira, S., Fernandes, I., Rita, C., Pereira, H., & Leal, I. (2013). Atitudes da População Portuguesa em Relação à Homoparentalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26 (4), 790-798.
- Freud, S. (2016). Inibição, Sintoma e Angústia, O Futuro de uma Ilusão e outros textos. *Obras completas*, vol.17, p. 101, 2ª ed. Tradução Paulo César de Souza, Companhia das Letras. (Original publicado em 1926 – 1929).
- Futino, R. S., & Martins, S. (2006). Adoção por homossexuais: uma nova configuração familiar sob os olhares da psicologia e do direito. *Aletheia*, 24, 149-159, jul./dez.
- Gato, J.; & Fontaine, A. M. (2014). Homoparentalidade no masculino: uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 26 (2), 312-322.

- Hueb, M. F. D., Farinelli, M. R., Azôr, A. M. G. C. C. V., Cordeiro, E. G., & Tuma, A. (2014). A experiência do Grupo Interinstitucional Pró-Adoção na cidade de Uberaba (MG): Compartilhando saberes e práticas. In: F. Scorsolini-Comin, L. V. Souza, & S. M. Barroso (orgs.), *Práticas em psicologia: saúde, família e comunidade* (pp. 275-304). Uberaba, MG: Editora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
- Nascimento, G. C. M., Scorsolini-Comin, F., Fontaine, A. M. G., & Santos, M. A. (2015). Relacionamentos Amorosos e Homossexualidade: Revisão Integrativa da Literatura. *Temas em Psicologia*, 23 (3), 547-563.
- Rosa, J. M., Melo, A. K., Boris, G. D. J. B., & Santos, M. A. (2016). A Construção dos Papéis Parentais em Casais Homoafetivos Adotantes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36 (1), 210-223.
- Santos, Y. G. S.; Scorsolini-Comin, F.; & Santos, M. A. (2013). Homoparentalidade Masculina: Revisando a Produção Científica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26 (3), 572-582.
- Silveira, R. M. H., Kaercher, G. S. (2013). Dois Papais, Duas Mamães: novas famílias na literatura infantil. *Educação & Realidade*, 38 (4), 1191-1206.
- Turato, E. R. (2013). *Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínico- Qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Uziel, A. P. (2007). *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Valério, T. A. M., & Lyra, M. C. D. P. (2014). A Construção Cultural de Significados sobre Adoção: Um Processo Semiótico. *Psicologia & Sociedade*, 26 (3), 716-725.
- Weber, L. N. D. (2011). *Laços de Ternura: Pesquisas e histórias de adoção*. 3ª ed. Curitiba, PR: Juruá.
- Weber, L. N. D. (2009). *Aspectos Psicológicos da Adoção*. 2ª ed. Curitiba, PR: Juruá.
- Winnicott, D.W. (1997). Duas crianças adotadas. In: R. Sheperd, J. Johns., & H. T. Robinson (orgs.) *Pensando sobre crianças* (pp. 115-125). Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. (Original publicado em 1953).
- Winnicott, D. W. (1997). Armadilhas na adoção. In R. Sheperd., J. Johns., & H. T. Robinson (orgs.) *Pensando sobre crianças* (pp. 126-130). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1954).

Retratos da guarda compartilhada no Brasil mapeamento de estudos científicos no campo da avaliação psicológica

Lara Franco Zanini

Sonia Regina Pasian

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo

Resumo: Guarda compartilhada é definida, pelo Código de Processo Civil de 2016, como responsabilização conjunta e exercício de direitos e deveres de ambos os pais com sua criança, ainda que não convivam sob o mesmo teto, implicando em divisão equitativa no tempo de convívio. Esta modalidade de guarda é considerada, pela área técnica jurídica a partir da Lei 13.058/2014, a que melhor atende aos interesses das crianças e/ou adolescentes em famílias dissociadas, quando não foi possível a vida em comum com seus genitores, garantindo-lhe a necessária convivência com ambos os pais, compreendida como facilitadora de seu pleno desenvolvimento. Nesse contexto, o presente trabalho procurou mapear o tema da guarda compartilhada na literatura científica nacional da área da Psicologia, examinando-se a produção do conhecimento alcançada na última década, de modo a caracterizar os achados e refletir sobre as implicações dos mesmos na prática profissional da área e, em específico, nos processos de avaliação psicológica. Trata-se de pesquisa descritiva sobre investigações realizadas nesse campo no Brasil, caracterizando-se como revisão de literatura científica a partir das bases de dados LILACS, SCIELO e PEPSIC, incluindo o período de 2009 a 2018, a partir da combinação dos unitermos: guarda compartilhada, coparentalidade/parentalidade, avaliação psicológica e psicologia, selecionando-se apenas artigos científicos publicados em periódicos. Foram identificados 122 estudos nesse período, abordando os temas: parentalidade e coparentalidade em casais que coabitavam; parentalidade em casais homoafetivos; parentalidade e adoção; coparentalidade após rompimento afetivo. Desse conjunto foram selecionados os artigos científicos relativos ao exercício da parentalidade conjunta, sendo identificados 25 estudos nos últimos dez anos. A maioria desses artigos era teórico ou revisão de literatura, abordando coparentalidade e parentalidade após dissolução marital e enfatizando a importância da coparentalidade após término conjugal. Apenas um artigo abordou práticas parentais e percepção dos genitores em exercício da guarda compartilhada, o qual possuía delineamento metodológico qualitativo, com entrevistas semiestruturadas individuais. Suas evidências sugeriram que o exercício da coparentalidade após separação conjugal contribuiu para ajustamento psicológico dos filhos. Frente aos achados, caracterizou-se reduzida produção científica sobre o tema da guarda compartilhada desde sua implantação no Brasil, estimulando a realização de estudos sobre o tema na perspectiva da Psicologia. A produção de evidências empíricas sobre guarda compartilhada de crianças pode favorecer a compreensão dos fenômenos envolvidos, sobretudo no campo dos estilos parentais e exercício da coparentalidade, de modo a embasar a atuação promotora do desenvolvimento infantil por parte dos profissionais atuantes nesse campo.

Palavras-chave: Guarda Compartilhada; Avaliação Psicológica; Revisão de Literatura; Parentalidade.

Introdução

O termo parentalidade é relativamente recente, uma vez que passou a ser utilizado na literatura psicanalítica francesa a partir de 1960 para marcar a dimensão e construção do exercício relacional dos pais com os filhos (Zornig, 2010). Nesse campo, Jura e Costa (2016) avançaram para explorar essas relações em novas configurações familiares contemporâneas. Realizaram estudo empírico com objetivo de compreender concepções sobre conjugalidade e parentalidade em famílias divorciadas. Segundo as autoras, a conjugalidade pode ser definida

a partir do relacionamento entre dois adultos unidos por laços afetivos e sexuais, visando satisfazer suas necessidades psicológicas e emocionais. A parentalidade surge com a inclusão de um filho no sistema familiar, exigindo o desenvolvimento de novas tarefas, voltadas a proteção, sustento e educação das crianças. Ambos os papéis são carregados de crenças, valores e comportamentos, assim como construídos a partir de experiências com suas respectivas famílias de origem e outros vínculos comunitários e sociais.

Conjugalidade e parentalidade estão imbricadas no processo de desenvolvimento familiar, sendo necessário que suas fronteiras sejam nítidas, a fim de privilegiar as necessidades dos filhos e não inseri-los no meio dos conflitos de ordem conjugal (Silva & Lopes, 2012; Ziviani, Féres-Carneiro & Magalhães, 2012). A conjugalidade pode ser dissolvida por decisão dos adultos, enquanto que a parentalidade deveria ser indissolúvel. Esta última implica em uma série de responsabilidades essenciais para com os filhos, como garantir a satisfação de suas necessidades econômicas e materiais, exercer a autoridade e promover trocas afetivas (Grzybowski & Wagner, 2010).

Na década de 1970, o termo coparentalidade foi delineado por Bohannon, a partir de estudos com famílias nucleares que passaram por situações de divórcio (Souza, Ramos, Pontes & Silva, 2016). Este termo pode ser definido como um interjogo de papéis que se relacionam com o cuidado global dos filhos e a responsabilidade conjunta pelos mesmos, executando um plano parental conjunto (Lamela, Figueiredo & Bastos, 2010; Lamela, Nunes-Costa & Figueiredo, 2010).

Maccoby, Depner e Mnookin (1990) apontaram estilos diferenciados no exercício da coparentalidade, cada qual com especificidades e possibilidades de favorecer (ou não) o desenvolvimento infantil. Essa temática, portanto, envolve questão relevante na contemporaneidade, onde a coparentalidade assume importantes contornos na realidade social existente, sobretudo pelo aumento de rompimentos conjugais.

Com base em estudos nesse campo dos cuidados com os filhos diante de separações conjugais, há evidências apontando que a modalidade de guarda que melhor possibilita o exercício da coparentalidade após rompimento do casal é a guarda compartilhada. É preconizada como condição de melhor preservação do interesse das crianças/adolescentes em casos de dissolução familiar (Martins, León & Seabra, 2016; Zornig, 2010).

No Brasil, a guarda compartilhada foi instituída e regulamentada em 2008, pela Lei 11.698/2008, com modificações nos marcos legais em 2014 (Lei 13.058/2014). A partir de 2008, então, ficou prevista a aplicação da guarda compartilhada sempre que possível, mesmo na ausência de acordo entre os genitores. Nas modificações de 2014 do Código Civil brasileiro,

a lei previu que a guarda compartilhada seria aplicada independentemente da concordância das partes, desde que ambos os genitores se encontrassem aptos para exercer o poder familiar, excetuando-se os casos em que um dos pais declarasse não desejar a guarda.

No entanto, na literatura científica nacional são poucos os estudos que abordam as características psicológicas parentais nas decisões de guarda compartilhada, assim como o acompanhamento relativo ao exercício cotidiano de tal modalidade de guarda. Diante dessa realidade, considera-se importante compreender variáveis sociodemográficas e dos processos judiciais que levam à determinação da guarda compartilhada de filhos, cada vez mais frequente na contemporaneidade. Estabelecida a guarda compartilhada, por determinação judicial, também se faz relevante examinar as características dos pais e seus estilos parentais de modo a compreender como derivam no cuidado infantil, uma vez que o preconizado pelas diretrizes é sempre o melhor interesse das crianças e dos adolescentes.

Nesse contexto, o presente trabalho procurou mapear o tema da coparentalidade e da guarda compartilhada na literatura científica nacional da área da Psicologia, examinando a produção do conhecimento alcançada na última década. Pretende-se, desse modo, caracterizar evidências científicas sobre essa temática e refletir sobre suas implicações na prática profissional da área e, em específico, nos processos de avaliação psicológica e nas ações do psicólogo jurídico nesse campo.

Método

O presente trabalho caracteriza-se como um levantamento da literatura científica, buscando identificar e descrever investigações realizadas no Brasil acerca de guarda compartilhada, parentalidade e coparentalidade em famílias dissociadas. Trata-se, portanto, de revisão de literatura científica.

Para tanto, em março de 2018 foi realizada busca nas bases de dados LILACS, Scielo e PEPSIC, incluindo o período de 2009 a 2018, a partir da combinação dos unitermos “guarda compartilhada”, “parentalidade”, “coparentalidade” e “avaliação psicológica” e “psicologia”. Foram selecionados apenas artigos científicos publicados em periódicos.

Foram identificados 122 estudos nesse período que atendiam aos critérios da busca. Sua distribuição nas bases de dados e nas diferentes combinações dos unitermos pode ser visualizada na Tabela 1.

Tabela 1. *Artigos científicos identificados no levantamento da literatura científica no período de 2009 a 2018, em função da combinação de unitermos e base de dados.*

Unitermos	Bases de dados pesquisadas			
	Lilacs	Scielo	Pepsic	Total
Parentalidade and Avaliação Psicológica	-	-	-	-
Coparentalidade and Avaliação Psicológica	1	1	1	3
Guarda Compartilhada and Avaliação Psicológica	-	-	-	-
Parentalidade and Psicologia	47	-	41	88
Coparentalidade and Psicologia	7	12	4	23
Guarda Compartilhada and Psicologia	3	2	3	8
Total	58	15	49	122

A partir da identificação desse conjunto de artigos científicos publicados nas bases de dados pesquisadas, procurou-se examinar possíveis repetições e seu conteúdo, a partir da leitura de seus resumos. Foram incluídos nesse levantamento da literatura científica brasileira os estudos que abordavam o exercício da parentalidade conjunta após o rompimento do casal conjugal, assim como estudos sobre o exercício prático da parentalidade e coparentalidade após acordo ou determinação judicial da guarda compartilhada. Optou-se pela retirada dos estudos que abordavam o exercício da parentalidade e coparentalidade em díades parentais que ainda coabitavam; parentalidade em casais homoafetivos; além de trabalhos sobre parentalidade e adoção, assim como estudos internacionais.

Desse conjunto de 122 trabalhos foram selecionados os artigos científicos relativos ao exercício da parentalidade conjunta após rompimento do relacionamento conjugal, sendo identificados 25 estudos nos últimos dez anos. Após leitura integral destes estudos decidiu-se retirar mais cinco artigos, pois tratavam da parentalidade no relacionamento conjugal, além de um que abordava a comparação psicométrica de instrumentos para avaliar a coparentalidade, independente da situação conjugal. Dessa forma, chegou-se a um conjunto de 20 artigos científicos publicados em periódicos como foco do presente levantamento da literatura nacional sobre parentalidade no exercício da guarda compartilhada.

Resultados e Discussão

Dos 20 estudos identificados neste atual levantamento de publicações científicas, 12 (60%) eram teóricos ou se caracterizavam como revisão de literatura, abordando coparentalidade e parentalidade após dissolução marital. Descreveram e conceituaram tais termos, sua aplicação prática, consequências psicológicas e sociais para os envolvidos, enfatizando a importância da coparentalidade após término conjugal para preservar o

desenvolvimento infantil. Um artigo científico (5%) configurava relato de experiência em um núcleo de práticas judiciais, com a participação de pais divorciados, tendo como objetivo compartilhar e problematizar experiências da parentalidade em separações conjugais. Outro estudo (5%) utilizou o delineamento quantitativo para avaliar as práticas de envolvimento parental após o rompimento conjugal, utilizando inventário de práticas parentais. Os demais artigos científicos (30%) utilizaram métodos qualitativos, abordando as seguintes temáticas: práticas parentais e percepção dos genitores acerca do exercício da guarda compartilhada; vivências dos genitores sobre os papéis parentais na guarda compartilhada; representações sociais acerca da parentalidade dos genitores por meio da abordagem reflexiva; dificuldades quanto ao exercício da parentalidade após o rompimento conjugal, a partir de grupos de reflexão; diferença de concepção entre parentalidade e conjugalidade em casais de baixa renda que passaram por divórcio. Os procedimentos utilizados para coleta dos dados nesses seis últimos artigos citados foram variados, envolvendo entrevistas semiestruturadas, grupos de reflexão, grupos focais, entre outras estratégias.

No que se refere ao padrão cronológico das publicações, ou seja, a quantidade anual de produção científica, o maior número de publicações sobre o tema ocorreu nos anos de 2010 (com sete artigos, 35%) e 2016 (três artigos, 15%). Pode-se associar esse aumento de artigos publicados nessas datas como reflexo possível da regulamentação da Lei 11.698/2008, relativa à instituição da guarda compartilhada a partir de 2008 e a posterior modificação em seus marcos legais no ano de 2014 (Lei 13.058/2014). Em seguida, nos anos de 2009, 2014, 2015 e 2017 foram identificadas duas (10%) publicações por ano, existindo apenas uma em 2011 (5%) e outra em 2012 (5%). Nos anos de 2013 e 2018 não foram encontrados artigos científicos sobre a temática em foco.

Em termos do local de origem desses 20 artigos científicos do Brasil aqui examinados, há que apontar que o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul tiveram cinco (25%) publicações cada um, totalizando metade dos trabalhos. Em seguida, São Paulo, Goiânia e Paraná produziram duas publicações cada (10%). Os estados do Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais e o Distrito Federal originaram, por sua vez, uma publicação referente ao tema no período determinado, o que corresponde a 5% das publicações para cada estado. Desse modo, nota-se que nos últimos dez anos em todas as regiões do Brasil houve algum artigo científico dedicado ao tema da guarda compartilhada e sua relação com parentalidade.

O relevante no atual levantamento da literatura científica nacional está, no entanto, na análise dos conteúdos presentes nesse conjunto de trabalhos, o que será descrito, de forma breve, a seguir. Estudos que realizaram revisão da literatura (Lamela, Nunes-Costa &

Figueiredo, 2010; Hameister, Barbosa & Wagner, 2015; Souza, Ramos, Pontes & Silva, 2016), demonstraram que o interesse em pesquisar a coparentalidade teve início no contexto de famílias divorciadas, a partir da avaliação do ajustamento familiar após a separação conjugal. Nesse enquadre, a coparentalidade passou a ser definida independentemente da configuração familiar, não mais como um substrato da relação conjugal, mas como um subsistema autônomo, diferenciando-se, dessa forma, a conjugalidade da parentalidade.

Nesse contexto, a coparentalidade pode ser definida como o desenvolvimento conjunto e recíproco de ambos os pais na educação, formação, tomada de decisões e cuidados globais sobre a vida dos filhos. Em outras palavras, trata da relação de dois adultos convergindo para a satisfação de necessidades de uma criança, a corresponsabilização dos genitores quanto ao exercício de direitos e deveres relativos aos filhos (Levy, 2010; Paula & Alvarenga, 2017; Souza, et al, 2016).

Lamela, Figueiredo e Bastos (2010) realizaram estudo teórico para avaliar a contribuição da teoria da vinculação para a adaptação de adultos ao divórcio e como a desvinculação em relação ao ex-cônjuge interferiria na coparentalidade. Os autores, então, hipotetizaram que a adaptação ao divórcio pode ser predita pelos estilos de vinculação mantidos entre os ex-cônjuges e que a reorganização familiar pode ser afetada negativamente pelos processos de desvinculação ao ex-companheiro, influenciando, dessa forma, no exercício da parentalidade conjunta. Ou seja, os achados na literatura científica demonstraram que afastar-se do genitor cuja conjugalidade foi rompida, uma medida comumente almejada entre as díades parentais em situação de litígio, prejudica o exercício da coparentalidade após o divórcio, segundo os referidos autores.

Outros estudos de revisão da literatura científica da área (Hack & Ramirez, 2010; Lamela & Figueiredo, 2016) abordaram os relacionamentos entre pais e filhos após as transições familiares. Apontaram mudanças que o divórcio pode causar no contexto familiar de modo geral e, especificamente, no cotidiano dos filhos, para além da saída de uma figura parental da residência. Dentre as mudanças que as crianças podem experienciar, é possível destacar o declínio econômico, mudança de casa, mudança escolar, alteração no contexto social, entre outros. Sob essa perspectiva, o medo da perda do contato com o pai que sai da residência assume grandes proporções e traz efeitos negativos para as crianças. Assim, o nível de conflito estabelecido pela díade parental possui valor significativo para a adaptação nesse período, bem como para o estabelecimento de relacionamento entre pais e filhos. A coparentalidade, portanto, constitui variável de grande importância dentro do sistema familiar que transitou por uma separação conjugal. Exerce relevante informação para a predição de saúde mental infantil após

a dissolução marital, sendo considerada tanto mais positiva quanto maior a participação conjunta nos cuidados contíguos dos genitores.

A convergência dos referidos estudos encontrados na literatura científica do Brasil está em consonância com as políticas públicas nacionais de garantia de direitos das crianças e dos adolescentes, o que pode ser demonstrado a partir do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária de 2013. Este Plano define a família, em suas diversas configurações, como o primeiro e principal núcleo de socialização da criança, dada a sua situação de vulnerabilidade e imaturidade, considerando a relação com seus pais como fundamental para sua constituição enquanto sujeito, desenvolvimento afetivo e aquisições próprias para cada faixa etária. Segundo tal diretriz, o desenvolvimento satisfatório neste período aumenta a possibilidade de resiliência, enfrentamento e superação de situações adversas, assim como a capacidade de construir novos vínculos. Dessa forma, a referência a ser levada em consideração para o desenvolvimento pleno da criança é a família, e não apenas uma figura parental, considerando-se ideal para o desenvolvimento infantil a convivência com ambos os genitores, podendo cada um contribuir para seu desenvolvimento. Desse modo, considera-se que quanto maior o contato com ambos os genitores, melhor a adaptação dos filhos frente às mudanças, sendo que a ausência de um dos genitores pode levar a comprometimentos psíquicos, sociais e cognitivos (Schneebeli & Menandro, 2014; Silva, Lamy, Rocha & Lima, 2012;).

No entanto, apesar da importância trazida por pesquisas no sentido da coparentalidade para a manutenção do desenvolvimento infantil após o rompimento conjugal, alguns estudos ainda demonstram a dificuldade de distinção entre conjugalidade e parentalidade pelos genitores. Alguns trabalhos identificaram que, após a dissolução marital, ainda há maior envolvimento materno nos cuidados e decisões no que concerne à criança (Alves, Arpini & Cúnico, 2014; Gadoni-Costa, Frizzo & Lopes, 2015; Grzybowski & Wagner, 2010; Jura & Costa, 2016; Kotulski, Cristofani, Bloss, Arpini & Paraboni, 2017; Schneebeli & Menandro, 2014; Soares, 2009). Nesse sentido, a literatura científica internacional sobre o tema demonstrou a importância de políticas públicas relacionadas à mudança na sociedade no sentido de divisão equitativa dos cuidados domésticos e dos filhos entre o casal parental, para que o exercício da coparentalidade pós-divórcio ocorra de forma coesa e natural (Fransson, Sakardi, Hjern & Bergström, 2016; Fransson, Turuen, Hjern, Östberg & Bergström, 2016).

Dentro do alcance dos estudos encontrados na literatura científica nacional, nota-se convergência no que diz respeito aos aspectos positivos de se preservar a relação entre a criança e seus pais, ainda que a conjugalidade seja rompida. Os apontamentos teóricos e empíricos sugerem que o ideal é a criança conviver com ambos os genitores, pois cada um possui

características que contribuem em algum aspecto para o desenvolvimento infantil, sendo que a ausência de um dos genitores pode levar a dificuldades nos âmbitos psicológicos, sociais e/ou cognitivos.

Dentro desse contexto, do conjunto dos atuais achados da literatura científica pode-se depreender que o exercício da coparentalidade envolve numerosos aspectos que se relacionam à realidade psíquica de cada um dos pais, histórico da díade parental e a forma com que estes se envolvem no cotidiano dos filhos, em atividades de lazer, alimentação, educação, higiene, sendo que tais fatores variam de acordo com a disponibilidade e a realidade pessoal. Os estudos apontaram ainda para a importância da coparentalidade no desenvolvimento infantil (Brito et al, 2010; Grzybowski & Wagner, 2010b; Hack & Ramirez, 2010; Kotulski et al, 2017; Lago & Bandeira, 2009; Lamela & Figueiredo, 2016; Schnneebeli & Menandro, 2014; Silva, et al, 2012; Soares, 2009; Souza et al, 2016).

Raposo, Figueiredo, Lamela, Nunes-Castro e Prego (2011), em revisão integrativa da literatura científica, com o objetivo de analisar evidências empíricas e teóricas sobre o impacto da separação conjugal no ajustamento emocional infantil, trouxeram evidências de que o divórcio por si não traz problemas de ajustamento nas crianças. Isso pode derivar de outros fatores, como questões internas de personalidade, a forma com a qual se lida com tal separação e a continuidade da parentalidade para a criança. Sob essa perspectiva, em termos legais, a guarda compartilhada possibilita a oportunidade de se exercer a parentalidade de forma conjunta quando em situação de dissolução marital.

Além da temática da coparentalidade, o atual levantamento da literatura científica nacional dos últimos dez anos abordou a questão da guarda compartilhada. Essa segunda temática será a seguir destacada, a partir dos artigos presentemente identificados.

Desse modo, um primeiro trabalho a ser examinado é a revisão da literatura elaborada por Lago e Bandeira (2009). Traçaram um histórico sobre o compartilhamento de cuidados das crianças após o divórcio, demonstrando que tal evolução iniciou na década de 1970 no âmbito internacional e, no Brasil, ocorreu de forma mais recente. No entanto, as autoras demonstraram a importância do compartilhamento dos cuidados dos filhos no que concerne a sua educação, direitos e deveres.

Neste sentido, Soares (2009) demonstrou que o enfoque para decisão acerca da guarda compartilhada deve ser a criança, levando-se em consideração, entretanto, a história da díade parental e a qualidade do relacionamento entre pais e filhos. Em seu trabalho ressaltou a importância de se manter o vínculo positivo com ambos os genitores, propiciando que a criança tenha seu relacionamento preservado com ambos o pais.

Pesquisas realizadas por Grzyboski e Wagner (2010 a, b) procuraram conhecer experiências da parentalidade em díades parentais divorciadas, nos contextos em que a mãe exercia a guarda exclusiva dos filhos. Demonstraram que as genitoras vivenciam sobrecarga de demandas em função dos cuidados concretos a serem realizados, enquanto os genitores expressaram perdas de convivência com as crianças. A relação dos pais com os filhos apareceu, de modo geral, intermediada pela mãe. Tais aspectos, em consonância com estudos relativos à coparentalidade que abordam a importância da convivência infantil com ambos os genitores para minimizar sofrimento emocional e priorizar o desenvolvimento, ressaltam a importância da constituição legal da modalidade de guarda compartilhada com o objetivo de preservar estas relações (Jura & Costa, 2016; Schnneebeli & Menandro, 2014).

Estudos com a abordagem qualitativa, cujo objetivo foi explorar a vivência da guarda compartilhada e conhecer como os genitores vivenciam os papéis parentais nessa modalidade de guarda, foram desenvolvidos por Alves et al. (2014) e Gadoni-Costa et al. (2015). Utilizaram entrevistas semiestruturadas com os genitores divorciados, apreendendo que a díade parental, ainda que demonstre insegurança pela decisão da guarda compartilhada devido à possibilidade de descontinuidade na rotina, consideraram importante a convivência equitativa, a coparticipação parental na formação e educação dos filhos e a compreensão da importância da diferenciação entre a conjugalidade e a parentalidade. Ainda, a partir de tais estudos, foram identificadas algumas dificuldades nesse contexto da guarda compartilhada, como, por exemplo, conflito no âmbito conjugal que reverbera no exercício da parentalidade, incertezas frente à constituição da rotina e insegurança frente a diferentes estratégias educativas. Apesar disso, os genitores em exercício de tal modalidade de guarda a consideraram positiva e trouxeram a percepção de continuidade da parentalidade, desde que exista esforço da díade parental para a compreensão dos papéis estabelecidos a partir da nova configuração familiar.

Nesse sentido, a partir dos trabalhos ora analisados, a separação conjugal não deveria ser sinônimo da intensificação de conflitos, e tampouco a dissolução conjugal deveria ser sinônimo de dissolução familiar. Porém, algumas vivências abordadas nos artigos publicados apontaram para a representação de estreita relação entre a conjugalidade e a parentalidade, além de apontarem dificuldades em minimizar o conflito entre genitores, assim como, alguns pais apontaram aspectos do senso comum como a perspectiva de que a mãe é a mais preparada para obter a guarda dos filhos.

Os achados do atual levantamento da literatura são consistentes em apontar que o convívio dos genitores com as crianças propicia melhor adaptação social e afetiva. Sugerem as vantagens que a guarda compartilhada pode propiciar para que a díade parental participe

ativamente de atividades relacionadas à rotina dos filhos, além de minimizar a possibilidade de sobrecarga quando há apenas um guardião. Nesse sentido, a guarda compartilhada é considerada a resposta mais eficaz à continuidade da relação da criança com ambos os genitores, assegurando vínculos mais estáveis e favorecendo a igualdade de deveres e direitos, afastando, dessa forma, a ideia de que há um genitor principal e um secundário (Brito, Cardoso & Oliveira, 2010; Kotulski, et al, 2017; Levy, 2010; Paula & Alvarenga, 2017; Schnneebeli & Menandro, 2014).

Tais achados estão em consonância com a literatura internacional, a qual demonstra a importância do exercício da parentalidade de forma conjunta para priorizar o desenvolvimento saudável da personalidade infantil. Apesar de possíveis conflitos com os ex-companheiros, os pais referiram que a guarda compartilhada encontra-se no melhor interesse das crianças e trouxeram o desejo e esforço de fazê-la funcionar. Estes estudos da literatura internacional tem se mostrado favoráveis ao estabelecimento da guarda compartilhada e, inclusive, de pernoites de crianças ainda em fase pré-escolar em residências paternas. Ressaltam a importância do contato e da experiência de se realizar os cuidados das crianças como condição favorecedora para o desenvolvimento das habilidades necessárias e do aprimoramento de estratégias parentais para conhecer as necessidades dos filhos, exercendo, então, a parentalidade conjunta de forma satisfatória (Frasson et al., 2016a; Fransson et al., 2016b; Nielsen, 2015).

As pesquisas identificadas no contexto brasileiro apontaram que a existência de uma legislação garantindo a modalidade de guarda compartilhada não assegura a manutenção da coparentalidade em casos de rompimento conjugal. Na prática cotidiana ainda são encontrados entraves que dificultam sua operacionalização como, por exemplo, o desconhecimento da existência da guarda compartilhada ou a dificuldade de compreensão sobre como ela funciona. Ainda, em alguns casos, apesar de estabelecida a guarda compartilhada, a mãe permaneceu como principal cuidadora (Alves et al, 2014; Kotulski et al., 2017; Paula & Alvarenga, 2017; Schnneebeli & Menandro, 2014).

Dessa forma, é possível depreender, a partir deste conjunto de trabalhos analisados, que a guarda compartilhada é preconizada como condição de melhor preservação do interesse das crianças/adolescentes em casos de dissolução familiar. Tais achados na literatura científica convergem com a atual legislação nacional, uma vez que a guarda compartilhada constitui diretriz legal do Brasil na atualidade. No entanto, dentre os estudos analisados, encontrou-se que a existência da legislação não assegura sua ocorrência na prática. Foi possível depreender ainda que há poucos estudos sobre a operacionalização dessa modalidade de guarda no âmbito nacional.

Considerações Finais

Frente aos achados, pôde-se perceber que grande parte dos artigos científicos publicados abordam conjugalidade e parentalidade de forma associada, além de configurarem-se enquanto estudos teóricos e de revisão de literatura, em sua maioria. Caracterizou-se reduzida produção científica sobre o tema da guarda compartilhada desde sua implantação no Brasil e, dentre os estudos encontrados nos últimos dez anos, figurou a falta de estudos empíricos acerca do tema. A partir desse levantamento científico realizado, pôde-se notar a convergência dos estudos no sentido da importância da coparentalidade após o rompimento conjugal da díade parental, no sentido de melhor adaptação da criança frente à nova dinâmica familiar e a possibilidade de propiciar seu pleno desenvolvimento. Atualmente, tal diretriz pode ser fomentada a partir de marcos legais e de políticas públicas e da regulamentação judicial da guarda compartilhada. Porém, apesar da legislação nacional atribuir preferência a tal modalidade de guarda, existe grande diferença entre sua regulamentação e sua execução exitosa na prática, devido ao conflito no âmbito conjugal, dificuldade de separação entre a conjugalidade e parentalidade, entre outros, como demonstrado nos estudos citados.

Dessa forma, a produção de evidências empíricas sobre vivências e a prática guarda compartilhada de crianças pode favorecer a compreensão dos fenômenos envolvidos, sobretudo no campo dos estilos parentais e exercício da coparentalidade. A partir dessas novas investigações poder-se-á encontrar bases para atuação promotora do desenvolvimento infantil por parte dos genitores envolvidos em guarda compartilhada, assim como de profissionais atuantes nesse campo e na perspectiva da Psicologia Jurídica.

Referências

- Alves, A.P.; Arpini, D.M. & Cunico, S.D. (2014). O exercício dos papéis parentais na guarda compartilhada. *Psicologia e Argumento*, 32(79), 61 -70.
- Brasil (2002). Código Civil. Lei nº 10.406. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF.
- Brasil (2013). Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. *Ministério do Desenvolvimento Social*. Brasília, DF.
- Brasil. Lei n 11.698, de 13 de junho de 2008. Altera os arts. 1583 e 1584 da Lei n 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 junho 2008.
- Brasil. Lei n 13.140, de 22 de dezembro de 2014. Altera os arts. 1583, 1584, 1585 e 1634 da Lei n 10.406, de 1º de janeiro de 2002 – Código Civil, para estabelecer o significado da

- expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 dezembro 2014.
- Brito, L.M.T.; Cardoso, A.R., & Oliveira, J.D.G. (2010). Debate entre pais e mãe divorciados: um trabalho com grupos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(4), 810-823.
- Fransson, E.; Sarkadi, A.; Hjern, A. & Bergström, M. (2016). Why should they live more with one of us when they are children to us both? Parents’ motives for practicing equal joint physical custody for children aged 0 – 4. *Children and Youth Services Review*, 66, 154 - 160.
- Fransson, E.; Turuen, J.; Hjern, A.; Östberg, V.& Bergström, M.; (2016). Psychological complaints among children in joint pshysical custody and other Family types: considering parental factors. *Scandinavian Journal of Public Health*, 44, 177-183.
- Gadoni-Costa, L.M., Frizzo, G. B. & Lopes, R.C.S. (2015). A guarda compartilhada na prática: estudos de casos múltiplos. *Temas em Psicologia*, 23(4), 901-912.
- Grzybowski, L.S. & Wagner, A. (2010a). Casa do pai, casa da mãe: a coparentalidade pós divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 77 – 87.
- Grzybowski, L.S. & Wagner, A. (2010b). O envolvimento parental após a separação/divórcio. *Psicologia: Reflexão e crítica*, 23(2), 289-298.
- Hack, S.M.P.K. & Ramires, V.R.R. (2010). Adolescência e divórcio parental: continuidades e rupturas dos relacionamentos. *Psicologia Clínica*, 22(1), 85-97.
- Hameister, B.R., Barbosa, P.V. & Wagner, A. (2015). Conjugalidade e parentalidade: uma revisão sistemática do efeito spillover. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67(2), 140-155.
- Jura, M.M. & Costa, L.F. (2016). Não foi um bom pai, nem bom marido: conjugalidade e parentalidade em famílias de baixa renda. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 32(21), 1-9.
- Kotulski, C.A.; Christofari, G.C.; Bloss, G.M.; Arpini, D.M. & Paraboni, P. (2017). Coparentalidade em famílias pós divórcio: uma ação desenvolvida em um núcleo de práticas judiciais. *Pensando Famílias*, 21(2), 105-117.
- Lago, V.M. & Bandeira, D.R. (2009). A psicologia e as demandas atuais em direito. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(2), 290-305.
- Lamela, D. & Figueiredo, B. (2016). Coparentalidade após a dissolução conjugal e saúde mental das crianças: uma revisão sistemática. *Jornal de Pediatria*, 92(4), 331-342.
- Lamela, D.; Figueiredo, B. & Bastos, A. (2010). Adaptação ao divórcio e relações coparentais: contributos da teoria da vinculação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3), 562-574.
- Lamela, D.; Nunes-Costa, R. & Figueiredo, B. (2010). Métodos Teóricos das relações coparentais: revisão crítica. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 205-216.

- Levy, S.D. (2010). A continuidade pós separação: necessidades comuns aos ex-cônjuges e seus filhos. *Estudos e pesquisas em Psicologia*, 10(3), 650-663.
- Maccoby, E., Depner, C., & Mnookin, R. (1990). Coparenting in the second year after divorce. *Journal of Marriage and Family*, 52, 141-155.
- Martins, G.L.L.; León, C.B.R. & Seabra, A.G. (2016). Estilos Parentais e desenvolvimento das funções executivas: estudo com crianças de 3 a 6 anos. *Psico*, 47(3), 216-227.
- Nielsen, L. (2015). Shared physical custody: does it benefits most children? *Journal of the American Academy of Matrimonial Lawyers*, 29(1), 79-139.
- Paula, I.O. & Alvarenga, A.R. (2017). Guarda compartilhada: uma reflexão acerca da lei 13.058/2014. *Revista da Unifebe*, 1(20), 84-110.
- Raposo, H.S.; Figueiredo, B.; Lamela, D.; Nunes-Costa, R.; Castro, M.C. & Prego, J. (2011). Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 38(1), 28-33.
- Schnnebeli, F.C.F. & Menandro, M.C.S. (2014). Com quem as crianças ficarão? Representações sociais da guarda dos filhos após a separação conjugal. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 175-184.
- Silva, E.L.C.; Lamy, Z.C.; Rocha, L.J.L.F. & Lima, J.R. (2012). Paternidade em tempos de mudança: uma revisão na literatura. *Revista Pesquisa e Saúde*, 13(2), 54-59.
- Silva, I. M. & Lopes, R. C. S. (2012). As relações entre o sistema conjugal e parental durante a transição para a parentalidade. *Pensando Famílias*, 16, 69-90.
- Soares, L.C.E.C. (2009). Mudanças na conjugalidade - repercussões na parentalidade: separação conjugal e guarda compartilhada sob o olhar da psicologia jurídica. *Boletim Interfaces da Psicologia*, 2(2), 55-69.
- Souza, P.B.M.; Ramos, M.S.; Pontes, F.A. & Silva, S.S.C. (2016). Coparentalidade: um estudo de revisão sistemática de literatura. *Estudos Clínicos*, 21(3), 700-720.
- Ziviani, C., Féres-Carneiro, T. & Magalhães, A. S. (2012). Pai e mãe na conjugalidade: Aspectos conceituais e validação de construto. *Paideia*, 22, 165-175.
- Zornig, S.M.A. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo psicanalítico*, 42(2), 453-470.

Características da personalidade de pais e mães envolvidos em casos de alienação parental avaliados pelo Método de Rorschach (Sistema Compreensivo)

Michéli da Silva Jacobi
Rosângela Kátia Sanches Mazzorana Ribeiro
Universidade Federal do Mato Grosso

Resumo: A temática Alienação Parental com frequência está relacionada a separação conjugal, podendo ser considerada uma disfunção nos relacionamentos familiares em que o pai/mãe por meio de atos abusivos, difama, desqualifica, e manipula o(a) filho(a) contra o outro pai/mãe. O presente estudo tem como objetivo avaliar auto percepção, afetividade, relacionamentos interpessoais e mediação de pais e mães envolvidos (possivelmente alienantes e alienados) em casos de alienação parental. A amostra biológicos (coleta de dados em andamento) é constituída de 2 pais e 3 mães, biológicos, que tem processo no Tribunal de Justiça do estado do Mato Grosso (TJMT), participantes da Oficina Pais e Filhos no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos NUPEMEC, e que estejam envolvidos em processo de alienação parental. Neste estudo foi utilizada uma entrevista semi dirigida (elaborada pela autora do projeto), Questionário Sócio demográfico, e o Método Projetivo de Rorschach, segundo o Sistema Compreensivo. Como resultados preliminares, no Rorschach desses pais, destaca-se os índices de conteúdo humano, egocentrismo, prejuízo na percepção da realidade e tendência individualista.

Palavras-chave: Alienação Parental; Avaliação Psicológica; Rorschach; Sistema Compreensivo.

Introdução

A Síndrome de Alienação Parental (SAP) foi exposta e defendida pelo psiquiatra norte-americano Richard Gardner em (1931-2003) e difundida na Europa, por meio de Douglas Darnell, em 1997, e François Podervyn em 2001, que seguiram a proposta de Gardner (Brito, 2015). Logo se tornou um assunto frequente nos campos do Direito, Psicologia e Assistência Social e em todo território brasileiro (Sousa, 2010).

Gardner (2002) descreveu a SAP como um distúrbio infantil, que ocorre quando um dos pais ou algum familiar, faz uma campanha difamatória contra um pai/mãe provocando o afastamento da criança ou adolescente contra algum dos pais, esta síndrome, seria programar a criança ou adolescente para que odeie e rejeite um dos pais, fazendo uma “lavagem cerebral” na criança colocando ela contra o outro pai/mãe. O alienador pode ser o que detém a guarda da criança ou responsável por ela, envolvendo os filhos para que rejeitem um dos pais.

No que se refere a nomeada inicialmente como Síndrome de Alienação parental, posteriormente não foi reconhecida como doença, por não considerar que exista um conjunto de sintomas clínicos ou uma patologia definida. Tal terminologia é considerada um constructo operacional sociológico que se reporta a uma alteração no vínculo afetivo parental, normalmente em situação de separação/divórcio. Por carecer de validade científica e por não constar nos manuais de Classificação Internacional de Doença da Organização Mundial de

Saúde (CID-10) ou pela Associação Americana de Psicologia (APA) ou Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-V), Sousa (2010), Pereira (2014), Brito (2015), Gonçalves (2015), neste trabalho abordaremos o termo como Alienação Parental (AP). Os casos mais conhecidos e frequentes de Alienação Parental (AP) estão associados a separação de cônjuges e a disputa de guarda, que na maioria das vezes, em virtude de uma não aceitação do divórcio ou por sentimentos hostis associados a essa decisão, a AP acontece (Fermann, 2015).

Dados revelam um aumento nas separações no Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em que o Brasil registrou 1.095.535 casamentos civis e 344.526 divórcios concedidos em 1ª instância ou por escrituras extrajudiciais (IBGE, 2018). Observando que de cada 100 casais que se formam cerca de 31 se divorciam. Neste contexto, a prática que mais prevalece é a campanha de denegrir, realizada por um dos pais de forma constante e persuasiva. O pai/mãe alienador faz uso de uma série de comportamentos sabotadores na tentativa de denegrir a imagem do outro pai/mãe (López, Iglesias & García, 2014).

Estudos apontam que existem uma variedade de comportamentos do suspeito alienante como: descontrole constante, baixa estima, denegrir o outro pai/mãe para o filho, limitando o contato entre a criança e o outro progenitor, permitindo que a criança decida se vai passar algum tempo com o outro pai, forçando a criança a rejeitar o outro pai/mãe, entre outros que podem ser características observáveis semelhantes entre pais/mães suspeitos alienantes (Araújo, 2014, Baker e Darnall, 2006, Baker e Verrocchio, 2014, Ben-Ami e Baker, 2012, Carvalho, 2010, Gardner, 2002, Gonçalves, 2015, Lago & Bandeira, 2009, Pereira, 2014).

Podemos compreender que estes comportamentos se remetem ao funcionamento psíquico, já constituído, manifestando-se de forma patológica quando algo sai do controle do sujeito. Os comportamentos apresentados pelo suspeito alienante, necessariamente não surgem com o desfecho/separação do casal, e assim podemos pensar que são comportamentos observáveis no funcionamento psíquico do sujeito que passa a ser expressado quando algo sai do seu controle, como exemplo a separação (Araújo et.al. 2014), (Gonçalves, 2015).

Objetivo

Este estudo visa avaliar auto percepção, afetividade, relacionamentos interpessoais e mediação de pais e mães envolvidos (possivelmente alienantes e alienados) em casos de alienação parental desses pais.

Método

O presente estudo é de caráter descritivo, quantitativo e qualitativo, desenvolvido na área de Psicologia e Direito, com pais e mães envolvidos em processos de alienação parental. Para este estudo foram utilizados uma entrevista semidirigida, Questionário Sociodemográfico e o Método de Rorschach segundo o Sistema Compreensivo.

Os participantes da amostra (até o momento) são de dois pais, suspeitos alienados e três mães, suspeitas alienantes. Como critérios de inclusão na amostra: estar envolvido em processo no Tribunal de Justiça do estado do Mato Grosso (TJMT) e ter participado da Oficina Pais e Filhos no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos NUPEMEC. Como critérios de exclusão na amostra: ter o telefone inexistente; não ter sido autorizado para se ausentar do trabalho; não ser pai ou mãe. O processo de seleção da amostra deste estudo foi não-probabilística e por conveniência. Como a amostra ainda é pequena, de suspeitos alienados e suspeitos alienantes, será utilizada somente uma análise descritiva e não comparativa, neste capítulo.

Como instrumentos, foi utilizada uma entrevista semidirigida foi utilizada pela autora do projeto para levantar informações sobre o processo de alienação parental e o relacionamento com o(os) filho(s). Um Questionário Sociodemográfico, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP, 2018) - disponível em (www.abep.org), para levantamento de dados sociodemográficos da família. Usou-se a seguinte classificação: A1, A2, B1, B2, C, D e E. O Método de Rorschach no Sistema Compreensivo (SC) foi utilizado por ser o mais usado, tanto em pesquisas quanto em estudos de diagnóstico diferencial, saúde mental, entre outros, realizado neste meio e em outros países. O Rorschach investiga o funcionamento psíquico do sujeito, os pensamentos, sentimentos e a forma de agir diante de uma situação, constituindo assim os traços da personalidade, que são as características mais estáveis da personalidade Weiner (2000). Leva o sujeito a expressar conteúdos associativo-perceptivos representativos de seu modo de pensar, sentir e agir no seu dia a dia, conforme Resende (2016). É uma técnica projetiva, que apresenta indicadores psicométricos. A aplicação, classificação e interpretação seguiram as referências do manual técnico e padronizadas para o Sistema Compreensivo (Exner, 2003; Weiner, 2000).

A primeira autora deste estudo, inicialmente solicitou autorização do Juiz Coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos NUPEMEC, onde é realizada a Oficina Pais e Filhos. Após a autorização institucional, aprovação pelo Comitê de Ética em pesquisa CAAE: 79330517.5.0000.5690, respeitando-se assim os preceitos éticos das pesquisas com seres humanos, os pais participantes da Oficina pais e filhos foram convidados

para participação no estudo. Usou-se como referência os participantes das oficinas do primeiro semestre de 2018. Com os participantes que consentiram sua participação na pesquisa, foi agendado um encontro no Tribunal de Justiça – TJMT na sala Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos NUPEMEC, para a coleta de dados, iniciando-se pelo Consentimento Livre e Esclarecido, e em seguida aplicação individual dos instrumentos de coleta de dados.

Resultados e Discussões

O presente estudo está em fase de coleta de dados, portanto serão expostos dados preliminares, de cinco participantes, apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Caracterização da amostra quanto ao sexo, idade e escolaridade

Variáveis	N	%
Sexo		
Masculino	2	40%
Feminino	3	60%
Idade		
29 anos	2	40%
30 anos	1	20%
37 anos	1	20%
40 anos	1	20%
Escolaridade		
Ensino Médio Completo	3	60%
Ensino Superior Incompleto	1	20%
Ensino Superior Completo	1	20%

Na tabela 2 encontra-se os dados referentes a profissão e nível socioeconômico dos participantes.

Tabela 2. Caracterização da profissão e nível socioeconômico dos participantes

Variáveis	N	%
Ocupação por Setor de Economia		
PoliciaI Militar	1	20%
Agente Administrativo	1	20%
Corretor de Imóveis	1	20%
Estudante	2	40%
Nível Socioeconômico*		
B2	3	60%
C1	1	20%
C2	2	40%

*Renda média domiciliar classificada segundo o estrato socioeconômico do Critério de Classificação Econômica Brasil (ABEP, 2018): Nível D-E: R\$ 708,19; Nível C2: R\$ 1.691,44; Nível C1: R\$ 2.965,69; Nível B2: R\$ 5.363,19.

Os dados expostos na Tabela 2 revelam que as profissões são variadas, incluindo, com igual distribuição policial, agente administrativo e corretor de imóveis, dentre os participantes e dois estudantes (40%). A maioria dos participantes apresentam nível socioeconômico B2 (60%). Quanto ao levantamento de dados sobre o processo judicial, a Tabela 3 apresenta a ação, tipo de processo e tipos de guarda dos filhos.

Tabela 3. Tipo de Ação Processual

Variáveis	N	%
Requerente	3	60%
Requerido	2	40%
Processo		
Disputa de Guarda	1	20%
Regulamentação de Visitas	2	40%
Pensão alimentícia	2	40%
Guarda		
Compartilhada	3	60%
Unilateral Mãe	2	40%

Os dados revelam que a ação processual é iniciada mais por regulamentações de visita (40%) e/ou pensão alimentícia (40%). Em relação ao tipo de guarda, três delas são compartilhadas (60%). Na Tabela 4 encontra-se dados da entrevista realizada com os participantes.

Tabela 4. Dados da entrevista

Variáveis	N	%
Separação		
Litigiosa/Conflituosa	5	100%
Consensual/Com acordo	0	0
Modo como comunicaram a separação para o filho		
Não comunicaram	3	60%
Pai e mãe conversaram com os filhos	1	20%
Pai comunica para os filhos	0	0
Mãe comunica para os filhos	1	20%
Relacionamento com o seu filho		
Bom relacionamento com convívio	3	60%
Bom relacionamento com pouco convívio	2	40%

Na tabela 4, é possível observar que todos os participantes tiveram uma separação conjugal conflituosa (100%), e que três destes participantes não comunicaram a separação para os filhos (60%). Quanto ao relacionamento com os filhos, três mães relatam ter um bom relacionamento (60%) e convívio com os filhos e dois pais relatam que tem um bom relacionamento com os filhos (40%), mas com pouco convívio, pois os filhos moram com a mãe.

Para análise do Rorschach, primeiramente foi realizada a classificação, posteriormente os dados foram lançadas no programa CHESSSS (software que calcula os vários índices, proporções, gerenciando os dados do Rorschach/SC em um formato padrão), conforme Fontan et.al (2013). Posteriormente foi realizada a tabulação dos dados em um editor de planilhas e os dados dos índices foram comparados com manual técnico do Rorschach/SC.

Os dados apresentados foram comparados com as variáveis das tabelas de Estatísticas descritivas de adultos não pacientes de normatização brasileira do Exner (1999), e para a interpretação (Nascimento, 2010, Resende, 2016 e Weiner, 2000). Foram utilizados os índices de auto percepção, afetos, relações interpessoais, mediação. Na Tabela 5, são apresentados os dados das variáveis de auto percepção.

Tabela 5. Indicadores de Auto Percepção no Rorschach

Auto percepção	Suspeito Alienado		Suspeito Alienante			Normalização*
	S1	S2	S3	S4	S5	
EGO	0,29	0,44	0,28	0,47	0,63	0,4
Fr+rF	1	1	0	0	2	0
An+Xy	7	0	1	3	1	0,86
H:(H)+Hd+(Hd)	02:00	04:02	01:03	02:06	01:03	4,29:3,22

*Tabela de Estatísticas descritivas de adultos não pacientes de normalização brasileira Exner (1999).

Os dados da Tabela 4 revelam que na variável EGO – Índice de Egocentrismo os suspeitos alienantes apresentam um resultado mais elevado. Quando o índice de egocentrismo está acima da média $>0,40$ apresenta um alto nível de preocupação consigo mesmo e pouco interesse pelo outro o pelo que acontece no externo.

Quando o índice estiver abaixo da média e com reflexo, observada nesta amostra, indica que a pessoa apresenta conflito em relação ao seu valor pessoal e autoestima (Resende, 2016). Outra variável com valor elevado foi da soma das respostas de reflexo (Fr+rF), nesses participantes. Respostas com reflexo indicam traços mais narcísicos (Nascimento, 2010, Resende, 2016, Weiner, 2000).

Já na variável An+Xy os participantes apresentaram resultados mais elevados. Respostas com An+Xy costumam ter uma frequência baixa nos protocolos, e estão ligadas a preocupações com o corpo. (Nascimento, 2010, Resende, 2016).

No que se refere as variáveis de Conteúdo Humano, H:(H)+Hd+(Hd), é possível observar que os suspeitos alienados, apresentaram maior respostas com H – Humano inteiro, e os suspeitos alienantes mais resultado com somatórias de todos os H. Respostas com Conteúdo Humano são esperadas em um protocolo, em especial H (Humano inteiro, real e com boa qualidade), pois a pessoa apresenta capacidade de se perceber e se aceitar tal como é de fato, como se percebe e como é constituída sua auto imagem. Quando a somatória de respostas de Conteúdo Humano é maior que o H, a autoimagem pode estar distorcida (Weiner, 2000, Nascimento, 2010, Resende, 2016). Na tabela 6 são apresentados os indicadores de afeto.

Tabela 6. Indicadores de afeto no Rorschach

Afeto	Suspeito Alienado		Suspeito Alienante			Normatização*
	S1	S2	S3	S4	S5	
Afr	0,89	0,45	0,64	0,31	1,11	0,77
$\Sigma C':W\Sigma C$	00:01,5	00:00	01:03	00:00	00:03	2,1:5,4
FC:CF+C	01:01	00:00	00:03	00:00	06:00	5,0:3,21

*Tabela de Estatísticas descritivas de adultos não pacientes de normatização brasileira Exner (1999).

O índice Afr é composto pelo número de respostas que a pessoa apresenta diante das três últimas pranchas cromáticas, indica o quanto a pessoa se envolve em situações que tenha muita carga emocional e afetiva (Nascimento, 2010). Dois participantes, um sujeito alienado e um sujeito alienante apresentaram resultado acima da média quando comparado as normas. Quando $Afr > 0,80$, a pessoa sente-se mais atraída por situações emocionalmente estimulantes, apresentando interesse em realizar trocas afetivas. Se o $Afr < 0,50$ a pessoa se sente menos atraída por situações emocionais e a pessoa percebe sua limitação em administrar reações afetivas (Resende, 2016).

Uma das variáveis do índice afeto, o Sum C' ($\Sigma C'$) e WsumC ($W\Sigma C$), que é a soma ponderada das cores, pode-se observar, nesses participantes mais respostas com WsumC e apenas um suspeito alienante com resposta $\Sigma C'$, que indica manifestações emocionais prazerosas ou de sofrimento. A Tabela 7 apresenta dados sobre relações interpessoais e suas variáveis.

Tabela 7. Indicadores de Relações Interpessoais no Rorschach

Relações Interpessoais	Suspeito Alienado		Suspeito Alienante			Normatização*
	S1	S2	S3	S4	S5	
PHR	0	3	2	7	2	<2
GHR:PHR	02:00	03:03	02:02	02:07	03:02	GHR>PHR
a	5	6	5	7	4	7,5
p	0	0	1	1	1	3,8
a:p	05:00	06:00	05:01	07:01	04:01	P>a+1
Hcont	2	6	4	8	4	6,2
PureH	2	4	1	2	1	4,2
PER	3	1	5	2	2	1,55

*Tabela de Estatísticas descritivas de adultos não pacientes de normatização brasileira Exner (1999).

Os dados da Tabela 6 revelam que um suspeito alienado apresenta apenas duas respostas com representação humana. Seguindo Resende (2016) as interpretações dessas variáveis são apropriadas para protocolos em que se observa uma frequência mínima de três respostas de representação humana ($GHR > PHR$, a expectativa é de pelo menos 2 a 3 respostas GHR e de $PHR < 2$). É possível observar que um suspeito alienante apresentou mais resposta com PHR. Essa variável indica que a pessoa apresenta dificuldades de relacionamento, com histórias problemáticas, conflituosas e marcadas por fracasso interpessoais, com tendência a comportamentos sociais inadequados (Resende, 2016).

Os participantes apresentaram mais pontuação com respostas (a) ativo e apenas os suspeitos alienantes apresentam respostas com movimento (p) passivo. Espera-se que em um protocolo as respostas apresentem mais movimentos ativos, em geral encontra-se três respostas de movimentos ativos para um movimento passivo, conforme (Exner, 1999, Nascimento, 2010, Weiner, 2000).

A resposta de conteúdo Humano, revela a compreensão de como a pessoa se vê e de como ela vê e interage com o outro, um suspeito alienante e um suspeito alienado, apresentaram respostas com a variável Hcont – conteúdo Humano, compatível com a média, já os suspeitos alienados apresentaram mais respostas com a variável H puro (Humano inteiro, real). Na variável PER – personalizada, indica que a resposta apresenta experiências pessoais, indica necessidade de expressão da subjetividade que pode estar relacionado a presença de caráter egocêntrico, esses comentários pessoais na resposta tem o objetivo de garantir segurança para a pessoa (Resende, 2016, Nascimento, 2010). O grupo alienante apresentou resultados acima da média, quando comparado a tabela normativa, e essas são respostas pouco frequentes em protocolos de adultos.

Tabela 8. Indicadores de Mediação de informação no Rorschach

Mediação	Suspeito Alienado		Suspeito Alienante			Normatização*
	S1	S2	S3	S4	S5	
XA%	0,65	0,56	0,5	0,35	0,53	0,75**
WDA%	0,71	0,64	0,53	0,6	0,67	0,78**
X-%	0,35	0,44	0,5	0,65	0,47	0,09
P	3	2	2	2	4	3 a 7
X+%	0,35	0,44	0,5	0,65	0,47	0,83
Xu%	0,29	0,31	0,17	0,12	0,16	0,19

*Tabela de Estatísticas descritivas de adultos não pacientes de normatização brasileira Exner (1999).

** As variáveis foram analisadas baseadas nos dados de Resende (2016).

No índice de mediação, é possível analisar o convencionalismo ou o individualismo existente nas respostas de uma pessoa, podendo avaliar o grau de distorção da percepção da realidade (Weiner, 2000, Resende, 2016, Nascimento, 2010). Os suspeitos alienantes apresentaram resultado $< 0,50$. Seguindo as interpretações de Resende (2016), quando o $XA\%$ for $< 0,50$ há mais probabilidade da pessoa perceber os eventos de uma forma inadequada, formar impressões errôneas, e interpretar as ações dos outros de uma forma inadequada, revela ainda um risco maior de inadaptação e incomunicabilidade com o meio, pois a pessoa percebe as coisas de uma forma muito pessoal.

Outra variável importante seria $WDA\%$ (avalia o uso adequado da resposta dada em áreas mais comuns do cartão) quando $XA\%$ (índice geral de ajustamento, respostas consideradas mais adequadas) e $WDA\%$ são baixos $< 0,65$ indicam que a capacidade de percepção da realidade está distorcida (Resende, 2016). Entre os cinco participantes, dois suspeitos alienantes e um suspeito alienado apresentaram resultados abaixo, que indicam prejuízo no índice de mediação.

A variável $X-$ representa a proporção de respostas do protocolo muito afastadas do habitual, respostas com percepções equivocadas da realidade, com interpretações errôneas de si e dos outros (Resende, 2016, Exner 1999) e não deve ser $> 0,30$ conforme foi observado nos participantes.

Quanto as respostas Populares (P) apenas um suspeito alienante e um suspeito alienado, apresentaram resultados na média (3 a 7). As respostas populares representam a adaptação ao meio, infere que a pessoa conhece e entende as regras para uma boa convivência e é capaz de dar respostas aceitas socialmente (Resende, 2016, Nascimento 2010), quando as resposta são < 2 indica maior tendência a serem individualistas.

Quanto a variável $X+$ essa variável está ligada as respostas elaboradas, articuladas e com mais detalhes de informações. Normalmente observadas em pessoas que apresentam níveis mais elevados de inteligência, os participantes apresentaram resultado abaixo da média. O índice $Xu\%$ indica respostas que não violam os contornos da mancha quando acima da média indica tendência individualista (Resende, 2016), os suspeitos alienados apresentam $Xu\%$ acima da média.

Os dados do Rorschach/SC, apontaram índice de egocentrismo mais elevados nas respostas dos suspeitos alienantes, que indica um alto nível de preocupação consigo mesmo e pouco interesse pelo outro. No índice reflexo ambos os participantes apresentaram respostas com reflexo, este índice está associado ao narcisismo e à tendência de superestimar o próprio valor. Quanto ao conteúdo humano, os suspeitos alienados apresentaram mais respostas com H

e os suspeitos alienados apresentam mais respostas com a somatória de H. Os suspeitos alienantes apresentaram respostas com WsumC relacionadas a descarga de emoções, que podem ser controladas ou moduladas.

As respostas de PHR dos suspeitos alienantes indicam dificuldades de relacionamento, que podem ser relacionados com as variáveis da somatória de todos os H, comum a autoimagem distorcida, fantasiosa, com dificuldade para compreender as pessoas. Os suspeitos alienantes apresentaram respostas personalizadas PER, índice não esperado em protocolos de adultos. Apresentaram tendências individualistas, também corroborado com Damiani (2012) que apontam que o alienador possui traços de isolamento, age de forma narcísica, e vê seu comportamento como socialmente aceito.

Considerações Finais

Os casos de Alienação Parental estão associados a separação de cônjuges e a disputa de guarda, e normalmente as mães são as suspeitas alienadoras, a maioria como detentoras da guarda, conforme Damiani (2012), Andrade e Nojiri (2016). Este estudo identificou que as mulheres são as mais acusadas de alienação parental, corroborando com outros estudos. E a alienação parental pode acontecer por outros tipos de processos, como pensão alimentícia e regulamentação de visitas e para a maioria a separação foi conflituosa

Os dados, ainda preliminares evidenciam que os suspeitos alienantes e suspeitos alienados apresentam dificuldades de relacionamento, dificuldade de perceber a realidade tal como ela é, e tendência individualista.

Referências

- Andrade, M. C., & Nojiri, S. (2016) Alienação parental e o sistema de justiça brasileiro: uma abordagem empírica. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, 3(2), 183-201. Recuperado de: <https://doi.org/10.19092/reed.v3i2.132>
- Araújo, S.M.B, Mold, C.F, Carmo, T.F.M, Leite. R.M. (2014). *Alienação parental: interlocuções entre o direito e a psicologia*. Curitiba - PR. Ed Meresfiled Gardns.
- Baker, A.J.L, Verrocchio, M. (2014). *Bondamento Parental e Alienação Parental como Correlatos de Maltrato Psicológico em Adultos em Famílias Intactas e Não-Intactas*. Recuperado de: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10826-014-0108-0>
- Baker, A. Darnall, D. (2006). *Comportamentos e Estratégias Empregados na Alienação Parental*, 45, Iss.1-2, Recuperado de:

https://www.researchgate.net/publication/233228321_Behaviors_and_Strategies_Employed_in_Parental_Alienation

- Ben-Ami, N. Baker A. J. L. (2012). *Os Correlatos a Longo Prazo da Exposição Infantil à Alienação Parental sobre Auto-Suficiência e Bem-estar de Adultos*. Recuperado de <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01926187.2011.601206>
- Brito, C. M. (2015). *Alienação Parental E Família*. Recuperado de: <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/1871/1/DISSERTA%c3%87%c3%83OJULHO.pdf> Lisboa.
- Calçada, A. (2014). *Perda Irreparáveis – Alienação Parental e falsas acusações de abuso sexual*. Rio de Janeiro: Ed PublIt
- Carvalho, A. T. (2015). *Alienação parental: Uma explicação Pautada em Traços de Personalidade e nos Valores Humanos*. Recuperado de http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/7512?locale=pt_BR
- Damiani, F. M. (2012) *Características de Estrutura de Personalidade de Pais e Mães e Crianças envolvidas no fenômeno da Alienação Parental*. Recuperando de <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/39422016=8>.
- Exner JR, J.E. (1999). *Manual de Interpretação do Rorschach – para o sistema compreensivo*. São Paulo: Caso do psicólogo.
- Fermann, I. L.(2015). *Avaliações psicológicas e decisões judiciais em processos de alienação parental*. Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Recuperado de <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7834/1/000477405Texto%2bParcial-0>
- Fontan, P., Andronikof, A., Nicodemo, D., Al Nyssani, L., Guilheri, J., Hansen, K. G., Nakamura, N. (2013). *CHESSSS: uma solução de software livre para marcar e calcular o sistema abrangente de Rorschach e as escalas suplementares*. *Rorschachiana*, 34(1), 56-82. doi: 10.1027/1192-5604/a000040
- Gardner, R. A. (2002). *Parental Alienation Syndrome vs. parental alienation: Which diagnosis should evaluators use in child-custody disputes?* *American Journal of Family Therapy*, 30(2), 93-115. Recuperado de <http://fact.on.ca/Info/pas/gard02b.htm>
- Gardner, R.A. (2002). *O DSM-IV Tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental(SAP)?* Recuperado de <http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente2002>.

- Gonçalves, F.V. (2015). *DISSIMULAÇÃO DO DESESPERO: Uma Realidade da Regulação das Responsabilidades Parentais em Portugal* - p.29. Recuperado de: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/4118>
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatística do Registro Civil 2018* Recuperado de http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2015_v42.pdf
- Lago, V. M., & Bandeira, D. R. (2009). *A Psicologia e as demandas atuais do Direito de Família. Psicologia, Ciência e Profissão*, vol.29, n.2. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000200007
- López, J. T., Iglesias, V. E. N., & García, P. F. (2014). *Parental alienation gradient: Strategies for a syndrome. The American Journal of Family Therapy*, 42(3), 217-231. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/01926187.2013.820116>
- Nascimento, R.S.G.F (2010) – Sistema Compreensivo do Rorschach: teoria, pesquisa e normas para a população brasileira. 1ºed. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Associação Brasileira De Empresas De PESQUISA – ABEP. *Critério de Classificação Econômica Brasil*. (2018). Recuperado de: <http://www.abep.org/criteriobrasil>.
- Pereira, M. (2014). *Contributos para a compreensão da alienação parental: Um estudo sobre a cooparentalidade em mães e pais portugueses*. (Projeto final de mestrado da Escola Superior de Educação de Viseu). Recuperado de <http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/2246/1/Projeto%20de%20Investiga%C3%A7%C3%A3o%20Marina%20Pereira,%207918.pdf>.
- Resende, A. C. (2016). *Método de Rorschach - referências essenciais* (2 ed). Goiânia: IGAP.
- Silveira, S. M. (2013) *Conflitos nos relacionamentos de Genitores em Situação de Disputa de Guarda: uma Contribuição para a Compreensão da Alienação Parental*. Recuperado de http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4897/Silvana%20Magayevski%20da%20Silveira_.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Sousa, A, M. (2010). *Síndrome da Alienação Parental – um novo tempo nos juízos de família* – São Paulo: Ed Cortez.
- Weiner, I.B. (2000). *Princípios da Interpretação do Rorschach* - São Paulo: Casa do Psicólogo.

SEÇÃO 6 - Orientação Profissional / Carreira

Avaliação psicológica no processo de transição Universidade-trabalho: métodos objetivos ou projetivos?

Isabela Rigo Caldeira

Raquel Atique Ferraz

Lucy Leal Melo-Silva

José Egídio Barbosa Oliveira

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo

Resumo: A avaliação psicológica é um processo que objetiva fornecer informações sobre uma pessoa, grupo ou programa para fundamentar decisões. A utilização de instrumentos de avaliação em processos de orientação profissional e de carreira é uma prática corrente. Para aferir quais são os principais métodos de avaliação utilizados em investigações sobre a transição universidade-trabalho, foi feita uma revisão da literatura nas bases de dados PsycINFO, Eric ProQuest e Scielo, por meio de múltiplas combinações dos termos: “transição”, “ensino superior”, “faculdade”, “universidade”, “trabalho”, em português, inglês e espanhol, sem filtro de anos. Foram aferidos: a natureza da investigação, a população-alvo, os métodos e os instrumentos utilizados (objetivos ou projetivos). Foram encontrados 249 registros e selecionados 63 artigos. Destes, foram excluídos 9 repetidos, restando 54 artigos e selecionados 44 artigos relacionados ao tema da transição universidade-trabalho. Os achados tratam de artigos publicados entre 1995 e 2017, sendo 95,5% de estudos empíricos e 4,5% pesquisas teóricas. A população-alvo dos estudos é constituída, predominantemente, por adultos universitários e recém-formados. A maioria dos estudos foi realizada com amostras em média de 200 participantes. Os métodos de pesquisa dividiram-se entre 64,3% quantitativos, 31% qualitativos e 4,7% mistos. Quanto aos tipos de instrumentos de avaliação mais comumente utilizados em orientação de carreira no processo de transição universidade-trabalho, 12 artigos utilizam questionários de autorrelato, 13 entrevistas, 4 utilizam questionários e entrevistas em conjunto e 13 utilizam um ou mais instrumentos. Nenhum estudo utilizou testes psicológicos, tampouco métodos projetivos para avaliação. Verifica-se uma prevalência do uso de escalas de autorrelato em detrimento de testes (particularmente, os projetivos) na área de estudo em análise. A sua maior facilidade e agilidade de aplicação, assim como a sua menor complexidade de interpretação poderão estar na origem deste fenômeno. Dada a relevância dos testes projetivos para a avaliação em orientação de carreira na transição para o mundo do trabalho (possibilitando a avaliação de dimensões psicológicas mais complexas, sobretudo em aconselhamento de carreira individual ou em pequenos grupos), torna-se urgente refletir sobre os motivos que estão na base da sua ausência nos trabalhos de pesquisa dos últimos anos, assim como sobre formas de dinamizar pesquisas e intervenções que os utilizem no sentido de fomentar abordagens de orientação de carreira na transição para a vida adulta que captem dimensões de análise relevantes no contexto das transições de carreira.

Palavras-chave: Avaliação psicológica; Transição de carreira, Revisão de literatura; Orientação profissional, Carreira.

Introdução

O mundo do trabalho na contemporaneidade configura-se em ambientes complexos com rápidas mudanças, em decorrência, sobretudo, da transformação digital. Assim, esse cenário da Revolução 4.0 –a Quarta Revolução Industrial– está modificando as formas como as pessoas vivem, trabalham e se relacionam. Nas sociedades ocidentais, além dessas transformações, vivem-se tempos de profunda crise econômica com grandes impactos no acesso ao mundo do trabalho, aumentando o número de desempregados, da precarização do trabalho, dos trabalhos temporários e também do desemprego estrutural, como destacam Sousa e Gonçalves (2016).

Assim, diante deste cenário histórico e social, o mercado de trabalho vem tornando-se cada vez mais competitivo e instável, forçando as novas gerações a desenvolverem capacidades para lidar com situações caracterizadas pela incerteza e imprevisibilidade em relação à inserção no mundo do trabalho. Muitos são os problemas enfrentados pelos trabalhadores, muitas são as questões dos estudantes universitários para a transição escola-trabalho.

A transição do ensino superior para o trabalho, foco deste estudo, é definida como uma transição desenvolvimental, envolvendo necessidades de adaptação e reorganizações vivenciais por parte dos estudantes e uma mudança nos pressupostos sobre si e sobre o mundo implicando uma mudança no comportamento (Monteiro, Gonçalves & Santos, 2016). Logo, conhecer a transição da universidade para o trabalho torna-se relevante porque nessa fase da carreira, mesmo os estudantes mais preparados experimentam estresse e medo do desconhecido que está por vir como já apontavam Yazedjian, Kielaszek e Toews (2010).

“Se antes a grande narrativa apresentada pelos estágios do desenvolvimento de carreira proposta por Super (1957) retratava uma história de continuidade e progresso, hoje a narrativa da sociedade pós-industrial enfatiza a mobilidade” (Oliveira, 2014, p. 49). A partir desse cenário, no domínio da Carreira, considera-se relevante avaliar a pessoa, os problemas e os programas de intervenção (Melo-Silva, 2011). Ganha particular relevância a avaliação psicológica em diferentes contextos e cenários, mais, especificamente, nas situações de transição de carreira, objeto desse estudo. Dessa forma, a avaliação psicológica é um processo que objetiva fornecer informações sobre uma pessoa ou grupo para fundamentar decisões.

Assim, abordar a avaliação psicológica, conforme Cescon (2013), significa refletir sobre a importância da função diagnóstica na Psicologia. Historicamente, a imagem que se tem do psicólogo é a do profissional que apenas aplica testes, que avalia se uma pessoa está apta a executar determinada função, já que a testagem foi uma das atividades mais comuns no século XX no campo da Psicologia (Cunha, 2000). Os resultados das avaliações devem considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente com o indivíduo, mas em todo o contexto social e histórico no qual ele se insere.

A transição universidade-trabalho pode ser analisada sob diferentes perspectivas, uma delas focaliza os instrumentos utilizados nas pesquisas e nas intervenções. Nesse sentido, com o intuito de obter um panorama geral da produção científica sobre o tema, esse capítulo objetiva descrever e analisar a produção disponível nas bases de dados nacionais e internacionais, a fim de identificar o que vem sendo estudado sobre o processo de transição da universidade-trabalho e, especificamente, quais tipos de instrumentos são utilizados.

Método

Para atingir o objetivo proposto, foi realizada uma revisão sistemática da literatura científica sobre o processo de transição universidade-trabalho, a fim de aferir quais são os principais métodos de avaliação utilizados em investigações. A revisão sistemática é um método cujo alcance principal é dar sentido a um grande volume de informações existente sobre uma temática específica (Muñoz, Takayanagui, Santos, & Sanchez-Weatman, 2002; Petticrew, & Robberts, 2006). Assim sendo, esse tipo de revisão de literatura baseia-se em procedimentos rigorosos que envolvem etapas bem definidas como a definição da problemática a ser pesquisada, a escolha das fontes bibliográficas, agrupamento e análise crítica do material encontrado. Todas as etapas devem ser explicitadas para que os resultados não sejam incompletos, ineficientes, sem validade científica, e para que seja possível também a sua replicação por outro investigador (Contandriopoulos, Lemire, Denis, & Tremblay, 2010; Ramos, Faria, & Faria, 2014). Como fonte de pesquisa, as bases de dados utilizadas estão disponíveis em acesso público ou restrito. Como base de acesso público foi pesquisada a Scielo e, como base de acesso restrito foram utilizadas a PsycINFO e a Eric ProQuest. Foram selecionados apenas artigos, nos idiomas inglês, português e espanhol e não foi especificado filtro de período de tempo. A relação dos artigos, que constituem o *corpus* de análise, encontra-se no Apêndice A.

Procedimentos

O primeiro passo realizado foi uma pesquisa para verificar as terminologias adequadas para uso sobre o tema. A partir de tal pesquisa, foram encontrados diversos termos diferentes que significavam o processo de transição universidade-trabalho (*School to Work Transition, University to work transition, Transition from Higher Education to Work, Transition from Higher Education into the Labor Market, Transition from University to Work Life, Transition from Higher Education to Employment, College-to-Work Transition, Transition from Higher Education to Employment...*), o que não demonstrava um padrão, além de evidenciar diferenças entre idiomas. Desta forma, foi necessário que a pesquisa fosse feita por palavras fragmentadas e não expressões, a fim de atingir todas as expressões utilizadas para se tratar sobre o tema. Assim, resultaram múltiplas combinações possíveis com as palavras “*transition*”, “*passage*”, “*switch*”, “*higher education*”, “*university*”, “*faculty*”, “*college*”, “*work*”, “*job*”, “*labor*”, “*labor*” e em português “*transição*”, “*ensino superior*”, “*faculdade*”, “*universidade*”,

“trabalho”. Assim, foi conduzida uma revisão sistemática nas bases de dados PsycINFO, Eric ProQuest e Scielo em outubro de 2017.

As estratégias de busca utilizadas nas bases foram similares, em que os seguintes conjuntos de palavras foram buscados no título dos artigos, (*transition OR passage OR switch*) AND (*"higher education" OR university OR faculty OR college*) e foi feita a busca deste outro conjunto no resumo, (*work OR job OR labor OR labour*). Optou-se pela seleção dos artigos com as palavras-chave no título e resumo, objetivando incluir na amostra aqueles que realmente focalizavam o fenômeno em estudo. Houve apenas uma exceção, no Scielo não foi utilizada essa estratégia das palavras no título e resumo, pois foram obtidos apenas 65 resultados quando as palavras eram selecionadas em todo o texto e as palavras-chaves foram buscadas em português, *transição AND trabalho AND ensino superior OR universidade OR faculdade*. Ao realizar uma leitura flutuante destes artigos, pôde-se notar que eles focalizavam no tema pesquisado, diferente das outras bases quando as palavras eram buscadas no texto todo. Foram estabelecidos também os critérios de inclusão e exclusão, que, no geral, permitiam a inclusão de artigos voltados à transição universidade-trabalho e questões relacionadas à inserção no mercado de trabalho e foram excluídos estudos que tratassem de outros assuntos.

Por meio da leitura dos títulos e resumos dos 249 registros encontrados, foram selecionados 63 artigos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão, destes foram excluídos 9 repetidos, restando 54 artigos. Após a leitura dos artigos na íntegra, foram selecionados 44 artigos identificados como relevantes. Os dados foram então extraídos em uma planilha que incluía a base de dados proveniente, referência do(s) autor(es), ano e país de publicação, título do estudo, periódico de publicação, objetivo do artigo, participantes, tipo do estudo, método utilizado e as principais conclusões que os estudos apresentam em relação à transição universidade-trabalho.

Resultados e Discussão

Os resultados mostram incremento das publicações na última década. No período 1995-2005 foram publicados seis artigos (14%) e no período 2006-2017 (86%), evidenciando que o tema transição é novo. Esse crescimento do número de publicações de artigos relacionados à transição universidade-trabalho a partir do século XXI, deve-se ao reflexo das mudanças no contexto socioeconômico mais amplo, a construção da carreira pode ser caracterizada pela instabilidade e pela imprevisibilidade. A complexidade do cenário onde as carreiras se constroem e se desenvolvem, exige que, além dos trabalhadores, os pesquisadores também compreendam a necessidade de frequente mudança na carreira como a regra e não como

exceção (Fernandez, Fouquereau, & Heppner, 2008). A partir disso, o conceito original de carreira é modificado e começam a ser estudadas as transições de carreira. Feitas essas considerações iniciais, a seguir são apresentados os resultados organizados em três conjuntos de dados: (a) natureza da investigação, (b) população-alvo, e (c) instrumentos.

Natureza da investigação

Os artigos analisados são predominantemente estudos empíricos, representando 95,5% da amostra e com um número muito menor, seguido de artigos teóricos (4,5%). Dentre os artigos empíricos, 92,8% são relatos de pesquisa, o que é esperado por ser um requisito para compor as revistas científicas. Os demais artigos são: 4,8% sobre construção de instrumentos e 2,4% de natureza documental. A categoria menos encontrada foi a teórica (4,5%). Vale destacar que tais artigos são, em geral, “produzidos por pesquisadores com ampla experiência que sistematizam o conhecimento e, por meio do exercício da reflexão e da crítica, conferem-lhe maior profundidade” (Ivatiuk & Yoshida, 2010, p. 100).

Desta forma, especialmente em áreas novas do conhecimento, como as transições de carreira, especificamente a transição universidade-trabalho, o compartilhamento das experiências costuma ser uma etapa necessária para o refinamento e desenvolvimento de novas técnicas e estratégias para atuação prática, então torna-se relevante destacar que dentre os 92,8% dos artigos que foram classificados como relatos de pesquisa, 9,5% são relatos de experiência. A partir dos dados sobre o delineamento metodológico das pesquisas encontradas, pode-se entender que a maioria de estudos quantitativos (64,3%), por conta deles serem especialmente úteis nos estágios iniciais de investigações de uma determinada área do conhecimento, permitindo que se averigüe o campo e se trace o perfil da população-alvo. E os baixos índices de estudos qualitativos (31%) e com delineamento misto (4,7%). Por outro lado, verifica-se a necessidade de avanços na sofisticação metodológica das investigações, com a implementação de estudos que envolvam delineamentos que permitam, por exemplo, a avaliação da eficiência e/ou eficácia dos procedimentos utilizados.

População-alvo

Os trabalhos classificados como de natureza empírica foram analisados em função do tipo de população-alvo, os quais foram organizados em cinco categorias de grupos amostrais: (a) *universitários concluintes* (último ano da graduação); (b) *graduados* (sem especificação de tempo); (c) *recém-graduados* (máximo um ano de formado); (d) *diversos grupos amostrais* (no mesmo estudo há finalistas, recém-graduados, empregadores e especialistas em recrutamento e

treinamento); e (e) *estudos longitudinais com participantes em diferentes condições* (com participantes em dois momentos da transição, concluindo a graduação e como recém-graduados sendo inseridos no mercado de trabalho).

Predominam estudos desenvolvidos com *universitários concluintes* (50%), que têm como foco exatamente os estudantes que estão finalizando a graduação e estão iniciando o processo de transição universidade-trabalho, como esperado em decorrência do fenômeno objeto deste estudo. Quanto aos 19,1% da categoria *graduados*, os estudos mostram focalizam graduados em transição. Essas pesquisas, no entanto, não especificam há quanto tempo as pessoas encontram-se graduadas. Faltam, nessas publicações, clareza na descrição da amostra dificultando a análise. Na categoria a seguir, com 14,3% já ocorre o contrário, os participantes são claramente descritos, como sendo *recém-graduados*, ou seja, pessoas que se formaram há no máximo um ano.

A categoria *mais de um grupo amostral* compreende 9,5% dos estudos. A categoria – *estudos longitudinais*– reúne o menor número de estudos (7,1%). Cumpre destacar que este tipo de estudo é relevante a fim de desenvolver investigações mais longas no tempo, para acompanhar os estudantes no processo da passagem da formação para a sua inserção na vida ativa e nos primeiros anos da sua atividade profissional (Sousa & Gonçalves, 2016).

Instrumentos

Os artigos classificados como de natureza empírica foram analisados também em função dos instrumentos utilizados, os quais foram organizados em cinco categorias de análise: (a) *entrevistas* (enquadra estudos que utilizaram entrevistas estruturas e semiestruturadas); (b) *um ou mais instrumentos distintos* (engloba os artigos que possuem como instrumentos apenas escalas ou escalas combinadas com outros instrumentos, como questionários); (c) *questionários de autorrelato* (apresenta as pesquisas que utilizaram questionários com diversos objetivos, como por exemplo questionários sociodemográficos); (d) *questionários e entrevistas* (engloba artigos que possuam instrumentos iguais aos da primeira categoria e da terceira categoria aliados); e (f) *métodos projetivos e testes psicológicos* (enquadra estudos que teriam utilizado testes psicológicos e/ou avaliações psicológicas).

Conforme os dados apresentados quanto aos tipos de instrumentos de avaliação mais comumente utilizados nos estudos sobre transição universidade-trabalho 13 artigos utilizam entrevistas, 13 utilizaram um ou mais instrumentos em conjunto (por exemplo questionários sociodemográficos junto com escalas como, Escala de Locus de Controle, Escala de Autoeficácia na Transição para o Trabalho, Escala de Apoio Social, entre outros, além de

apenas Escalas distintas em um mesmo estudo), 12 usaram apenas questionários de autorrelato, quatro utilizam questionários e entrevistas combinados. Os dados mostram que nenhum estudo utiliza métodos projetivos e testes psicológicos. Em síntese, há prevalência do uso de escalas de autorrelato em detrimento de testes (particularmente os projetivos) no domínio deste estudo. Dessa forma, possivelmente o uso de instrumentos de autorrelato podem predominar nas pesquisas em decorrência da maior facilidade de aplicação e menor complexidade de interpretação dos resultados.

O uso de instrumentos de avaliação psicológica, na pesquisa e na prática da Orientação de Carreira, requer competência específica, e nesse sentido, a Psicologia tem avançado de forma significativa na busca por adaptação e validação de instrumentos de medida que auxiliem na compreensão dos fenômenos psicológicos como sendo resultado de múltiplos fatores, como aponta Cescon (2013). Além de dominar as técnicas, é preciso destreza de apreensão e integração dos dados obtidos, como advertem Paula, Pereira e Nascimento (2007). Ainda sejam mínimas as investigações que realizem análises dos instrumentos utilizados nos estudos sobre Transição Universidade-Trabalho, como mostrou este estudo, enfatiza-se a relevância dos achados como um contributo para melhor compreensão sobre os instrumentos que estão sendo utilizados em investigações sobre a transição universidade-trabalho.

Considerações Finais

Este estudo teve o propósito de avaliar a produção científica sobre o tema das transições de carreira, mais especificamente a transição universidade-trabalho, focalizando na análise dos instrumentos utilizados nesses estudos. Em síntese, os estudos estão sendo mais desenvolvidos na última década, pois trata-se de um campo novo. A maioria dos estudos usou delineamento quantitativo, seguido em menor número de abordagem qualitativa e métodos mistos. E, os estudos foram desenvolvidos predominantemente com população universitária em final de curso, o que seria esperado uma vez que o objeto deste estudo é a transição universidade-trabalho

Os achados sobre a população-alvo dos estudos analisados, nos três primeiros grupos populacionais (universitários, graduados e recém-graduados), são esperados em decorrência do fenômeno objeto deste estudo. A novidade está em duas categorias: o que reúne diversos grupos amostrais (finalistas, recém-graduados, empregadores e especialistas em recrutamento e treinamento), pela diversidade de perspectivas pesquisadas; e os estudos longitudinais (participantes em diferentes momentos das transições. Os estudos com esses diferentes grupos,

e em diferentes momentos da carreira, possibilitam outros olhares sobre o fenômeno e ampliação do conhecimento, sinalizando pistas para outras investigações.

Como se trata de um campo novo, algumas lacunas são: (a) o número de estudos teóricos sobre o tema ainda é muito pequeno; (b) nas bases pesquisadas, não foram encontradas revisões sistemáticas de literatura sobre o fenômeno investigado; (c) o número de estudos voltados para criação de instrumentos também é pequeno; (d) o público-alvo ainda se limita a estudantes ou recém-graduados apresentando suas perspectivas sobre essa transição; e (e) faltam estudos que desenvolvam e analisem programas de preparação para a transição universidade-trabalho. Dadas essas características indicadas pelo presente estudo, torna-se importante destacar algumas lacunas no contexto da pesquisa do tema, referindo-se à necessidade de ampliação de estudos teóricos e que abordem populações diversas, aumento do número de estudos voltados para criação e validação de instrumentos específicos para estudo e intervenção no domínio da transição de carreira e criação de mais programas de preparação para a transição universidade-trabalho, além de estudos para analisar e discutir a eficácia desses programas e a questão das políticas públicas na área.

Frente a relevância de testes projetivos para a avaliação em orientação de carreira na transição para o mundo do trabalho (possibilitando a avaliação de dimensões psicológicas mais complexas, sobretudo em aconselhamento de carreira individual ou em pequenos grupos), torna-se urgente refletir sobre os motivos que estão na base da sua ausência nos trabalhos de pesquisa dos últimos anos, assim como sobre formas de dinamizar pesquisas e intervenções que os utilizem no sentido de fomentar abordagens de orientação de carreira na transição para a vida adulta que captem dimensões de análise relevantes no contexto das transições de carreira. “As revisões sistemáticas da literatura têm por objetivo contribuir para o crescimento de uma área do saber” (Aguiar & Conceição, 2012, p. 106). Nesse sentido, o presente estudo pode contribuir para que os pesquisadores da área considerem as lacunas na produção do conhecimento em um domínio novo –transições de carreira–, especificamente, a transição universidade-trabalho e, dessa forma, aprimorem seus estudos e promovam novos avanços na área. Entende-se que é vital para a ciência que os pesquisadores dialoguem entre si e com o conhecimento já produzido. Resulta indiscutível a falta de estudos que tenham utilizados testes psicológicos ou métodos projetivos. Estudos sobre instrumentos de medida podem ser úteis para a pesquisa e a prática. E, como limitação deste estudo, destaca-se a necessidade de sistematização dos achados dos estudos, tema para a agenda de pesquisa.

Referências

- Aguiar, F. H. R., & Conceição, M. I. G. (2012). Análise da produção científica em orientação profissional: Tendências e velhos problemas. *Psico-USF*, 17(1), 97-107.
- Cescon, L. F. (2013). Avaliação psicológica: passado, presente e futuro. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina*, 4 (1), 99-109.
- Contandriopoulos, D., Lemire, M., Denis, J., & Tremblay, E. (2010). Knowledge exchange processes in organisations and policy arenas: a narrative systematic review of the literature. *Millbank Quarterly*, 88(4), 444-483.
- Cunha, J. A. et al (2000). *Psicodiagnóstico*. V. 5ª. edição revisada e ampliada. Porto Alegre: Artmed.
- Fernandez, A., Fouquereau, E., & Heppner, M. J. (2008). The career transition inventory. A psychometric evaluation of a French version (CTI-F). *Journal of Career Assessment*, 16(2), 384-398.
- Ivatiuk, A. L.; & Yoshida, L. M. P. (2010). Orientação Profissional de pessoas com deficiências: Revisão de literatura (2000-2009). *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 11 (1), 95-106.
- Melo-Silva, L. L. (2011). Intervenção e avaliação em orientação profissional e de carreira. In M. A. Ribeiro & L. L. Melo-Silva (Orgs.). *Enfoques teóricos contemporâneos e modelos de intervenção. Compêndio de orientação profissional e de carreira (Vol. 2, pp. 155-192)*. São Paulo: Vetor.
- Monteiro, A. M., Gonçalves, C. M., & Santos, P. J. (2016). Os significados da transição da educação superior para o trabalho: estudo exploratório de diferenças entre grupos. *Psicologia, Educação e Cultura*, 20(1), 271-292.
- Muñoz, W. I. S., Takayanagui, A. M. M., Santos, C. B., & Sanchez-Weatman, O. (2002). Revisão sistemática da literatura e meta-análise: noções básicas sobre seu desenho, interpretação e aplicação na área de saúde. In: *Anais do 8º Simpósio Brasileiro de Comunicação em Enfermagem*. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo.
- Oliveira, M. C. (2014). *Sucesso na carreira depois da graduação: estudo longitudinal prospectivo da transição universidade-trabalho*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Paula, A. V., Pereira, A. S.; & Nascimento, E. (2007). Opinião de alunos de psicologia sobre o ensino em Avaliação Psicológica. *PsicoUSF*, 12(1), 33-43.
- Petticrew, M., & Roberts, H. (2006). *Systematic reviews in the social sciences. A practical guide*. Oxford: Blackwell Publishing.

- Ramos, A., Faria, P. M., & Faria, A. (2014). Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. *Rev. Diálogo Educ.*, 14(41), 17-36.
- Sousa, E. & Gonçalves, C. (2016). Satisfação com a formação superior e transição para o trabalho. *Revista de Psicología*, 25(1), 1-20.
- Yazedjian, A., Kielaszek, B. J., & Toews, M. L. (2010). Students' Perceptions Regarding Their Impending Transition Out of College. *Journal of The First-Year Experience & Students in Transition*, 22(2), pp. 33-48.

Apêndice A - Artigos que constituem o corpus de análise

- Alves, M. G.; & Korhonen, V. (2016). Transitions and trajectories from higher education to work and back – A comparison between Finnish and Portuguese graduates. *European Educational Research Journal*, 15(6), 676–695.
- Ama, N. O. (2008). Transition from higher education to employment: A case study of graduates of faculty of social sciences University of Botswana. *Educational Research and Review*, 3(8), 262-274.
- Aronson, P.; Callahan, T.; & Davis, T. (2015). The transition from college to work during the great recession: employment, financial, and identity challenges. *Journal of Youth Studies*, 18(9), 1097–1118.
- Bardagi, M. P.; Lassance, M. C. P.; Paradiso, A. C.; & Menezes, I. A. (2006). Escolha Profissional e Inserção no Mercado de Trabalho: Percepções de Estudantes Formandos. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRPEE)*, 10(1), 69-82.
- Bardagi, M. P.; & Boff, R. M. (2010). Autoconceito, auto-eficácia profissional e comportamento exploratório em universitários concluintes. *Avaliação*, 15(1), 41-56.
- Blanch, A.; & Aluja, A. (2010). Job involvement in a career transition from university to employment. *Learning and Individual Differences*, 20, 237–241.
- Buhl, H. M. (2007). Well-Being and the Child–Parent Relationship at the Transition From University to Work Life. *Journal of Adolescent Research*, 22(5), 550-571.
- Graham, c.; & McKenzie, A. (1995). Delivering the promise: the transition from higher education to work. *Education + Training*, 37(1), 4-11.
- Dias, M. S. L.; & Soares, D. H. P. (2012). A Escolha Profissional no Direcionamento da Carreira dos Universitários. *Psicologia: ciência e profissão*, 32 (2), 272-283.

- Haase, C. M.; Heckhausen, J.; & Silbereisen, R. K. (2012). The Interplay of Occupational Motivation and Well-Being During the Transition From University to Work. *Developmental Psychology*, 48(6), 1739–1751.
- Huldi, C. S. (2002). Family obligations and the transition to working life: the influence of parenthood and family obligations on the transition to employment of university graduates. *Education + Training*, 44(4/5), 208-216.
- Johansson, K.; Kopciwicz, L.; & Dahlgren, L. O. (2008). Learning for an unknown context: a comparative case study on some Swedish and Polish Political Science students' experiences of the transition from university to working life. *Compare*, 38(2), 219–231.
- Lamas, K. C. A.; Ambiel, R. A. M.; & Silva, B. T. A. O. L. (2014). Vivências Acadêmicas e Empregabilidade de Universitários em Final de Curso. *Temas em Psicologia*, 22(2), 329-340.
- Leuze, K. (2011). How structure signals status: institutional stratification and the transition from higher education to work in Germany and Britain. *Journal of Education and Work*, 24(5), 449–475.
- Lindberg, M. E. (2008). Higher Education-to-work Transitions in the Knowledge Society: The Initial Transition and Positional Competition Point of View. *Higher Education in Europe*, 33(4), 375-386.
- Lindfors, P.; Hultell, D.; Rudman, A.; & Gustavsson, J. P. (2014). Change and stability in subjective well-being over the transition from higher education to employment. *Personality and Individual Differences*, 70, 188–193.
- Magalhães, M. O.; & Teixeira, M. A. P. (2013). Antecedentes de Comportamentos de Busca de Emprego na Transição da Universidade para o Mercado de Trabalho. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(4), 411-419.
- Magdaş, I.; Brad, A.; Cristea, D.; Pop, O. A.; Radu, A.; & Sicoe, N. (2013). The transition from university to the labour market for it graduates in the city of cluj-napoca. *Acta Didactica Napocensia*, 6(3), 1-10.
- Martins, A.; & Coimbra, J. L. (2014). Significados atribuídos ao trabalho pelos jovens adultos portugueses do ensino superior: modo crise? *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 15(1), 37-49.
- Melo, S. L.; & Borges, L. O. (2007). A Transição da Universidade ao Mercado de Trabalho na Ótica do Jovem. *Psicologia ciência e profissão*, 27(3), 376-395.

- Monteiro, A. M.; Santos, P. J.; & Gonçalves, C. M. (2015). Building a Scale of the Meanings of Transition From Higher Education to Work. *Journal of Career Assessment*, 23(3), 481-492.
- Monteiro, A. M., Gonçalves, C. M., & Santos, P. J. (2016). Os significados da transição da educação superior para o trabalho: estudo exploratório de diferenças entre grupos. *Psicologia, Educação e Cultura*, 20(1), 271-292.
- Okay-Somerville, B.; & Scholarios, D. (2015). Position, possession or process? Understanding objective and subjective employability during university-to-work transitions. *Studies in Higher Education*, 42, 1275-1291.
- Oliveira, M. C.; Detomini, V. C.; & Melo-Silva, L. L. (2013). Sucesso na transição universidade-trabalho: expectativas de universitários formandos. *Psicologia em Revista*, 19(3), 497-518.
- Paulino, A. R. S.; Coimbra, J. L.; & Gonçalves, C. M. (2010). Diplomados do ensino superior na transição para o trabalho: Vivências e significados. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 11(2), 177-188.
- Papier, J. (2017). Improving college-to-work transitions through enhanced training for employment. *Research in Post-Compulsory Education*, 22(1), 38-48.
- Popadiuk, N. E.; & Athur, N. M. (2014). Key Relationships for International Student University-to-Work Transitions. *Journal of Career Development*, 41(2), 122-140.
- Salas, M. B. (2013). Proyecto de investigación: representaciones sobre el rol profesional de graduados recientes de la carrera de psicología de la unlp. Su relación con la inserción y el desempeño laboral. *Orientación y Sociedad*, 13, 1-29.
- Salas-Velasco, M. (2007). The Transition from Higher Education to Employment in Europe: The Analysis of the Time to Obtain the First Job. *Higher Education*, 54(3), 333-360.
- Samssudin, S.; & Barros, A. (2011). Relação entre as crenças de auto-eficácia e o apoio social na transição para o trabalho em estudantes finalistas do ensino superior. *Edições Colibri*, 25(1), 159-171.
- Santos, A. A. A.; Mognon, J. F.; & Joly, M. C. R. A. (2011). Crenças de autoeficácia na transição para o trabalho em formandos de engenharia. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 12(2), 197-204.
- Silva, C. S. C.; & Teixeira, M. A. P. (2013). Experiências de Estágio: Contribuições para a Transição Universidade-Trabalho. *Paidéia*, 23(54), 103-112.
- Sousa, E. & Gonçalves, C. (2016). Satisfação com a formação superior e transição para o trabalho. *Revista de Psicología*, 25(1), 1-20.

- Try, S. (2004). The role of flexible work in the transition from higher education into the labour market. *Journal of Education and Work*, 17(1), 27-45.
- Tchibozo, G. (2004). The dynamics of school-to-work transition processes of university graduates: an analysis of French data. *British Journal of Guidance & Counselling*, 32(1), 93-109.
- Tchibozo, G. (2007). Extra-Curricular Activity and the Transition from Higher Education to Work: A Survey of Graduates in the United Kingdom. *Higher Education Quarterly*, 61(1), 37-56.
- Teixeira, M. A. P.; & Gomes, W. B. (2004). Estou me Formando... E Agora? Reflexões e Perspectivas de Jovens Formandos Universitários. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 5 (1), 47 – 62.
- Teixeira, M. A. P.; & Gomes, W. B. (2005). Decisão de Carreira entre Estudantes em Fim de Curso Universitário. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 327-334.
- Vieira, D.; & Coimbra, J. L. (2006). Sucesso na Transição Escola-Trabalho: A Percepção de Finalistas do Ensino Superior Português. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 7(1), 1 – 10.
- Vieira, D.; Maia, J.; & Coimbra, J. L. (2007). Do ensino superior para o trabalho: análise factorial Confirmatória da escala de auto-eficácia na Transição para o trabalho (AETT). *Avaliação Psicológica*, 6(1), 3-12.
- Vieira, D. A.; Caires, S.; & Coimbra, J. L. (2012). Do ensino superior para o trabalho: Contributo dos estágios para inserção profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 12(1), 29-36.
- Wendlandt, N. M., & Rochlen, A. B. (2008). Addressing the College to - Work Transition. *Journal of Career Development*, 35(2), 151-165.
- Wolstenholme, J. Z-K; & Evers, F. (2009). Using Skills Portfolios in Fourth-Year University Transition to Work Courses. *Collected Essays on Learning and Teaching*, 2, 170-175.
- Yazedjian, A., Kielaszek, B. J., & Toews, M. L. (2010). Students' Perceptions Regarding Their Impending Transition Out of College. *Journal of The First-Year Experience & Students in Transition*, 22(2), pp. 33-48.

Critérios para a escolha de carreira em vestibulandos de escolas públicas e privadas

Raquel Atique Ferraz

Fabiola Aparecida Molina Costa

Karine Ribeiro de Assunção

Dayane Barbosa

Lucy Leal Melo-Silva

José Egídio Barbosa Oliveira

Faculdade de Filosofia de Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo

Resumo: Para quem aspira ao ingresso na universidade, escolher uma graduação consiste em uma relevante tarefa do desenvolvimento. Esse estudo objetiva analisar os critérios de escolha profissional de vestibulandos com base em um levantamento de opinião. Os dados foram obtidos em Oficinas de Orientação Profissional realizadas em uma Feira de Profissões. Os 445 participantes, provenientes do ensino público (Pub, 111) e privado (Priv, 334), registram suas opiniões a partir da técnica “Critérios para a escolha profissional” de Kathia Neiva. Por meio dessa Técnica, cinco áreas de critérios são sugeridas: ambiente de trabalho, conteúdos ou objetos de trabalho, atividades a desempenhar, rotina de trabalho e retorno desejado. Quanto ao *ambiente de trabalho* (físico, psicológico, profissional), os resultados mostram que os jovens preferem trabalhar em cidade grande (Pub, 75%; Priv, 77%), em ambiente interno (fechado) (Pub, 55%; Priv, 66%) e de cariz tranquilo (Pub, 47%; Priv, 57%) e descontraído (Pub, 50%; Priv, 43%). Os *conteúdos ou objetos de trabalho* evidenciam preferência em lidar com outras pessoas, seguida de atividades ligadas à saúde/doença (Pub, 31%; Priv, 37%) e atividades que implicam troca e geração de ideias (Pub, 28%; Priv, 36%). Quanto às *atividades a desempenhar*, a categoria mais escolhida pelos estudantes do ensino público foi “atividades variadas” (43%), denotando a fase de exploração identitária, preferencialmente em equipe (42%) e com poder de orientação/direção (40%). Por sua vez, os estudantes do ensino privado apresentaram outra ordem de prioridades: resolver problemas (54%), seguida de analisar (47%) e de enfrentar desafios (44%). Quanto à *rotina de trabalho*, a preferência recai sobre o regime presencial (Pub, 71%; Priv, 66%), em que possam viajar com frequência (Pub, 47%) ou que pressuponha trabalhar moderadamente (Priv, 60%) e com horário flexível (Pub, 46%; Priv, 59%). Quanto ao *retorno desejado do trabalho*, a estabilidade financeira assume prioridade (Pub, 80%; Priv, 79), seguida da obtenção de conhecimento (Pub, 70%; Priv, 75), aprendizagem (para os estudantes do ensino público, 62%) e autossatisfação (para os estudantes do ensino privado, 63%). Os resultados refletem preferências e expectativas dos jovens quanto ao seu futuro profissional numa fase desenvolvimental eminentemente exploratória e tendente à resolução da sua identidade profissional, a qual se reflete na escolha de categorias amplas (com menor grau de definição) de preferências que necessariamente irão adquirindo maior definição e especificação ao longo do processo de construção identitária. Observa-se ainda uma elevada congruência entre os critérios de estudantes de escolas públicas e privadas.

Palavras-chave: Critérios para a escolha profissional; Decisão de carreira; Exploração vocacional.

Introdução

As escolhas profissionais são das decisões de maior relevância na vida de todos os indivíduos, remetendo para a uma determinada representação e valorização do papel ou papéis ocupacionais a desempenhar. Atualmente, no contexto de contínuas mudanças do mercado de trabalho e tendo em conta o aumento de transições de carreira ao longo da vida, as escolhas profissionais deixaram de ser específicas do período de transição da escola para o mundo do trabalho, acontecendo sempre que ocorre uma transição de carreira ao longo do percurso

biográfico. Contudo, tal situação não retira a relevância das primeiras escolhas profissionais, principalmente aquelas direcionadas ao acesso à universidade. Cada escolha tende a refletir o tipo de ocupação que a pessoa gostaria de ter dentro de um determinado contexto de mercado de trabalho e tendo em conta os recursos e competências pessoais adquiridas. Assim, é possível observar suas preferências em relação ao ambiente e atividades de trabalho (Soares, 2002). De forma geral, as decisões de carreira envolvem um amplo e complexo processo que ultrapassa a simples escolha de um campo profissional já apontava Ferretti (1992). Elas envolvem a exploração quer dos próprios interesses, valores e recursos pessoais, quer do mundo das profissões que possam estar relacionadas com tais interesses, valores e recursos; Teixeira & Gomes, 2005). E, dentre os fatores contextuais que mais influenciam as escolhas de carreira estão as rápidas mudanças no mercado de trabalho, assim como a crescente flexibilização e precarização dos contratos de trabalho. De acordo com Ferretti (1992), as pessoas possuem maior ou menor grau de liberdade de escolha a depender das condições econômicas, educacionais e espirituais.

Neste século, as escolhas se dão em um contexto altamente desafiante que, do ponto de vista individual, exige a posse de um elevado número de recursos (capital econômico, social, educacional, cultural) para que tais escolhas possam ser um reflexo do exercício de alguma liberdade pessoal (Teixeira & Gomes, 2005). Contudo, para além dos desafios mais notórios impostos pelos mercados de trabalho na atualidade, as decisões profissionais são realizadas na confluência de inúmeros determinantes. De forma geral, Soares (2002), propõe um enquadramento dos fatores determinantes das escolhas de carreira em seis grandes grupos: sociais, educacionais, econômicos, familiares, psicológicos e políticos. Segundo a autora, os fatores políticos dizem respeito à relação estabelecida entre a política governamental e a educação; os econômicos referem-se ao sistema econômico, às relações de produção e suas implicações para a educação; os sociais relacionam-se à divisão de classes, o papel assumido pelo ensino superior e a relação sociedade-família; os fatores educacionais fazem menção ao ambiente escolar, aos métodos de ensino, aos aspectos ligados ao vestibular, entre outros; e os psicológicos se referem às percepções e sentimentos que influenciam a escolha.

Tendo em vista a multiplicidade e complexidade dos percursos profissionais e dos fatores que os influenciam, tornou-se cada vez mais necessário a busca por serviços de Orientação Profissional, tanto para a promoção do autoconhecimento no âmbito ocupacional (exploração de interesses, valores, competências, recursos) como para conhecer o universo disponível de escolhas profissionais. É claro que, muitas vezes, as escolhas e percursos profissionais individuais seguem um padrão determinado por influências externas, tais como as

profissões em alta do mercado, o de estilo de vida pretendido, os objetivos almejados pelos familiares e as opiniões de amigos (Dias & Soares, 2012). Contudo, a crescente individualização e destandardização dos trajetos profissionais tem vindo a exigir crescentes níveis de reflexão e ponderação acerca das escolhas a efetuar no decorrer de percursos pautados por um crescente número de transições. A necessidade de recurso a serviços de Orientação Profissional torna-se, assim, mais recorrente e extensível à totalidade dos trajetos profissionais. Os serviços de Orientação Profissional procurarão auxiliar os indivíduos nas sucessivas escolhas de carreira que se tornam inevitáveis nos múltiplos e sucessivos momentos de transição profissional ao longo da vida. Tal auxílio pode assumir diferentes formas: fornecimento de informação acerca do mundo do trabalho (por exemplo, busca em guias e vídeos sobre profissões); atividades autoadministradas (serviços existentes na internet); estratégias alternativas de orientação profissional (workshops, oficinas, grupos de trabalho, entre outras estratégias); orientação profissional em grupo (interpretação de testes em grupo, grupos estruturados ou não estruturados) ou consulta psicológica individual (administração e interpretação de testes, consulta psicológica breve ou prolongada) (Spokane, 1991, 2004).

A escolha mediada pela Orientação Profissional, seja ela em qualquer modalidade, passa desejavelmente a ser o resultado de um processo mais consciente e autônomo, deixando de ser um mero subproduto de um longo histórico profissional familiar ou de uma demanda da sociedade. Nesse sentido, deve-se levar em especial consideração durante o processo orientação, os interesses profissionais dos indivíduos. Embora possua diversos significados, variando com as abordagens teóricas, os interesses são um componente fundamental no desenvolvimento de carreira (Athanasou & Van Esbroeck, 2007). Em uma definição mais generalizada proposta por Savickas (1995), os interesses são definidos como o gostar ou desgostar de algumas atividades profissionais, em detrimento de outras, e isso mediará a relação entre o indivíduo e o trabalho e conseqüentemente seu ajustamento ao meio. Para o autor, os interesses servem como indicadores de características de personalidade e ao serem avaliados expõem informações acerca de necessidades e valores. Tais necessidades emergem de impulsos iniciais associados a um senso de ‘incompletude’ que demandam satisfação. Por seu lado, os valores imprimem uma orientação à forma como se procura a satisfação das necessidades.

Para identificar tais interesses, a Orientação Profissional procura estimular o processo de conhecimento de si e do mundo necessário às decisões de carreira. Contudo, este processo não é isento de dificuldades e pode inclusive conduzir a momentos de desconforto e ansiedade: ao explorar potencialidades e obstáculos; ao ampliar o leque de opções à disposição do

indivíduo (Rocha, 2010). A escolha profissional nesse sentido torna-se um processo de resolução de problemas, o que leva à necessidade de desenvolvimento das respectivas competências, aspecto central a ser trabalhado nas intervenções de orientação profissional, segundo Pelletier (1982), em uma perspectiva desenvolvimentista.

Considerando o cenário da Orientação Profissional para a tomada da decisão, Bohoslavsky (1971/2015), na perspectiva psicodinâmica, define a escolha profissional como sendo o estabelecimento do que fazer, de quem ser e a que lugar pertencer no mundo por meio do trabalho. Todas essas questões teriam como objetivo a construção da identidade profissional, ou ocupacional, que em conjunto com a identidade pessoal, contribuiria para a integração da personalidade. Além do mais, a escolha envolveria mudanças, perdas, medo de fracassar, a elaboração de lutos e conflitos, sendo necessário reavaliações constantes ao longo da vida. Para o autor esses conflitos teriam um auge entre os 15 a 19 anos de idade, sendo indicada a orientação principalmente nessa faixa etária. Na adolescência, o estabelecimento dessas questões tem um maior impacto, decorrente da primeira grande escolha em termos de carreira. Tratar-se-ia de um momento tendencialmente marcado por conflitos, ansiedades e manifestação de mecanismos de defesa, como formas de lidar com a transição para o novo papel de vida e com a construção da identidade ocupacional. Nesse contexto de resolução de conflitos e construção identitária, o jovem se depara com a necessidade de implementar uma série de escolhas relativas ao seu futuro escolar e profissional (Bohoslavsky (1971/2015). Em decorrência dessa situação, e apesar de a orientação profissional ser hoje uma necessidade que se manifesta ao longo de toda a vida adulta, é comum que o maior público alvo da Orientação Profissional ainda seja o dos jovens de ensino médio e na situação pré-vestibular como apontam Melo-Silva, Lassance e Soares (2004).

No processo de escolha profissional, o grau de liberdade inerente a tal escolha emerge da interação de fatores pessoais, sociais e econômicos, que em conjunto podem dificultar ou interromper certos planos no desenvolvimento da carreira. Os referidos fatores exercem sua influência a múltiplos níveis. No Brasil, uma das suas influências mais notórias se refere ao tipo de instituição de ensino em que os jovens fazem sua preparação para a entrada no mundo do trabalho: instituições públicas ou privadas. Sparta e Gomes (2006), ao esudarem a importância atribuída ao ingresso na educação superior por estudantes concluintes do ensino médio de escolas públicas e particulares, observaram que estudantes de escolas privadas pensam significativamente mais em prestar o vestibular imediatamente após se formarem. Já os estudantes de escolas públicas têm maior inserção em cursos pré-vestibulares, cursos profissionalizantes e ingressos mais precoces no mercado de trabalho. Estes resultados colocam

a hipótese de o tipo de escola frequentada (em grande medida, um reflexo do status social e econômico dos estudantes) poder influenciar as opções de percurso profissional e de carreira. Nessa perspectiva, Bastos (2005) investigou os fatores relacionados ao percurso educacional e profissional de egressos do ensino médio de escolas públicas. Os resultados indicaram que a mesma ocupação profissional que os participantes exerciam durante o ensino médio se estendeu após os sete anos de conclusão deste nível de ensino, sendo que eles não prestaram vestibular por não se considerarem preparados em termos de conteúdo ou de condição financeira. Além disso, muitos precisaram abdicar da profissão que almejavam durante o ensino médio a fim de se adequar às necessidades e às possibilidades presentes em seu contexto, o que levou a autora à conclusão que as preferências pessoais destes jovens muitas vezes ficam em segundo plano, coartadas por necessidades e prioridades diretamente ligadas à falta de recursos (pessoais e familiares) indispensáveis à concretização de planos de carreira que fossem reflexo de tais preferências.

Considerando a importância da escolha profissional, principalmente na fase da adolescência e início da vida adulta, período esse em que o jovem em transição entre escola e trabalho precisa optar por uma profissão ou emprego, nota-se a relevância de buscar conhecer quais os critérios que influenciam nessa escolha. Considerando essa necessidade, esse estudo objetiva analisar e comparar os critérios de escolha profissional de vestibulandos oriundos de instituições públicas e privadas, de forma a captar a possível influência do tipo de instituição frequentada. Esse conhecimento pode contribuir para adaptar os programas e de intervenção em Orientação Profissional a possíveis diferentes necessidades dos jovens em função de seu trajeto escolar ter sido feito em instituição pública ou privada.

Método

Contexto de coleta de dados - A Feira de Profissões USP

As Feiras de Profissões da USP são iniciativas da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU) e são realizadas por meio do Programa “USP e as Profissões”, que inclui outras atividades como visitas monitoradas aos cursos. As feiras ocorrem na capital e no interior e consistem em exposições de todos os cursos da universidade. A da Capital acontece anualmente, em São Paulo, e reúne todos os cursos ofertados pela instituição. E, intitula-se, neste ano, “12ª Edição da Feira USP e as Profissões”. Essa feira era realizada anteriormente com outra denominação por isso em edição menor que a do interior. A do Interior intitula-se, neste ano, “16ª Feira USP e as Profissões – Interior” (FEPUSP). Também é realizada anualmente, mas de forma itinerante, alternando a cada ano a sede do evento entre uma das

idades que abrigam um dos seis *campi* da Universidade: Bauru, Lorena, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto e São Carlos.

Nas exposições nos estandes de cada faculdade são disponibilizadas de informações e atividades gratuitas, voltadas aos alunos do Ensino Médio e de cursinhos pré-universitários, tais como o esclarecimento de dúvidas sobre o vestibular, os cursos oferecidos, a grade curricular e o mercado de trabalho. Também estão presentes estandes da FUVEST (responsável pela prova vestibular de ingresso na Universidade de São Paulo), do INCLUSP (programa de inclusão da USP), PASUSP (Programa de Avaliação Seriada da USP, que esclarece dúvidas sobre temas como as cotas e o sistema de pontuação acrescida do vestibular). E, ainda, o estande das oficinas de Orientação Profissional, em geral desenvolvidas na feira da capital sob a coordenação do Serviço de Orientação Profissional (SOP-USP) do Instituto de Psicologia da USP (PRCEU, 2018).

Na “15ª Feira USP e as Profissões – Interior”, realizada no campus II da USP de São Carlos, em 2017, foram desenvolvidas Oficinas de Orientação Profissional, sob a coordenação do Serviço de Orientação Profissional (SOP-USP) do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, objeto deste estudo, do tipo levantamento de opinião. As atividades foram desenvolvidas por alunas/os do Curso de Psicologia com treinamento em Orientação Profissional em grupo e individual.

Participantes

Os dados foram coletados no contexto de Oficinas de Orientação Profissional realizada na 15ª Feira USP e as Profissões – Interior, citada anteriormente. Participaram do levantamento de opinião 445 pré-vestibulandos, provenientes do ensino público (Pub, 111) e privado (Priv, 334). No ensino público, 69,37% dos participantes são do sexo feminino. Já no ensino privado, 56,59% são do sexo feminino. No que respeita a idades, elas oscilam entre os 12 e os 30 anos, sendo que 69,37% dos participantes têm entre 16 e 17 anos.

Instrumentos

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados o *Jogo: Critérios para Escolhas Profissionais* (Neiva, 2015). Essa técnica tem como objetivo facilitar na decisão profissional por meio da escolha de características que mais atraem o cliente em termos de Ambiente de Trabalho, Objetos/Conteúdos de Trabalho, Rotina de Trabalho, Atividades de Trabalho e Retornos do Trabalho. O Jogo conta com duas folhas para preenchimento, denominadas respectivamente de “Critérios Para Escolha Profissional” e “Realidade Profissional”. Na

primeira deve-se definir os critérios para escolha, em geral, de acordo com os cinco fatores já apontados. Na folha de Realidade profissional deve-se repensá-los de acordo com as profissões listadas, *a priori*, avaliando quais os critérios escolhidos que se enquadram em cada profissão. Como etapa posterior, recomenda-se aos jovens que realizem pesquisas sobre as profissões listadas, pensem nas vantagens e nas desvantagens e assim possam decidir de forma consciente e autônoma.

Procedimentos

As Oficinas de Orientação Profissional foram realizadas ao longo dos dois dias de duração da 15ª FEPUSP, ocorrida no primeiro semestre de 2017 em São Carlos. Os interessados nas oficinas eram orientados a procurar a estande de informações da feira, a fim de pegar uma senha e aguardar o preenchimento das vagas daquela sessão, em seguida eram guiados até às salas em que as oficinas estavam acontecendo. A duração média de cada oficina foi de sessenta minutos. Cada oficina contava com dois ou três coordenadores com a função de facilitar a realização da atividade. Esses coordenadores eram estagiários do curso de Psicologia que realizavam atendimento no Serviço de Orientação Profissional (SOP) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo. As oficinas começavam com a diferenciação entre os objetivos desta atividade e um processo mais amplo de orientação profissional. A seguir, foi destacado o objetivo da oficina: “auxiliar na reflexão sobre critérios para a escolha da carreira e sobre as vantagens e as desvantagens das possíveis escolhas”. Assim, foi realizada a atividade “*Jogo: Critérios para Escolhas Profissionais*”, e após a conclusão do preenchimento da primeira folha dos critérios, foram realizadas conversações a respeito das escolhas feitas e da atividade em si. Por fim os participantes eram orientados a pesquisar na feira ou em casa mais informações sobre cursos e profissões pensando nesses critérios. A todos os participantes foi entregue uma folha respeitante à atividade relativa à exploração da “Realidade Profissional” para conclusão posterior da mesma.

Análise de dados

Os dados foram objeto de análises descritivas que se centram nas porcentagens de escolha dos diferentes critérios de decisão com implicações nas escolhas profissionais de jovens provenientes de instituições de ensino públicas e privadas.

Resultados e Discussão

Os resultados refletem as prioridades das preferências dos respondentes quanto ao ambiente de trabalho, aos conteúdos ou objetos de trabalho, às atividades a desempenhar, à rotina de trabalho e ao retorno desejado do trabalho, como se observa na Tabela 1.

Quanto ao *ambiente de trabalho* (físico, psicológico, profissional), os resultados mostram que os jovens preferem trabalhar em cidade grande (Pub, 75%; Priv, 77%), em ambiente interno (fechado) (Pub, 55%; Priv, 66%) e de cariz tranquilo (Pub, 47%; Priv, 57%) e descontraído (Pub, 50%; Priv, 43%). Os *conteúdos ou objetos de trabalho* evidenciam preferência em lidar com outras pessoas (adultos, Pub (58%), Priv (63%); adolescentes, Pub (47%), Priv (46%)), seguida de atividades ligadas à saúde/doença (Pub, 31%; Priv, 37%) e atividades que implicam troca e geração de ideias (Pub, 28%; Priv, 36%).

Tabela 1. *CrITÉrios de decisão dos participantes em função do tipo de instituição de ensino que frequentam*

		Tipo de Instituição	
		Público	Particular
Ambiente de trabalho	Cidade grande	75%	77%
	Ambiente interno	55%	66%
	Cariz tranquilo	47%	57%
	Cariz descontraído	50%	43%
Conteúdo ou objetos de trabalho	Lidar com outras pessoas (adultos)	58%	63%
	Lidar com outras pessoas (adolescentes)	47%	46%
	Atividades ligadas à saúde/ doença	31%	37%
	Atividades que implicam troca e geração de ideias	28%	36%
Atividades a desempenhar	Atividades variadas	43%	
	Preferencialmente em equipe	42%	
	Com poder de orientação/ direção	40%	
	Resolver problemas		54%
	Analisar		47%
	Enfrentar desafios		44%
Rotina de trabalho	Regime presencial	71%	66%
	Viajar com frequência	47%	
	Trabalhar moderadamente		60%
	Horário flexível	46%	59%
Retorno desejado do trabalho	Estabilidade financeira	80%	79%
	Obtenção de conhecimento	70%	75%
	Aprendizagem	62%	
	Auto-satisfação		63%

Quanto às *atividades a desempenhar*, a categoria mais escolhida pelos estudantes do ensino público foi “atividades variadas” (43%), denotando a fase de exploração identitária, preferencialmente em equipe (42%) e com poder de orientação/direção (40%). Por sua vez, os

estudantes do ensino privado apresentaram outra ordem de prioridades: resolver problemas (54%), seguida de analisar (47%) e de enfrentar desafios (44%). Quanto à *rotina de trabalho*, a preferência recaí sobre o regime presencial (Pub, 71%; Priv, 66%), em que possam viajar com frequência (Pub, 47%) ou que pressuponha trabalhar moderadamente (Priv, 60%) e com horário flexível (Pub, 46%; Priv, 59%). Quanto ao *retorno desejado do trabalho*, a estabilidade financeira assume prioridade (Pub, 80%; Priv, 79), seguida da obtenção de conhecimento (Pub, 70%; Priv, 75), aprendizagem (para os estudantes do ensino público, 62%) e autossatisfação (para os estudantes do ensino privado, 63%).

As preferências e expectativas dos jovens quanto ao seu futuro profissional refletem a fase desenvolvimental eminentemente exploratória e tendente à resolução da sua identidade profissional. Tal fato se manifesta na escolha de categorias amplas (com menor grau de definição) de preferências que necessariamente irão adquirindo maior definição e especificação ao longo do processo de construção identitária. Observa-se ainda uma elevada congruência entre os critérios de estudantes de escolas públicas e privadas, como se observa na ordem de preferências evidenciadas nas categorias “ambiente de trabalho” e “conteúdo ou objetos de trabalho”, onde jovens de escolas públicas e privadas evidenciam as mesmas prioridades quanto às suas preferências de escolha profissional. No que se refere ao ambiente de trabalho, as preferências recaem sobre trabalho a desempenhar em cidade grande, em ambiente interno e de cariz tranquilo ou descontraído. Tais preferências parecem denotar uma preferência por um trabalho no setor dos serviços, numa urbe grande o suficiente para proporcionar um leque de ofertas (em termos de habitação, cultura, etc.) que garanta um estilo de vida econômica, social e culturalmente estimulante. A demanda por um ambiente tranquilo ou descontraído sugere uma fuga de ambientes excessivamente estressores e que possam comprometer a qualidade de vida desejada.

No que se refere aos conteúdos ou objetos de trabalho, jovens do ensino público e do ensino privado apresentam também as mesmas preferências: lidar com pessoas, ocupações ligadas à saúde e doença, troca e geração de ideias. A escolha de áreas profissionais ligadas à saúde e doença denota uma preferência por uma determinada área profissional com um certo grau de delimitação. Trata-se de uma área que poderá atrair os jovens quer por suscitar um interesse intrínseco ligado às atividades profissionais a desempenhar (motivação intrínseca), quer por remeter para atividades profissionais detentoras de elevado grau de prestígio social e socialmente representadas como bem remuneradas (motivação extrínseca). Já lidar com pessoas e troca e geração de ideias constituem critérios mais amplos que, possivelmente, remetem para um amplo leque de atividades percebidas como estimulantes em termos de desenvolvimento

psicossocial. Contudo, como se pode observar, trata-se de critérios consideravelmente amplos denotando um incipiente nível de desenvolvimento da identidade profissional dos participantes no estudo – algo típico da fase exploratória de desenvolvimento identitário em que a maioria se encontra.

Quanto às atividades a desempenhar, já se pode observar uma diferenciação entre estudantes do ensino público e do ensino privado. Os primeiros parecem denotar um maior nível de indefinição ou difusão identitária a este nível, ao apontar “atividades variadas” como a categoria preferencial. Seguidamente apontam o trabalho em equipe e o exercício de ocupações com poder de orientação/ direção, critérios que indicam atração pela ocupações de posições de destaque num ambiente de trabalho colegial onde não se limitem ao cumprimento de ordens e diretrizes alheias. Assim, o exercício do poder de direção poderá ser um veículo para conquistar uma percepção valor, destaque e diferenciação no seio da organização onde trabalhem, algo crescentemente relevante para as novas gerações. Já os alunos de instituições privadas privilegiam atividades de resolução problemas, análise e enfrentamento de desafios. Estas escolhas podem estar associadas a uma cultura porventura mais típica das instituições de ensino que frequentam e da classe social de pertença em que se estimula uma postura proativa de desenvolvimento de competências para lidar com um mundo do trabalho complexo e em acelerada mudança. Uma das diferenças essenciais entre as preferências dos dois grupos de jovens parece recair no fato de os que frequentam instituições privadas de ensino médio privilegiarem uma orientação mais processual relativamente às funções profissionais a desempenhar: independentemente de tais funções, estes jovens parecem ter desenvolvido a percepção da relevância dos processos de análise, resolução de problemas e da necessidade de confronto constante com novos e complexos desafios. Uma postura que pode denotar uma maior sintonia com as exigências do atual mercado de trabalho.

Atendendo à rotina de trabalho, alunos de instituições públicas e privadas voltam e evidenciar um certo grau de sintonia ao priorizarem, em comum, atividades em regime presencial, onde também possam viajar com frequência e trabalhar de forma moderada e beneficiar de horário flexível. Estes critérios parecem apontar para uma preferência de atividades profissionais exercidas de modo tradicional (em regime presencial) mas que possibilitem uma harmonização com outros objetivos de vida (trabalhar de forma moderada e beneficiar de horário flexível) ou até mesmo que permitam o desenvolvimento de interesses não diretamente ligados ao trabalho exercido (o viajar como forma de conhecer outras realidades e contextos e, assim, atingir um certo nível de cosmopolitismo num mundo cada vez mais globalizado).

Por último, quanto ao retorno desejado do trabalho, os critérios apontados por alunos quer de instituições públicas quer privadas apontam primeiramente para a estabilidade financeira – o trabalho como base econômica para a construção de uma multiplicidade de outros projetos de vida. Secundariamente, denota-se uma preocupação com a aprendizagem e obtenção de conhecimento. Aqui, observa-se uma representação do trabalho como fator essencial de autodesenvolvimento ao longo da vida – longe de uma perspectiva que considere o trabalho como mero fator de autossustentação. Seguidamente, e intimamente associado à consideração do trabalho como fator de autodesenvolvimento, aparece a representação do trabalho como fator de autorrealização. A centralidade do trabalho como dotador de valor e sentido ao percurso biográfico parece, assim, cada vez mais reforçada nas novas gerações que se encontram perante a transição para a vida adulta.

Considerações finais

Os resultados apresentados representam valores, expectativas e orientações das novas gerações de jovens perante o mundo do trabalho. O fato de os participantes no presente estudo exibirem uma vasta amplitude em termos de idade (indo desde o início da adolescência ao início da idade adulta), nos força a reconhecer que necessariamente estamos perante dados representativos de jovens em diferentes níveis de desenvolvimento da sua identidade profissional: desde alunos que ainda se encontram plenamente difusos relativamente às suas escolhas profissionais a alunos que já se engajaram ativamente em processos de exploração profissional e mesmo já chegaram a certo nível de definição das suas escolhas. Independentemente desta variedade etária, os resultados permitiram-nos observar amplas categorias de critérios de escolha profissional que podemos tomar como indicadores das prioridades das novas gerações em relação ao que pretendem obter das suas carreiras profissionais. Como foi anteriormente, por várias vezes, referido, pode-se observar uma extensa congruência entre os critérios apontados por estudantes de instituições públicas e privadas. Salienta-se contudo aqui, uma divergência que nos parece significativa entre estes dois grupos, relativamente às atividades profissionais a desempenhar: o fato de os alunos de instituições privadas se encontrarem, aparentemente, mais orientados para o confronto com os desafios típicos dos mercados de trabalho contemporâneos, ao mencionarem a sua preferência por atividades onde se observe a saliência de processos de análise e resolução de problemas, assim como de confronto com desafios. Trata-se de uma orientação para o mundo do trabalho que parece evidenciar um maior nível de sintonia com as complexas exigências de uma dimensão das nossas vidas em profunda e constante mutação.

O contributo do presente trabalho, terá necessariamente de ser lido e analisado em conjunto com o restante do corpo de pesquisa que se vem produzindo nesta área. Pesquisas e análises futuras serão também necessárias visando a aprofundar e detalhar os dados aqui evidenciados no que se refere a uma multiplicidade de fatores sociodemográficos e desenvolvimentais: diferenças de gênero, de nível socioeconômico, escolaridade, área de formação, idade; o impacto de variáveis desenvolvimentais associadas à personalidade e ao desenvolvimento da identidade; o impacto de variáveis socioemocionais; associações ao ambiente familiar e nível de apoio recebido; o impacto de variáveis contextuais ligadas a condições sócio-econômicas e políticas com influência nas condições, obstáculos e oportunidades inerentes ao mundo do trabalho, entre outras variáveis. Contudo, os presentes resultados já nos colocam questões com possíveis implicações de política educativa relativamente a diferenciações e desigualdades na preparação de jovens com percursos educativos em instituições privadas e públicas para a entrada no mundo do trabalho.

Referências

- Almeida, M. E. G. G. de, & Magalhães, A. S. (2011). Escolha profissional na contemporaneidade: projeto individual e projeto familiar. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 12(2), 205-214.
- Athanasou, J. A., & Van Esbroeck, R. (2007). Multilateral perspectives on vocational interests. *International Journal for Educational and Vocational Guidance*, 7(1), 1-3.
- Bastos, J. C. (2005). Efetivação de Escolhas Profissionais de Jovens Oriundos do Ensino Público: Um Olhar sobre suas Trajetórias. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6(2), 31 – 43.
- Bohoslavsky, R. (2015). *Orientação vocacional: a estratégia clínica*. (8ª ed., J. M. V. Bogart, Trad.). São Paulo: Martins Fontes (Obra original publicada em 1971).
- Castro, A. M. D. A. (2008). Mudanças no mundo do trabalho: impactos na política de Formação de professores. *Trabalho & Educação*, 17 (1), 77-92.
- Dias, M. S. de L., & Soares, D. H. P. (2012). A escolha profissional no direcionamento da carreira dos universitários. *Psicologia: Ciência e Profissão*. Brasília, 32(2), 272-283.
- Ferretti, C. J. (1992). Uma nova proposta em orientação profissional. São Paulo: Cortez.
- Melo-Silva, L. L., Santos, M. A., Simões, J. T. & Avi, M. C. (Orgs.). (2003). *Arquitetura de uma ocupação*. Vol. 1: Orientação profissional: Teoria e prática. São Paulo: Vetor Editora.

- Melo-Silva, L. L., Lassance, M. C. P., & Soares, D. H. P. (2004). A orientação profissional no contexto da educação e trabalho. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 5(2), 31-52.
- Neiva, K. M. C. (2015). *Crêterios para Escolhas Profissionais* (3ª Ed., Vol. 1). São Paulo: Vetor.
- PRCEU (2018) – Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. *USP e as Profissões: Feira de Profissões*. Recuperado em 14 fevereiro 2018, de <http://www.prceu.usp.br/uspprofissoes/feiras-de-profissoes>.
- Rocha, M. C. S. (2010). Projeto de carreira, plano de vida: passos para um gerenciamento de vida profissional e pessoal. In R. S. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs), *Orientação Vocacional Ocupacional* (pp. 82-91). Porto Alegre; Artmed.
- Savickas, M. L. (1995). Examining the personal meaning of inventorie interests during carrer counseling. *Journal of Carrrer Assessment*, 3, 188-201.
- Sparta, M., & Gomes, W. B. (2006). Importância Atribuída ao Ingresso na Educação Superior por Alunos do Ensino Médio. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6(2), 45- 53.
- Soares, D. H. P. (2002). *A escolha profissional do jovem ao adulto*. São Paulo: Summus.
- Spokane, A. R. (1991). *Career Intervention*. Prentice Hall: Englewood Cliffs.
- Spokane, A. R. (2004). Avaliação das intervenções de carreira. In L. M. Leitão (Org.), *Avaliação psicológica em orientação escolar e profissional* (pp. 455-473). Coimbra: Quarteto.
- Teixeira, M. A. P., & Gomes, W. B. (2005). Decisão de carreira entre estudantes em fim de curso universitário. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 327-334.
- Zaneli, J. C., Andrade, J. E. B., & Bastos, A. V. B. (2004). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.

Inclinações motivacionais de estudantes do ensino médio de Manaus e Ribeirão Preto: comparações a partir do BBT-Br

Gisele Cristina Resende

Sonia Regina Pasian

Erika Tiemi Kato Okino

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo

Resumo: Inclinações motivacionais podem ser concebidas como interesses que se manifestam em escolhas de atividades na vida, constituindo marcadores da identidade profissional a partir de componentes multifatoriais e biopsicossociais, sendo relevante examinar possível efeito do contexto sociocultural nesse processo. Este trabalho procurou caracterizar e comparar inclinações motivacionais de estudantes do Ensino Médio de cidades de regiões distintas do Brasil, Manaus (AM) na região Norte e Ribeirão Preto (SP) na região Sudeste, a partir do Teste de Fotos de Profissões BBT-Br. Foram examinados 395 estudantes (203 rapazes; 192 moças) das três séries do Ensino Médio de Manaus (AM), entre 14 e 19 anos de idade. Além disso, utilizou-se banco de dados com 1.582 protocolos do BBT-Br (862 do sexo feminino; 720 do sexo masculino) de estudantes das três séries do Ensino Médio de Ribeirão Preto (SP), entre 14 e 19 anos, originários do estudo de Barrenha (2011). Os dados do BBT-Br foram sistematizados conforme respectivo manual técnico, comparando-se indicadores de produtividade (escolhas positivas e negativas) e da estrutura primária (positiva e negativa) de interesses dos estudantes das duas cidades, respeitando-se a versão do BBT-Br (feminina e masculina). Houve diferenças estatisticamente significativas na produtividade dos dois grupos, sendo que estudantes de Manaus (de ambos os sexos) realizaram menor número de escolhas positivas e maior número de escolhas negativas, o que pode caracterizar interesses/motivações mais restritos e/ou dirigidos para escolhas profissionais. As estruturas primárias de inclinações motivacionais também se diferenciaram significativamente, apontando especificidades regionais/socioculturais. No grupo feminino de Manaus destacou-se preferência por atividades profissionais ligadas a criatividade e pensamento inovador (radical G), enquanto as estudantes de Ribeirão Preto preferiram atividades ligadas à sensibilidade artística (radical Z), tendo em comum anseios por atividades de natureza social e comunicação (radicais S e O). Em ambas as regiões o grupo masculino priorizou atividades de cuidado e ajuda ao ser humano (radical S), raciocínio lógico, mensuração e análise matemática (radical V) e uso da criatividade e pensamento inovador (radical G), sem diferença estatisticamente significativa nos três primeiros radicais da estrutura primária positiva. No entanto, houve especificidades regionais no tocante às rejeições de atividades profissionais (estrutura primária negativa) no grupo masculino e feminino, priorizando desinteresse por atividades de força física, manuais e de contato concreto com o outro (radicais K, M e W). Os achados empíricos sugerem que diferenças motivacionais podem estar associadas ao contexto sociocultural, embora com pontos de similaridade condizentes com a faixa etária avaliada (adolescência).

Palavras-chave: Inclinações Motivacionais; Interesses, BBT-Br; Método Projetivo; Adolescentes; Avaliação Psicológica.

Introdução

Inclinações motivacionais podem ser concebidas como interesses que se manifestam no comportamento de escolha de atividades cotidianas e durante o desenvolvimento, cristalizando preferências que favorecem caminhos profissionais e de vida. Caracterizam-se como estruturas embasadas em componentes biopsicossociais (contexto histórico, social, cultural, econômico, educacional e familiar), vulneráveis às influências exercidas pelo ambiente no qual o indivíduo se desenvolve (Achnich, 1991), constituindo-se como marcadores de identidade construídos

ao longo do processo de desenvolvimento humano (Okino, 2009). As inclinações motivacionais podem ser satisfeitas no exercício profissional, favorecendo a constituição da identidade profissional do indivíduo. Na medida em que consegue satisfazê-las em atividades laborais, o indivíduo sente-se realizado, reforçando as escolhas feitas e proporcionando equilíbrio psíquico. Assim, inexisteriam sinais de sofrimento laboral/ocupacional quando o indivíduo satisfaz suas necessidades pulsionais por meio das inclinações profissionais, favorecendo preservação da saúde física e mental (Achnich, 1991; Welter & Capitão, 2009).

Um dos instrumentos utilizados para a avaliação das inclinações profissionais é o Teste de Fotos de Profissões (*Berufsbilder Test* - BBT), um teste que foi desenvolvido por Martin Achnich na década de 1970, na Suíça, o qual objetiva a clarificação das motivações internas, interesses ou inclinações direcionados para atividades profissionais. Diante da qualidade e riqueza interpretativa do BBT, André Jacquemin o introduziu no Brasil em 1982. A partir de então, desenvolveu projetos que visaram a adaptação desse instrumento ao contexto brasileiro, ampliando o leque de instrumentos de avaliação psicológica, em especial na área dos métodos projetivos no campo da Orientação Profissional e de Carreira. Possui natureza projetiva, pois ao realizá-lo o indivíduo expressa motivações e identificações particulares sobre as atividades visualmente representadas por fotos. Desse modo, o instrumento facilita o alcance da esfera afetiva e imaginativa do respondente, sistematizando indicadores de sua personalidade, enquanto o mesmo faz exercícios de escolha sobre os estímulos (fotos), que revelam os sentimentos e pensamentos sobre as atividades profissionais representadas (Achnich, 1991; Jacquemin, Melo-Silva & Pasian, 2010; Pasian, Okino & Melo-Silva, 2007).

O Teste de Fotos de Profissões (*Berufsbilder Test* – BBT) passou por amplo e cuidadoso processo de adaptação à realidade sociocultural do Brasil, construindo-se as versões masculina e feminina para o nosso contexto. Assim, tornou-se o BBT-Br, com diversas pesquisas realizadas em adolescentes e profissionais de nossa realidade (Ferrari, 2015; Pasian, Okino & Melo-Silva, 2007), encontrando-se com parecer favorável para uso no Brasil segundo o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2018).

O BBT-Br apresenta-se em uma versão masculina e outra feminina, sendo cada uma delas constituída por 96 fotos nas quais um profissional foi retratado em situação de trabalho. As fotos buscam representar as inclinações motivacionais e os radicais teóricos de Achnich (1991) envolvidos nas diferentes profissões e suas respectivas atividades (radicais primários W, K, S, Z, V, G, M, O), ambientes e instrumentos profissionais (radicais secundários w, k, s, z, v, g, m, o). Cada foto representa um radical primário e outro secundário. A realização do teste

consiste em fazer escolhas, classificando as 96 fotos em três grupos: atividades que interessam ao avaliado (fotos positivas), atividades que não interessam (fotos negativas) e atividades que são indiferentes (fotos neutras). A partir dessas escolhas, torna-se possível verificar como o avaliado hierarquiza seus radicais de inclinação motivacional, tanto para as escolhas positivas como negativas. A essa apresentação ordenada dos radicais, Achnich (1991) nomeou “estruturas de inclinação motivacional”.

As estruturas são compostas por radicais que representam características de personalidade do avaliado, que se fazem perceber por meio dos seus interesses profissionais (Pasian, Okino & Melo-Silva, 2007). Ao vivenciar os passos previstos na aplicação completa desse instrumento projetivo de avaliação psicológica, o indivíduo exercita processos de escolha que favorecem a tomada de consciência sobre determinantes motivacionais (inclinações/interesses) e características de personalidade envolvidas em suas decisões e opções profissionais (Jacquemin, Melo-Silva & Pasian, 2010). Em um processo de Orientação Profissional, esses resultados favorecem a elaboração de um projeto de carreira na medida em que promovem a reflexão e o autoconhecimento, proporcionando que o indivíduo perceba suas potencialidades, realize escolhas profissionais e reescreva sua história de vida (Ambiel, 2016; Okino, 2009).

No que tange a utilização do BBT-Br no Brasil e suas finalidades, Silva e Pasian (2014) resgataram trabalhos científicos com esse instrumento, abarcando os anos de 2000 a 2013. Após cuidadosa análise dos achados empíricos desse período, reafirmaram as vantagens da utilização desse método de avaliação psicológica em processos de intervenção em Orientação Profissional e de Carreira, em situações onde características de personalidade e sua interação com a escolha profissional e ocupacional sejam consideradas relevantes, assim como para análise da maturidade diante da escolha da profissão. Também Ambiel, Lamas e Melo-Silva (2016), em artigo sobre a Avaliação dos Interesses Profissionais no Brasil, afirmaram que o BBT-Br tem sido objeto de estudos em dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações científicas e utilizado em intervenções na área da Orientação Profissional e de Carreira, o que contribui de forma importante com o aprimoramento científico do instrumento no Brasil.

Nessa direção suas características psicométricas (evidências de validade e precisão) foram amplamente pesquisadas, confirmando-se como instrumento adequado para o uso com estudantes do ensino médio e superior (Barrenha 2011; Ferrari, 2015; Okino, 2009; Shimada & Melo-Silva, 2013, Shimada, 2016). Entretanto, grande parte das pesquisas desenvolvidas com o BBT-Br, inclusive para adaptação e validação do instrumento, ocorreram no estado de São Paulo (Jacquemin, 2000; Jacquemin, Okino, Noce, Assoni & Pasian, 2006). Assim, o avanço

de pesquisas com o BBT-Br em outras regiões se faz necessário, dada a dimensão territorial do Brasil.

Frente a especificidades do contexto sociocultural, que podem influenciar os fenômenos psicológicos e conseqüentemente as respostas aos instrumentos de avaliação psicológica (CFP 2018), torna-se indicado realizar estudos com o BBT-Br em outras localidades nacionais, em busca de seu aprimoramento. Achtnich (1991) argumentou amplamente sobre a influência dos fatores ambientais, da cultura local e do ambiente social do indivíduo sobre a formação e a satisfação de seus interesses.

Diante da noção de que inclinações motivacionais podem ser concebidas como interesses que se manifestam em escolhas de atividades na vida, constituindo marcadores da identidade profissional a partir de componentes multifatoriais e biopsicossociais, faz-se relevante examinar possível efeito do contexto sociocultural nesse processo. Nesse contexto, este trabalho procurou caracterizar e comparar inclinações motivacionais de estudantes do Ensino Médio de cidades de distintas regiões do Brasil, Manaus (AM) na região Norte e Ribeirão Preto (SP) na região Sudeste, a partir do Teste de Fotos de Profissões BBT-Br.

Método

O delineamento desse estudo foi quantitativo, transversal, descritivo-comparativo e interpretativo, a partir de instrumento projetivo de avaliação psicológica. Trabalhou-se com dois conjuntos de dados: a) resultados empíricos do BBT-Br colhidos em Manaus (AM) pela primeira autora desse trabalho; b) base de dados do BBT-Br da região de Ribeirão Preto (SP), elaborada por Barrenha (2011), autorizada para uso neste capítulo.

Em Manaus (AM) participaram 395 estudantes, de ambos os sexos (203 rapazes=51,4% e 192 moças=48,6%), entre 14 e 19 anos e com idade média de 16,2 anos (DP=1,2), matriculados em escolas públicas e particulares de Ensino Médio, selecionados por viabilidade prática (amostra de conveniência). Os dados de Ribeirão Preto (SP) foram extraídos da dissertação de mestrado de Barrenha (2011), que analisou a produção de 1.582 adolescentes de escolas públicas e particulares de Ensino Médio, com idade entre 13 a 19 anos, sendo 862 do sexo feminino e 720 do sexo masculino. Assim, foi possível comparar resultados médios no BBT-Br de grupos de estudantes constituídos de modo similar em termos etários e origem escolar (pública e particular).

Para coleta de dados em Manaus utilizou-se o Teste de Fotos de Profissões - BBT-Br, nas versões masculina (Jacquemin, 2000) e feminina (Jacquemin et al., 2006). A aplicação do instrumento foi coletiva, em sala de aula, com duração média de 50 minutos, sob a

responsabilidade direta da primeira autora desse trabalho, que ficou disponível e atenta aos voluntários nesse processo de coleta de dados. Cada estudante respondeu a versão do BBT-Br específica para seu sexo, anotando em uma folha de respostas as fotos pelas quais tinham interesse (sinal positivo +), as fotos pelas quais não tinham interesse (sinal negativo -) e as fotos que lhes eram indiferentes (com o sinal 0), conforme as diretrizes apresentadas nos manuais técnicos (Achnich, 1991).

As escolhas realizadas pelos estudantes manauaras diante do BBT-Br foram inicialmente digitadas em um *software* desenvolvido pelo Centro de Pesquisas em Psicodiagnóstico do Departamento de Psicologia da FFCLRP-USP. Desse modo, foi possível obter, de forma padronizada, os indicadores de produtividade e os perfis de inclinações profissionais de cada participante de acordo com os radicais de inclinação primários positivos e negativos (W, K, S, Z, V, G, M e O) propostos por Achnich (1991), analisados nesse trabalho. Em seguida, a partir desse programa computacional, foram gerados relatórios em planilhas *Microsoft Excel* dos indicadores no BBT-Br dos estudantes e transportados para o *Statistical Program for Social Sciences* (SPSS, versão 16.0).

Os resultados do BBT-Br com a amostra de Manaus foram examinados de forma descritiva (média, desvio-padrão) e comparados (teste *t* de *Student*, $p \leq 0,05$) com os dados médios do BBT-Br encontrados nos estudantes de Ribeirão Preto, com foco nos indicadores de produtividade e nas estruturas de inclinação (Primária Positiva e Negativa) de interesses profissionais. Além da comparação dos resultados médios dos dois grupos de estudantes do Ensino Médio, examinou-se a magnitude do efeito das diferenças (*effect size*) a partir do cálculo do *d* de Cohen (Cohen, 1998). Essas análises foram realizadas para cada versão do BBT-Br, ou seja, com os achados derivados da forma feminina e, a seguir, para a versão masculina desse instrumento de avaliação psicológica.

Resultados e Discussão

Diante dos objetivos propostos para esse trabalho, focalizou-se a descrição e a comparação, nos dois grupos de estudantes (Manaus e Ribeirão Preto), dos achados relativos à produtividade no BBT-Br, ou seja, a quantidade de escolhas positivas, neutras e negativas das 96 fotos do instrumento. A seguir foram descritos e comparados estatisticamente o número médio de escolhas positivas de cada radical do BBT-Br, constitutivos da estrutura primária positiva de inclinação motivacional.

Os resultados derivados dessas análises compõem a Tabela 1. Ela ilustra os achados com a versão feminina do BBT-Br, relativa às estudantes do sexo feminino.

Tabela 1. Resultados descritivos (produtividade e estrutura primária positiva) da versão feminina do BBT-Br em Manaus e sua comparação estatística a Ribeirão Preto.

Variável BBT-Br	Manaus (n=192)		Rib. Preto* (n=862)		Comparação estatística			
	Média	DP	Média	DP	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>d</i>	
Escolhas	Positivas	24,12	14,66	34,73	14,59	-10,61	≤0,001	0,72
	Negativas	56,62	20,82	42,46	16,07	9,421	≤0,001	0,76
	Neutras	15,26	12,21	18,81	10,04	-4,026	≤0,001	0,31
Radicais	S	2,62	1,63	3,79	1,79	-9,948	≤0,001	0,68
	G	2,61	1,64	2,95	1,63	-2,878	0,004	0,20
	O	2,25	1,59	3,71	1,77	-12,656	≤0,001	0,86
	V	2,16	1,57	2,48	1,47	-2,821	0,005	0,21
	Z	2,07	1,70	3,45	1,78	-11,212	≤0,001	0,79
	W	1,70	1,66	3,19	1,93	-12,453	≤0,001	0,82
	M	0,93	1,24	1,89	1,34	-10,622	≤0,001	0,74
	K	0,85	1,17	1,17	1,24	-3,808	≤0,001	0,26

*Dados fornecidos por Barrenha (2011).

O mesmo processo de organização dos resultados foi sistematizado na Tabela 2. Agora os dados abordam a versão masculina do BBT-Br, respondida pelos rapazes das duas amostras aqui consideradas.

Tabela 2. Resultados descritivos (produtividade e estrutura primária positiva) da versão masculina do BBT-Br em Manaus e sua comparação estatística a Ribeirão Preto.

Variável BBT-Br	Manaus (n=203)		Rib. Preto (n=720)		Comparação estatística			
	Média	DP	Média	DP	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>d</i>	
Escolhas	Positivas	23,63	14,81	27,58	15,46	-3,803	≤0,001	0,26
	Negativas	58,71	20,56	48,75	19,86	6,903	≤0,001	0,49
	Neutras	13,66	12,18	19,66	12,60	-7,015	≤0,001	0,48
Radicais	S	2,62	1,77	2,79	1,59	-1,395	0,164	0,10
	G	2,50	1,66	2,80	1,66	-2,602	0,010	0,18
	V	2,35	1,78	2,60	1,71	-2,002	0,047	0,14
	O	2,01	1,74	2,59	1,97	-4,705	≤0,001	0,31
	Z	1,91	1,65	2,09	1,63	-1,542	0,125	0,10
	K	1,65	1,51	2,13	1,82	-4,509	≤0,001	0,28
	W	0,75	1,10	1,39	1,49	-8,254	≤0,001	0,48
	M	0,87	1,20	1,49	1,61	-7,367	≤0,001	0,43

O padrão de resultados médios dos estudantes do ensino médio de Manaus (AM) comparativamente aos de Ribeirão Preto (SP) apresentou diferenças estatisticamente significativas nos indicadores de produtividade, ou seja, nas escolhas realizadas (positivas, negativas e neutras) frente às fotos do BBT-Br, nas duas versões desse instrumento. Os estudantes manauaras, tanto do sexo feminino quanto do sexo masculino, apresentaram menor número médio de escolhas positivas e mais escolhas negativas, diferenças que demonstraram altas magnitudes de efeito. Essas evidências sinalizaram padrão mais restrito de escolhas positivas nos jovens da região norte, nas duas versões do BBT-Br, o que poderia indicar maior clareza motivacional (foco mais delimitado) em sua estrutura primária de interesses ou sinal de imaturidade para a escolha profissional, aspectos que merecem uma investigação mais específica e que não foi o foco do atual trabalho.

De acordo com Noce (2008), quanto maiores os indicadores de rejeição nas fotos do BBT-Br, maior a imaturidade para a escolha profissional. Suas considerações interpretativas fazem pensar que os jovens, ao restringirem suas escolhas (elevado número de rejeições dos estímulos), sinalizam insegurança diante das muitas opções disponíveis ou tem reduzida disposição para o contato com suas motivações profissionais. Ao transpor esse raciocínio para os achados com os jovens de Manaus, pode-se inferir que o elevado número de escolhas negativas ao BBT-Br sinalize reação adaptativa à diversidade de estímulos oferecida, numa atitude defensiva aos contatos, sugestiva de reduzida exploração das possibilidades oferecidas nas fotos e nas opções de escolha profissional disponíveis em seu cotidiano. Nessa direção, intervenções em Orientação Profissional e de Carreira são reconhecidamente favorecedoras ao processo de autoconhecimento e, conseqüentemente, fortalecem a maturidade para a efetivação de escolhas com autonomia e segurança, como apontado por Ambiel (2016) e Okino (2009).

Apesar dessa diferença estatisticamente relevante nos indicadores de produtividade do BBT-Br (o que leva a diferenciada intensidade nos dados médios dos radicais motivacionais), a estrutura de inclinação motivacional primária positiva de interesses dos estudantes de Manaus e de Ribeirão Preto constituiu-se de modo similar. A estrutura primária positiva de inclinação motivacional do grupo feminino de estudantes de Manaus evidenciou, predominantemente, interesses por atividades associadas aos radicais S, G e O. Sinalizaram interesses por atividades profissionais que valorizam o senso social, a ajuda ao outro, o dinamismo, a oralidade, a comunicabilidade, com criatividade e possibilidades de inovação. Na região sudeste as estudantes obtiveram como primeiros radicais S, O e Z, replicando suas colegas de Manaus, embora com maior destaque para o radical Z entre os radicais principais da estrutura primária de inclinação motivacional e com grande magnitude na diferença entre as médias. Isso pode

significar que as adolescentes da cidade de Ribeirão Preto valorizam em maior intensidade atividades nas quais podem ter seu trabalho reconhecido. Estudos com o BBT-Br em amostras femininas demonstram que o radical Z figura entre os radicais principais da estrutura de inclinação primária positiva, caracterizando necessidade de reconhecimento e valorização de si e de seu trabalho (Barrenha, 2011; Okino, 2009; Shimada & Melo-Silva, 2013), fator a ser considerado nos processos de Orientação Profissional e de Carreira.

As motivações para atividades que envolvem contatos interpessoais permeados por ajuda e cuidado ao outro (radical S) e o interesse por atividades que favoreçam o cuidado, relacionamento e a comunicabilidade (radical O) foram encontradas como radicais principais na estrutura de inclinação primária positiva no estudo de Okino (2009) e nas normas do instrumento (Jacquemin et al., 2006). Revela-se estabilidade e similaridade nas inclinações motivacionais do grupo feminino de estudantes consideradas no atual trabalho, possivelmente relacionada à faixa etária (adolescência), apesar das amostras derivarem de regiões distintas do Brasil (estados do Amazonas - Manaus e São Paulo – Ribeirão Preto).

A mesma tendência de similaridade na ordenação dos interesses, segundo avaliação do BBT-Br, ocorreu com o grupo masculino de estudantes. Embora de forma numericamente mais restrita, as preferências dos alunos do ensino médio de Manaus ocorreram nos radicais S, G e V, ou seja, interesses por atividades profissionais de cuidado e ajuda ao outro, dinamismo e perseverança na realização de atividades, enfatizado pelo senso social (S), criatividade, inovação (G) e uso do raciocínio lógico, organizado e matemático (V). Essa mesma preferência foi sinalizada pelo grupo masculino do ensino médio de Ribeirão Preto, com maiores valores médios nos radicais G, S e V do BBT-Br. Essa tendência de resultados acompanha os achados de Okino (2009) e de Jacquemin (2000) nos adolescentes do sexo masculino do ensino médio, marcando tendência motivacional para rapazes dessa faixa etária.

Nota-se, portanto, que apesar de vivenciarem contextos socioculturais diversos, estudantes de ensino médio de Manaus e de Ribeirão Preto evidenciaram interesses comuns, com mínimas diferenças entre os específicos agrupamentos por sexo. Esses achados reforçam as possibilidades informativas do BBT-Br em suas duas versões, testadas agora em realidades bastante específicas do Brasil, porém com resultados similares em termos do construto em foco (inclinações profissionais), com estudantes do ensino médio, demonstrando a validade do BBT-Br.

Restava examinar possíveis especificidades dos voluntários de Manaus e de Ribeirão Preto em termos de suas áreas de rejeição (estrutura primária negativa) a partir do BBT-Br. Desse modo, as análises anteriores foram replicadas, agora focalizando as escolhas negativas

dos radicais de Achtnich nas duas versões de seu instrumento de avaliação psicológica. As Tabelas 3 e 4 apresentam esses resultados, respectivamente para o grupo feminino e para o grupo masculino.

Tabela 3. *Resultados descritivos (estrutura primária negativa) da versão feminina do BBT-Br em Manaus e sua comparação estatística a Ribeirão Preto.*

Variável BBT-Br	Manaus (n=192)		Rib. Preto (n=862)		Comparação estatística		
	Média	DP	Média	DP	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>d</i>
S-	4,06	1,90	2,78	1,66	9,321	≤0,001	0,71
G-	4,12	1,94	3,24	1,69	6,296	≤0,001	0,48
O-	4,55	2,03	2,99	1,74	10,624	≤0,001	0,82
Radicais V-	4,54	2,08	3,94	1,69	3,982	≤0,001	0,31
Z-	4,58	2,10	2,81	1,82	11,697	≤0,001	0,90
W-	5,08	2,09	3,56	2,03	10,068	≤0,001	0,73
M-	5,92	1,93	4,63	1,76	9,247	≤0,001	0,69
K-	6,17	1,80	5,93	1,77	1,819	0,070	0,13

Notam-se diferenças estatisticamente significativas (com importante tamanho de efeito) nos resultados médios de rejeições do grupo feminino de Manaus e de Ribeirão Preto em todos os radicais do BBT-Br. Embora a intensidade dos dados seja diferenciada, identificou-se pontos de similaridade na ordenação dos radicais motivacionais rejeitados pelas adolescentes. Notou-se que, em ambas as regiões, as adolescentes apontaram maior rejeição pelos radicais K e M (força física, desgaste concreto, trabalho manual, com materiais concretos, substâncias). Essas rejeições sugerem desvalorização de atividades práticas que requerem o uso de força física e com materiais concretos, observada nos estudos de Barrenha (2011) e nos dados normativos para o grupo feminino (Jacquemin et al., 2006). No grupo manauara, como terceiro radical de rejeição, apareceu o W (docilidade, delicadeza), enquanto o terceiro radical no grupo de Ribeirão Preto foi o V (razão e objetividade). Essa peculiaridade deverá ser devidamente cuidada no processo interpretativo do BBT-Br em estudantes do ensino médio dessas duas regiões e demonstra especificidades regionais na expressão de suas inclinações motivacionais.

Na Tabela 4 são demonstrados os resultados relativos à distribuição das escolhas negativas nos radicais do BBT-Br realizadas pelo grupo masculino de estudantes das cidades de Manaus e Ribeirão Preto.

Tabela 4. *Resultados descritivos (estrutura primária negativa) da versão masculina do BBT-Br em Manaus e sua comparação estatística a Ribeirão Preto.*

Variável BBT-Br	Manaus (n=203)		Rib. Preto (n=720)		Comparação estatística			
	Média	DP	Média	DP	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>d</i>	
Radicais	S-	4,13	2,14	3,67	1,78	3,073	≤0,001	0,23
	G-	4,23	2,08	3,58	1,94	4,492	≤0,001	0,32
	O-	4,77	2,19	3,82	2,19	6,147	≤0,001	0,43
	V-	4,40	2,16	3,43	2,04	6,391	≤0,001	0,46
	Z-	4,82	2,20	4,23	2,03	3,789	≤0,001	0,27
	W-	6,17	1,83	5,39	2,07	6,072	≤0,001	0,39
	M-	6,12	1,87	5,08	2,19	7,928	≤0,001	0,51
	K-	5,32	1,98	4,79	2,12	3,785	≤0,001	0,25

Ao analisar a distribuição dos resultados médios da estrutura primária negativa do grupo masculino de estudantes de Manaus e de Ribeirão Preto, emergiram diferenças estatisticamente significativas (com razoáveis magnitudes de efeito) em todos os radicais do BBT-Br. Apesar disso, em ambas as regiões, o grupo masculino sinalizou rejeições marcantes em atividades que envolvem o uso da sensibilidade e do cuidado ao outro (radical W), em atividades de manipulação de substâncias e materiais concretos (radical M) e naquelas que utilizam da força física para desenvolver seus objetivos profissionais (radical K). Essa direção de achados foi identificada no estudo de Okino (2009) com a amostra de adolescentes do terceiro ano do ensino médio e na pesquisa de Shimada (2016) com estudantes universitários, demonstrando especificidade do sexo masculino na rejeição desse tipo atividades.

Em síntese, pode-se apontar que a análise comparativa dos achados do BBT-Br em termos de estruturas primárias (positiva e negativa) dos estudantes de ensino médio de Manaus e de Ribeirão Preto evidenciou diferenças quantitativas que foram estatisticamente significativas entre os grupos, porém com similares áreas de preferência e de rejeição motivacional expressas pelos radicais. Houve ainda algumas pistas de especificidades motivacionais, o que fortalece a necessidade de cuidados técnicos atentos e acurados nos processos interpretativos de resultados obtidos em distintas regiões do Brasil, reafirmando as diretrizes do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2018).

Considerações Finais

A partir das comparações estatísticas dos resultados médios no BBT-Br, relativos à produtividade (escolhas positivas, negativas e neutras) dos estudantes da cidade de Manaus com o estudo de Barrenha (2011), realizado com estudantes de Ribeirão Preto (SP), emergiram diferenças estatisticamente significativas. No grupo feminino e também no grupo masculino,

essas diferenças ocorreram em relação aos índices de produtividade e em todos os radicais de inclinação motivacional, sinalizando forças específicas de expressão de suas inclinações motivacionais. O grupo manauara apresentou indicadores de menor número médio de escolhas positivas e maior número médio de escolhas negativas, em ambas as versões do BBT-Br, o que pode significar que as escolhas estejam mais focadas.

O ensino médio é um momento em que o jovem é fortemente estimulado para definir percurso futuro de carreira, o que pode restringir as escolhas profissionais (Barrenha, 2011). Além disso, a cidade de Manaus contém forte Pólo Industrial que demanda por trabalhadores e comporta jovens, o que pode influenciar suas escolhas. O Pólo Industrial de Manaus constitui o maior setor econômico regional, onde há maior oferta de empregos e necessidade de mão de obra qualificada. Essa característica específica da cidade fortalece a relevância de Processos de Orientação Profissional e de Carreira ao longo do ensino médio, para estimular a conscientização do estudante para a realização de suas escolhas profissionais.

Apesar da força das expressões motivacionais mostrarem-se quantitativamente diferenciadas, os estudantes do grupo feminino de Manaus e do interior de São Paulo apresentaram, prioritariamente, interesses por atividades profissionais que utilizam o senso social e a ajuda ao outro (radical S), além da oralidade, nutrição e comunicabilidade (radical O). No grupo masculino, a estrutura primária positiva dos estudantes marcou-se pelos radicais S (senso social, ajuda e cuidado ao ser humano), G (criatividade e inovação) e V (raciocínio lógico, mensuração e objetividade), embora com expressões quantitativamente diferentes entre Manaus e Ribeirão Preto, o que alterou a ordenação dos radicais nas estruturas. Essas especificidades nas escolhas motivacionais dos estudantes da cidade de Manaus (região Norte) e de Ribeirão Preto (região Sudeste) podem ser compreendidas como confirmação empírica da influência da cultura e do contexto sócio cultural na formação e desenvolvimento das inclinações motivacionais, coexistindo vértices comuns provavelmente atrelados à fase do desenvolvimento (adolescência).

Referências

Achtnich, M. (1991). *BBT – Teste de Fotos de Profissões método projetivo para a clarificação da inclinação profissional*. São Paulo: Centro Editor de Testes e Pesquisas em Psicologia.

- Ambiel, R. A. M. (2016). Avaliação Psicológica em processos de orientação profissional e de carreira. In: R. S. Levenfus (Org.). *Orientação vocacional e de carreira em contextos clínicos e educativos*. Porto Alegre: Artmed.
- Ambiel, R. A. M., Lamas, K. C. A., & Melo-Silva, L. L. (2016) Avaliação dos Interesses Profissionais no Brasil: revisão da produção científica. *Avaliação Psicológica*, 15(no. especial), 1-9. DOI: 10.15689/ap.2016.15ee.01.
- Barrenha, R. P. L. (2011). *O teste de Fotos de Profissões (BBT-Br) em adolescentes: evidências psicométricas*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Recuperado de www.teses.usp.br
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Conselho Federal de Psicologia (2018). *Resolução CFP nº 009/2018*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado em <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-09-2018-com-anexo.pdf>
- Ferrari, V. C. (2015). *Equivalência das versões feminina e masculina do BBT-Br em adolescentes*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Recuperado de www.teses.usp.br
- Jacquemin, A. (2000). *O BBT-Br: Teste de Fotos de Profissões: normas, adaptação brasileira, estudos de caso*. São Paulo: Centro Editor de Testes e Pesquisas em Psicologia.
- Jacquemin, A., Melo-Silva, L. L., & Pasian, S. R. (2010). Berufsbilder Test (BBT): teste de fotos de profissões em processos de orientação profissional. In: Levenfus, R. S. *Orientação Vocacional Ocupacional* (pp. 211-224). Porto Alegre: Artmed.
- Jacquemin, A., Okino, E. T. K., Noce, M. A., Assoni, R. F., & Pasian, S. R. (2006). *O BBT-Br Feminino – Teste de Fotos de Profissões: adaptação brasileira, normas e estudos de caso*. São Paulo: Centro Editor de Testes e Pesquisas em Psicologia.
- Okino, E. T. K. (2009). *O SDS e o BBT-Br em Orientação Profissional: Evidências de validade e precisão*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Recuperado de www.teses.usp.br
- Pasian, S. R.; Okino, E. T. K., & Melo-Silva, L. L. (2007). O Teste de Fotos de Profissões (BBT) de Achnich: histórico e pesquisas desenvolvidas no Brasil. *Psico-USF*, 12(2), 173-187.
- Resende, G. C. (2017). *Interesses profissionais de estudantes de Manaus em diferentes níveis de formação educacional*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Recuperado de www.teses.usp.br

- Shimada, M. (2016). *Evidências de validade concorrente entre o BBT-Br e a BFP: um estudo com universitários*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Recuperado de www.teses.usp.br
- Shimada, M. & Melo-Silva, L. L. (2013). Interesses profissionais e papéis de gênero: escolhas femininas no BBT-BR. *Avaliação Psicológica*, 12(2), 243-251.
- Silva, G. C. R. F. & Pasian, S. R. (2014). O Teste de Fotos de Profissões (BBT-Br): Método Projetivo válido para uso na Orientação Vocacional e Profissional In: Pasian, S. R.; Okino, E. T. K.; Amparo, D. M.; Freitas, F. R.; Osório, F. L. & Loureiro, S. R. (Orgs.) *Desafios para a prática ética da avaliação psicológica* (pp. 429-440). Ribeirão Preto (SP): ASBRo.
- Welter, G. M. R. & Capitão, C. G. (2009). Inclinação Profissional e Personalidade: Estudo de Correlação entre Medidas desses Construtos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29(3), 588-601.

Escolha de carreira na adolescência: mapeamento de métodos utilizados em investigações

Karine Ribeiro de Assunção

Raquel Atique Ferraz

Fabiola Aparecida Molina Costa

Lucy Leal Melo-Silva

José Egídio Barbosa Oliveira

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo

Resumo: A adolescência compreende uma fase de transição na qual o indivíduo passa da infância para a idade adulta com significativas alterações nos domínios sociais, psicológicos, físicos e biológicos. A escolha profissional realizada nessa fase de ressignificações, conflitos e readaptações representa uma importante decisão que poderá nortear sua trajetória de vida. O objetivo deste estudo é investigar os métodos utilizados para mapear aspectos envolvidos na tomada de decisão de carreira em adolescentes. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura nas bases de dados nacionais e internacionais Scielo, Pepsic, Scopus e PsycINFO, por meio das combinações das palavras “adolescência”, “escolhas” e “carreira” em inglês e português, nos últimos 20 anos e, após leitura de títulos e resumos, foram selecionados os artigos que abordavam temáticas relacionadas à escolha profissional de adolescentes. Nas quatro bases consultadas foram encontrados 340 artigos e selecionados 64 (19%), com exclusão dos repetidos. As categorias de análise são: instrumentos, métodos utilizados e temáticas investigadas (incluindo subtemas). Os resultados mostram que têm sido utilizados uma variedade de instrumentos de avaliação, como escalas, questionários, inventários, entrevistas, análises de discurso e de conteúdo e, também, métodos projetivos (*Teste de Fotos de Profissões – BBT-Br* e *Procedimento de Desenhos de Profissionais com Estórias – DP-E*), ainda que em menor uso. Os achados utilizam métodos: quantitativos (31), qualitativos (23), multimétodos (quatro), revisão de literatura (cinco) e um não consta a informação. Os temas identificados foram organizados em categorias e subcategorias. Os resultados mostram que os estudos focalizam: a escolha em si, dimensões psicológicas e comportamentais, apoio e orientação no processo de escolha, interesses específicos, transição de carreira, projetos de vida, e circunstâncias sociais e econômicas. A partir de 2007 nota-se um crescente aumento dos estudos sobre a escolha profissional do adolescente, indicando que há cada vez mais publicações sobre essa temática. Verifica-se prevalência dos subtemas: escolha, tomada de decisão de carreira, apoio e influência parental, orientação e aconselhamento de carreira, escolha de carreira para área de exatas e tecnológicas, interesses de gênero e de carreira, transições e aspirações educacionais e ocupacionais, o que indica uma preocupação com o entendimento de variáveis envolvidas neste fenômeno na busca por divulgação do conhecimento e disponibilização de intervenções de orientação e aconselhamento de carreira mais efetivas aos jovens. Sugere-se mais investigações sobre a qualidade dos métodos e dos instrumentos de avaliação utilizados tanto nas pesquisas quanto nas intervenções, principalmente em relação ao uso de métodos projetivos em aconselhamento de carreira.

Palavras-chave: Escolha Profissional; Tomada de decisão Profissional; Influência Parental; Adolescência.

Introdução

As transformações tecnológicas, econômicas e sociais do século XXI trouxeram mudanças na forma de pensar, viver e nas relações de trabalho. Esse novo cenário que se configura menos previsível e definido e mais volátil e flexível tem gerado novos e complexos desafios, principalmente para os adolescentes, em situação de escolha da carreira. Os cenários para as decisões configuram-se de forma ambivalente, por um lado, os jovens se deparam com

modelos consolidados de percursos profissionais que não correspondem mais às demandas da sociedade e às expectativas dos jovens na contemporaneidade. E, por outro lado, se deparam com novos arranjos em ambientes de trabalho tecnológicos, altamente atrativos, porém incertos quanto à estabilidade e garantia de renda.

A adolescência, que pode ser entendida no plural (adolescências) dada a diversidade de situações dos jovens, constitui-se num período da vida com significativas alterações nos domínios biológicos, psicológicos e socioculturais, com a experimentação de novos papéis sexuais, sociais e ocupacionais, influenciados pelas condições sociais e educacionais. Por se tratar de um processo crucial no desenvolvimento humano, é necessário superar a visão estereotipada da adolescência e ampliar a reflexão sobre os modos de vida dos jovens, considerando os contextos e espaços para o desenvolvimento de sua subjetividade (Macedo & Conceição, 2015).

Os adolescentes, objeto deste estudo, estudantes do Ensino Médio, intensificam as buscas por uma carreira, via ingresso na universidade, gerando a necessidade de escolha de um curso superior ou de uma ocupação (Santos, 2005) ou buscando a inserção no mercado de trabalho. Assim é nesta etapa do desenvolvimento que os jovens se deparam com a questão da escolha. Decidir sempre se configurou como problema para muitos jovens e, na contemporaneidade, esse problema se acentuou em decorrência das mudanças e incertezas do mundo do trabalho; além do cenário de profunda crise econômica, do número expressivo de desempregados e de trabalhadores em situação de desalento. Diante do cenário de mudanças velozes e de incertezas, com a necessidade dos jovens encaminharem um projeto de vida e de construção do futuro, este estudo foi delineado com o objetivo de sistematizar os métodos utilizados em pesquisas sobre escolha da carreira em adolescentes.

Método

Este estudo, do tipo mapeamento bibliográfico, sistematiza os resultados das investigações desenvolvidas nos últimos 20 anos, com foco nas escolhas ou decisões de carreira em adolescentes. Assim, foram analisados artigos nacionais e internacionais publicados nas bases de dados Scielo, Pepsic, Scopus e PsycINFO. Estas bases foram definidas buscando a abrangência da cobertura das bases na área da Psicologia e das Ciências Sociais no cenário brasileiro e estrangeiro. A SciELO – *Scientific Electronic Library Online* – é uma biblioteca eletrônica de periódicos brasileiros, bem como de pesquisas publicadas em diversos países, como: Brasil, Venezuela, Espanha, Cuba, Chile, Portugal. A PePSIC – *Periódicos Eletrônicos de Psicologia* – é uma biblioteca eletrônica na área da saúde, que contempla periódicos da

União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (BVS – Psi ULAPSI). A Scopus é uma biblioteca eletrônica para rastrear, analisar e visualizar a pesquisa, fornecendo uma visão abrangente da produção mundial de pesquisa nas áreas de ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais e artes e humanidades. A PsycINFO, da *American Psychological Association* (APA), é uma base de dados eletrônica de artigos da área das ciências comportamentais e sociais.

Procedimentos

A coleta de dados foi realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 2018. Foram definidas duas décadas para a abrangência deste estudo: 1998 a 2017. A busca foi feita a partir das seguintes combinações de palavras-chave em português e inglês: adolescência, carreira e escolhas (*adolescence, career, choice*).

Foram encontrados 340 artigos: 183 artigos na base de dados PsycINFO, 129 na Scopus, 20 na PePSIC e oito na SciELO. Após a busca, foram realizadas as leituras de títulos e resumos e, a seguir, os artigos que abordavam o tema escolha de carreira na adolescência foram selecionados, enquanto as repetições e os estudos que tratam de temas distantes do objeto estudado foram excluídos. O *corpus* de análise foi constituído por 64 artigos: 28 da PsycINFO, 16 da PePSIC, 14 da Scopus e seis da SciELO.

Os artigos foram organizados e analisados em duas etapas, a primeira em duas categorias metodológicas como ano de publicação e métodos utilizados. E, a seguir, em categorias temáticas: (a) interesses (categoria analisada separadamente das demais dimensões psicológicas pela sua relevância neste estudo, com os subtemas: interesse de carreira, interesse em função do gênero, escolha da carreira para área de exatas, ciências e tecnologias (STEM), e uso do BBT-Br); (b) apoio e orientação no processo de decisão (subtemas: influência parental, orientação e aconselhamento de carreira, aspirações dos pais) (c) o processo de escolha (subtema: tomada de decisão profissional); (d) Outras dimensões psicológicas e comportamentais (subtemas: indecisão de carreira, autoeficácia ocupacional, maturidade para a escolha, personalidade, *habitus*, motivações, desempenho/performance acadêmica); (e) projetos de vida (aspirações de carreira e aspirações educacionais); (f) circunstâncias sociais e econômicas (nível socioeconômico, expectativas de resultados) e (g) transição de carreira;

Resultados

A primeira etapa de organização dos dados foi feita a partir de categorias como o ano

de publicação e os métodos utilizados, uma forma mais eficiente para entender como o cenário de pesquisa tem se configurado na área de Orientação Profissional na temática relativa à escolha da carreira, em sua evolução histórica e metodologias.

Ano de publicação e os métodos utilizados

Analisando os artigos e a temática “escolha de carreira na adolescência”, a partir do ano de publicação, verificou-se que as pesquisas estão aumentando gradativamente ao longo dos anos e intensificando-se a partir de 2007 e 2008. O maior número de artigos publicados é proveniente da América do Norte, o que era esperado em função do número de artigos publicados na base de dados PsycINFO (N=28) da APA, que reúne grande divulgação no domínio da Psicologia oriundas de diferentes países. Na PePSIC foram publicados, no período analisado, 16 artigos, especialmente nos últimos 10 anos, o que mostra interesse pelo tema intensificando-se em uma base de dados brasileira. A partir da produção divulgada na base Scopus, que abarca as ciências sociais, 14 artigos foram publicados e com intensificação nos últimos 10 anos, o que denota um crescente interesse pelo tema por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Nos países da América do Sul, por meio da base de dados SciELO e com a publicação de seis artigos observa-se decréscimo nos últimos cinco anos.

Quanto aos métodos, a análise mostra predomínio de pesquisas desenvolvidas com métodos quantitativos (31 estudos, aproximadamente 48%). Quanto aos estudos qualitativos foram encontrados 23 estudos (36%). Cinco são de Revisão da Literatura (8%), quatro do tipo multimétodos (6%) e um não informa claramente a estratégia utilizada (2%). A predominância de métodos quantitativos se explica pela natureza das perguntas que buscam, por exemplo, a adaptação e a validação de instrumentos de medida e requerem maior número de participantes e tratamentos estatísticos. Tais pesquisas podem focalizar a avaliação de resultados e fazem uso de instrumentos quantitativos. Outra hipótese é sobre a influência de um modo específico de fazer ciência, a denominada baseada em evidência, que independente da área do conhecimento. Por sua vez, os métodos qualitativos aparecem em segundo lugar e se expressam por meio de referenciais teórico-metodológicos baseados em abordagens psicodinâmicas, sistêmicas, desenvolvimentista-contextualistas, construtivistas e sociais cognitivas, que focalizam mais os processos e que podem ser levadas a cabo com menor número de participantes, fazendo uso sobretudo de entrevistas e produções textuais para a obtenção de dados.

Os instrumentos identificados nos artigos selecionados foram: questionários (N = 25), entrevistas (N = 19), análise de discurso e conteúdo (N = 13), escalas (N = 12), testes específicos (N = 5), inventários (N = 5); técnicas projetivas (N = 4), e pesquisas de autorrelato (N = 2).

Bem como estudos. Os estudos com técnicas projetivas fazem uso do Teste de Fotos de Profissões (BBT-Br), e do Desenhos de Profissionais com Estórias (DP-E). Um dos estudos que utilizaram o BBT-Br fez uso da Bateria de Provas de Raciocínio (BPR-5). O Teste de Fotos de Profissões (BBT-Br) apresenta uma investigação da inclinação das escolhas profissionais através de 96 fotos de atividades ocupacionais. Essa técnica projetiva evidencia além dos aspectos conscientes, também escolhas e rejeições inconscientes que influenciam no comportamento da escolha (Bordão-Alves e Melo-Silva, 2008). Técnica Desenhos de Profissionais com Estórias (DP-E) transita entre quatro projeções do futuro profissional, em que são propostas questões para o adolescente se aproximar do desempenho de papéis profissionais adultos, observando suas reações as ações apresentadas, tais como ansiedade, desejo, perturbação, entre outras. Bateria de Provas de Raciocínio (BPR-5) de autoria de Primi e Almeida (2000), avalia a capacidade dos indivíduos em cinco tipos de raciocínio, sendo elas: Prova de Raciocínio Verbal (Prova RV), Prova de Raciocínio Abstrato (Prova RA), Prova de Raciocínio Mecânico (Prova RM), Prova de Raciocínio Espacial (Prova RE) e Prova de Raciocínio Numérico (Prova RN).

Temas e subtemas investigados

A segunda etapa da análise dos dados focaliza as categorias temáticas e os subtemas como mostra a Tabela 1. É importante ressaltar que a soma dos subtemas ultrapassa a quantidade de artigos selecionados porque muitos abordam mais de um tema ou subtema.

Tabela 1. Distribuição de temas, subtemas e métodos utilizados em cada tema

<i>Temas</i>	<i>Subtemas</i>	<i>Número de artigos</i>	<i>Quantitativos</i>	<i>Qualitativos</i>	<i>Multimétodos</i>	<i>Revisão da literatura</i>
1) <i>Interesses específicos</i> (<i>N = 27</i>)	STEM (escolha da carreira para as ciências, tecnologias, engenharias e matemáticas);	10	15	6	2	-
	Interesses de gênero;	8				
	Interesses de carreira.	8				
	Uso de BBT-Br.	1				
2) <i>Apoio e orientação no processo de escolha</i> (<i>N = 24</i>)	Influência parental;	12	6	10	1	4
	Orientação e aconselhamento de carreira;	9				
	Aspirações dos pais.	3				
3) <i>A escolha em si</i> (<i>N = 19</i>)	Tomada de decisão da carreira ou profissional.	19	9	8	2	-
4) <i>Dimensões psicológicas e comportamentais</i> (<i>N = 19</i>)	Indecisão de carreira;	4	10	3	1	-
	Autoeficácia ocupacional;	4				
	Maturidade para a escolha de carreira;	3				
	Personalidade;	2				
	<i>Habitus</i> ;	2				
	Motivações;	2				
Desempenho / performance acadêmica.	2					
5) <i>Projetos de vida</i> (<i>N = 10</i>)	Aspirações de carreira;	6	6	2	-	-
	Aspirações educacionais.	4				
6) <i>Circunstâncias sociais e econômicas</i> (<i>N = 6</i>)	Classe/nível socioeconômico;	4	4	2	-	-
	Expectativas de resultados.	2				
7) <i>Transição de carreira</i> (<i>N = 5</i>)	Transições	5*	3	1	-	-

* Um artigo não consta o método.

O tema *interesses específicos* (N = 27), uma das dimensões psicológicas centrais no domínio da carreira, foi analisado separadamente em função desta centralidade. Sabe-se que interesses, aspirações e desenvolvimento de habilidades das pessoas recebem influência das experiências de vida e, portanto, podem fornecer elementos para entender as diferenças encontradas em função do gênero e da etnia na escolha de carreira. Segundo Messersmith, Garrett, Davis-Kean, Malanchuk e Eccles (2008), as experiências vivenciadas com a família se tornam uma fonte de apoio, enquanto na escola ou no trabalho isto significa readequação dos planos de carreira. As vivências sociais mostraram desenvolvimento quando os jovens assumem empregos em tempo integral. As pessoas do sexo feminino tiveram pouca propensão para experimentar alguma área profissional fora do campo que culturalmente é orientado para as mulheres.

O estudo, de Ing e Nylund-Gibson (2017) colaborou para ampliar o conhecimento na área, sugerindo o uso de medidas que podem alterar as atitudes dos alunos que são vulneráveis à mudanças; examinando quais atitudes são predominantes em determinados grupos de estudantes; comparando a estabilidade das atitudes em vários domínios (matemática e ciência) e sua relação com a escolha de carreiras STEM (sigla em inglês utilizada para as ciências tecnológicas, exatas e matemáticas); e a realização profissional nesta área, resultado percebido 20 anos depois. Isto denota a importância de incentivar as ações e interesses iniciais, principalmente das mulheres com sub-representação étnica, em relação à matemática e à ciência, com a realização pessoal e de carreira.

Além de estudos com grandes grupos, as investigações também se centram em estudos de caso. Assim, Shimada, Oliveira, Riski, Saviolli e Melo-Silva (2013) investigaram as escolhas profissionais de um jovem a partir da abordagem psicodinâmica. A utilização do teste projetivo BBT-Br realçou a importância de compreender o funcionamento interno dos jovens em processo de orientação de carreira e de aspectos de manejo na prática clínica.

Os temas *apoio familiar e orientação no processo de decisão* (N = 24) apresentam em seus principais estudos a influência parental (N = 12) na escolha profissional do jovem. Almeida e Melo-Silva (2011) em uma revisão da literatura, verificaram evolução e ampliação da compreensão nas pesquisas sobre a influência dos pais no processo de escolha profissional dos filhos. Primeiramente as pesquisas procuraram estabelecer a relação entre o apoio dos pais e a escolha de carreira dos filhos. Uma vez reconhecida esta relação, as pesquisas seguiram entendendo como esta relação se processa. Atualmente, apesar da importância da família ser reconhecida, são poucos os estudos que envolvem intervenção com os pais. Apenas um estudo

desta revisão, realizado por Moraes e Lima (2013), abordou não só como o pais percebem e acompanham esse momento de tomada de decisão profissional do filho adolescente, mas também como o filho percebe esta participação nesta fase de transição de vida.

Em relação ao subtema *orientação e aconselhamento de carreira* (N = 9) os estudos apontaram que as intervenções são benéficas quando promovem mudanças nas experiências emocionais relacionada à escolha profissional. De acordo com Tessaro e Schmidt (2007) uma adequada orientação de carreira está relacionada à evitação do surgimento de problemas comportamentais, estresse e, portanto, conduz a uma transição mais tranquila a vida adulta. É apontada a necessidade de pesquisas a partir de intervenções sistêmicas, pois são pouco investigadas na literatura brasileira.

No estudo de Aguiar e Conceição (2013), na análise da literatura nacional e internacional, verificou-se que o protagonismo do jovem contribui positivamente para a conexão entre as intervenções e a promoção da saúde. Intervenção com foco no autoconhecimento, desenvolvimento vocacional e do senso de responsabilidade social contribuem para implantação de políticas públicas de incentivo à saúde integral do indivíduo.

Os estudos que abordam as *aspirações dos pais* (N = 3) demonstram que esta variável tem influência em jovens que apresentam dúvidas sobre sua continuação dos estudos, após o término do ensino obrigatório. No estudo longitudinal de Gutman, Schoon e Sabates (2012), os resultados demonstraram uma relação entre as aspirações educacionais dos pais com o desempenho acadêmico dos filhos com idade de 11 anos e que as incertezas de continuidade dos estudos são influenciadas pelas aspirações dos pais, bem como pela autopercepção de habilidades dos adolescentes, que estão relacionadas à predição de desempenho aos 16 anos e estar matriculado aos 18 anos. Nesse estudo as diferenças dos achados entre os sexos são claras, pois os participantes do sexo masculino apresentaram maior incerteza na continuidade dos estudos e, portanto, as consequências no futuro podem ser piores.

Os estudos reunidos no tema de *escolha da carreira* (N = 19) buscam compreender quais e como as variáveis a partir das mudanças sociais recentes influenciam no processo de tomada de decisão da carreira dos jovens na contemporaneidade. No estudo longitudinal de Mortimer, Zimmer-Gembeck, Holmes e Shanahan (2002) realizado com jovens em transição para o mundo do trabalho, diversos fatores foram relacionados à tomada de decisão na carreira, entre eles frustrações, decisões adiadas, momentos de transição que consolidam decisões, recursos e obstáculos, incluindo, entre outros fatores, pares, família, trabalho, aconselhamento escolar e professores. Este estudo sugere pesquisas futuras com estes temas, bem como aponta a necessidade de modificações nas políticas sociais para a oferta de programas que visam

facilitar aos jovens a definição da identidade e da carreira.

Em relação às *dimensões psicológicas e comportamentais* (N = 19), estudos tratam da questão da *indecisão profissional* (N = 4). Os principais achados demonstram que o neuroticismo, conscientização e o apoio parental auxiliam na tomada de decisão de carreira, dificultando ou facilitando o processo de escolha. Para Magalhães e Gomes (1998), no contexto brasileiro do final do século passado, a decisão vocacional é uma tarefa evolutiva, em que a aquisição de um senso de identidade e o estabelecimento de um projeto de vida podem influenciar nas escolhas que definirão o trajeto a ser percorrido.

Quanto ao subtema *autoeficácia ocupacional* (N = 4), observa-se que a ausência de estrutura familiar, necessidade de orientação profissional, difusão de interesses, conflitos pessoais e gênero, são fatores que afetam a autoeficácia ocupacional. Estudos de Nota, Ferrari, Solberg e Salvatore (2000), no contexto europeu, demonstram que em meninos identificou-se relação parcial entre apoio familiar e indecisão de carreira, não sendo percebido nas meninas. Contudo, na literatura é apontado que o apoio familiar interfere na autoeficácia, que por sua vez interfere na decisão de carreira.

No que se refere à *maturidade para a escolha* (N = 3), as relações socioeconômicas e experiências profissionais não são fatores determinantes para o aumento da maturidade, demonstrado no estudo de Colombo e Prati (2014), com 67 estudantes do ensino médio, que jovens trabalhadores apresentam menor maturidade do que os que não trabalham, apesar de o contrário ser esperado inicialmente.

Os estudos sobre *personalidade no contexto da carreira* (N = 2) também apresentam que o neuroticismo, a conscientização e apoio parental podem ser fatores que dificultam a decisão profissional, dando amplitude aos estudos com as relações parentais. Segundo Stääricã (2012), autoestima acadêmica, autoeficácia da carreira e apoio parental percebido promovem comportamentos mais exploratórios, perseverantes e de confiança em suas habilidades. Quando há baixa conscientização dos estudantes do ensino médio, nota-se maior indecisão na carreira. A indecisão profissional pode ser afetada pelo alto nível de neuroticismo e externalismo. Os resultados corroboram com outros estudos.

Em relação ao *habitus* (N = 2), os estudos abordaram o conceito a partir de uma estrutura cognitiva socialmente incorporada e pode dar uma visão valiosa das influências sociais na escolha da carreira. Segundo Laughland-Booÿ, Mayall e Skrbiš (2015) os jovens trabalhadores, por terem maior consciência dos seus limites sociais e materiais, buscam refletir mais sobre os caminhos profissionais sem restringir as oportunidades. Já os jovens de classe média e alta dão

como certo seu ingresso na faculdade, mesmo quando demonstram não possuírem interesse e capacidade necessária, o que limita suas escolhas de carreira.

Quanto às *motivações* (N = 2), os estudos investigaram as relações das características de grupos de amigos, as motivações e o gênero em *interesses de carreira*. Os achados do estudo Robnett e Leaper (2012) sugerem que as identidades sociais e os autoconceitos podem influenciar nas escolhas da carreira nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM).

Sobre o subtema *desempenho/performance acadêmica* (N = 2), os estudos sugerem que fatores como identidades sociais, autoconceitos, status socioeconômicos e expectativas dos pais podem moldar as escolhas dos jovens. Segundo Gutman, Schoon e Sabates (2012), o desempenho acadêmico do adolescente é fortemente ligado às expectativas educacionais dos pais, sendo que os meninos apresentam maiores incertezas sobre o ingresso na faculdade do que as meninas.

Os estudos relacionados ao tema *projetos de vida* (N = 8) mostram que meninos e meninas aspiram por empregos mais comuns à sua tipificação de gênero e que os meninos possuem maiores incertezas sobre a continuação da escolarização. Observa-se que as questões relacionadas à raça e à classe econômica também dificultam as escolhas, além de existir uma forte influência parental nas decisões.

Relacionados ao tema *circunstâncias sociais e econômicas* (N = 6) foram identificados dois subtemas: classe/nível socioeconômico e expectativas de resultados. O processo de escolha profissional é influenciado por fatores, como políticos, econômicos, educacionais, psicológicos, familiares e sociais, resultando em maior ou menor grau de liberdade de escolha. Os estudos que abordam o tema apresentam resultados de que indivíduos com níveis socioeconômicos mais baixos tendem a experimentar de forma diferenciada e com maiores dificuldades o processo de desenvolvimento profissional, tanto no momento da escolha quanto para a transição para o mercado de trabalho, resultando em baixas expectativas de resultados. Até mesmo o gênero, considerando o nível socioeconômico, é apontado por Perry, Morris e Leukefeld (2016), como sendo importante, sendo que as meninas aspiram a carreiras mais práticas e que requerem níveis mais altos de escolaridade em relação aos meninos.

Reunidos no tema *transições*, os estudos (N = 5) trata esse fenômeno como recente na área de escolha de carreira. Almeida (2015) relaciona a transição da fase da adolescência para a vida adulta com a necessidade do adolescente escolher percursos profissionais e assim “(...) buscar um papel a ser desempenhado na sociedade, a partir do qual o adolescente deixa o lugar

de dependente” (Almeida, 2015, p. 8). O estudo realizado por Dietrich e Kracker (2011) mostra que o momento de transição do adolescente também se relaciona ao apoio parental.

Considerações Finais

Levando em consideração a análise da revisão bibliográfica referente ao fenômeno investigado, a escolha de carreira na adolescência, foi possível constatar um aumento no interesse nos últimos anos. A partir deste trabalho, foi possível apontar o quadro das investigações que focalizam a temática estudada –escolha de carreira na adolescência– e permite dar continuidade no processo de análise das pesquisas sobre a validação de instrumentos nacionais e estrangeiros que se dedicam a mensurar as escolhas de carreira na adolescência.

Dos 64 artigos encontrados, 15 abordam temáticas diferentes (alguns artigos abrangem mais temas), como mostra a Tabela 1, anteriormente apresentada. Os que aparecem com maior intensidade são: interesses específicos (N =27); apoio familiar e orientação no processo de decisão (N = 24); na terceira posição, os temas escolha da carreira e dimensões psicológicas e comportamentais (N = 19). Pode-se afirmar que estes temas se relacionam diretamente com a etapa do ciclo vital na qual a tarefa de desenvolvimento é realizar a escolha profissional, visto que foram os que mais se destacaram dentre os estudos realizados e selecionados. Foi observado que os demais temas são relevantes para a escolha, sendo eles: aconselhamento de carreira (N = 9); circunstâncias sociais e econômicas (N = 6); transições (N = 5); orientação e aspirações dos pais (N = 3); maturidade para a escolha (N = 3); personalidade no contexto da carreira (N = 2); *habitus* (N = 2); motivações (N = 2). Os resultados apontam a necessidade de estudos serem desenvolvidos com amostras ainda mais ampliadas para gerar avanços na área. E, também para o delineamento de novas linhas investigativas, uma vez que se observa o cenário mundial em constante modificações e a tendência é que surjam novos instrumentos e temáticas relacionadas.

Em relação aos temas identificados, como esperado, houve um predomínio de *interesses específicos*, o que ilustra o significado que os interesses por determinadas atividades específicas da vida cotidiana se configuram na vida dos adolescentes e como isso se relacionam à escolha profissional. Também era esperado encontrar mais artigos sobre *transições* (N = 5), visto que nos dias atuais nota-se uma preocupação recorrente com a temática transição para o mercado de trabalho no contexto universitário, mas houve um resultado diferente neste mapeamento, sendo que as transições discutidas relacionam-se à transição do adolescente para a idade adulta e também do ensino médio para o ensino superior.

A escolha da revisão da literatura para este mapeamento foi importante devido ao fato de que há muitos estudos sobre a escolha de carreira na adolescência e, desta forma, faz-se necessário integrar e sistematizar os achados destas pesquisas, para colaborar e contribuir na elaboração de novas hipóteses e também na construção de novos problemas de pesquisa, de modo que sejam complementares e não repetitivos.

É possível observar que houve predomínio de artigos que utilizaram métodos quantitativos (48%), o que é explicado pela necessidade de busca de adaptação e validação de instrumentos de medida, o que requer maior número de participantes e tratamentos estatísticos. Além disso, os métodos quantitativos têm ocupado maior espaço nos periódicos científicos, na diretriz da pesquisa baseada em evidência.

A quantidade de estudos que fizeram uso de técnicas projetivas foi muito abaixo do que se esperava dada a importância que estas têm no domínio da avaliação psicológica na interface com as questões da escolha profissional, principalmente quando a intervenção em orientação profissional e de carreira é focalizada. É necessário a realização de estudos com métodos projetivos, para melhor caracterização da população.

Assim, novos estudos fazem-se necessários, principalmente os que envolvam os pais nas intervenções, como sendo uma maneira de se investigar melhor o vínculo estabelecido entre pais e filhos. Estudos assim tendem a contribuir para a produção do conhecimento que possa ser útil em intervenções que objetivem incrementar condições facilitadoras do processo da escolha da carreira e do desenvolvimento do jovem em direção à transição ao mundo adulto. É importante ressaltar que, além de características pessoais, as questões da família, a escola, o meio social e econômico, a religião e mesmo as questões psicológicas também devem ser levadas em conta, mas ainda são pouco explorados.

Referências

- Aguiar, F. H. R., & Conceição, M. I. G. (2013). Orientação vocacional e promoção da saúde integral em adolescentes. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 13(1), 86-100. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808-42812013000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.
- Almeida, F. H. de, & Melo-Silva, L. L. (2011). Influência dos pais no processo de escolha profissional dos filhos: uma revisão da literatura. *Psico-USF*, 16(1), 75-85. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712011000100009>.
- Bordão-Alves, D. P., & Melo-Silva, L. L. (2008). Maturidade ou imaturidade na escolha da carreira: uma abordagem psicodinâmica. *Avaliação Psicológica*, 7(1), 23-34. Recuperado

- de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1677-04712008000100005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt,
- Colombo, G., & Prati, L. E. (2014). Maturidade para escolha profissional, habilidades sociais e inserção no mercado de trabalho. *Revista Brasileira de Orientação Profissional (ABOP)*, 15(2), 201-202. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-33902014000200010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.
- Dietrich, J., & Kracker, B. (2011). Brief report: Cross-informant ratings of self- and other-regulation at career transitions in adolescence. *Journal of Adolescence* 34, 1097-1101. Retrieved from doi: 10.1016/j.adolescence.2010.05.017.
- Gutman, L. M., Schoon, I., & Sabates, R. (2012). Uncertain Aspirations for Continuing in Education: Antecedents and Associated Outcomes. *Developmental Psychology*, 1707-1718. Retrieved from doi: 10.1037/a0026547.
- Ing, M., & Nylund-Gibson, K. (2017). The importance of early attitudes toward mathematics and science. *Teachers College Record*, 119(5), 1-32. Retrieved from
- Laughland-Booÿ, J., Mayall, M., & Skrbiš, Z. (2015). Whose choice? Young people, career choices and reflexivity re-examined. *Current Sociology*, 586-603. Retrieved from doi: 10.1177/0011392114540671.
- Macedo, E. O. S. & Conceição, M. I. G. (2015). Significações sobre Adolescência e Saúde entre Participantes de um Grupo Educativo de Adolescentes. *Psicol. cienc. Prof*, 35(4), 1059-1073, 2015. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000401059&lng=en&nrm=iso.
- Magalhães, M. de O., & Gomes, W. B. (1998). Perspectiva experiencial da indecisão vocacional em adolescentes. *Revista da Associação Brasileira de Orientação Profissional (ABOP)*, 2(1), 21-58. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-88891998000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.
- Messersmith, E. E., Garrett, J. L., Davis-Kean, P. E., Malanchuk, O., & Eccles, J. S. (2008). Career development from adolescence through emerging adulthood: Insights from information technology occupations. *Journal of Adolescent Research*, 23(2), 206-227. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1177/0743558407310723>.
- Moraes, C. M. P., & Lima, A. de O. (2013). Vínculo paterno e escolha profissional do adolescente. *Boletim de Psicologia*, 17 (29), 74-89. Recuperado de

- http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1405-339X2013000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.
- Mortimer, J. T., Zimmer-Gembeck, M. J., Holmes, M. & Shanahan, M. J. (2002). The process of occupational decision making: Patterns during the transition to adulthood. *Journal of Vocational Behavior*, 61(3), 439-465. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1006/jvbe.2002.1885>.
- Nota, L., Ferrari, L., Solberg, V. S. H., & Soresi, Salvatore. (2007). Career search self-efficacy, family support, and career indecision with Italian youth. *Journal of Career Assessment*, 15(2), 181-193. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1177/1069072706298019>.
- Primi, R., & Almeida, L. S. (2000). Baterias de Provas de Raciocínio (BPR-5): Manual técnico. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Perry, B. L., Morris, E. W., Link, T. C. & Leukefeld, C. (2016). From Athletes to Astrophysicists: Gender Differences in Patterns and Predictors of Career Aspirations in Pre-Adolescence. *Social Science*, 01-17. Retrieved from doi:10.3390/socsci5010005.
- Robnett, R. D., & Leaper, C. (2012). Friendship Groups, Personal Motivation, and Gender in Relation to High School Students' STEM Career Interest. *Journal of Research on Adolescence*. 652-664. Retrieved from doi: 10.1111/jora.12013.
- Santos, L. M. M. dos. (2005) O papel da família e dos pares na escolha profissional. *Psicologia em Estudo*, 10 (1), 57-66. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722005000100008>.
- Shimada, M., Oliveira, V. H. de, Riski, E. N., & Saviolli, C. M. G; Melo-Silva, L. L. (2013). A história das cinco fotos preferidas do BBT-Br como processo de simbolização. *Psicologia Clínica*, 89-108. Recuperado em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652013000200006>.
- Stăărică, E. C. (2012). Predictors for career indecision in adolescence. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 168-172. Retrieved from doi: 10.1016/j.sbspro.2012.01.
- Tessaro, D., & Schmidt, B.(2007). Escolha profissional: teoria e intervenções sistêmicas voltadas ao adolescente e à família. *Pensando famílias*, 21(1), 92-104. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-494X2017000100008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.
-